XI Feira do

SEMIÁRIDO

POLÍTICA PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: TEMOS **sede** DE QUÊ ?

II CIEPS

II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: como trabalhar e produzir na contramão do empreendedorismo?

ANAIS

do

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: como trabalhar e produzir na contramão do empreendedorismo?

Feira de Santana-BA, 2018

II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: como trabalhar e produzir na contramão do empreendedorismo?

Feira de Santana, *campus* central da UEFS, 23 a 25 de maio de 2018.

ANAIS

ISSN: 2448-0436

Realização:

Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS

Apoio:

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado

C759 Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (2.: 2018: Feira de Santana, Bahia)
Anais do II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: como trabalhar e produzir na contramão do empreendedorismo?, 23-25 de maio de 2018, Feira de Santana – BA [recurso eletrônico] / Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. – Feira de Santana: IEPS-UEFS, 2018.
525 p.

ISSN: 2448-0436

1. Economia solidária. 2. Economia popular. 3. Desenvolvimento local. I. Título.

CDU: 334

Lívia Sandes Mota Rabelo – Bibliotecária CRB5/1647

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Regina Messias (Técnica Universitária - UEFS)

Angélica Correia Lopes (bolsista iniciação científica UEFS)

Bárbara Silva Correia de Souza (discente UEFS)

Betânia Silva Bastos (bolsista extensão UEFS)

Diana da Silva Santos (discente UEFS)

Elianne Paraiso de Queiroz (discente UEFS)

Erivaldo Santiago de Jesus (discente UEFS)

Flávia Almeida Pita (Professora UEFS)

Geisiane dos Santos Silva (bolsista iniciação científica UEFS)

Gessica Cerqueira da Silva Santos (discente UEFS)

Hudson Silva dos Santos (IFBA)

Ibrahim Amhed León Teles (Professor Universidad de Granma, Cuba)

José Raimundo Oliveira Lima (Professor UEFS)

José Roberto Silva de Souza (ex-bolsista UEFS. Graduado UEFS)

Juliana de Freitas Silva (bolsista iniciação científica UEFS)

Liz da Silva Guimarães Conceição (bolsista acadêmica UEFS)

Lucas Barreto Santana dos Santos (discente UEFS)

Lucivania da Silva Moura (bolsa técnica - NIT/UEFS)

Paloma Santana de Souza (Mestranda UEFS)

Rebeca da Silva Lima (discente UEFS)

Renata de Oliveira Teixeira (discente UEFS)

Sara da Silva Araújo (discente UEFS)

Vera Letícia de Oliveira Silva (bolsista iniciação científica UEFS)

Wesley Freire dos Santos (bolsista iniciação científica UEFS).

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dra. Acácia Batista Dias (UEFS)

Dra. Alessandra Oliveira Teles (UEFS)

Ms. Daniela de Jesus Ferreira (UEFS)

Dr. Edson Caetano (PPGE-UFMT)

Elizia Priscila Souza de Oliveira (UEFS)

Ms. Emmanuel Oguri Freitas (UEFS)

Ms. Flávia Almeida Pita (UEFS)

Dr. Genival Correia de Souza (UEFS)

Ms. Henrique Oliveira de Andrade (IFBA)

Hudson Silva dos Santos (Mestrando UFF)

Dr. Ibrahim Amhed León Teles (Universidad de Granma, Cuba)

Ms.Ilnah de Oliveira Fernandes (UEFS)

Ms. João Batista Oliveira Lima (FAT)

Dr. José Raimundo Oliveira Lima (UEFS)

Ms. Leonardo Augusto Nascimento dos Santos (IFBA)

Ms. Maria José Andrade de Souza (UFF)

Dr. Pablo Rodrigo Fica Piras (UEFS)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

TRABALHOS APROVADOS 19

GRUPO DE TRABALHO 01 - ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL 28

ARTIGOS 29

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E ECONOMIA CAPITALISTA: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS 30

CARACTERIZAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO ENTRE A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL 41

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS NA BAHIA 52

O PROCESSO INDUSTRIAL, A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: COINCIDÊNCIA OU AFINIDADE? 63

EMPREENDIMENTOS DOS SETORES POPULARES E PERFIS SOCIOECONÔMICOS NO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO 74

A RELAÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: UM ESTUDO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE, FEIRA DE SANTANA-BA 85

ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DA COOPERATIVA PARK SLOPE FOOD EM BROOLYN, NY 99

O ASSOCIATIVISMO COMO ELEMENTO RELEVANTE NA PRÁTICA DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAMEIRO REDONDO-RETIROLÂNDIA-BA 113

O ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA ACOMA 124

COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO COOBAFFS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE-FEIRA DE SANTANA (BA). 133

FEIRAS LIVRES E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICAS: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA TRABALHADORAS E TRABALHADORES ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA 143

JUVENTUDE CAMPONESA E AGROECOLOGOGIA: EM TERRAS DO AGRONEGÓCIO, QUEM PRODUZ AGROECOLOGICAMENTE SE PREOCUPA COM A VIDA, COM A NATUREZA, COM O FUTURO 157

PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS E SOLIDÁRIOS NA COMUNIDADE BARRO, SERRINHA-BA: PROBLEMATIZAÇÕES, DIÁLOGOS E FAZERES 169

O POVO INDÍGENA XAVANTE DE MARÃIWATSÉDÉ: PRODUÇÃO AMPLIADA DA VIDA E AGROECOLOGIA 183

ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DO RECÔNCAVO BAIANO – ACRB: UM ESTUDO DE CASO DOS LIMITES E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA 199

AUTONOMIA FEMININA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM OLHAR SOBRE A ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM RIACHO DE SANTANA 216

RELATOS DE EXPERIÊNCIA 239

FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA INSERIDA – EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICO-FORMATIVA - CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL NORDESTE 240

SABORES DO QUILOMBO – LAGOA GRANDE, FEIRA DE SANTANA/BA 241

GRUPO DE TRABALHO 02 - UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS, ALTERNATIVAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O PAPEL DA EXTENSÃO E DA PESQUISA PARTICIPANTE, COM ENFOQUE NA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA. EXPERIÊNCIAS DE INCUBAÇÃO. 243

ARTIGOS 244

A TECNOLOGIA SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTOS BASE NO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO DO PROGRAMA INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – IEPS/ UEFS 245

O USO DE METODOLOGIAS INTEGRATIVAS NA INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: A EXPERIÊNCIA DA ITES/EAUFBA COM A REDE MATARANDIBA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E CULTURA 255

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM TERRITÓRIO DO CERRADO: A EXPERIÊNCIA DA ITCP NO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA (GO) 272

ALFACE AMERICANA E SUA VIABILIDADE ECONÔMICA: UM ESTUDO PARTICIPATIVO NA AGRICULTURA FAMILIAR 286

GESTÃO DO CONHECIMENTO E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES CAMPESINAS EM SERRA DO RAMALHO – BA 302

A TECNOLOGIA SOCIAL DISSEMINANDO AGROECOLOGIA E GERANDO RENDA: UM RELATO DE EXPERIENCIA. 316

QUINTAL AGROECOLÓGICO: EM (UM) EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO COM MULHERES QUILOMBOLAS 328

II FÓRUM GLOBAL SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2018: CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS MOVIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO TURISMO COMUNITÁRIO IMPACTANDO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL 340

O FÓRUM REGIONAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DA ZONA DA MATA MINEIRA – FREPSZMM E SUA PRÁTICA FORMATIVA: ALGUMAS REFLEXÕES POSSÍVEIS 355

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: O QUE AS TRABALHADORAS TÊM A DIZER? 369

POVO QUE "SE TRANSFORMA EM ONÇA": EXISTÊNCIA, RESISTÊNCIA E SABERES DOS INDÍGENAS PURUBORÁ DA ALDEIA APEROI, RO 381

EXPERIÊNCIAS EMPÍRICAS DE UM ESTUDIOSO RURAL 396

VOZ E VEZ AO COLETIVO CULTURA E ARTE DO CABULA (CULTARTE): UMA EXPERIÊNCIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. 406

ESPORTE E CIDADANIA: AMPLIANDO OS CONHECIMENTOS DA CULTURA CORPORAL EM AÇÕES EXTENSIONISTAS 423

RELATO DE EXPERIÊNCIA 436

TARSO MI TECHO SOLIDARIO 437

GRUPO DE TRABALHO 03 – ESTADO, DIREITO E ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: ENTRE O PÚBLICO, O PRIVADO E O COMUM 440

ARTIGOS 441

COOPEMAFS: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES 442

DIAGNÓSTICO DE LA IMPLEMENTACIÓN DE LAS NORMAS COLOMBIANAS DE INFORMACIÓN FINANCIERA "NCIF" EN LAS MICROEMPRESAS DEL MUNICIPIO DE EL ESPINAL-TOLIMA, COLOMBIA 455

UMA CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DA BAHIA ASSISTIDAS POR UMA POLÍTICA PÚBLICA QUE VISA O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO 468

O PROGRAMA DE ESTÁGIO NO PROJETO ATER MAIS GESTÃO NA UNICAFES: AS VIVÊNCIAS DE ESTÁGIO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA 482

RELATOS DE EXPERIÊNCIA 498

COOPSER/MOC – ASSESSORIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL 499

ATUAÇÃO DO JOVEM AGENTE DE COMERCIALIZAÇÃO NO PROJETO MAIS MERCADO 500

PÔSTERES (RESUMOS) 502

O PROCESSO DE FORTALECIMENTO DO GRUPO DE MULHERES COSTURANDO SONHOS: UMA AÇÃO EXTENSIONISTA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA EM CRUZ DAS ALMAS – BAHIA 503

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA ALÉM DA MUDANÇA DE CONSCIÊNCIA E HÁBITOS 505

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO CORTE E COSTURA PARA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA BAIXA DA LINHA 508

VIVENCIANDO A PESQUISA-AÇÃO NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO PROJETO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CABULA E ENTORNO (TBC CABULA).....510

EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DE ACOMPANHAMENTO DE ATER NA COMUNIDADE DE COLÔNIA-MUNICÍPIO DE ITAETÊ,TERRITÓRIO DA CHAPADA DIAMANTINA. 513

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA COORDENADORIA DE TECNOLOGIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA 516

O PAPEL DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA 518

DESENVOLVIMENTO NO CAMPO: SEMENTES CRIOULAS 521

PANC -ALTERNATIVAS DE FONTE ALIMENTAR NA LUTA PELA SOBERANIA DO ALIMENTO 522

CULTIVANDO VEGETAIS EM HIDROPONIA COM LUZ NATURAL PARA UMA HIPOTÉTICA VIAGEM ESPACIAL 523

APRESENTAÇÃO

A *Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS-UEFS)* vem desenvolvendo suas atividades, como programa de extensão e projeto de pesquisa desde 2008. Simultaneamente, docentes, técnicos e discentes dividem seus saberes no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL).

O *II CIEPS – Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: como trabalhar e produzir na contramão do empreendedorismo?* teve como objetivo compartilhar, assim, as reflexões que vêm sendo produzidas pela equipe da IEPS-UEFS, proporcionando um espaço plural de encontro entre diferentes formas de conhecimento, entre a teoria e a práxis e de pessoas que comungam objetivos semelhantes.

O evento dá seguimento à experiência iniciada em 2016, quando foi realizado, também na UEFS, o *I CIEPS: diálogos Brasil-Cuba*. Na primeira edição do CIEPS pretendeu-se especialmente, dentro daquele mesmo enfoque, consolidar e divulgar os diálogos que vinham sendo mantidos com pesquisadores cubanos da Universidade de Granma, a partir do V Congreso Cubano de Desarrollo Local e V Taller Internacional de Desarrollo Local, realizado em março de 2015, em Bayamo, Cuba. Foi, assim, oportunidade para divulgar, fortalecer e planejar as atividades de pesquisa, extensão e ensino que frutificam a partir de convênio de colaboração acadêmica firmado entre a UEFS e a Universidade de Granma. Este objetivo permanece vivo, com a presença, no II CIEPS, de pesquisador do Centro de Estudios de Dirección y Desarrollo Local (CEDDEL) da Universidade de Granma.

O II CIEPS aconteceu sob um formato diferente. Em sua segunda edição a IEPS-UEFS compartilhou o espaço com outros eventos realizados simultaneamente. Se de início a reunião foi motivada pelas dificuldades orçamentárias, agravadas em tempos sombrios de exceção democrática e retração de políticas sociais e educacionais, a decisão acabou se mostrando muito feliz, explicitando a força do pensamento comum, voltado para a construção de uma Universidade socialmente referenciada e pela integração, nas lutas populares, do saber acadêmico e popular.

Nesse sentido, o II CIEPS aconteceu no bojo da a XI Feira do Semiárido, evento tradicional da UEFS, que em sua décima primeira edição manteve-se firme como estratégia de diálogo com e sobre o semiárido, na tentativa de buscar soluções para os impactos causados pela falta de políticas responsáveis de convivência com as condições naturais da região, o uso inadequado dos recursos tecnológicos e dos saberes historicamente construídos por sua população na produção da própria vida e do semiárido.

Além da XI Feira do Semiárido – que adotou como tema "*Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial: temos sede de quê?"* – aconteceram entre 23 e 25 de maio de 2018, simultaneamente ao II CIEPS, o *II Seminário (RE)pensar Feira*; o III SEMAGRO - Semana de Agronomia: *o profissional Agrônomo: o desafio de saciar nossas expectativas e a sede do semiárido*, organizada pelo Diretório Acadêmico do Curso de Agronomia da UEFS, e o *Encontro Interterritorial de Redes de Comercialização de produtos do Semiárido,* organizado pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC).

Os Eventos ainda dividiram espaço, à semelhança do que ocorreu no I CIEPS, e seguindo a tradição construída nas Feiras do Semiárido da UEFS, com a *Feira de Economia Popular e Solidária e Agricultura Familiar*, voltada para os produtos e práticas do Semiárido.

Os espaços de diálogo (conferência, rodas de conversa, apresentação de comunicações orais e pôsteres, relatos de experiências) e de formação (oficinas) foram compartilhados pelos três eventos, com atividades que tanto comungam interesses dos diferentes organizadores, quanto tratam de temas específicos de cada um deles. O formato proporcionou, assim, uma grande diversidade de temas e abordagens, tornada possível em razão da reunião dos programas e grupos de pesquisa e extensão envolvidos. Um fio condutor, no entanto, enlaça todos os momentos: a forte presença do diálogo entre o saber científico e o saber prático e popular, especialmente amplificado pela presença de trabalhadores e movimentos sociais, proporcionada em especial pelos temas e pelo espaço de comercialização e troca de experiências da Feira.

A característica central do CIEPS tem sido o esforço para permitir e fomentar o diálogo entre o saber científico e popular. Neste sentido, nos três grupos de trabalho que constituem o eixo do evento foram inscritos e apresentados, em pé

de igualdade, tanto relatos de experiências trazidos por grupos de trabalhadores e trabalhadoras ou por entidades de fomento e apoio às iniciativas da economia popular e solidária, quanto resultados de pesquisa ou extensão produzidos dentro dos padrões acadêmicos.

No Grupo de Trabalho denominado “Economia Popular Solidária e Desenvolvimento Local” (GT01) propomos a seguinte questão: quais são os caminhos para que a produção coletiva, sob os princípios e tipologias da Economia Popular e Solidária, conduza ao Desenvolvimento Local Solidário e, assim, à justa distribuição de um Bem Viver? Pretendeu-se, nesse sentido, reunir pesquisadores, extensionistas e experiências produtivas ou organizativas que pensem concepções de Desenvolvimento Local que, diferentemente da perspectiva hegemônica tradicional, privilegiem a construção, ou reconstrução, de relações identitárias, orgânicas, que traduzam a cultura, o cotidiano, o entorno geográfico, os saberes e valores populares.

No Grupo de Trabalho denominado “Universidade e Sociedade: perspectivas epistemológicas e metodológicas, alternativas na produção do conhecimento e o papel da extensão e da pesquisa participante, com enfoque na Economia Popular e Solidária. Experiências de incubação”(GT02) objetivou-se reunir pesquisadores, extensionistas e experiências produtivas ou organizativas que vivenciem ou reflitam acerca de novas formas de produzir conhecimento, especialmente considerando a convivência e troca entre o conhecimento científico e popular. Privilegiaram-se, em especial, experiências caracterizadas pela pesquisa participante ou outras metodologias alternativas que se proponham a construir formas de produzir ciência socialmente referenciada e voltada para a transformação social, vinculadas às lutas por formas contra-hegemônicas de trabalhar e produzir. Destaque-se, ainda, o papel da incubação enquanto espaço educativo-dialógico-político de organização da classe trabalhadora na perspectiva de uma outra Economia, que priorize as ações em redes de produção associada e o trabalho coletivo em tipologias como cooperativas, outras sociedades não empresariais, associações ou grupos informais.

Por fim, no Grupo de Trabalho “*Sociedade, Estado, Economia Popular e Solidária”* (GT03), partimos da constatação de que a Economia Popular e Solidária, apesar das dimensões que já ocupa e do contingente potencial de trabalhadores que

pode atingir, ainda é uma economia considerada periférica que emerge de reações adversas às imposições do capitalismo globalizante. Suas práticas mantêm intensa relação com aspectos locais da cultura, do ambiente, dos arranjos sociais e políticos, assim como estão a exigir a construção de estratégias de educação e políticas públicas específicas, que vão na contramão do modo hegemônico de produzir, circular e dividir os bens resultantes do trabalho humano. Perguntamos, então: qual o papel que assume o Estado neste contexto? Reúnem-se, assim, pesquisadores, extensionistas e experiências produtivas ou organizativas que trazem à reflexão as relações entre Economia Popular e Solidária e as instituições políticas, políticas públicas, a Administração Pública, o Direito (marco legal da Economia Popular e Solidária, pluralismo jurídico, meios de solução de conflito e Economia Popular e Solidária).

No II CIEPS, como seu subtítulo indicia, teve-se como foco um questionamento que se mostra central nos destinos das práticas da Economia Popular e Solidária. “Empreendedorismo” é a palavra de ordem do que Pierre Dardot e Christian Laval[1] chamam de a “nova razão do mundo”: uma racionalidade que se associa ao cenário neoliberal contemporâneo, tendo como característica principal “a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação”[2]. O sujeito “empresa de si” é produto, assim, de um quadro onde o capital avança sem escrúpulos, destruindo, em nome do lucro, postos de trabalho, relações humanas e a natureza. Até que ponto as práticas que tomam a Economia Popular e Solidária como adjetivo são críticas a esta racionalidade? Que lutas e que caminhos são necessários para construir uma nova racionalidade, cuja profundidade vai muito além da criação de postos de trabalho e renda? Como estar atentos para as armadilhas da racionalidade neoliberal?

Os presentes Anais compõem-se, nesse passo, dos trabalhos efetivamente apresentados no Evento, em suas três modalidades:

i) versão escrita enviada pelos seus Autores e Autoras, em forma de artigos acadêmicos, de parte das comunicações orais efetivamente apresentadas nos Grupos de Trabalhos do Evento;

ii) resumos simples dos pôsteres apresentados;

---

[1] DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
[2] Idem, p. 17

iii) síntese dos relatos de experiência apresentados, no âmbito dos Grupos de Trabalho, por entidades de fomento e por trabalhadoras e trabalhadores da Economia Popular Solidária; neste caso, serviram de base para os textos que compõem estes anais tanto as observações relatadas pelos coordenadores dos GTs, quanto as informações prestadas pelos grupos/entidades no ensejo da submissão da proposta à Comissão Científica do Evento.

A combinação entre as comunicações orais e os relatos de experiência renderam momentos ricos e instigantes, que comprovaram que o modelo não é apenas viável: ele se revelou uma metodologia muito profícua, demonstrando-se o quanto imprescindível é o encontro entre a visão acadêmica e a perspectiva do saber popular na busca de respostas para as questões enfrentadas pela Economia Popular Solidária.

O *II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: como trabalhar e produzir na contramão do empreendedorismo* conseguiu reunir trabalhadores e trabalhadoras, extensionistas, pesquisadores, professores, professoras e estudantes de várias localidades da Bahia, do Brasil e da América Latina.

Apesar de enfrentarmos tempos de grave recessão orçamentária nas Universidades, os números do II CIEPS demonstram que o interesse e preocupação em torno dos seus temas estão muito vivos e pulsantes. Foram ao todo aprovados para apresentação no II CIEPS, entre comunicações orais, pôsteres e relatos de experiência, 82 trabalhos de autoria de pesquisadores, estudantes, entidades e trabalhadores de diferentes regiões da Bahia, diversos Estados brasileiros e de outros países da América Latina. Dos trabalhos aprovados foram efetivamente apresentados, durante os três dias do Evento, 65 trabalhos, ou seja, 80% dos trabalhos aprovados.

A programação do Evento contou, ainda, com espaços de diálogo, que foram concebidos para, sob a mesma lógica apresentada anteriormente, serem oportunidade de diálogo entre diferentes tipos de conhecimento. As seguintes rodas de conversa forma a contribuição do II CIEPS para a extensa programação da XI Feira do Semiárido

- *A cidade e a Feira: camelôs, feirantes, informalidade, velhos e novos desafios* (em parceria com o *II Repensar Feira*): Rogério Gutemberg Conceição

(Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana-SINDICAME), Fernando Rabossi (PPGA-UFRJ), Alessandra Oliveira Teles (IEPS-UEFS) e Larissa Penelu (UEFS)

- *América Latina, Brasil, Nordeste, Semiárido: desenvolvimento com envolvimento, desafios em comum:* Ibrahin Amhed León Tellez (Universidad de Granma, Cuba); Raúl Gonzalez Meyer (Universidad de Humanismo Cristiano, Chile), José Raimundo Oliveira Lima (IEPS-UEFS)

- A *ideologia do empreendedorismo, a cultura do autoemprego e seu entrelaçamento com a Economia Popular e Solidária: salve-se quem puder?:* Carla Appollinario de Castro (PPGSD-UFF), Edson Caetano (PPGE-UFMT), Flávia Almeida Pita (IEPS-UEFS)

- Outra economia, outro trabalho, outros modos de se relacionar com a vida: pensando sobre esperança e luta: José Cassiano Pereira (Cooperativa de Beneficiamento da Agricultura Familiar de Feira de Santana – COOBAF-FS), Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF), Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante (PPGE-UEFS).

Considerando o conjunto de atividades realizadas, o II CIEPS e a XI Feira do Semiárido conseguiram reunir em um mesmo espaço de reflexão pessoas provenientes de 11 Estados do Brasil (Bahia, São Paulo, Paraíba, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Rio Grande do Sul), 4 países latino-americanos (Brasil, Cuba, Chile e Colômbia), 33 organizações públicas e da sociedade civil e 37 instituições de ensino superior brasileiras e estrangeiras. Destacamos na relação abaixo (organizada em ordem alfabética):

- Associação Beneficente de Pesca e Agricultura de Ituberá - ABPAGI
- Associação Comunitaria de Artesanato e Arte Popular de Irará - Casa do artesão
- Associação de costureiras de Irará- ACAI
- Associação Via-Sot
- Cáritas
- Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade CETENS - URFB
- Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Rio Grande (Barreiras BA)
- Centro Universitário UNIRB
- Ciclos Soluções Ambientais
- Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar - COOTRAF
- Cooperativa de Beneficiamento de Produtores da Agricultura Familiar de Feira de Santana – COOBAF-FS
- Cooperativa de Produtores de Aguardente da

- Faculdade Anísio Teixeira
- Faculdade Maria Milza - FAMAM
- FATERJ – Faculdade de Teologia do Rio de Janeiro
- Grupo Mulheres Produtivas de Maracás
- IAENE – Faculdade Adventista da Bahia
- Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial -ITES-UFBA
- Institucion de Educacion Superior-ITFIP, Colombia
- Instituto Federal Baiano-campus serrinha
- Instituto Federal da Bahia – IFBA, campus Simões Filho
- Instituto Federal da Bahia –IFBA, campus Feira de Santana
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA), Campus Seabra
- Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IF SER
- Instituto Pedagógico de Desenvolvimento Agro-
- Microrregião de Abaíra - COOPAMA
- Movimento de Organização Comunitária - MOC
- Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana-SINDICAME
- social e Comunitário - INPAC
- Tarso Mi Techo Solidario (Colombia)
- Teia dos Povos
- Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana - UNEF
- Universidad de Cundinamarca, Colombia
- Universidad de Granma, Cuba
- Universidad Nacional de Colombia
- Universidade Academia de Humanismo Cristiano, Chile
- Universidade Católica do Salvador - UCSAL
- Universidade do Estado da Bahia - UNEB
- Universidade do Estado de Mato Grosso - UEMT
- Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
- Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
- Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
- Universidade Estadual de Goias - UEG
- Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
- Universidade Estadual do Sudoeste Baiano - UESB
- Universidade Federal da Bahia - UFBA
- Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
- Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
- Universidade Federal de Sergipe - UFSE
- Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB
- Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
- Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB
- Universidade Federal do Tocantins - UFT

A equipe da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana agradece a todos e todas que contribuíram para que o II CIEPS fosse possível, desejando que a energia produzida

em encontro tão rico de ideias e solidariedade possa inspirar lutas que se mostram mais importantes do que nunca, para a resistência e enfrentamento do sombrio panorama de retrocessos anunciados pelos encaminhamentos políticos do último pleito eleitoral brasileiro

Que a pluralidade e riqueza dos textos revelem o espírito desse Encontro, e que sirvam de alimento teórico para a contrução de um mundo diferente, baseado em formas mais humanas, dignas e afetuosas de trabalhar, produzir, trocar e construir a existência.

INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DA UEFS

TRABALHOS APROVADOS

A relação a seguir contempla todos os trabalhos aprovados pelos Grupos de Trabalho 1, 2 e 3[3], divulgados na programação do Evento, inclusive aqueles que não chegaram a ser apresentados e os que, mesmo apresentados, não chegaram a resultar em artigos. O objetivo aqui é proporcionar uma visão panorâmica da grande diversidade e potência das experiências e ideias que motivaram e energizaram esse inspirador Encontro.

A apresentação de propostas de participação nos Grupos de Trabalho era possível por meio de quatro modalidades*: comunicações orais, pôsteres simples, pôsteres interativos, e relatos de experiência*.

As *comunicações orais* puderam ser propostas por Pesquisadores(as) Extensionistas e/ou Professores(as) vinculados(as) às Universidades Públicas ou Privadas, Estudantes de Graduação e Pós-graduação, através do envio de resumos simples, que foram avaliados pela Comissão Científica do Evento.

As propostas aprovadas foram apresentadas de forma oral nas sessões dos Grupos de Trabalho, dispondo os(as) autores(as) de 15 minutos, sucedidos de discussão entre as pessoas presentes.

Após a realização do Evento, os proponentes que efetivamente apresentaram suas comunicações dispuseram de prazo para envio de artigos acadêmicos, que agora integram estes Anais.

Já os *relatos de experiência* puderam ser propostos por **m**ovimentos sociais, entidades da sociedade civil, iniciativas ou entidades da economia popular e solidária (cooperativas ou outras sociedades simples, associações, redes, grupos produtivos informais), iniciativas da agricultura familiar, projetos ou turmas de Escolas Família Agrícolas - EFAs ou similares etc.

Nesta modalidade, a seleção das propostas levou em consideração não critérios acadêmicos, mas a capacidade de as experiências relatadas representarem, por meio de vivências concretas, as questões em discussão nos GTs

[3] Esclarece-se que os trabalhos aprovados nos GTs 4, 5 e 6, relativos ao II Repensar Feira e à programação acadêmica da XI Feira do Semiárido, são publicados, em separado, nos Anais da XI Feira do Semiárido.

e o seu potencial emancipatório, valorização da cultura local e do saber popular, criatividade na superação dos obstáculos.

O grupo proponente, por meio do(a)(s) representantes indicado(a)(s) na proposta, dispuseram, igualmente, de 15 minutos para apresentação da experiência, que poderia optar por formas não acadêmicas (como música, dança, representação teatral etc.), desde que capazes de representar a experiência, favorecendo e enriquecendo as discussões.

Comunicações orais e relatos de experiência dividiram as mesmas sessões, sendo objetivo da metodologia proporcionar o diálogo e a troca entre o conhecimento científico e os saberes e a práticas populares.

Os *pôsteres*, por sua vez, foram apresentados no espaço onde também aconteceu a Feira de Economia Popular e Solidária e Agricultura Familiar, favorecendo-se, mais uma vez, um ambiente propício para o diálogo entre diferentes formas de saberes. Foram aceitas propostas de pôsteres *simples* e *interativos* de Pesquisadores(as), Extensionistas e/ou Professores(as), Estudantes de Graduação e Pós-graduação.

O que chamamos de *pôster interativo* foi um formato pensado pelos organizadores do Evento com o intuito de integrar mais fortemente a programação científica ao objetivo de disseminação de conhecimentos, especialmente entre o público não acadêmico. Neste caso, além da apresentação do pôster convencional, disponibilizou-se espaço, integrado à Feira de economia popular e solidária e agricultura familiar, para apresentação de experimentos, produtos, maquetes, modelos, etc. relativos aos resultados da pesquisa apresentada.

No caso dos pôsteres, os respectivos resumos simples dos trabalhos efetivamente apresentados seguem publicados nestes Anais.

GT01 – Sessão 1 – Bloco Temático: Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local

Equipe de coordenação: Ibrahin Amhed León Tellez (Univ. de Granma - Cuba); João Batista Lima (FAT); José Raimundo Oliveira Lima (UEFS)

Economia popular e solidária e economia capitalista: princípios e práticas (CO-180)	Jade Conceição André (UEFS)
Caracterização e contribuição entre a Economia Popular Solidária e Desenvolvimento Local (CO-68)	Sara da Silva Araujo (UEFS)
Economia popular e/ou solidária no território brasileiro e sua espacialidade (CO-164)	Tiago Silva dos Santos (UCSAL)
Circuitos curtos de comercialização e desenvolvimento territorial: uma análise de experiências na Bahia(CO-173)	Ana Georgina P. Rocha (UFRB), Maria de Fátima S. Aranha
O processo industrial, a economia popular e solidária e o desenvolvimento local: coincidência ou afinidade? (CO-177)	Gracielle M. Leite (UEFS), José Raimundo O. Lima (UEFS) e Ana Lucia C. Santos (USP)
O Trabalho Associado como estratégia para ir além da Alienação(CO-135)	Teresa Regina dos S. Mattos (Associação Via-Sot)
Fundos Rotativos Solidários na construção da autonomia inserida – experiência pedagógico-formativa - Cáritas Brasileira Regional Nordeste(RE-107)	Marcus Fabrício Gonçalves Oliveira
Economia criativa e Turismo de Base Comunitária em Indiaroba - Litoral Sul Sergipano – Brasil (CO-21)	Lillian Maria de M. Alexandre
Região Sisaleira: um ecologismo separado da justiça social? (CO-33)	Ereni da Silva Oliveira
Os saberes das redes de economia popular solidária: análise do município de Jaguarão/RS (CO-57)	Simone S. Alves e Victor G. Stol (UNIPAMPA)
Economia dos setores populares: Engenho Velho da Federação (CO-162)	Tiago Silva dos Santos
A relação de comercialização e Agricultura Familiar e Economia Popular e Solidária: um estudo na comunidade quilombola de Lagoa Grande ,Feira de Santana-BA (CO-117)	Angélica C. Lopes, Betânia S. Bastos, Geisiane dos S. Silva, Alessandra O. Teles e José Raimundo O. Lima (UEFS)
Sabores do Quilombo – Lagoa Grande, Feira de Santana/BA(RE-187)	Isabel de J. S. dos Santos, Sônia Pereira, Edna Suzarte e Edilene Cruz

GT01 – Sessão 2 – Bloco Temático: Pensando o trabalho associado a partir de experiências reais

Equipe de coordenação: Henrique Oliveira de Andrade (IFBA); Hudson Silva dos Santos (IFBA/IEPS-UEFS)

Economia Solidária: O caso da cooperativa de alimentos em NY (CO-50)	Annahid Burnett (UEPB)
O associativismo como elemento relevante na pratica da economia popular e solidária: um estudo na Associação Comunitária Lameiro Redondo - Retirolândia-BA (CO-51)	Rarana B. Santiago, Celiane A. Santos, Érica A. Sampaio, Mônica M. D. Correia, Rosembrando Sosthenes L. Carvalho Filho
Espaços de esperança: a produção associada da vida na Comunidade São Benedito(CO-104)	Janaina S. da Costa e Admário Luiz de A. (UFTocantins)
Associativismo e desenvolvimento local: o caso da Associação Comunitária da Matinha (CO-139)	Betânia L. M. de Souza, Agripino Coelho Neto (UEFS)
Cooperativismo e desenvolvimento local: o caso COOBAFFS na comunidade quilombola de Lagoa Grande Feira de Santana (BA) (CO-160)	Uanderson F. Barbosa, Raunir L. Matos e Yasmin S. de Oliveira (UEFS)
Um olhar sobre os significados da participação em empreendimentos associativos no Recôncavo da Bahia (CO-120)	Laise V. Oliveira e Eliene Anjos (UFRB)
Entre o dito e o não dito: narrativas da comunidade de salgado, em Serrinha-BA, a partir dos princípios do associativismo e da economia popular e solidária (CO-127)	Ana Paula A. Lopes e Ivna Herbênia da S. Souza (IFBaiano)
Associação Beneficente de Pesca e Agricultura de Ituberá – ABPAGI (RE-10)	Domingos Conceição dos Santos e Jucimaria de J. Santos

GT01 – Sessão 3 – Bloco Temático: Economia Popular e Solidária, espaço rural e agroecologia

Equipe de Coordenação: Emmanuel Oguri Freitas (UEFS); Henrique Oliveira de Andrade (IFBA); Maria José Andrade de Souza (UEFS)

Feiras Livres e Produção Agroecológicas: Limites e Possibilidades para trabalhadoras e trabalhadores assentados da Reforma Agrária(CO-90)	Ivonei Andrioni (UEMT) e Rose Márcia da Silva (UERJ)
Juventude camponesa e agroecologogia: em terras do agronegócio, quem produz agroecologicamente se preocupa com a vida, com a natureza, com o futuro (CO-119)	Eva Emilia F. do Nascimento Azevedo e Edson Caetano (UFMT)
Princípios agroecológicos e solidários na comunidade do Barro, Serrinha-Ba: problematizações, diálogos e fazeres (CO-112)	Heron F. Souza, Edeilson B. de Souza, Iaçanan C. de Jesus, Glauciane P. dos

	Santos (IFBaiano Serrinha)
A produção da existência campesina: a experiência da cultura do trabalho de camponeses e camponesas para além do capital (CO-125)	Cristiano Apolucena Cabral
O Povo Indígena Xavante de Marãiwatsédé: produção ampliada da vida e Agroecologia (CO-41)	Iorim R. da Silva e Edson Caetano (UFMT)
Biomassa de Banana Verde (Musa spp) Como Fonte Alternativa de Alimentação (CO-16)	Tailan Silva de Melo
Relato de um Agricultor Familiar: unidade de produção familiar com destaque para a produção diversificada de aves e hortas(RE-47)	Sergio Meireles de Carvalho

GT01 – Sessão 4 – Bloco Temático: Economia Popular e Solidária e o trabalho feminino

Equipe de coordenação: Daniela de Jesus Ferreira (UEFS) e Paloma Santana de Souza (UEFS)

Associação de Catadores do Recôncavo Baiano – ACRB: um estudo de caso dos limites e desafios da participação da mulher na economia popular solidária (CO-138)	Felipe Rodrigues Bomfim (UNEB) e Neilma Brito Borges (NEB/ACRB)
Mulheres da Comunidade Quilombola "Sabores do Quilombo", Economia Popular e Solidária e Encontro Geracional (CO-192)	Ana Regina Messias e José Raimundo O. Lima (UEFS)
Economia solidária e o trabalho associativo rural feminino (CO-65)	Ivna Herbenia da S. Souza, João Sotero do Vale Junior, Maria Mariana L. Vargas (UNEB)
Economia Solidária na Perspectiva Feminista (CO-166)	Selma Glória de Jesus (UEFS)
Grupo Mulheres Produtivas de Maracás (RE-23)	Iala S. Queiroz e Flávio Guimarães
Autonomia Feminina e Economia Solidária: Um olhar sobre a Associação do Movimento de Mulheres Camponesas em Riacho de Santana (CO-66)	Ivna Herbênia da S. Souza, Maria Mariana L. Vargas, João Sotero do V. Junior (UNEB)
Qualificação na produção de alimentos – uma ação de extensão na Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Riacho de Santana-Bahia (CO-132)	Bárbara Lourena de S. S. Oliveira (IFBaiano), Deborah Murielle de S. S. Oliveira (IFBaiano) e Antonio D. Moreira (IFBA)
Economia Solidária e Cultura: A experiência das mulheres de Matarandiba (CO-75)	Fernanda C. de Queiroz (UFBA)

GT02 – Sessão 1 – Bloco Temático: Metodologias ativas e participativas, incubação: experimentando caminhos de transformação social

Equipe de coordenação: Alessandra Oliveira Teles (UEFS); Elizia Priscila Souza de Oliveira (UEFS); Hudson Silva dos Santos (IFBA)

Processo de incubação de iniciativas de economia popular e solidária: uma articulação entre educação popular e tecnologia social (CO-82)	Liz da S. G. Conceição, Lucivânia S. Moura e José Raimundo O. Lima (UEFS)
O uso de Metodologias Integrativas na Incubação de Empreendimentos Solidários: A Experiência da ITES/EAUFBA com a Rede Matarandiba de Economia Solidária e Cultura (CO-95)	Iago Itã de A. Pereira, Diana R. de Lima, Fernanda C. de Queiroz e Laís Francine Nascimento (ITES-UFBA)
Economia solidária em território do cerrado: a experiência da ITCP no município de Itapuranga (GO) (CO-49)	Ana Carolina de O. Marques (UEG), Eguimar Felício Chaveiro (UFG), Edson B. da Silva (UEG) e Daisy Luzia do N. S. Caetano (IFGoiano)
Alface americano e a sua Viabilidade Econômica (CO-54)	Edelaine dos S. Alves, Tamara R. de Lancerda e Alessandra B. A. Azevedo (UFRB)
Gestão do conhecimento e empreendimentos econômicos solidários: um olhar sobre a Associação de Mulheres Campesinas em Serra do Ramalho – BA (CO-67)	Ivna Herbênia da S. Souza, João Sotero do Vale Junior e Ana Maria F. Menezes (IF Baiano)
Tarso Mi Techo Solidario (RE-78)	Daniela Cañas Valencia e Alejandro López Toro
Fundo Rotativo Solidário no Povoado Lagoa Escura; uma Tecnologia Social que gera renda e ajuda a disseminar Agroecologia (CO-191)	Josenildes F. Costa e Silvana L. S. Lima (UFRB)
Organização do Desenvolvimento Local, Economia Solidária Sociedade Civil: contribuições teóricas na formação do Engenheiro Agrônomo (CO-133)	Gabriel S. de Jesus e Elizia Priscila S. de Oliveira (UEFS)
Quintal agroecológico em empreendimento econômico solidário com mulheres quilombolas (CO-110)	Izabel Santos Pereira (UFRB)
Pesquisa-ação em educação ambiental: percursos das ações educativas no território do sisal (CO-24)	Daise O. Carneiro e Maria Auxiliadora F. dos Santos (IFBaiano Serrinha)
II Fórum Global sobre Turismo Sustentável no Fórum Social Mundial 2018: construção coletiva dos movimentos da economia solidária e do turismo comunitário impactando no desenvolvimento local (CO-88)	Diana R. de Lima (UFBA), Alberto V. de Campos Filho (UFRB), Mônica S. Santos (UNEB), Rosangela L. dos Santos (PLATATUR) e Andreza Viana (Quilombo Kaonge)
O Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira – FREPSZMM e sua	Juliana M. de Oliveira, Mariana C. Carvalho e

prática formativa: processo formativo do sujeito coletivo (CO-183)	Grasiele Rosa Caciano (UFJF)
Catadores e catadoras de recicláveis em Minas Gerais: trabalho em redes e mobilizações coletivas (CO-130)	Carlúcia Maria Silva e Renata S. Martins (UEMG)

GT02 – Sessão 2 – Bloco Temático: Convivência e troca entre o conhecimento científico e popular

Equipe de coordenação: Edson Caetano (UFMT); Ilnah Fernandes (UEFS); Leonardo Augusto Nascimento dos Santos (IFBA)

Economia Popular e Solidária: um diálogo com o saber popular (CO-91)	Elianne P. de Queiroz e Juliana de F. Silva (UEFS)
Povo que "se transforma em onça" : existência, resistência e saberes dos indígenas Puruborá da Aldeia Aperoi, RO (CO-76)	Edson Caetano e Anatália Daiane de O. Ramos (UFMT)
Experiências empíricas de um estudioso rural (CO-154)	Tainã Mamede, Gabriela B. Mota, Larissa de S. Pereira, Vanessa Oliveira Barreto e Viviane de J. Carneiro (UEFS)
Bordados e retalhos entre o saber popular e o científico (CO-97)	Juliana deF. Silva, Lucivânia Moura e Sara de S. Silva (UEFS)
Voz e vez ao coletivo cultura e arte do cabula: uma experiência em economia solidária (CO-79)	Maria de Fátima A. Frazão (UNEB) Helaine P. de Souza (SEC-BA)
O trato com esporte na formação social de crianças e adolescentes: ampliando os conhecimentos da cultura corporal em ações extensionistas (CO-87)	Regiane Conceição dos Santos (SENAI)
Núcleo RONDON UESC e sua participação em operação no distrito de Ibitupã/BA (RE-150)	Aline Passos Santos (FAMAM)

GT03 –Sessão 1 – Bloco Temático: O papel do Estado e do Direito na nomeação e categoriza-ção da realidade

Equipe de coordenação: Fernando Rabossi (UFRJ); Flávia Almeida Pita (UEFS); Raúl Gonzalez Meyer (Univ. Acad. de Human. Cristiano-Chile)

Núcleo de produção da agricultura familiar/camponesa (CO-114)	Aldnira T. Nogueira, Brenda de S. Santino, Taiara S. Costa, Nina Clara C. Rocha e André P. Lima (UEFS)
A dinâmica funcional de um assentamento no cerrado matogrossense (CO-69)	José Roberto S. de Souza
COOPEMAFS: uma análise da participação no programa de aquisição de alimentos (PAA) a partir	Crislayne C. da Silva e Daciane de O. Silva (UFRB)

da percepção de alguns atores (CO-179)	
Trabalho, informalidade e o Delícias da Queimadinha: entre o viver e o sobreviver (CO-52)	Flávia A. Pita
Diagnóstico de la implementación de las Normas Colombianas de Información Financiera NCIF en las microempresas del municipio de El Espinal-Tolima, Colombia (CO-193)	Elizabeth Palma Cardoso; Orlando Varón Giraldo; Juan Leonardo Murillo Sierra; Andrés Ricardo Castañeda Orjuela
Prefeitura Municipal da Cachoeira/Secretaria de Educação - Programa Municipal de Educação Empreendedora- PMED (RE-60)	Danilo S. de Oliveira

GT03 – Sessão 2 – Bloco Temático: Economia Popular e Solidária e Políticas Públicas

Equipe de coordenação: Fernando Rabossi (UFRJ); Flávia Almeida Pita (UEFS); Raúl Gonzalez Meyer (Univ. Acad. de Human. Cristiano-Chile)

Agricultura camponesa e cooperativismo: a experiência da COOPERCUC/BA na trajetória da industrialização(CO-96)	Matteus G. Martins e Gilca G. de Oliveira (UFBA)
Uma caracterização das cooperativas da agricultura familiar da Bahia assistidas por uma política pública que visa o aperfeiçoamento da gestão (CO-116)	Eliene G. dos Anjos, Ivanice Cerruci e Fábio da S. do Nascimento (UFRB)
SER-TÃO - as contribuições da ATER da Unicafes para fortalecimento do sentimento de pertença das crianças do semiárido baiano (CO-103)	Kelly S. Oliveira (IF Baiano) e Davi S. da Costa (CPDA-UFRRJ)
O programa ATER mais gestão na Unicafes: a experiência de estágio em empreendimentos econômicos solidários da agricultura familiar na Bahia (CO-171)	Luana Maria Silva e Daciane de O. Silva (UFRB)
Coopser/MOC – assessoria técnica e extensão rural (RE-128)	Ana Isabel M. Santana
UFRB/ Curso de Gestão de Cooperativas – Programa Mais Mercado (RE-121)	Jailson B. Aranha Leone

Pôsteres simples e interativos

O processo de fortalecimento do Grupo de Mulheres Costurando Sonhos: uma ação extensionista na Comunidade Quilombola em Cruz das Almas – Bahia (94)	Edyraka B.dos A. Souza, Eliene G. dos Anjos, Jailson B. A. Leone, Márcia P. Almeida e Estéfanas S.dos R. Conceição (UFRB)
Educação ambiental para o enfrentamento das mudanças climáticas: um debate necessário para além da mudança de consciência e hábitos (151)	Luana S. Ferreira e Renato de Almeida (UFRB)
Experiência de economia solidária a partir de acompanhamento de ATER na comunidade de colônia-município de Itaetê, Território da Chapada Diamantina (182)	Flaviane L. Araujo (COOTRAF)
Empreendimentos dos setores populares no Engenho Velho da Federação (165)	Tiago S. dos Santos (UCSAL)
Desenvolvimento no Campo: Sementes crioulas (190)	Edna S. Soares, Wiliane dos S. Santana e Silvana L. S. Lima (UFRB)
PANC -Alternativas de fonte alimentar na luta pela soberania do alimento (39)	Emanuela S. Terra Nova (UFRB)
A importância do Projeto Corte e Costura para comunidade Quilombola da Baixa da Linha (126) (pôster interativo)	Junior R. C. de Moura (UFRB)
Vivenciando a pesquisa-ação no contexto da economia solidária e do Projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e entorno (TBC Cabula) (105)	Maria de Fátima A. Frazão, Francisca de Paula S. da Silva, Telma Regina Dias de Souza, Juciane Araújo (UNEB)
O processo de criação da Coordenadoria de Tecnologias Sociais da Universidade Federal do Oeste da Bahia (36)	Paulo Roberto B. Brandão, Ellenise Elsa E. Bicalho, Almir V. Silva e Climério Paulo da S. Neto (Univ. Federal do Oeste da BA)
Economia Solidária: Reflexões acerca da luta de classes e o papel do Estado, no processo de autonomia das cooperativas (100)	Rebeca O. Santana
O papel da mediação de conflitos na consolidação dos princípios da economia popular e solidária (188)	Rebeca da S. Lima, Gessica D. da S. Santos e Renata de O. Teixeira (UEFS)
A presença e importância da produção de saberes populares na produção e reprodução da existência campesina (73)	Luana da C. Burema (UFMT)
Cultivando vegetais em hidroponia com luz natural para uma hipotética viagem espacial (70) (pôster interativo)	Jucelia S. dos Santos e Mirco Ragni (UEFS)

GRUPO DE TRABALHO 01 - ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Quais são os caminhos para que a produção coletiva, sob os princípios e tipologias da Economia Popular e Solidária, conduza ao Desenvolvimento Local Solidário e, assim, à justa distribuição de um Bem Viver? Pretende-se, a partir desta questão, reunir pesquisadores, extensionistas e experiências produtivas ou organizativas que pensem concepções de Desenvolvimento Local que, diferentemente da perspectiva hegemônica tradicional, privilegiem a construção, ou reconstrução, de relações identitárias, orgânicas, que traduzam a cultura, o cotidiano, o entorno geográfico, os saberes e valores populares.

ARTIGOS

(Comunicações Orais)

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E ECONOMIA CAPITALISTA: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS

Jade Conceição André[4]

RESUMO: O objetivo deste artigo é investigar quais os princípios e práticas da economia capitalista em relação a economia popular e solidária. Essas economias possuem diversas diferenciações e isto é explicitado através de exemplificações da realidade frente à possibilidade de desenvolvimento local. As incubadoras têm papel fundamental na manutenção e inclusão desses grupos populares e solidários, pois são uma forma de auxílio organizativo, destacando-se a Incubadora da Universidade Estadual de Feira de Santana no desempenho desse papel através de extensão e da pesquisa que compõe seu processo de incubação. Os grupos através dessa economia popular e solidária conseguem alcançar trabalho, renda e valorização pessoal/social, coletiva e comunitária. Infere-se como resultado que a economia popular e solidária é uma realidade econômica e social, visto que as famílias não apenas adquirem trabalho e renda, mas também, diversas outras possibilidades de melhoramento da vida, bem como empoderamento pessoal, coletivo e comunitário.

Palavras-chave: Economia Capitalista, Economia Popular Solidária, Incubadora.

1 INTRODUÇÃO

A Economia Popular e Solidária é uma área de conhecimento que vem ganhando espaço nos últimos anos, conhecida também como “a outra economia”, esta possui diversas diferenciações da economia convencional e se torna necessário conhecer essa economia alternativa que gera trabalho e renda para muitas pessoas e comunidades.

Nossa sociedade tem certo receio do que não lhe é habitual, dessa maneira precisa-se compreender o que essa outra economia possui de diferente e de que forma pode contribuir para as regiões e localidades. Em alguns países, como a Itália e a França, essas práticas solidárias estão progredindo, contribuindo para a sustentação de várias famílias, assim como para o desenvolvimento local.

No Brasil, contraditoriamente, a população sofre com o problema do desemprego, pois a economia convencional não consegue atender a demanda de trabalhadores e muitos têm dificuldade em se inserir no mercado. Isto posto, a

[4] Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana. jade.andre@hotmail.com

economia popular e solidária dá oportunidade para as famílias saírem desse estado de exclusão e criarem relações de trabalho e renda, adotando práticas de autogestão, associativismo, cooperativismo e solidariedade que se distancia dos métodos capitalistas, que é o individualismo, a competitividade sem critérios e a hierarquização.

O Estado pouco auxilia para a manutenção dos grupos, cooperativas, associações e etc, então qualquer forma de colaboração com estes é de suma importância. Dessa forma é necessário dar destaque as incubadoras, que tentam colaborar com a manutenção e progresso desses grupos. Um exemplo é a incubadora da Universidade de Feira de Santana, que se familiariza com essa economia e procura formas de contribuir com os grupos autogeridos, além de adquirirem em troca, um vasto conhecimento consubstanciado em pesquisa, extensão e diálogo direto com as comunidades internas e externas segundo Lima (2016).

É fundamental que a sociedade esteja a par do assunto, de como as relações solidárias podem contribuir para as famílias e desenvolvimento local, para que a economia popular e solidária se prolifere e se desenvolva nas regiões. Dessa forma é preciso realizar pesquisa e extensão, a fim de compreender como esses grupos funcionam e quais suas limitações.

Já que essa outra economia possui princípios completamente diferentes da ótica capitalista, é preciso se atentar nos principais aspetos que as distanciam, assim como estudar formas de inserção da economia popular e solidária, visto que esta, mesmo sem práticas capitalistas, ainda estão inseridas nesta economia tradicional, e os produtos produzidos irão competir com o dos empresários, que em primeiro lugar, buscam seu lucro e depois, eventualmente, o interesse social-local. Os problemas de concorrência podem prejudicar o desenvolvimento da economia popular e solidária, já que a produção é destinada primeiramente para a demanda local e não produzem em larga escala, como as indústrias, que produzem em um sentido econômico acumulativo e não com finalidade de desenvolvimento coletivo ou local, distribuindo resultados (renda ou sobras) no processo imediato de trabalho (LIMA, 2016).

A pobreza e a desigualdade social é um problema que afeta um grande número de famílias, visto que a economia capitalista não consegue agregar todos os

indivíduos, assim sendo, a economia popular e solidária se insere como uma forma alternativa de ajudar essas pessoas a saírem desse nível de exclusão e alcançarem renda para atender as necessidades básicas.

> A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito á liberdade individual. (...) O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda". (SINGER, 2002 p.2)

O problema central desse trabalho é entender de que forma se manifestam as principais diferenças e limitações entre a economia popular e solidária e a economia capitalista? Responder a essa indagação será complicado, mas, através de uma objetivação da realidade frente à possibilidade de desenvolvimento local, tentar-se-á tornar mais evidente as colocações.

Com efeito, o objetivo desse artigo é compreender as principais diferenças e limitações da relação entre as economias convencional (capitalista) e a economia popular e solidária (outra economia), através de algumas evidências.

Como instrumento metodológico de coleta de dados e informações, além da sustentação teórica em referências da área, será feita uma entrevista semiestruturada com um representante da incubadora, para analisar as trocas de conhecimento, contatos e as formas de colaboração. Ressaltamos que a mesma entrevista será realizada com um dos trabalhadores da iniciativa popular e solidária visando entender como esses grupos são inseridos no mercado ou redes de produção e comercialização, conforme Mance (2005).

Este trabalho procura estimular a discussão dessa economia solidária, visto que a economia capitalista apresenta diversas falhas e se reproduz através das relações de poder e de exclusão. Assim sendo, é indagado nos temas do desenvolvimento desse trabalho o que distingue essas economias? Como a economia solidária contribui para o desenvolvimento local e sociedade? Qual o papel das incubadoras nesse cenário? Essas questões são fundamentais para a confecção desse estudo e para fornecer possíveis esclarecimentos, bem como algumas inferências e/ou resultados observados a partir da amostra selecionada.

A composição deste artigo está articulada, além dessa introdução, discussão dos resultados e considerações finais, dos temas: economia capitalista e suas principais características; economia popular e solidária e suas principais

características e; desenvolvimento local e economia popular e solidária como espaço temático de manifestações da relação de dificuldades e possibilidades.

2 ECONOMIA CAPITALISTA: RELAÇÕES DE PODER, INDIVIDUALISMO, COMPETITIVIDADE E EXCLUSÃO.

Uma característica importante da economia capitalista é a concorrência, todos procuram maneiras de ser melhores para se encaixar nesse modelo que agrega os “melhores”, pois não há espaço para todos. Dessa forma:

> O capitalismo é um modo de produção cujos princípios básicos são o direito a propriedade individual aplicado ao capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora de capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda da sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade. (SINGER, 2002 p. 10)

Um aspecto importante da economia capitalista são as formas de trabalho, baseadas em relações de poder. Há uma hierarquia nas atividades realizadas e as pessoas não possuem os mesmos privilégios e opções. São realizadas práticas que tem como finalidade o lucro. As empresas na maioria das vezes não oferecem boas condições aos trabalhadores e nem pensam no bem estar social, o indivíduo não possui autonomia nessa relação, fazendo o que lhe é mandado para não perder o emprego. Muitas vezes os trabalhadores aceitam situações no trabalho somente para não perder ou acabar com sua forma de sustento.

> Em uma empresa capitalista comum, todas as decisões cabem a proprietários (ou ao conjunto de sócios) e poucas (ou nenhuma) opções são levadas para que os trabalhadores decidam. Mesmo quando isso é feito, normalmente as opções são levadas prontas aos trabalhadores (e não com eles construídas, como acontece na economia solidária), para que os mesmos escolham uma opção “A” ou “B”, dando a falsa impressão de que naquela empresa ocorre um processo democrático”. (IASKIO, 2006 p.10)

A competitividade ocasiona um processo de exclusão, pois os indivíduos que não tem acesso à educação ou que não possuem habilidades especiais geralmente não conseguem ou possuem muita dificuldade de fazer parte dessa economia, afastando as classes mais baixas desse sistema.

Dessa forma a economia capitalista vem se reproduzindo, através da acumulação de riqueza, explorando os mais pobres e criando barreiras para que estes não evoluam socialmente. Segundo Frantz (2012), o capitalismo acentuou o individualismo, fragilizando os laços sociais de poder dos indivíduos livres.

> Esse modelo de orientação econômica, portanto, tem se espalhado numa lógica verticalizada entre continentes, países, regiões, estados, municípios, organizações e, até mesmo, entre indivíduos, provocando variadas consequências que rebatem em problemas centrais nas diversas dimensões aqui relatadas, inclusive em comportamentos humanos, relações de convivência e interpessoais, etc. (LIMA, 2016 p. 6)

Não se pode negar a exclusão gerada pelo capitalismo, são construídas grandes empresas, lucros, desenvolvimento tecnológico e demais feitos, entretanto apenas uma parte da população é contemplada com esses fatores, essa economia não consegue atender toda a população, a corrida em busca do melhor tem como consequência a desigualdade social, pois nem todos têm as mesmas condições, acumulando a riqueza em poucas mãos.

3 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: AUTOGESTÃO/DEMOCRACIA, COOPERAÇÃO, TRABALHO COLETIVO E INCLUSÃO SOCIAL.

A Economia Popular e Solidária é uma forma de inserção social e desenvolvimento local, pois, muitas pessoas não conseguem se inserir no mercado de trabalho ou não tem acesso à educação. Pobreza e desigualdade social são fatores que também levam as pessoas a migrarem pra essa outra economia, nela, adquirem autonomia para tomar decisões, troca de saberes, possibilidade de ajuda mútua.

> O conceito de Economia Solidária refere-se comumente a iniciativas econômicas que visam à geração de trabalho e renda, além de benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã. Em tais experiências, a solidariedade diz respeito à cooperação na atividade produtiva, à disponibilização para uso em comum dos 3 meios de produção e à autogestão exercida na condução dos empreendimentos. As organizações de Economia Solidária, assim, minimizam a presença de relações sociais que subentendem a subordinação do trabalho ao capital". (GAIGER, 2013 p. 3)

Apesar dessas práticas não serem muitas vezes reconhecidas como uma forma de trabalho, esses grupos são uma importante fonte para a economia da região e do país, pois eles também possuem renda, compram/vendem mercadorias,

produtos para atender as necessidades assim como qualquer indivíduo de uma empresa formal. E além de auxiliarem de forma econômica, cooperam de forma social, ajudando a combater os problemas de exclusão, desigualdade, apreciando o potencial dos indivíduos.

> Esta economia denominada de Economia Solidária, ou economia popular solidária, valoriza o indivíduo como centro do processo produtivo, possui valores éticos e de sustentabilidade, se propõe a autogestão como nova forma de gerenciamento e acredita em decisões democráticas e descentralizadas". (SILVA 2015 p. 30)

A economia popular e solidária tem como princípio a cooperação, autogestão e solidariedade onde os indivíduos desenvolvem laços de igualdade, deixando de lado o egoísmo e a competição. Essas pessoas trocam conhecimento, experiências e desenvolvem habilidades em conjunto, sem disputas.

> A autogestão é uma forma de gestão onde não existe hierarquia de cargos, individualização de ganhos, exploração do trabalho, minimização da valorização do trabalhador, mas sim com as sobras divididas por todos, a divisão das tarefas, o rodízio de funções, a valorização profissional e pessoal do trabalhador e a menor exploração da força de trabalho possível. (SILVA 2015 p. 17)

Não existe chefe nesse tipo de economia, não há funções mais ou menos importantes, todos colaboram e participam na tomada de decisões, assim os ideais e opiniões são respeitados. O trabalho do indivíduo é valorizado porque além de aprender novas técnicas, ele tem a possibilidade de ver o produto final, por participar de todas as etapas do processo, visto que, em muitas empresas, o funcionário só realiza funções específicas e não consegue compreender sua contribuição no procedimento.

4 DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES.

Uma forma que distancia a competitividade é a divisão igualitária de lucros e excedentes. Nessa economia não há uma busca por ser melhor que o outro, porque todos recebem o mesmo valor pelo seu trabalho, gerando relações de coletividade e não de rivalidade, buscando satisfazer-se nas relações de trocas enquanto comunidade.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender como a economia popular e solidária pode contribuir para as famílias e para o desenvolvimento local.

> O desenvolvimento local solidário constitui-se num processo que considera outras dimensões, como social, ambiental, educacional, cultural, política, econômica, e não apenas a mercadológica, abordando elementos pertinentes à dimensão da vida nessa economia". (LIMA, 2016 p. 4)

Essa economia colabora para o desenvolvimento local porque as iniciativas ou tipologias organizativas próprias não atendem somente suas necessidades, mas também dos cidadãos e da região onde está inserido. A produção primeiramente atende a demanda local, de acordo com as necessidades da população.

Cada localidade possui suas particularidades sociais, educacionais, politicas, indenitárias, culturais e econômicas, deste modo, é preciso analisar quais as dificuldades e soluções para dados problemas regionais. A economia capitalista tenta impor suas práticas sem entender o que essa região precisa, impondo apenas a renda como única possibilidade de desenvolvimento.

Além da possibilidade da valorização cultural e outras dimensões, há o quesito social, pois a economia capitalista acaba definindo as pessoas pelo que estas possuem, e se não possuem escolaridade, habilidades e formas particulares para adquiri-las**,** não são boas o suficientes e a economia popular e solidária agrega todas as pessoas, independente de qualquer outro fator, fazendo com que as pessoas se sintam capazes de realizar tarefas, assim como sustentar suas famílias e ainda contribuir organizativamente para a localidade em que vive.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É indispensável a busca pelo desenvolvimento dessa economia, para que cada vez mais famílias possam usufruir dessas práticas e saírem da pobreza, assim como valorizarem seu trabalho e contribuir para o seu bem-estar assim como de outras pessoas, através da solidariedade, cooperação e autogestão

Nesse contexto, destaca-se a incubadora da Universidade Estadual de Feira de Santana que realiza diversas atividades com os grupos de economia popular e solidária, a fim de analisar seu processo produtivo, assim como contribuir para sua manutenção e evolução.

Através da entrevista constatou-se que, os integrantes da incubadora possuem uma integração com a sociedade, pois estes se aproximam dos grupos, através dos editais, como é o caso do grupo da Cantina do módulo I, *Sabores do Quilombo*, localizada na Universidade Estadual de Feira de Santana, ou através de visitas em determinados grupos para verificar o perfil e observar se a incubadora tem condições de auxiliar os tais, por conta da disponibilidade e também a identificação desses grupos com a incubadora.

O principal entrave está relacionado aos recursos porque há diversos custos com transporte para realizar as visitas e/ou acompanhamento, que precisam ser financiados pelos membros. Também falta apoio da própria universidade em outros aspectos. A incubadora comporta professores, técnicos universitários e estudantes bolsistas e voluntários de diversos cursos, permitindo uma pluralidade de conhecimento. O grupo contém atualmente em torno de 24 pessoas e está acessível para às comunidades interna e externa à UEFS.

O objetivo chave da incubadora é levar o conhecimento da economia popular e solidária para a comunidade, integrar a sociedade como um todo sem distinção. Além de contribuir para que esses grupos acompanhados sejam inseridos na economia e nas regiões.

Segundo os participantes, a economia popular e solidária enxerga as pessoas e não só os valores de troca como na economia capitalista. A incubadora é uma forma de trabalhar direto com o povo. É evidenciado, que o grupo quilombola, por exemplo, reafirmou sua identidade, realizando seu trabalho sem abandonar seus ideais, contemplando a forma de trabalho valorizada no processo de incubação.

Em relação ao desenvolvimento local, há uma valorização dos produtos dessas localidades/comunidades e da sua cultura. O trabalho coletivo é um desafio, mas proporciona relações de confiança, reciprocidade e a concepção que nem todos precisam ser uma ferramenta de trabalho, como salienta um dos entrevistados. Para eles, aproximar-se dessas iniciativas contribuem não só para o desenvolvimento acadêmico, mas social, pois se sentem mais preparados como pessoa e trabalham no que acreditam.

Relatam que o principal obstáculo desses grupos é a oportunidade, que eles não possuem nenhum tipo de amparo como financiamentos para treinamento, por exemplo. A atividade realizada depende das necessidades observadas em cada

grupo, pois cada um possui suas particularidades e desafios. Eles realizam diversas atividades como a Feira do Semiárido, a Feira Fieps, organizam cursos que são oferecidos aos grupos auxiliados, etc.

É exposto que, “é a partir da economia popular e solidária que as coisas começam a acontecer”, essa economia possui relações de trabalho altamente flexíveis que agregam as pessoas e as formas de colaboração. Reconhece o trabalho manual, a identidade dos produtos.

As condições de trabalho também são diferentes do que acontece na economia convencional, que possui uma hierarquia de atividades e enxergam as pessoas como mercadoria e ferramentas, explorando o trabalho e excluindo os indivíduos.

O grupo quilombola da Fazenda Lagoa Grande trabalha na cantina do módulo I na Universidade Estadual de Feira de Santana conhecida como “Sabores do Quilombo”. É um grupo composto por mulheres que participaram do edital para se dedicarem a cantina, elas entenderam isso como uma oportunidade, não só de conseguir renda, mas para introduzirem seus produtos na universidade e comunidade.

Muitas dessas mulheres já trabalharam em alguma empresa do tipo capitalista, mas não se adaptaram. Antes de serem selecionadas, elas já produziam em sua comunidade, mas não recebiam nenhum tipo de auxílio. A incubadora tem um papel muito importante na vida delas, porque colaborará para o sucesso delas. Os cursos oferecidos pela incubadora, como o de formação de preços, boas práticas de fabricação de alimentos e higienização e o acompanhamento orientativo foram fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento desses grupos. Através das oficinas elas conseguiram agregar mais conhecimento e capacitação. Muitas pensam, inclusive, em retomar os estudos e até fazer um curso universitário.

As relações de trabalho são extremamente flexíveis, tanto em relação aos horários, quanto as funções, por isso são solidárias. Elas produzem à maioria das coisas que vendem, desse modo a economia popular e solidária possibilita que essas mulheres vejam seu trabalho sendo valorizado, assim como o produto do que fazem. Elas não se sentem forçadas ou pressionadas a qualquer coisa, como se percebe em muitas empresas que as pessoas se sentem obrigadas a fazer algum tipo de trabalho ou se comportar de determinada forma.

Não há hierarquia das atividades praticadas e os ganhos são divididos de forma igualitária. A quantia que elas ganham é suficiente para atender as suas necessidades, além de que, a coletividade e a cooperação resultam em uma vida mais organizada, porque elas possuem tempo para realizar outras atividades, assim como cuidar da família.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, elas são felizes e gostam do que fazem. Para uma delas “é a realização de um sonho”, ela queria que todos pudessem enxergar essas iniciativas e ter essa oportunidade. Ela relata que, em sua comunidade, tem muitas pessoas que não conseguem emprego e que possuem “boa vontade” para trabalhar e seria bom se todos participassem desse tipo de economia.

Seus produtos são de excelente qualidade e é alegado que na comunidade existem muitas frutas, plantações que atendem a população e deveria ser mais valorizado porque é um recurso natural acessível. Ademais, elas contribuem para o desenvolvimento local, porque além de trazer os seus produtos para a universidade, elas também levam resultados para sua comunidade e os divulgam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia capitalista durante muito tempo é reproduzida através da apropriação do trabalho e relações de exclusão. A preocupação principal dessa economia é conseguir lucro paralelo à competitividade desproporcional e relações cada vez mais desiguais.

Diante desse cenário a economia popular e solidária se apresenta como oposta a economia tradicional e oferece outros tipos de relações, como o trabalho coletivo e autogestão. Essa economia é uma fonte de renda para muitas famílias que sofrem com o desemprego. Uma característica fundamental é a valorização do trabalho e da cultura dessas pessoas, que aumentam sua autoestima e reconhecem que contribuem para a sociedade através do seu trabalho. Essas iniciativas promovem o desenvolvimento local através da compra e venda dos produtos, assim como as formas de produção.

As incubadoras tem um papel fundamental para o melhoramento desses grupos, com destaque para a Incubadora da UEFS, que auxiliam esses grupos e dão oportunidade de inserção a essas pessoas. O que ocorre é uma troca de conhecimento entre ambas, os grupos auxiliados a enxergam como uma importante contribuinte para o seu desenvolvimento. Através dessas realidades percebe-se que a economia popular e solidária realmente pode resultar em uma melhoria da qualidade de vida para as pessoas e desenvolvimento local, pois de fato se constitui em uma economia que respeita as diversas dimensões da vida.

REFERÊNCIAS

IASKIO, Emerson. **A Economia Solidária e a Concorrência Capitalista.** Disponível em: < http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Capitalismo%20Contempor%C3%A2neo,%20Socialismo%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria/A%20ECONOMIA%20SOLID%C3%81RIA%20E%20A%20CONCORR%C3%8ANCIA%20CAPITALISTA.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2017.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Estudos sobre a economia solidária: buscando a objetivação do campo**. 2013

LIMA, José Raimundo Oliveira. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Otra Economía**, Unisinos, v. 10, n. 18, p.3-17, jan. 2016. Semestral.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes de colaboração solidária**. 2005. Disponível em: < http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redes_de_Colaboracao_Solidaria.pdf> Acesso em: 8 de agosto de 2017.

SILVA, Luiz Antônio Coelho. **Autogestão na Economia Solidária: metodologias e práticas coletivas na formação de atores sociais.** 2015. Disponível em: < https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/21920/1/LuizAntonioCoelhoDaSilva_TESE.pdf> Acesso em: 21 de junho de 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

CARACTERIZAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO ENTRE A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Sara da Silva Araujo[5]

RESUMO: Como outro modo de produção se dá à economia solidária, assim Paul Singer discute que os princípios básicos se tangem pela propriedade coletiva ou associada, onde o capital é pertencente dos trabalhadores envolvidos, dando um resultado igualitário e solidário, com um mecanismo de redistribuição solidária de renda. Este trabalho teve como objetivo caracterizar a economia popular e solidária com base em seus princípios e práticas, bem como uma caracterização do desenvolvimento local, com uma base metodológica através da pesquisa descritiva e levantamento bibliográfico. E foi caracterizando e apontando os princípios da economia popular e solidária, bem como do desenvolvimento local, se baseando em relevantes referências teóricas, que foram apontada as contribuições da ação da economia popular solidária ao desenvolvimento local.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Local. Economia Popular e Solidária.

1 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Com uma rotina capitalista na sociedade, as relações sociais estão caindo na precarização de forma ágil e desigualando as pessoas individualmente. No intuito do alcance acelerado do crescimento econômico e maiores lucros por setores empresariais, a produção capitalista toma um rumo descomedido, havendo precarização e exploração no âmbito trabalhista, fuga de capital, devastação de recursos naturais e aumentando a desigualdade econômica.

Discordante, a economia popular e solidária é discutida como uma alternativa aos processos capitalistas, uma vez que se propõe a novo modo de produção, em que centraliza a valorização do ser humano, e não no capital. Num modelo consistente na divisão igualitária dos ganhos e numa autogestão, em que todos participam dos processos decisórios.

Para tanto, o modelo como da economia popular e solidária, está intrinsicamente relacionado com um desenvolvimento que se pensa de modo endógeno, visando dimensões locais, não se limitado ao mercadológico.

É nesse sentido em que discorre este capítulo, descrevendo as características, bem como as semelhanças, da economia popular solidária e do

[5] Graduanda de Economia da UEFS. E-mail: sarinhaask8@hotmail.com.

desenvolvimento local solidário, e suas correlações enquanto contribuições para suas ações em conjunto.

2 CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS BÁSICOS.

A Economia Solidária segue a um princípio de igualdade, onde há trabalho coletivo para uma geração de renda e distribuição igualitária da mesma, tende ao sentimento de solidariedade e produção e consumo consciente.

Como Laville e Gaiger (2009) discutem num trabalho em conjunto, que a economia solidária vem se expressando por várias formas: grupo produtivo, associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas e redes, sistemas de comércio justo e de finanças. Geralmente esses seguimentos são originários de uma classe de excluídos do mercado de trabalho, bem como por opção ao trabalho coletivo, sem hierarquias e patrões.

A cooperação é um princípio basilar da economia solidária, indicado pela SENAES, norteador juntamente com a ação econômica que é a conjuntura dos agregados de esforços e recursos pessoais e/ou das organizações para produção. No intuito de estabelecer uma boa relação social, se designa a partir de sentimento da solidariedade e o modo especifico da autogestão que é um fortalecimento democrático intra e extra iniciativas, visando o empoderamento individual, coletivo e desenvolvimento local.

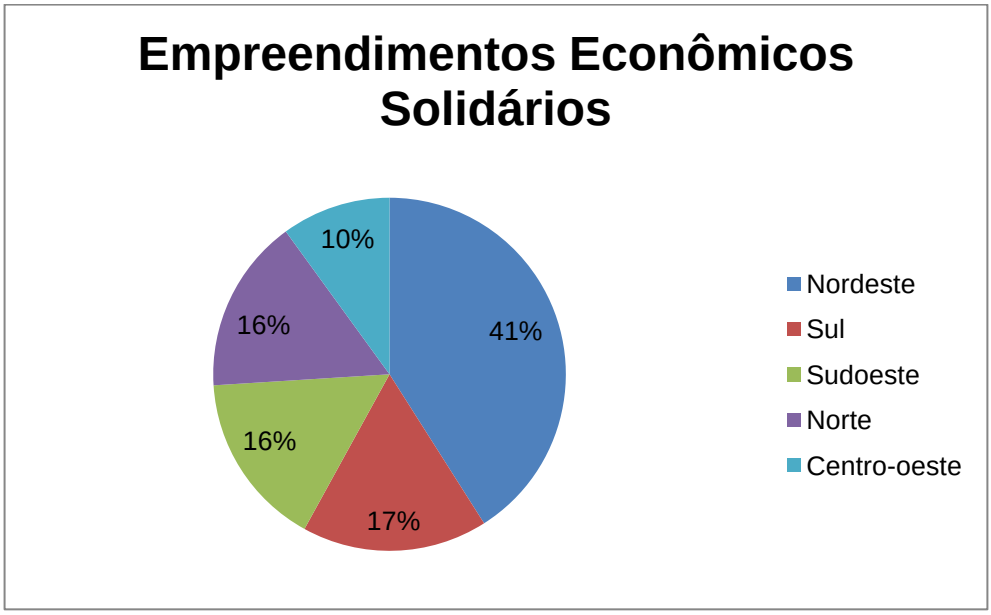
Gaiger (2014) apresenta o segundo levantamento da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), através do SIES (Sistema de Informações sobre Economia Solidária) no período de 2009 - 2013, em que compreende cooperativas, associações, bem como grupos solidários populares, além de outras tipologias, como empreendimentos econômicos solidários.

Foram identificados 19.708 empreendimentos econômicos solidários e 1.423.631 associados, entre homens e mulheres. A região Nordeste lidera no que diz respeito à prática solidária nos negócios com 41% dos empreendimentos econômicos solidários e com 37% dos sócios, em seguida tem-se a região Sul com 17% dos EES e 27% dos sócios, região Sudeste com 16% dos EES e 8% dos sócios, região Norte com a mesma porcentagem da região Sudoeste com 16% dos

EES, no entanto 20% dos sócios e na região Centro-Oeste com 10% dos EES e 8% dos sócios.

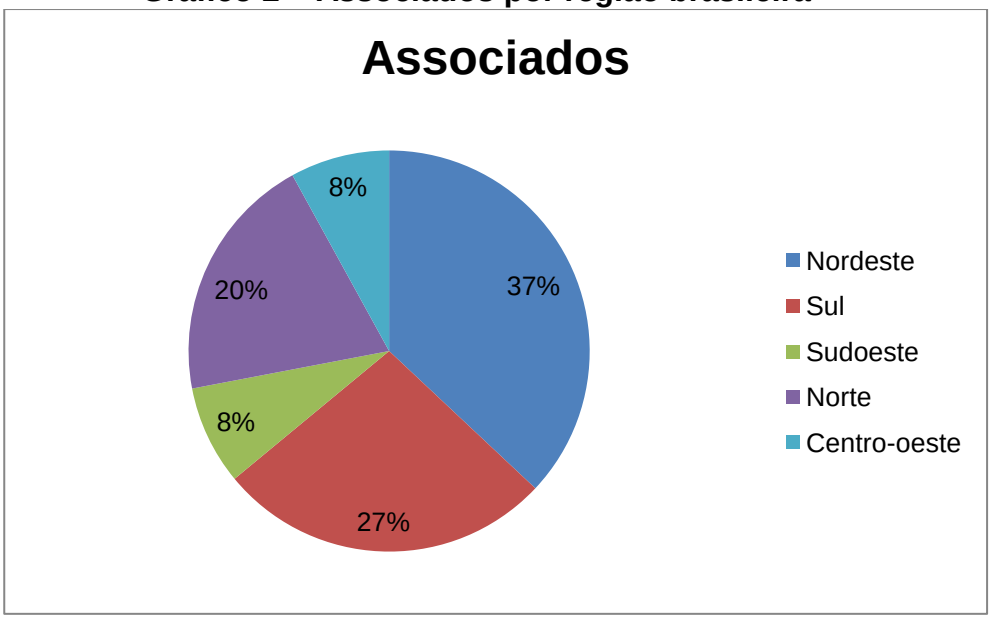
Demonstrado a seguir nos seguintes gráficos, as dimensões em porcentagem por região brasileira, dos empreendimentos econômicos solidários e da também dos associados:

Gráfico 1 – Empreendimentos econômicos solidários por região brasileira



Fonte: Gaiger (2014) - Elaboração do autor

Gráfico 2 – Associados por região brasileira



Fonte: Gaiger (2014) - Elaboração do autor

A partir das dimensões dos números apresentados é observado a sua expressividade, mostrando um nível das organizações, em que potencialmente acarreta proposito econômicos, para esses empreendimentos estarem trabalhando em prol da produção coletiva.

Num âmbito econômico atual é vivenciado um sistema capitalista, um modo de produção com excedente, em que se almeja a acumulação de capital perante o lucro, por um modo de exploração das forças trabalhistas e de produção.

Singer (2002), explica que o capitalismo como um modo de produção em que se aplica o individualismo do capital, onde se divide as classes em: classe possuidora do capital e a classe fornecedora da força de trabalho para a mesma resultam numa competição desigual.

Na distinção entre os modos de trabalho do capitalismo, Singer demonstra a economia solidária como uma alternativa a outro modo de produção onde se principia pela propriedade coletiva e direito à liberdade individual com trabalho coletivo.

E, ainda a principal diferença entre as iniciativas econômicas dos modos de produção, capitalistas e econômicos solidários é o modo de gerir, sendo na economia solidária adotada o princípio da autogestão, que é uma forma de administração democrática, onde as decisões são tomadas coletivamente, por utilizar os meios de produção socialmente, repartindo a responsabilidade e os resultados gerados pelo trabalho.

Sendo um processo político, prático e democrático, uma vez que os sócios se esforçam para além dos cumprimentos de tarefas, preocupando-se também com decisões amplas para um melhor gerenciamento e obtenção de bons resultados. Logo, ocorrem desafios constantes, porém, que com a cooperação ira efetivar e dar mais eficiência na autogestão da iniciativa econômica.

Na promoção e vivência de um modo de produção alterno do capitalismo, é adicionada a dinâmica da economia popular que Icaza e Tiriba (2009) entendem como um conjunto de atividade econômica, realizada pelos sujeitos da classe trabalhadora, para assegurar a reprodução da vida social. E, para além, das atividades econômicas e ganhos monetários, há ação coletiva.

O quadro 1 sintetiza e elencam as perspectivas da economia popular e solidária:

Quadro 1 - Economia Popular e Solidária e Economia Solidária: Semelhanças e Diferenças

ECONOMIA POPULAR	ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA	ECONOMIA SOLIDÁRIA
O trabalho é realizado normalmente de forma individualizada, mas a bem e, não raro, com apoio de um coletivo às vezes familiar, vizinhos ou amigos. Existe sempre algum laço de solidariedade que os envolve.	O trabalho é realizado por um coletivo com base em princípios e fundamentos específicos e as iniciativas têm origem e são protagonizadas pelos movimentos populares ou populares organizados. A solidariedade está presente e assume caráter político de relação e produção associada.	O trabalho é realizado por um coletivo. A solidariedade está presente e assume um caráter mobilizador por políticas públicas.
Constituída por sujeitos em situação de vulnerabilidade.	Constituída por sujeitos em situação de vulnerabilidade e também por opção dos trabalhadores pelo trabalho coletivo, mas que se organiza politicamente enquanto produção associada nos diversos movimentos.	Não necessariamente constituída por sujeitos em situação de vulnerabilidade social, apesar de também agregá-los e envolver os movimentos.
A iniciativa é normalmente formada individualmente ou por pequenos grupos de trabalho e visa resultados imediatos.	A iniciativa é normalmente formada por pequenos grupos de trabalho, porém, também pode ser constituídas por grupos maiores, visa satisfazer necessidades de reprodução da vida, mas também age sobre as necessidades imediatas das diversas dimensões de atuação do homem organizadamente.	A iniciativa é constituída por grupos pequenos, médios e por grandes redes. Constitui-se também num movimento mobilizado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária articulados pela SENAES/SETRE.
Os trabalhadores tendem reproduzir a lógica capitalista nas relações de trabalho (produção e comercialização), mas não consegue acumular organizadamente.	Os trabalhadores procuram desenvolver atividades no processo de trabalho de forma a não reproduzir a lógica do modelo capitalista, apesar de estarem inseridos no sistema e de se reproduzirem nas contradições das relações sistêmicas. Não acumula capital e procuram socializar as sobras em diversas necessidades coletivas e em formas diferenciadas de organização.	Os trabalhadores procuram desenvolver atividades no processo de trabalho de forma a não reproduzir a lógica do capitalismo, apesar de nele estarem inseridos e de se reproduzirem nas relações inerentes ao sistema. Como não é uniforme na maneira de organizar-se pode haver acumulação de capital.

Não se caracteriza como um contraponto ao capitalismo, mas como alternativa ao desemprego. Aproxima-se muito da chamada economia informal. Tem origem no Exército de Reservas.	Caracteriza-se como forma de resistência em manifestações às desigualdades e tenta desenvolver o processo de trabalho de forma educativa, de maneira organizativa diferenciada das outras iniciativas privadas. É a própria da América Latina, sustenta-se nos movimentos sociais e procura ser a Economia Política dos Setores Populares.	Prospectada como um contraponto ao capitalismo. Encontra-se muito atrelada às políticas públicas da SENAES. Agrega empreendimentos de diversas tipologias.

Fonte: LIMA (2011)

O quadro acima apresenta a partir das perspectivas da economia popular e solidária, um ambiente que consiste em trilhar caminhos para minimizar as desigualdades socioeconômicas, com características de trabalho coletivo, tanto em termos dos sujeitos quanto da produção, o que leva a dinamizar e seguir um princípio de processos igualitários, logo, se observa as características da economia popular e solidária.

Contudo a economia popular e solidária se dá pela realização de suas atividades econômicas e socioprodutivas, contrastando com o comportamento econômico padrão da economia tradicional do capitalismo, baseando-se nas relações sociais, distribuição justa dos resultados, bem como no exercício do consumo consciente.

O desenvolvimento econômico é relevante para condicionar as tendências da economia, no entanto seu conceito é geralmente equivalido ao crescimento econômico, não obstante tal equivalência é questionada desde 1960, a partir do crescimento acelerado de países periféricos, o que leva em contradição tais conceitos, até então há confusão para análise mesmo como todos os indicadores usados para se avaliar a dimensão de uma economia.

A Teoria do Desenvolvimento Econômico, da visão schumpeteriana caracteriza a diferença, em que o crescimento de uma economia será através do fluxo circular de equilíbrio com relação à expansão demográfica, e o desenvolvimento se dá por um processo produtivo com o incremento de inovação tecnológica.

Contudo, o crescimento econômico agrega taxas, como de desemprego que teriam que ser analisadas, em uma economia capitalista, em conjunto com outras variáveis de produção e mercado.

Assim, Souza (1997), cita uma corrente de economistas que analisa a economia subdesenvolvida dentro da realidade e propõe o crescimento econômico como variação quantitativa e o desenvolvimento elencam qualitativamente as alterações na população, em instituições e estruturas produtivas, implicando assim em mudanças nas estruturas e produtivas dos agentes envolvidos, no âmbito econômico, social, institucional e político.

E, uma junção de perspectivas é visualizada a partir da ideia do desenvolvimento como liberdade que Amarrya (2000) traz, onde é notada uma característica de mais inclusão, participação das instituições de todas as esferas e ainda o crescimento econômico como um elemento para o desenvolvimento.

Para um âmbito em que se preserva a ideia de evolução de uma determinada localidade e prospecção da economia da mesma, se interlaça a partir de um viés de desenvolvimento local.

Rogério Amaro (2009) contempla em seus trabalhos acadêmicos a desenvoltura de um desenvolvimento local, incluindo algumas contribuições, formula uma genérica definição, sendo.

> [...] o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (AMARO, 2009, p.108).

Para os países subdesenvolvidos havia uma tendência de seguir o modelo de desenvolvimento com base no crescimento econômico, que constitui os países desenvolvidos com vertentes principalmente na industrialização. Amaro (2009) observa problemas no sentindo de excluir os anseios das comunidades locais, desvalorização histórico-popular, aumento da dependência externa e aumento de problemas socioeconômicos, bem como culturais e ambientais.

Amaro (2009) aponta constatações de técnicos de organizações internacionais e de organizações não governamentais, expõe um método prático a partir de fundamentos, como diagnóstico das necessidades locais, as respostas para essas necessidades com base nos recursos locais e a abordagem desses problemas e soluções sejam feitas de forma integrada com diversas áreas.

Quando se agrega a perspectiva do desenvolvimento local e solidário em um aspecto quantitativo e qualitativo Pateo e Sígolo (2006) aponta um modo de acesso dos bens materiais e culturais a partir de cada pessoa da localidade, e

alteração qualitativamente nas relações sociais, o que possibilita mudança no acesso àqueles bens.

Para sistematizar, Lima (2014) traz um quadro perante o processo de desenvolvimento quanto objetivo de orientação socioeconômica:

Quadro 2 - A Evolução do Processo de Desenvolvimento enquanto Objetivo de Orientação Socioeconômica.

Desenvolvi-mento – Crescimento	Desenvolvi -mentismo	Desenvolvi-mento Local	Desenvolvimen-to Sustentável	Desenvolvimen-to Local Solidário
Processo produtivo puramente econômico, desordenado e com ênfase apenas no volume da produção e no aumento da renda nacional concentrada. Posiciona-se mais do ponto de vista de uma estrutura fechada, acumulação interna de capital. Movimento exógeno de capital.	Processo produtivo mais organizado e orientado, que desenvolve as forças produtivas nas quais aparecem os parâmetros de mercado como base organizativa , numa perspectiva global, nas relações entre economias. Movimento exógeno, mas com perspectiva endógena de acumulação de capital.	Processo produtivo mais organizado, no qual aparece a ideia de mercado como base organizativa, com ênfase em algumas “ilhas de excelência” diferenciadas que se projetam como uma dimensão representativa do nacional ou global. Movimento exógeno de capital, mas, normalmente, interno à economia nacional.	Processo sistêmico que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades; preocupa-se com os recursos da terra e busca preservar as espécies e seus habitats. Movimento exógeno de capital, mas com alguma regulação.	Processo de desenvolvimento que considera outras dimensões como social, política, ambiental, cultural, educacional, não apenas a mercadológica. Relaciona-se globalmente, em especial pela solidariedade em rede entre os povos, sem perder sua totalidade e características locais, propõe-se como um desenvolvimento de “baixo para cima”. Pode-se considerar como “Desenvolvimento Local Solidário”. Movimentos exógenos e endógenos de sobras e experiências.

Fonte: LIMA (2014)

Consegue-se a partir do quadro acima, distinguir concepções diferentes entre conceitos de desenvolvimento, que vem de uma visão direta para aumento do volume da renda e acumulação de riqueza com efeito acelerado, até outra visão, que é o desenvolvimento local solidário, que trata as dimensões sociais, ambientais,

políticas, culturais e educacionais, fundamentais para constar na análise de uma economia.

Identificando as correlações da economia popular e solidária e desenvolvimento local solidário, pode se observar que suas características tendem a mover ações em conjunto. Sendo que a economia popular e solidária prioriza os trabalhos com valorização do ser humano, consumo consciente, rateio igualitário de sobras e uma gestão democrática, é observado o caminhar paralelo com o desenvolvimento local solidário uma vez que, o mesmo, para além do econômico, considera dimensões sociais, ambientais, culturais e políticas.

3 CONTRIBUIÇÕES DA AÇÃO DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para uma evolução de trabalho dentro de um território, gerando trabalho e também renda para comunidades locais há instrumentos de estratégicas para um desenvolvimento local, que incentiva o desenvolvimento com sustentabilidade visando à melhoria da localidade.

Os referidos instrumentos postos por Pateo e Sígolo (2006) em seu trabalho de pesquisa na ITCP-USP, são contribuições a partir das iniciativas da economia popular e solidária: as incubadoras de empreendimentos augestionários, que são as fomentadoras da sua emancipação política e geração de renda, através de um acompanhamento de formação dos grupos populares. Também existem os clubes de trocas, onde grupos se reúnem para trocar produtos, serviços e saberes, via moeda social gerida democraticamente pelo grupo.

Pateo e Sígolo (2006) ainda cita que outras estratégias também alinhadas no sentido de desenvolver a localidade, é a formação de agentes locais no intuito de promover o desenvolvimento local, tendo esse agente um papel de articulador e promoções das atividades das políticas públicas do desenvolvimento da sua comunidade. No sentido também da política pública, há os centros de referências local da economia solidária como outro auxílio para discutir as práticas da economia solidária.

É notória a diversidade, em potencial, que a ideia do desenvolvimento local no Brasil se coloca, que é a partir de elementos que se apresentam em formas e inciativas do desenvolvimento local e assim destaca Silveira (2002):

> [...] a ênfase na cooperação e na aprendizagem (formação de capital social e humano); a gestação de novos arranjos produtivos ancorados no território, a integração de serviços de apoio a micro e pequenos empreendimentos (crédito, capacitação gerencial e tecnológica, informação de mercado), a articulação intersetorial de políticas públicas, a constituição de esferas públicas ampliadas com participação direta de atores locais e, mais amplamente, a perspectiva do protagonismo local (SILVEIRA, 2002, p. 240).

As contribuições da ação da economia popular e solidária vêm a partir dos seus princípios que se interligam com as características do desenvolvimento local, uma vez que, almeja o mesmo processo político-democrático, a dimensão com uma relação social mais solidária e também potencialização da localidade.

REFERÊNCIAS

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio.**Dicionário Internacional da Outra Economia.** São Paulo: Almedina, 2009. p. 108-113. (Políticas Sociais).

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**; Tradução Laura Teixeira Morta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio.**Dicionário Internacional da Outra Economia.**São Paulo: Almedina, 2009. p. 150-155.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** São Paulo: Almedina, 2009. p. 162-168.

LIMA, José Raimundo O. **Economia Popular e Solidária enquanto economia política dos setores populares: princípios e dimensões fundamentais.** Conferência proferida no II Seminário da Casa do Trabalhador de Feira de Santana, dezembro de 2011, Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico – Feira de Santana.

LIMA, José Raimundo Oliveira. **A Economia Popular Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário no Município de Feira de Santana – BA.** Tese. Doutorado em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia. Salvador. 2014 305f.: il

SILVEIRA Caio Marcio. Desenvolvimento Local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. In: FISCHER, Tania. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.**Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002. p. 239-244.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª ed. – São Paulo: Fundação PerceuAbramo, 2002.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PATEO, Felipe; SÍGOLO, Vanessa. **Um estudo sobre desenvolvimento local Solidário:** Conceitos e Estratégias**.** ITCP-USP, 2006. Disponível em: http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Capitalismo%20Contemporâneo,%20Socialismo%20e%20Economia%20Solidária/UM%20ESTUDO%20SOBRE%20DESENVOLVIMENTO%20LOCAL%20SOLIDÁRIO%20CONCEITOS%20….pdf.

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS NA BAHIA

Ana Georgina Peixoto Rocha[6]; Maria de Fátima Santiago Aranha[7]

Resumo: Nas últimas décadas, iniciativas diferenciadas de produção e comercialização ganharam relevância, tendo como elemento comum o questionamento do sistema agroalimentar dominante e a ideia de valorização de processos locais/territoriais. Essas iniciativas reconfiguram a ideia de mercado enquanto um mero espaço de troca regulado pelo preço, incorporando novas dimensões que envolvem aspectos geográficos, culturais, sociais e ambientais. Estão associadas, também, com o debate sobre a agricultura familiar e a sua importância nos espaços rurais, em uma perspectiva de desenvolvimento territorial. Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo discutir distintas formas de inserção dos agricultores familiares nos circuitos curtos de comercialização. A metodologia utilizada está baseada na realização de entrevistas semi-estruturadas com agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização no estado da Bahia. Essas experiências têm contribuído para uma valorização dos produtos da agricultura familiar e um fortalecimento do processo organizativo, incorporando novas dinâmicas socioeconômicas nos territórios.

Palavras-chave: Circuitos Curtos de Comercialização. Desenvolvimento Local. Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

Os chamados “circuitos curtos” são canais de comercialização diferenciados em que existe um vínculo entre o produtor e o consumidor. Os circuitos curtos de comercialização são tipificados por meio da venda direta – existindo a relação direta entre o produtor e o consumidor, dentro ou fora das propriedades –, ou da venda indireta, com apenas um intermediário entre o produtor e o consumidor e os produtos são comercializados em feiras, lojas especializadas independentes, lojas virtuais etc. (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013).

O objetivo desse trabalho consiste em discutir distintas formas de inserção dos agricultores familiares nos circuitos curtos de comercialização. Partindo-se do debate teórico sobre a construção social dos mercados, busca-se

[6] Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: anageorgina@ufrb.edu.br.
[7] Tecnóloga em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: fatima.aranha93@gmail.com.

identificar e compreender experiências que têm surgido no estado da Bahia e suas relações com as dinâmicas territoriais.

A metodologia utilizada está baseada na realização de entrevistas semi-estruturadas com agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização no Território do Recôncavo, estado da Bahia. O trabalho aqui apresentado integra um projeto mais amplo de pesquisa que busca identificar experiências de circuitos curtos de comercialização nos territórios do estado da Bahia e suas características.

Nesse trabalho, são apresentadas duas experiências de circuitos curtos no Território do Recôncavo: um grupo de consumo e uma feira da agricultura familiar. Foi feita a entrevista com dois articuladores da feira (o coordenador e um voluntário), através de um roteiro semi-estruturado. Na experiência do grupo de consumo, foram sistematizados os resultados do acompanhamento das atividades do grupo pelo projeto de extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

2 OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

A crise do modelo agroalimentar possibilita novas alternativas de desenvolvimento local que possam abranger aspectos produtivos e econômicos, associados aos valores sociais, éticos e culturais. São iniciativas norteadas pelos princípios da autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais (DAROLT, 2013). Estão relacionadas com a ideia de criação de mercados locais, pautados em uma lógica diferenciada, que ultrapassa a dimensão econômica.

O mercado é entendido enquanto um espaço de interação social. Como destaca Abramovay (2004, p. 58), são espaços de confronto, que assumem formas diferentes dependendo das características dos atores envolvidos. Segundo o autor, os mercados, em uma abordagem sociológica, devem ser compreendidos

> [...] não como premissas da ação econômica, mas como resultados concretos – e sempre imprevistos, uma vez que dependentes da evolução real da relação entre os atores – da interação social. (ABRAMOVAY, 2004, p. 58).

Um estudo da CEPAL (2013) identificou dez tipos de circuitos curtos: venda direta na propriedade, venda direta em feiras locais, vendas no comércio

(pontos de venda coletivos, restaurantes, varejistas etc.), venda direta em supermercados, entrega em domicílio, venda antecipada, venda por encomenda (internet e outros), consumo direto na propriedade (agroturismo), venda ao setor público e exportação de acordo com as normas do comércio justo.

> O conceito de cadeias curtas pode ser entendido de diferentes maneiras, em função de variáveis como o número de intermediários, a distância física que um produto percorre, os atributos de qualidade ou até a logística da cadeia (TONACCA, RAMÍREZ; GRÜEBLER, 2017, p. 307-308).

De acordo com os autores, é difícil uma definição que consiga abranger a diversidade de experiências consideradas como cadeias curtas de abastecimento ou redes alternativas de alimentos.

Segundo Bava (2012), o circuito curto é conceituado pela aproximação entre os locais de produção e consumo de bens e serviços, a diminuição das distâncias percorridas pelos produtos para chegar ao destino final, a participação mais efetiva dos atores sociais nos processos que envolvem a decisão política, e, por fim, o maior cuidado com o meio ambiente do espaço em que moram.

Para Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), as propriedades que realizam os circuitos curtos de comercialização possuem as seguintes características: o agricultor possui maior autonomia; a área da propriedade é em média menor que 20 hectares; existe maior aproximação entre o produtor e o consumidor; a mão de obra é familiar e marcada por diferentes competências; e a propriedade tende a ser pluriativa.

De acordo com o estudo da CEPAL (2013), os circuitos curtos têm sido considerados um importante vetor de dinamização e atração dos territórios, contribuindo para a relocalização da economia, para a criação de emprego, para a geração de maior valor agregado a partir de ativos imateriais, como marcas e identidades territoriais.

No Brasil, essas experiências também estão fortemente associadas com a necessidade de geração de renda e de trabalho para segmentos da população que não conseguem inserção nos espaços formais. Os circuitos curtos de produção e consumo são marcados por ensinamentos de uma longa trajetória de experiências nascidas na sociedade civil, que são resultantes da resistência e das iniciativas de movimentos sociais e redes de cidadania para enfrentar os problemas da pobreza no Brasil. (BAVA, 2012).

No caso da agricultura familiar, um dos principais desafios é justamente o acesso aos mercados para a comercialização dos seus produtos. E os circuitos curtos representam a possibilidade de criar novas alternativas de acesso aos mercados para esse segmento, "[...] não apenas contra as ameaças de exclusão, mas, sobretudo, para gerar um 'valor agregado' suficiente para enfrentar as novas condições de cidadania" (WILKINSON, 2008, p. 142). Esses espaços são criados levando em consideração as características próprias da agricultura familiar, relacionadas com aspectos geográficos, culturais, ambientais etc.

A questão dos mercados para a agricultura familiar é um tema que ganha relevância nos últimos anos no debate sobre desenvolvimento rural. Embora exista uma diversidade de agricultores familiares, com formas de inserção nos mercados (convencionais ou os chamados "alternativos") também diversas, considera-se que é crucial discutir a criação de mercados locais pautados em uma lógica diferente de produção/comercialização e de consumo, como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar.

Os mercados institucionais, considerados também como circuitos curtos, têm ocupado um espaço nas estratégias de comercialização dos agricultores familiares, através de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Contudo, são inúmeros os estudos que têm mostrado as dificuldades enfrentadas pelos agricultores para o acesso a essas políticas.[8]

Essas experiências têm crescido no Brasil, assumindo configurações diversas. No estado da Bahia, é possível verificar também o crescimento dessas iniciativas, mesmo que de forma mais incipiente do que em outras regiões do país.

3 AS EXPERIÊNCIAS DOS CIRCUITOS CURTOS NO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO

Levantamento realizado no Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e em outros *sites* na internet, entre abril e maio de 2018, identificou dezoito feiras de agricultores, seis lojas virtuais e três grupos de consumo no estado da Bahia. Vale destacar a dificuldade na identificação dessas experiências. Como destacam Tonacca, Ramírez e Grüebler (2017), analisando experiências na América Latina,

[8] Ver, por exemplo, o trabalho de Triches (2015).

essa dificuldade está relacionada aos seguintes fatores: a própria diversidade existente, com formas distintas de difícil definição, classificação e comparação; e o alcance local, com certa limitação geográfica e com pouca visibilidade.

São apresentadas aqui duas experiências de circuitos curtos do Território do Recôncavo: um grupo de consumo e uma feira agroecológica. Considera-se importante a identificação dessas experiências, bem como a sua sistematização, para compreender os aspectos relacionados com a inserção dos agricultores nos circuitos curtos (motivações, dificuldades e desafios da inserção nesse tipo de circuito de comercialização) e as novas dinâmicas socioeconômicas nos territórios.

Os grupos de consumo são iniciativas que articulam produtores e consumidores em uma forma diferenciada de comercialização, cujo princípio básico é o consumo responsável, entendido como:

> [...] a intervenção do consumidor que entende que suas escolhas diárias afetam sua qualidade de vida, a sociedade, a economia e a natureza. Assim, esse consumidor (um indivíduo, um grupo ou uma instituição) busca alternativas, ajudando a construir opções saudáveis, sustentáveis e responsáveis de produção, comercialização e consumo (INSTITUTO KAIRÓS, 2011, p. 5).

Mascarenhas, Gonçalves e Bensadon (2014) destacam o papel político desses grupos, em que a compra coletiva incorpora aspectos que ultrapassam a dimensão das relações estritamente comerciais, sendo uma forma de resistência às práticas tradicionais de produção e consumo. Nesse sentido, essas experiências "[...] reconhecem e afirmam, através de suas práticas, que aspectos sociais e ambientais são essenciais para a sociedade e não apenas econômicos, como propõe a visão de mercado dominante." (p. 17).

Será abordada aqui também a experiência de um grupo de consumo no Território do Recôncavo, no município de Cruz das Almas. Esse grupo foi criado em 2015, a partir das atividades de um projeto de extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), cujo objetivo é articular produtores e consumidores, estimulando novas formas de comercialização no Território do Recôncavo.

O grupo começou com a organização de agricultores familiares de uma comunidade rural do Território, situada no município de Muritiba. A ideia era trabalhar com os agricultores todo o processo de comercialização da venda direta dos produtos através da entrega em domicílio. Essa entrega teria como público principal a comunidade acadêmica dos *campi* da UFRB situados em Cruz das

Almas. No âmbito do projeto de extensão, foram realizadas diversas atividades para criar o grupo de consumo e, posteriormente, organizar a entrega de produtos em conjunto com os agricultores. A metodologia do trabalho com a comunidade foi participativa para assegurar a participação dos agricultores em todo o processo.

Os consumidores podiam fazer os pedidos dos produtos através de um e-mail do grupo e as entregas eram feitas pelos agricultores quinzenalmente em domicílio. Os preços dos produtos foram definidos através de pesquisa na feira livre do município de Cruz das Almas, com a finalidade de chegar a um preço de mercado para atrair os consumidores. Foi utilizada essa metodologia de definição de preço levando em consideração a dificuldade dos agricultores em calcular os custos de produção e chegar a um preço final.

Paralelo às entregas, era realizado um processo formativo, através de oficinas direcionadas para as dificuldades da comunidade, como o problema das pragas e o uso de agrotóxicos. Uma das oficinas foi direcionada para o melhor aproveitamento dos produtos da comunidade, buscando reduzir as perdas que eram recorrentes, além de agregar mais valor aos produtos através do beneficiamento. Produtos como sorvete de mandioca, bolos e sobremesas típicas do Território foram incluídos, promovendo também o conhecimento dos consumidores de novos produtos locais.

A entrega dos produtos nos domicílios pelos próprios agricultores possibilitou a proximidade destes com os consumidores, tendo um papel importante para a valorização da atividade dos agricultores familiares envolvidos.[9] Em 2018, foram incluídos agricultores de comunidades rurais dos municípios de Cruz das Almas e Maragogipe. Com isso, houve a possibilidade de uma maior oferta de produtos e de uma regularidade nas entregas. Assim, atualmente, além da comunidade inicial do grupo, estão envolvidos quatro agricultores.

Os principais produtos comercializados no grupo são: tomate, laranja, limão, aipim, feijão, abóbora, ovo caipira. Na parte dos produtos beneficiados, os bolos, biscoitinhos de goma, sorvete de aipim e jaca, pizza de aipim e cocada.

A logística do grupo de consumo para realizar as entregas está dividida nos momentos: levantamento dos alimentos disponíveis com os produtores, envio da

[9] As atividades do projeto de extensão tiveram início em março de 2015. Os encontros com a comunidade e as oficinas contavam, em média, com 15 pessoas. O grupo de consumo teve a participação de 8 agricultores.

lista de pedidos para os consumidores via correio eletrônico (contendo os produtos que poderão ser ofertados no dia da entrega, seguido do preço, identificação do consumidor, endereço e valor total da compra), além disso, sistematização dos pedidos e repasse da quantidade para os agricultores, reunião com os agricultores para separação dos produtos por consumidor e entrega nos domicílios dos consumidores.

A organização financeira do grupo acontece logo após a realização das entregas, em que cada agricultor recebe o valor correspondente à quantidade que vendeu. É separado um valor para constituir um fundo para a sustentabilidade do grupo.

As entregas dos produtos acontecem quinzenalmente e é cobrada uma taxa de entrega de R$5,00 (cinco Reais), com a finalidade de custear as despesas de transporte, de embalagem etc. Os produtores são responsáveis pela entrega dos produtos no domicílio, favorecendo assim a criação de um vínculo de aproximação entre o produtor e o consumidor, pois o consumidor pode tirar dúvidas sobre os produtos e conhecer como é realizado o cultivo e a preparação dos produtos. Já o produtor conhece um canal de comercialização diferenciado, marcado pelo processo de autogestão e também poderá trocar conhecimentos com os consumidores. De acordo com o Instituto Kairós (2013), nos grupos de consumo responsável os produtores e os consumidores mantêm relações de aproximação, o que transforma o ato de compra do consumidor em um ato político.

As feiras agroecológicas são também entendidas como experiências de circuitos curtos de comercialização, na medida em que são espaços direcionados para a venda de produtos da agricultura familiar, que não permitem a participação de atravessadores e valorizam a venda de produtos locais/territoriais. Embora com uma nova configuração, essas feiras resgatam formas tradicionais de comercialização, que são as feiras livres dos municípios.

No município de Santo Antônio de Jesus, no Território do Recôncavo, foi criada em 2017 uma feira com a finalidade de fomentar a geração de renda dos agricultores e promover a saúde da população, através de produtos com qualidade.

A feira foi iniciada com oito produtores e, em maio de 2018, contava com a participação de vinte e seis, sendo que, em média, participam de dez a doze agricultores com maior frequência. A feira tem caráter semanal, especificamente aos

dias de domingo, no período da manhã. Os agricultores são de três comunidades do município. Os principais produtos comercializados são o aipim, alecrim, beterraba, capim santo, cenoura, fruta-pão, laranja, limão, tomate, inhame, jaca, hortaliças e ovos caipira. Já na parte de produtos beneficiados são feitos bolos e mingau. Todos os produtos são cultivados pelos agricultores e a ideia surgiu para desvincular a dependência que existia entre os produtores e atravessadores.

A iniciativa, segundo os entrevistados, tem como princípio a produção sem agrotóxicos e o preço justo. Os preços dos produtos são definidos através de pesquisa de mercado na feira e nos supermercados das cidades. A ideia de preço justo, segundo os entrevistados, é aquele preço que é “bom” tanto para os produtores quanto para os consumidores.

O público da feira é bem diversificado e a média de consumidores é em torno de 150 pessoas semanalmente. Os produtores são responsáveis por trazer o produto da zona rural até a feira, atender bem o cliente, apresentar o produto, pesar e identificar o preço na etiqueta. O pagamento dos produtos é feito em um caixa centralizado. A implantação do caixa na feira surgiu com a finalidade da venda ser feita de forma mais rápida para que os produtores não perdessem tempo dando troco, garantindo melhor qualidade do atendimento e a não manipulação de dinheiro e de alimentos ao mesmo tempo. Essa ideia do caixa favoreceu um controle financeiro mais efetivo, já que os produtos saem das barracas com a etiqueta identificando o produto, o produtor e o valor do produto. Destaca-se que uma via da etiqueta fica retida no caixa e outra com o consumidor, permitindo assim que o mesmo possa comprovar a qualidade do produto e se tiver algum problema na compra possa dar um retorno para o produtor e tentar ajustar os possíveis danos.

Aos produtores cabe também a organização dos produtos nas barracas, garantindo a apresentação dos produtos de forma atraente e um ambiente organizado para os consumidores. Existem dois articuladores (o coordenador da feira e outro voluntário) que contribuem nos processos de organização, logística das barracas e controle financeiro.

Tonacca, Ramírez e Grüebler (2017) destacam que as cadeias curtas envolvem diversas interações sociais, e determinados atores desempenham um papel de intermediação entre os consumidores e os agricultores, o que contribui para a sustentabilidade da experiência, através da formação de vínculos.

A média do faturamento semanal da feira é de R$1.500,00, resultante da venda dos produtos de todos os agricultores. Para cobrir as despesas de gasolina e de outros custos que envolvem a feira, cada agricultor contribui com 10% e para a embalagem é destinado 1%, totalizando 11% de contribuição, com base no valor da sua venda.

As sobras dos produtos que não conseguem retornar para as propriedades rurais são em média de 3% a 5%. São, em geral, hortaliças, com alto grau de perecibilidade. As sobras são doadas para instituições em Santo Antônio de Jesus, como um abrigo de idosos. Destaca-se que essa iniciativa foi criada pelo próprio grupo que preferiu realizar um ato social a descartar os produtos em condições de uso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo discutir distintas formas de inserção dos agricultores familiares nos circuitos curtos de comercialização. Foram abordadas duas experiências de circuitos curtos no Território do Recôncavo. Nota-se que, nas duas experiências, configura-se um circuito curto de comercialização da agricultura familiar sem a presença do intermediário, o que garante ao agricultor ser remunerado de forma justa e de atingir outros mercados e públicos diferenciados.

Algumas reflexões preliminares contribuem para entender essas experiências, a partir das suas próprias características e resultados. Nesse sentido, destacam-se a melhoria da renda dos agricultores, com a valorização dos produtos; a diminuição da dependência dos atravessadores, com um canal diferenciado de comercialização; a valorização de produtos territoriais; e as novas interações entre produtores/consumidores. Evidencia-se ainda que as formas de participação dos agricultores nas iniciativas são diferentes, com maior ou menor autonomia nas definições do processo organizativo e das estratégias de comercialização.

Essas experiências reconfiguram a ideia de mercado enquanto um mero espaço de troca regulado pelo preço, incorporando novas dimensões que envolvem aspectos geográficos, culturais, sociais e ambientais. Estão associadas, também, com o debate sobre a agricultura familiar e a sua importância nos espaços rurais em uma perspectiva de desenvolvimento territorial.

Considera-se que essas experiências incorporam dimensões para além da questão econômica. Ao aproximar produtores e consumidores, esses espaços de comercialização estimulam a interação social nos territórios e criam a possibilidade de estabelecer novos sentidos para o mercado, pautados em valores diferenciados.

A inserção dos agricultores nos circuitos curtos tem contribuído para uma valorização dos produtos da agricultura familiar e um fortalecimento do processo organizativo, incorporando novas dinâmicas socioeconômicas nos territórios. Nesse sentido, a discussão dos circuitos curtos perpassa também pelo debate sobre as mudanças na noção de "rural" e na sua interação com o espaço urbano. Tradicionalmente, o rural foi considerado como um mero "resíduo" e como um espaço de produção de alimentos; uma visão tradicional que pensa o rural em oposição ao espaço urbano. Contudo, como afirma Wanderley (2000, p. 118), "[...] o espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano, no qual as particularidades de cada um não são anuladas". Os chamados circuitos curtos, ao aproximarem o campo (produtores) e a cidade (consumidores), contribuem para estimular novas dinâmicas nas relações rural/urbano.

Mesmo com um processo de revalorização da agricultura familiar, iniciado nos anos 1990, e de criação de políticas públicas orientadas para esse segmento, uma parcela importante da agricultura familiar brasileira permanece "invisível" e enfrenta dificuldades para acessar essas políticas. Frente aos desafios enfrentados pelos agricultores familiares do Território do Recôncavo no acesso aos mercados, a criação de um canal de comercialização de venda direta – aproximando produtores e consumidores – tem efeitos que ultrapassam a dimensão econômica, impulsionando novas dinâmicas socioeconômicas nos territórios.

Destaca-se, contudo, que mesmo reconhecendo a importância dos mercados locais pautados em uma lógica diferente de produção/comercialização e de consumo, é preciso refletir também sobre os desafios para garantir a própria inserção dos agricultores nesses espaços, em função das fragilidades desse segmento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 2, p. 35-64, nov. 2004.

BAVA, Silvio C. Circuitos curtos de produção e consumo. In: BARTELT. D. D. (Org.). ***Um campeão visto de perto***: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012.

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 8-13, jun. 2013.

DAROLT, Moacir R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: Reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo A.; ALMEIDA, Luciano; VEZZANI, Fabiane M. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. 2. ed. Curitiba: Kairós,. p. 104-139. 2013.

INSTITUTO KAIRÓS. **Prática de comercialização**: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar. 2013. Disponível em: <https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2014/02/Kairos-Praticas-de-Comercializacao.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.

MARQUES, Flávia C. CONTERATO, Marcelo A.; SCHNEIDER, Sergio. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

TONACCA, Luís D. S.; RAMÍREZ, Carlos A. D.; GRÜEBLER, Carlos. Cadeias curtas: experiências e oportunidades no Chile e em outros países da América Latina. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

TRICHES, Rozane M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, 2000.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

O PROCESSO INDUSTRIAL, A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: COINCIDÊNCIA OU AFINIDADE?

Gracielle Mascarenhas Leite[10]; José Raimundo Oliveira Lima[11]; Ana Lucia Carvalho Santos[12].

Resumo: A industrialização em Feira de Santana tem se mostrado um projeto que deixou a desejar no âmbito do desenvolvimento local, como fora esperado. Contanto, sua estrutura acabou acarretando problemas sociais e econômicos. Diante essa realidade, o mercado informal cresce gradualmente com a finalidade de satisfazer suas necessidades, e meio a isto, nasce uma proposta de reparação social conhecida como a "nova economia" que, conjuntamente, ao sistema industrial capitalista pode muito bem trazer resultados positivos de desenvolvimento local e até sustentável.

Palavras-chave: Indústria, Economia Popular e Solidária, Desenvolvimento Local

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal mostrar as consequências e as falhas decorrentes da introdução de um processo industrial sem política de planejamento adequada à tal realidade feirense, destacando, principalmente, as mazelas sociais geradas no âmbito do desemprego, mercado informal, falta de mão de obra qualificada e impacto ambiental. E meio a isto, trazer uma nova proposta por meio da introdução da Economia Popular e Solidária na perspectiva de trazer um melhor cenário para o desenvolvimento local.

No entanto, resta a analisar a seguinte problemática: O setor industrial pode mesmo existir em consonância com a Economia Popular e Solidária a fim de estabelecer o desenvolvimento local em Feira de Santana com sucesso e reparar o problema social e econômico existente hoje?

O desenvolvimento desse trabalho será constituído por sustentação teórica e análise de dados a partir de levantamento bibliográfico e com orientações do Professor José Raimundo pela disciplina Economia Popular e Solidária.

[10] Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: graciellemascarenhas@gmail.com.
[11] Doutor em Educação e Contemporaneidade pelo PPGEduC. Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: zeraimundo@uefs.br.
[12] Doutora em Ciências pelo Programa de Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo/PPGCC/FEA/USP. Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: analucia@uefs.br.

No Brasil, as teorias cepalinas, como por exemplo as de Celso Furtado, tiveram sua grande contribuição no sentido de incentivar o fator transformador dos conjuntos econômicos complexos. Que portanto, o desenvolvimento nacional só seria promovido a partir da industrialização deliberada da ação politíca do Estado.

E trazendo para uma análise mais especifica, a introdução do processo industrial em Feira de Santana desde a década de 1970 mostrou-se um meio, com o passar dos anos, que trouxe certo desenvolvimento econômico, como também, falência e problemas sociais.

Meio a isto, pode-se destacar como foi formada uma configuração proveniente deste processo, como o aumento da população urbana decorrente do êxodo rural em busca de melhores condições de vida, que trouxe consigo também avanço na taxa de urbanização. Além da modernização econômica da industrialização, trouxera um número significativo de empregos que motivara a especialização da mão de obra, o que, consequentemente, fez com que o desemprego se estruturasse e surgisse em alta escala.

Posto isso, a desigualdade social em Feira de Santana reflete-se nitidamente, deixando um problema social a ser assistido e solucionado.

Contudo, a cidade retrata um problema social e histórico que foi decorrente devido à sua história e formação. Desde a criação das feiras livres, o mercado informal se perpetua com expressividade nas ruas do centro feirense, o que tem ocasionado um problema social e de grande “desorganização” que não foi resolvido com eficiência pelo município durante todas as gestões políticas. Pois, os camelôs e os ambulantes se utilizam como forma de reealocação produtiva para, simplesmente, satisfazer a necessidade de sobreviver em meio a este processo excludente de industrialização e especialização de mão de obra. (TELES, Alessandra, 2017.)

Posto essa nova configuração instaurada na cidade, outras formas de economias precisam ser analisadas na tentativa de reerguer a economia. E Lima, C. traz a Economia Popular e Solidária e analisa o perfil do sujeito participante desta:

> Parte-se de conceber a economia popular como ponto de partida de um movimento significativo de segmentos sociais implicados na promoção de iniciativas econômicas como meio fundamental para prover o seu sustento material. Geralmente, as pessoas envolvidas nessa dimensão da economia se relacionam em um âmbito de organização ainda muito individual ou familiar, e mesmo que exista algum grau de organização para o desenvolvimento da atividade

> produtiva ela não objetiva a acumulação capitalista. (LIMA, 2016, p. 3).

Visto isso, observa-se que a prática da Economia Popular e Solidária pode existir em meio a economia de mercado. Pois, trata-se de uma atividade que além de possibilitar o amparo às necessidades de sustento, contribui para diminuir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento local, que estas deixaram de ser oportunas e acessíveis quando a economia tradicional deixou de cumprir seu papel, como por exemplo, de distribuição e consumo. Mas para isso, se faz necessário o apoio das instituições privadas junto a este processo, posto que, as obrigações e apoio do Estado não vêm satisfazendo como deveria as deficiências sociais e também à "nova economia".

Contudo, em uma sociedade capitalista, onde há industrialização e crescimento há também desemprego e desigualdade social. Então, se faz importante, dentro da legalidade, outras alternativas e oportunidades como meio de sobrevivência, práticas essas fundadas em relações de colaboração solidária. Sem deixar de levar em conta o resultado positivo proveniente dessa alternativa para o forte desenvolvimento local. E quando se trata de desenvolvimento local não se restringe somente à economia, mas também todos os elementos sociais, culturais, pessoais e de sustentabilidade.

É nessa perspectiva de "problema" que se pretende analisar a possibilidade do setor industrial conviver com a Economia Popular e Solidária de tal modo a apresentar um resultado efetivo e "limpo" de desenvolvimento local para o município.

E em meio a isto, permite sugerir uma nova alternativa de desenvolvimento; como a Economia Popular e Solidária, a qual pode intervir como forma de reparação dos problemas sociais e agir na expectativa de desenvolvimento local, como também propor o desenvolvimento sustentável.

2 A "NOVA ECONOMIA" COMO ALTERNATIVA

Conhecida como "Princesa do Sertão", Feira de Santana fica a 108 km da capital baiana, Salvador e a sua configuração se destaca entre as outras cidades do interior da Bahia devido ao seu entroncamento rodoviário Norte/Nordeste.

Considerada como segundo maior município do Estado mais populoso e se designa como cidade de médio porte, segundo o IBGE.

No ano de 1970, conforme conjuntura desenvolvimentista que o país enfrentava, foi implantado, estrategicamente, em Feira de Santana o Centro Industrial (CIS) com intuito de trazer desenvolvimento econômico, social e urbano, tornando-a assim como polo secundário da Bahia e inseri-la na relação dos Estados industrializados. Assim, como formas de planejamento municipal, se desenvolviam as propostas inovadoras, a partir do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) em 1968, e posteriormente, a lei 690/1970 do Plano Diretor, a qual viabilizava a criação do próprio centro industrial na perspectiva de trazer desenvolvimento econômico e social na urbe feirense.

O crescimento da cidade de Feira de Santana ganhou expressividade a partir da implantação do CIS, decorrente de uma política estratégica de planejamento e desenvolvimento industrial, durante o Governo de Juscelino Kubitschek. Em que o país, na década de 1970, vive um momento de instabilidade macroeconômica e que para isso, adota políticas articuladas com a proposta de desconcentrar o processo de industrialização da região sudeste (São Paulo) para o nordeste. Esse fenômeno, discutido claramente por Cruz (1999), sobre desconcentração industrial pode-se considerar, portanto, uma política não satisfatória, como fora esperado, haja vista que não foi pensando especificamente para a localidade, mas sim, transferido entre realidades desiguais.

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana (PDLI), é instituído em 1968, com a finalidade de acompanhar o ritmo de industrialização nacional e conceder uma condição favorável de desenvolvimento econômico para a cidade; como a participação de iniciativas privadas, a partir de financiamentos, investimentos, recursos públicos, disponibilidade de créditos.

Foi a partir desse contexto histórico que a urbe feirense se desenvolve e ganha destaque no Estado Baiano, trazendo consigo suas consequências características de regiões populosas, desenvolvidas e urbanizadas. A realidade de Feira de Santana se apresenta coerente com a conjuntura histórica em que a desigualdade social, o desemprego, a violência, o fraco acesso à educação e saúde se fazem presentes e se tornam um problema desafiador para as políticas públicas.

Feito isso, a população da cidade cresceu de modo gradativo, mostrando que o número da população urbana se apresentava sempre superior ao da população rural, em busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego.

Com as mudanças da modernização e flexibilidade no mercado de trabalho, a indústria procura pela mão de obra especializada e qualificada, e nem toda população estava apta à nova realidade, pois seu nível de escolaridade e renda eram baixos, posto que, a história e a identidade de Feira de Santana é composta pelos comerciantes das feiras livres. É nessa lógica que surgem outras estruturas de comércio, conhecida como mercado informal. Conforme Teles (2017):

> Como forma mais simples, muitos trabalhadores optaram por tornarem-se trabalhadores na rua, pois apesar de não se encontrarem legalmente estabelecidos conseguem sobreviver. As mudanças que se estabeleceram a partir da reestruturação produtiva em função das novas atividades – como da indústria – estabelecem um novo perfil para o trabalhador, atingindo, sobretudo aqueles com menor qualificação técnica e escolaridade, ficando com menor espaço no mercado formal de trabalho. (TELES, Alexandra; 2017, p. 63)

Tabela 1 - Desemprego em Feira de Santana, Bahia

Ano	Taxa Média (%)
2012	7,4
2013	7,1
2014	6,8

Fonte: Câmara de Dirigentes Lojistas de Feira de Santana (CDL)

Infelizmente, só foram encontradas informações destes anos, mas com base nos dados acima representados, precebe-se o número de deocupados existentes na cidade.

No entanto, o mercado informal é nada mais que uma forma de resistência, pois possibilita uma nova alternativa para sobrevivência da população excluída, mesmo que de forma imediata, dentro do modelo de sociedade capitalista. Vale ressaltar que, dentro deste sistema, quando há busca pelo lucro dentro desta estrutura produtiva, é porque a mesma já se pertence a um nível diferencial das outras, com altos rendimentos crescentes e vantagens em relação às não formalizadas e informais.

E é nesse sentido que a prática da "nova" Economia Popular e Solidária vem ganhando importante espaço no decorrer dos anos. É sabido que esta alternativa já vinha sendo realizado na Europa durante a Primeira Revolução Industrial, século XVIII, quando as máquinas a vapor começaram a aposentar aos artesãos e decorrente disso, vem a criação de sindicatos e cooperativas com a tentativa de amparar o operário dentro do sistema que estava sendo imposto. A prática dessa economia comprova gradativamente, através de estudos empíricos, sua importância no desenvolvimento local de uma economia, mesmo que já existam setores desenvolvidos da economia tradicional no mesmo lugar. Como afirma Silva e Silva (2008) em seu trabalho: Singer (2004) -"*mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção*". Com base nisso, trata-se de um sistema deficiente e incapaz de comportar todos os sujeitos para garantia do bem-estar econômico.

No Brasil, a Economia Popular e Solidária ganha representatividade mais tarde depois de três séculos, no ano de 2003, a partir dos estudos do economista Paul Singer, representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), cujo pesquisador traz estudos e pesquisas teórico-científicas sobre essa nova forma de economia que, consequentemente, vem se expandindo e ganhando significância necessária dentro da realidade dos municípios brasileiros.

E na realidade discutida, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Solidária Popular e Desenvolvimento Local Solidário (Incubadora) na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que entre os anos de 2007 e 2010, se institucionalizou com a finalidade de desenvolver uma dinâmica econômica diferente das existentes e oferecidas e com papel fundamental em contribuir empiricamente para pesquisas e estudos na localidade

Este modelo atual trata-se de uma economia conhecida como "comum", ou seja, provenientes de atividades econômicas de comércio, serviços, agropecuária, e mais precisamente industrial, em que relativamente se desenvolve e possui significância para o Estado da Bahia. E sem deixar de considerar, é claro, suas implicações oriundas desses setores desenvolvidos.

Nesse sentido, então, a nova economia existe na tentativa de solucionar parte do problema social e proporcionar certo desenvolvimento local meio à crise. Mas, para isto é necessário, principalmente, o apoio do Estado, para regularizar e

fortalecer tal atividade econômica como uma oportunidade e alternativa geradora de empregos e renda para os excluídos da sociedade.

As políticas públicas de Economia Solidária encontram-se como papel chave na promoção entre as relações da sociedade civil e o poder político, de tal modo a fixar forte democracia dos indivíduos pertencentes nos processos de iniciativas autogestionárias. FRANÇA FILHO (2007) argumenta que a "nova" economia pode ser assumir o papel de economia plural:

> [...] corresponde à ideia de uma economia que admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. [...] remete à possibilidade de pensar práticas de economia solidária como modos de gestão de diferentes lógicas em tensão nas dinâmicas organizativas. Nesse sentido, enfatiza-se o desafio da busca do equilíbrio necessário à sustentabilidade de tais práticas, em meio à tensão dessas lógicas. (FRANÇA FILHO, 2007, p. 159-160)

Mostra-se a partir dessa lógica que a Economia Popular e Solidária se impõe no sentido de mostrar sua verdadeira face, de modo a ser algo maior que a visão do senso comum, pois admite propor um resultado efetivo diante à realidade do capitalismo, como: desemprego, exclusão social, combate à pobreza, desigualdade social e os modos de desenvolvimento local sustentável.

Desse modo, a Economia Popular e Solidária pode vim a impor um fenômeno de prática efetiva, em que se mostra como um instrumento gerador de renda e de trabalho, como também o de promover desenvolvimento sustentável. Pois a mesma surge no sentido de desafio e oportunidade meio às deficiências existentes mesmo que regidas por setores já estabelecidos e fixados economicamente, como por exemplo o industrial. Esse pensamento faz coerência com o que Filho (2007) enfatiza:

> [...] as interrogações sobre suas possibilidades concretas em termos de capacidades reais para gerar desenvolvimento territorial sustentável e constituir-se como alternativa efetiva à forma de desenvolvimento predominante, centrada na noção de economia de mercado. [...]. (FRANÇA FILHO, 2007; p. 157)

Neste caso, ao propor a introdução desta economia na realidade industrial de Feira de Santana não se mostra uma estrutura impossível de sobreviver e conviver, mas sim as interrogações de que modo e como.

Visto o número de desemprego e a desigualdade em Feira de Santana que se mostram nitidamente negativos, ainda não superados mesmo que desde a implantação do modelo industrial capitalista, baseado na perspectiva de

desenvolvimento e avanço social e econômico, mostra-se um projeto mal sucedido e sem êxito. É o que afirma Lima, J. (2014) ao relacionar a história da cidade à realidade:

> Assim, observa-se a presença da Economia Popular e Solidária como estratégia de Desenvolvimento Local Solidário no município feirense, especialmente como resposta à solicitação dos movimentos sociais e da diversidade de atividades populares amparadas nas dimensões políticas, sociais, culturais, educacionais e econômicas contempladas em outro modelo de desenvolvimento que vem se manifestando em iniciativas de Economia Popular e Solidária desde o final da década de 1990. Mais precisamente no período de 2008 a 2012, no Programa de Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS, pois vislumbram neste programa respaldo e potencialidades organizativas para o mundo do trabalho ora representado organizativamente pela autogestão e cooperação em vários ramos de atividades. (LIMA, 2014; p. 146).

É preciso pensar e praticar uma possibilidade de existir outra forma de solucionar os problemas conjunturais na economia. Pensando nessa lógica, a introdução de uma economia com características de trabalho coletivo e solidário à economia capitalista industrial pode ser uma maneira de aliar as duas economias a modo de trabalharem juntas, mesmo com princípios diferenciados, mas objetivamente, trazer resultados melhores para a realidade feirense. Sabendo ainda que, a economia industrial não pode impedir o funcionamento da nova economia e, nem muito menos o contrário, contudo, além do mais, isso irá fortalecer e valorizar mais as características e riquezas da cidade.

A partir da sua configuração desenvolvimentista industrial, percebe-se além o impacto ambiental que é causado no meio ambiente, o consumo exacerbado, e uma solução frente os problemas existentes, é a utilização e aplicabilidade dos padrões de sustentabilidade nas sociedades capitalistas. Enfatiza Funk (2007):

> O desenvolvimento sustentável, segundo Sachs (2002) é o cumprimento da satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e, programas de educação. O que culminará com o conceito de desenvolvimento sustentável sendo aquele desenvolvimento que atende as necessidades das gerações atuais, sem comprometer o sustento das gerações futuras. (FUNK, 2007; p. 1)

De acordo com essa linha de pensamento, pode-se destacar a Conferência de Estocolmo do Meio Ambiente, realizada em 1972, a qual remeteu

princípios convergentes com a conscientização da degradação à natureza de modo conjunto entre nações pensando nas gerações futuras.

Com base nisso, observa-se que o pensamento de Sachs (2002) parte de pressupostos referentes à crítica do modelo industrial que se relaciona com o desenvolvimento local frente à uma perspectiva como alternativa para uma sociedade mais justa e igualitária.

Infelizmente, o que acaba acontecendo de fato é que, as empresas e as indústrias se adaptam a este processo através de outras preocupações, como por exemplo; concorrência de mercado, imagem positiva da empresa, legislação que limita e multa a poluição etc, enfim, a sustentabilidade ainda é um jogo de interesses movido fortemente pelo sistema capitalista.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, fica claro que a indústria local não apresenta efetividade desenvolvimentista, como de fato se propõe a ser. Ou seja, as inquietações sociais simplesmente continuam e se intensificam gradualmente. É nessa lógica que se percebe a possível existência das “duas economias” se harmonizarem e agirem com o mesmo intuito de trazer desenvolvimento local para a comunidade feirense.

Não se trata de pensamentos distantes, pois mostra nitidamente que o setor industrial, a Economia Popular e Solidária e o Desenvolvimento Sustentável caminham e se relacionam, através de princípios próximos e coesos, para uma nova percepção de mundo e de gerações futuras. Seria essa uma proposta de solução para configuração retratada atualmente.

A partir da estrutura derivada do processo industrial de degradação ao meio ambiente, remete pensar em estratégias políticas de preservação e, ao mesmo tempo, de desenvolvimento local. Em meio a isso, além de possibilitar uma ligação com as duas economias, promove a prática de medidas preventivas e sustentáveis.

Como exemplo disso, levantam-se questões como tais: Como a empresa/indústria pode “assumir” o papel do Estado nessa outra economia? Investindo ou apoiando financeiramente ou materialmente? Por meio da reciclagem e reutilização dos insumos produzidos em excesso? Através de projetos sociais? O que pode ser feito?

Pois bem, basta saber de qual maneira convém praticar para proporcionar desenvolvimento local, mudança social, cultural e econômica. Pois, seria sim uma das formas de aliar essas economias e assim, existirem harmoniosamente e claro, com qualidade de vida e perspectiva de preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Rossine C. da. **A integração de Feira de Santana (Ba) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional.** São Paulo: Unicamp (Tese de Doutorado), 1999.

CDL FEIRA DE SANTANA. **Desemprego em Feira de Santana.** Disponível em: <http://cdlfs.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=221> Acesso em: 03 de maio de 2017.

FUNK, Suzana; FUNK, Fabiana; AVALONE; Daniel Borchert; ALVES, Lucir Reinaldo. **Desenvolvimento Sustentável e Design:** Uma relação que visa a sustentabilidade. I Encontro de Sustentabilidade em Projeto do Vale do Itajaí, 2007.

LIMA, Cléo Emidio dos Santos. **O Sujeito da Economia Popular e o Desenvolvimento Local: Análise a partir do Plano de Desenvolvimento Integrado de Feira de Santana (1968).** Anais I Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: diálogo Brasil Cuba, Feira de Santana, 2016.

LIMA, José Raimundo Oliveira. **A Economia Popular e Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário.** Salvador: UNEB (Tese de Doutorado), 2014.

LIMA, José Raimundo Oliveira. **Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local:** relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. Revista Outra Economía, 2016.

LIMA, José Raimundo Oliveira. **Economia Popular e Solidária enquanto economia política dos setores populares:** princípios e dimensões fundamentais. Feira de Santana, Bahia, 2011.

MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Classes Dominantes e Indústria em Feira de Santana nos anos 70. Sugestões para pensar politicamente a industrialização periférica brasileira.** NIEAP-UEFS. ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 07: Diversidade e Desigualdade, Poder e Conflito Social: Leituras Dialéticas da História.

Plano Nacional de Extensão Universitária, Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. I. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-

Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf.

SILVA, José Luís Alves da. SILVA, Sandra Isabel Reis da. **A economia solidária como base do desenvolvimento local**. 2008. Disponível : http://eces.revues.org/1451

TELES, Alessandra Oliveira. **O Comércio Informal em Feira de Santana (BA) – Permanências e Mudanças.** São Cristovão: UFS (Tese de Doutorado), 2017.

EMPREENDIMENTOS DOS SETORES POPULARES E PERFIS SOCIOECONÔMICOS NO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO

Tiago Silva dos Santos[13]

RESUMO: O presente estudo analisa o processo de organização econômica do Brasil, suas transformações e seu processo de desorganização da estrutura trabalhista. Busca compreender quais as características socioeconômicas que aproximam os trabalhos autônomos e a própria da abordagem conceitual da economia dos setores populares. Analisa o perfil dos trabalhadores que exercem algum tipo de atividade por conta própria na comunidade do Engenho Velho da Federação (BA). Busca compreender quais as características socioeconômicas que aproximam as ocupações por conta própria da abordagem conceitual da economia dos setores populares. Constrói a hipótese de que a referência do trabalho informal não explica o fenômeno das atividades por conta própria nos países subdesenvolvidos. Evidencia a existência de uma precarização do trabalho em uma análise micro ao analisar o bairro estudado. Conclui que as políticas públicas são fundamentais para a reconstrução do trabalho e uma melhor distribuição das oportunidades socioeconômicas.

Palavras-chave: Empreendimentos populares; Empreendedores; Precarização do Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Após análise e estudo comparado dos empreendimentos dos setores populares, se busca obter dados referentes ao perfil dos indivíduos que integram este último setor, alvo principal deste trabalho.

Para a compreensão desse perfil é imprescindível a identificação do contexto no qual os mesmos se acham inseridos. Com o intuito de elucidar essa relação são destacadas características, em especial, dos empreendedores.

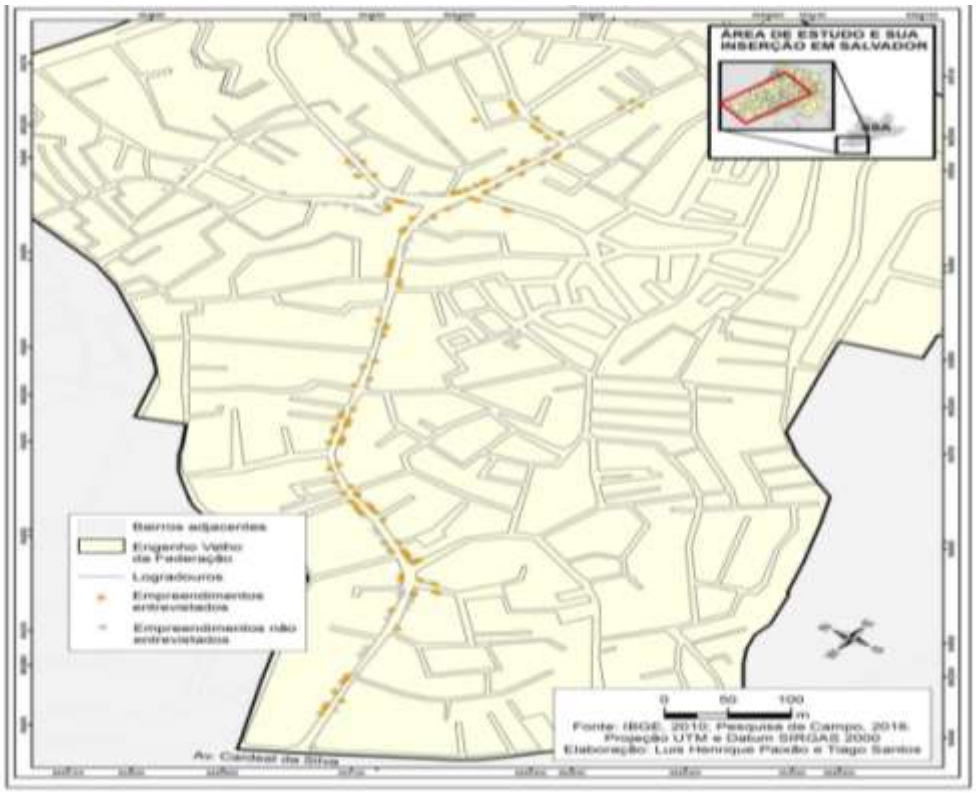
Os dados necessários, para esta contextualização, foram coletados em 115 negócios, existentes no bairro do Engenho Velho da Federação, contando com a participação do mesmo número de indivíduos. Através de entrevistas, e aplicação de questionários fechados, os empreendedores deram informações sobre o desempenho das suas atividades. Uma das características, de maior importância,

[13] Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador.

está no conhecimento das instalações, onde se dá o exercício das mesmas, cotidianamente.

Localização dos empreendimentos dos setores populares

Mapa 1 – EMPREENDIMENTOS SELECIONADOS



Observa-se, no Mapa 1, uma padronização na escolha dos comércios, cujos donos deviam ser entrevistados. Priorizou-se englobar a maior parte dos estabelecimentos do bairro, - evitando enfocar as entrevistas num determinado ponto, o que poderia distorcer os resultados e, dessa maneira proceder a uma análise melhor embasada, sobre o cotidiano de todos os empreendimentos dos setores populares existentes no Engenho Velho da Federação.

Tabela 1 - TIPO DE INSTALAÇÕES E TRABALHADORES

Instalações	Número de Empreendimentos	Porcentagem
Ambulantes	7	6%
Barracas	5	4%
Carrinhos	4	3%
Domicílios	69	61%
Garagens	30	26%

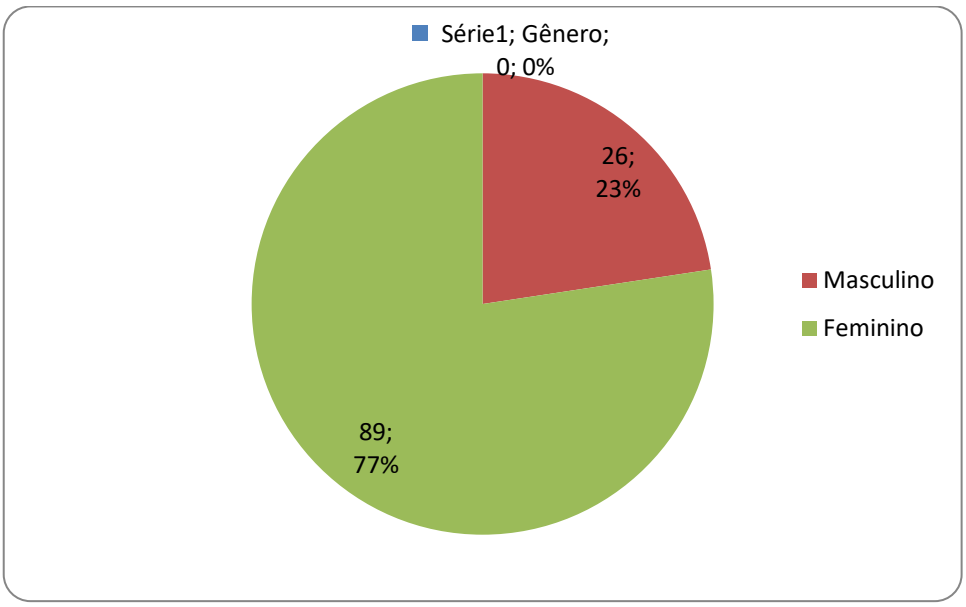
Fonte: SANTOS, 2016.

Quanto ao local ou maneira de exercício, os empreendimentos dos setores populares, conforme a Tabela 1 se constata que o maior percentual ocorre dentro do próprio domicílio do empreendedor, ou num anexo da residência, como é o caso das garagens. Somados esses dois, espaços, no lugar de residência, perfazem 87%, cujo principal motivo é a economia de aluguel de outro espaço e a comodidade dos componentes da família que trabalham.

As instalações, que correspondem ao menor percentual, são os carrinhos que representam 3%, seguidos pelas barracas com uma representatividade de 4%. Estas duas últimas porcentagens fazem acreditar que o seu número diminuto se deve aos custos dos equipamentos e os poucos recursos dos trabalhadores para a sua aquisição. Exige um capital para iniciar uma atividade, capital este que, na maioria dos casos, os indivíduos não possuem para investir na estrutura de seu comércio, reservando os escassos recursos para a obtenção de mercadorias para abastecer seu negócio.

O segundo aspecto, a se destacar, refere-se ao fato de que uma ampla parcela dos integrantes dos comércios, de iniciativa própria, é composta por mulheres, conforme se observa no Gráfico1.

Gráfico 1 - GÊNERO DOS TRABALHADORES POPULARES



Fonte: SANTOS, 2016.

Dos 115 entrevistados, 89 são mulheres o que representam 77%, enquanto os empreendedores do sexo masculino somam 26 indivíduos, que representam 23% do total de negociantes do setor popular.

Os dados obtidos representam o resultado do cotidiano das mulheres, que são alijadas dos postos de trabalho formal, quando comparadas aos homens. Como já é tradicionalmente conhecido, elas tendem a ser excluídas, devido à uma série de fatores, podendo-se destacar a maternidade, preconceito, tarefas domésticas, e mesmo a fragilidade física, entre outros. Outra característica diz respeito à inserção forçada de mulheres em atividades extras. Isso se deve, quase sempre, ao fato de que são oprimidas, por necessidade, de buscar atividades laborais remuneradas com o intuito de complementar a renda familiar. Não são raros os casos em que elas trabalham para o seu próprio sustento e o de seus filhos. “Outro fato relevante, é referente à existência de algumas profissões, que são predominantemente femininas, como é o caso da costura” [...] (GOREK, 2010, p. 81).

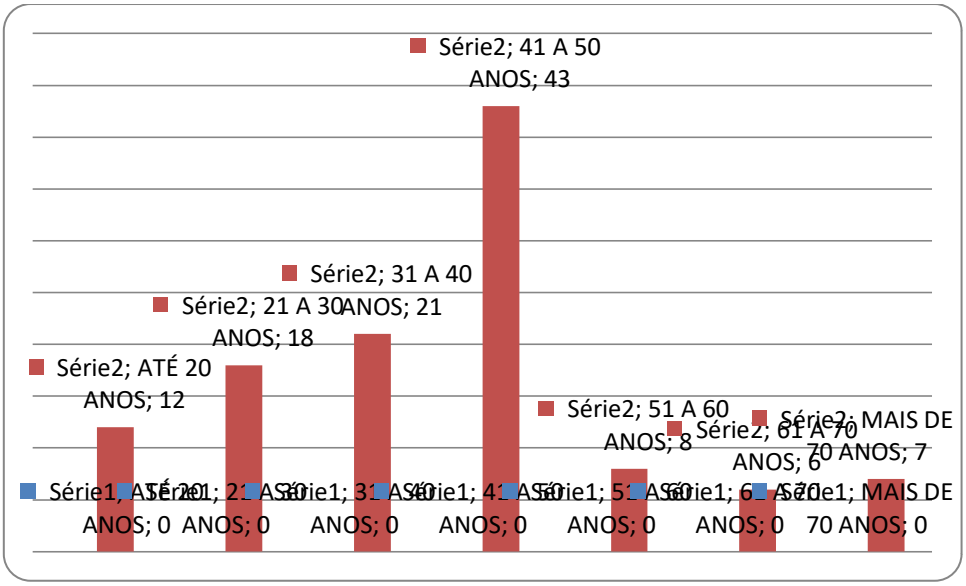
Com as modificações que vêm ocorrendo na sociedade, assim como as que atingem o mercado de trabalho, as mulheres trabalhadoras buscam novos meios que proporcionem a geração de renda, lutando cotidianamente obter, de um lado, sua emancipação financeira ou, de outro, manter uma família, abandonada pelo pai, fato que não é raro na vida da população com menor instrução ou pouco discernimento.

2 PERFIL DOS EMPREENDEDORES POPULARES

Ao se analisar, no Gráfico 2, a faixa etária dos integrantes, que compõem os empreendimentos dos setores populares, nota-se ampla diversidade dos perfis dos integrantes. Na faixa etária de até 20 anos são formadas 12 jovens que cursam o Ensino Médio, em colégios do próprio bairro, e que auxiliam os pais nas ações comerciais no turno livre. Os indivíduos, cuja idade está entre 21 até os 40 anos, somada a segunda e terceira colunas, constituem 39 indivíduos, que já exercem atividades a mais de três anos. O maior percentual de trabalhadores/empreendedores se encontra entre 41 a 50 anos. Estes representam 43 indivíduos. Pode-se assinalar que, a partir dos 50 anos, pode-se encontrar um

número menor de trabalhadores, entretanto, somam 21 pessoas, entre esse limite inferior e que se estende até mais de 70 anos.

Gráfico 2 - FAIXA ETÁRIA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS



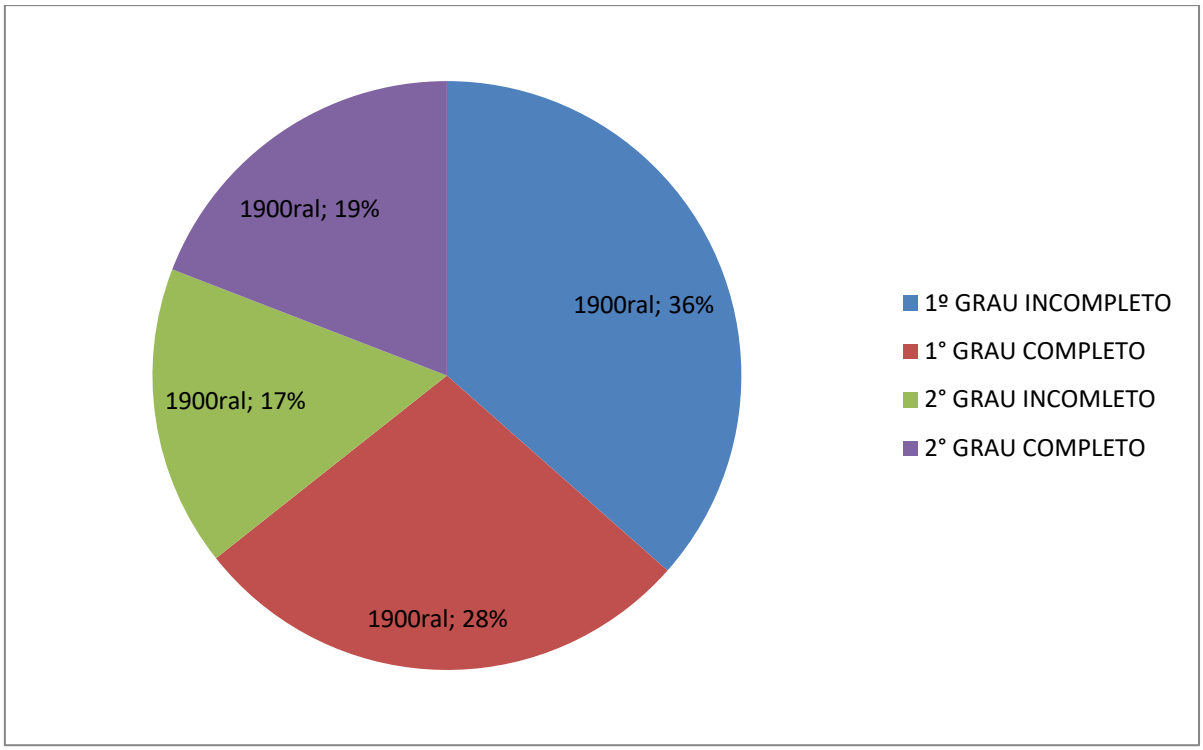
Fonte: SANTOS, 2016.

Os entrevistados ressaltaram a dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, após o desligamento de empresa formal, devido à sua idade, fator que se transforma em extrema para os desempregados incluir-se num emprego estável. Como forma de mudar essa situação, esses indivíduos buscam instalar um negócio ou se empregar em empreendimentos dos setores populares, confirmando com o que disse Santos (2008)

> O circuito inferior na economia urbana constitui um mecanismo permanente de integração que oferece um número máximo de oportunidades de emprego com um volume mínimo de capital (SANTOS, 2008, p. 67).

Quanto ao grau de instrução, mostrado no Gráfico 3, se constata que, no bairro, um bom número dos empreendedores não conseguiu concluir o ensino médio, situação essa que, - num contexto tão competitivo em que o mercado de trabalho se encontra, com pessoas que possuem um conjunto de qualificações profissionais -, amplia a dificuldade em obter um emprego com carteira assinada e todos os benefícios sociais, além de não auxiliar no gerenciamento de seus negócios, que são dirigidos intuitivamente.

Gráfico 3 - ESCOLARIDADE



Fonte: SANTOS, 2016.

Esse Gráfico 3 elucida questões relacionadas à formação escolar dos indivíduos que compõem a economia dos setores populares no Engenho Velho da Federação. As quase totalidades dos pequenos negociantes possuem baixa formação escolar, o maior número deles, 42 indivíduos, não conseguiram completar o 1° grau, o que deve acarretar em sérias dificuldades no desempenho de atividades, relacionadas à gestão, ou mesmo usar a criatividade para novas oportunidades. 32 concluíram o 1° grau, porém não deram continuidade nos estudos. Os indivíduos que se encontram nessa situação têm acima dos 35 anos que, dificilmente retornarão aos bancos escolares.

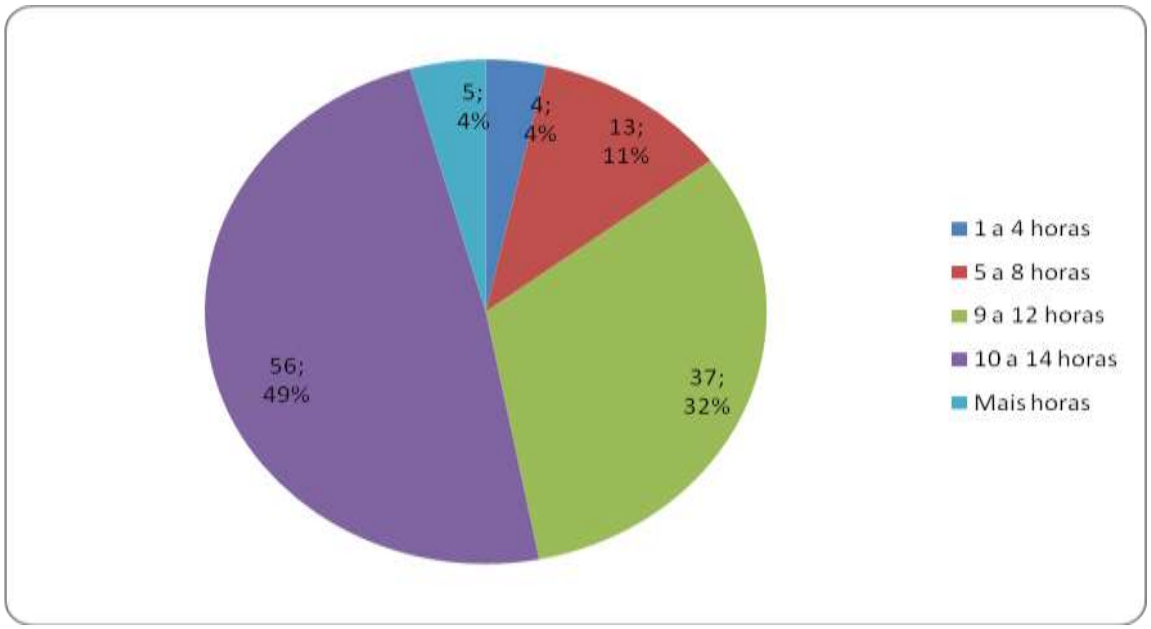
Os que não terminaram o 2° grau, em número de 19 indivíduos, alegam terem largado os estudos devido à inevitabilidade de terem que trabalhar para sustentar sua família. A conclusão do Ensino Médio foi obtida por 22 indivíduos que, após o termino do curso, tentaram, sem sucesso, o ingresso em faculdades e universidades e não obtiveram êxito. Muitos atribuíram essa dificuldade, de ingressar no nível superior, à baixa qualidade das instituições públicas de ensino, principalmente as que existem no bairro. Do universo dos entrevistados pode-se dizer que, dos donos dos 115 empreendimentos, nenhum cursou uma universidade.

Ao serem entrevistados, muitos colaboradores dos empreendimentos dos setores populares deixam transparecer a realidade frágil em que estão inseridos. O seu sustento é fruto de sua labuta cotidiana, da qual o indivíduo não pode “tirar folga”, férias, nem goza de nenhum tipo de benefício da previdência social, como assistência em caso de acidente, na realização de suas atividades, auxílio doença, auxílio maternidade e aposentadoria por tempo de serviço. Podem se beneficiar se recolherem suas contribuições, como trabalhador independente, mas a cultura local, e mesmo nacional, é dar preferência ao dinheiro a “entregá-lo” para o governo. Muitos justificam a sua permanência nos seus negócios como o único meio de sustento familiar, sobretudo, buscando os meios para atender as carências imediatas de alimentação e habitação. Essas exigências são algo comum a grande parte dos empreendedores populares, como se constatou em entrevista.

Pode-se verificar, ao dialogar com os entrevistados que quase atingindo a totalidade dos empreendedores não recolhem a contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), num total de 94%. Apenas 6% dos donos de empreendimentos populares declararam que pagam INSS, recolhendo a contribuição, de maneira regular e autônoma.

Os componentes daquele percentual que não recolhe a contribuição, ao serem questionados sobre as razões do não recolhimento, vários alegaram a dificuldade em retirar parcela de seus honorários, em geral tão diminutos, para contribuir com um órgão governamental que não faz parte de seu universo cotidiano. Muitos recusam-se a pagar, também, em função da descrença ou por ignorar os possíveis benefícios que essa contribuição pode dar como retorno, em caso de doença, licença médica, aposentaria etc.

Gráfico 4 - HORAS DE TRABALHO DIÁRIAS



Fonte: SANTOS, 2016.

Verifica-se que a carga horária, cumprida pelos trabalhadores, é bastante alta, Gráfico 4, normalmente devido ao número reduzido de pessoas para atender a demanda cotidiana de cada negócio.

Os indivíduos que trabalham acima da carga horária média, contam com 81% dos entrevistados, uma carga horária elevada se comparados com os de empresas formais, que é de 8 horas. Nos comércios populares, em geral, os proprietários trabalham em torno de 9 a 14 horas por dia, sendo, em muitos casos, os mesmos responsáveis por abrir e fechar os estabelecimentos, mantendo-se no exercício da função por todo o decorrer do dia. 5%, dos entrevistados, trabalham diariamente, ainda mais que 14 horas, que são os donos de bares e botecos que, muitas vezes, trabalham até de madrugada atendendo os clientes notívagos.

Um depoimento recorrente, entre os proprietários de bares, é de que, mesmo trabalhado, durante uma carga horária alta, excessiva, o rendimento, em termos financeiros, é baixo. Afirmam e reafirmam que, depois de subtrair os custos de todas as despesas, os ganhos são abaixo das expectativas. Este é um dos fatores que impede a aplicação de mais recursos para expandir o próprio negócio.

Fica muito claro que a escassez de investimentos ocorre em função da falta de gerenciamento, considerando que os proprietários não têm um planejamento, menos ainda uma organização criteriosa, especialmente separando os gastos e receitas pessoais das empresariais, que são vivenciados misturados. A

falta de acesso ao crédito, como já foi apontado anteriormente, impede a otimização dos serviços prestados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo colaborou para a compreensão do cenário socioeconômico do bairro do Engenho Velho da Federação, e do processo gradual e progressivo de precarização do trabalho e de suas relações. A Economia dos Setores Populares apresenta-se como uma contraposição a todos os danos causados pelo sistema capitalista aos indivíduos e a sociedade.

Ao analisar os dados obtidos com a pesquisa de campo, percebe-se o potencial do local no desenvolvimento de atividades da economia popular, o que proporciona aos cidadãos novas alternativas de produção e de obter meios de subsistência. Os dados explanados na pesquisa demonstram a possibilidade de expansão que ainda necessita ser trabalhado, nos variados setores, atraindo novos indivíduos para a produção.

As transformações que abrangem a problemática do trabalho devem ser ampliadas para além do trabalho assalariado, as relações de trabalho comissionadas, não regularizadas e autônomas, merecem atenção no que tange a atual conjuntura socioeconômica do Brasil.

Apresenta-se um contingente considerável de ocupações que, mesmo de forma precária, tem garantido a reprodução da vida de muitas famílias. Visto isto, passa a ser pertinente se pensar em políticas que estejam voltadas para melhoria dos indicadores sociais.

È necessário que se fomente o mercado local, proporcionando a possibilidade de expansão dos empreendimentos populares e proporcionando uma relação mais próxima entre empreendedores e a comunidade, não sendo necessário que esses saiam do bairro para obter seus ganhos para sua sobrevivência.

A necessidade de se discutir amplamente as relações de trabalho e seus impactos na sociedade brasileira é uma realidade que não pode ser mais deixada para segundo plano, exigindo extensa participação do estado na construção de novas possibilidades de organização.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung. Mo. **Competência e sensibilidade solidária**: educar para a esperança. Petrópolis/RJ; Vozes, 2000.

BEATRIZ, Marilene Zazula. **Economia solidária**: os caminhos da autonomia coletiva. Curitiba: Juruá, 2012.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da (Orgs). **20 Anos de economia solidária***:* trajetória das Cáritas Brasileira do PACs a EPS. Brasília: Cáritas, 2003.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

CELESTE. Presidente da AMEVF. Entrevista no Engenho Velho da Federação, em 20 mar; 2016.

CORAGGIO, José Luis. **Economia urbana:** la perspectiva popular. Quito/EE: ILDES; FLACSO, 1998.

DEMOUSTIER, Daniele. **A economia social e solidária***:* um novo modo de empreendimento associativo. São Paulo: Loyola, 2006.

FLEXOR, Maria Helena O. **O cavaleiro de branco**: José Silveira. 2012. Texto feito para o IBIT, Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose, digitado.

_____. Salvador redesenhado pelo bonde. REUNIÃO BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 23, **Anais.** Curitiba: SBPC, 2003, digitado.

_____. **Salvador e os postais**. Salvador, 1999. Texto feito para a Fundação Gregório de Mattos, digitado.

GOREK. Caroline. **Economia popular solidária:** processo de trabalho. Jundiaí. Paco editorial: 2010.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé***:* história e ritual da nação jeje na Bahia. 2ed. Campinas/SPUNICAMP, 2007.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. **Liberdade e necessidade:** empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia. São Paulo, 2002. 265.f. Dissertação de mestrado, programa da Universidade de São Paulo, 2002.

PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia. **Trabalho e educação:** arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado:** exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2000.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Bairros negr*os***: uma lacuna nos estudos urbanísticos, um estudo empírico-conceitual no bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia). Salvador:2013. 332f. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2013.

REZENDE, Cyro de Barros Filho. **Economia Brasileira contemporânea.** São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana***.* 3ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

_____. **O centro da cidade do Salvador***:* estudo de geografia urbana. – 2ªed. 1ª reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Ueliton Lemos dos. **Território, Identidade e desenvolvimento social***:* a complexidade do Engenho Velho da Federação. 2011 124 fls. Salvador: Dissertação Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador. 2011.

SANTOS, Tiago Silva dos. **Economia dos setores Populares**: Engenho Velho da Federação. Salvador-Bahia. 2017 170 fls. Salvador: Dissertação Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador. 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Instituto Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 51, n° 2, p. 139-172, 1989.

SPÓSITO, Lia. MakotaValdina**:** minha infância e juventude no Engenho Velho da Federação. Nação Griô**.** Disponível em: http://acaogrio.wordpress.com/tag/makota-valdina/. Acesso em: 18 jun. 2016.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EDUEL, 2012.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549/1999). Ilhéus: EDITUS, 2002.

A RELAÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: UM ESTUDO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE, FEIRA DE SANTANA-BA

Angélica Correia Lopes [14];Betânia Silva Bastos[15]; Geisiane dos Santos Silva[16]; Alessandra Oliveira Teles[17]; José Raimundo Oliveira Lima [18]

RESUMO: O trabalho ora relatado nasce da necessidade de criação de um diagnóstico sazonal e identificação das potencialidades da comunidade do grupo Sabores do Quilombo que até então não são tão valorizadas. Utilizando-se dos princípios da pesquisa participante e entrevistas semiestruturadas, o trabalho propôs-se a identificar agricultores familiares da comunidade Quilombola de Lagoa Grande através no mapeamento dos produtores rurais da comunidade fornecedora de insumos para a produção de alimentos dentro do Projeto Cantina Solidária III, bem como seus produtos através da visitação às unidades familiares produtoras para entrevistas, buscando assim uma forma de integração entre a comunidade universitária e a comunidade local. A pesquisa possibilitou a identificação de quintais produtivos, compostos por produtos como criação de pequenos animais, mandioca e seus derivados, hortaliças, e principalmente frutíferas, que aparecem no quintal de quase todos(as) entrevistados(as), mesmo aqueles que dizem não produzirem "nada" em seu quintal.

PALAVRAS-CHAVE: Comercialização. Agricultura Familiar. Cantinas Solidárias.

1 INTRODUÇÃO

A economia solidária propõe alternativas de geração de trabalho e renda, sendo uma resposta a favor da inclusão social. Neste âmbito de inclusão, é organizada como uma diversidade de práticas econômicas e sociais sob a forma de cooperativas, associações e grupos solidários informais, que realizam atividades que têm como objetivo trabalho e renda para esses grupos comunitários (SINGER,

[14] Graduanda do curso de Bacharelado em Agronomia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/UEFS. Integrante da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS(IEPS/UEFS). E-mail: angelica.correia13@hotmail.com
[15] Graduanda do curso de Bacharelado em Agronomia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bolsista de Extensão PIBEX/UEFS. Integrante da Incubadora de Iniciativas de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS/UEFS). E-mail: betaniasbastos@gmail.com
[16] Graduanda do curso de Bacharelado em Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Integrante da Incubadora de Iniciativas de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS/UEFS).
E-mail: geeise_santos@hotmail.com
[17] Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Integrante da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. (IEPS/UEFS).
E-mail: alessandra.geografia@hotmail.com
[18] Doutor em Educação e Contemporaneidade e Coordenador do Programa de Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária. E-mail: zeraimundo@uefs.br

2008). Visto que o mercado competitivo é seletivo e muito excludente para quem não tem experiência empresarial e dispõe de reservas de capital para autos investimentos, em especial, excluem do processo socioeconômico os novos produtores que ainda desconhecidos não possuem clientela e enfrentam dificuldades para se inserir no mercado formal.

Neste contexto, surge o processo de incubação de grupos que é desenvolvido por incubadoras. Sendo assim, as incubadoras universitárias, surgem a partir de uma conduta/ação diferente do que ocorre com a economia tradicional (competitividade e individualismo) dentro das universidades. O trabalho de incubação, desenvolvido nas incubadoras, parte de um processo de orientação educativo-político-pedagógico com grupos informais, que visa estreitar a relação da comunidade externa com a universidade (PITA, LIMA e LIMA 2015).

Desta maneira, a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS), constitui-se como um programa interdisciplinar com origem em 2008, que conta com uma equipe multidisciplinar de docentes, discentes, colaboradoras (es) e voluntárias(os), que juntos desenvolvem atividades, de pesquisa e extensão, onde acompanham quatro iniciativas atualmente em processo de incubação.

> Desde, então a IEPS/UEFS desenvolve, por meio de projetos de extensão e/ou pesquisa outras atividades de caráter continuado junto à comunidade universitária e externa ,não só um espaço para diálogo com as iniciativas de economia popular e solidária, estimulando-se a geração de trabalho e renda, como também um espaço educativo de disseminação de informações e fortalecimento da economia popular e solidária, priorizando- se a comunidade local e o Território Portal do Sertão (PITA,LIMA, LIMA, 2015,p.70)

De tal forma, a pesquisa insere-se no âmbito da Economia Popular e Solidária, ora apresentada como proposta de estabelecer relações de trabalho mais justas, solidárias e atentas ao bem viver dos sujeitos, assumindo assim um papel importante na transformação desses, que buscam nessa " outra economia", uma forma de geração de trabalho e renda , exercida de forma coletiva e que não visa apenas à lucratividade, mas um conjunto de aspectos que estabelecem uma relação estreita entre trabalho e qualidade de vida, ambos como peças importantes neste processo, viabilizando as relações entre o modo de consumir, pensar e agir do ser humano.

Por se tratar de uma economia que se contrapõe ao modelo capitalista , a Economia Popular e Solidária busca a valorização do trabalhador e suas relações coletivas de trabalho, segundo Lima (2016,p.4) "[...] ainda é uma economia considerada periférica, pois é aquela que, tendo em vista a sua dinâmica, emerge de reações adversas ás imposições do capitalismo globalizante centralizado e verticalizado no poder do mercado."

Com efeito, a sua prática tem surgido em meio, a situações adversas condicionadas à alienação ao capitalismo, tornando-se uma busca pela manutenção do trabalho e por melhores condições, permitindo ao trabalhador emancipação a partir de uma democratização econômica

> Essa economia, entretanto, apresenta características ou traços referentes aos laços de pertencimento culturais e geográficos, saberes locais, políticos, educacionais, pertinentes às políticas públicas específicas, entre outros atributos. Favorece o movimento contra-hegemônico pelo desenvolvimento local solidário em detrimento do desenvolvimento tradicional, por conta da possibilidade da construção de uma articulação no seu cotidiano, nas suas relações genuínas e orgânicas. (LIMA,2016, p.4)

Desta forma, entende-se a Economia Popular e Solidária como experiências que permitem a construção de um espaço pensando para além de uma visão econômica na busca de geração de trabalho e renda, tendo como alicerce a inclusão social dos sujeitos, levando em conta a sustentabilidade, o uso dos recursos naturais e conscientização ambiental.

Dentre os diversos formatos de iniciativas da economia popular e solidária, que se apresentam tanto no âmbito do campo como da cidade, onde compreende trabalhadores organizados coletivamente, têm-se: associações, grupos produtivos, cooperativas de agricultura familiar, redes de produção, comercialização e consumo, clubes de troca, bancos comunitários, cooperativas de crédito, fábricas recuperadas pelos trabalhadores. E em se tratando de tais grupos, as incubadoras universitárias tem desenvolvido um papel importante, de fornecer suporte para o seu desenvolvimento, fortalecimento e produção do conhecimento.

Entre as diversas formas de iniciativas, apresenta-se aqui o caso do grupo Sabores do Quilombo, sendo possível a primeira experiência com um grupo produtivo rural, no espaço da Universidade e aliados a proposta do Projeto Cantinas Solidárias, que se constitui em um espaço político-educativo-didático-pedagógico diferenciado de comercialização, onde é possível desfrutar de uma alimentação,

especialmente lanches, oriundos de produtos e serviços da Economia Popular e Solidária e Agricultura Familiar, buscando o desenvolvimento da cultura regional e favorecimento do desenvolvimento local.

Assim, o Projeto Cantina Solidária III, tem como objetivo:

> Promover o processo de incubação de um grupo popular solidário enquanto iniciativa da economia popular e solidária no espaço da Cantina do Módulo I, como lócus pedagógico para a realização das atividades de organização, comercialização, formação e capacitação dos envolvidos no processo, tanto no sentido de proporcionar oportunidade de geração de trabalho e renda, quanto, e de forma especial, oportunidade de aprendizado sócio-político para a autonomia e luta enquanto classe, compreensão dos processos de produção de desigualdade de renda e riqueza e reconhecimento do valor e potencialidades dos produtos, saberes, cultura, realizações e história locais. (IEPS/UEFS,2016, p.9)

O processo seletivo para o referido projeto, o qual o grupo selecionado ocuparia a Cantina Solidária, no *campus* da Universidade Estadual de Feira de Santana, sempre foi realizado de forma tradicional, através de edital escrito e publicado no Diário Oficial e outros meios de comunicação, porém com passar do tempo foi-se percebendo que muitas vezes, não atingia os grupos que de fato possuem as características de uma incubação de economia popular solidária, o que não se constitui em uma problemática visto que todo trabalho realizado constitui-se em aprendizado, porém o objetivo principal não estava sendo atingido. Desta forma de acordo com experiências anteriores, adotou-se um procedimento diferenciado, através da seleção prévia de grupos com as características consideradas dentro das perspectivas de organização coletiva e desenvolvimento local. A seleção foi realizada através de um cadastro interno existente na IEPS/UEFS, composto de grupos que mantém contato com a Incubadora e/ou participou de atividades realizadas na própria instituição.

A partir dessa seleção, puderam-se realizar visitas aos grupos em suas respectivas comunidades ou local de produção. Com isso, um dos grupos contemplados foi o de 12 mulheres da Comunidade Quilombola Lagoa Grande localizada no distrito de Maria Quitéria, zona rural da cidade de Feira de Santana, que além de características desejáveis identificadas demonstraram interesse em participar da seleção. O processo de pré-incubação do grupo foi iniciado em abril de 2016, com a realização de ações formativas, organização prévia do trabalho, escolha dos componentes do grupo pela comunidade e escolha do nome que foi

decidido a partir das atividades coletivas e escolha dos integrantes do grupo: *Sabores do Quilombo.*

Segundo Padilha Júnior (2006) "[...] entende-se por comercialização o desempenho de todas as funções ou atividades envolvidas na transferência de bens ou serviços do produtor ao consumidor final." O processo de comercialização ocorre desde o tempo mais antigos, com a prática do escambo que eram baseados em trocas naturais onde as partes decidiam livremente a quantidade de produtos que poderiam envolver as suas negociações. Com o aumento da população e áreas urbanas o processo de comercialização foi se aprimorando aos longos dos anos para poder atender a demanda dos consumidores.

Ao se tratar de comercialização de produtos regionais e desenvolvimento local o fortalecimento através de redes na própria comunidade, e cantina/comunidade se faz importante, pois a comercialização de alimentos da comunidade evidencia o desenvolvimento local, na medida em que os agricultores principais responsáveis pelo crescimento dessa prática, e então, são visivelmente envolvidos no processo de produção de alimentos. Onde as matérias primas para elaboração dos alimentos são oriundas do local em que vivem, colocando em prática a valorização e fortalecimento da identidade do seu lugar.

O aproveitamento desses produtos além de favorecer a comercialização local, possibilita a apresentação de novos produtos fonte de propriedades nutricionais variadas, muitas vezes pouco conhecidas. Nesse contexto, a utilização alimentos oriundos da agricultura familiar orgânica ou de base agroecológica, possibilita uma forma de consumo sustentável e assume um papel importante em vários âmbitos da sociedade que garante não apenas relações econômicos - compra e venda de produtos locais - , mas, outros fatores como as crenças e costumes, os quais vão influenciar na forma de cultivo e consumo, além de proporcionar qualidade de vida por meio de uma produção livre de agrotóxicos, visto que a sociedade se mostra cada vez mais preocupada com origem e processamento dos produtos comercializados. Em relação aos aspectos ambientais, age com base nos princípios agroecológicos através do manejo e uso sustentável do solo. E segundo Lima (2012) outro destaque refere-se à construção de um processo político educativo que leva à comunidade a defesa orgânica de forma de um desenvolvimento endógena.

A atividade agrícola familiar, por sua vez, constitui-se de um sistema simples de produção, usualmente adotado por pequenas propriedades rurais, onde o sustento e a sobrevivência da família dependem do manejo da terra. Observa-se ainda que a prática da agricultura familiar em sua constituição apresenta pilares como respeito aos aspectos culturais, sociais e principalmente ambientais

Uma das características que permeiam a agricultura familiar é a presença de um espaço que faz parte da composição natural da paisagem, o qual é chamado de quintais produtivos, espaços estes ricos e diversificados que cumprem o papel de fortalecer a produção, ajudando na soberania e segurança alimentar das famílias. O que denominamos Quintais Produtivos[19] é o espaço ao redor da casa que comporta atividades diversas como por exemplo: criação de pequenos animais (cachorros, aves, caprinos, ovinos, suínos), além de atividade agrícola com cultivos de plantas medicinais, frutíferas, hortaliças, tubérculos, ancorados por trocas de saberes constantes e mantidos pela responsabilidade nas mais diversas gerações.

> O Quintal Produtivo oferece várias vantagens para toda a família. Essas vantagens possibilitam maior comodidade, menor espaço de tempo para executar as atividades de cultivo, manejo e colheita dos produtos de época. Com o quintal produtivo é possível da janela ou porta de casa observar qual planta ou fruto está no ponto de colheita bem como verificar a ocorrência de algum desequilíbrio, desta forma poder colher o fruto adequado e maduro no período correto sem deixar que passe do ponto ou se perca por isso e tomar medidas preventivas contra o ataque de insetos e doenças. Outro fator vantajoso é ter o alimento próximo da casa sem a necessidade de se deslocar grande distância para obtê-lo para o preparo das refeições sendo assim em um dia de calor intenso é só olhar para o quintal e ir coletar a melhor fruta para preparar um delicioso suco para se refrescar. (PEDROSA, 2016, p.2)

Observa-se que nos quintais encontra-se uma diversidade da produção familiar, sendo este espaço responsável por fornecer a maioria dos alimentos que compõe a mesa da família, bem como garantia de seu sustento ou complementação de renda, além disso, compõe-se em um espaço de laser responsável pela formação da paisagem local, tendo na maioria das vezes a mulher como a responsável pelos trabalhos e participantes das atividades que permeiam.

O trabalho realizado nasce da necessidade de criação de um diagnóstico sazonal e identificação das potencialidades da comunidade que até então não são tão valorizadas. Além disso, entende-se que estes produtos podem vir ter um

[19] Os quintais Produtivos da pesquisa, em sua maioria, demonstraram espaços, em sua maioria, áreas com mesmo de uma tarefa até 3 tarefas. Uma tarefa que vale a 4356 m^2 na Bahia.

espaço de mercado conjunto com a Cantina Solidária. A atividade teve como objetivo o mapeamento dos produtores rurais da comunidade fornecedora de insumos para a produção de alimentos dentro da cantina solidária III, bem como seus produtos através da visitação às unidades familiares produtoras com aplicação de entrevistas, sobre a forma como lidam com os insumos alimentares que são transformados e comercializados para produção de alimentos pelas iniciativas de economia popular e solidária da UEFS.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A Comunidade de Lagoa Grande, está situada entre as coordenadas geográficas 12º06'58" e 12º08'37" de latitude sul e 38º59’6’’ e 38º59’58’’ de longitude oeste, distante da sede do distrito em cerca de 1,5 km e do centro da sede municipal em 17 km. Assim nomeada por conta da lagoa presente a aproximadamente 6 Km da área, abrigou, no passado, escravos fugidos de várias regiões do estado que foram trabalhar nas terras de São José, e que por lá fixaram moradia e foram famílias. Compõe a primeira comunidade remanescente de Quilombolo reconhecida no município de Feira Santana, sendo reconhecida como território quilombola pelo Município e pela Fundação Palmares, em 2007. Atualmente, encontra-se em processo de reconhecimento pelo Incra e também pelo município para mudança de endereço residenciais de água e luz de Fazenda Lagoa Grande para Fazenda Quilombola Lagoa Grande. A comunidade conta com cerca de 200 famílias, de acordo com o mapa registrado pela prefeitura, no entanto existe uma diferença territorial descrita entre os moradores e a prefeitura, enquanto reconhecimento e pertencimento da comunidade.

O acesso à comunidade é feito principalmente pelo uso do transporte alternativo de vans que faz a linha Ovo da Ema /São José ; São José/Carro Quebrado ; transporte de ônibus da linha São José/ Carro Quebrado pela empresa Rosa e Trans. Rural, ocorrendo em horários pré-definidos, que passa na estrada principal de acesso à comunidade ,no entanto, existem outras linhas, que se destinam apenas até o distrito , sendo necessário recorrer ao serviço de moto-táxi que atua de forma complementar entre a sede do distrito até a comunidade de Lagoa Grande.

A experiência ora relatada tem início em fevereiro de 2017 com reunião de planejamento e elaboração das entrevistas semiestruturada a ser aplicada aos agricultores (as) da comunidade, e sendo finalizada parcialmente em junho de 2017. Inicialmente buscou-se aprofundar mais um pouco na história da comunidade, buscando obter um maior embasamento teórico sobre algumas temáticas. A pesquisa inicia-se em 22 de fevereiro de 2017 com presença na reunião do Grupo Sabores do Quilombo, reunidos na própria comunidade, na casa de uma moradora bastante conhecida, de nome popular Maria Parteira[20],local este, onde acontecem a maioria das reuniões/oficinas de formação com o grupo. Sendo então, apresentada a proposta do trabalho ao grupo e pedido de apoio, para realizar o reconhecimento da Comunidade e divulgação aos moradores, para melhor aceitação do trabalho, uma vez que éramos conhecidos apenas por poucos moradores e poderíamos nos deparar com alto índice de rejeição pelos moradores, tendo em vista as características de confiabilidade que permeiam o meio rural.

O reconhecimento da comunidade ocorre no dia 07 de março de 2017, uma terça-feira, onde se contou com ajuda de uma das integrantes do grupo, (e que também é conhecida na comunidade por vender seus produtos dentro dos eventos que ocorre na sua comunidade e/ ou em São José ou mesmo a venda de seus produtos na sua porta). Sendo este um passo de extrema importância para o início do trabalho, onde seria possível, traçar um mapa de localização da comunidade, identificando seus limites.

A execução das entrevistas inicia-se logo, após o reconhecimento, ainda no dia 07, onde foram aplicadas algumas entrevistas e logo após, foi analisada a sua aplicabilidade, sendo necessária uma adequação das perguntas para um melhor entendimento, bem como alteração na ordem das perguntas. Para aplicação das entrevistas foi adotada a localização territorial que é reconhecida pela própria comunidade como sendo comunidade de Lagoa Grande. Foram realizadas duas entrevistas fora dos limites territoriais adotados pela comunidade, onde uma trata-se de uma moradora e também integrante do Grupo Sabores do Quilombo que se encontra entre a divisa de Lagoa Grande e Lagoa da Camisa (comunidade vizinha), sendo esta entrevista realizada, devido a família já manter um vínculo de

[20] Maria Parteira, como é popularmente conhecida, exerceu durante muito tempo o ofício de parteira na comunidade e também no distrito. Hoje em função das burocracias, não exerce o ofício, mas ainda presta serviço rápido de atendimento, em caso de necessidade, até o deslocamento da parturiente ao hospital ou maternidade.

fornecimento para a Cantina Sabores do Quilombo, tendo em vista que foram feitas entrevista com a maioria das integrantes e o outro caso trata-se de um morador bastante conhecido e referenciado pela comunidade que de acordo com os limites da prefeitura ele integra a comunidade , no entanto, enquanto reconhecimento ele não se acha pertencente a comunidade de Lagoa Grande e sim Carro Quebrado e nos foi recomendado por uma moradora.

As entrevistas semiestruturadas foram compostas por 25 perguntas, sendo aplicadas dentro de unidade familiar[21] e dentro de famílias que compõem a mesma unidade familiar, pois existiam produções diferenciadas entre as famílias chegando uma parte a produzir e a outra não produzir ou mesmo apresentarem produções distintas para cada família dentro da unidade familiar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo do desenvolvimento do trabalho era notável a familiarização dos moradores e também dos motoristas e cobradores(a) da van, bem como a expectativa dos moradores(as) que ainda não haviam sido visitados para serem entrevistados (as), além do reconhecimento pelo trabalho que estava sendo desenvolvido e o modo de recepção nas suas casas.

A pesquisa foi realizada com 106 entrevistados (as) compreendendo um total de 73 mulheres e 33 homens, entre a faixa etária de 13 a 76 anos A comunidade é marcada por uma riqueza de variedades de produção agropecuária desde criação de pequenos animais, ao cultivo da mandioca e seus derivados, ou cultivo do milho (*Zea mays*) e feijão (*Phaseolus vulgaris*); hortaliças, além da diversidade de frutas, que apareceram em todas as casas, “ todo mundo tem um pé de alguma coisa no seu quintal”, mesmo aquele que diz não produzir “nada” em seu quintal.

A produção pecuária é voltada para a criação de pequenos animais: galinhas (*Gallus gallus domesticus*), suínos (*Sus scrofa domesticus*), ovinos (*Ovis aries*), caprinos (*Capra aegragrus hircus*), onde destina-se principalmente para o consumo próprio e venda na própria comunidade. Apenas um dos entrevistados

[21] Entende-se aqui como unidade familiar um grupo de famílias que moram próximas, onde a maioria das vezes as matriarcas da família são responsáveis pela produção e o restante do familiar ajuda no desenvolvimento da produção.

apresenta criação de bovinos (*Bos taurus taurus*/*Bos taurus indicus*), trata-se de uma propriedade com maior extensão de terra e com atividades mais diversificadas, e que são criados, principalmente na época chuvosa.

Dentre os plantios tradicionais de sequeiros destacam-se: mandioca/aipim(*Manihot esculenta*), milho(*Zea mays*), feijão carioca (*Phaseolus vulgaris*), feijão de corda ou macaça (*Vigna unguiculata*), andu (*Cajanus cajan*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), abóbora(*Cucurbita* L.), jiló(*Solanum aethiopicum*), maxixe(*Cucumis anguria*) , hortaliças, como: coentro(*Coriandrum sativum*), cebolinha(*Allium schoenoprasum*), couve(*Brassica oleracea*) e amendoim[22] (*Arachis hypogacea*) que são apenas cultivados na época chuvosa[23], o qual é possível identificar o espírito solidário presente na comunidade, que mesmo com o passar dos anos, ainda se mantêm, por meio da prática da troca de mão[24], que acontece desde o preparo da terra, através de capinas, ao plantio da sementes e a colheita das espécies. Embora a prática da troca de mão tenha diminuído com o passar dos anos, ela constitui-se de uma importante dinâmica para os pequenos agricultores, para manejar a terra, além de permear a troca de suas experiências e partilharem seus conhecimentos adquiridos.

Em relação ao plantio de culturas permanentes destacam-se as frutíferas, que aparecem em quase todos os quintais, mesmo daqueles que não plantam nada em seu quintal, tem um pé de alguma frutífera na sua propriedade. As frutas que mais aparecerem são: caju (*Anacardium occidentale*), coco (*Cocos nucifera* L.), laranja (*Citrus sinensis*), manga (*Mangifera indica*), acerola (*Malpighia emarginata*), banana (*Musa ssp.*), seriguela (*Spondias purperea*), licuri (*Syagrus coranata*), limão (*Citrus limonium*), pinha (*Annona squamosa*), cajá (*Spondias mombim*), jaca (*Artocarpus heterophyllus*), goiaba (*Psidum guajava*), graviola (*Annona muricata*), tamarindo (*Tamarindus indica*). Já frutas como: mamão (*Carica papaya*), umbu (*Spondias tuberosa*), tangerina (*Citrus reticulata*), pitanga (*Eugenia uniflora*), noni (*Morinda citrifolia*), fruta pão (*Artocarpus altilis*), jamelão (*Syzygium cumini*), carambola (*Averrhoa carambola*), abiu (*Pouteria caimito*), jambo (*Syzyguim jambos*),

[22] O plantio da cultura de amendoim por muito tempo apresentou um histórico de produção de monocultivo nas propriedades, no entanto hoje essa cultura não está entre as principais desenvolvidas, sendo mantida apenas por algumas famílias que consideram o plantio como uma forma de tradição.
[23] A época chuvosa inicia-se no outono. Sendo os plantios efetuados entre março e abril.
[24] Prática realizada pela agricultura familiar, onde um vizinho auxilia ao outro a realizar uma atividade, sem que haja remuneração para isso.

amora (*Morus nigra*), romã (*Punica granatum*), jabuticaba (*Plinia cauliflora*) e melancia (*Citrullus lanatus*) estão presentes em poucos quintais. Embora, a maioria dos quintais apresentem em comum a maioria das espécies agrícolas, cada morador desenvolve, de forma diferenciada, o arranjo e o manejo do seu quintal, ficando evidente a diferença de cada quintal com um arranjo único, onde cada um possui suas peculiaridades e atrativos.

Na maioria das vezes, a produção não é absorvida pela unidade familiar e acabam sendo desperdiçados, de modo que a destinação para a comercialização nas Cantinas Solidárias da UEFS, pode vir a ser uma opção para esta parte de produtos que não é absorvida, estabelecendo desta forma um outro aproveitamento para estes produtos ao passo que resolveria o problema do desperdício, além da possibilidade de geração de renda extra para aquele agricultor/agricultora, uma vez, que os agricultores em muitas casos, não comercializam o seu excedente, preferindo perder ou doar a parentes/colegas ,pois , argumentam não compensar a ida à feira para vender.

Além da identificação dos produtos, as bolsistas puderam ter uma troca de experiência ímpar com os mais velhos, além de poder conhecer um pouco mais da riqueza e sabores existentes na comunidade de Lagoa Grande

É possível ainda identificar que alguns agricultores não dão a devida importância e/ou desconhecerem o potencial das espécies que produzem, ou ainda manter o foco em apenas uma forma de exploração da espécie. Em umas das entrevistas uma moradora relata que embora tenha alguns pés de bananeira no quintal, ela acaba não dando importância às bananas e que mantém o cultivo para poder utilizar a palha na produção do bolo de palha[25].

Destaca-se a articulação que é realizada por uma moradora da comunidade onde realiza o trabalho de coleta de frutas dentro da comunidade de casa em casa, sendo essas frutas levadas para venda na feira livre, juntamente com outros produtos agrícolas que ela cultiva, tendo metade dos lucros junto ao morador que forneceu a fruta. Essa prática é bastante reconhecida pela comunidade por se tratar de uma alternativa que evita os desperdícios dos produtos /frutas que não são absorvidos pela família, no entanto há ainda uma resistência por alguns moradores,

[25] Iguaria nordestina feito com a massa de puba (mandioca). Na sua composição além da massa da puba, leva: cravo, canela, leite de coco e coco, sendo em assado no forno a lenha, envolto em folha de bananeira.

em ceder suas frutas. Apesar de contribuir para diminuição dos desperdícios esta prática não consegue sozinha resolver o problema dos desperdícios, tendo em vista o grande número de cada espécie frutífera existente na comunidade e ainda o fato de cada espécie ficar no ponto de colheita ao mesmo tempo. Sendo assim necessárias outras formas de minimizar os desperdícios.

Aproximadamente 82 agricultores (as), o que corresponde cerca de 78% dos (as) entrevistados (as), se colocaram à disposição para comercializar seu excedente para a Cantina Solidária, para muitos (as) esta poderá ser uma forma diminuir o desperdício e garantir uma renda extra e ainda colaborar com a valorização de produtos característicos da sua região , garantindo a venda por um preço mais justo, o que muitas vezes não se consegue quando seu produto é vendido aos atravessadores da região, para outros a possibilidade de venda para o grupo da Cantina reduziria a ida ás feiras livres aventurar uma venda e acabar vendendo a preços baixíssimos para não retornar para casa com a mercadoria. Assim, os(as) agricultores (as) interessados (as), passaram a compor um banco de dados da IEPS, possibilitando o levantamento de possíveis agricultores como potenciais fornecedores de matéria-prima, construindo elementos bases para a construção de redes de comercialização e execução de planos de trabalhos subsequentes de bolsistas da IEPS.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado competitivo é excludente para os novos produtores, que por serem ainda desconhecidos no mercado não possuem clientela e enfrentam dificuldades de para se inserir no mercado minimizando o seu tempo sobrevivência na sociedade. As ações de pesquisa, extensão e diálogos diversos com as comunidades, povoados, quilombos, e outras perspectivas de economia popular e solidária que se baseia nos princípios de relações solidárias, cooperação, autogestão, valorização dos produtos regionais e locais é o primeiro passo para que se possa entender sobre o modo de produção de comunidades, por exemplo, ao desenvolver projetos que auxiliem nas atividades desses pequenos produtores que por muitas vezes não tem acesso a informações e deficiência de formação, porém já trabalham dentro de princípios elucidados pela literatura , mas não tem incentivo ou

não acreditam no próprio trabalho que desenvolvem e o seu conhecimento prático que por vezes nem se comparam com o que está descrito nos livros.

Com efeito, infere-se que existe na comunidade uma diversidade de produtos e/ou insumos locais que não são efetivamente valorizados comercialmente, em detrimento de outros de forte apelo em *marketing* nos mercados convencionais, mas, ainda assim a comunidade continua cultivando para utilização doméstica, sendo estas diversidades de produtos e/ou insumos, em sua maioria, não sendo absorvidas pela unidade familiar e acabam se perdendo. Esta parcela da produção que não é absorvida poderia ser destinada para a comercialização nas Cantinas Solidárias da UEFS trazendo, desta forma, outro aproveitamento para aquele produto e possível geração de renda extra para aquele agricultor/agricultora criando atividades em redes que valorizem o bem viver e interação entre os produtores que vivem na mesma comunidade, favorecendo o desenvolvimento local. Dessa forma, a comercialização dos produtos da comunidade pode certamente possibilitar uma relação de troca entre a comunidade local e a comunidade acadêmica, além de outras possibilidades, provendo assim o incentivo ao desenvolvimento local, estímulo a uma cultura alimentar tradicional e valorização da comunidade por vias de relações de consumo de uma alimentação mais saudável.

REFERÊNCIAS

GOERCK, Caroline; FRAGA Cristina Kologeski. Economia Popular Solidária no Brasil: um espaço de resistência as manifestações de desigualdade da questão social. **Vivencias: Revista Eletrônica de Extensão da URI.** v.16, n.9, p.103-111. Maio/2010

IEPS/UEFS. **Projeto Cantina Solidária III.** Feira de Santana, Bahia, 2016. p.1-23.

LIMA, J.R.O. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Otra Economía,**10 (18):p.3-17, enero-junio 2016

LIMA, J.R.O. Economia popular e solidária e desenvolvimento local solidário: análise dos processos educativos e de economia política inerente à incubação de iniciativas econômicas populares solidárias. Comunicação apresentada no **I Seminário do Fórum de Pesquisa da Linha 3-Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável do PPGEdu/UNEB**. Salvador-mai. 2012.

PEDROSA, Rosangela Aparecida. A importância dos quintais produtivos na Economia Familiar. Minicurso apresentado no **Agroecol***.* Dourados-MS, nov.2016.

PITA, F.A; LIMA, J.R.O; LIMA, C.E.S. Normatizando solidariedade: experiência de construção coletiva de regras de uma cooperativa informal de Economia Solidária. **Otra Economía**, 9 (16):p.69-78, enero-junio 2015.Disponível em< http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2015.916.05>

SINGER, P.I. **Globalização e Desemprego:** diagnóstico e alternativas**.** 7. ed. São Paulo: Contexto,2008.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DA COOPERATIVA PARK SLOPE FOOD EM BROOLYN, NY

Annahid Burnett[26]

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo de caso sobre a Economia Social e Solidária incluindo o Desenvolvimento Sustentável e o Comércio Justo, no intuito de diversificar o debate sobre tal tema no Brasil. O termo Economia Solidária é empregado para definir práticas bem diversas, como o Comércio Justo, a Finança Ética, o Micro Crédito, o Turismo Solidário, a Agricultura Sustentável, Serviços de Proximidade, Empreendedorismo Coletivo, entre outros, o que torna difícil a definição e delimitação do conceito. Como metodologia utilizamos o estudo de caso sobre a Cooperativa de Alimentos denominada Park Slope, situada no bairro de Brooklyn, na cidade de Nova Iorque, além da revisão bibliográfica mais recente do *mainstream* deste campo de pesquisa. Concluímos que este é um caso bem diferente dos apresentados no Brasil, os quais, geralmente, têm cunho assistencialista.

Palavras-chave: Economia Social e Solidária; Desenvolvimento Sustentável; Comércio Justo.

1 INTRODUÇÃO

A economia social define as atividades econômicas realizadas por particulares, porém seguindo um interesse coletivo, também designado de “terceiro setor” (Défourny, 1999, 2001) para se diferenciar do setor público e do setor privado que procura maximizar os lucros. Portanto, a economia social engloba as empresas e organizações com meios de produção e gestão particulares com fins coletivos, associativos, sem finalidades centradas no lucro, com formas jurídicas específicas, como as cooperativas e as associações (LASIDA, 2008; GUÉLIN, 1988; LAVILLE, 2010; MILLER, 2002).

2 CONTEXTO SOCIAL E HISTÓRICO

A economia social surgiu dentro do contexto histórico social e intelectual do cooperativismo revolucionário (Oliveira, 2008; Singer, 1999; 2000) denominado por Marx (2008; 2013) de socialismo utópico para diferenciar do socialismo

[26] Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba - PPGDR/PNPD/UEPB. E-mail: aburnett8@gmail.com

científico. Em reação ao advento da Revolução Industrial no século XVIII, Saint-Simon promoveu a ideia de uma empresa a serviço da coletividade, se opondo à propriedade privada dos meios de produção que permite a exploração do trabalhador. No século XIX Charles Fourier está na origem da cooperativa de alojamento e consumo. Já Proudhon, o pai do anarquismo, cria a ideia do banco do povo. E, Charles Gide cria a primeira Federação Nacional das Cooperativas de Consumo.

Essas experiências conduziram a formas institucionais particulares com status jurídicos específicos:

- As cooperativas – baseadas na propriedade e gestão coletivas.

- As mutualidades – sociedades de solidariedade nas áreas da saúde, previdência, aposentadoria e seguro contra os revezes da vida.

- As associações – toda forma de livre associação entre pessoas visando uma atividade econômica sem fins lucrativos.

A noção de economia solidária é bem mais recente do que a de economia social e seus contornos bem mais imprecisos, mesmo que se associe muitas vezes os termos em uma só expressão – economia social e solidária. No entanto, o conceito de economia solidária é amplamente reivindicado pelo movimento "altermundialista" que emergiu do Fórum Social Mundial a partir de 2001. A pesquisa sobre uma "outra mundialização" está ligada a uma "outra economia", tanto no interior do mercado como em uma economia paralela. A economia solidária define esta outra economia a serviço do interesse coletivo e de utilidade social, com objetivos bem mais variados que os criados pela economia social. Ou seja, solidariedade em relação as gerações futuras, o que conduz à inclusão da dimensão ambiental aos objetivos, solidariedade entre pessoas de idade e sexo diferentes, solidariedade entre territórios, entre excluídos, etc. Estas solidariedades múltiplas vão se traduzir pelas práticas dentro de domínios bem diferentes: produção, consumo, finanças, comércio, serviços, desenvolvimento local, setor cultural e outras áreas ligadas a estas (LASIDA, 2008).

3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A aplicação de qualquer solução técnica implica na escolha pela sociedade que integra a dimensão econômica, política e social. Neste sentido, a economia solidária aparece totalmente imbricada ao desenvolvimento sustentável. Além do mais o desenvolvimento sustentável é fundado no princípio da solidariedade, ou seja, a solidariedade no tempo, das gerações futuras e a solidariedade no espaço, em âmbito planetário. Portanto, não se pode reduzir a solidariedade ao assistencialismo. A solidariedade mobilizada através do desenvolvimento sustentável e da economia solidária visa mais uma parceria, o desenvolvimento das potencialidades de uma aliança em torno de um projeto comum para um futuro melhor. Por conseguinte, o desenvolvimento sustentável e a economia solidária têm o mesmo objetivo, o de pensar um modo de desenvolvimento integral, ou seja, que integra todos os seres humanos, os presentes e os que estão por vir, mas também as totalidades das capacidades humanas (LASIDA, 2008).

Os desafios do desenvolvimento no século XXI são complexos e a comunidade internacional tem focado a atenção nas possibilidades de modelos de desenvolvimento mais integrados. O conceito de desenvolvimento sustentável, centrado no crescimento da economia e na proteção social e ambiental e no clássico modelo de liberalismo centrado no welfare state e na empresa, carece de uma perspectiva de desenvolvimento integrado. Atualmente cinco dimensões chave precisam ser direcionadas simultaneamente: o desenvolvimento econômico, a proteção social, a proteção ambiental, a igualdade de gêneros e o empoderamento sociopolítico. Portanto, o campo da Economia Social e Solidária parece ter grande potencial neste sentido (UTTING, 2013; BULLARD, 2012; JACKSON, 2011).

A Economia Social e Solidária é uma estratégia viável para lidar com problemas contemporâneos conhecidos nos países industriais e em desenvolvimento. A Economia Social e Solidária é contextualizada dentro do pano de fundo de desenvolvimento recentes: A liberalização do mercado de produtos e capitais em nível mundial, a industrialização continuada e o aumento global da divisão do trabalho. O cerne da questão é de como as populações locais podem alcançar certos objetivos e satisfazer necessidades usando técnicas características

da economia social e solidária e, então, conseguir um espaço social e econômico próprio em relação a mercados anônimos, atores globais e elites nacionais e internacionais. Dentro desse espaço auto governável, sugere-se que um caminho possa ser construído para a transição em direção à sustentabilidade local, social e ambiental (COLLETE, 2008; WALLIMANN, 2014).

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, o tradicional paradigma econômico precisa ser ajustado para direcionar os custos sociais e ambientais de produção e consumo que foram considerados como externalidades. Desse modo, a economia social e solidária é vista como um caminho, por causa de sua posição histórica em permitir conexões entre missões sociais e econômicas e, devido ao seu enraizamento nas práticas globais do mundo real, desafiando a hegemonia do neoliberalismo orientado pelo mercado. Entretanto, as organizações de economia social e solidária enfrentam múltiplos desafios em se integrarem dentro da macroeconomia competindo com negócios convencionais pela partilha do mercado e do trabalho enquanto tem alvos multidimensionais e múltiplos obstáculos de base. A visão da principal corrente de pensamento da economia social e solidária é necessária para a aceitação pública e também para as políticas de suporte governamentais que iriam facilitar as operações (KAJIAN, 2016; JAYASOORIA, 2013; KAWANO, 2013).

Os argumentos desenvolvidos demonstram claramente que as cooperativas e uma ampla economia social e solidária podem fazer contribuições substanciais ou talvez única para o cumprimento das dimensões econômicas do futuro do desenvolvimento sustentável. Seria um grande erro negligenciar o potencial de tal poder deste movimento tão amplo e global. Entretanto, seria um equívoco tomar as cooperativas como uma solução miraculosa para cada problema na terra. As cooperativas, na maioria dos casos, não são a única solução, nem em todo caso, a melhor solução. O desenvolvimento sustentável necessita de um Estado bem governado, um setor privado forte e responsável, uma sociedade civil influente e inclusiva, uma parceria global apoiadora e uma economia vibrante incluindo as cooperativas. Cada uma destas razões contribuem com vantagens para o trabalho coletivo: A dualidade entre associação e negócio, como também os papéis econômico e social (BIRCHAL, 2003; SCHWETTMANN, 2014).

4 O *FAIR TRADE* OU COMÉRCIO JUSTO, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O movimento do *fair trade* começou durante os anos de 1960 na Europa e nos Estados Unidos. O objetivo era o de combater as condições de trocas injustas, a dependência dos países do Sul, numa tentativa de assistir esses países a se desenvolverem. Apesar de a liberalização ter anunciado “crescimento para todos”, o fato é que os benefícios desse crescimento são distribuídos de maneira altamente desigual, em detrimento aos países do Sul. A globalização reproduz as relações de dominação dos sistemas colonial e imperial do passado. Para o consumidor, o comércio justo contribuiu com o desenvolvimento de um consumo ético e resultou num desejo de uma parte da população em construir relações de troca com valores diferentes daqueles que prevalecem nas trocas internacionais convencionais. A rede de trocas do comércio justo levou ao desenvolvimento do consumo ético e da consciência do consumidor. O comércio justo é fundado no estabelecimento de relações de troca baseadas na solidariedade, da relação mais direta possível entre consumidor e produtor e pagamento de preços justos para os produtores (BISSAILLON & GENDRON & TURCOTTE, 2005).

O *fair trade* procura estabelecer o respeito pelos produtores e pela preservação do ambiente. Os consumidores do comércio justo procuram um produto socialmente justo, eliminando o atravessador, o intermediário, um produto fornecido diretamente pelas pessoas que o produzem na fonte. O comércio justo procura eliminar dessa forma, as injustiças sociais, as desigualdades praticadas entre os negócios, nas trocas entre o Norte e o Sul, resultando em práticas comerciais justas. Tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos fornecedores do Sul, dos marginalizados, criando um canal para negociar seus produtos artesanais e agrícolas junto aos consumidores dos países mais desenvolvidos que desejam ser solidários; constituir uma rede de consumidores em busca de um produto que foge às regras da exploração tradicional do comércio internacional procurando contribuir com as mudanças nas políticas públicas. No entanto, estas práticas já estão sendo disseminadas nas negociações Sul – Sul também, seguindo a tendência do consumo local, para diminuir as emissões de gazes de efeito estufa. Uma certificação foi desenvolvida para etiquetar esses produtos e permitir os

consumidores de identificar os produtos e retomar a dimensão humana e cultural da troca (LAVILLE, 2010).

O comércio justo é um tipo particular de relacionamento entre consumidores éticos e produtores de baixa renda através do comércio internacional. Portanto, o *fair trade* é uma parceria de troca baseada no diálogo, na transparência e no respeito buscando maior igualdade no comércio internacional e contribui com o desenvolvimento sustentável porque oferece melhores condições de troca e assegura os direitos dos produtores e trabalhadores. As empresas do comércio justo, apoiadas pelos consumidores, são engajadas ativamente em apoiar os produtores, expandir a consciência e fazer campanhas para as mudanças nas regras e práticas do comércio internacional convencional (BOTO; LA PECCERELLA, 2008).

O *fair trade* serve a dois objetivos: prover oportunidades reais para o desenvolvimento de produtores de pequena escala e trabalhadores em países em desenvolvimento e; tem um impacto positivo no comércio global e empresas privadas, o que os encoraja a se tornarem mais justos e inclusivo socialmente e apoiadores do desenvolvimento sustentável. Para os pequenos produtores e trabalhadores, construir a capacidade de participar do mercado em pé de igualdade, torna o negócio capaz de dividir os benefícios da troca mais amplamente, passando o valor da troca mais adiante para a cadeia de suprimentos. Isto amplia a participação nos mercados e nas formulações de políticas públicas. Consumação e produção sustentável requer a proteção de políticas e o ambiente de mercado que promova inclusão social e bem estar econômico. Políticas sustentáveis de comércio, justiça e proteção para os produtores mais vulneráveis, incentivos para mudar o comportamento do consumo podem facilitar mais resultados sustentáveis e premiar os que trabalham no mercado com um grau maior de sustentabilidade (PEÑA, 2015).

5 O CASO DA COOPERATIVA DE ALIMENTOS PARK SLOPE EM BROOKLYN, NOVA IORQUE

Figura 1: A Cooperativa de Alimentos de Park Slope em Brooklyn, NY, fundada em 1973. https://members.foodcoop.com/content/wp-content/uploads/2016/01/coop_500.png. Acesso em 16/8/2017.

A Park Slope Food Coop, localizada no coração do setor do Parque chamado Slope, no bairro de Brooklyn, na cidade de Nova Iorque, foi fundada em 1973 por um pequeno grupo de vizinhos comprometidos, os quais queriam que uma comida mais saudável e de preço mais acessível fosse oferecida a todos que quisessem. A PSFC tem mais de 17 mil membros dos quais, a maioria trabalha uma vez a cada quatro semanas em troca de 20 a 40% de desconto nas compras de comida. Somente os sócios podem comprar na PSFC e o título de sócio, de membro da cooperativa está aberto a todos.

Figura 2: Fachada da Cooperativa de Alimentos Park Slope em Brooklyn, NY, com o movimento de compras dos sócios durante o dia.

https://members.foodcoop.com/content/wp-content/uploads/2016/01/coop_500.png. Acesso em 16/8/2017.

A PSFC oferece uma ampla variedade de produtos, incluindo produtos cultivados convencionalmente e também orgânicos; carne orgânica de pastos naturais; galinhas e frangos orgânicos como também kosher (produtos para os judeus religiosos que precisam seguir certos preceitos religiosos); chocolate e café de comércio justo; peixe selvagem ou de fazendas sustentáveis; suplementos e vitaminas; queijo importado e artesanal; pastelaria e pão frescos; condimentos a granel; suprimentos ambientalmente seguros e limpos e, muito mais. Tudo isto e mais uma ampla seleção de itens padrão de supermercados, faz da cooperativa uma destinação de uma só parada. A PSFC dispõe também de uma sala para as crianças dos sócios, enquanto eles fazem compras.

A Cooperativa de Alimentos Park Slope funciona também em horário noturno, facilitando a vida de seus sócios:

- De segunda a sexta-feira: 8h às 22h
- Aos sábados: 6h às 22h
- Aos domingos: 6h às 2Oh

Figura 3: Fachada da Cooperativa de Alimentos durante horário noturno.
https://members.foodcoop.com/content/wp-content/uploads/2016/01/coop_500.png. Acesso em 16/8/017.

Como sócio da PSFC a pessoa divide sua propriedade com 17 mil sócios da cooperativa. O sócio tem voz nos processos de decisão e pode participar no planejamento e discussões de futuras organizações. Participar desta comunidade em Brooklyn é trabalhar, comprar, aprender e ter retorno e satisfação. Os sócios têm

conhecimento da origem dos produtos, de onde suas frutas e legumes vêm e como são cultivadas, pagando menos, com acesso a produtos do mundo inteiro, com aulas de culinária para aprender como prepara-las, participando do crescimento e da gestão da organização.

Figura 4: Celebridades como Adrien Grenier também são sócias da Cooperativa. https://members.foodcoop.com/content/wp-content/uploads/2016/01/coop_500.png. Acesso em 16/8/2017.

A Cooperativa Park Slope é uma loja de alimentação de propriedade dos sócios e por eles operada – uma alternativa para o negócio comercial orientado pelo lucro. Os sócios contribuem com seu trabalho: trabalhando juntos constroem confiança através da cooperação e do trabalho em equipe permitindo manter os preços os mais baixos possíveis dentro dos valores e princípios da cooperativa. Somente os sócios podem comprar e dividir as responsabilidades e benefícios, numa tentativa de ser vizinhos e empregadores mais éticos e responsáveis. Portanto, a cooperativa agencia seus próprios sócios e não a indústria.

Figura 5: Outras celebridades como Peter Sarsgaardande Maggie Gyllenhaal apoiam e também são sócios da PSFC. https://members.foodcoop.com/content/wp-content/uploads/2016/01/coop_500.png. Acesso em 16/8/2017.

A missão da PSFC também inclui apoio ao movimento de cooperativismo. A PSFC oferece uma gama de produtos com ênfase na produção orgânica, minimamente industrializados, processados, ou seja, investe numa alimentação mais saudável, procurando evitar produtos dependentes da exploração alheia. Por conseguinte, é missão da PSFC apoiar a agricultura sustentável e a produção de alimentos não tóxicos.

Portanto, o respeito ao meio ambiente e o foco na redução do impacto do nosso estilo de vida no planeta que dividimos com outras espécies e futuras gerações está no cerne da missão da cooperativa. Outro enfoque importante é o da preferência por produtos locais de produtores que respeitam a dinâmica da terra, da reciclagem, tentando liderar pelo exemplo, educando os sócios e outras pessoas sobre saúde e nutrição, cooperação e meio ambiente. A PSFC tem uma filosofia comprometida com a diversidade e a equidade, em oposição a qualquer tipo de discriminação, numa tentativa de torna-la acessível a todos e respeitando as opiniões, necessidades e preocupações de cada sócio, maximizando a participação em todos os níveis, desde a formulação das políticas internas à gestão da loja.

Figura 6: O diâmetro da produção local em torno da Cooperativa localizada em Nova Iorque.https://members.foodcoop.com/content/wp-content/uploads/2016/01/coop_500.png. Acesso em 16/08/2017.

A política sobre produtos da cooperativa maximiza o aprovisionamento de alimentos e cosméticos que sejam produzidos organicamente na região, sem crueldade e numa visão ambiental benigna. A PSFC não vende produtos com ingredientes de radiação, nem geneticamente modificados, por isso a cooperativa trabalha em cooperação com o comitê ambiental para identificar produtos.

A PSFC também faz um grande esforço no sentido de oferecer o máximo de produtos a granel, incentivando e educando os sócios a trazerem suas próprias sacolas e pacotes para as compras na loja. Para se tornar sócio da Cooperativa Park Slope o candidato deve pagar uma taxa de 25 dólares americanos não reembolsáveis e fazer uma contribuição de 100 dólares em investimento à Cooperativa que é reembolsável em caso de cancelamento do título de sócio, mas somente se o sócio requisitar reembolso. Se o sócio receber algum tipo de benefício social, a taxa é de cinco dólares e o investimento de dez dólares. O sócio tem a obrigação de trabalhar duas horas e quarenta e cinco minutos a cada quatro semanas e dessa forma, cada sócio trabalha em torno de 13 vezes anualmente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de caso são importantes não somente dentro da economia social e solidária, mas também dentro da macroeconomia, para exemplo de como a economia pode se conduzir ao bem-estar social e ambiental. Em resumo, as políticas públicas devem ser formuladas para apoiar a economia social e solidária, porém em longo termo, mudanças estruturais na macroeconomia devem ser implantadas para nivelar o campo. Um equilíbrio entre as abordagens e pesquisas futuras para mapear o movimento, vai maximizar o potencial em direção ao desenvolvimento sustentável.

A noção de desenvolvimento econômico local e sustentável tem relação com um processo de desenvolvimento participativo que envolve o privado, a sociedade civil e o público, engajados em estratégias para criar emprego, renda e capacidade produtiva baseando uma atividade numa localidade específica e fazendo uso dos recursos locais. Desenvolvimento Econômico e Sustentável Local e Economia Social e Solidária são vistos como complementos que procuram pela participação do governo, de parcerias, do empoderamento e da inclusão econômica e social.

Portanto, esperamos ter podido contribuir com ideias e reflexões neste campo de pesquisa no Brasil. Este estudo de caso mostra que o campo da Economia Social e Solidária vai muito além do simples ato de assistencialismo.

REFERÊNCIAS

BIRCHAL, Johnston. **Rediscovering the cooperative advantage – Poverty reduction through self-help.** Geneva: ILO, 2003.

BISAILLON, Véronique; GENDRON, Corinne; TURCOTTE, Marie-France. **Fair Trade and Solidarity Economy: The challenges ahead.** Fair Trade Workshop, Alliance for a Responsible, Plural and United World Chair of Social Responsibility and Sustainable Development, School of Management Sciences, University of Quebec, Montreal, 2005.

BOTO, Isolina; LA PECCERELLA, Camila. **Does Fair Trade contribute to sustainable development?** Brussels: Brussels Rural Development Briefings, 2008.

BULLARD, Nicola. **Beyond the Green Economy: System change, not climate change?** Development, Vol. 55, No.1, pp. 54-62, 2012.

COLLETE, Christine. **Economie Social et solidaire.** Paris: Dunod, 2008.

DEFOURNY, J. DEVELTERE, P.; FONTENEAU, B. **L'économie sociale au Nord et au Sud**. Liège: De Boeck, 1999.

DEFOURNY, Jacques; BORZAGA, Carlo. **The emergence of Social Entreprise.** London: Routledge, 2001.

GUÉLIN, André. **L'invention de l'économie sociale.** Paris: Economica, 1988.

JACKSON, Tim. **Prosperity Without Growth: Economics for a Finite Planet.** Earthscan, London: Earthscan, 2011.

JAYSOORIA, D. **Developments in Solidarity Economy in Asia.** Kuala Lumpur: Asian Solidarity Economy Council, 2013.

KAJIAN, Siri Kertas. **Social and Solidarity Economy for Sustainable Development in Malaysia: Concepts, Contexts and Case Studies.** UKM Ethnic Studies Paper Series, Institut Kajian Etnik, KITA. Bangi, 2016.

KAWANO, E. **Social Solidarity Economy: Toward convergence across continental divides.** http://www.unrisd.org\unrisd\website\newsview.nsf, 2013.

LASIDA, Elena. **L'économie solidaire: une manière nouvelle de penser l'économie. L'Encyclopédie du Dévelopment Durable**. Paris: Éditions des Récollets, nº 63, Mars, 2008.

LAVILLE, Jean-Louis. **The Solidarity Economy: An International Movement.** RCCS Annual Review (online), 2, 2010, 3-41. URL: http://rccsar.revues.org.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2013.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia.** São Paulo: Martin Claret, 2008.

MILLER, Ethan. **Solidarity Economics: Strategies for Building New Economies from the Bottom-Up and the Inside-Out.** Greene, Maine: May 2002, www.geo.coop.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Economia Solidária: Entrevista com Paul Singer.** USP: Estudos Avançados 22 (62), 2008.

PEÑA, Marike. **Sustainable Development Goals and Fair Trade: The case for partnership.** US**:** UN General Assembly, 2015.

SCHWETTMANN, Jürgen. **The Role of Cooperatives in Sustainable Development for all: Contributions, Challenges and Strategies.** Pardel: ILO, 2014.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, Paul. Economia Solidária: Um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs). **A Economia Solidária no Brasil; a autogestão como reposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

UTTING, Peter. **Social and Solidarity Economy: A Pathway to Socially Sustainable Development (int)** United Nations Research Institute for Social Development, 2013.

WALLIMANN, Isidor. **Social and solidarity economy for sustainable development: its premises – and the Social Economy example of practice.** International Review of Sociology, 2014.

https://www.foodcoop.com/. Acesso em 16/8/2017.

O ASSOCIATIVISMO COMO ELEMENTO RELEVANTE NA PRÁTICA DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAMEIRO REDONDO-RETIROLÂNDIA-BA

José Raimundo Oliveira Lima [27]; Celiane Afonso Santos[28]; Érica Alves Sampaio[29]; Mônica Mirzza Dultra Correia[30]; Rarana Brandão Santiago[31]; Rosembrando Sosthenes Leite Carvalho Filho[32]

Resumo: O associativismo estabelece uma alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, onde a união e participação grupal e comunitária se apresentam como uma alavanca para ganhar força na busca de objetivos e melhores condições de vida. Neste sentido, este trabalho discute de forma comparativa a teoria x prática no processo de associação, associativismo e trabalho associado na perspectiva da economia popular e solidária. Foi feito um estudo na associação comunitária Lameiro Redondo, localizada em Retiro Velho, Retirolândia-Ba. Utilizando como metodologia uma entrevista semiestruturada, com o objetivo de identificar o papel da associação no desenvolvimento local, a relação com associados e pontos fortes e fracos que cercam a comunidade e suas perspectivas no contexto socioeconômico. O estudo permitiu concluir a importância de tipologias organizativas como um instrumento articulador do desenvolvimento local e solidário. Através de organização, compromisso, solidariedade de um grupo, a associação consegue estimular atividades, promover desenvolvimento local e manter a qualidade de vida na comunidade.

Palavras-chave: associativismo, economia popular e solidária, produção associada.

1 INTRODUÇÃO

Associação é uma pessoa jurídica, legalmente reconhecida na Constituição Federal em seu artigo 5º no âmbito dos Direitos e Garantias Fundamentais (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), devidamente registrada em cartório e constituída livremente pela união de pessoas.

Essa tipologia organizativa traz um conceito de união de uma determinada comunidade para que esta saia do anonimato e passe a ter maior relevância no âmbito político, econômico, social, ambiental, *entre outras dimensões da vida ou sociorganizativas.* Através da associação, a comunidade ganha força

[27] Doutor UEFS/UNEB - PPGEduC. Email: zeraimundo@uefs.br.
[28] Graduanda em Agronomia. UEFS. Email:celiane.afonso@hotmail.com
[29] Graduanda em Agronomia. UEFS. Email: sampaioerica7@gmail.com
[30] Graduanda em Agronomia. UEFS. Email: dultramonica@gmail.com
[31] Ranana Brandão Santiago. Graduanda em Agronomia. UEFS. Email:hanna.bran2@hotmail.com
[32] Graduando em Agronomia. UEFS. Email: eagronomocarvalho@gmail.com

para atingir seus objetivos e alcançar melhores condições de vida e trabalho, ampliar a economia local e entre outros (UFSM, 2015).

A Incubadora Social da Universidade Federal de Santana Maria (UFSM) em sua cartilha sobre associativismo registra algumas características que teoricamente definem a associação, dentre elas: a) forma-se pela união de duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas com objetivos comuns; b) não possui finalidade lucrativa; c) o patrimônio é constituído pela contribuição dos associados, por doações, por subvenções, etc.; d) não há distribuição de sobras entre os associados; e) os fins da associação podem ser alterados livremente em assembleia; f) os dirigentes não recebem remuneração e; g) são entidades de direito privado.

Estas características não só definem como diferenciam o associativismo de outras tipologias organizativas como empresas de participação comunitária (EPC), redes de empresas, grupos formal ou informalmente organizados ou até o cooperativismo, que possui dentre outros aspectos objetivos mais voltados a comercialização da produção de certa atividade e transformação de bens. O associativismo possui como objetivos fortalecer os laços de amizade e solidariedade, reunir esforços em busca de melhorias para a comunidade, defesa dos direitos e interesse dos associados, melhorar a qualidade de vida, em alguns casos produzir e comercializar de forma cooperada e colaborar com o desenvolvimento da região na qual se insere.

O associativismo além de promover a união entre grupos que possuem objetivos semelhantes atua na conservação da independência e a individualidade de cada membro. Desta forma, explorando o potencial de solidariedade, é possível resolver inúmeros problemas e gerar novas oportunidades, dentre elas destaca-se a geração de renda, redução das fragilidades individuais e coletivas, segurança econômica e permanência na pratica das atividades, incentivando um processo de evolução de tal forma que haja incentivo na construção de novas associações (SILVANO, 2012).

Atuando como organização para o desenvolvimento local, o associativismo pode beneficiar o território de forma integrada e estratégica a assimilar uma totalidade de recursos, aumentar a diversidade de soluções *a* variedade de projetos e as diferentes alternativas para cada especificidade, sendo

esta multidiversidade de apostas o que lhe dá a oportunidade de novos mercados, de novas produções e o revigora constantemente, tornando-o num processo que, embora lento nos resultados, é mais firme e, porventura, mais durável e menos exposto às variações da economia (REVEZ, 2014).

O associativismo pode ser melhor desenvolvido em formas ou parâmetros econômicos não veiculados à competitividade, concorrências irrestritas, segredos industriais, perseguição ao lucro acima de tudo e individualismos exacerbados, características que não se coadunam com a economia popular e solidária, por ser certamente uma outra economia.

Com efeito, diante de toda essa discussão, faz-se a seguinte indagação: de que maneira o associativismo se apresenta na pratica da economia popular e solidária? Responder a essa problemática não será tarefa das mais fáceis, entretanto, tem-se como objetivo desse trabalho discutir o associativismo como elemento relevante na pratica da economia popular e solidária a partir de um estudo na associação comunitária Lameiro Redondo-Retirolândia-BA, oportunidade em que procuraremos com base nas referências da área e vista **in locus** obter atributos necessários a essa discussão.

Entrevista semiestruturada é um tipo de metodologia participativa onde a entrevista proporciona o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza informal, em alguns casos considerando certa formalidade, intercalando questões mais fechadas e direcionadas com argumentações mais abertas (SOUZA, 2009).

Ressaltando uma característica evidente nesse tipo de entrevista, é o planejamento em torno do enquadramento da entrevista, delineando tópicos principais, ou questões a debater, indo das mais gerais para as mais específicas, sendo de suma importância esse atributo, ocasionando um melhor desenvolvimento e desempenho da entrevista solicitada.

O processo dessa pesquisa perpassa o caminho da descrição da Associação Comunitária Lameiro Redondo, considerando importante para a descrição do contexto institucional. Segue com o registro dos fatos observados, tanto nas entrevistas como em visita para o conhecimento da associação e outros dados que puderam ser aprendidos na prática, sendo vantagem dessa técnica a sua

flexibilidade e a possibilidade de rápida adaptação. Dá continuidade com a análise e interpretação das informações obtidas, parte essencialmente importante da pesquisa.

A partir disto, o objetivo deste trabalho foi realizar uma entrevista semiestruturada com o responsável da Associação Comunitária Lameiro Redondo buscando identificar o papel da associação no contexto sócio econômico local e a aplicação pratica da teoria que fundamenta o associativismo.

2 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE LAMEIRO REDONDO

Fundada em 1994 e localizada na comunidade de Retiro Velho, Retirolândia-BA, possui este nome devido o povoado ter sido fundado em uma fazenda que se chama Lameiro Redondo e possui como presidente o Sr. Antônio Carlos da Silva (entrevistado). A associação acontece através do empenho dos associados e demais membros, que se reúnem uma vez por mês, a cada segundo domingo do mês, ou quando há necessidade se reúnem mais de uma vez em reuniões extraordinárias. As reuniões são sempre acompanhadas de ata lavrada por secretario ou vice-secretário.

Conforme o estatuto da associação a cada dois anos há eleição para diretoria e conselho fiscal. Atendendo critérios democráticos, onde vence aquela chapa escolhida pelos sócios, ou seja, a qual obtiver maior numero de votos. Os membros participantes (associados) podem formar chapas para concorrer à eleição, porém para estarem aptos a participarem, os sócios necessitam atender a algumas exigências como estar adplentes com suas contribuições mensais, ser maior de 18 anos e ter no mínimo seis meses como sócio participante da entidade.

Quando o individuo assume a posição de sócio na Associação Comunitária Lameiro Redondo, passa a ter alguns deveres a cumprir, como comparecer as assembleias e manter em dia a contribuição mensal estabelecida no valor de $2,00 (dois reais),é deste valor que consta como mensalidade que a associação se mantém, além de outros recursos próprios como aluguel do trator e aluguel de um dos prédios da entidade. A mesma não possui convenio com a prefeitura da cidade nem com outra instituição que contribua financeiramente, as contribuições existentes são apenas de prestação de serviços como assistência técnica, prestadas por

órgãos como o MOC (movimento de organização comunitária) e a FATRES (Fundação de Apoio a Agricultura Familiar do Semiárido)

A Associação conseguiu construir três prédios, um deles funciona como a sede da mesma, onde acontecem as reuniões e demais encontros dos sócios. O segundo trata-se de uma garagem onde fica estacionado o trator da associação e demais implementos que o acompanha como arado, máquina de “bater” feijão e milho e reboque. O terceiro funcionava como um mercadinho, que beneficiava a todos já que a sede é um pouco distante e a comunidade não tinha nenhum mercado, por isso as pessoas precisavam se deslocar para a cidade sempre que necessitasse comprar qualquer coisa. Diante desta dificuldade, os associados optaram por implantar um mercadinho no local, porém com o tempo outros mercados foram surgindo e o mercadinho foi desativado. Hoje esse prédio se encontra alugado e funciona uma igreja evangélica.

A associação conseguiu obter o trator através de um projeto da CAR. Ele presta serviço aos associados e demais membros da comunidade, sendo que é prioridade dos sócios os trabalhos realizados com o trator e os mesmos também pagam com desconto pelo serviço (horas de aração ou debulha de feijão e milho). Os demais membros da comunidade podem ser atendidos com os serviços de mecanização com o trator da associação, depois que os sócios tiverem seus trabalhos feitos e esses pagam preço normal pelo serviço. O tratorista é um membro da associação e recebe uma porcentagem das remunerações com o trabalho, o restante do valor vai para uma conta da associação que é separada da conta que movimenta dinheiro colhido pelas mensalidades. O tratorista presta contas mensalmente e o dinheiro da conta do trator só pode ser movimento com autorização dos sócios em assembleia. Apenas o arado veio junto com o trator, a associação conseguiu comprar com recursos próprios demais implementos (reboque e máquina de bater feijão e milho). Os associados encontram na agricultura uma oportunidade para alimentar suas famílias onde plantam milho e feijão e mandioca apenas para subsistência.

A construção da igreja católica na comunidade foi possível por esforço dos associados, que viram a necessidade de uma capela na localidade devido à dificuldade de deslocar-se para a cidade para ir à igreja. O material para construção dessa Igreja foi adquirido pela associação através de bingos e rifas com objetivo de

arrecadar dinheiro para a compra de materiais. Também foram recebidas algumas doações da própria igreja católica da sede, doações de algumas lojas de materiais de construção e até mesmo outros empresários da cidade. A construção foi feita através de mutirões com associados e demais pessoas dispostas a ajudar, e sempre os trabalhos destes mutirões eram finalizados com um almoço, onde eram servidos feijoadas ou caruru.

A comunidade recebe assistência técnica periodicamente da Fundação APAEB, por meio da associação, e a fundação disponibiliza técnicos, médico veterinário e agrônomo para atender a comunidade.

Na Associação Comunitária Lameiro Redondo existe um grupo formado por três mulheres trabalhadoras rurais, que produzem beiju e comercializam o produto aos domingos na pracinha da localidade e em festas da igreja. O grupo teve incentivo e contribuição da associação comunitária para iniciar. Os equipamentos foram fornecidos pela associação e as componentes investiram com a matéria prima e a força de trabalho para dar início à atividade. A ideia surgiu como uma alternativa de geração de trabalho e renda que contribui para subsistência das famílias. As participantes não possuem empregos formais, são sócias participantes da associação e o grupo formado por elas compreende um grupo de trabalho coletivo e democrático.

O grupo reúne-se ordinariamente uma vez por mês em reunião da associação, passando para associados o andamento das atividades, informando dificuldades ou oportunidades que surgem durante o processo de produção e comercialização. Apesar de o grupo informar sobre andamento das atividades, as componentes não precisam prestar conta de valor adquirido com a produção e também não repassam qualquer quantia para a associação, todo lucro com a atividade é repartido entre elas.

3 ASSOCIAÇÃO: TEORIA X PRÁTICA

A Economia Popular e Solidária passou a ser objeto de crescente interesse teórico e objeto de políticas públicas específicas nas últimas décadas (PAIVA, 2008). Envolvendo um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação

de serviços efetuado coletivamente e sob diferentes modalidades de trabalho associado, de acordo com França Filho (2007).

As associações têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantropia (SEBRAE, 2017). Entretanto, o associativismo relacionado à economia popular e solidária articula o lado político e o processo educativo das relações entre sujeitos para o desenvolvimento local, conforme discute Lima (2016).

Dentro da EPS encontra-se o dilema do capital. A construção de uma alternativa não capitalista, de sobrevivência no mercado, através de organização social produtora é, ainda, um desafio entre a teoria e a pratica. Mas sabemos que não depende diretamente da relação assalariada.

A criação de um comércio e oferta de serviços devido às demandas locais, através do associativismo, estimula-se um movimento integrado de relações socioeconômicas envolvendo produtores/prestadores de serviço e consumidores/usuários de serviços, numa lógica de rede (FRANÇA FILHO, 2007).

Criar uma empresa produtiva de ação coletiva sem fins de renda privada, não está dentro do conceito capitalista, este pensamento impede o desenvolvimento da economia local. Essa economia está em prol dos associados e da comunidade, como forma de distribuição de renda.

É como podemos observar na Associação Comunitária Lameiro Redondo, que além de subvenções, contribuições e doações dos associados, apostou na construção de um mercadinho (desativado devido às concorrências do mercado local), hoje obtendo resultados financeiros através do aluguel para uma igreja evangélica. Além do aluguel do trator para o uso de não associados, como formação de renda também. O mutirão para a realização de projetos, como na construção da igreja católica e/ou do preparo do almoço ao final, também é uma forma de auto-organização popular, comunitária, coletiva e solidária.

O Estado tem um papel fundamental no fomento de planejamentos aptos de novas atividades econômicas. Não é uma dependência burocrática ou forma de controle do Estado sob redes solidárias de microempresas através das políticas públicas, estas estão em defesa dos interesses dos associados, ajudam a desenvolver redes solidárias de microempresas sob regulação estatal (sem a adoção do registro legal impede o acesso a diversos direitos), contra a exclusão e o

desemprego, melhorando a qualidade de vida nas regiões. Como no caso da comunidade estudada, que conta com o apoio da Fundação APAEB, que atua em espaços coletivos de controle social promovendo do desenvolvimento da agricultura familiar na região.

O associativismo envolve o compartilhamento consensual de bens e costumes entre moradores, direitos e deveres são distribuídos igualmente. Isso não quer dizer que todos pensem igualmente, o debate até alcançar um acordo, de forma democrática, buscando solucionar problemáticas do cotidiano, desenvolvendo atividades sócio-produtivas públicas, é importante e necessário. Visto que a Associação Comunitária Lameiro Redondo constrói iniciativas, debatendo politicamente seus problemas comuns e expandindo melhorias para toda a comunidade de Retiro Velho, podemos dizer que esta está caminhando na prática juntamente com referências teóricos da Economia Popular e Solidária aqui estudado.

4 REGISTROS DA VISITA FEITA À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE LAMEIRO REDONDO

Figura 1 – Igreja católica construída pelos associados através de mutirões, com uso de materiais provenientes de doações da comunidade.

Fonte: (autores do trabalho, 2017)

Figura 2 – Sede da Associação Comunitária de Lameiro Redondo.

Fonte: (autores do trabalho, 2017)

Figura 3 – Reboque adquirido pela associação (implemento)

Fonte: (autores do trabalho, 2017)

Figura 4 – Batedeira de feijão e milho adquirida pela associação.

Fonte: (autores do trabalho, 2017)

Figura 5 – À esquerda o presidente da associação e à direita o agrônomo

Fonte: (autores do trabalho, 2017)

Figura 6 – Reunião com os associados

Fonte: (autores do trabalho, 2017)

Figura 7 – Trator adquirido através do projeto da CAR

Fonte: (autores do trabalho, 2017)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos através deste trabalho que existe notória importância das tipologias organizativas como instrumento articulador do desenvolvimento local. Através da organização, compromisso, união e solidariedade de um grupo de associados comunitária de Lameiro Redondo consegue estimular atividades e manter a qualidade de vida de todos os envolvidos.

Com efeito, esse processo, portanto, se caracteriza como a construção de um caminho em que se possibilita trilhar outros processos socioeconômicos,

certamente, de uma sociedade não capitalista, que evita como se observa individualismo, competitividades, na perspectiva de uma outra economia que busca o empoderamento individual, coletivo e comunitário loc

6 REFERÊNCIAS

CARBONARI, P. C. **Economia Popular Solidária:** Possibilidades e Limites. Participação no Seminário Regional Passo Fundo de Trabalho e Economia Popular e Solidária. Passo Fundo, RS. 1999.

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas** – **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 155. Jun. 2007.

LIMA, J. R. O. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. Revista **Outra Economia**, n. 18, v. 10, p. 3-17. 2016

PAIVA, C. A. N. Economia popular solidária: o que é e qual o seu potencial como alternativa de organização social da produção na crise do fordismo?. **Revista Grifos**, n. 24. Jun. 2008.

SEBRAE. **Associativismo**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-associacao-e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: jul. 2017.

REVEZ, J. Papel das associações de Desenvolvimento Local e Regional, como local: a experiência portuguesa do Alentejo**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate** (ISSN 2237-9029) v. 4, n. 2, p. 115-139, jul./dez. 2014.

SOUZA, M. M. O. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). **Em Extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul. 2009.

SILVANO, J. R. SILVA, A. N. SANTOS, J. **Incentivo ao associativismo como forma de desenvolvimento local através do projeto Rondon.** XVII Seminário Interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão, UNICRUZ 2012. Disponível em: <www.unicruz.edu.br/seminario/downloads/anais/ccsa/incentivo%20ao%20associativismo%20como%20forma%20de%20desenvolvimento%20local%20atraves%20do%20projeto%20rondon.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

UFSM, (2015) **Cartilha sobre Associativismo**, Universidade Federal de Santa Maria; Incubadora Social. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/estudosculturais/arquivos/incubacaocartilhas/CARTILHA%20ASSOCIATIVISMO.pdf>. Acesso em: jul.2017.

O ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA ACOMA

Betânia Lima Machado de Souza[33]; Agripino Coelho Neto[34].

RESUMO: Este artigo busca dar ênfase ao associativismo como alternativa de desenvolvimento local, evidenciando a Associação Comunitária da Matinha – ACOMA, localizada no Distrito do município de Feira de Santana – BA. O Associativismo e Desenvolvimento local apresentam relações complexas e que ao longo do tempo, tem apresentado desempenhos significativos, principalmente com as inúmeras mudanças sociais ocorridas. A ideia das práticas associativas, que procuram agir como forma democrática, coletiva e cooperada, sendo capazes de promover melhorias, vem se perpetuando ao longo dos tempos. Por isso, o processo de transformação e consolidação das bases locais inscritas pelo associativismo, se baseia como um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças e para a promoção do desenvolvimento local. Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar até que ponto a Associação da Comunitária da Matinha, proporciona um desenvolvimento local para a comunidade. Desta maneira, a metodologia empregada neste trabalho baseia-se em cunho meramente teórico, de pesquisa bibliográfica. Nas discussões finais foram propostas algumas perspectivas de pesquisas com o tema em vigência.

Palavras-chave: Associativisom. Desenvolvimento Local. Associação Comunitária da Matinha – ACOMA.

1 INTRODUÇÃO

O poder público e as organizações da sociedade civil detêm fundamental importância como agentes construtores e transformadores da sociedade. O Desenvolvimento local, como o nome diz, precisa ser almejado localmente e regionalmente, pelas comunidades, em detrimento de suas reais necessidades. Por esse motivo, que se fala das atuações das Associações rurais, como é o caso da Associação Comunitária da Matinha (ACOMA).

Este trabalho torna-se relevante por proporcionar maior análise às Associações rurais, maior visibilidade das produções advindas do processo associativo, bem como a ampliação da discussão de Desenvolvimento Local, que perpassa o setor econômico.

[33] Licenciada em Geografia – Universidade Estadual de Feira de Santana – Feira de Santana\BA. E-mail: betaniauefs@gmail.com.
[34] Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Brasil (2013) Professor Adjunto da Universidade Estadual do Estado da Bahia, Brasil. E-mail: ascneto@bol.com.br.

Partindo dessas premissas, este artigo tem por objetivo analisar o associativismo como alternativa de desenvolvimento local, tendo como lócus da pesquisa à Associação Comunitária da Matinha (ACOMA).

2 RELAÇÃO ENTRE PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PAPEL DO ESTADO NESSE PROCESSO.

As discussões acerca de Políticas Públicas tornam-se cada vez mais importantes para o aperfeiçoamento das ações do Estado e para a melhoria da qualidade de vida da população. Igual importância deve ser dispensada ao planejamento governamental, a fim de incentivar instituições de organizações da sociedade civil, de maneira a pressionar respostas para o melhoramento das condições de vida das populações envolvidas.

O Estado brasileiro possui em sua história, características conservadoras, centralizadora e autoritária. Segundo Bacelar (2003) “Não era um Estado de Bem Estar Social e sim um Estado disposto a promover o desenvolvimento única e exclusivamente pela industrialização”. O grande objetivo econômico em detrimento do social deu ao Estado um status de fazedor e não de regulador de Políticas Públicas.

É notório que o planejamento é intrínseco ao capitalismo, e esse, por sua vez, controla, direciona e organiza baseado em interesses basicamente econômicos (BECKER, et. al., 2003). As políticas públicas vêm na contramão da relação existente entre o Estado, capitalismo e sociedade, pois tenta descentralizar os interesses econômicos e começa a direcionar em vias sociais.

No Brasil, a relação existente entre o Estado, Governo, Planejamento, Desenvolvimento e Políticas Públicas é complexa. Neste sentido, emerge a necessidade de uma ampliação da presença do Estado, o qual amparado no princípio do bem comum, deve se fazer presente em diversas áreas, suprindo lacunas sociais. Sobre esse viés, Silva et. al. (2017), falam que:

> A convivência social requer ferramentas que venham a proteger direitos e promover a convivência entre os indivíduos em uma coletividade, além do reconhecimento de desenvolvimento local, diante de outros povos. Nesse prisma o Estado se estrutura sob o fundamento de manter a coesão social, garantir a propriedade privada e outros direitos coletivos – que com o amadurecimento do Estado, surge a ideia e prática de um Estado voltado ao Bem-Estar-Social, o qual busca satisfazer a população através de políticas públicas focalizadas e universais – as quais buscam tratar com

> isonomia os iguais e os desiguais, na medida em que se desigualam, conforme a formação histórica de cada sociedade (SILVA, et. al., 2017, p. 26).

Tal compreensão sobre o papel do Estado, sobre o planejamento, desenvolvimento e políticas públicas, podem apresentar características de um Estado protetor, paternalista, o qual muito é demandado pela sociedade para satisfazer e suprir lacunas institucionais, sociais e organizacionais – provocadas desde a formação histórica do país. Contudo, o Estado desenvolve seus processos de manifestação de poder. A democracia, o planejamento, as políticas públicas, o desenvolvimento local, à proteção da propriedade, dentre outras características, faz com que esse contrato social entre a sociedade e a instituição Estado, transforme em benefício de interesses da coletividade e do bem comum, ao decidir sobre diversas áreas da vida dos cidadãos, sem desconsiderar o capitalismo (SILVA, et. al., 2017).

Assim, como em toda sociedade capitalista, todas as ações estatais, que envolve investimento público, há uma intencionalidade. Seja para buscar amenidades, conjunções de interesses, coletivismo de forças sociais, entre outras questões. Quando se relaciona o capitalismo com o desenvolvimento social\local, é enraizada no Estado a intencionalidade de reduzir orçamentos em programas sociais. É aí que a relação citada, coexiste, pois tendo o planejamento induzido ao capitalismo e as políticas públicas como instrumento de amenidades de problemas socioecômicos, podem dar subsídios para o desenvolvimento local.

Contudo, as políticas públicas podem ser entendidas como a maneira pela qual o Estado atua para amenizar os conflitos e desigualdades sociais. Elas são desenhadas a partir do planejamento dos interesses existentes entre várias camadas da sociedade. Nesse processo, os atores políticos possuem importante participação para a focalização e destinação de recursos públicos para determinada política pública. Além disso, é importante salientar que a implementação das políticas públicas nas sociedades capitalistas também está sujeita a interferência de cenários macroeconômicos de crise ou estabilidade (MOTA, 2014).

Diante disso, surgem à participação coletiva em prol de um desenvolvimento local, buscando amenizar a falta ou insuficiências de subsídios públicos. É o caso das Associações, que procura inserir conscientemente e ativamente, pessoas, grupos e\ou organizações, em processos sociais e políticos que dizem respeito aos

seus interesses e destinos e aos interesses e destinos das coletividades ou das sociedades das quais fazem parte, em busca de desenvolvimento, principalmente o socioeconômico.

3 O ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Sabe-se que o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado, uma vez que é marcado pela cultura do contexto em que se situa. Portanto são considerados como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local (LEONELLO e COSAC, 2011).

Desenvolver não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas. Assim, o Associativismo fomenta esse debate permeado de pontos e contrapontos onde o diálogo abre caminho para a reconstrução, para o desenvolvimento.

Assim, segundo Frantz (2002, p. 25),

> [...] potencialmente, o associativismo, a cooperação, o diálogo, contêm o desenvolvimento local [...]. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas.

Segundo Buarque (2002) desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

O processo de formação das Associações é estabelecido para promover um desenvolvimento significativo, que eleve as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Assim, o desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. Como diz Haveri (apud Buarque, 1999, p. 10) “as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões”.

Ademais, quando se fala em desenvolvimento local se refere não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro.

O enfoque do desenvolvimento local possui visão integrada de todas essas dimensões, já que não é possível separar a interdependência existente entre elas. Segundo Zapata (2001, p. 1),

> O conceito de desenvolvimento local se apoia na ideia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento.

Assim, as estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios. O desenvolvimento local é um processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população (ZAPATA, 2001; CAMPOS, 2003).

Nas discussões de Zapata (2001), infere-se que a estratégia de apoio ao desenvolvimento local tem como eixos a construção de capital social, o fomento adequado aos micro e pequenos empreendimentos e o fortalecimento da governança local, através da cooperação, da construção de parcerias e da união de atores por um projeto coletivo de desenvolvimento com mais equidade, como é o caso do trabalho que as Associações procuram desenvolver.

Portanto, o associativismo instrumentaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de

autonomia na promoção do desenvolvimento local. E, a cooperação, por sua vez, passa a ser a força indutora que modifica comportamentos e abre caminhos para incorporar novos conhecimentos. Desta forma, cria um tecido flexível mediante o qual se enlaçam distintos atores, produzindo um todo harmônico que culmina no estabelecimento de uma comunidade de interesses, em uma estrutura que deve ser ajustada para refletir os padrões de comunicações, inter-relações e cooperação, reforçando a identidade do associativismo e a dimensão humana (CANTERLE, 2004, p.5-6).

4 ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA MATINHA

Torna-se cada vez mais comum as pessoas se associarem no seu cotidiano para realizar suas atividades de forma democrática, praticar solidariedade, buscar mudanças e organizar movimentos em conjunto, propondo ações que podem efetivamente transformar o seu contexto de vida. A decisão do produtor rural, do trabalhador rural e de suas famílias, de participar de uma associação representa, antes de tudo, uma escolha consciente de buscar caminhos próprios que atendam suas necessidades, interesses e objetivos comuns. Agir coletivamente significa conquistar mais poder de influir e propiciar o desenvolvimento. (SENAR, 2011).

O associativismo tem uma função essencial à manutenção e estabilidade do sistema político, ao possibilitar a agregação de interesses individuais e sua expressão na esfera pública, assim como permitiria a educação dos cidadãos e cidadãs para a prática e o convívio democráticos (GANANÇA, 2006, p. 15).

Putnam (2002, p.103-4), comenta que:

> [...] as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público [...]. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos. Além disso, quando os indivíduos pertencem a grupos heterogêneos com diferentes tipos de objetivos e membros, suas atitudes se tornam mais moderadas em virtude da interação grupal e das múltiplas pressões.

A ideia das práticas associativas, que procuram agir como forma democrática, coletiva e cooperada, sendo capazes de promover melhorias, vem se perpetuando

ao longo dos tempos. Por isso, o processo de transformação e consolidação das bases locais inscritas pelo associativismo, se baseia como um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças e para a promoção do desenvolvimento local (LEONELLO, 2011).

Desta maneira, a associação se concebe como uma maneira de trabalho coletivo e democrático, uma vez que, individualmente, seria mais difícil. Nessa perspectiva, o associativismo figura-se como uma possibilidade de desenvolvimento e resolução de problemas ou de melhoria das condições de vida. Parte de um grupo mais amplo de associações, as associações comunitárias se inserem na sociedade civil organizada e baseiam-se principalmente em uma forma de obtenção de melhorias na renda, amenizando a saída da população para outras localidades e, consequentemente, valorizando a produção local (SANTOS, 2010).

Assim, concebe-se que as práticas associativas, é a busca de alternativas em conjunto, para construir, reconstruir e transformar o local em que vivem. Quando se discute o associativismo e desenvolvimento, abre-se um leque de conceitos e paradigmas, principalmente porque, o conceito de desenvolvimento, muito influenciado pelo capitalismo, está bastante atrelado ao desenvolvimento econômico. Muito embora, o desenvolvimento, precisa ser almejado localmente e em outros setores, não só o econômico.

Nessa perspectiva, Santos (2010), fala que:

> Durante muito tempo, e com seu auge na década de 1960, a abordagem das questões referentes ao desenvolvimento das regiões, pautava-se no crescimento econômico, ou seja, defendia-se que para alcançar o desenvolvimento, uma região precisava fazer crescer sua base econômica e todos os demais ramos cresceriam naturalmente, acompanhando-o. Nessa perspectiva, os elementos ou investimentos externos à região é que eram apontados como os responsáveis pelo desenvolvimento regional e eram direcionados para um único setor, o industrial, por exemplo, buscando, assim, um desenvolvimento exógeno, que desprezava as potencialidades e elementos regionais (SANTOS, 2010, p. 27).

Frantz (2002) considera que se desenvolver não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas.

Contudo, a ideia de desenvolvimento local perpassa pela concepção de que é necessário que seja buscado pelos grupos locais/regionais, em função de suas necessidades e anseios reais, de forma que possa potencializar o uso dos recursos disponíveis numa escala intra-regional, e não em funções de determinações externas. Por isso a importância do fortalecimento de entidades sociais que são pautados em busca de desenvolver o seu local, de maneira a atender as suas reais necessidades (SANTOS, 2010).

Nesse contexto, destaca-se a Associação Comunitária da Matinha (ACOMA), que está inserida em uma comunidade quilombola, do Distrito da cidade de Feira de Santana – BA, possuindo características próprias, de luta, resistência e de busca para proporcionar o desenvolvimento da sua comunidade.

Essa associação foi criada com objetivo de melhorias nas condições de trabalho e de permanecência populacional, com gerações de renda, além de valorização e desenvolvimento da comunidade. A sua base de produção se iniciou com a produção de farinha de mandioca e atualmente investe-se na produção de polpas de frutas (SOUZA, 2010).

Portanto, essas questões remetem a diferentes formas de sobrevivência e uma delas é o associativismo como garantia de direitos sociais fundamentais e de extrema relevância no mundo contemporâneo. O associativismo, assim como outras formas de movimentos sociais, possui suas especificidades e características, pois existem diferenças regionais, no grau de seu desenvolvimento, de sua compreensão, organização e planejamento, o que torna imprescindível a intensificação dessas práticas, para um melhor desenvolvimento

REFERÊNCIAS

BACELAR, Tânia. **As políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios**. Rio de Janeiro. Editora Fase, 2003.

BECKER, Dinizar; WITTMAN, Milton Luiz (orgs.). **Desenvolvimento regional: Abordagens interdisciplinares.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

BRITO, L. M. P. **Desenvolvimento local – alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo?** Fortaleza – CE, 2006.

BONETI, Lindomar Wessler. As políticas públicas na contemporaneidade. In: LIMA Jr. Arnaud Soares de e HETKOWSKI, Tânia Maria. **Educação e contemporaneidade**: desafios para a pesquisa e a pós-graduação. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002.

LEONELLO, J. C. ; COSAC, C. M. D. **O Associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social**. São Paulo, 2011.

MOTA, Leonardo de Araújo (Org.). **Capitalismo contemporâneo*:* olhares multidisciplinares.** Campina Grande: Eduepb, 2014

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese de doutoramento defendida na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

SANTOS, E. M. C. **Associativismo e desenvolvimento: o caso da região sisaleira da Bahia**. Feira de Santana – Bahia: UEFS Editora, 2010.

SANTOS, E. M. C., SILVA. O. A**.** Agentes sociais de produção do espaço rural no território do sisal – Bahia. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária***, v. 5, n. 9, p. 71-88, fev., 2010.*

SILVA, A. G. F.; MOTA, L. A.; DORNELAS, C. S. M.; LACERDA, A. V. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v – II, n. I, p. 25 – 42, jan. – abr, 2017.

SOUZA, E. B. **Terra, Território, Quilombo: à luz do povoado de matinha dos pretos (BA).** Dissertação de Mestrado (UFBA). Salvador – BA, 2010.

SENAR - **Serviço nacional de Aprendizagem Rural: Associações rurais: práticas associativas, características e formalização /** Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. -- Brasília: SENAR, 2011. 56p. : il. ; 21 cm -- (Coleção SENAR; 153).

ZAPATA, Tânia et al. **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos.** Rio de Janeiros: Ritz, 2001.

COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO COOBAFFS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE-FEIRA DE SANTANA (BA).

Raunir Lima Matos [35] Uanderson Franco Barbosa[36] Yasmin Silva de Oliveira[37]

Resumo - O objetivo deste trabalho é analisar a partir do caso COOBAFFS (Cooperativa de Beneficiamento da Agricultura Familiar de Feira de Santana), como o cooperativismo, uma das características principais da Economia Popular e Solidária, pode contribuir para o desenvolvimento local. A realização da entrevista com o fundador da cooperativa, além da revisão da literatura bibliográfica acerca de autogestão, desenvolvimento local e Economia Popular e Solidária corroboram para o esclarecimento acerca do tema. Como resultado da pesquisa, foi constada a importância de uma economia alternativa, pautada no coletivo, para a preservação da cultura local, e defesa do produto local e em oposição a concorrência desleal do mercado convencional.

Palavras-chave: Cooperativismo; Desenvolvimento Local; Economia Popular e Solidária.

1 INTRODUÇÃO

Com os avanços do capitalismo no século XIX seria difícil pensar-se numa outra economia, onde o coletivo prevalece. Entretanto, agindo como um elemento paradoxal ao sistema capitalista dentro do capitalismo, o cooperativismo tem como um dos objetivos integrar a participação dos membros, seja ela**,** com finalidade econômica ou social, no mercado de trabalho qualitativo e, ao mesmo tempo, **autogestor** com perspectiva solidária. Destaca-se também, o desenvolvimento humano e, consequentemente, uma visão crítica democrática organizadora da sociedade civil.

O cooperativismo presta serviços associados na formação do indivíduo participativo e presente na sociedade, potencializa os pontos positivos cultural, por meio da valorização herdada de geração em geração, fazendo com que cada

[35] Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) raunirmatos@gmail.com
[36] Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) uandersonfb@hotmail.com
[37] Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) yasminoliveirauefs@gmail.com

pensamento heterogênico, seja reconhecido e compartilhado, tornando a pluralidade um processo enriquecedor na manutenção dos aspectos histórico, geográfico e econômico local. Dessa forma, não é à toa que o cooperativismo nasceu na Inglaterra como divisor de águas no sistema capitalista que se iniciava.

A luta de classe tratada na teoria marxista também faz parte nesse processo que organiza o trabalhador em todas as esferas da sociedade, principalmente o proletariado, não apenas por melhores rendimentos, salários, condições dignas de trabalho, mas na construção de trabalhadores livres, pensantes e principalmente produtivos, que muitas vezes, ficam de fora do mercado, por simplesmente não corroborar com as mesmas ideias centralizadoras que envolvem o capitalismo.

Nessa perspectiva, Feira de Santana, cidade localizada a cerca de 100Km da capital baiana, possui um exemplo de cooperativa atuante e que traz benefícios socioeconômicos para a comunidade, a COOBAFFS (Cooperativa de Beneficiamento da Agricultura Familiar de Feira de Santana), oficialmente fundada em 2011 por agricultores do Quilombo da Lagoa Grande e com objetivo principal de integrar o cidadão no convívio da comunidade, mostrando-lhe tudo que a terra nativa pode oferecer para o Quilombo de Lagoa Grande e, ao mesmo tempo, juntar forças contra as barreiras de isenção do mercado, porém, com uma nova visão de desenvolvimento local, preço justo, respeito ao meio ambiente e principalmente a cultura e a história da localidade.

Através de uma análise sobre o funcionamento e impactos das atividades cooperativadas desenvolvidas pela COOBAFFS seria possível responder uma pergunta de bastante relevância dentro das discussões sobre cooperativismo: de que forma o cooperativismo como característica da Economia Popular e Solidária pode contribuir para o desenvolvimento local?

Logo, o objetivo desse artigo é discutir a contribuição do cooperativismo como característica da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento local através da COOBAFS/Feira de Santana - BA.

A metodologia utilizada nesse trabalho consiste em entrevista por meio de gravação de voz concedido pelo uns dos fundadores da COOBAFFS. Mas também por levantamento e revisão da literatura bibliográfica que envolve o estudo cooperativa e autogestão, desenvolvimento local, economia popular e solidária.

Este trabalho preocupa-se em apresentar os conceitos do cooperativismo no contexto histórico, ou seja, levantamentos bibliográficos, no qual vão se fazer presente estudos de campo relacionando a teoria com a problemática da realidade. Além da sustentação teórica em referências bibliográficas da área faremos visitas técnicas, observações e entrevistas a alguns trabalhadores. O presente trabalho é dividido em mais quatro seções além desta introdução, uma segunda e terceira seções que trarão uma revisão teórica acerca do cooperativismo e desenvolvimento local e uma quarta seção onde será analisada a COOBAFFS de acordo com o que é encontrado na literatura.

2 COOPERATIVISMO: UMA DISCUSSÃO QUE ENVOLVE A AUTOGESTÃO

Não podemos falar de cooperativa, sem falar de autogestão, pois, a participação e cooperação na decisão coletiva é o que emergi a principal diferença entre economia capitalista e solidária. Para Paul Singer (2002), a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão, desse modo as decisões e responsabilidade são divididas entre os associados, assim como, a escolha de uma diretoria, por exemplo, é feita pelo voto direto e democrático.

A autogestão vai além do simples ato de escolha em conjunto dos associados, mas nas escolhas individuais em pró da cooperativa. Ainda Singer (2002), para que a autogestão seja realizada, é preciso que todos os associados estejam informados sobre a situação da cooperativa, ou melhor, “empresa solidaria”. Sabendo o significado da autogestão fica fácil, entender a diferença entre a ideologia do capitalismo em contraponto a cooperativa. É claro que autogestão, não é só o ato de fazer, nem como fazer, mas de compartilhar a autonomia do trabalho e aprender com as outras pessoas do grupo.

Em uma cooperativa, o que tem mais valor são as pessoas e quem dita as regras é o grupo. Todos constroem e ganham juntos, dessa forma, uma relação de cooperação transforma e impacta não só a própria realidade, mas também da comunidade. Nessa esteira, ser cooperativista é acreditar que é possível colocar os lados opostos numa realidade equilibrada como o econômico e o social, o individual e o coletivo, a produtividade e a sustentabilidade.

As cooperativas são organizações democráticas, ou seja, controladas por todos os seus associados, assim como, a participação ativa dos associados deve

ser tomada no coletivo e as decisões mais importes, como uma eleição votada abertamente. Numa cooperativa, os associados contribuem equitativamente para o capital da organização e parte do montante é de propriedade comum da cooperativa. A remuneração é limitada ao capital integralizado os excedentes da cooperativa podem ser destinados a finalidades para os benefícios ao grupo, lembrando que todos decidem democraticamente.

O trabalho em conjunto dá mais força e, ao mesmo tempo, sentido para a cooperativa, a cooperação e a solidariedade movimentam o grupo e serve de combustível para a eficiência do trabalho associado. Seja em unidade pequena, ou em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo é juntar em torno de um bem comum. O princípio fundamental das cooperativas consiste em todos os membros aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresente. Trata-se de trabalho em conjunto, sendo inseridas as especializações de cada associado nos vários métodos de conteúdo, porém, proporcionando aos associados um fazer autónomo e sociabilizado, segundo Sen (2000).

As cooperativas devem reconhecer as necessidades diversas dos seus membros, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem. Garantindo um bom nível de educação a todos, de modo adequado, uma boa organização e espaço pedagógico de utilização e recursos da cooperativa com as comunidades regionais. Segundo Singer (2002), a cooperativa foi criada para a proteção dos trabalhadores contra a exploração do trabalho industrial no século XIX:

> A exploração do trabalho nas fabricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar. (SINGER, 2002, p. 24)

O processo educativo de uma cooperativa envolve a tomada de decisões sobre o grupo e, ao mesmo tempo, que ensinar e como ensinar são processos pedagógicos para garantir uma boa organização da cooperativa. Na perspectiva, os processos educativos procuram proporcionar um funcionamento o mais autónomo e sociabilizado possível, com resultados úteis para a vida em sociedade. De acordo com Cançado (2005), o objetivo da cooperativa é a transformação da sociedade através de medidas básicas fora da ideologia do capitalismo, na questão do trabalho

assalariado e na distribuição dos excedentes. De maneira geral, poderíamos dizer que o primeiro grupo – capitalista, adota uma postura mais acumulativa (individualista) e o outro grupo – cooperativa, uma postura mais reformista em relação ao trabalho e/ou, ainda, um grupo defende que o caminho para a transformação da sociedade está na autogestão - cooperativa.

> Neste sentido, quando as cooperativas passam a olhar para fora da própria organização, se projetando no espaço público, emerge uma noção de responsabilidade pela região onde os cooperados habitam. Outra característica desta definição é a menção ao desenvolvimento sustentável. É importante lembrar que as ações na comunidade devem ser aprovadas pelos membros, o que reforça a noção de democracia nestas organizações. (CANÇADO, 2005, p.8)

Há uma centralização dos sistemas de serviços e investimento do Estado. Lembrando que o papel do Estado é realocar com eficiência os recursos locais, sendo incorporadas a inovação e a adaptação às condições locais, fornecendo uma maior transparência, responsabilidade, legitimidade e qualidade de vida para a população. Segundo França Filho e Laville (2004, p.51), “Este afastamento do campo político, que assinala a passagem de um projeto de economia solidária para aquele de economia social, é também sensível na história das ideias com a inflexão da noção de solidariedade”.

As experiências vividas numa cooperativa vão varear do ambiente de cada grupo, porém, existem algumas dificuldades e benefícios comuns. Como dificuldades temos escassez de credito, entendimento na ideologia de cooperativa no trabalho coletivo e ganho coletivo, escolha no produto comercializado. Nos que tange os benefícios são os reconhecimento e trabalho em grupo no longo prazo, maior valorização do produto comercializado, renda e acessibilidade dos membros inseridos na cooperativa. Nesse sentido, a organização apresenta-se na continuidade construída com ações participativa da comunidade local.

Para França Filho e Laville (2004), o objetivo fundamental da regionalização cooperativa é garantir o acesso dos associados e a comunidade como um todo, pois, quanto maior for atividade da cooperativa na região, maior será os serviços de qualidade para a população. Além de lutar na eficiência e na qualidade de serviço regional, a cooperativa constrói valores ideológicos e morais que impactam positivamente no que se trata descentralizar os recursos econômicos do sistema Federal, Estadual e Municipal. Agreguem-se, a isso, os benefícios

interpessoais de uma interiorização de recursos de maior densidade tecnológica ou técnica. Mas o objetivo fundamental é garantir o acesso a qualidade de vida e, ao menor custo social e econômico possível, refletindo no preço justo e ao mesmo tempo, qualidade dos produtos.

Na ótica do desenvolvimento local, a cooperativa transforma a concepção dos moradores no convívio municipal, colocando-lhe como um agente participativo nos interesses na qualidade do sistema do Estado. A regionalização cooperativa tem uma dimensão política, dado que busca a transformação do desenvolvimento local, atuando num espaço regional, numa situação de compartilhamento de manifestarão de diversos interesses e distintas ações sociais.

3 DEBATE TEÓRICO SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O debate não pretende apresentar o estudo de desenvolvimento local no âmbito do cooperativismo, mas chamar para o debate a economia popular e solidaria, como umas das ferramentas na construção de uma sociedade mais justa e livre das influências do mercado puro capitalista[38]. Para Lima (2016), é preciso transmudar o crescimento econômico tradicional para diminuir gradativamente a desigualdade social que não beneficia a grande parte da população que se encontra, muitas vezes, nas margens da sociedade civil, e repisa o papel do desenvolvimento local no processo de recuperação e valorização social:

> O desenvolvimento local solidário constitui-se num processo que considera outras dimensões, como social, ambiental, educacional, cultural, política, econômica, e não apenas a mercadológica, abordando elementos pertinentes à dimensão dessa economia. Tal desenvolvimento sincroniza-se globalmente em rede sem perder sua totalidade e características locais, de “baixo para cima”, agregando processos endógenos e exógenos de produção de forma articulada para os interesses das comunidades. (LIMA, 2016, p.4)

Nesta perspectiva, a economia pode ser também uma luta de classe a partir de uma totalidade local, com sua história e suas contradições, transforma-se num instrumento de direito sustentável da sociedade que comercializa seus produtos para a manutenção da localidade e de sua família. Assim como, a produção em massa perde sentido, por que não será necessário produzir mais que o suficiente para satisfazer o consumismo, mas produzir para suprir o bem-estar social. Entende-

[38] Capitalismo puro é aquele que detém e só se interessa apenas no retorno do capital.

se que há complexidade no processo educativo de uma economia justa, pois é importante frisar o que está em jogo não é só o lado econômico, mas uma rede de princípios sob o cooperativismo, autogestão, associação e solidariedade.

Conforme Monteiro (2006), o processo de globalização expressa a homogeneização e a padronização do consumo e produção, aumentando as barreiras da comercialização e produção do produto local que existe na determinada região. Dessa forma, a concentração de capital cresce, proporcionando menor participação econômica entre regiões, dificultando o avanço natural do comercio local, marginalizando o produto da região e, por fim incrementa a industrialização por meio do capital. Além disso, há perda significativa da biodiversidade, acumulo de lixo no meio ambiente, limitação de recurso nos países subdesenvolvidos constituindo o crescimento dos países centrais. Na concepção de Fragoso (2005) o desenvolvimento local deve praticar ações educativas metodológica participativa:

> Daqui também se infere que as ações educativas para o desenvolvimento local devem perseguir metodologias participativas, sem as quais não tem sentido o movimento de análise da própria situação contextual das populações. Isto implica, por exemplo, que as pessoas tenham uma palavra a dizer sobre as suas próprias formações, que possam pronunciar-se sobre o desenho, os conteúdos, as metodologias usadas e a própria avaliação. (FRAGOSO, 2005, p. 68).

Diante disso, o envolvimento do sujeito possibilita a mobilização coletiva da população partindo na mudança de uma característica global articuladora no desenvolvimento do agente, contrapondo a relação do conhecimento dominante para o conhecimento popular. Com efeito, as relações de poderes diminuem e o movimento do processo educacional surge no ponto de vista original, o trabalho cooperado e associado se emerge na solidariedade, fortalecendo valores sociais, refletindo numa outra economia, a Economia Popular e Solidária.

4 O CASO COOBAFFS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA LAGOA GRANDE - FEIRA DE SANTANA (BA)

A COOBAFFS foi oficialmente fundada em 2011, no entanto, as articulações para a formação da cooperativa tiveram início na década de 80, graças a experiência da comunidade local com a venda de produtos em feiras livres, assim, a venda dos produtos provenientes da comunidade da Lagoa Grande era realizada através da cooperativa que na época era tida como uma associação. Na década de

90 a ideia de cooperativa intensificou-se, tendo em vista a necessidade da comunidade na organização da comercialização dos produtos, como por exemplo, a necessidade de emitir nota fiscal.

Nos anos de 2000, sendo líder sindical e integrante do movimento nacional do trabalhador rural, o presidente da cooperativa e uns dos mentores da COOBAFFS, viajou para diversos estados do Brasil, aprendendo sobre o que caracterizava uma cooperativa e suas manifestações. Com o projeto da PAA (Programa de Aquisição de Alimento) os agricultores da Lagoa Grande tiveram a possibilidade de vender os alimentos diretamente para a prefeitura de Feira de Santana. O objetivo maior era anular o atravessador para reequilibrar os preços dos produtos. O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) fortaleceu ainda mais a comunidade, pois era uma garantia de renda não só regional, mas nacional, porém o número de concorrentes, principalmente empresas chega a ser muito grande e, muitas vezes, desleal.

O objetivo principal da cooperativa é integrar o cidadão no convívio da comunidade, mostrando-lhe tudo que a terra nativa pode oferecer para o Quilombo de Lagoa Grande e, ao mesmo tempo, juntar forças para combater as barreiras de inserção no mercado, porém, com uma nova visão de desenvolvimento local, preço justo, respeito ao meio ambiente e principalmente a cultura e a história da localidade. A COOBAFFS, promove encontros, debates e parcerias comerciais para outras cooperativas, tudo embasado em princípios de confiança e união.

Tabela 1 – Cooperativismo, o caso especifico COOBAFFS e o Desenvolvimento Local

COOPERATIVISMO	**COOBAFFS**	**DESENVOLVIMENTO LOCAL**
Pratica a autogestão. As decisões e responsabilidades são divididas entre os associados. A escolha de uma diretoria é feita pelo voto direto e democrático.	- A cada 4 anos é feita uma nova eleição para diretoria. Os cargos são voluntários e cada membro da cooperativa tem direito a um voto. - Incentivo a agricultura local e a cooperativa é responsável, juntamente com a associação local pela instalação de escolas e demais melhorias na área.	Promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população
Construção e ganhos conjuntos.	- Os custos de manutenção da cooperativa são divididos entre os membros. Os recursos conquistados pela cooperativa servem ao benefício de todos os	Transformar a concepção dos moradores no convívio local.

	membros. - Busca integrar o cidadão no convívio da comunidade, mostrando-lhe tudo que a terra nativa pode oferecer para o Quilombo de Lagoa Grande.	
Dificuldade da obtenção de crédito	- Tendo a disposição pequenas propriedades, os associados à COOBAFFS encontram dificuldades para obter crédito. - Parceria com o Governo do Estado da Bahia para obtenção de crédito para o pequeno agricultor.	Coordenação dos diversos agentes públicos e privados que atuam no território

Fonte: Elaboração própria dos autores, janeiro/2018.

5 CONCLUSÃO

Por meio deste estudo buscou-se analisar a importância do cooperativismo, e como esta característica da Economia Popular e Solidária contribui no desenvolvimento local, através da análise do caso COOBAFFS em Feira de Santana.

A entrevista e observações realizadas, além do quadro analítico dela resultante, apontam que a cooperativa atende aos requisitos da teoria encontrada na literatura, apresentando características bem definidas de Economia Popular e Solidária, como divisão igualitária, e autogestão, preservando a cultura local.

Além disso pôde-se verificar a importância do caso para o desenvolvimento local, e proteção contra atravessadores, e competição desleal oriundas da Economia Convencional. Por fim a relevância de uma lógica coletivista em detrimento do víeis individualista que perdura nas sociedades de mercado.

REFERÊNCIAS

CANÇADO, Airton Cardoso. **Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular**. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 29. 2005, Brasília. Anais... Brasília, 2005. 1 CD-ROM.

FRAGOSO, António. Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. **Revista Lusófona de Educação**, núm. 5, 2005, pp. 63-83.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LIMA, José Raimundo Oliveira. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Otra Economía**, Unisinos, v. 10, n. 18, p.3-17, jan. 2016. Semestral.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Saúde. **Pacto de gestão**: da municipalização autárquica à regionalização cooperativa. Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva e Eugênio Vilaça Mendes. Belo Horizonte, 2004. 80 p.

MONTEIRO, Juliana Portela do Rego**.** Hortas comunitárias de Teresina: agricultura urbana e perspectiva de desenvolvimento local. Monteiro y Monteiro, 2006**. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica** Vol. 5: 47-60

OCB SESCOOP – **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>. Acesso em 18 dez. 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 5. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

FEIRAS LIVRES E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICAS: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA TRABALHADORAS E TRABALHADORES ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

Ivonei Andrioni[39]; Rose Márcia da Silva[40]

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar como se efetivam as relações de produção, de base agroecológica, e comercialização do excedente via feiras livres, envolvendo os coletivos de produção "Sal da Terra" e "Mulheres Livres da Amazônia", situados no Município de Cláudia, no Estado de Mato Grosso. Para a análise dos dados nos apropriamos do Materialismo Histórico Dialético e para a coleta de dados utilizamos as técnicas de observação, entrevista semiestruturada e análise de documentos. Para compreender as categorias produção de base agroecológica nos fundamentamos em Altieri, Machado e Machado Filho. Para compreender a categoria feiras livres nos apropriamos de Burg, Oliveira e Lima, Araújo. Entrevistamos trabalhadoras e trabalhadores para saber como concebem feiras livres e produção de base agroecológica. Conclui-se que a produção de base agroecológica e a feira livre são a materialização de um outro projeto que se contrapõe ao projeto do capital.

Palavras-chave: Trabalho Associado; Coletivo de Produção; Feira.

1 INTRODUÇÃO

Objetivamos identificar como os coletivos de produção "Sal da Terra", localizado no Assentamento Keno e "Mulheres Livre da Amazônia", localizado no Assentamento Doze de Outubro, no Município de Cláudia, Estado de Mato Grosso, produzem a existência apropriando-se dos princípios de produção de base agroecológica e das trocas do excedente da produção por meio de feiras agroecológicas.

A pesquisa envolve trabalhadoras e trabalhadores que produzem a existência por meio do trabalho coletivo e a partir dos princípios agroecológicos, em uma região que se identifica como a capital do agronegócio. São trabalhadoras e trabalhadores que protagonizam projeto que vai além da produção material da

[39] Doutorando em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), ivoneiandrioni@yahoo.com.br
[40] Doutoranda em Política Pública e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), rose.marcia@oi.com.br

existência, objetivam romper com o projeto do capital via produção ampliada da vida, trabalho associado e gozo dos frutos do trabalho.

A pesquisa se justifica devido sua relevância como contraponto ao projeto do capital. Pois, se por um lado o agronegócio se apropriou de tudo o que o capital tem de mais perverso: individualismo, exploração da força de trabalho alheia, monocultura, uso de agrotóxicos, de fertilizantes químicos e sementes geneticamente modificadas, provocando desequilíbrio agroecológico. Por outro lado, a produção de base agroecológica se caracteriza como transposição para outro projeto de sociedade, que concebe ser essencial a convivência entre as espécies vegetais e animais, a diversidade de culturas, a não exploração da força de trabalho alheia, a utilização de fertilizantes orgânicos e o controle de invasores por meio de caldas naturais, fomentando equilíbrio no ciclo da vida.

2 PRODUÇÃO DE BASE AGROECOLÓGICA

Machado e Machado Filho (2014) afirmam que produzir de forma agroecológica além de ser saudável ao ser humano, é mais rentável economicamente, bem como para a conservação do solo e de todo o ciclo da vida. Pois, a soja convencional se comparada a soja geneticamente modificada tem “uma vantagem de 6%” e, “11% mais, se a soja convencional for das melhores variedades” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 114).

Produzir de forma agroecológica[41] significa incorporar princípios que se contrapõem ao projeto do capital. Projeto este que, em nome da modernização e da falsa ideia de que se está investindo em um projeto para resolver o problema da fome mundial, na verdade, está financiando a pesquisa e o desenvolvimento agroindustrial.

[41] [...] entendemos a agroecologia como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários processos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrinas que viabilizam a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É, pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio em qualquer escala (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 36).

A produção de base agroecológica[42] objetiva dar visibilidade à pesquisa e a produção livre de agrotóxicos, incorporar conhecimentos da ciência agrícola tradicional, a policultura, a produção em grande escala, bem como

> [...] a reciclagem de nutrientes e energia; a substituição de insumos externos; a melhoria da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos dos agroecossistemas[43] no tempo e no espaço; a integração de culturas com a pecuária; e a otimização das interações e da produtividade do sistema agrícola como um todo, ao invés de rendimentos isolados obtidos com uma única espécie (ALTIERI, 2012, p. 16).

Para os coletivos de produção "Sal da Terra" e "Mulheres Livres da Amazônia", o projeto agroecológico vai além da produção de alimentos livres de agrotóxicos, em escala, sem degradar, contraponto ao projeto financiado por multinacionais como a "Monsanto, Syngenta, Bayer, Dupont, Dow AgroScience" (ALTIERI, 2012, p. 50). Pois, a produção agroecológica "objetiva proporcionar ambientes equilibrados, rendimentos sustentáveis, fertilidade do solo resultante de processos biológicos e regulação natural das pragas por meio do desenho de agroecossistemas diversificados" (ALTIERI, 2012, p. 107).

Nesta perspectiva de produção de base agroecológica destacamos os agricultores orgânicos[44], que utilizam técnicas que não agridem o meio ambiente, tais como: "Rotação de culturas[45], biomassas, estercos animais, leguminosas, adubos verdes, resíduos orgânicos de fora da propriedade, cultivo mecânico, rochas minerais e de controle biológico de pragas para manter a boa estrutura e produtividade do solo" (ALTIERI, 2012, p. 60). Técnicas estas que, além de respeitar o ciclo da vida, proporciona "produtividade entre 6% e 10%" superior se comparada

[42] A agricultura ecológica se baseia em estratégias de diversificação, tais como policulturas, rotações, cultivos de cobertura e integração animal para otimizar a produtividade e garantir a saúde do agroecossistema (ALTIERI, 2012, p. 65).
[43] Os agroecossistemas são comunidades de plantas e animais integrado com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana (ALTIERI, 2012, p. 105).
[44] A agricultura orgânica privilegia o uso de variedades locais adaptadas a condições específicas e a manejo de baixo uso de insumos externos. Torna-se evidente que o uso da diversidade genética por agricultores orgânicos desempenha um papel especial para a manutenção e a melhora da capacidade produtiva dos sistemas agrícolas, já que proporciona segurança contra doenças, pragas, secas e outros fatores de estresse, assim como permite que os agricultores explorem todo o conjunto de agroecossistemas existentes em cada região (ALTIERI, 2012, p. 65-66).
[45] A rotação de cultura não só reduz a necessidade de herbicidas, como também melhora a qualidade do solo e da água, minimiza a demanda por fertilizantes nitrogenados, regula as populações de insetos-praga e patógenos, aumenta a produtividade das culturas e reduz a variabilidade na produção (ALTIERI, 2012, p. 65).

ao manejo convencional – agricultura industrial (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 41).

Altieri (2012) afirma que se por um lado produzir de forma agroecológica e sustentável é mais lucrativo, saudável, não causa erosão e assoreamento, por outro lado os investimentos em pesquisa favorecem os aglomerados "econômicos e institucionais que orientam a pesquisa e o desenvolvimento para abordagens agroindustrial convencional enquanto a pesquisa e o desenvolvimento de abordagens agroecológicas e sustentáveis têm sido largamente ignorados ou até mesmo marginalizados" (ALTIERI, 2012, p. 150).

Ainda segundo Altieri (2012), os governos e grandes aglomerados econômicos incentivam a produção de monoculturas para exportação e ignoram a

> [...] Falta de incentivo para as parcerias institucionais; Pressões de empresas agroquímicas; Poder político e econômico exercido contra o MIP[46]; Publicidade e prática de vendas; Questões de financiamento/subvenções e sustentabilidade; Falta de financiamento, especialmente de apoio de longo prazo; Falta de reconhecimento do MIP/benefícios da agricultura sustentável; Necessidade de reduzir a dependência de doadores e para desenvolver bases de apoio local; Falta de informação e divulgação sobre métodos alternativos inovadores; Baixa capacidade interna das instituições envolvidas; Rigidez institucional entre alguns colaboradores; Falta de experiência com Agroecologia e metodologias participativas (ALTIERI, 2012, p. 149).

Para que possamos fazer frente ao pacote agrícola de produção simplificada, imposto por grandes aglomerados econômicos internacionais detentores das patentes de toda a cadeia produtiva (pesquisa, produção e comercialização das sementes geneticamente modificadas, dos fertilizantes e de controladores de ervas e insetos indesejáveis), faz-se necessário políticas que abarquem os princípios agroecológicos de produção, tais como os policultivos[47]; utilização dos recursos locais; disseminação da cultura agroecológica nas instituições e associações comprometidas com o bem estar e a saúde de todo o

[46] MIP (Manejo Integrado de Pragas).
[47] Os policultivos predominam e cobrem pelo menos 80% da área cultivada na África Ocidental. Na América Latina, mais de 40% da mandioca, 60 % do milho e 80% dos feijões são cultivados em consórcio com outras culturas (Francis, 1986). Esses agroecosistemas diversificados foram se estabelecendo ao longo de séculos de evolução cultural e biológica e representam o acúmulo de experiências de camponeses interagindo com o ambiente, sem acesso a insumos externos, capital ou conhecimento científico (Wilson, 1999). Ao lançar mão dessa autonomia inventiva, do conhecimento experimental e dos recursos localmente disponíveis, os camponeses têm frequentemente desenvolvido sistemas de produção adaptados às condições locais, permitindo aos agricultores obter uma produtividade sustentável para satisfazer suas necessidades (ALTIERI, 2012, p. 160).

ciclo da vida; formação de quadros com lideranças comprometidas com um sistema cooperado, bem como

> Aumento do investimento público em métodos agroecológicos-participativos; Mudanças nas políticas para suspender subsídios e tecnologias convencionais e dar apoio às abordagens agroecológicas; Melhora da infraestrutura para áreas pobres e marginais; Oportunidade de mercado adequadas e equitativas, incluindo o acesso justo ao mercado e a informação de mercado para os pequenos agricultores; Segurança de posse da terra e processos de descentralização; Mudanças de atitude e filosofia entre os tomadores de decisão, cientistas e outros para reconhecer e promover alternativas; Estratégias de instituições que promovem parcerias equitativas com ONGs locais e agricultores; substituir a transferência tecnológica de cima para baixo do modelo de tecnologia pelo desenvolvimento de tecnologia participativas e pesquisa e extensão voltadas para o agricultor (ALTIERI, 2012, p. 150-151).

Percebe-se que existem projetos em disputa: Um que defende o agronegócio, o uso de “fertilizantes de síntese química – ureia, superfosfatos, cloro de potássio e tantos outros – venenos contaminantes da vida humana e da vida do ambiente (agrotóxicos) e as monoculturas que destroem a biodiversidade e, consequentemente os biomas” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 61); Projeto esse protagonizado por empresários que, para atender a demanda mundial, se apropriaram de técnicas que reduzem o ciclo de algumas culturas como a do arroz que “passou de 150-140 dias, para 120-130 dias” e na produção de frangos que “reduziu o período de terminação de 140-180 dias para 30” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 49). Essas técnicas estão concentradas em “5% dos mais ricos” que “detêm 95% da riqueza” do planeta Terra e não possuem comprometimento algum com as massas de trabalhadoras e trabalhadores do campo, que são forçados a migrar “para as cidades sem qualquer preparo profissional, sem moradia, sem educação, sem sistema de saúde, sem escola” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 61).

O outro projeto, o que se contrapõe ao projeto do agronegócio, é o projeto protagonizado por trabalhadoras e trabalhadores comprometidos com a preservação de todo o ciclo de vida, objetiva produzir alimentos em escala, por meio de técnicas

agroecológicas e de proteção a biodiversidade[48], com processos simples, mas eficientes quanto a

> [...] Desintoxicação do solo, sem *roturá*-lo; controle dos parasitas (e de agrotóxicos) pela trofobiose; nutrição das plantas através do ciclo do etileno no solo e das substâncias complexas de alto peso molecular e dispensa dos fertilizantes externos pela ação dos micro-organismos no solo, por meio da transmutação dos elementos à baixa energia. E tudo isso com proteção ambiental e sem custo financeiro ao produtor, pois todos esses processos são realizados, em última análise, à custa de energia solar que, repetimos, em termos humanos é infinita, não tem dono e não pode ser vendida (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 61).

Contrapor-se ao projeto do capital significa contrapor-se à disseminação de agrotóxicos, de modo especial aos nitratos, que tiveram sua origem no final da I Guerra mundial e foram "usados na fabricação de explosivos". Como exemplo citamos o "DDT, criado por Paul Müller, na Suíça, em 1939, que foi inicialmente usado na guerra como inseticida, para limpar as áreas de combate das tropas norte-americanas"; Bem como o "agente laranja, empregado pelos norte-americanos nas guerras contra o Japão e o Vietnã", para destruir florestas, plantações e os próprios seres humanos. Este último rendeu indenizações vultuosas aos soldados norte-americanos que combateram na Guerra do Vietnã, vítimas do mal de Parkinson. E hoje esses produtos estão disponíveis no mercado e o agronegócio os utiliza na produção de alimentos para os seres humanos (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 92).

Está comprovado que "a incidência de câncer como causa mortis nos óbitos de agricultores, profissionais que usam sistematicamente os agrotóxicos[49], é 10,6 vezes maior que no conjunto das 22 outras profissões". Além do câncer, o Brasil é protagonista do maior índice de suicídios do planeta, sendo que o maior vilão é o Estado do Rio Grande do Sul, dando-se destaque aos municípios de "Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Candelária e São Lourenço do Sul. O município

[48] Os povos pré-históricos alimentavam-se, como fio dito, com mais de 1.500 espécies de plantas, e pelo menos 500 espécies e variedades têm sido cultivadas ao longo da história. Há 150 anos a humanidade se alimentava com a produção de três mil espécies vegetais que, em 90% dos países, eram consumidas localmente. Hoje, 15 espécies respondem por 90% dos alimentos vegetais e quatro culturas – trigo, arroz, milho e soja – respondem por 70% da produção e do consumo mundiais. Tende-se, assim, a uma perigosa monocultura, e, como se sabe, a homogeneidade conduz à morte, ao passo que a heterogeneidade, que é o estado dinâmico, leva à vida (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 81).

[49] O Brasil ostenta o doloroso título mundial de maior consumidor per capita/ano de agrotóxico: 5,72Kg (MACHADO; MACHAO FILHO, p. 107).

de Santa Cruz do Sul, a capital do fumo, detém recorde de maior consumidor de agrotóxico/ha do Brasil e também maior índice de suicídios, com predominância de jovens", 90% agricultores (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 97-98).

Faz-se necessário superar a cultura de que produzir de forma agroecológica é produzir de forma compartimentada, em pequena escala e com a tecnologia da foice, fogo, enxada e a matraca. Machado; Machado Filho (2014, p. 154), afirmam que as tecnologias podem ser adaptadas a qualquer quantidade de produção, ou seja, "a tecnologia agrícola, qualquer que ela seja, que não pode ser adaptada e desenvolvida em qualquer escala é uma tecnologia falsa". Faz-se necessário

> [...] organizar a produção em escala macro[50], não através de enormes empreendimentos concentradores, capital-intensivo, monocultivadores, mas realizar na mesma área várias produções, grandes, que se inter-relacionam holisticamente – tudo depende de tudo -, num processo de rotação cultural, em harmonia com áreas adjacentes de proteção biológica. Consequentemente absorvendo mais mão de obra, com repercussão positiva no controle de um dos problemas sociais mais pungentes, o êxodo rural. Esta é uma conduta saudável [...] para viabilizar uma proposta nesse sentido, porém, há que reestruturar a posse e o uso da terra, oportunizando a participação de mais agricultores, através de um modelo de produção coletiva (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 154 -155; 159).

Edesmar (2018) afirma que é difícil produzir alimentos 100% livre de agrotóxicos, alimentos 100% saudáveis, em uma região em que predomina o agronegócio. Pois o ar está contaminado, os rios estão contaminados, o solo está contaminado e, por mais que o coletivo de produção "Sal da Terra" produz alimentos que não necessitam de adubação química, "nada impede que o vento que transita pelas plantações esteja contaminado pelos agrotóxicos utilizados por fazendeiros próximos ao Assentamento "Keno" (EDESMAR SACKSER)[51].

3 COLETIVOS DE PRODUÇÃO

Nos assentamentos "Keno" e "Doze de Outubro", empiria desta pesquisa, trabalhadoras e trabalhadores produzem a existência de forma autogestionária, sem exploração da força de trabalho alheia e livre de agrotóxicos. No Assentamento

[50] O mundo tem um bilhão de famintos (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 154).
[51] Coordenador do Coletivo de Produção Sal da Terra. Entrevista concedida no Assentamento "Keno", em 27 de junho de 2017.

"Doze de Outubro" o coletivo de produção "Mulheres Livres da Amazônia" produz doce de leite, pão, pão de queijo, salgados, conservas para uso/consumo das trabalhadoras do coletivo e o excedente é utilizado como troca, comercializado nas dependências da Cooperativa Via Campesina (COOPERVIA), bem como no Sistema Canteiros de Comercialização Solidária (CANTASSOL), feira essa que acontece semanalmente nas dependências da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* de Sinop, no Estado de Mato Grosso. No Assentamento Keno o Coletivo de Produção "Sal da Terra", trabalhadoras e trabalhadores produzem a existência por meio da coleta e industrialização da castanha do Pará, bem como pela produção de melaço de cana, açúcar mascavo, urucum, farinha de mandioca, maracujá. Produtos estes de base agroecológica e que segundo Edesmar Seckser, são produtos que não necessitam de adubo químico e nem de produtos externo para o controle de possíveis invasores.

Edesmar atribui a gênese da formação do coletivo de produção "Sal da Terra" às demandas que a produção da existência de catadoras e catadores de castanha exige, pois, o processo da produção da existência vai além da coleta. Edesmar Seckser afirma que, isoladamente dificilmente alguém da conta de efetivar todo o processo: coleta do ouriço da castanha, industrialização, troca/comercialização do excedente e de organizar toda questão burocrática que a vigilância sanitária exige.

> [...] no caso do maracujá, por exemplo, o coletivo de produção, em forma de muxirum[52], executa todo o processo de produção que vai do plantio das mudas, passando pelo preparo da terra, a construção dos estaleiros, aquisição dos materiais: bomba para bombear água, encanamento, arame, etc. Também, faz-se necessário o acompanhamento da lavoura e o preparo dos produtos naturais para repelir os insetos que possivelmente atacam a plantação, bem como a colheita dos frutos, o transporte até a Cooperativa e as feiras livres (EDESMAR SACKSER, 2017).

Razeto (2005) afirma que os coletivos de produção "têm sua origem em uma cultura transformadora, que busca construir uma economia alternativa e solidária e que se constitui como uma energia dinamizadora e organizadora da

[52] O muxirum se caracteriza pela reunião/participação de todos os moradores no intuito de realizar algum trabalho na Comunidade. Durante um dia da semana, eles realizam um trabalho coletivo – plantar, carpir, colher – na roça de uma pessoa, no outro dia na roça de outro e assim por diante. O que uma pessoa demoraria a fazer em uma semana era realizado em um dia, aproximadamente, com a ajuda dos demais. Com isso o trabalho era realizado de maneira mais rápida e possibilitava a construção de relações de solidariedade, cooperação, amizade e parceria entre os moradores (NEVES; CAETANO; POLINI, 2011, p. 41).

economia popular" que objetiva a produção ampliada da vida e não do capital (RAZETO, 2005, p. 55). Seria o mesmo que afirmar que vivemos em um momento em que se faz urgente "a união e a rebelião das gentes contra a ameaça que nos atinge, a negação de nós mesmos como seres humanos submetidos à fereza da ética do mercado" (FREIRE, 2000, p. 145).

4 FEIRAS LIVRES: PARA ALÉM DA COMERCIALIZAÇÃO DO EXCEDENTE

As feiras agroecológicas, objetivam para além da comercialização de alimentos, proporcionar espaço de trocas de experiências, comercialização do excedente da produção e também espaço de roda de conversas, socialização de técnicas de manejo e controle de possíveis insetos e ervas invasoras, impróprias para a produção de determinadas culturas. As feiras são, também, espaços para apresentações culturais, troca de sementes, bem como de denúncias e construção de outro projeto de sociedade que se contraponha ao projeto do capital.

Burg (2005), afirma que as feiras agroecológicas permitem,

> [...] a construção de um espaço de interação social – entre o urbano e o rural – com estreitamento de relações de convivência, de cordialidade, de amizade, de troca de informações e de parceria entre estes dois segmentos sociais. Ressalte-se que este espaço vai além da oferta de alimentos sem agrotóxicos aos consumidores ou da simples agregação de valor econômico. Outro aspecto relevante das formas alternativas de comercialização, elas cumprem um importante papel no estímulo às mudanças na consciência de agricultores, consumidores, entidades e profissionais (BURG, 2005, p. 83).

As feiras surgiram na antiguidade feudal objetivando-se as trocas dos excedentes de produção de diferentes mercadorias produzidas por pessoas de diferentes lugares. As feiras, ao longo dos anos, com o aumento das demandas devido a passagem do sistema feudal para o sistema capitalista, "exerceram um papel importante na implantação do dinheiro, consequentemente na evolução do capitalismo e, o mais importante, no surgimento das cidades" (OLIVEIRA; LIMA, 2017, p. 2).

Oliveira e Lima (2017, p. 2) afirmam que "à medida que a população foi aumentando, os primeiros núcleos urbanos foram surgindo; com a evolução dos meios de transporte, as distâncias entre as nações foram diminuindo e o comércio

expandindo", possibilitando assim que as feiras livres crescessem paralelas aos aglomerados urbanos. No Brasil, as feiras livres,

> [...] existem desde os tempos coloniais, sendo de fundamental importância para a criação e fortalecimento do mercado interno e, consequentemente, para a formação das primeiras cidades. Dessa maneira, podemos atribuir outro papel para as feiras, e considerá-las como um elemento que está na base da organização social e econômica das cidades, desde a sua formação até o presente momento. Apesar de todas as mudanças ocorridas no período moderno, as feiras ainda estão presentes em quase todos os municípios do país, sendo em muitas cidades, em especial nas pequenas, o principal espaço de comercialização de mercadorias (OLIVEIRA; LIMA, 2017, p. 2).

Araújo (2012), afirma que "a feira é o local em que as sociabilidades se manifestam em todas as suas dimensões, sendo na rua que elas se expressam com maior intensidade". Pois, "as pessoas que se deslocam semanalmente para os núcleos urbanos, oriundos da zona rural ou mesmo de outros centros urbanos, transformando a feira numa efervescência social, caracterizada por uma multiplicidade de sujeitos, com variados eventos", provoca dinamicidade na economia, troca de informações, intercambio entre o urbano e o rural, bem como abre espaço para a reflexão e a criação de outro mundo possível, para além da sociedade do capital (ARAÚJO, 2012, P.52)

No caso dos assentados de Reforma Agrária dos assentamentos "Keno" e Doze de Outubro, a feira denominada CANTASOL surgiu de uma parceria entre trabalhadoras e trabalhadores dos assentamentos, a UNEMAT, *Campus* de Sinop, o Sistema de Comercialização Solidária (SISCOS), do Instituto Ouro Verde (IOV) de Alta Floresta/MT e a COOPERVIA, que desde o início, no ano de 2013, esteve presente como coordenadora de todo o processo de implantação do projeto CANTASOL, no Município de Cláudia/MT.

Atualmente a feira acontece nas quartas-feiras, no período vespertino, no pátio da UNEMAT, *Campus* de Sinop. A feira semanal acontece da seguinte forma:

> Terça e quarta: produtores inserem produtos ofertados da semana no sistema; b) Quarta ao meio-dia até segunda 7h da manhã: sistema liberado pra compra; c) Segunda: os produtores ficam sabendo o que efetivamente venderam; d) Terça até 15h: os produtores colhem e preparam os produtos para a entrega; e) Terça de 15h às 17h: o CANTASOL apanha os produtos nos pontos de coleta e os deixa no ponto de entrega; f) Terça de 17h às 19h: os compradores comparecem no ponto de entrega para apanhar seus produtos.

Além da feira semanal, acontecem, mensalmente, as feiras regionais, geralmente, em uma praça pública localizada nos centros urbanos de Sinop – MT e/ou municípios vizinhos que, além da entrega das encomendas, é disponibilizado aos feirantes produtos como maracujá, pepino, tomate, cenoura, beterraba, mandioca, mamão, banana, queijo, ovos, leite e embutidos produzidos, doces, salgados e conservas produzidos, urucum, castanha do Brasil, melaço de cana, açúcar mascavo e farinha de mandioca. O diferencial é que são produtos orgânicos, de base agroecológica e produzidos sem exploração da força de trabalho alheia.

Calixto Crispim dos Reis[53], presidente da COOPERVIA, afirma que a iniciativa "Tem sido avaliada, da parte dos produtores, dos consumidores e da equipe do CANTASOL, como bastante positiva". Pois, "antes do CANTASOL, grande parte dos assentados produzia apenas para consumo próprio, dadas as dificuldades de transporte e de colocação no mercado, já que os assentamentos se localizam a mais de 50 km de centros urbanos, Sinop, Itaúba e Cláudia". Calixto afirma que soma a favor do projeto o fato dos "consumidores terem aprovado a qualidade e os preços dos produtos". Bem como o apoio recebido de instituições externas, entre as quais destaca "a UNEMAT; Sistema de Comercialização Solidária (SISCOS) do Instituto Ouro Verde (IOV) de Alta Floresta, MT; a COOPERVIA; o Movimento dos Sem Terra (MST)".

Calixto afirma que a feira livre é um dos espaços de um projeto maior, que envolve os coletivos "Mulheres Livres da Amazônia" e "Sal da Terra" e a Cooperativa Via Campesina e que objetiva contrapor-se ao projeto do capital. Pois, "o que mais assombra nessa região é o desmatamento desenfreado, a evolução das práticas agrícolas de modo extensivo, utilização de agrotóxicos em níveis altamente condenáveis", bem como, afirma Calixto: "Consumimos quase seis vezes a quantidade média de veneno consumido em território nacional", daí a preocupação de produzir e comercializar produtos livres de agrotóxicos e "comercialização direta do produtor à mesa da população, sem ágio e sem veneno".

Ainda, segundo Calixto, "a produção agroecológica é uma meta a ser atingida em curto prazo através de Assessoria de parceiros do projeto Canteiros, como estudantes, professores e pesquisadores da UFMT e EMBRAPA".

[53] Entrevista concedida aos autores deste artigo em 15/05/2017.

Para Marciano Silva[54], a feira é um dos espaços para que a sociedade tome conhecimento que existe um projeto em construção que se contrapõe ao projeto do capital. É, segundo Araújo (2012), um espaço de resistência, de apropriação dos espaços públicos, de disputa. Para Marciano, a feira não oportuniza a população só consumir produtos livres de agrotóxicos, na feira, também, são realizadas místicas, apresentações culturais, trocas de sementes crioulas, socialização de experiências, novas e velhas descobertas de como controlar insetos invasores por meio de caldas naturais. Marciano, referindo-se à feira livre, afirma que,

> Tudo isso que tem aqui é fruto de uma luta de um povo corajoso de enfrentar esse sistema, esse rolo compressor que é esse modelo dessa sociedade aí. A sociedade aí fora está sentindo também, eu vejo que está, por mais que a gente não seja grande diferença, que causou, mas, a sociedade também sente. Por exemplo: Nós temos um espaço em Sinop que fornece alimentos agroecológicos, alimentos sem veneno, é orgânico e agroecológico. Então, se a sociedade se abrir, também, porque depende da sociedade ela se libertar daquela ilusão de mercadoria, desses mercados tradicionais, dessa alimentação tradicional. Porque é assim, nós estamos lá, nós estamos dando a possibilidade de a sociedade se ajudar, entendeu, de se ajudar, de se alimentar de um alimento saudável, de um alimento que é produzido por famílias, né, de camponeses, fruto de uma luta que abre a possibilidade de eles ter uma alimentação de qualidade (MARCIANO SILVA, 2018).

Percebe-se que as feiras livres não são espaços apenas de trocas do excedente de produção, mas também espaço de apresentação de um projeto que objetiva a produção da vida. Ou seja, está em construção um projeto de produção de alimentos livre de agrotóxicos, que além de materializar o projeto de convivência entre produção e respeito ao ciclo da vida humana, animal e mineral, também produz sem a exploração da força de trabalho alheia.

5 CONCLUSÃO

Existem dois projetos de sociedade em disputa. Um que objetiva o lucro a qualquer custo, que objetiva produzir para a troca e para isso utiliza de técnicas

[54] Marciano Silva é uma das lideranças que está presente na luta e na construção do projeto que envolve a COOPERVIA, o CANTASOL, o Coletivo de Mulheres Livres da Amazônia, o Coletivo de produção Sal da Terra e as feiras livres que envolve os assentamentos de reforma Agrária, no município de Cláudia, no estado de Mato Grosso. Entrevista concedida, aos autores deste artigo, no dia 7 de maio de 2018.

agressivas ao meio, tais como: uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas, sem respeitar o ciclo da vida. O outro projeto, protagonizado por trabalhadoras e trabalhadores comprometidos com a saúde dos seres humanos, que objetiva produção de base agroecológica, técnicas essas de recomposição da fertilidade do solo via adubação orgânica, controle de insetos invasores por meio de caldas naturais, rotatividade de culturas, repovoamento de áreas degradadas e áreas de nascentes, bem como produção sem exploração da força de trabalho alheia.

As feiras livres são um espaço essencial para a divulgação do projeto de sociedade protagonizado por trabalhadoras e trabalhadores que mesmo sendo ignorados pelas políticas públicas de financiamento de pesquisas, produção, transporte e espaços para trocas do excedente, resistem ao projeto do capital e se impõem como projeto de geração e respeito a vida.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e Economia Popular Solidária:** mediações pedagógicas do trabalho associado. Ideias & Letras: Aparecida, São Paulo, 2010.

ALENTEJANO, P. Terra**.** In. CALDART, R. S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; RIGOTTO G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável**.** 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARAÚJO, Giovanna. Aspectos Sociais Do Cotidiano Das Feiras Livres: Um Estudo Etnográfico em Território Português e em Solo Brasileiro. **Maringá Management**: Revista de Ciências Empresariais, v. 9, n.2, - p. 49-64, jul./dez. 2012.

BURG, Ines Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 2005. 131p. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102721/226752.pdf?sequence=1. Acesso em 24/03/2018.

ENGELS, Frederic. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra: São Paulo, 2000.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A Dialética da Agroecologia:** Contribuições para um mundo com alimentos sem veneno**.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

NEVES, Camila Emanuela Pereira; CAETANO, Edson; POLINI, Ilza Nunes da Cunha. Trabalho, educação e economia popular solidária: vivências no Mato Grosso. In: TORRES, Artemis; SEMERARO, Giovanni. **Sobre Saberes, Educação e Democracia**. Editora da Universidade Federal de Mato Grosso (Edufmt), Cuiabá, MT, 2011.

OLIVEIRA, Mauricio Souza de; LIMA, José Raimundo Oliveira. Feiras Livres: Uma Manifestação Natural e Espontânea de Economia Popular e Solidária. In: XV SEMANA DE ECONOMIA E I ENCONTRO DE EGRESSOS DE ECONOMIA, UESB, 2017, Vitória da Conquista, Bahia. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2016/anais/GT1%20-%203.%20Feiras%20livres%20-%20uma%20manifesta%C3%A7%C3%A3o%20natural%20e%20espont%C3%A2nea%20de%20economia%20popular%20e%20solid%C3%A1ria.pdf . Acesso em 25/03/2018.

RAZETO, Luís. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação Comunitária e Economia Popular**. Cortez: São Paulo, 2005.

SANTOS, Margarete Silva dos; FERREIRA, Deise de Jesus; SANTOS, Rosangela Leal. **A Feira Livre como Alternativa de Geração de Renda para Agricultura Familiar no Município de Santo Estevão - Ba**. VI CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, São Paulo, 2014. Disponível em http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf. Acesso em 25 de março de 2018.

JUVENTUDE CAMPONESA E AGROECOLOGOGIA: EM TERRAS DO AGRONEGÓCIO, QUEM PRODUZ AGROECOLOGICAMENTE SE PREOCUPA COM A VIDA, COM A NATUREZA, COM O FUTURO

Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo[55]; Edson Caetano[56]

RESUMO: O modo de produção capitalista faz com que tudo se transforme em mercadoria – com a alimentação não acontece diferente. Atualmente o capital investe para que se produza mais, em menos tempo, com a intenção de alcançar mercados internacionais, não importando assim, as consequências para o presente e futuro. Em direção oposta encontra-se a agroecologia, fundamentada em técnicas e saberes tradicionais, que respeita a diversidade, a terra, a segurança alimentar, dentre outros. No Brasil a produção agroecológica tem tido cada vez mais, a participação da juventude camponesa, que vem preservando seus princípios e resistindo às adversidades da vida no campo. Com base nesses elementos, o objetivo desse estudo é discutir a presença e relação da juventude camponesa com a agroecologia, numa perspectiva de preservação da vida e da natureza, se contrapondo, ao modelo do agronegócio e ao modo de produção capitalista. Trata-se de um estudo bibliográfico, referenciado no materialismo histórico dialético.

Palavras-chaves: Capitalista, Agroecologia, Juventude Camponesa.

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Verde, iniciada a partir da década de 1950 inaugurou no nosso país – e também no mundo – uma nova fase da agricultura. Sob o pretenso discurso de solucionar a fome no mundo, um pacote de inovações passou a ser utilizado, com utilização de tecnologias de controle da natureza com vistas a aumentar a produtividade agrícola (PEREIRA, 2012).

Em nome do desenvolvimento, baseado na ordem e no progresso, os empreendimentos no campo foram se desenvolvendo, passando o Agronegócio a ser seu maior destaque. Ele tem sido divulgado e difundido como vital a nossa economia; necessário para garantia da alimentação dos brasileiros e brasileiras; como espaço para garantia de emprego no campo.

[55] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduada e Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de Serviço Social na UFMT. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE – UFMT). E-mail: evemilia@yahoo.com.br
[56] Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor do Instituto de Educação (IE) da UFMT. Mestre em Educação pela UNICAMP. Graduado em Ciências Sociais pela PUCCAMP. Líder do GEPTE – UFMT. E-mail: caetanoedson@hotmail.com

Todavia, na realidade, ele não é tão "tech, pop e tudo"[57] quanto parece, pois: a maior parte do que o Agronegócio produz se destina a exportação; 70% da nossa alimentação vem da agricultura familiar; a mecanização do campo tem diminuído os postos de trabalho no campo; e o seu impacto sobre a natureza tem sido cada vez mais devastador.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir – ainda que brevemente – a relação entre a juventude camponesa e agroecologia, que tem cada vez mais aumentado e difundindo uma outra perspectiva: a da possibilidade de produzir em parceria com a natureza, se preocupando com ela, com a vida, com o passado, com o presente e o futuro.

Tomando como base o materialismo histórico dialético, trata-se de um estudo bibliográfico, utilizando-se de autores que tem se debruçado e discutido essas temáticas em nosso país. Visando proporcionar uma melhor compreensão acerca dessas, dividimos o presente texto em duas partes.

A primeira aborda aspectos do capitalismo e suas formas de produzir lucro, com ênfase no Agronegócio brasileiro. A segunda discute a relação entre a Juventude Camponesa e a Agroecologia que, tem se apresentado como possibilidade para que jovens não apenas produzam alimento, mas também possam analisar a conjuntura existente, questionar o modelo hegemônico de produção, de trato a natureza, numa perspectiva crítica, política e transformadora. Por fim, são tecidas algumas considerações possíveis nesse momento, na intenção de contribuir para o debate dessa realidade, tão relevante no nosso contexto contemporâneo.

2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SEUS "MODOS DE PRODUZIR LUCRO"

O modo de produção capitalista fez e faz com que tudo se transforme em mercadoria. A terra, a natureza, a água, por exemplo, têm sido alvos do capital, que sobrepuja todos os recursos possíveis, no intuito de alcançar cada vez mais a sua finalidade, o lucro (KRENAK, 2016)[58].

[57] Campanha Institucional "Agro - a indústria-riqueza do Brasil", veiculada pela TV Globo.
[58] Em Conferência intitulada "Estado, Capital e Territórios Tradicionais", realizada no "IV Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais: Estado, Capital e Territórios Tradicionais: dinâmicas territoriais em disputa". Montes Claros: Unimontes, 2016

Com a alimentação não acontece diferente, pois cada vez mais têm sido desenvolvidos estudos e tecnologias, para que se produza em maior escala, em menor tempo, com a intenção de alcançar grandes mercados internacionais, não importando as consequências dessa produção para a natureza, para a biodiversidade, para a saúde, para a vida, para o presente e para o futuro. Conforme Costa (2017, p.13),

> No Brasil, a ação do Estado, em consonância com os determinantes do processo de acumulação capitalista em âmbito mundial, implementou uma orientação à agricultura baseada nas monoculturas, nas tecnologias químicas e mecânicas, na mobilização intensiva do solo, em práticas e processos produtivos incompatíveis com a conservação dos recursos naturais e com as realidades tropicais e subtropicais.

Costa (2017), afirma que, com o avanço exponencial dos interesses do capital, temos hoje um triste cenário: devastação da Mata Atlântica que conta com apenas 8% de sua extensão original; 20% do cerrado, e graças à expansão da fronteira agrícola, já foram atingidos mais de 20% das nossas florestas amazônicas. Tal devastação e consequências às vidas – inclusive a humana – não são desconhecidas, como poderia ser alegado em tempos mais remotos.

Voltando um pouco na história, nota-se que, em meados do século XX a questão da fome virou uma pauta que conduziu vários países do mundo, inclusive o Brasil, a uma nova forma de produção de alimentos, a chamada Revolução Verde. De acordo com Pereira (2012, p. 685),

> [...] a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. Esse processo vinha sendo gestado desde o século XIX, e, no século XX, passou a se caracterizar como uma ruptura com a história da agricultura.

Embora tenha havido um certo aumento da produtividade nos anos 1960, grandes foram os impactos sociais e ambientais, especialmente na perda das variedades antigas, e na "[...] perda irrecuperável de material genético e de alternativas alimentícias" (PEREIRA, 2012, p. 685). A presunção humana de que tudo se pode controlar, criar, clonar, nos tem feito reféns de nós mesmos, ou melhor, reféns daqueles que possuem os recursos necessários para, a qualquer custo, obter mais lucro.

Engels (2013), ao discutir a influência do ser humano sobre a natureza afirma que, nela nada acontece de forma isolada, ao contrário, tudo está intrinsicamente ligado, afetando-se mutuamente. Por isso adverte,

> [...] não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias, a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com frequência, anulam as primeiras (ENGELS, 2013, p. 25).

Logo, muitas das mudanças que têm ocorrido na terra, são decorrentes das práticas humanas que desconsideram que as riquezas naturais não são inesgotáveis. Essas intervenções, no afã de obter mais lucro, tem gerado algumas outras consequências, conforme observa Costa (2017), tomando por base outros autores. Ele apresenta nos seus estudos alguns dados da década de 1970 sobre concentração de organoclorados no leite materno; resíduos de agrotóxico nos laticínios, nos embutidos; e, a presença de um herbicida utilizado na guerra do Vietnã pelos Estados Unidos nas laranjas – produto que teve seu uso condenado pelos efeitos nocivos, a saber: carcinogênico, mutagênico e teratogênico.

A própria página do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Presidência da República)[59] publicou no ano de 2017, uma reportagem, apresentando dados sobre o consumo de agrotóxicos por parte dos brasileiros. Tomando por referência uma reportagem da Revista Problemas Brasileiros, o site do governo federal destaca que,

> Especialistas ouvidos pela reportagem afirmam que "não à toa, o Brasil continua a liderar o ranking mundial do consumo de agrotóxicos, indústria que movimenta mais de US$ 2 bilhões ao ano. O país consome, em média, 7 litros per capita de veneno a cada ano, o que resulta em mais de 70 mil intoxicações agudas e crônicas em igual período, segundo dados do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)[60].

Conforme Pignati *et al* (2014, p. 4670), a utilização de agrotóxicos através da pulverização (seja por avião, trator ou equipamento de uso manual), "[...] leva à poluição dos alimentos, das águas, do ar, das chuvas, do leite materno, do sangue e urina dos trabalhadores, população do entorno e dos animais, ou seja, contamina

[59] Disponível em http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/abril/brasileiros-consomem-7-litros-de-agrotoxicos-por-ano-revela-pesquisa
[60] Extraído da reportagem. Disponível no site referido anteriormente.

toda a biota, tanto na zona rural quanto urbana". Tais dados revelam o impacto da utilização desses "venenos" na agricultura sobre as nossas existências.

Ainda no que diz respeito ao pacote da Revolução Verde, tem-se a mecanização do campo, que, por sua vez, contribuiu para o aumento do êxodo rural, sendo os camponeses – e também os outros povos e comunidades tradicionais – empurrados para uma vida que não eram as suas, fora de suas terras, ou como refere Pereira (2012), para a marginalidade.

Importante ainda destacar que, no Agronegócio as mercadorias são produzidas para serem transnacionadas no mercado internacional – se transformam em *commodities* –, prática essa que se aperfeiçoou a partir da "Revolução Verde" (DELGADO, 2012). No Brasil, em 2017[61],

> Liderados pela soja em grãos, sete produtos do agronegócio figuraram entre os dez principais bens exportados pelo Brasil em 2017. Juntos, a soja, carne de frango e bovina, açúcar em bruto, celulose, café e farelo de soja foram responsáveis por 26,8% de um total de US$ 217,74 bilhões embarcados pelo país para o exterior no ano passado. [...] a soja foi o grande destaque na pauta exportadora brasileira em 2017 e a China continuou sendo o maior mercado para a oleaginosa nacional. As vendas para o gigante asiático geraram receita no montante de US$ 25,718 bilhões, com uma alta de 34,1% em relação ao ano de 2016. [...] O trio dos principais produtos embarcados para a China no ano passado contou com a participação do minério de ferro (exportações no total de US$ 19,199 bilhões e participação de 8,8% nas vendas totais aos chineses) e do petróleo em bruto (com vendas no montante de (US$ 16,625 bilhões, correspondentes a um percentual de 7,6% nas exportações para o mercado chinês) (Notícias Agrícolas).

O Açúcar, a carne de frango, a celulose, a carne bovina, o farelo de soja e o café em grãos também tiveram somas significativas no que tange a exportação brasileira - "[...] geraram receitas de US$ 77,4 bilhões no ano passado, 15% mais do que em 2016. Apenas esses produtos foram responsáveis por 36% das receitas totais do país com as exportações"[62], segundo reportagem de Mauro Zafalon na Folha de São Paulo.

Conforme exposto anteriormente, o capital transforma tudo em mercadoria e no que tange a natureza, faz isso também em relação às sementes,

[61] Disponível em https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/205377-agronegocio-tem-sete-entre-os-dez-principais-produtos-exportados-pelo-brasil-em-2017.html#.WtqYF4jwbIU Acesso em: maio de 2018.
[62] Disponível em https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/205377-agronegocio-tem-sete-entre-os-dez-principais-produtos-exportados-pelo-brasil-em-2017.html#.WtqYF4jwbIU Acesso em: maio de 2018.

que atualmente pertencem a pouquíssimas empresas transnacionais: Monsanto, DuPont Pioneer, Syngenta, Bayer e Dow. São elas que determinam a uniformização de plantas. Esse processo tem resultado, conforme Altieri (2012), na instabilidade e na suscetibilidade a pragas e doenças, pois ao uniformizar uma grande área de plantio, os mecanismos de defesa naturais próprios da diversidade deixam de existir.

Esse é então, um dos motivos do aumento do uso de agrotóxico (veneno) nas plantações, mas que não atinge apenas elas, pois nesse triste cenário, são degradadas a terra, a água, o ar, a fauna, a flora e nós mesmos. Todavia, um movimento contra hegemônico tem sido importante nos últimos anos, a Agroecologia. Essa, com seu caráter agregador, tem aproximado a Juventude Camponesa que, de forma crítica e reflexiva, tem questionado o modo de produção capitalista, com base em outros princípios, conforme será tratado a seguir.

3 A AGROECOLOGIA E JUVENTUDES: uma outra relação, uma outra perspectiva

Numa direção oposta à lógica do Agronegócio encontra-se a Agroecologia, fundamentada em técnicas e saberes tradicionais, numa perspectiva de respeito à diversidade, ao solo, à água, a segurança alimentar, dentre outros (GUHUR; TONÁ, 2012). Em contraposição,

> O patenteamento dos organismos vivos, a tecnologia dos organismos transgênicos e, mais recentemente, a nanotecnologia sustentam uma nova fase nesse processo de expropriação dos agricultores produtores diretos, aprofundando a modernização dependente e depredadora da agricultura iniciada com a REVOLUÇÃO VERDE. O objetivo é retirar dos agricultores o controle sobre as sementes e, de maneira mais ampla, sobre a produção no campo, em benefício das grandes corporações transnacionais [...] (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 58).

Como contraposição à Revolução Verde, a Agroecologia se popularizou no Brasil a partir da década de 1980, mas nos anos 2000 tomou mais força, através da sua interlocução com os Movimentos Sociais Populares do campo, particularmente, aqueles ligados a Via Campesina (GUHUR; TONÁ, 2012).

A Agroecologia atua de forma integral, “[...] incorporando as dimensões culturais, sociais, econômicas, biofísicas e técnicas”. Não se trata apenas de plantar,

pois exige um planejamento, um balanço “apropriado dos solos, cultivos, nutrientes, luz solar, unidade e dos sinergismos entre os organismos existentes. Quando este balanço e condições ótimas prevalecem, as plantas cultivadas se tornam mais resistentes para tolerar o estresse e a adversidade” (COSTA, 2017, p. 38).

Conforme Silva (2017), a Agroecologia integra ciência, prática e movimento. Tal integração faz com que ela não seja somente uma forma de produzir um determinado produto, mas também de produzir conhecimento, reconhecer-se enquanto parte da natureza e que, na sua interação com ela e também com o outro, estabelece e desempenha papel político, crítico e reflexivo.

Nesse sentido, pode-se dizer que a Agroecologia possui também caráter inclusivo, já que ao invés de separar, ela agrega – não somente as pessoas, mas também as famílias, as gerações. Nos espaços de produção agroecológica são vistos casos onde a transmissão dos saberes se dá através dessa prática coletiva, onde diversos sujeitos – crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos –, atuam transformando/respeitando a natureza, e a si mesmos.

Nos últimos anos, é possível observar maior presença da juventude camponesa na Agroecologia – o que dá a esse público maior visibilidade e importância. Isso é relevante pois, a partir da década de 1990 a juventude passou a ser interesse de estudiosos e pesquisadores, como ainda receber atenção da mídia, da “opinião pública”, de atores políticos e instituições. Todavia a ênfase era dada ao público jovem no contexto urbano e especialmente, aos “problemas sociais” que os envolviam (ABRAMO, 1997).

A juventude camponesa ou rural – como Castro (2009) se refere –, ainda era pouco conhecida na década de 1990, invisibilizada, fora da atenção prioritária das políticas públicas, carregada de estigmas – dentre esses, o de desinteressada pelo campo.

> [...] Esse *jovem rural* se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como *trabalhador, camponês, agricultor familiar,* acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. [...] Essa reordenação da categoria vai de encontro à imagem de desinteresse dos *jovens* pelo meio rural. Apesar dessa “movimentação”, este “novo ator” é pouco conhecido e ainda muito negligenciado pelas pesquisas sobre o tema juventude (CASTRO, 2009, p.183).

Os estudos dedicados a pesquisar a juventude camponesa, normalmente se ocupam das questões relacionadas ao êxodo rural. Isso porque o número de jovens que saem do campo para a cidade tem aumentado nos últimos anos, seja pela busca por emprego, ou ainda, interessados pelo modo de vida urbano, como refere Castro (2009).

A autora, ao analisar essa realidade, aponta ainda uma outra questão: as relações hierárquicas nas famílias e a autonomia dos/as jovens. Castro (2009, p. 188), ao apresentar dados de sua pesquisa em um assentamento diz,

> [...] *ser jovem* carrega a marca da pouca confiabilidade na hierarquia das relações familiares, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade do assentamento e movimentos sociais, por exemplo. [...] A relação pais e filhos expõe a autoridade paterna como constitutiva da imagem "dominante" do *jovem.*

Assim, embora exista uma expectativa acerca da sucessão, trata-se de algo para o futuro apenas, pois existe a ideia de que o/a jovem está passando por uma transição para a vida adulta. Segundo Castro (2009, p. 188) ao relacionar a juventude a transitoriedade se apresenta a imagem

> [...] de pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Isto tem implicações desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego, até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisão.

No que diz respeito a inserção da juventude no mercado de trabalho, Tiriba e Fischer (2011), apresentam que esse público é o principal atingido pelo desemprego. Segundo elas, na zona urbana, muitos têm se dedicado ao trabalho por "conta própria". Já no meio rural, Soares *et al* (2017) afirmam que, os rapazes normalmente saem de suas casas e vão tentar vender sua força de trabalho nas propriedades mais próximas, enquanto as jovens acabam se casando e constituindo suas famílias[63].

Castro (2012, p. 440), por sua vez, apresenta que a juventude camponesa tem se organizado nos territórios brasileiros, particularmente a partir dos anos 2000, quando houve

> [...] um intenso processo organizativo dos jovens tanto nos movimentos sindicais – como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) –

[63] Embora alguns autores identifiquem o aumento da migração entre as mulheres, resultando na masculinização dos campos (CASTRO, 2012).

> quanto nos movimentos que fazem parte da Via Campesina Brasil – como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). [...] A maioria dos movimentos sociais formalizou, por volta do ano 2000, alguma instância organizativa. Portanto, a presença cada vez mais massiva de organizações de juventude aponta para um fenômeno em movimento.

Com a popularização da Agroecologia, a juventude também tem se aproximado, se identificado e encontrando nela não apenas uma forma de produzir alimento, mas também as suas próprias existências. Em um cenário mais recente, algumas pesquisas realizadas no Brasil, tem dado ênfase na relação entre juventude camponesa e agroecologia, evidenciando a influência dessa relação nos seus projetos de vida; nos processos formativos nessa temática, e ainda, as práticas organizativas e participação política nos territórios (SILVA, 2017).

Nesse sentido, ao analisar a produção de conhecimento entre juventude rural e agroecologia, Silva (2017) afirma ser possível categorizá-la em três grupos,

> O **primeiro** trata de relações identitárias das juventudes rurais e a agroecologia como fator que influencia seus projetos de vida no campo [...]; o **segundo** agrupa um conjunto de estudos e de relatos de experiências relacionadas aos diferentes processos formativos em agroecologia nos quais as juventudes rurais estão envolvidas [...], e, o **terceiro** trata de um conjunto de práticas (organizativas e produtivas) experimentadas pelos/as jovens nas unidades familiares das quais fazem parte, e/ou em diferentes espaços de participação política, nos quais vêm se inserindo, em seus territórios de vida de trabalho [...] (SILVA, 2017, p. 215).

Em diversas ocasiões é possível identificar nos discursos de muitos jovens, a importância do campo para as suas vidas, fazendo referência à sua relação com a natureza, ao lugar de liberdade, de fartura, de compartilhamento – embora também expressem o desejo que lhes fossem garantidas ali, melhores condições de saúde, educação, lazer, transporte e acesso às tecnologias.

É importante destacar que, além de permitir a possibilidade de renda, entre tantos outros benefícios, existe na Agroecologia uma relação respeitosa com aqueles/aquelas que consomem seus produtos. Trata-se de uma comercialização que pretende que o ser humano tenha acesso à comida de qualidade, sem utilização de veneno, a preços justos e, produzida sem explorar a natureza no seu sentido mais literal.

A juventude tem participado desse processo, e conforme Hillesheim, Neves e Silva (2009 *apud* SILVA, 2017), ela é a principal personagem do campo, pois é a expressão do diverso, que tem forte característica de contestação e de transformação.

Assim, a relação da juventude com a agroecologia, se apresenta também como uma possibilidade de maior autonomia dentro da unidade familiar, a produção de alimentos saudáveis, o fortalecimento das organizações e coletividades e da produção associada. Ela é estratégia para enfrentamento ao capitalismo e suas mazelas, buscando construir modos de vida mais sustentáveis, com outra perspectiva acerca do trabalho e reconstrução de outras relações entre os seres humanos, as sociedades e a natureza (SILVA, 2017).

Isso porque, "[...] a agroecologia possui uma especificidade que referencia a construção de outro projeto de campo. Entretanto, tal projeto de campo é incompatível com o sistema capitalista e depende, em última instância, de sua superação", conforme expressam Guhur e Toná (2013, p. 63).

Assim, a relação da Agroecologia com a Juventude "não tem fim em si mesma", pois assegura aos mesmos não apenas condições para garantia de certa autonomia, mas também, de outra perspectiva de vida, questionando o adoecimento, os interesses desenfreados do capital, influenciando na percepção quanto à sua atividade política – ou seja, ao momento presente. Está também relacionada ao passado, através da sua vinculação direta aos povos e comunidades tradicionais, aos saberes da experiência transmitidos entre as gerações. Por fim, também se relaciona ao futuro – ao lançar um outro olhar, dedicado ao questionamento da ordem vigente, do trabalho de sensibilização dos sujeitos e numa perspectiva de constituição de um outro tipo de sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES

Conforme exposto nesse trabalho, vivemos hoje um contexto em que ao mesmo tempo em que são desenvolvidas tecnologias, conhecimentos, degrada-se a natureza – da qual fazemos parte –, sua biodiversidade, extraindo dela todos os recursos possíveis em favor da obtenção do lucro para poucos, adentrando num círculo vicioso cada vez mais perverso e com previsões cada vez mais catastróficas.

De outro lado tem-se uma outra perspectiva, contra-hegemônica, voltada ao "cuidado cuidadoso" com o outro; com a terra, respeitando seus ciclos, as sementes crioulas; a relação e importância da biodiversidade, permitindo assim, o questionamento ao modelo vigente, onde os bens e as riquezas naturais transformam-se em mercadoria, onde a comida se transformou em negócio, onde o dinheiro vale mais que tudo.

Assim, na produção agroecológica – cada vez mais, difundida no Brasil – a juventude camponesa tem se feito presente, compreendendo os seus princípios, estabelecendo uma outra relação com a natureza, desenvolvendo atividades que não estão relacionadas apenas a garantir condições para sua existência, mas principalmente de resistência e construção/proposição de devir.

Apesar de viver em um contexto marcado por contradições – inerentes à nossa existência – a relação estabelecida entre agroecologia e juventude tem contribuído para a perpetuação dos saberes da experiência, de questionamento, de organização, de contraposição ao modo de produção vigente. Ou seja, se preocupando com o presente, passado e futuro.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *In*: **Revista Brasileira de Educação.** Número especial: Juventude e Contemporaneidade. São Paulo: ANPED, (5-6), 25-36. 1997. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442_1175_abramowendel.pdf

ALTIERI, M. **Agroecologia**: Bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de ciências sociais**. 2009. Disponível em: www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html

_____. Juventude do campo. *In:* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.437-444).

COSTA, Manoel Baltasar Baptista. **Agroecologia no Brasil**: história, princípios e práticas. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

DELGADO, Nelson Giordano. Commodities Agrícolas. *In:* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.133-141)

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A Dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013 (p. 13-29).

GUHUR, Dominique M. P.; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. *In*: **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.57-65)

KRENAK, A. Conferência "Estado, Capital e Territórios Tradicionais". In: **POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**: contribuições para outro desenvolvimento. Montes Claros: Unimontes, 2016.

PEREIRA, Mônica C. de Britto. Revolução Verde. *In*: **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.685-689)

PIGNATI, Wanderlei; OLIVEIRA, Noemi Pereira Oliveira; SILVA, Ageo Mário Cândido. Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. ***Ciênc. saúde coletiva*** [online]. 2014, vol.19, n.12, pp.4669-4678. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232014001204669&script=sci_abstract. Acesso em 05 de junho de 2018.

SOARES, Sandra M.; SOARES, Simone G.; SOARES, Ana P. M.; SOARES, Patricia Aparecida. **Educação e Trabalho Associado: um desafio vivenciado pela juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes**. In: Seminário de Educação. Cuiabá, 2017. Disponível em: http://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/semiedu/semiedu2017/paper/viewFile/2528/1179 Acesso em 04 de abril de2018.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2011, vol. 14, n. 1, pp. 13-29.

PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS E SOLIDÁRIOS NA COMUNIDADE BARRO, SERRINHA-BA: PROBLEMATIZAÇÕES, DIÁLOGOS E FAZERES

Edeilson Brito de Souza[64]; Glauciane Pereira dos Santos[65]; Iaçanan Carneiro de Jesus[66]; Heron Ferreira Souza[67]

RESUMO: O trabalho de pesquisa-ação buscou compreender em que medida a dinâmica das relações sociais e produtivas no âmbito da Associação Comunitária do Barro, município de Serrinha, refletem os avanços das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e seus paradigmas orientadores a partir do Governo Lula, principalmente - economia solidária e agroecologia. Adotou-se a pesquisa-ação entendida como "um modo de pesquisa, uma forma de raciocínio e um tipo de intervenção", cujas etapas (diagnóstico, planejamento, execução e avaliação) caracterizam a complexidade do processo de conhecer a realidade e os sujeitos, projetar uma ação, desenvolvê-la, acompanhá-la, identificar os sentidos a ela atribuído, avaliá-la e perceber os desdobramentos futuros. As ações realizadas indicaram um processo de fortalecimento do sentido de grupo, construção de autonomia e reflexão crítica sobre os sentidos de viver e produzir no campo.

Palavras-chaves: Economia Solidária, Agroecologia, Pesquisa-Ação.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico brasileiro e as consequentes transformações no campo desde meados do Século XX, sob a égide da industrialização da agricultura e da modernização conservadora e dolorosa (SILVA, 1982; 1981), mantiveram os padrões desiguais de reprodução social e econômica no campo brasileiro e intensificaram os processos de exclusão e concentração da renda da terra.

Deste modo, os avanços modestos percebidos nos últimos anos nas políticas agrárias e agrícolas, porém de grande significado histórico, demonstram o deslocamento das concepções políticas calcadas "na guerra dos lugares" (SANTOS, 2004), ou na visão neoliberalista de responsabilização dos sujeitos sociais pelo seu fracasso, para o entendimento do papel ativo do Estado e dos processos democráticos na concepção, estruturação e avaliação das políticas públicas.

[64] Graduando em Ciências Biológicas, IF Baiano. E-mail: edeilsonbritoebs@gmail.com.
[65] Técnica em Agropecuária, IF Baiano. E-mail: glauciane2611@gmail.com.
[66] Técnica em Agropecuária, IF Baiano. E-mail: iacanan.c.jesus@gmail.com.
[67] Doutor em Educação, IF Baiano. E-mail: heron.souza@ifbaiano.edu.br.

É nesse sentido que, diante da Política de Desenvolvimento Territorial, dos avanços em torno das discussões e políticas voltadas ao fortalecimento da Economia Solidária, assim como da Agroecologia, faz-se necessário entender e analisar como tais discussões têm se materializado em Territórios Rurais /de Cidadania fortemente marcados por altos índices de desigualdades sociais, econômicas e educacionais, principalmente no meio rural.

Desta forma, a potencialidade de análise dessas questões no Território de Cidadania do Sisal deve-se exatamente a este concentrar, desde o início da implantação dos territórios rurais na Bahia, os maiores indicadores de baixo desenvolvimento humano e social do estado. Não por acaso, o Território do Sisal constituiu historicamente uma forte base de organização social e movimentos sociais que lutam pelos direitos dos sujeitos do campo.

No entanto, considerando as falhas nos processos de execução das políticas, especificamente no que tange aos valores e princípios dos sujeitos executores da política e a disponibilidade dos recursos, nem sempre o concebido reflete o vivido (GIOVANNI, 2009). De forma recorrente esses dois aspectos supracitados têm desencadeado em várias circunstâncias e contextos políticas coerentemente concebidas e elaboradas, mas com fraco efeito propulsor de mudanças substanciais, uma vez que os aspectos da dependência, sobretudo cultural, não são rompidos.

Nesse sentido, buscamos problematizar em que medida a dinâmica das relações sociais e produtivas no âmbito da Associação Comunitária do Barro, município de Serrinha, refletem os avanços das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e seus paradigmas orientadores a partir do Governo Lula, principalmente - economia solidária e agroecologia. A problematização proposta leva-nos a compreender os processos sociais para neles intervirmos de forma participativa e democrática, tomando como elementos cruciais os princípios da economia solidária e da agroecologia.

2 METODOLOGIA

A pesquisa está delineada como pesquisa-ação uma vez que a perspectiva crítico dialética está fortemente atrelada à ação, a prática. Não apenas

objetiva-se descrever e explorar o objeto de estudo no sentido de fazer um profundo levantamento de características das populações, das coletividades, mas permitir que os homens e mulheres do campo reflitam sobre sua vida e sejam protagonistas de seu projeto de vida, o que exige mudança de valores, percepção crítica das políticas em curso e dos sentidos atribuídos ao viver e produzir no campo. Para Thiollent a pesquisa-ação é:

> [...] um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (1996, p. 14).

A pesquisa-ação é entendida como “um modo de pesquisa, uma forma de raciocínio e um tipo de intervenção” (THIOLLENT, 1996, p. 102), cujas etapas caracterizam a complexidade do processo de conhecer a realidade e os sujeitos, projetar uma ação, desenvolvê-la, acompanhá-la, identificar os sentidos a ela atribuído, avaliá-la e perceber os desdobramentos futuros (EL ANDALOUSSI, 2004; DIONNE, 2007).

Considerando o pressuposto metodológico adotado, fortemente calcado na participação ativa dos sujeitos da pesquisa (homens, mulheres e jovens do campo), na problematização e no diálogo, adotamos como ferramenta de diagnóstico as rodas de conversas por possibilitarem:

> […] encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos partícipes. Sua escolha se baseia na horizontalização das relações de poder. Os sujeitos que as compõem se implicam, dialeticamente, como atores históricos e sociais críticos e reflexivos diante da realidade. Dissolve-se a figura do mestre, como centro do processo, e emerge a fala como signo de valores, normas, cultura, práticas e discursos (SAMPAIO et al, 2014, p. 1301).

A segunda etapa, planejamento das ações, também teve como objetivo apresentar os dados obtidos no diagnóstico, problematizando a relação direta entre os pontos levantados como problemas da comunidade e os princípios da economia solidária e agroecologia. Com isso, buscou-se tencionar nos sujeitos a pactuação de ações voltadas às causas dos problemas e não as consequências, isto é, focar na questão de entrave da dinâmica social. Em geral, os sujeitos tendem a visibilizar mais no diagnóstico questões imediatas e de caráter mais instrumental. Desta forma,

o desafio de mediação na projetação das ações é considerar o caráter instrumental (sentido prático-econômico para os sujeitos) sem perder de vista a questão central, em geral de cunho mais substantivo (na perspectiva Weberiana, relacionado aos valores, pensamentos, subjetividades). A garantia de que as ações deem conta desses dois aspectos permitirá fortalecer a confiança entre os/as agricultores/as e os pesquisadores em ação.

A etapa de execução das ações foi pensada para iniciar com as oficinas. No entanto, a avaliação da pesquisa-ação demonstrou o risco de poucos efeitos de retroalimentação. Embora estivéssemos pactuando a ação coerente com o caráter instrumental e substantivo do problema de ação, o que nos inquietava era a capacidade das oficinas contribuírem a curto prazo com a dimensão substantiva.

Deste modo, retomou-se o diálogo com os sujeitos, propondo a realização de intercâmbios, antes das oficinas. Estas só foram efetivamente definidas a partir da avaliação dos desdobramentos dos intercâmbios para os sujeitos envolvidos e da realização das visitas guiadas. Estas visitas foram pensadas como forma de conhecer melhor o contexto sócio-produtivo da comunidade, identificar práticas de base agroecológica, potencialidades e fragilidades dos sujeitos envolvidos no processo - saberes tradicionais, uso de tecnologias sociais, dependência de insumos externos, agricultor(a) experimentador(a), troca de saberes, dentre outros - e aproximar os pesquisadores-extensionistas dos sujeitos.

Diante dos dados coletados, diálogos estabelecidos e mobilização dos sujeitos durante as visitas, conseguimos repactuar a proposta de realização das oficinas e suas respectivas temáticas: armazenamento e conservação das sementes crioulas, biofertilizantes e bioinseticidas, manejo agroecológico do solo e autogestão do banco de sementes.

Durante todo o processo foram feitos momentos de avaliação entre os pesquisadores-extensionistas ou destes com os/as agricultores/as. Esses momentos de auto-reflexão sobre a pesquisa-ação permitiram repensar, redimensionar e retroalimentar o processo em curso. O caráter criativo da pesquisa-ação pela garantia da “pesquisa para a ação”, da “pesquisa com a ação” e da “pesquisa sobre a ação” está estritamente relacionado ao cuidado atribuído à avaliação desde o ponto inicial (partida) ao ponto final (chegada) do trabalho.

3 RESULTADOS

O trabalho desenvolvido proporcionou aos associados refletirem sobre o fazer cotidiano (trabalho, organização social, família) e seus reflexos positivos ou negativos aos processos sociais locais. Portanto, à medida que os próprios associados refletiam suas práticas e valores, problematizamos outras possibilidades e sentidos ao fazer. Com isso os princípios agroecológicos e econômico-solidários foram mobilizados a fim de evidenciar outras possibilidades no contexto de complexidade da vida na contemporaneidade, sobretudo no meio rural.

Essa leitura está centrada na abordagem de modos de vida cujo elemento central são as pessoas, suas percepções de mundo e sua capacidade criativa de reprodução da vida. Portanto, não consiste em imposição utópica ou mesmo deslocada das condições objetivas, mas figura-se como “ação instrumental – ganhar a vida –, para uma ação hermenêutica – dar sentido à vida – e para uma ação emancipatória – desafiar as estruturas através das quais se ganha a vida” (SCHMITT, 2010, p. 42 *apud* BEBBINGTON, 1999, p. 2).

Diante dos resultados apresentados pelo diagnóstico, cujos pontos-chave foram: a) percepção de forte individualismo dos associados e agricultores de modo a inviabilizar processos coletivos e auto-organizativos; b) tendência de produção agrícola com foco nos princípios agroecológicos, especificamente ao que concerne ao não uso de agrotóxicos; e c) necessidade de fortalecer/potencializar a produção de base agroecológica por meio de processos formativos com os agricultores.

Como observado no diálogo com os agricultores e agricultoras, a visão deles(as) em torno da produção orgânica se constitui mais pela visão da saúde (segurança alimentar) do que pela visão integrada de ambiente na qual o ser humano é também elemento do sistema. Perigo fortemente perceptível no fortalecimento do discurso da agricultura orgânica, em que o consumo de produto sem agrotóxico não torna necessariamente o(a) agricultor(a) não dependente de pacote tecnológico, apenas muda-se o conteúdo desse pacote.

Além disso, as percepções dos sujeitos não estavam claramente orientadas para a autogestão da unidade produtiva [à medida que se rompe com a dependência externa dos insumos e investe-se na produção interna de insumos], também não se percebia o autoconsumo como rendimento não-monetário [visto que

libera recurso familiar para outras necessidades básicas], muito menos entendia-se a articulação produtiva dos sujeitos do campo como uma estratégia fundamental para a autossustentação, autonomia e emancipação individual e coletiva dos(as) agricultores(as). Principalmente os dois primeiros pontos são parcialmente perceptíveis na comunidade, coexistindo com seu oposto.

A seguir, apresentaremos algumas ações realizadas e seus efeitos avaliados pelos próprios sujeitos envolvidos.

3.1 PERCEPÇÕES A PARTIR DOS INTERCÂMBIOS

3.1.1 Intercâmbio ao Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)

Realizou-se o primeiro intercâmbio, onde os agricultores da comunidade Barro foram para o IF Baiano *Campus* Serrinha visualizar as experiências produtivas desenvolvidas pelos estudantes do Campus (Fig. 1). A principal tecnologia apresentada aos agricultores foi o sistema PAIS, para que eles conhecessem esta tecnologia e no decorrer do projeto, pensar na possibilidade de implantação dessa tecnologia na comunidade, conforme o contexto local.

Os(as) agricultores(as) reagiram positivamente frente a esta tecnologia que eles não conheciam, despertando assim o desejo de implantação desta tecnologia na comunidade, como estratégia de fortalecimento dos laços solidários.

Figura 1: Intercâmbio ao Sistema PAIS.

Fonte: Acervo do projeto.

Destaca-se aqui a importância que as plantas medicinais tiveram para o grupo de mulheres que participaram. O diálogo de saberes sobre o uso das plantas medicinais fomentou a troca de mudas e sementes entre as mulheres, daquilo que

elas têm em casa, além de perceberem o uso dessas plantas também como defensivo natural, que segundo Resende e Souza (2014) podem ser utilizadas como repelentes para eliminação/afastamento de "pragas" e doenças.

As plantas medicinais exercem na maioria das vezes efeitos alelopáticos benéficos na produção, principalmente em hortaliças. Como cita Machado e Filho (2014, p. 222), "atualmente, considera-se que as relações alelopáticas podem ser antagônicas ou favoráveis. Neste último caso, as plantas envolvidas são chamadas plantas companheiras". Assim seus efeitos podem se manifestar como repelente de pragas e beneficiando com a maior diversidade, "quanto maior a diversidade de organismos do solo que ocupam os sistemas agrícolas, maior será a quantidade de inimigos naturais" (ALTIERE, 2012, p. 305).

3.1.2 Intercâmbio à comunidade Canto

O segundo intercâmbio foi para a comunidade Canto (vizinha a comunidade do Barro) devido a seu histórico de mobilização e organização social, função social da associação comunitária e tecnologias sociais implantadas. Foi feita uma roda de conversa em que uma agricultora da associação relatou a trajetória da associação, seus desafios e conquistas, focando na importância de pensar o coletivo. Em alguns momentos os participantes da comunidade do Barro faziam inferências reconhecendo suas especificidades contextuais, limitações e necessidades enquanto associação.

Figura 2: Intercâmbio ao Banco de Sementes.

Fonte: Acervo do projeto.

Também foi apresentado o banco de sementes da comunidade Canto, destacando a importância que ele teve na garantia da segurança alimentar de

famílias quando ainda não havia políticas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar. Essa troca de experiência agricultor a agricultor foi e é fundamental para a socialização de saberes, práticas e a reflexão sobre as condições objetivas de construção de possibilidades.

Diante dessa atividade, os participantes saíram provocados diante dos benefícios que um banco de sementes pode trazer para a comunidade. Embora vários agricultores do Barro tenham relatado que têm sementes crioulas, perceberam e externaram quão importante pode ser um banco de sementes comunitário, inclusive como forma de aproximação dos agricultores não associados.

Os bancos de sementes favorecem a garantia da biodiversidade, evitando a erosão genética vegetal e a propagação de doenças; contribuem com a autonomia econômica dos agricultores que estarão menos dependentes de insumos externos; possibilitam, no caso dos bancos comunitários, a troca de sementes entre agricultores.

Esses bancos de sementes trabalham com variedades crioulas que são passadas de geração a geração, geneticamente mais heterogêneas do que as cultivares modernas e mais resistentes e adaptadas às condições ambientais locais (ALTIERI, 2012).

Com o avanço do modelo convencional de produção agrícola, a perda genética das sementes crioulas está em constante crescimento, assim como sua substituição por sementes híbridas e transgênicas que aumenta a dependências dos agricultores dessas sementes. Diante disso, a preservação das sementes crioulas é cada vez mais necessária, evidenciando sua importância para os agricultores familiares bem como para a agroecologia. Por isso os bancos de sementes comunitários são uma tecnologia que possibilita a preservação dessas sementes de forma autogestionada.

Ambos os intercâmbios, tiveram pontos norteadores de discussão cujo foco foi o trabalho coletivo, a solidariedade, a troca de saberes e a agroecologia. A avaliação das atividades pelos sujeitos da comunidade do Barro evidenciou que tais ações permitiram a eles e elas problematizar sua realidade olhando outras realidades, não no sentido de comparação do que deveriam ter feito ou onde deveriam ter chegado, mas percebendo a partir do contexto específico deles o que reconhecem como fragilidades, potencialidades e possibilidades.

Após o intercâmbio à comunidade Canto, os agricultores iniciaram a discussão sobre a construção de um banco comunitário, mostrando assim a eficácia do intercâmbio quanto a problematização da realidade, uma vez que os próprios agricultores avaliaram a construção do banco como estratégia de dinamização das relações sociais na associação, fortalecimento dos vínculos sociais e potencialização da preservação de sementes crioulas.

3.2 PERCEPÇÕES A PARTIR DAS VISITAS

Foram realizadas visitas às propriedades dos agricultores da comunidade Barro (Fig. 3 e 4) com o intuito de analisar os aspectos produtivos, a relação dos sujeitos com a terra, a natureza e o semiárido, identificando problemas e potencialidades que serviram como embasamento para proposição das intervenções com as oficinas.

Figura 3: Coleta de informações numa horta.

Fonte: Autores

Figura 4: Visita a uma das propriedades.

Fonte: Autores

Os sujeitos envolvidos no projeto que trabalham com agricultura destacaram a necessidade de potencializar e compartilhar os saberes e fazeres em torno da produção sustentável, mesmo reconhecendo os desafios relacionados à valorização dos produtos nos circuitos curtos de comercialização.

Esta comunidade apresenta um potencial enorme de produção de base agroecológica, visto que os agricultores produzem hortaliças orgânicas. Há também, muitas espécies de plantas, como as medicinais e aromáticas, que poderiam ser utilizadas para controle biológico na produção. Como afirma Altieri (2012, p. 305-307), é importante a utilização do controle biológico, pois aumentando a

biodiversidade dos sistemas produtivos, acima e abaixo do solo, para defesa dos cultivos, estes se tornarão tolerantes a insetos e doenças, melhorando a fertilidade do solo e a produtividade das lavouras.

Com base nesses resultados, foi traçado um planejamento de oficinas temáticas como armazenamento e conservação das sementes crioulas, biofertilizantes e bioinseticidas, manejo agroecológico do solo e, concluiu-se o projeto com a oficina de autogestão do banco de sementes.

Justifica-se tal delineamento pela própria concepção de agroecologia enquanto ciência, política e modo de vida, isto é, a agroecologia não é um pacote tecnológico a ser transferido, mas saberes e fazeres que precisam ser apreendidos, experienciados, testados, adequados aos contextos, apropriados pelos sujeitos e continuamente re-significados.

A experimentação, o reconhecimento de saberes populares e tradicionais e a troca desses saberes entre os próprios agricultores são os desafios e ao mesmo tempo as práticas necessárias à potencialização do envolvimento dos sujeitos em torno de outro projeto de comunidade e de associação calcados na solidariedade, no diálogo e na construção coletiva. Em certa medida as visitas permitiram estabelecer esses momentos de diálogo e desierarquização do saber, a partir do reconhecimento dos agricultores e agricultoras como sujeitos de saberes e fazeres, cujas problematizações e questionamentos constituíram pedagogicamente como momentos de troca de experiências, saberes e práticas. Os resultados dessas vivências foram percebidas durante as oficinas, em que os sujeitos sentiam-se auto-confiantes para falar suas experiências, experimentações, problematizar e des-re-construir percepções, visões de mundo e práticas.

3.3 PERCEPÇÕES A PARTIR DAS OFICINAS

A partir das visitas e das percepções apresentadas pelos agricultores, foram realizadas as oficinas temáticas (fig. 5) citadas acima.

Figura 5: Oficina temática na associação da comunidade

Fonte: Acervo do Projeto

Durante as oficinas foram abordadas temáticas como: conceitos, usos, importância e formas de armazenamento das sementes crioulas, com o intuito de instigar a formação do banco de sementes; biofertilizantes e bioinseticidas como estratégia da substituição dos agrotóxicos fomentando práticas agroecológicas de produção; práticas agroecológicas de manejo do solo como adubação orgânica, cultivos com cobertura, erosão, trofobiose, além da discussão sobre transição agroecológica e o papel da agroecologia na construção da autonomia dos agricultores familiares; por fim, a culminância do projeto se deu com a formação do banco de sementes na última oficina.

Ao final das últimas oficinas, evidenciou-se nos agricultores a sensibilização quanto às questões que tange a produção agroecológica e o fortalecimento dos laços solidários da comunidade. Os próprios agricultores(as) mobilizaram-se para iniciar um sistema de troca de produtos agrícolas entre si. Além disso, projetaram a promoção de feiras mensais com esses produtos na própria associação da comunidade, fomentando a geração de renda e solidariedade entre os(as) agricultores(as) da localidade.

Além das trocas solidárias de produtos e a feira da agricultura familiar na associação, os agricultores da comunidade propuseram reunir-se com certa periodicidade para trocarem experiências produtivas entre si, no sentido de suscitar a melhoria das práticas agrícolas da comunidade.

Portanto, não somente as oficinas, mas cada ação desenvolvida mostrou-se de fundamental importância no fomento dos laços solidários e das práticas agroecológicas da comunidade, conduzindo os agricultores a construírem uma visão mais autônoma e holística acerca dos problemas e potencialidades existentes na

comunidade, propondo de forma autogestionada espaços de diálogos e ações que atendessem ao pensamento coletivo.

4 CONCLUSÃO

O trabalho desenvolvido buscou compreender as percepções e vivências dos sujeitos do campo em torno da associação e das relações de trabalho no campo e o quanto refletem os avanços das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, principalmente ao que tange a economia solidária e a agroecologia.

Os aspectos diagnosticados evidenciaram fragilidades dos laços associativos, visão fortemente assistencialista e individualista, mas também sinalizou pontos importantes como possibilidade de abertura ao diálogo, percepção dos efeitos nocivos dos agrotóxicos e vontade de “dar sentido à vida” a partir do campo.

Desse modo, o enlace entre a agroecologia e a economia solidária, cujos princípios permeiam as esferas sociais da vida, permitiram pensar a sustentação econômica (ganhar a vida) sob um olhar mais crítico e complexo, demonstrando iniciativas importantes no sentido de desestabilizar as velhas estruturas da dependência econômica e cultural. É dando sentido à vida e desafiando o instituído que se ressignifica o econômico (SCHMITT, 2010).

Diante das atividades desenvolvidas na comunidade, percebeu-se que os(as) agricultores(as) têm problematizado as experiências e princípios da agroecologia, economia solidária e associativismo, discutidos ao longo do projeto, a partir da pesquisa-ação, as quais permitiram maior diálogo entre os próprios sujeitos da comunidade no tocante a troca de saberes sobre as práticas de cunho agroecológico que já são desenvolvidas e potencializou a necessidade de fortalecer não apenas a técnicas de conservação do solo, controle de insetos e doenças com uso de biofertilizantes e bioinseticidas, mas também as outras dimensões da agroecologia em sua interface com a economia solidária: o envolvimento, a construção coletiva (banco de sementes comunitário, por exemplo), o compartilhamento de saberes, a solidariedade, o comércio justo e solidário através da valorização dos produtos de base agroecológica.

As atividades como intercâmbios de experiências, diagnósticos e intervenções, mostraram-se como criativos espaços de aprendizado e construção

coletiva do saber na prática, onde os sujeitos envolvidos puderam experimentar e perceber que tais aspectos e práticas realmente produzem resultados e são importantes na construção do conhecimento, não somente para os agricultores, mas também para os pesquisadores envolvidos no projeto.

Portanto, o projeto apresentou efeitos positivos nos sujeitos envolvidos, no sentido de instigar e problematizar o viver e produzir no campo pelo reconhecimento da importância dos princípios agroecológicos e da economia solidária, cuja continuidade do processo poderá intensificar o saber-fazer, o fazer-saber contextualizado com a dinâmica da convivência com o semiárido e princípios agroecológicos, a troca de saberes entre os agricultores e o fortalecimento dos laços e cooperação entre os/as agricultores/as e sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

ALTIERE, Miguel. Angel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ANDALOUSSI. Khalid El. **Pesquisas-Ações. Ciência. Desenvolvimento. Democracia.** Trad. Michel Thiollent.São Carlos:EdUFSar. 2004.

DIONNE, Hugues. A **Pesquisa Ação para o Desenvolvimento local**. Trad. Michael Thiollent. Brasília: Liber, 2007.

GIOVANNI, Geraldo Di. As estruturas elementares da política pública. **Cadernos de Pesquisa** nº 82, Unicamp.

MACHADO, FILHO. **A dialética da agroecologia**: Contribuições para um mundo sem veneno. 1 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2014.

SCHIMITT, Cláudia Job. **Economia solidária e agroecologia**: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. IPEA, 2010.

SANTOS, B. de S.S. et al. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 6 ed. 2004.

SILVA, José Graziano. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

_____, **A modernização Dolorosa**: Estrutura Agrária, fronteiras agrícolas e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

_____, **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros

Passos).

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S.S. et al. **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____ **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2007.

O POVO INDÍGENA XAVANTE DE MARÃIWATSÉDÉ: PRODUÇÃO AMPLIADA DA VIDA E AGROECOLOGIA[68]

Iorim Rodrigues da Silva[69]; Edson Caetano[70]

Resumo: Tomamos como ideia central que o trabalho é ontologicamente necessário para o desenvolvimento e humanização de homens e mulheres, mas como o sistema capitalista o dispõe ele não consegue cumprir esta função. A base é o Materialismo Histórico Dialético, posto que este método propõe ir além da realidade aparente. O marxismo constitui uma concepção materialista da história, derivada da predominância da materialidade sobre a ideia. Assim, temos como estudo os processos de produção ampliada da vida do povo indígena Xavante - do Território Indígena Marãiwatsédé - localizada em Bom Jesus do Araguaia - Mato Grosso/Brasil, reintegrada recentemente pela FUNAI. O que se busca investigar são os aspectos diversos diretamente ligados à produção material e imaterial da vida que denotem os sistemas de relacionamento e tensões entre os sujeitos e as diversas circunstâncias a eles envolvidas e que, de certa forma, aproximam-se dos conhecimentos sistematizados no campo da Agroecologia.

Palavras-chave: Produção ampliada da vida. Povo Xavante. Agroecologia.

1 INTRODUÇÃO

A produção mundial de alimentos, e especialmente no Brasil, tem seguido um modelo baseado na intensificação de uso e exaustão do solo, na exploração dos seres humanos e do meio ambiente, na devastação dos biomas e poluição das águas, por meio de uma agricultura convencional, causadora de tantos problemas ambientais, sociais e econômicos. Este sistema – aqui representado pelo agronegócio - intensifica a exploração material e humana, a precarização da vida dos seres e a constante ameaça aos sistemas ecológicos: pelo desmatamento, pela intervenção no leito dos rios, pela monocultura, pela mineração, pelo uso de

[68] O estudo conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Universal (2014-2017).
[69] Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso/ Campus Universitário de Rondonópolis (UFMT/CUR), graduado em Letras (UFMT/CUR), Professor da Escola Municipal Rural Fazenda Carimã, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTE/UFMT) e aluno de Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE/UFMT) – Doutorado. Email: i-orin@hotmail.com.
[70] Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Educação pela UNICAMP, graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso no Programa de Pós-Graduação em Educação, coordenador do GEPTE\UFMT- Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Educação. E-mail: caetanoedson@hotmail.com.

agrotóxicos, pela extinção da biodiversidade, além de provocar conflitos socioambientais, socioeconômicos e cosmo políticos.

Em contraposição a esse modelo capitalista de produção, há alternativas que buscam conciliar a superação das necessidades humanas sem causar a destruição do meio ambiente, numa relação mais harmoniosa e de interdependência com a natureza. No entanto, com o avanço do agronegócio surgem os conflitos, pois os povos e comunidades tradicionais[71], com suas culturas antagônicas ao sistema explorador e tirano, resistem e persistem seus costumes, tradições, modos de ver e viver.

Nessas comunidades todos são participantes da produção ampliada da vida – entendida aqui como algo que fomenta diversas possibilidades de produção da existência do ser humano, ela não se relaciona apenas à produção de alimentos ou da sobrevivência, e nem não se reduz apenas à vida material (subsistência física, biológica), inclui-se, também, a vida imaterial (relações sociais, culturais, afetivas, espirituais...) - sem as quais o ser humano é incompleto e a vida humana simplesmente não seria possível. Esses povos carregam tradições, costumes, normas, concepções oriundas de uma cultura tradicional de seus antepassados, além de demonstrarem intensa relação com a natureza, já que é essa relação que dá sentido à própria existência.

Assim, o que discutimos aqui são alternativas de produção baseada em saberes tradicionais que permanecem vivos de geração a geração entre os povos indígenas e que serão aliados aos conhecimentos sistematizados pela agroecologia, baseada nos saberes desses povos. Tomamos como ponto de partida o povo indígena Xavante localizado no Território Indígena de Marãiwatsédé. Esse Povo foi expulso de suas terras em 1966 pela frente de expansão e progresso imprimido pelo Governo Federal com o intuito de ocupar e desenvolver as áreas “desocupadas” no estado de Mato Grosso – Brasil, como se os mesmos não existissem ali.

[71] Termo utilizado para nomear, identificar e classificar uma diversidade de culturas e modos de vida de um conjunto de grupos sociais que, historicamente, têm ocupado áreas agora destinadas à preservação e à conservação ambiental (...). Estão incluídos nessa categoria povos indígenas, quilombolas, populações agroextrativistas (seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu), grupos vinculados aos rios ou ao mar (ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros, marisqueiros), grupos associados a ecossistemas específicos (pantaneiros, caatingueiros, vazanteiros, geraizeiros, chapadeiros) e grupos associados à agricultura ou à pecuária (faxinais, sertanejos, caipiras, sitiantes campeiros, fundo de pasto, vaqueiros). (CRUZ, 2012, p. 597-8)

Esse povo retorna a ela em 2012, totalmente devastada, tendo o seu território servido à monocultura da soja, com suas águas poluídas e que precisam produzir ali a sua ampliada. Uma das alternativas encontrada por esse Povo é o uso das tecnologias adotadas pela Agroecologia, aliada aos seus conhecimentos tradicionais. A agroecologia é uma possibilidade de busca para se construir uma sociedade de sustentação da vida, na qual o objetivo deixa de ser a produção para o lucro, passando a ser uma busca para a emancipação humana, que envolve uma relação ser humano/ser humano, ser humano/natureza e natureza/natureza.

Nos fundamentamos no Materialismo Histórico Dialético, posto que este método propõe ir além da realidade aparente e busca desvendar as contradições que se encontram por trás das aparências, buscando investigar os aspectos diversos diretamente ligados à produção material e imaterial da vida que denotem os sistemas de relacionamento e tensões entre os sujeitos e as diversas circunstâncias a eles envolvidas. O marxismo constitui uma concepção materialista da história, derivada da predominância da materialidade sobre a ideia, mas compreendendo-a longe de qualquer determinismo, entendendo as coisas em seu movimento, em sua Inter determinação, que é a dialética.

2 POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Apesar da imprecisão e das dificuldades para se definir os grupos denominados “povos e comunidades tradicionais”, alguns pesquisadores como Diegues (2000), Little (2006) e Barreto Filho (2006), propõem um conjunto de características[72] que seriam atributos dos mesmos, apesar de não ser uma definição

[72] *a)* dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida; b)* conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; *c)* noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; *d)* moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; *e)* importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; *f)* reduzida acumulação de capital; *g)* importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; *h)* importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; *i)* a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; *j)* fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; *l)* auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. Um dos critérios mais importantes

fechada e nem abarcando a totalidade, é possível percebê-las nesses povos. Outro elemento importante nessa relação com a natureza é a noção de território que, de acordo com Diegues (2000), pode ser definido:

> [...] como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (...). Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também: *a)* os meios de subsistência; *b)* os meios de trabalho e produção; *c)* os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais. (...) O *território* depende não somente do tipo de meio-físico explorado, mas também das *relações sociais* existentes; é o l*ócus das* representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural; a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. (DIEGUES, 2000, p. 85. Grifos do autor).

Conforme enfatizam Neves, Caetano e Silva (2015), o que se considera tradicional é o conhecimento vivo de produzir a vida que é conduzido no espaço/ tempo pelos saberes e modificado nas experiências comuns a esses povos. Desta maneira, o conceito não abarca apenas as comunidades indígenas, mas todas as comunidades e povos que através de suas culturas expressam identidades que representam uma dada forma de produção da vida humana. Segundo os mesmos,

> [...] o termo tradicional carrega, por vezes, uma significação negativa pela vulgarização que sofrera no mundo moderno como algo ultrapassado e que se opõe ao novo e ao progresso. As tradições carregam em si uma perspectiva de vida, de mundo e de humanidade que ultrapassa as questões materiais da produção da vida, significando e sendo (re) significada, dialeticamente, na direção de reafirmarem identidades e concepções próprias de si e das relações estabelecidas com “o outro” e a produção material e imaterial da vida. (NEVES; CAETANO e SILVA, 2015, p. 2-3)

Para os autores, essas noções compõem outras racionalidades que se opõem as formas “predatórias e desumanizadoras” de interversão sobre a realidade

---

para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da *identidade. (*DIEGUES, 2000, p. 87-8. Grifos do autor).

de homens e mulheres. Pois é a relação entre ser humano e natureza, que traz a sua ontologia no trabalho para a satisfação das necessidades. Na perspectiva desses povos, isso é essencial e regula não só a produção material como imaterial da vida. O trabalho livre e associado faz parte da vida e "permite a organização da comunidade e a construção de costumes, valores, normas e simbologias, que são perpetuadas através das gerações". (NEVES; CAETANO e SILVA, 2015, p. 2-3).

Em Mato Grosso, Silva e Sato em 2012 realizaram um pesquisas objetivando a identificação e a localização desses povos tradicionais. Como resultado desse trabalho, noventa e nove identidades foram reconhecidas, dentre elas, indígenas e quilombolas. É claro que isso não representa a totalidade, havendo muitas outras que ainda não foram alcançadas, mas que permanecem produzindo suas histórias. Assim,

> O foco do mapeamento são grupos sociais que lutam contra as injustiças ambientais ocorridas em seus territórios, identidades de resistências que lutam para sair da invisibilidade e serem considerados nas políticas públicas deste Estado. (SILVA; SATO, 2012, p.12).

A intencionalidade desse trabalho vem na contramão do processo de exploração produzido pelo capitalismo, com "a expressiva e intensa exploração da natureza, incluindo os seres humanos", que tem levado a dizimação de variadas formas de vida pela constante ameaça aos sistemas ecológicos, seja através do desmatamento, da intervenção no leito dos rios, da instalação de micro e macro usinas, "pela monocultura, pela mineração, pelo uso de agrotóxicos, pela extinção da biodiversidade", enfim, "pelo processo de maximização do lucro frente às máximas explorações de riquezas naturais e humanas" (SILVA; SATO, 2012). As autoras ressaltam ainda,

> [...] que os povos indígenas de MT lutam pela demarcação e pela proteção de suas terras, pelo direito ao ambiente preservado, pela perpetuação de sua cultura, seus modos de vida e seus lugares sagrados; protestam contra a expansão das monoculturas, o envenenamento de seus rios e o uso de agrotóxicos no entorno de suas terras. Atualmente a implantação de pequenas usinas hidrelétricas (PCH) vem ameaçando ainda mais a integridade desses povos. Portanto, é emergencial construir políticas públicas eficientes que consigam proteger e manter as terras indígenas com infraestrutura, para que a diversidade da vida continue a pulsar nesses territórios identitários. A proteção das áreas em que esses povos habitam, é apenas um passo do amplo desafio das políticas públicas e dos organismos responsáveis para garantir a integridade

> desses povos e, ao mesmo tempo, propiciar condições para a autonomia de seus destinos. (SILVA; SATO, 2012, p. 25).

O que tem caracterizado o pensamento científico convencional – naquilo que se refere ao conceito de desenvolvimento, definiu como o "progresso". E tudo aquilo que não se enquadra nesse perfil é considerado atrasado e empecilho ao desenvolvimento. De acordo com Lacey (2012), isso provoca a erosão do conhecimento local (ou conhecimento tradicional, de culturas milenares) que foi desenvolvido e apropriado mediante a interação entre os seres humanos e a natureza, em cada tempo e ecossistema específico. Esta erosão é perceptível, por meio de um processo de imposição paulatina da ideia de progresso nas relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas vinculadas à “modernização”, com características a partir da identidade sociocultural ocidental.

Precisamos ter a clareza de que os saberes tradicionais se desenvolvem de forma em que se associa ambiente doméstico e grupo de trabalho, em intensa relação com a natureza, ao meio no qual está inserido. E que a “conduta reprodutiva rural” é o resultado de uma “acumulação de conhecimentos sobre o sistema de trabalho que não vem de livros e textos, mas da relação entre pessoas, ambiente e suas interações” (ITURRA, 1993). Assim, discutir sustentabilidade implica reconhecer a existência desses saberes, que são cumulativos e construídos na história de vida dessas pessoas. Desta forma, precisamos pensar em um processo de sustentabilidade que considere a “aprendizagem”, na construção de saberes adequados para impulsionar estilos de agricultura e manejo dos recursos naturais capazes de estabelecer patamares crescentes de sustentabilidade.

Sendo assim, precisamos mais do que um conceito de desenvolvimento, de sustentabilidade, de progresso; necessitamos construir um conjunto de ações que envolvam saberes ecológicos, de agronomia (e outros) que nos permitam, de forma coletiva, desenvolver processos sustentáveis de apropriação da natureza, que garantam a sobrevivência sem a depredação da mesma, pois meio ambiente e ser humano precisam caminhar juntos na direção da promoção da qualidade de vida, inclusão social e resgate da cidadania no campo, na busca de sustentabilidade.

Não é difícil se observar que, atualmente, na ganância da produção para atender o mercado econômico, as fábricas tem desenvolvido atividades industriais que lançam seus resíduos sobre o meio ambiente poluindo os rios, o ar, além de ter

gerado outros fatores negativos ao meio ambiente. A produção é definida pelo alto consumo e não pela necessidade, seu objetivo é atender ao aumento da demanda de consumo da população mundial. Para isso, a visão é atender o mercado consumidor sem avaliar os impactos ambientais gerados durante o processo produtivo e nem as consequências provocadas pelo acumulo de lixo no ambiente.

Práticas de sustentabilidade não se dão apenas no âmbito do plantio, pois a forma como se lida com o solo (desmatamento, preparação para recebimento das sementes da agricultura ou da pecuária, práticas culturais e de conservação, fertilização, correções e outras), pois a forma como o ser humano age no ecossistema pode estar relacionada às perdas que o mesmo possa ter. O uso ou o manejo dos solos possibilitam manter e/ou melhorar a sua produtividade, favorecendo uma produção economicamente viável e sustentável. Desta forma, o manejo correto do solo pode favorecer a conservação do mesmo. A utilização excessiva de implementos de discos e a ausência de práticas conservacionistas degradam o solo e acabam afetando, também, as nascentes e o leito dos rios.

3 O POVO XAVANTE E A PRODUÇÃO AMPLIADA DA VIDA

A história do povo indígena é marcada por massacres e opressão. No Brasil, ainda é assim, muitos povos têm sido expulsos de suas terras tradicionais para darem lugar ao “progresso”, ao “desenvolvimento” (como se esses povos fossem atrasados e que impedissem o desenvolvimento, tendo o modelo capitalista como o ideal e único). A hostilização aos Povos Indígenas pode ser observada quando analisamos as frentes de expansão das propriedades privadas, para a “ocupação” das áreas “desabitadas” no estado, expulsando segmentos populacionais tradicionais da região, como indígenas, posseiros e extrativistas minerais e vegetais.

Em Mato Grosso não foi e nem é diferente. O processo de colonização de Mato Grosso afetou negativamente os povos indígenas que habitam este estado desde tempos imemoriais, provocando mortes, extinção e destruição de culturas. É evidente que no processo de colonização de Mato Grosso, o propósito do governo e do capital privado era o de priorizar a disponibilização de terras e a implantação de infraestrutura que efetivasse o projeto de expansão do capitalismo da região. As políticas de Estado intensificam a exploração material e humana, a precarização da

vida dos seres em geral e na constante ameaça aos sistemas ecológicos seja pelo desmatamento, pela intervenção no leito dos rios, pela instalação de pequenas e grandes centrais hidroelétricas, pela monocultura, pela mineração, pelo uso de agrotóxicos, pela extinção da biodiversidade, enfim, pelo processo de maximização do lucro frente à máxima exploração de riquezas naturais e humanas, sem considerar as mazelas daí oriundas.

Assim, quando pensamos em sustentabilidade, buscamos estratégias que favoreçam o desenvolvimento apoiado nos conhecimentos, costume e cultura do Povo Xavante entrelaçado com o ecossistema no qual estão inseridos, numa lógica totalmente diferente daquela adotada pelo sistema capitalista que tem trazido muitos prejuízos à vida, causando a devastação e a morte dos rios, da terra e da natureza. Requer a compreensão de que o Povo Xavante está submetido a um contexto específico, cuja socialização se dá mediante processo de aprendizagem, experiência dos mais velhos, mas que buscamos a mediação de conhecimentos produzidos historicamente pelo homem e que estão presentes no entorno e dentro das aldeias.

O povo Xavante de Marãiwatsédé vivia numa área de transição do cerrado com a floresta amazônica, bastante fértil e diversa. Era o único grupo A'uwe-Xavante a habitar e utilizar as matas de transição, localizado na região mais ao norte do território habitado pelos outros A'uwe-Xavante, entre os rios Tapirapé (ao norte), Araguaia (leste) e Xingu (oeste), fazendo limite ao sul pelo território ocupado por outro grupo xavante, de Wedezé.

A existência desse povo e a tentativa da produção ampliada da vida do mesmo só são possíveis por meio de saberes e conhecimentos organizados por eles e que persistem e são passados de geração a geração oralmente. Mesmo tendo passado por outras realidades, esse povo consegue preservar determinada cultura, saberes, maneiras de existir que lhes permite a reconstrução de sua existência a partir dos seus interesses e que não se perderam ao longo dos tempos. Os povos indígenas possuem uma existência milenar intrínseca à natureza, fazem desta sua cultura. Ela não é inerente apenas às mulheres e aos homens, mas a todos os seres; isso inclui uma relação entres mulheres, plantas, astros, animais, crianças, xamãs, símbolos, homens, montanhas, seres superiores e místicos.

Num sistema de produção da vida onde não se prime pelas relações que o ser humano estabelece com a natureza e com os seus pares, a centralidade

estará na produção de mercadorias e no lucro, como é o caso do sistema capitalista. Esse sistema aliena homens e mulheres da sua condição humana: será apenas como um “meio” para se atingir os interesses do capital (ao vender a sua força de trabalho), subjugando o seu ser social, que o caracteriza enquanto ser humano. De acordo com Marx (2003), o trabalho é a categoria capaz de propiciar o pleno desenvolvimento do ser humano.

No sistema capitalista, quanto mais o ser humano desenvolve a sua produção mais se vê escravo das coisas que criou e escravos uns dos outros. Sob outro prisma, acerca da natureza em geral, Marx (1985) entende que é comum a todos os seres vivos se relacionarem com a Natureza externa e realizarem, assim, o seu processo vital. O ser humano também é um ser natural, e como tal deve, necessariamente, realizar o seu processo vital se relacionando com a Natureza para dela extrair os meios necessários a sua vida. De acordo com Marx (1985),

> O homem — ou melhor, os homens — realizam trabalho, isto é, criam e reproduzem sua existência na prática diária, ao respirar, ao buscar alimento, abrigo, amor, etc. Fazem isto atuando na natureza, tirando da natureza (e, às vezes, transformando-a conscientemente) com este propósito. Esta interação entre o homem e a natureza é — e ao mesmo tempo produz — a evolução social. Retirar algo da natureza, ou determinar um tipo de uso para alguma parte da natureza (inclusive o próprio corpo) pode ser considerado e é o que acontece na linguagem comum, uma apropriação, que é, pois, originalmente, apenas um aspecto do trabalho. (MARX, 1985, p. 16)

O ser humano realiza essa interação com a Natureza de forma única: ele é capaz de conceber as coisas em seu cérebro e materializa-las utilizando-se dos elementos da Natureza para construir coisas que não existiam antes da ação humana, pois “põe em movimento as forças naturais do seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana”. (Marx, 1985, p. 202). Essa atividade vital e humana tem um nome específico: trabalho. Segundo Marx (1985), qualquer ato de trabalho é uma “atividade produtiva de um determinado tipo, que visa a um objetivo determinado”. Para ele, o trabalho “é a condição da existência humana, independente de qual seja a forma de sociedade; é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre o homem e natureza e, portanto, a própria vida humana”.

Ao desenvolver a produção ampliada da vida, o ser humano produz conhecimento/saberes. Dentre os saberes reconhecidos, ressaltamos a experiência singular com a terra, a transmissão cultural (costumes, tradições, saberes sobre o trabalho), a autogestão do processo de trabalho. Alguns dos saberes desses "povos tradicionais" são provenientes da relação homem/natureza – como a cura de doenças/enfermidades pela utilização de ervas, raízes e plantas – consiste na preservação da cultura decorrente dessa relação e acontece oralmente de geração a geração. Marx ressalta que,

> A terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da comunidade. As relações do homem com a terra são ingênuas: eles se consideram como seus proprietários comunais, ou seja, membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. (MARX, 1985, p.67)

É nessa perspectiva que Thompson (1981) propõe a utilização da categoria "experiência" para a análise da realidade histórico-social. A categoria experiência permite perceber a relação intrínseca entre os fatores econômicos, sociais e culturais. Pela experiência que esses homens e mulheres vivenciam no seu dia a dia, "podem reproduzir práticas, pensamentos e sentimentos dominantes, como também alterá-los, dar-lhes novo significado e mesmo transformá-los". (THOMPSON, 1981, p. 97).

É pela experiência que os seres humanos se tornam sujeitos de sua vida, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, "Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa (THOMPSON, 1981, p. 99)". Para ele, [...] a experiência compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. (THOMPSON, 1981, p.15).

Thompson destaca ainda que as pessoas vivem suas experiências como sentimentos e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, na arte ou nas convicções religiosas. Ao refletir sobre a experiência, Thompson (1981) afirma que a transformação histórica acontece pelo fato das relações produtivas serem vividas na vida social e cultural, por repercutirem nas ideias e valores humanos, além de serem

questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas; os valores e ideias são aprendidos na experiência vivida e estão sujeitos à determinação do que é vivido. Ou seja, na produção ampliada da vida, e é por meio dessa experiência que se é possível vislumbrar outras perspectivas de vida.

Em Marãiwatsédé, a organização social, a divisão do trabalho, o trabalho na terra, a confecção e o cuidado da moradia, a educação das crianças, a integração dos anciões, as relações de parentesco, o ritmo de vida, a hierarquia política, os significados atribuídos às manifestações culturais e mesmo as 'leis' do convívio interno e externo à comunidade/povo são construções coletivas e ocorrem de maneiras distintas em cada uma delas, seguindo sua acepção histórica. Conforme afirma o cacique, do Povo Xavante, Damião Paridzane,

> Dentro da tradição na nossa terra tem o inhame, um pouquinho de caça, que quase acabou por conta da ação dos invasores. Sempre digo: índio não pode esquecer a tradição. E nós nunca acabamos por isso. Meu pai faleceu, mas fui criado sem sair da tradição. Essa é a origem do índio no Brasil. (ESTRELA; SANTANA, S/D)

Além do mais, é essa relação com a natureza que dá sentido à própria existência, que os identifica e assegura sua sobrevivência. Ao ser questionado sobre a viabilidade da existência e da produção da vida em Marãiwatsédé, após passar por intenso processo de degradação do solo e extinção dos animais, o cacique Damião Paridzané afirma que

> Foi os "waradzú" (os não índios) que destruiu a mata, não foi nós. Ele fala que não vai nascer mais, que acabou tudo, tá destruído. Ele não sabe, não entende, mas debaixo da terra está a raiz das plantas, da mata que está tudo verde. Pode demora cinco anos, seis anos, sete anos... aí brota, nasce de novo, começa a dar fruta, os bicho chega mais perto da aldeia. Os bicho tá na mata escondido, caçando comida, quando brotá, os bicho volta, chega mais perto da aldeia... (cacique Damião Paridzané).

Para ele, a terra não é só dele, a sua luta não foi só para ele voltar, foi para que seus netos, bisnetos... tivessem a terra de volta, para viver na terra - mesmo que ele não esteja ali, quando tudo voltar como era antes - seus descendentes estarão. Ainda, eles socializam o prazer/a satisfação em trabalhar na terra, que não é apenas um espaço de produção de alimentos, a terra faz parte das suas vidas. Esses saberes acabam por instituir uma tradição transmitida entre as gerações. Segundo Thompson (1998, p.18), essas "tradições se perpetuam em

grande parte mediante à transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares".

4 SABERES INDÍGENAS E A AGROECOLOGIA

Refletir sobre a produção ampliada da vida do Povo Xavante de Marãiwatsédé remete a diversas possibilidades, pois ela não se relaciona apenas à produção de alimentos ou da sobrevivência desse povo e as mesmas não se reduzem apenas vida material (subsistência física, biológica), inclui-se, também, a vida imaterial (relações sociais, culturais, afetivas, espirituais...), sem as quais o ser humano é incompleto e a vida humana simplesmente não seria possível. É preciso pensar na viabilidade de ideias que ofereçam a esse povo melhor qualidade de vida conciliada com a natureza, evitando que os recursos naturais se tornem escassos ou extintos para as gerações futuras. O ser humano é parte integrante da natureza e como tal não está acima das leis naturais. São as leis naturais que determinam as necessidades humanas e não os seus gostos ou preferências.

Ao se pensar em outras possibilidades de produção da existência, são perspectivas apoiadas nos conhecimentos tradicionais, costume e cultura do Povo Xavante entrelaçado com o ecossistema no qual ele está inserido, numa lógica totalmente diferente daquela adotada pelo sistema capitalista que tem trazido muitos prejuízos à vida, causando a devastação e a morte dos rios, da terra e da natureza. Requer a compreensão de que o Povo Xavante está submetido a um contexto específico, cuja socialização se dá mediante processo de aprendizagem – pelo conhecimento e experiência dos mais velhos – numa relação de mediação de conhecimentos produzidos historicamente pelo homem e que estão presentes no entorno e dentro das aldeias.

Nesse sentido, pensamos que a Agroecologia pode oferecer ferramentas importantes na construção desse processo de reconstrução da vida em Marãiwatsédé, pois ela se refere ao estudo de fenômenos ecológicos que ocorrem no âmbito dos cultivos, proporcionando uma produção sustentável. Na busca dessas alternativas, a Agroecologia nasce como uma ciência que visa apoiar formas mais sustentáveis de se produzir, que cause menos impacto e que visa uma relação mais harmoniosa entre o ser humano e a natureza. No entanto, é preciso se ter certo cuidado, pois a palavra Agroecologia tem sido utilizada de diversas formas e pode

ser que se confunda com mais um modelo de produção agrícola ou simplesmente como forma de produzir alimentos em que se substitui ou elimine a utilização de defensivos e insumos químicos. Isto porque,

> A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossubsistência e a segurança alimentar das comunidades rurais. A Agroecologia é terra, instrumento e alma da produção, onde se plantam novas sementes do saber e do conhecimento, onde enraíza o saber no ser e na terra; é o caldeirão onde se amalgamam saberes e conhecimentos, ciências, tecnologias e práticas, artes e ofícios no forjamento de um novo paradigma produtivo. (LEFF, 2002, p. 2)

Assim, a agroecologia é um confronto direto com a agricultura produtivista. A Articulação Nacional de Agroecologia (2002, 2006) defende que esta agricultura deve desaparecer, pois provoca a exclusão social, promove a violência no campo, o êxodo rural e o desemprego urbano; provoca degradação ambiental, por meio do uso de produtos tóxicos, pela substituição da biodiversidade por grandes áreas de monocultura, pela exaustão de solos e dos recursos hídricos; é dependente de grandes “inputs” externos como a irrigação, os agrotóxicos, as sementes de empresas e as rações animais; desagrega as culturas dos povos tradicionais e contribui para a insegurança alimentar. A agroecologia propõe reduzir e romper com a agricultura produtivista.

Outro aspecto a ser considerado quando nos propomos discutir a construção da existência dos povos indígenas é a temporalidade cíclica que, de acordo com Medina (2008), aparece como contraponto à temporalidade linear, composta por passado-presente-futuro, condiciona os ideais de progresso e desenvolvimento. Como oposição a essa forma de se construir a existência, alguns estudos tem apontado alternativas vivenciadas pelos povos indígenas, principalmente na América Latina (ACOSTA, 2008), (GUDYNAS, 2011), (CHOQUEHUANCA, 2010), (LARREA, 2010), (TORTOSA, 2001), (DÁVALOS, 2008), entre outros. Essa vivência dos povos indígenas tem se apresentado como a desconstrução da monocultura, da temporalidade linear e progressiva que parece tornar mais plausível o projeto de desconstrução do progresso enquanto projeto social único e universal, apontando para a possibilidade de uma nova convivência social.

A construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento predominante deve ser um processo de “baixo para cima”, democrático e no qual a sociedade é protagonista (KALLIS 2011). Este processo de desenvolvimento local deve partir do resgate da cultura, dos valores e do modo de vida próprio de cada povo e na racionalidade ecológica da agricultura tradicional. O resgate e a conservação de sementes crioulas e de raças animais locais e a diversificação dos sistemas produtivos, a valorização do autoconsumo e o resgate de culturas alimentares são enfatizadas no processo de desenvolvimento local com base agroecológica (ALTIERI 2012; ANA 2006; 2002; SEVILLA GUSMÁN 2001). De acordo com Leff (2002),

> Para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável e produtiva, a agroecologia orienta práticas de: aproveitamento da energia solar através da fotossíntese; manejo do solo como um organismo vivo; manejo de processos ecológicos – como sucessão vegetal, ciclos minerais e relações predador–praga; cultivos múltiplos e sua associação com espécies silvestres, de modo a elevar a biodiversidade dos agro ecossistemas; e ciclagem da biomassa – incluindo os resíduos urbanos. Dessa forma, o saber agroecológico contribui para a construção de um novo paradigma produtivo ao mostrar a possibilidade de produzir ‘com a natureza. (Leff, 2002, p. 44).

A vivência dos povos indígenas tem se apresentado como a desconstrução da monocultura, da temporalidade linear e progressiva que parece tornar mais plausível o projeto de desconstrução do progresso enquanto projeto social único e universal, apontando para a possibilidade de uma nova convivência social. E que para Guhur e Toná (2012),

> [...] a agroecologia exige que o camponês passe a assumir uma posição ativa, de pesquisador das especificidades de seu agro ecossistema, para desenvolver tecnologias apropriadas não só às condições locais de solo, relevo, clima e vegetação, mas também às interações ecológicas, sociais, econômicas e culturais. Na perspectiva da agroecologia, essa não pode ser tarefa de especialistas isolados. A agroecologia exige conhecer a dinâmica da natureza e, ao mesmo tempo, agir para a sua transformação. (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 64)

Nesse sentido, ao pensarmos em sustentabilidade, vislumbramos que a Agroecologia pode nos oferecer ferramentas importantes no processo de (re) construção ampliada da vida em Marãiwatsédé, pois ela se refere ao estudo de fenômenos ecológicos que ocorrem no âmbito dos cultivos, proporcionando uma

produção sustentável. Segundo Altieri (1989), ela preocupa-se com “a otimização do agro ecossistema como um todo, o que implica maior ênfase no conhecimento, análise e interpretação das complexas interações existentes entre as pessoas, os cultivos, os solos e os animais. (ALTIERI, 1989, p. 45)”.

Desta maneira, buscamos no uso das tecnologias instrumentos que favoreçam a sobrevivência do Povo Xavante, mas sem ignorar a interação com a natureza e os demais seres vivos, pensando também nas gerações futuras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, procuramos discorrer sobre questões que podem orientar o debate e suscitar reflexões reafirmando a necessidade de mudanças no âmbito da produção da existência humana, tendo como meta a busca de uma sociedade igualitária, onde homens e mulheres sejam respeitados na sua diversidade social, cultural e ideológica e onde os discursos não se reduzam apenas a uma evolução da linguagem etnocêntrica. A agroecologia é uma possibilidade de busca para se construir uma sociedade de sustentação da vida, na qual o objetivo deixa de ser a produção para o lucro, passando a ser uma busca para a emancipação humana.

Com o modelo econômico atual, a indústria de produção é quem cria as necessidades do ser humano a fim de aumentar o consumo. Ou seja, a estratégia do capital é que com a criação dessas necessidades fictícias para as pessoas elas passam a depender desse sistema de produção. Depois das necessidades criadas, a indústria domina as vontades e interesses das pessoas sugerindo que apenas os bens e serviços produzidos por ela é que são capazes de atender essas necessidades. Há uma inversão de valores em que as necessidades reais do ser humano são substituídas pelas necessidades criadas pela indústria, pelo desenvolvimento econômico infinito, em que os valores de uso são substituídos pelos valores de troca em busca de um consumo interminável. A reflexão que precisa ser feita é sobre quais são as necessidades reais do ser humano.

Na realidade, da forma como a sociedade está organizada: sob o prisma do crescimento ilimitado - ela está condenada ao fracasso, pois é impossível crescer indefinidamente, independente de qual seja a qualidade desse crescimento. Talvez, o que precisamos buscar seja um modo de viver cuja preocupação com o desenvolvimento social não seja para último plano, presente apenas por meio de

mecanismos compensatórios, que seja uma lógica que implique e estimule a cooperação e a reciprocidade, em benefício da equidade e da justiça social.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro. PTA/FASE, 1989.

CAVALCANTI, Clóvis. (Org.) et. al. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CRUZ, Valter Povos e comunidades tradicionais do Carmo. In: CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO. Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DIEGUES, Antonio C. S.**O mito moderno da natureza intocada**, Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, São Paulo, 2000.

ESTRELA**,** Lua; SANTANA, Renato./Cimi. **Povo xavante declara guerra contra segunda expulsão da terra Indígena Marãiwatsédé.** Disponível em: http://www.sunnet.com.br/sociedade-em-a-mainmenu-123/4496.html. S/D. Acesso: 27/03/2018.

LEFF , E. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.

MARX, Karl. **O Capital, Crítica da Economia Política**. Tradução Reginaldo Sant'anna. São Paulo: DIFEL, 1985.

NEVES, Camila Emanuella Pereira. CAETANO, Edson. SILVA, Marília de Almeida. A produção da vida material e imaterial em comunidades chiquitanas e quilombolas em Mato Grosso: uma nova/velha forma de existência. **Polis** [En línea], 40 | 2015, Publicado el 16 mayo 2015, consultado em 20 de novembro de 2017. URL : http://polis.revues.org/10699.

SILVA, Regina; SATO, Michèle. **Mapa social**: mapeando os grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil. Cuiabá/MT: UFMT, 2012. 64p.

THOMPSOM, Edward P., **Costumes em comum, Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, Companhia da Letra, São Paulo, 1998.

ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DO RECÔNCAVO BAIANO – ACRB: UM ESTUDO DE CASO DOS LIMITES E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Neilma Brito Borges[73]; Felipe Rodrigues Bomfim[74]

RESUMO: O objetivo principal desse estudo é investigar a participação/contribuição da mulher na Associação de Catadores do Recôncavo Baiano – ACRB sua interface com a economia solidária no território. Para tanto elegemos como questão norteadora: quais os limites e desafios da participação/contribuição das mulheres na ACRB na perspectiva da economia solidária? Para responder à questão inquietante da pesquisa, optamos pelo método de estudo de caso, utilizando como instrumento de coleta de dados a pesquisa documental e a aplicação de questionário. Os resíduos sólidos têm se constituído em problemas cruciais na contemporaneidade. Some-se a isso a questão tecnológica que despeja toneladas de resíduos no solo, comprometendo a qualidade do solo e a produção que provém dele. Para atingir os objetivos da pesquisa utilizaremos como referencial teórico Hempe e Noguera (2011), que consideram que os resíduos sólidos urbanos são consequência do crescimento populacional e do consumo. Outro teórico, cotejado nesse estudo dentre outros, será Rabêlo (2007), com a concepção de que esses materiais são constituídos desde o lixo comum, produzido, por exemplo, nas residências e comércio, até resíduos especiais e perigosos derivados das indústrias e hospitais. Dois são os motivos que nos instigam ao estudo: o primeiro é representado pela minha experiência, na ACRB, como estagiária voluntária no setor administrativo/financeiro que possibilitou o conhecimento do processo sistêmico da instituição. O segundo é poder contribuir para a análise da participação da mulher na economia solidária e, em especial, ACRB. Essa associação foi originada pelo projeto Reciclando Vidas, uma entidade sem fins lucrativos, criada pela Cáritas Brasileira. Os incentivos de entes federativos (Município, Estado e Nação) não são ainda adequados para aplicação de políticas públicas visando retirar estas mulheres trabalhadoras da condição de insivualizadas. Aliada às políticas públicas, podemos pensar na conscientização da população santo-antoniense através de educação ambiental que promova a valorização destas profissionais.

Palavras-chave: Economia Solidária. Mulher Catadora. Limites e Desafios.

1 INTRODUÇÃO

O estudo no campo da Economia Popular Solidária tem alcançado cada vez mais destaque e importância nos negócios. Conceitualmente, a Economia Popular Solidária se baseia na ideia de que os benefícios da atividade econômica

[73] Graduanda em Administração pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Estagiária da Associação de Catadores do Recôncavo Baiano – ACRB. neilmabborges@gmail.com.
[74] Doutor em Difusão do Conhecimento (UFBA); Mestre em Economia (UFBA); Especialista em Gestão da Educação Contemporânea (UNEB); Graduado em Economia (UCSAL). Professor da UNEB. Coordenador do Núcleo de Pesquisa Ensino e Extensão – NUPE da UNEB. fbomfim@uneb.br.

devem estar ao alcance daqueles que a realizam, ou seja, dos trabalhadores. Seus fundamentos são o humanismo, a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a racionalidade. As primeiras iniciativas se deram em forma de cooperativas em busca de recuperar o trabalho e a autonomia econômica, perdidos em nome da lógica capitalista (SINGER, 2002).

O desenvolvimento industrial colaborou para o crescimento populacional desordenado das cidades, consequentemente, estimulou o aumento da produção de Resíduos Sólidos Urbanos – RSU. Esse processo é diretamente proporcional à população: quanto maior for, mais lixo será produzido. Diante disso, exigiu-se o manejo adequado desses materiais, visto que, se não for realizado corretamente, pode gerar graves problemas econômicos e socioambientais.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT define o lixo como os "restos das atividades humanas, considerados pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis, podendo-se apresentar no estado sólido, semi-sólido ou líquido, desde que não seja passível de tratamento convencional." Sua origem pode ser domiciliar, industrial, hospitalar e o lixo deste século: o tecnológico.

No Brasil, a disposição final desses materiais nem sempre ocorre de maneira adequada, gerando efeitos negativos, tanto para o meio ambiente, como a poluição de rios e do solo, quanto para a população, como doenças. Por isso, é necessário gerenciar o lixo de forma integrada, o que demanda trabalhar em conjunto os aspectos sociais com o planejamento das ações técnicas e operacionais do sistema de limpeza urbana.

Nesse cenário, a reciclagem é fundamental para diminuir os impactos ambientais no planeta. Ao reciclar, economizamos recursos naturais não renováveis e energia, geramos empregos diretos ou indiretos e evitamos o depósito de materiais tóxicos e/ou de difícil decomposição no ambiente. Ainda mais importante do que esse processo em si, são os agentes que estão por trás dele.

Estes são os catadores de materiais recicláveis. Em seu trabalho, realizam um serviço de utilidade pública, visto que com a coleta do lixo e sua venda para reciclagem, diminuem a quantidade de materiais que, caso fossem descartados, ocupariam espaço no ambiente, aumentando o volume de resíduos e diminuindo a vida útil desses espaços destinados ao descarte.

Não obstante, essa categoria laboral não usufrui do reconhecimento social e sofre preconceito e descaso, devido ao estigma de estar em constante contato, em primeiro instante, com o que foi descartado, o lixo.

Um fator que agrava ainda mais as condições de quem tem como meio de vida a atividade de catação, refere-se à divisão de gênero. Quando se fala nesta estratificação, Sobral et al (2009), diz que é necessário que estejamos cientes de que discutir gênero vai para além da distinção sexual, é uma concepção construída socialmente e que procura compreender as relações de poder determinadas entre elas.

A pesquisa por se fixar no território do recôncavo, trará algumas definições e conceitos sobre esse território de identidade e a situação dos resíduos sólidos nesse espaço de poder. Para Cruz et al. (2011), o território é mais do que um espaço físico, é resultado das relações sociais que o constitui. A pluralidade dessas relações constrói uma identidade para cada espaço, o que possibilita a classificação do estado baiano em Territórios de Identidade, expressão criada pelo geógrafo baiano Prof.º Milton Santos.

Ressalta-se que este estudo não se propõe criticar ou combater o modo de produção capitalista, muito menos se ater às suas dificuldades de combater a miséria e a exclusão social. O objetivo principal desse estudo é investigar a participação/contribuição da mulher na Associação de Catadores do Recôncavo Baiano – ACRB e sua interface com a economia solidária no território.

Para tanto elegemos como questão norteadora: quais os limites e desafios da participação/contribuição das mulheres na ACRB na perspectiva da economia solidária? Sendo assim, optou-se pela pesquisa quali-quantitativa e o estudo de caso como métodos de investigação, no qual lançou-se de técnicas de coleta de dados, como a revisão bibliográfica, a observação participante e formulários. Este foi constituído por questões abertas e fechadas aplicados as catadoras atuantes da ACRB, compondo um total de 3 agentes.

Este empreendimento situa-se na cidade de Santo Antônio de Jesus, Bahia. Seu papel é fundamental na sociedade local, na medida em que atua com coleta seletiva, triagem, classificação e comercialização dos resíduos sólidos, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento sustentável.

O artigo foi dividido em seis capítulos. No primeiro, apresentaremos o Recôncavo Baiano como Território de Identidade. Na seção seguinte, discorremos sobre os aspectos demográficos e socioeconômicos da cidade de Santo Antônio de Jesus – BA. Posteriormente, discutiremos sobre a Associação de Catadores de Resíduos Recicláveis do Recôncavo Baiano – ACRB, traçando o perfil socioeconômico das associadas e os limites e desafios que permeiam seu trabalho. Em seguida, faremos uma breve contextualização teórica sobre a Economia Solidária e os Resíduos Sólidos no município de Santo Antônio de Jesus/BA. No quinto capítulo, abortaremos sobre o aspecto da distinção de gênero no universo da catação. E por último, faremos as considerações.

2. RECÔNCAVO BAIANO COMO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

O conceito de território é diferente de espaço. Não só diferente, como lhe é posterior; deriva do espaço. Assim, para existir território, teríamos: espaço(s), ator(s) e poder(s). Podemos ensaiar as características comuns ao território: possuir área, recursos, povo, poder, limites e fronteiras. Estes elementos entram em jogo para definir o território, uma vez que são alvos diretos ou indiretos dos atores e seus poderes.

A noção de território é imprescindível à compreensão do mundo contemporâneo. Dito isto, ele é uma ferramenta útil para captar as diferentes maneiras de apropriação do espaço, seu uso e ocupação. Auxilia-nos a compreender as relações de poder existentes na sociedade e que justificaram sua delimitação em certos momentos históricos, assim como sua alteração e acréscimos ao longo do tempo.

Para Raffestin (1993), as relações de poder estão na origem do território, “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Santos e Becker (2007), complementam essa definição ao falar que o território é “[...] o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

Percebe-se que, de acordo com os autores, o termo território aponta como palco de sentimentos de pertencimento e /ou identidade das pessoas em relação aos locais em que vivem. O sentimento de pertencimento a um território pode ser compreendido se conhecermos as inter-relações estabelecidas entre diferentes aspectos desse território, por exemplo, como se deu sua construção sócio histórica, sua produção material e imaterial, política e economia.

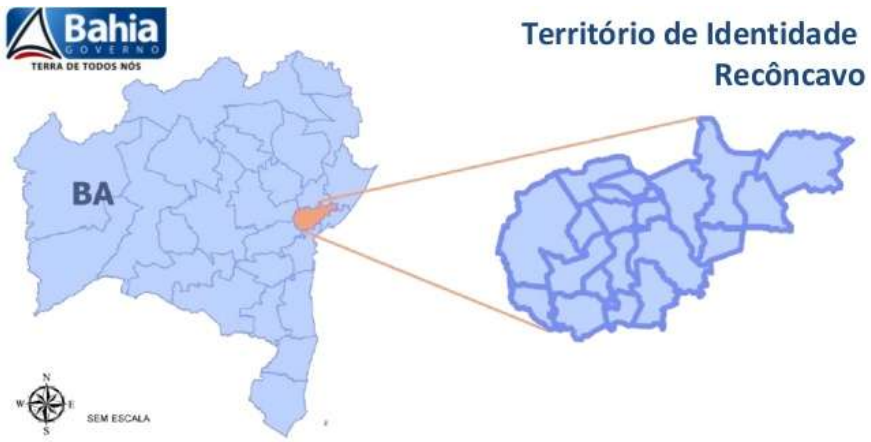
Inspirado nesse pensamento, o governo do Estado dividiu a Bahia em 27 Territórios de Identidades. Dessa forma, essas unidades são descritas como

> o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial. (BAHIA, 2010, Decreto 12.354, art. 1º)

Essa classificação tem como objetivo identificar prioridades, determinadas a partir de cada local, com a perspectiva de proporcionar o desenvolvimento econômico e social.

Um desses territórios é o Recôncavo. Situa-se em torno da Baía de Todos os Santos, estado da Bahia, como mostra o mapa 2. Parte da região metropolitana de Salvador, capital do estado, também pertence a esse território. O significado da denominação vem do formato côncavo e da parte, também, côncava, do litoral baiano. Por isso o nome re-côncavo.

Figura 1 - Território de identidade Recôncavo Baiano/Brasil/2013



Fonte: AZEVEDO (2013).

O recôncavo é composto por 20 municípios, abrangendo uma área de 5.221,201 mil km² e possui uma população de 633.165 mil habitantes, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2017. Santo Antônio de Jesus (103.342), Cruz das Almas (64.932), Santo Amaro (61.691) e Maragogipe (46.260) são os municípios mais populosos do recôncavo, abrangendo uma população de 322.322 habitantes, representando aproximadamente 51% do total.

Esse território é caracterizado por uma ampla diversidade cultural e econômica. Nesse contexto é que Santo Antônio de Jesus se insere na discussão de resíduos sólidos, a partir da Associação de Catadores de Resíduos Recicláveis do Recôncavo – ACRB. Sua localização estratégica favorece seus afiliados na logística aplicada desde a entrada de materiais, armazenamento, transporte e distribuição, além da entrega voluntária de RSU pela comunidade.

3 SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS

O município de Santo Antônio de Jesus situa-se no Recôncavo Sul, na região Centro-leste do estado da Bahia. Considerado um dos polos comerciais mais importante da região, localiza-se aproximadamente a 190 Km de Salvador (por via terrestre). Á margem da BR-101, limita-se com os municípios de Aratuípe, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Laje, Muniz Ferreira, Nazaré, São Felipe, São Miguel das Matas e Varzedo.

Os dados da tabela 01 trazem alguns aspectos demográficos e socioeconômicos do município de Santo Antônio de Jesus.

Quadro 01 – Aspectos socioeconômicos do município de Santo Antônio de Jesus/BA 2018

População (hab.) (IBGE/2017)	103.342
Extensão territorial (km²) (IBGE/2017)	268,763
Densidade (hab./km²)	384,51
PIB (IBGE/2015)	R$ 1 882 647 mil
PIB PER CAPITA (IBGE/2015)	R$ 18 539,48
Situação geográfica	Recôncavo Sul
Principal economia	Comércio e serviços

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 29 maio 2018.

É apresentado a população local, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), estima-se que seja de 103.342 habitantes. Acredita-se que os fatores que mais tem contribuído para o aumento populacional desse território são o comércio intenso e a implantação e implementação de instituições de ensino superior, tanto da iniciativa privada como do setor público.

Consta que a extensão territorial de Santo Antônio de Jesus é de 268,763 km², de acordo com o IBGE 2017. Podemos dizer que a densidade do município é de 384,51 hab./km², tendo como principal economia o comércio e serviços.

Seu Produto Interno Bruto – PIB em 2015, segundo o IBGE, é considerável, isto devido à sua produção comercial (73,08%) e industrial (21,30%) e agricultura (5,89%), que atende a uma significativa população.

4 ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DO RECÔNCAVO BAIANO – ACRB: PERFIL SOCIOÊCOMICO E OS LIMITES E DESAFIOS DAS MULHERES CATADORAS

A Associação de Catadores do Recôncavo Baiano – ACRB localiza-se na cidade de Santo Antônio de Jesus – BA. Até o momento é a única empresa registrada na cidade nesse ramo de serviço. No entanto, há grupos informais que realizam atividades similares, a exemplo, do Recicla Santo Antônio, que corresponde a um grupo de remanescentes do aterro sanitário municipal.

Criada desde 2009, a ACRB foi originada pelo projeto Reciclando Vidas, uma entidade sem fins lucrativos, criada pela Cáritas Brasileira. É composta por cerca de 10 a 25 associados atuantes, sendo destes, 3 mulheres. Esta variação se dá, principalmente, porque seus integrantes encontram trabalhos temporários fora da atividade de catação e, por isso, mesmo estando associado, alguns migram para outras atividades, como vendedor de picolé e serviços gerais e domésticos, com intuito de complementar o orçamento.

A pesquisa possibilitou traçar o perfil socioeconômico das catadoras da ACRB, em 2018, como mostra os dados do quadro 02. As variáveis analisadas para esse levantamento foram relativas à: renda, grau de instrução, local de moradia, cor da pele, idade e carga horária destinada a este trabalho.

Quadro 02 – O perfil socioeconômico das catadoras da ACRB, no município de Santo Antônio de Jesus-BA/2018

Local de moradia	Bairros: Santa Madalena, Alto Santo Antônio e Cajueiro – Minha casa minha vida
Idade Média	50 anos
Cor	75% negros | 25% pardos
Escolaridade	1 cursou fundamental I completo | 1 cursou o fundamental incompleto | 1 nunca estudou
Renda média com o serviço de catação	R$483,00
Carga horária média	7,3 horas
Principais materiais coletados	Papelão, Pet, Ferro e latinha de alumínio
Principais bairros coletados	Centro, Amparo, Andaiá, Cajueiro, Maria Preta, Alto Sobradinho, São Benedito, Urbis I e Salgadeira

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Percebe-se que essas catadoras são moradoras do município de Santo Antônio de Jesus/BA, dos bairros Santa Madalena, Alto Santo Antônio e Cajueiro – Minha casa minha vida. Entendemos que estas áreas são periféricas dessa cidade, por se tratar de locais distantes das “zonas privilegiadas” e por terem baixos índices de desenvolvimento social, como fundamenta Silva e Santos (2011).

Foi constatado que 75% da amostra declararam ser negras e 25% pardos. Com relação a classe etária, a idade média das catadoras foi de 50 anos (mínimo 44 e máximo 66 anos), com desvio médio 3. Esse valor está acima da média da idade das pessoas que realizam essa atividade no Brasil, que está na faixa dos 39,4 anos, e da média do Nordeste, 38,3 anos, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013).

Foi feita uma análise de quais são os quatro principais materiais coletados pelas catadoras da ACRB. Entre eles, o que merece destaque é o papelão, compondo uma média de 40% do material coletado, sendo o mais recolhido por todos. Por ordem de quantidade, o que vem em seguida é a garrafa pet (21,66*%), o plástico (16, 67%) o ferro (16,67%) empatados e, por último, a latinha (5%).

Os principais bairros que são realizados a coleta desses materiais são: Centro, Amparo, Andaiá, Cajueiro, Maria Preta, Alto Sobradinho, São Benedito, Urbis I e Salgadeira. As catadoras possuem pontos fixos de coleta no comércio, que contribui para o serviço.

No tocante à renda dessas trabalhadoras, todas afirmaram possuir rendimentos inferiores a um salário mínimo. A menor renda mensal declarada foi de R$ 400,00 e a maior de R$ 500,00, com uma média de R$ 483,00. Se comparado com a renda média nacional de quem trabalha com esse serviço, em 2010, esse valor está abaixo, era de R$571,00 na época, e está acima, em nível regional, que possuía renda média de R$459,34, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013). Ressalta-se que o salário mínimo da época era de R$510,00. Para complementação da renda, não realizam nenhuma outra atividade no momento, na medida em que não surge algum serviço para isso.

A pesquisa proporcionou uma análise da escolaridade das cooperadas. Foi constatado que uma catadora cursou o ensino fundamental I completo (1ª a 4ª série) enquanto uma cursou o ensino fundamental I incompleto e uma nunca estudou. Observa-se que a totalidade da amostra possui baixa escolaridade, o que evidencia ainda mais a sua vulnerabilidade social.

O quadro 02 traz os principais limites e desafios que das catadoras de materiais recicláveis da ACRB enfrentam, em 2018. São dificuldades relacionadas principalmente a infraestrutura do galpão de triagem, exclusão social, pouco conhecimento em gestão de empreendimentos solidários, baixa escolaridade e idade avançada.

Quadro 03 – Principais limites e desafios das catadoras da ACRB, no município de Santo Antônio de Jesus-BA/2018

Melhorar a infraestrutura do local de triagem	Baixa escolaridade
“Disputa” com os atravessadores	Idade avançada
Melhorar as relações interpessoais entre os associados	Inexperiência em autogestão
Visibilizar os agentes desta atividade	

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Embora seja cedido pelo poder público, desde 2012, um dos desafios enfrentados pela ACRB é melhorar a infraestrutura do local de triagem. Esse espaço exerce um papel crucial na cadeia produtiva, facilitando a armazenagem, pesagem e a venda dos materiais coletados. No entanto, requer melhorias para atender todas as suas demandas, como, por exemplo, instalar energia elétrica e serviço de hidráulica.

Apesar da importância deste trabalho, as pessoas envolvidas ainda são tratadas de forma preconceituosa pela sociedade. Direta ou indiretamente, as catadoras de materiais recicláveis realizam o trabalho de limpeza urbana. Desempenham um papel fundamental na economia de recursos naturais, pois, quando o material é reutilizado através da reciclagem, deixa-se de utilizar novas matérias-primas.

Nesse ramo, outro desafio refere-se a “disputa” com os intermediários, como os atravessadores e indústrias de reciclagem. Estes ficam com a maior parcela do valor do material reciclado, enquanto a catadora recebe apenas uma pequena parte, é o que menos ganha.

5 BREVE DISCUSSÃO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E RESÍDUOS SÓLIDOS

A Economia Solidária é um modelo de produção que insere o ser humano no centro da atividade econômica através do fortalecimento das relações econômicas e sociais, e da valorização do trabalho. Segundo Teixeira e Gaiger (2014), a proposta dela (economia solidária) é proporcionar que àqueles que se encontram à margem do mercado de trabalho formal possam sobreviver, mais dignamente, num contexto capitalista.

Para Singer (2002), os princípios que sustentam a Economia Solidária são baseados na:

- A valorização social do trabalho humano;

- A satisfação das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade humana;

- Busca de uma relação harmoniosa com a natureza;

- Respeito aos valores da cooperação e solidariedade.

Devido ao significativo número de excluídos do mercado de trabalho formal, há a necessidade de criar outras e novas formas de inserção desses indivíduos na economia, e nesse cenário surgem práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

As principais iniciativas de economia solidária no Brasil estão em comunidades de pequenos agricultores, cooperativas de artesãos, cooperativas de

crédito e empreendimentos de reciclagem de lixo. É nesta esfera que se insere a Associação de Catadores de Resíduos Recicláveis do Recôncavo Baiano – ACRB, no município de Santo Antônio de Jesus. Este grupo está inserido em um contexto de informalidade e invisibilidade social, que, apesar de serem reconhecidos como profissionais desde 2002, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a sociedade, de modo geral, não dá a valorização devida.

Hempe e Noguera (2011) consideram que os resíduos sólidos urbanos são consequência do crescimento populacional e do consumo. Rabêlo (2007), diz que esses materiais são constituídos desde o lixo comum, produzido, por exemplo, nas residências e comércio, até resíduos especiais e perigosos derivados das indústrias e hospitais.

A empresa Copa Engenharia Ambiental nos informou que nesse território é coletado diariamente mais de 100 toneladas de resíduos sólidos. Ressalta-se que esses dados fazem referência a quatro tipos de RSU: varrição, podas e entulhos, orgânico e seletiva em dias comuns, já que nos períodos de festas pode chegar até a dobrar o quantitativo.

A Gestão Integrada e Sustentável de Resíduos Sólidos constitui-se como alternativa para gerenciamento equilibrado do desafio imposto pelo lixo nos ambientes urbanos. Esse sistema é composto por fases que envolvem desde a geração até a disposição final do lixo.

Diante disso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, instituída pela Lei nº 12.305/2010, regulamenta especificamente a destinação final do lixo no país. Seu objetivo é preservar o meio ambiente e a saúde humana, incentivando o descarte apropriado de forma compartilhada ao integrar poder público, iniciativa privada e cidadão.

A norma NBR 10.004 define critérios para a classificação desses resíduos de acordo com sua composição e características. É a partir desta classificação que se determina quais as destinações adequadas para cada tipo de resíduo.

Os principais destinos dos resíduos urbanos no Brasil são: o lixão, o aterro sanitário e o aterro controlado. A diferença básica entre eles é a forma de como os resíduos sólidos são depositados no ambiente. No lixão, o despejo é feito a céu aberto; no aterro controlado, o solo recebe uma cobertura; e no aterro sanitário, o solo é impermeabilizado.

Em Santo Antônio de Jesus, o local de depósito dos resíduos coletados diariamente é o aterro sanitário, localizado às margens da BA 046. Segundo Martins et al. (2016), esse lugar funciona desde o ano de 2000, originalmente se tratava de um lixão, mas a partir de 2011, por meio da concessão da prefeitura à empresa Copa Engenharia Ambiental, sofreu modificações, ganhando forma de aterro sanitário.

O aterro é o sistema de tratamento de lixo mais usado no Brasil atualmente. Nestes locais, o solo é preparado (impermeabilizado) para receber o lixo orgânico. Este é colocado em camadas intercaladas com terra, evitando assim o mau cheiro, contaminação e a proliferação de insetos e ratos. Escolher um local para esta finalidade não é tarefa simples, requer critérios técnicos, econômico-financeiros e político-sociais, como afirma Monteiro et al. (2001). A estratégia a ser adotada para a seleção da área do novo aterro consiste nos seguintes passos básicos:

- seleção preliminar das áreas disponíveis no município;
- estabelecimento do conjunto de critérios de seleção;
- definição de prioridades para o atendimento aos critérios estabelecidos;
- análise crítica de cada uma das áreas levantadas frente aos critérios estabelecidos e priorizados, selecionando-se aquela que atenda à maior parte das restrições através de seus atributos naturais.

6 BREVE DISCUSSÃO DE GÊNERO NA ACRB

Um aspecto que intensifica ainda mais as condições de quem tem como meio de vida a atividade de catação, refere-se à divisão de gênero. Quando se fala nesta estratificação, Sobral et al (2009), diz que é necessário que estejamos cientes de que discutir gênero vai para além da distinção sexual, é uma concepção construída socialmente e que procura compreender as relações de poder determinadas entre elas.

Para Scott (1989), esse conceito tem como núcleo o vínculo entre duas ideias: a de que o gênero é um saber característico das relações sociais fundamentado nas diferenças identificadas entre os sexos, e a de que ele estaria em uma relação imbricada à relações de poder.

Outra pensadora que colaborou com os estudos de gênero foi Beauvoir (1970). Esta assegura que foram os homens que sempre escreveram e estudaram sobre a natureza humana, por esse motivo o masculino foi empregado como o certo, a referência, “o homem é definido como ser humano e a mulher como fêmea: todas as vezes que ela se conduz como ser humano, afirma-se que ela imita o macho.” (BEAUVOIR, 1970, p. 72). Segundo essa lógica, para se alcançar a legítima igualdade, a mulher não deveria reproduzir o que o homem faz, nem se conformar com os rótulos que são lhe atribuído pela sociedade, de inferioridade, subordinação, considerando que muitos desses protótipos exigidos têm uma alta imunidade (inatingíveis).

Saffioti (1987), afirma que a sociedade atribui o espaço doméstico à mulher, investindo na naturalização deste processo. Ou seja, tenta acreditar que essa responsabilidade feminina (afazeres domésticos) deriva da sua capacidade de ser mãe, sua identidade social é, portanto, socialmente construída.

> (...)a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres (SAFFIOTI, 1987 p. 9).

Diante disso, o fato de ser mulher, em si, já traz consigo uma série de questões complexas, pautadas no patriarcado. Quando se é mulher e catadora, peculiaridades dessa diferença que se expressa na sociedade, se tornam ainda mais notórias.

Nesse universo, o trabalho das mulheres não se encerra necessariamente quando o expediente acaba – além de trabalharem na coleta de resíduos sólidos, muitas ainda precisam exercer o papel de mãe e, muitas vezes sozinhas, cuidam dos filhos e da casa. Para complementar a renda, às vezes, realizam outras atividades, tais como: manicure, costura, faxina e artesanato.

A falta de reconhecimento é o motivo principal da invisibilidade do trabalho feminino. Como catadoras de materiais recicláveis, isso é ainda mais nítido. Associado à divisão de gênero, a atividade de catação como meio de vida é marcada por estigmas sociais. Estes estão evidentes principalmente na relação feita da catadora com o próprio lixo, a noção deturpada de que por estarem catando pelas ruas, muitas vezes malvestidas, se constituem elementos perigosos, que

devem ser mantidas à distância, além de serem associadas a pessoas que sobrevivem do que é sobra, sobrevivem do lixo.

Hoje o mundo se depara com novos conceitos a cada momento. A discussão do feminismo vem tomando aspectos que se relacionam a uma sociologia emergente, tal qual outras discussões que abordam sociedade ditas periféricas, referimo-nos aos movimentos de negros e de indígenas. Numa perspectiva que vai para além da racionalidade indolente, para lembrar Boaventura Santos (2002), surge uma nova teoria que trata das especificidades do mundo feminino.

Uma outra perspectiva que merece consideração para a mulher no mercado de trabalho, é a crítica feita por Perrot (1992), aos pensamentos tradicionais da história econômica e social que beneficiaram o homem público. Ao longo de alguns séculos, a mulher viveu nas sombras, invisível ou excluída da história, associada ao espaço doméstico e ao cuidado dos filhos.

Essa concepção pode ser associada à realidade das mulheres catadoras de materiais recicláveis da ACRB, na medida em que sua inserção no mercado de trabalho é marcada por vulnerabilidade trabalhista, social e econômica. Essa conjuntura colabora para a intensificação da invisibilidade que essas profissionais são expostas.

Há de se ressaltar que o Estado brasileiro, muitas vezes, transfere as suas responsabilidades sociais para com os pobres para a sociedade civil e associações. (LIBÂNEO, 2016). A responsabilidade de correção/amenização das injustiças sociais é atributo específico do Estado.

7 CONSIDERAÇÕES

Com o crescimento das cidades, o desafio da limpeza urbana não se limita apenas na coleta do lixo, mas, principalmente, em dar um destino final adequado a ele. Se tratando do município de Santo Antônio de Jesus/BA, existe um grande de potencial para a reciclagem, pois, além de atender uma população com mais cem mil habitantes, fornece também seus produtos e serviços aos municípios vizinhos.

Diante disso, destacamos à importância dos catadores em uma gestão integrada dos resíduos sólidos, estabelecendo como alguns de seus princípios o

*"*reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania*"* e a *"*responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos*"* (REPÚBLICA, Lei nº 12.305/2010, art. 3º)**.**

Os resultados encontrados demonstram que é necessário a aplicação de políticas afirmativas em prol das catadoras de materiais recicláveis da ACRB. Faz-se imprescindível:

- Participação dos envolvidos em congressos, eventos e palestras com discussões sobre Economia Solidária;

- Conhecer a experiência de outros locais mais desenvolvidos nesse ramo de atividade, como, por exemplo, a Cooperativa de Materiais Recicláveis de Camaçari – COOPMARC, na Bahia, que tem já uma formação política mais avançada;

- Participação efetiva das universidades e institutos federais da Bahia na capacitação das associadas, visto que essas competências possuem cursos voltados para ações sociais e solidárias;

- Promoção de programas sociais que possibilitem a inclusão dessa categoria laboral como o elo mais importante no processo da reciclagem, capaz de fazer com que tais pessoas se percebam e sejam, de fato, forças importantes no desenvolvimento ambiental, social e econômico da sociedade.

Apesar da reciclagem e da reutilização serem medidas indispensáveis, podemos apontar a redução como a principal. Esta, como o próprio nome já designa, consiste em diminuir o consumo e, consequentemente, diminuir a quantidade de lixo. Essa medida depende da conscientização em consumir apenas o que é realmente necessário, reduzindo além dos resíduos, os gastos energéticos e a extração de recursos naturais.

Percebe-se que os incentivos de entes federativos (Município, Estado e Nação) não são ainda adequados para aplicação de políticas públicas visando retirar estas mulheres trabalhadoras da condição de insivualizadas. Aliada às políticas públicas, podemos pensar na conscientização da população santo-antoniense através de educação ambiental que promova a valorização destas profissionais.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10004. Resíduos Sólidos**. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/images/publicacoes/normas/ABNT_NBR_n_10004_2004.pdf>. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Acesso em 21 mar. 2018.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. **Apresentação Recôncavo Baiano**. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/Jose_Sergio_Gabrielli/apresentao-recncavo-baiano>. 2013. Acesso em: 30 mar. 2018.

BAHIA, Governo da. **Programa Territórios de Identidade**. Decreto 12.354 de 25/08/2010, art. 1º. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2010.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CRUZ, Bruno de Oliveira et al. **Economia regional e urbana**: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

HEMPE, C.; NOGUERA, J. O. C. A Educação Ambiental e os Resíduos Sólidos Urbanos. In: II Congresso Internacional de Educação Ambiental da UFSM. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Panambi**: UFSM, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Documents/VIII%20SEMESTRE/BENDITO%20TCC/outros%20tcc/Resíduos%20sólidos/NOGUERA%20.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 29 maio 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA – IPEA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Brasília, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Cadernos de Pesquisa**, v. 46 n. 159, p. 38-62, 2016.

MARTINS, L. et al. **Análise da viabilidade econômica e financeira da implantação de usina de geração de energia a partir de resíduos sólidos urbanos no município de Santo Antônio De Jesus – BA**. In: Congresso Internacional de Administração, 2016, Natal/RN. Gestão Estratégica: Da crise à oportunidade. NATAL/RN: Editora, 2016. p. 1-12.

MONTEIRO, J. H. P. et al. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RABÊLO, Olivan da Silva. **Pensando em Gestão Integrada de Resíduos Sólidos junto com os catadores de lixo da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA**. In: VI Conferência Regional de ISTR Para América Latina y El Caribe. 2007, Salvador. Salvador: ISTR y CIAGS/UFBA, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REPÚBLICA, Presidência da. **Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei 12.305/10.** Brasília: Presidência da República, 2010.

SAFIOTTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Modernas, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2002.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 415 p.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, A. S.; SANTOS, M. C. **A cidade de Santo Antônio de Jesus: crescimento e desenvolvimento sob olhar da periferia**. In: XV Jornada de Iniciação científica, 2011, Salvador. Ciência Senso Comum. Salvador: EDUNEB, 2011. v.1. p. 515-516.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOBRAL, N. G. et al. **Gênero e invisibilidade social entre catadores de materiais recicláveis de Campina Grande/PB**. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009, São Luís/MA. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/4_questao-de-genero/genero-e-invisibilidade-social-entre-catadores-de-materiais-reciclaveis-de-campina-grandepb.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

TEIXEIRA, Sabrina Stieler; GAIGER, Luiz Inácio. As **faces da economia solidária no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

AUTONOMIA FEMININA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM OLHAR SOBRE A ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM RIACHO DE SANTANA

Ivna Herbênia da Silva Souza[75], Maria Mariana Lima Vargas[76], João Sotero do Vale Junior[77]

Resumo: O presente trabalho intitulado "Autonomia Feminina e Economia Solidária: Um olhar sobre a Associação do Movimento de Mulheres Camponesas em Riacho de Santana" teve como objetivo geral compreender como os processos produtivos têm contribuído para a potencialização dos princípios da economia solidária e consequentemente da autonomia feminina em uma associação das produtoras rurais no município de Riacho de Santana/BA (AMMCRS). Para se chegar a esse esclarecimento foi necessário diagnosticar os processos de geração de renda da associação para que pudesse ser identificado a prática dos princípios da economia solidária nas atividades da associação e depois analisar de que maneira a utilização desses princípios tem contribuído para potencialização da autonomia feminina. A pesquisa foi baseada em um estudo de caso, e utilizou a abordagem qualitativa, exploratória, descritiva, bibliografia e documental. A coleta e análise de dados adotou como instrumentos à entrevista semiestruturada, a observação e a análise documental. A união dessas técnicas possibilitou a aquisição das informações relevantes, para a análise de dados, que foi realizada através da triangulação. O estudo mostrou que a atuação da AMMCRS sob o viés solidário, tem contribuído para a geração de trabalho e renda das sócias, bem com tem desenvolvido um significante papel na vida dessas camponesas no enfrentamento das muitas dificuldades, principalmente no que diz respeito ao combate às desigualdades sociais e de gênero, além disso realiza um resgate de valores e compartilhamento de saberes que promovem a valorização da atividades produtivas de origem camponesa.

Palavras-chave: Economia Solidária. Geração de Renda. Autonomia Feminina.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado AUTONOMIA FEMININA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: um olhar sobre a Associação do Movimento de Mulheres Camponesas do Município de Riacho de Santana/BA, enfatiza a importância do trabalho coletivo de caráter solidário, na forma da associação de mulheres para geração de renda e potencialização da autonomia feminina, especialmente no ambiente rural.

Nas últimas décadas, a temática sobre o protagonismo da mulher tem sido alvo de novas discussões em razão da atuação da Secretaria de Políticas para

[75] Doutoranda em Difusão do Conhecimento. IF BAIANNO. E-mail: herbeniasouza@gmail.com.
[76] Graduada em Administração – UNEB. E-mail: mariamariana_13@hotmail.com.
[77] Mestre em Administração – UNEB. E-mail: joao.sotero.js@gmail.com.

Mulheres (SPM) na inserção de políticas públicas que incentive a emancipação da mulher, no entanto é importante também levar em consideração a relação entre o espaço produtivo e o familiar que essas mulheres estão inseridas, tanto no contexto urbano, como também no contexto rural.

O interesse pelo tema aqui proposto surgiu diante dos desafios em torno da inserção feminina no trabalho para a geração de renda, em razão da presença das mulheres no campo ser apontada principalmente pela divisão sexual do trabalho e também pelas relações patriarcais, onde julgamentos sobre o papel da mulher se baseia somente nas relações familiares, como filha, esposa e mãe, e o trabalho produtivo realizado por elas, vem a ser muitas vezes pouco valorizado, e até mesmo chega a ser considerada com menos capaz que o homem.

Dessa forma, entende-se a relevância desse estudo pela necessidade de se estimular a formação de mais espaços para discussões sobre temáticas referentes a inserção da mulher camponesa como protagonista da própria história. Nesse sentido, as formas associativas de caráter solidário, e desenvolvem um papel fundamental nesse aspecto, não só por possibilitar a geração de renda, mas sobretudo por estabelecer o diálogo social, diminuir a distância entre os poderes públicos e a sociedade civil, e estabelecer relações de trocas de saberes e experiências entre as pessoas que estão desenvolvendo um trabalho coletivo.

Portanto, este escrito destacou a participação das mulheres rurais na Economia Solidária (ES), por meio do associativismo, em que se estabelecem ações para uma alternativa de viabilização das atividades econômicas e fortalecimento da auto-organização, possibilitando as trabalhadoras rurais um caminho adequado para participar do mercado em melhores condições de concorrência.

Subjetivamente, a realização de trabalho objetiva a divulgação do trabalho que vem sendo realizado pela AMMCRS, para que outras pessoas que venham fazer a leitura possam se inspirar com a história de luta dessas mulheres, e na trajetória da referida associação no caminho do desenvolvimento sustentável, que pode servi de exemplos para outras organizações também adentrem na utilização das práticas solidária na busca por um desenvolvimento sustentável, justo e inclusivo.

Ao adentrar na história da referida associação, percebemos que a AMMRS se trata de um empreendimento que teve sua origem em razão de orientar

e libertar a mulheres da violência doméstica, bem como possibilita a emancipação social com regularização documental das camponesas moradoras do município de Riacho de Santana e de diversas comunidades rurais vizinhas.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA

A capacidade que a sociedade possui de se transformar, em conjunto com o desejo dos indivíduos de melhorar a condições de vida é o incentivo buscar de meios de se organizar, superar dos limites, e determina o desenvolvimento de uma nação. (SENAI, 2016)

A fim de manter o processo de organização em prol de um desenvolvimento comunitário, surgem os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que se estabelecem em função da união grupal e fundamentado em valores com auto-gestão, cooperação e sustentabilidade.

De acordo com Sandro e Carneiro (2016) termo “Empreendimentos Econômicos Solidários” foi denominado por intelectuais e representantes de movimentos sociais para definir as iniciativas econômicas populares seja no campo, seja na cidade, que possuíam o trabalho coletivo e a “autogestão” como elementos centrais de identidade comum, isto é, “uma unidade em meio à diversidade”.

Em nosso país os empreendimentos solidários se manifestam em diversos tipos de organizações, tais como citado por Júnior (2015): cooperativas populares, associações, sistemas de crédito populares, empresas autogestionadas e os clubes de troca. A partir destas iniciativas, há uma ampla lista de sujeitos parceiros envolvidos com a questão: instâncias governamentais, entidades de apoio ou agências de fomento e formas organizativas do próprio movimento. O autor supracitado ressalta ainda que para ser considerado empreendimento de economia solidária não basta apenas possuir o título de cooperativa ou associação, pois é do nosso conhecimento que existe diversas associações, cooperativas e até ONGs, que funcionam com práticas semelhantes a organizações de cunho capitalista, incluindo em suas ações métodos como: a heterogestão , falta de transparência, o assalariamento, utilização da competição e a busca incessante de lucros.

No entanto, sabemos as relações econômicas da sociedade em que estamos se estrutura nos princípios capitalistas, e por essa razão, da mesma forma

que acontece com as demais empresas, os bens e produtos gerados pelos EES precisam proporcionar rentabilidade a quem produziu para que a sua sobrevivência seja garantida.

Seguindo nessa perspectiva, Cruz (2011, p 21) afirma que a produção de bens e serviços realizada pelos empreendimentos solidários só pode dar prosseguimento se tiver capacidade de reunir em cada ciclo de sua produção os insumos e o trabalho necessários para estar sempre trazendo ao mercado um novo lote de mercadorias ou de serviços a serem oferecidos. A diferença em relação a empresas não solidárias, está justamente no fato de que nos EES em todas as vezes em que esse ciclo se inicia até o final dele esse processo continua a ser realizado de forma solidária, compartida e autogerida.

Dessa forma, para que as empresas solidárias consigam possibilidades inéditas de atuação no mercado, e fortalecer as iniciativas produtivas e a troca de saberes se faz necessário potencializar ação dos Arranjos Produtivos Locais (APL) para o consumo responsável e solidário. O Arranjo Produtivo Local (APL)

> "é uma aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa." (CARDOSO, 2014b, p 7)

Em paralelo, existem as Redes de Empreendimento Solidários para "conectar os vários elos da cadeia produtiva ou mesmo reunir integrantes de um mesmo segmento" (BRASIL, 2012), o que fazem com que vários EES, de diversas modalidades ou não, possam articularem entre si para comercializar e trocar saberes, e a partir daí conseguem ter escoamento da sua produção e promover o desenvolvimento local, sem que fuja dos princípios da Economia Solidária,

2.1 ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS

O associativismo, bem como, o cooperativismo, ganham um papel de evidência entres os EPP por serem atividades de viabilização econômica aplicadas através da ação grupal, baseada em valores democráticos que possibilitam aos seus

cooperados e associados igual poder de decisão, diferente das demais organizações que também visam a geração de emprego e renda.

Em ambos formatos de empreendimentos, a produção e comercialização de bens e serviços é realizada de forma participativa, todos os integrantes são donos, e tem igual responsabilidade no alcance dos objetivos aspirados, e possui a cooperação como principal elemento norteador.

Dessa forma, a cooperação acaba sendo um excelente meio capaz de torna essas iniciativas mais fortalecidas, capazes de se sustentar em um mercado altamente competitivo dominado por gigantes, seja em estrutura como também em capital financeiro.

As associações estão regulamentadas tanto no Código Civil pela Lei nº 10.406/2002, quanto na Constituição Federal. Em ambos, estão despostas as leis que orientam a estruturação das entidades associativas, bem como embasam sua organização em nosso País.

Em seu artigo 5º Constituição Federal, nos incisos XVII a XXI, é assentado que é plena a liberdade de associação para fins lícitos, a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas não depende de autorização, não é permitida a interferência estatal em seu funcionamento; as associações só poderão ser ter suas atividades suspensas por decisão judicial; ninguém poderá ser forçado a associar-se ou a permanecer associado; além disso legitima as entidades associativas para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

No que diz respeito a associação, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2012, p 23) define como “uma sociedade civil sem fins lucrativos, onde vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses. Pode existir em vários campos da atividade humana e sua criação deriva de motivos sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais”. Partindo desse mesmo pressuposto, Cardoso (2014a) acrescenta que o carro-chefe dessa entidade são as pessoas que a compõem, e a união é determinada pela existência de características semelhantes e básicas entre elas.

De maneira mais completa, Alencar (1997, p.7 apud LAZZAROTTO, 2000) traz que o associativismo se refere à atividade humana desenvolvida em um grupo social, constituído por uma coletividade de indivíduos ligados entre si por uma rede ou sistema de relações sociais.

Dentre os objetivos das associações o autor destaca o de representação dos interesses dos associados, considerado central pelo menos nos estatutos. Dentre os objetivos de tais associações o associativismo representa uma importante opção estratégica, capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade.

A nosso ver, concordando com os autores mencionados, as associações são empreendimentos econômicos formados por um determinado número de pessoas que possuem em comum objetivos que anseiam realizar, nesse grupo cada membro possui igual participação sobre os processos decisórios, e através de atividades coletivas realizam ações em prol do interesse coletivo, seja para a produção, geração de renda, causas sociais, prática solidárias, entre outras.

De modo geral, a realização das atividades nas associações é norteada por princípios que visam estabelecer a harmonia e o bom andamento da entidade. Cardoso (2014a, p.8-9) cita algumas dessas concepções que estão estabelecidas em praticamente todo mundo, que são:

> **1.Adesão voluntária e livre**: Organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio; **2. Gestão democrática pelos sócios**: São controladas por seus sócios, que participam no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões; **3. Participação econômica dos sócios**: Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente as suas associações. **4. Autonomia e independência**: São organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus sócios. **5. Educação, formação e informação** – As associações devem proporcionar educação e formação aos sócios, dirigentes eleitos e administradores, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. **6. Interação** – As associações atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento associativista trabalhando juntas, por meio de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais. **7. Interesse pela comunidade** – Trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país por meio de políticas aprovadas por seus membros. (Grifo nosso)

De acordo com os princípios do associativismo, é permitida a adesão nas associações qualquer pessoa, independentemente das características físicas e/ou pessoais, que por ventura esteja comprometida a estar associada. Todos os membros são proprietários, e possuem igual poder de decisão na gestão do ao empreendimento, e as deliberações são realizadas em assembleia geral onde cada associado tem direito a voto. É fundamental que esteja entre os desígnios da

associação promover a formação e qualificação dos sujeitos envolvidos. E, além disso as atividades desenvolvidas devem estar em consonância com as práticas sustentáveis e de proteção ao ser humano e ao meio ambiente.

Os diferentes tipos de associações, se assemelham pelas características básicas presente em qualquer nomenclatura de organização associativa. São a reunião de duas ou mais pessoas em umas entidades de direito privado, cujo objetivo principal está em resolver problemas em comum, ou seja, cada uma delas se unem em prol do interesse da coletividade, que unem os seus esforços a fim de alcançar as melhores soluções para as dificuldades enfrentadas. O que difere cada uma dela, é justamente, a finalidade que se pretende alcançar por meio dessa união.

Para esse tipo de empreendimento o desafio consiste fundamentalmente em proporcionar aos membros da organização um conjunto de saberes e de competências que interaja de forma a complementar à bagagem cultural ou profissional prévia dos atores envolvidos, e com esse conhecimento possa levar à evolução das organizações de natureza cooperativa. (RIGO, CANÇADO e JUNIOR, 2011).

Em razão disso, percebemos a importância da existência das acessórias, incubadoras científicas, cursos e capacitações que dão apoio técnico aos (as) associados(as) a fim de complementar os saberes que esses indivíduos possuem a muitas gerações.

2.1.1 Associativismo Rural

Os pequenos produtores rurais enfrentam diariamente inúmeras dificuldades, seja pela dificuldade de acesso a água, falta de postos comunitários de saúde, escolas e/os transporte coletivos, apesar disso, historicamente, sempre estiveram à margem dos interesses predominantes.

Em razão disso, identificaram que a união das forças seria a melhor maneira garantir seus direitos, assim como, contribuir para tornar menos árduo o enfrentando dos desafios que afetam a vida cotidiana, e a partir daí decidem por se organizarem como associação. O SENAR (2011) complementa que a escolha do trabalhador rural e de suas famílias, em participar de uma associação representa

uma escolha consciente de encontrar caminhos próprios que atendam suas necessidades, interesses e objetivos comuns.

A definição de associação de produtores rurais é dada pela cartilha "Associativismo", desenvolvida pelo MAPA (BRASIL, 2008) como sendo uma sociedade formal, criada cuja finalidade é agregar esforços e ações dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertencem.

Os aspectos principais dos empreendimentos da rurais são: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos realizados por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte de o trabalho ser fornecido pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertencerem a família, sendo no seu interior a transmissão dos bens em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis (ZIMMERMANN, 2008, p. 4 apud ALVES et al, 2010).

No entanto, mesmo que se as relações se permaneça em ambiente familiar, Siliprandi e Cintrão (2010) coloca que esse espaço ainda é marcado pela diferenciação das atividades, espaços de produção e identidades sociais em virtude do gênero, sendo conferidas às mulheres adultas as atividades domésticas, de reprodução e cuidado da família, e aos homens, são atribuídos os espaços ditos "produtivos" e de geração de renda.

Os processos produtivos em que as mulheres envolvidas têm a sua principal origem dos eixos familiares, elas utilizam a sabedoria adquirida de geração a geração e a criatividade como forma de resistência e viabilização de renda, seja pela agricultura familiar, artesanato, corte e costura, e desenvolvimento/fabricação de produtos, onde colocam em prática os seus saberes.

As mulheres são protagonistas da produção agrícola e não agrícola. Em se tratando da agricultora familiar ela é responsável pela criação de pequenos animais, hortas, beneficiamento de frutas, leite, de artesanatos e são guardiãs da herança cultural de seus agrupamentos sociais e de origens. (PDTS, 2010, p. 93)

Conforme Vasconcellos (2010) a eficiência dos processos de produção pode ser avaliada do ponto de vista tecnológico ou pelo ponto de vista econômico. Esses dois fatores, respectivamente, são determinantes para se produzir uma

mesma quantidade de produto, utilizando menor quantidade de fator de produção e com o menor custo. No entanto, no ambiente rural esses fatores são limitados.

Dessa forma, organização das pequenas produtoras rurais em associações facilitam para que elas consigam arranjar menores preços e melhores prazos para o pagamento de fornecedores na aquisição de equipamentos e insumos necessários para a produção, como também torna possível o uso coletivo desses equipamentos, tornando-os acessíveis, ainda que se tenha pouca ou nenhuma orientação sobre gestão.

No entanto, Eidelwein (2011) apresenta que no caso dos EES, os custos, tendem a ser mínimos em relação a extensão dos benefícios sociais gerados pela produção, que é coletiva, associada e seus resultados compartilhados e, também, porque para o próprio engajamento associativo torna-se fonte de benefícios.

Além disso, em comprimento aos princípios associativos, favorece o incentivo educação e formação, proporcionando a elas melhores forma de acessar cursos e capacitações, que agregam valores as atividades produtivas e potencializam a ação dessas mulheres como autoras sociais de transformação e desenvolvimento local.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA ALÉM DA GERAÇÃO DE RENDA: UM OLHAR PARA AUTONOMIA FEMININA

Nos últimos anos tem-se discutido mais sobre temas como a igualdade de gênero entre mulheres e homens, principalmente no que diz respeito às questões oportunidades de trabalho e geração de renda, e não se pode negar que as diferenças salariais estão menores quando se comparado a década atrás. O mercado de trabalho está cada vez mais acessível, à medida que também cresce o acesso dessas mulheres a capacitação e formação.

No entanto, a descriminação em relação a mulher como profissional ainda é presente no ambiente de trabalho. Uma prova disso são os dados apurados pelo IBGE[78] de que em 2015 as mulheres recebiam em média 76% do rendimento dos homens. Nesse sentido, Singer (1983) sinaliza que “a ideia de que o ganho da

[78] Síntese de indicadores sociais http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf

mulher apenas complementa o do pai ou marido serve como pretexto para lhe pagar menos, mesmo quando realiza o mesmo trabalho que o homem".

Percebe-se que apesar dessa colocação ter sido feita a mais de três décadas atrás, ainda é algo contemporâneo, pois remete ao entendimento de que a diferença salarial entre gêneros na atualidade se dá em razão da "herança" de um passado marcado pela desvalorização e invisibilização do trabalho feminino.

Vale lembrar que a desigualdade de gênero não está restrita apenas ao rendimento econômico, ela toma uma vertente ainda maior que envolve também âmbito social e político, e pode se agravar em determinadas raça/etnia, faixa etária e região do país.

O art. 2º da Lei 11.340 de 2006 traz a seguinte colocação:

> Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (Brasil, 2006)

No entanto, muitas dessas mulheres envolvidas nesse contexto de desigualdades e submissão, sobrem também com descriminação e a violência. Ambos podem vim de qualquer lugar, seja na rua, trabalho, passeio, etc., mas infelizmente na maioria dos casos vem dos seus próprios lares, e de pessoas a quem elas possuem laços afetivos ou de proximidade – pai, irmão, filho, vizinho, chefe, etc. Isso é preocupante, pois são justamente por causa da relação pessoal ou afetiva existente entre a vítima e o seu agressor é que fazem com que as mulheres muitas vezes não realizem a denúncia do crime.

A inclusão das mulheres como produtoras e geradoras de renda tem se tornado mais expressiva com o incentivo das políticas públicas, direcionadas pelo Governo Federal, visando a promoção da autonomia econômica e da igualdade de gênero na diversidade regional do país. A participação das mulheres rurais no desenvolvimento econômico vem se expandindo, também através de ações empreendedoras, que nem sempre está necessariamente associada a um vínculo profissional formalizado.

Esse é o caminho para que a mulher passe a partir daí, a entender a importância do seu trabalho e contribuição financeira para o orçamento doméstico, que comece a reconhecer que sua a atividade laboral não está limitada a concepção

de que é apenas um “ajuda”. No entanto, para que exista uma verdadeira igualdade, deve-se se ir além da emancipação financeira feminina. É necessário dar poder para que elas participem de forma ativa da vida em comunidade e também do direito de exercer sua cidadania.

Sobre essa mesma perspectiva Singer (1983) considera que o movimento feminista é um dos mais importantes por combater à discriminação contra a mulher tanto no trabalho e nas funções públicas como nos lares. Na visão do respectivo autor, o feminismo vem para se opor aos papéis tradicionalmente reservados a homem e mulher.

Vale ressaltar, que de acordo com a visão de Guérin (2005), a ES pode ser também um conveniente instrumento de luta. A referida autora declara:

> As mulheres são frequentemente as primeiras atrizes das práticas da economia solidária; mas o que é mais importante que isso é que essas experimentações, sob a condição de que sejam reconhecidas por seu justo valor, oferecem uma oportunidade inédita para avançar na luta contra as desigualdades entre os sexos. (Guérin, 2005, p.13)

No mesmo que Guérin, Azambuja (2009, p 283) afirma que os EES surgiram para atender aqueles que “estão excluídos ou em vias de exclusão do mercado formal de trabalho e, também, pessoas historicamente excluídas pertencentes às classes populares, que buscam alternativas para geração de renda”.

Nesse sentido a Economia Solidária, traz benefícios para além do sentido material, ela vem para a vida dessas mulheres como forma de emancipação e autonomia de forma ampla. Conforme afirma Gadotti (2009), que a economia solidária, é mais do que um modo de produção, é um estilo de vida. Para o autor, o espírito da economia solidária no obriga a ver as pessoas sob outro olhar, em que todos pensam e decidam juntos. E empodera, as pessoas pela manifestação do poder nelas, em todos e em todas.

Como afirma Sardenberg (2009, p. 6) apud Leon (2001, p.97) o empoderamento deve estar integrado a um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade, em razão do “processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes” e dessa forma, torna-se imprescindível a mudança, incluindo tanto a individual quanto mudança as ações coletivas.

Freire assevera que a construção da autonomia precisa "estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade" (FREIRE, 1997, p. 121, apud PITANO e GHIGGI, 2009)

Nessa perspectiva, a economia solidária, tem suas ações voltadas a possibilitar também, a constituição de espaços voltados discussão, reflexão e deliberação coletivas, que em geral essas pessoas têm. Possibilitando acesso à fala pública, e, por meio da expressão e da reivindicação coletivas, elas podem participar da transformação das instituições, quer se trate da legislação ou das normas sociais. Como também, contribuem com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, além do incentivo a trocas de saberes e conhecimento. Possibilitando dar passos mais largos, contra as desigualdades intrafamiliares ao permitir que as mulheres, mas também os homens, possam melhorar a vida familiar, comunitária e profissional (GUÉRIN, 2005).

Em função do que foi abordado, entendemos a importância da Economia Solidaria como proporcionadora de caminhos para a autonomia feminina, não só no sentido financeiros, mas também como estimuladora da participação e atuação efetiva das mulheres em prol do desenvolvimento, seja ele social ou local.

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTONOMIA: INCLUSÃO SOCIAL E RECONHECIMENTO DO TRABALHO CAMPONÊS FEMININO

> *[...]**a mulher antes era só esposa e mãe, só trabalhava dentro de casa. Era lavando, era cozinhando. Então, a mulher não saia, não conhecia nem os direitos que ela tinha. Então essa foi a maior necessidade que ela fundou esse grupo.** (Entrevistada Xiringa, presidente, 2017, grifo nosso)*

Essa sessão se inicia com a fala da Entrevistada Xiringa, que ao ser questionada sobre os motivos que fizeram surgir a necessidade de criar um empreendimento solidário voltado para as mulheres das comunidades rurais de Riacho de Santana, ela apresenta que a principal razão foi porque, antes da AMMCRS, a vida dessas mulheres era voltada para o cuidado da casa e da família, e elas nem mesmo tinha noção dos próprios direitos.

Guérin (2003, p 17), confirma esse fato ao afirmar que "mulheres são conduzidas a essas experiências de ES, sobretudo devido às suas necessidades. O alívio de suas obrigações por meio de seu compartilhamento e da melhora de seu cotidiano são um primeiro resultado em si". Essa postulação, também pode ser constatada com a fala da entrevistada Doce de Umbu:

> [...]com tanta coisa ruim que a gente encontra no dia a dia, aqui dentro do movimento **a gente está buscando essa valorização da mulher**. (Entrevistada Doce de Umbu, sócia, 2017)

Ainda sobre os propósitos que motivaram a fundação da AMMCRS, a Entrevistada Brevidade cita:

> Tem vários motivos, agora o motivo mais forte que teve a necessidade foi a documentação da mulher e a violência contra a mulher. (Entrevistada Brevidade, tesoureira, 2017)

E Entrevistada Xiringa traz informações mais detalhadas:

> Dona Tonha trabalhava com a Pastoral da Criança e aí como ela andava pelas comunidades e ela via a dificuldade que as mulheres tinha por não possuir documentos. Elas tinha a necessidade dos documento mais não possuía. Num sei se era por falta de informação, que deveria ter. Que eu sei é que ela foi e fundou esse grupo, fez esse grupo de mulheres com a finalidade de regular a documentação das mulheres e fazer com que também com que elas se libertassem um pouco, né. (Entrevistada Xiringa, presidente, 2017)

Abarcando a colocação da entrevistada supracitada, mas adicionando outras características, a Entrevistada Xiringa sinaliza que a trajetória histórica do empreendimento inicia com o objetivo de ajudar as mulheres das comunidades rurais do município de Riacho de Santana. Sua fundadora, dona Antônia Maria, realizava um trabalho com a Pastoral da Criança[79] e em suas visitas as casas da região percebeu que a maiorias das mulheres não possuía a documentão e além disso muitas delas sofriam violência doméstica.

Dessa forma, por se tratar de um EES surgiu de ajudar as mulheres rurais, a discussão trazida nessa categoria de análise, tem como finalidade responder ao seguinte questionamento "**de que forma a Economia Solidária contribui com potencialização da autonomia da mulher camponesa?** "

[79] A Pastoral da Criança, é organismo de ação social da Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), que atua na organização da comunidade e na capacitação de líderes voluntários que assumem a tarefa de orientar e acompanhar as famílias vizinhas em ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania tendo como objetivo o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político.

> A gente já tinha muitos [casos] de violência e a mulher ficava quietinha lá sabe, não registrava [na delegacia], outras registravam, chegava lá e depois arrependiam ia lá e tirava né. E isso aí, a gente achou que era muita injustiça, e aí a gente resolveu fazer uma pesquisa na delegacia, ver os casos que já tinha acontecido que era registrados e que era retirados e aí a gente achou por bem que em vez de registrar e tirar, ter mais registros e não tirar.[...]Aí aconteceu sabe?! Não sei se aumentô mais os registros, agora só que tirar, não conseguiu tirar mais não. (Entrevistada Brevidade, tesoureira, 2017)

Nota-se que conforme postulado no referencial teórico, a maioria dos casos de violência contra a mulher ocorre no dentro do eixo familiar, sendo assim o fato desse ato criminoso ter sido praticado por uma pessoa próxima, faz com que as mulheres não registrem a queixa, ou depois voltavam para cancelar mulheres cancelassem. Nesse sentido, a fundadora da AMMCRS, foi um a visionária nesse aspecto, ela instigou a mobilização das mulheres, para que juntas fizessem uma pesquisa na delegacia do município, e por meio disso, perceberam o quanto era alto o número de queixas de violência contra a mulher que eram canceladas, e assim o agressor ficava impune. Então elas se organizaram e reivindicaram que não fosse permitido a retirada da denúncia na delegacia.

> E depois disso surgiu a lei Maria da Penha que aí refoçô mais né.. que com a lei Maria da Penha não pode mais. [...] É antes a gente **já tinha esse pedido lá na delegacia**. (Entrevistada Brevidade, tesoureira, 2017)

Percebe-se que na fala da Entrevistada Brevidade, ela cita que as mulheres da associação conseguiram uma conquista extraordinária no início da sua formação, que uma vez realizada a queixa, a mulher não possa mais tirar a denúncia. Dessa forma, essa conquista é importantíssima para que seja garantida a justiça, já que por se tratar de uma violência que envolva laços de afeto, e muitas vezes a própria mulher é levada a acreditar que merecia a agressão,

Em relação a isso, **a** Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (conhecida como Lei Maria da Penha), reforça o direito à proteção da mulher, pois além de ser um instrumento para efetivar a punição, ela também cria mecanismo para apoio a saúde física e mental das mulheres em situação de violência.

Ao serem querem questionadas sobre quais benefícios a AMMCRS proporcionou para a vida pessoal delas, em geral as mulheres relataram que ficaram muito felizes com o avanço que estiveram a partir do momento que passaram a se

organizarem enquanto mulheres, o que para elas resultou em uma maior valorização e crescimento do trabalho. A Entrevistada Pano de Tear faz a seguinte colocação.

> "[...]hoje as associações ensina a mulher ter mais autonomia. Assim, a questão de aquela coisa de "quem manda mais?" Hoje a mulher está menos submissa do que antes. [...] Ela aprende com a sociedade, e não tem aquele negócio de dizer que lugar de mulher é em casa. O lugar da mulher hoje é na associação, é discutindo um negócio, procurando algo melhor para a vida dela. (Entrevistada Pano de Tear, Sócia, 2017)

Através dessa fala percebe-se a contribuição da AMMCRS sobre a potencialização da autonomia das sócias. Quando a referida sócia cita que elas "aprendem com a comunidade" ela está se referindo aos espaços de formação que são proporcionados. A AMMCR, já nasceu dentro de um movimento de libertação, que "objetivam combater a desigualdade e a discriminação em todas as áreas (SINGER, 1983, p 167)", a associação iniciou seus trabalhos a partir de um grupo que já participava do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), onde elas participam em nível regional, estadual e nacional, inclusive algumas das associadas já tiveram até experiencias internacionais de representar a AMMCRS.

Cabe aqui dizer que o propósito para que a associação fosse efetivamente fundada em 2005, foi justamente para que as mulheres pudessem acessar esses projetos, antes disso, o grupo já existia, com menor número de sócias e as atividades desenvolvidas eram principalmente relacionada as orientações a respeitos dos direitos que possui, incentivo a alimentação saudável, auxílio com o uso de plantas medicinais, e principalmente para o desabafo, para que elas pudessem colocar para fora os sentimentos, histórias e perspectivas.

O pressuposto abordado por Faria (2011, p 50), sinaliza que "as limitações oriundas em função do padrão predominante destas relações familiares, em que o marido muitas vezes restringe a participação das mulheres, ainda são muito presentes as dificuldades advindas da socialização de gênero como baixa autoestima, insegurança e medo quando se refere às atividades na esfera pública". Entretendo, uma questão relevante a ser observada, é que o trabalho realizado pelo empreendimento solidário em analise, foi determinante para par que esse quadro esteja sendo revertido. Como pode ser notado nas experiências relatadas pela fala da sócia a seguir.

> Pruquê, antes, as mulheres mesmo reclamava que sair de casa era uma dificuldade que marido não aceitava, chamava de vagabunda só

> pruquê tava caminhado todo dia, e elas eram muito caseira, depois do projeto com o trabalho eles se abriram com elas, então já não tem mais aquela briga de elas sair de casa, tem hora que eles vem trazer, um ou outro que não vem ajudar, mas a maioria dos homem vem ajudar trazer os produtos, trazer elas pruquê, tem gente mora aqui a 70 km. (Entrevistada Brevidade, tesoureira, 2017)

Ao serem questionadas sobre como elas se sentem em relação ao trabalho que é desenvolvido por elas as respostas foram categóricas em dizer da felicidade que elas possuem em participar da AMMCRS e poder trabalhar com o que gosta. Como pode ser percebido na fala da Entrevistada Pano de Tear:

> Eu gosto, adoro, amo. Eu tenho prazer de falar "eu faço artesanato". Tem gente que fala "artesanato é do tempo de minha avó". Nada disso! Artesanato hoje é como se fosse qualquer outro produto. **Hoje eu vejo, mas antes eu tinha vergonha de falar "Ah, eu faço artesanato**". Só que agora eu acho que isso aqui é como um alicerce para eu subir mais um degrau, porque artesanato em si é como se fosse você produzir qualquer outro tipo de produto. Para mim é como se eu tivesse uma fábrica. Você não pode desvalorizar seu trabalho. Porque é igual qualquer outro trabalho (Entrevistada Pano de Tear, Sócia, 2017, grifo nosso).

Nessa mesma perspectiva, a Entrevistada 'E' reforça a colocação da Entrevistada 'B' e acrescenta outra característica importante de que participar de um EES: a valorização e orgulho ser camponesa. Como pode ser percebido com a seguinte fala:

> Eu sinto feliz, assim, **eu sinto orgulhosa desde nome "camponesa".** Porque eu nasci e criei na roça. Eu trabalho na roça desde pequena, eu sou a mais velha de 7 filhos de meus pais. Então assim, eu peguei no pesado desde pequena. Então assim, **Associação do Movimento de Mulheres Camponesas, e "camponesa" tem tudo a ver comigo. É minha vida, é o que eu amo.** Gosto muito de morar na zona rural, de trabalhar, eu gosto de mexer com bichos, com horta, plantar (Entrevistada Xiringa, presidente, 2017, grifo nosso).

Nota-se que a AMMCRS contribui para a autoafirmação da mulher camponesa, e nesse sentido, concordamos com o PDTR (2010, p 93) ao abordar que "o reconhecimento da agricultora como agente produtivo e reprodutivo dos saberes é fundamental para o combate à exclusão e discriminação de gênero, etnia e de combate à fome no campo e na cidade."

As partes em destaque nas falas das entrevistadas Pano de Tear e Xiringa correspondem a ênfase que as referidas sócias demonstraram ao relatar suas experiências com AMMCRS. É notória a satisfação que elas possuem em

trabalhar em um empreendimento que valoriza o campesinato. Porque para essas mulheres participar da AMMCRS é bem mais do que uma atividade produtiva, mas é também a valorização da sua própria identidade como camponesa.

Ao ser questionada sobre o que mudanças ocorreu na vida dela após ingressar em um EES, a Entrevistada Doce de Umbu afirma

> Antes, eu achava que a mulher era incapaz de tudo. Nessa forma, quando a gente entrou com o movimento. Quando a gente começou a lutar, aí veio o reconhecimento que a gente é capaz, que a gente tem uma força muito grande pra buscar conhecimento pra liderar. Porque eu achava que eu não tinha capacidade nem pra fazer uma compra. No caso, assim, hoje eu sou capaz de tudo. (Entrevistada Doce de Umbu, sócia, 2017, grifo nosso)

Nota-se que antes, a referida sócia se achava incapaz até mesmo de realizar compras, e partir das experiencias, que teve na AMMCRS, principalmente no que diz respeito ao processo autogestionário, ascendeu sua concepção sobre a sua real força para a buscar o conhecimento e passou a (re)conhecer a sua própria capacidade como mulher.

Ainda sobre as incredibilidades existentes em relação a competência da mulher, Singer (1983) sinaliza que isso acontece porque na medida em o encargo das atividades domésticas pesa exclusivamente sobre os ombros da mulher, consequentemente, a impossibilita que ocupe posições de maior destaque e responsabilidade, reforçando o preconceito de que ela é menos capaz do que o homem.

Dessa forma, entende-se que no momento que as mulheres passam conhecer mais sobres seus direitos e até mesmo da sua própria capacidade elas passam a requer uma participação mais efetiva na sociedade, e requer também a sua autonomia.

Levando em consideração as experiencias das sócias da AMMCRS aqui expostas e o que foi discutido nessa sessão, verificou-se a participação da Economia Solidária para potencialização a autonomia feminina e empoderamento da mulher camponesa. De forma concisa, principalmente em razão dos seguintes aspectos: libertar as mulheres das situações de vulnerabilidade e violência doméstica; reconhecimento das atividades oriundas do campesinato e agricultura familiar; valorização da mulher camponesa; incentivo para que as mulheres assumam o seu protagonismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou a participação das mulheres sócias da Associação de Mulheres Camponesas de Riacho de Santana/BA, na Economia Solidária (ES), por meio do associativismo, e buscou entender como utilização dos princípios solidários no ambiente produtivo, tem contribuído para a geração de renda, e consequentemente, para a autonomia da mulher camponesa.

É enfatizada nesse escrito a importância do trabalho coletivo de caráter solidário, para o fortalecimento da auto-organização e viabilização econômica das mulheres para geração de renda e potencialização da autonomia feminina, especialmente no ambiente rural, para que se estabeleça de, e a possibilidade das trabalhadoras rurais um caminho adequado para participar do mercado em melhores condições de concorrência.

Esse estudo é relevante em razão dos desafios, ainda existente, em torno da inserção das mulheres rurais nas atividades laborais, em função de historicamente essas mulheres terem sido excluídas dos espaços produtivos de geração de renda, em razão do campo ter um legado divisão sexual do trabalho e também pelas relações patriarcais, onde julgamentos sobre o papel da mulher se baseia somente nas relações familiares, como filha, esposa e mãe, e o trabalho produtivo realizado por elas, vem a sendo muitas vezes pouco valorizado e com remuneração inexpressiva. Nesse contexto de desigualdades as mulheres vêm até mesmo a ser consideradas com menos capaz que o homem, por verem as atividades desenvolvidas pelas mulheres como mera obrigação.

Dessa forma, consideramos também necessário o incentivo a formação de novos espaços de discursões de sobre temáticas referentes a inserção da mulher camponesa como protagonista da própria história. Nesse sentido, as formas associativas de caráter solidário, e desenvolvem um papel fundamental nesse aspecto, não só por possibilitar a geração de renda, mas sobretudo por estabelecer o diálogo social, diminuir a distância entre os poderes públicos e a sociedade civil, e estabelecer relações de trocas de saberes e experiências entre as pessoas que estão desenvolvendo um trabalho coletivo.

Nas últimas décadas, a temática sobre o protagonismo da mulher tem sido alvo de novas discussões em razão da atuação do Governo Federal na inserção de políticas públicas que incentive a emancipação da mulher, no entanto é

importante também levar em consideração a relação entre o espaço produtivo e o familiar que essas mulheres estão inseridas, tanto no contexto urbano, como também no contexto rural.

A Economia Solidária (ES) nos mostra um novo caminho para o desenvolvimento justo e sustentável, e nos leva a uma reflexão sobre o efeito da supremacia das práticas de acumulação de capital exerce sobre as relações pessoais e profissionais, o resultado disso é uma sociedade individualista e que trabalha e vive pensando apenas em seus próprios interesses. É válido observar que isso acontece muitas vezes não é nem pela própria consciência, mas porque desde sempre nos instigados muito mais a viver e a enxergar o mundo sobre os moldes do "capitalismo", do que para perceber o a humanidade do outro.

Os processos produtivos desenvolvidos na AMMCRS possuem papel fundamental na preservação dos saberes tradicionais. Heranças históricas que vinham sendo repassadas de geração a geração, e que agora vem sendo transmitido de forma mais abrangente entre as associadas, por meio de um compartilhamento de ideias e experiencias durante a realização do trabalho coletivo, e vem se somando aos conhecimentos técnicos oferecidos por instituições parceiras.

Os espaços de formação e o próprio processo autogestionário, característico dos EESs são instrumentos para que as mulheres passam conhecer mais sobres seus direitos e até mesmo da sua própria capacidade. O resultado disso é que elas passaram assumir o seu protagonismo e a requer uma participação mais efetiva na sociedade.

Nessa perspectiva, a ES propõe ir além de tudo que já foi realizado, é trazer para a vida das pessoas muito mais um trabalho e uma renda, nos faz olhar para dentro e para fora da organização para que se possa desenvolver, mas sem causar prejuízo para a natureza. Traz para os meios de produção a materialização de valores humanos e a potencialização dos saberes populares. A ES busca de uma melhoria contínua, melhoria essa que enquanto no sentido do capital significa "é errar menos para lucrar mais", no sentido da ES é "acertar mais para viver melhor, e ajudar mais pessoas a viverem melhor".

Vale ressaltar que apesar da evolução que se teve nas últimas décadas em relação as políticas voltadas para as mulheres as discussões em relação a

igualdade de gênero ainda são muito recentes. Esse debate está apenas iniciando e tem um longo percurso a ser percorrido, pois muito ainda se tem muito a ser feito até que desigualdades sociais e de gênero venha a ser superadas, principalmente no ambiente rural onde as diferenças aparecem de forma mais expressiva.

A Economia Solidária vem se fortalecendo e avançando em nosso país, e nesse contexto atual de crise política e econômica tem sido (e será ainda mais) um instrumento para o alcance para a transformação da amarga realidade vivenciada pela população brasileira, maiormente dos mais pobres, portanto é importante que os profissionais do mercado (e os que ainda estão em formação) estejam e sejam instigados a conhecer e trabalhar com essa nova vertente econômica.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. Formas de intervenção e associações comunitárias: apresentação de três casos. In: XIX Enanpad. Anais. João Pessoa, 1 (10). Setembro. 1995.

_____. Associativismo rural e participação. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997.

BONUMÁ, Helena. **As mulheres e a economia solidária**: A resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor. Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132849/000984396.pdf?sequence=1 Acessado em: Junho de 2017

BRASIL. **Associativismo**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. 2. ed. Brasília: MAPA/SDC/DENACOOP, 2012.

_____**. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acessado em: Junho de 2017

_____**. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** – PRONAF 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#1> Acessado em: Julho de 2017.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. P. 12-34.

_____. *Et all*. **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania / Andréa Butto, Nalu Faria, Karla

Hora, Conceição Dantas, Miriam Nobre, orgs. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/1%20%20AutonomiaMulheres_Ruraissite.pdf> Acessado em: Julho de 2017.

CARDOSO, Univaldo Coelho. CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira. RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **Cultura da cooperação**. Brasília: SEBRAE, 2014a.

_____. **Associação.** Brasília: SEBRAE, 2014b. 46p. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/associacao-serie-empreendimentos-coletivos,3b0a15bfd0b17410VgnVCM1000003b74010aRCRD> Acessado em: Junho de 2017.

CNA. Confederação Nacional de Agricultura. **Observatório das desproteções sociais no campo.** Brasília, 2009. Disponível em: < http://www.cnabrasil.org.br/servicos-para-produtor/projetos-programas/observatorio-das-desprotecoes-sociais-no-campo> Acessado em Julho de 2017.

CROCOLI, Aldir. **A solidariedade como o modo humano de ser.** Dado e nascido por nós à beira do caminho: a solidariedade na visão cristológica de São Francisco de Assis. – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Teologia, 2004. f.437; 30 cm Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4693/4693_1.PDF>

CRUZ, Antônio. A construção de uma estrutura-rede de comercialização entre empreendimentos de economia solidária. In: **Casos de ensino - cooperativismo e associativismo**. Petrolina (PE) : Gráfica Franciscana, 2011, p. 21-46.

FBES. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**: a experiência de gestão e organização do movimento de economia solidária no Brasil. Secretaria Executiva. Brasília – DF. 2006. Disponível em: < http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c725c2c79.pdf> Acessado em: Abril de 2017

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire (Educação Popular), 2009.

JÚNIOR, Gildásio Santana. Economia Solidária – Conceito, Práticas e Gênese: Uma Apresentação da Temática. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas** - Vitória da Conquista, Ano III, N. 3, p. 81-92, 2005.

MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa:** implicações e desafios para a política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2014. 321 p. – (Coleção CAE). Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1096-economia-criativa.pdf> Acessado em: Maio de 2017.

MALASSISE, Regina L. S. Condições de Vida e Trabalho na Economia Solidária e na Economia Capitalista: Princípios da Economia Solidária. **Facesi em Revista**. Ano 1 – V. 1, N. 1. 2009. Disponível em: <

http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170808122526.pdf > Acessado em: Junho de 2017.

MENDONÇA, Haroldo. Comércio Justo e Economia Solidária no Brasil e o papel da política pública na sua promoção. **Mercado de Trabalho** - Conjuntura e Análise, Brasília: Ipea, V.16, N.49, p.59-65, nov./2011. Disponível em:<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3934?mode=full> Acessado em: Junho de 2017.

MIRANDA, Denise de. **Associativismo rural, agroindústria e intervenção:** estudo de caso em uma associação deprodutores familiares. / Denise deMiranda. Lavras - UFLA. 1998. 202 p.: ü

MOURA, Maria da C. D.; MEDEIROS, Rejane C. de (Orgs.). **Mulheres e territórios:** a busca por autonomia econômica e acesso a políticas públicas Mossoró. Centro Feminista 08 de Março, 2016. 22p.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel; CUNHA, André Moreira. **Noções de economia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/411-Manual_de_Economia.pdf > Acessado em: Junho de 2017.

RIGO, Ariádne Scalfoni (Org.). **Casos de ensino sobre cooperativismo e associativismo** / Organizado por Ariadne Scalfoni Rigo, Airton Cardoso Cançado e Jeová Torres Silva Junior. -- Petrolina, PE: Gráfica Franciscana, 2011. 240p.: il.

SENA, Alderico. **Cooperativismo é a solução**. Disponível em <http://www.noticialivre.com.br/index.php/2014-03-09-16-39-32/46314-cooperativismo-e-a-solucao>. Publicado: 01 Março de 2016. Acessado em: Maio de 2017.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: Nota metodológica e análise das dimensões sócioestruturais dos empreendimentos – Relatório de Pesquisa. IPEA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os Novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil_2016.pdf> Acessado em: Junho de 2017. Acesso em: 05/06/2017

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura Souza (Org.). **Produzir para viver**: Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-129. Disponível em <https://books.google.com.br/books/about/Produzir_para_viver.html?hl=pt-BR&id=HPR3d-EfBb4C&redir_esc=y > Acessado em: Junho de 2017.

_____. **Aprender Economia.** 9. ed.. São Paulo. Editora Brasiliense. 1983.

_____. Introdução à Economia solidária. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002. In: DOURADO, Ivan Penteado. **Economia solidária e antropologia**

econômica: etnografias da solidariedade brasileira. Porto Alegre, RS: Editora Fi. 2016.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, V.18, N.51, São Paulo, Mai/Ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf> Acesso em: Julho de 2017

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA INSERIDA – EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICO-FORMATIVA - CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL NORDESTE

Marcus Fabrício Gonçalves Oliveira[80]

Relato de experiência apresentado na sessão 01 do GT01 – Os desafios do trabalho coletivo, Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local

Relato de Entidade de Apoio e Fomento que desenvolve ações de fortalecimento da economia popular solidária, partindo do assessoramento técnico dos grupos produtivos.

No relato foi apresentada a experiência de articulação envolvendo Sociedade Civil e Estado na construção da política pública de economia solidária, tendo como pano de fundo a execução de um projeto, considerando processo de articulação para a construção da proposta de um edital que contemplou Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Estado da Bahia, consolidando a metodologia de fundos rotativos solidários (FRS).

Também foi demonstrado processo formativo junto a empreendimentos econômicos solidários, considerando passo a passo quanto a organização pedagógica nas formações. Os elementos focais relacionavam a fortalecimento das relações de confiança, a prática do fundo rotativo solidário, enquanto metodologia que empodera as comunidades e apresentação de peças e modelos de jogos que impulsionem a interação e a relação de pertencimento a grupos sociais.

[80] Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (Universidade Católica do Salvador). Assessor da Cáritas Brasileira Regional Nordeste 3. E-mail: marcusfgoliveira@gmail.com.

SABORES DO QUILOMBO – LAGOA GRANDE, FEIRA DE SANTANA/BA

Isabel de Jesus Santos dos Santos[81], Sônia Pereira de Jesus Santos[82], Edna Suzarte e Edilene Cruz[83]

O Grupo Sabores do Quilombo é composto por mulheres quilombolas da Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa Grande, situada no Distrito de Maria Quitéria, zona rural, município de Feira de Santana-BA.

O Sabores do Quilombo trabalha com o fornecimento de alimentos na Cantina do Módulo I da Universidade Estadual de Feira de Santana, participando de processo de Incubação em parceria com a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. As integrantes do grupo, em sua maioria, trabalham com alimentos que possuem identidade étnico-racial e local: acarajé, beiju e alimentos in natura do campo.

O Grupo Sabores do Quilombo surgiu a partir das experiências socioeconômicas e culturais da maioria das integrantes na luta diária pela sobrevivência. São mulheres que vendem acarajés, beijus, massas derivadas da mandioca para bolos, mingaus e cuscuz. Além dessa experiência, o saber das repercussões sobre as relações étnicas- raciais da comunidade.

A primeira experiência coletiva foi a participação na Feira de Culturas do II Seminário Internacional sobre Educação do Campo (2015), que aconteceu na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Esse foi o primeiro contato com a Incubadora de Iniciativas Popular e Solidária da UEFS. O segundo contato foi a inscrição na Primeira Feira das Inciativas da Economia Popular e Solidária, paralelo com o Primeiro Congresso Internacional da Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (2016), organizado pela IEPS.

A primeira atividade de sensibilização foi feita na comunidade quilombola Lagoa Grande, com a presença da equipe da Incubadora. Neste caso, os diversos grupos informais da Lagoa Grande fizeram parte, a saber: as mulheres que comercializam seus produtos no Programa Nacional de Alimentação Escolar do Município de Feira de Santana, mulheres que vendem nas feiras livres do bairro Cidade Nova e Rua Marechal, o grupo da Cooperativa de Beneficiamento da

[81] Integrante do grupo Sabores do Quilombo. E-mail: isa.agronomia@gmail.com
[82] Integrante do grupo Sabores do Quilombo
[83] Integrante do grupo Sabores do Quilombo

Agricultura Familiar de Feira de Santana e os agricultores quilombolas. Vale ressaltar que existe uma divisão política da comunidade em grupos, uns que praticam a vertente do associativismo e outros que não fazem menção a esta prática.

Desde então, o grupo vem enfrentando os desafios do processo de incubação, com um rico aprendizado coletivo de toda a equipe envolvida.

GRUPO DE TRABALHO 02 - UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS, ALTERNATIVAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O PAPEL DA EXTENSÃO E DA PESQUISA PARTICIPANTE, COM ENFOQUE NA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA. EXPERIÊNCIAS DE INCUBAÇÃO.

O objetivo deste Grupo de Trabalho é reunir pesquisadores, extensionistas e experiências produtivas ou organizativas que vivenciem ou reflitam acerca de novas formas de produzir conhecimento, especialmente considerando a convivência e troca entre o conhecimento científico e popular. Privilegiam-se, em especial, experiências que envolvam pesquisa participante ou outras metodologias alternativas que se proponham a construir formas de produzir ciência socialmente referenciada e voltada para a transformação social, vinculadas às lutas por formas contra-hegemônicas de trabalhar e produzir. Destaque-se, ainda, o papel da incubação enquanto espaço educativodialógico-político de organização da classe trabalhadora na perspectiva de uma outra Economia, que priorize as ações em redes de produção associada e o trabalho coletivo em tipologias como cooperativas, outras sociedades não empresariais, associações ou grupos informais.

ARTIGOS

A TECNOLOGIA SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTOS BASE NO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO DO PROGRAMA INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – IEPS/ UEFS

Liz da Silva G. Conceição[84]; Lucivania S. Moura[85]; José Raimundo O. Lima[86]

RESUMO: O presente artigo parte da experiência do processo de incubação proporcionada pelo trabalho desenvolvido de pesquisa e extensão do Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana/BA. Como objetivo geral visa enfatizar a abordagem da Tecnologia Social e da mediação da Educação Popular como instrumentos base no que tange ao desenvolvimento do trabalho administrativo da IEPS/UEFS. Utilizando da metodologia da pesquisa-ação, este trabalho permitiu que pudéssemos vivenciar as bases teóricas da economia popular e solidária entre elas, a Autogestão, Solidariedade, Ação Econômica e Trabalho Cooperado. Por meio de estudos feitos a partir de Singer; Thiollent (2011); Lima (2011,2014 e 2015); Brandão (2007); Horta (2006); entre outros além das partilhas de experiências com os grupos populares. O processo de incubação elegido pela equipe IEPS/UEFS pode ser entendido em três etapas distintas que se interligam, são elas: a Pré-Incubação, etapa referente a seleção/diagnóstico dos grupos; a Incubação, momento de intensificação do acompanhamento junto aos grupos e a Pós - incubação, etapa em que o grupo segue fortalecendo sua autonomia de acordo com sua linha de trabalho tendo esse optado pela formalização ou não. A partir dessa experiência consideramos que o desenvolvimento deste trabalho aqui não se finda, pois compreendemos que a economia popular e solidária acompanha a reprodução da vida que se renova se reformula e se (re)constrói a todo instante fortalecendo os laços emancipatórios com todos os sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Economia Popular e Solidaria; Tecnologia Social; Educação Popular;

1 INTRODUÇÃO

Em meio ao modo de produção capitalista as relações que se formam estão imersas num processo que acaba por excluir uma parcela da população que não consegue acompanhar sua dinâmica mercadológica. Essas relações estão

[84] Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana-Ba (UEFS), Mestranda em Educação na Universidade Estadual de Feira de Santana-Ba (UEFS), Educadora Popular Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. Lizguimaraes.ped@gmail.com
[85] Graduada em Licenciatura em Geografia e Graduanda em Engenharia agronômica pela Universidade Estadual de Feira de Santana-Ba, Bolsista de Iniciação Científica na Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e solidária da UEFS. vaniamoura.uba@hotmail.com.
[86] Professor Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, Coordenador do Programa de Extensão IEPS da Universidade Estadual de Feira de Santana - Ba. zeraimundo@uefs.br.

alicerçadas em modelos cada vez mais individualistas, competitivos e que visam principalmente o lucro e a acumulação do capital. Em contraposição a esse modelo, a Economia Popular e Solidária baseia-se em princípios fundamentados na autogestão, solidariedade e cooperação, tornando-se uma forma alternativa para a sobrevivência de grupos e trabalhadores que ao longo dos anos se viram marginalizados na sociedade.

Esse movimento de Economia Popular e Solidária que chamamos aqui de iniciativas faz justamente uma dinâmica contrária ao capitalismo, surgindo como uma alternativa a exploração do capital, age como um instrumento de emancipação e libertação das ideologias mercadológica, prezando a organização de grupos que em sua maioria sofrem com esse processo de acúmulo versos exploração do capital, sendo que essa maioria é uma grande parcela da população que historicamente é oprimida e colocada à margem da sociedade como dito acima, população essa que cotidianamente é negada o direito a saúde, a educação, moradia e ao trabalho em condições dignas de serem exercidas. Estas iniciativas em sua maior parte buscam romper também com a relação de oprimido e opressor utilizando da educação crítica, social e popular como instrumento de luta.

O Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana na Bahia - IEPS/UEFS, partindo dessa perspectiva constitui-se em 2008 como um Programa interdisciplinar, que por meio de projetos de extensão e pesquisa, no âmbito da Economia Popular e Solidária, vem desenvolvendo ações por meio da articulação entre a comunidade externa e a universidade.

Assim, trazemos aqui uma experiência para além do fazer burocrático que o Programa requer, o presente artigo visa enfatizar a abordagem da Tecnologia Social e da mediação da Educação Popular como instrumentos base no que tange ao desenvolvimento do trabalho administrativo da IEPS/UEFS experiência no ano de 2016.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de incubação, no contexto da economia solidária, apresenta especificidades que nos permitem uma forma diferençada de trabalho. O próprio fato

de estarmos interagindo com pessoas oriundas das instâncias populares nos possibilita o contato com saberes diversos.

Neste contexto almejamos através da IEPS/UEFS um diálogo contra a dicotomia entre os saberes populares e científicos, buscando a interação entre ambas e uma mediação pensando a partir da outra economia – Economia Popular e Solidária – que tem em seus fundamentos elementos que vão contra a economia convencional, entre eles trago aqui o individualismo que passa a dar lugar ao trabalho coletivo, “no lugar da competitividade a cooperação, no lugar das relações verticalizadas a autogestão, no lugar do imperatividade do mercado a democracia das redes sociorreprodutivas”, como afirmam PITA, LIMA, LIMA (2015).

Para que isso possa acontecer de forma enfática na prática cotidiana do processo de incubação como um todo, procuramos seguir uma trajetória metodológica corroborando com a concepção abarcada por Nunes e Vasconcelos (2014) os quais afirmam que:

> Assim, os trabalhos de incubação buscam ultrapassar as barreiras da linguagem escrita e falada, da formação para o associativismo e o cooperativismo, do processo decisório em grupo, até alcançar os temas vinculados à iniciativa propriamente dita - como obter os recurss para investir, o que produzir, para quem vender, por quanto comercializar, como distribuir os ganhos, etc. Para tanto é indispensável encontrar os valores inerentes ao grupo, os aspectos positivos que caracterizam sua força, sua capacidade de reagir às circunstâncias hostis (NUNES e VASCONSELOS, p.01, 2014).

Algo considerado bastante relevante aqui é o fato de que a concretização das atividades administrativas acaba por criar aproximação com os sujeitos envolvidos no processo de incubação, possibilitando uma interação alicerçada na confiança e nos princípios da Economia Popular e Solidaria, pois desta forma compreendemos que:

> [...] a educação e a ação social convertem-se em momentos metodológicos de um único processo dirigido à *transformação social*. Mesmo quando a pesquisa sirva a uma ação social local, e limitada como foco sobre uma questão específica da vida social, é o seu todo o que está em questão (BRANDÃO, p. 07. 2007).

Com efeito, utilizando ferramentas da Tecnologia Social e da mediação da Educação Popular estabelecemos uma metodologia base no desenvolvimento das atividades cotidianas, criando assim, seus próprios instrumentos e formas de trabalho através de diálogos com a sociedade civil organizada buscando em

conjunto, novas práticas de intervenção que proporcionem a melhoria de vida da população.

Diante do exposto, consideramos que as diversas possibilidades de se trabalhar dentro de uma perspectiva de incubação nos permite lançar mão de ferramentas que prescinde de técnicas muito modernas ou rebuscadas. Em consonância com Lima (2014), o qual defende que apesar de ainda não haver um método específico que nos guie na efetivação dos trabalhos da economia solidária, os percursos seguidos para realização destes, acabam por criar seus próprios instrumentos.

Tais instrumentos aqui insertados se configuram como Tecnologia Social, pois como afirma Horta (2006), os princípios da Tecnologia Social determinam práticas de intervenção social que se destaquem pelo êxito na melhoria das condições de vida da população, construindo assim soluções participativas, estreitamente ligadas às realidades locais em que forem aplicadas.

3 CARACTERIZAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

No ano de 2016 a IEPS/UEFS contava com uma equipe de dois docentes, cinco bolsistas de extensão, doze bolsistas de iniciação cientifica, uma bolsista de apoio técnico 2, uma bolsista acadêmica, conta também com colaboradoras e colaboradores e voluntárias e voluntários, que acompanham as 4 iniciativas que passam pelo processo de incubação.

As quatro iniciativas caracterizavam-se e configuravam de formas distintas no âmbito da economia popular e solidária. Duas delas desenvolvem suas ações econômicas nos espaços das cantinas (módulo I e VII), cedidas pela universidade à incubadora como espaço pedagógico para realização do projeto Cantina Solidária, com o objetivo principal de fornecer produtos alimentícios que levem em consideração o contexto sociocultural no qual estão inseridos contribuindo com o desenvolvimento local do município em questão.

O projeto Cantina Solidária I, foi o nosso primeiro projeto vigente, era composto pelo Grupo COOPERMASOL constituído por um grupo de mulheres oriundas de um bairro periférico do centro urbano de Feira de Santana. Por ser o primeiro projeto vigente, o grupo encontrava - se no período de desencubação e

prestes a se formalizar, breve passando a respirar por conta própria, entretanto os laços e as parcerias construídas serão mantidas ultrapassando o tempo de pós-incubação. Atualmente a cantina do módulo VII recebe o Projeto Cantina Solidária IV.

O projeto Cantina Solidária III, encontrava – se em seu primeiro ano de vigência, é formado pelo Grupo Sabores do Quilombo, em sua maioria mulheres, oriundas da zona rural de um distrito de Feira de Santana, remanescentes de uma comunidade quilombola, que além de priorizar elementos regionais e culturais na produção dos alimentos comercializados nos espaços da cantina tem como seus fornecedores de matéria prima, os próprios agricultores da comunidade fortalecendo a rede de produção e comercialização local.

A terceira iniciativa, o grupo Mourão Bonsai constitui o projeto Plantas Ornamentais e se caracteriza de forma diferente dos demais, por ser um grupo de agricultores familiares que desenvolvem suas ações econômicas a partir do cultivo e comercialização de plantas frutíferas e ornamentais nativas da região semi-árida, com destaque para a produção dos bonsais.

A quarta iniciativa trata-se de uma Rede socioambiental de geração de renda denominada Rede Recostura, que trabalham a partir da reutilização do jeans na produção de peças artesanais. Formada por 14 grupos populares contam com o apoio do Mesa – Brasil /SESC para desempenharem ações de caráter assistencialista em diversos bairros de Feira de Santana, como exemplo atividades junto a creches, escolas, centros de recuperação, igrejas, entre outros. O projeto Rede Recostura junto à equipe IEPS/UEFS vem fortalecendo os laços produtivos em rede priorizando o trabalho de forma coletiva e cooperada.

Nesse viés a incubadora se propõe a construir a articulação dos quatro projetos acompanhados no que tange a formação profissional e humana na medida em que compreendemos que as ações desenvolvidas em rede,

> [...] são organizadas, [...] no sentido de atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem viver, ao mesmo tempo em que combatem as estruturas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão, e começam a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida. (MANCE, 2002, pg. 03)

Essa articulação acontece baseada nas relações estabelecidas a partir de diálogos mútuos, no respeito ao outro, na relevância à diversidade e pluralidade, culminando assim em espaços comuns de comercialização a exemplo de feiras livres, de intercâmbios de formação e informação, da produção e comercialização de produtos, contribuindo para o desenvolvimento local. Pois entendemos que a idéia de rede, corroborando com o que Mance (2002) cita acima, está para além das linhas mercadológicas impostas pelo capitalismo e sim da dimensão da vida em sua totalidade.

4 PROCESSO DE INCUBAÇÃO

Nessa perspectiva o trabalho desenvolvido por toda a equipe IEPS-UEFS juntamente com os grupos que passam pelo processo de incubação é antes de qualquer coisa político, há uma preocupação real com a exploração da população mais pobre da sociedade e há uma preocupação em buscar uma alternativa econômica mais justa e igualitária que leve em consideração cada contexto de vida envolvido,

> Desse modo, a Universidade não somente leva o conhecimento como vai buscar na interação com o seu grupo e com o grupo atendido, a tarefa de perceber–se a si e à sua realidade, encontrar nos grupos soluções para o cotidiano, que podem, não necessariamente, ser aquelas que o conhecimento acadêmico construiu (CULTI, 2002, p.15)

A incubadora enquanto espaço universitário deve se dispir da sua "vaidade acadêmica" possibilitando que os conhecimentos produzidos nos meios populares adentrem os espaços científicos e ambos se somem, pois:

> [...] devido à relação dialógica, política, técnico- pedagógica a que se propõe com as comunidades e setores populares, embrenham-se num desafio contra ao academicismo marcado por tendências retrógradas, retóricas, artificiais, tecnicistas, ortodoxas, tradicionalistas ou conservadoras, que não raro, dificultam a construção de trabalhos desta natureza como a incubação, cuja existência é marcada pela obrigatoriedade de se enquadrar na trilogia tradicional – pouco executada "como deve ser" – de ensino, pesquisa e extensão. Ressaltamos que incubação muitas vezes é muito mais que estas construções normativamente demarcadas pela academia; na medida em que exige uma relação orgânica com estes setores e iniciativas, não cabe, portanto, "distanciamentos", artificiais nem neutralidade científica, por exemplo. (LIMA, 2014, p.119)

Essa relação orgânica pode – se evidenciar e vivenciar a partir da tecnologia social quando esta permite que a incubadora universitária enquanto espaço de pesquisa e extensão coloque as iniciativas acompanhadas como sujeitos construtores da sua própria autonomia e emancipação política e não como meros objetos de pesquisa como enfatiza Costa e Neto,

> São importantes as técnicas que ajudam esses trabalhadores a pensar, agir e descrever o mundo, com base nas relações humanas. Ou a entenderem o próprio mundo como expressão dialética de um movimento de análises e novas sínteses que externarão, possivelmente, através da história e da crítica, os anseios gerais ou locais das transformações necessárias. É uma relação de síntese do sujeito com o mundo; uma leitura assentada na história e instigada pelo difícil exercício da crítica ao outro e a si mesmo. (s.d., p. 09)

Destacamos nesse sentido a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011.) como base metodológica fundamental nesse processo, pois nos permite conhecer e compreender a realidade dos grupos que passam pelo processo de incubação e intervir no processo formativo quando o mesmo é demandado, respeitando as singularidades de cada grupo e cada sujeito envolvido.

O processo de incubação elegido pela equipe IEPS/UEFS pode ser entendido em três etapas distintas que se interligam, a primeira delas, a *pré – incubação*, diz respeito ao diagnóstico, realizado junto ao grupo que demanda o acompanhamento, em algumas situações é necessário a realização de editais públicos, isso pode ocorrer pelo fato da incubadora está ligada a uma instituição pública.

Passada a etapa de *diagnóstico* inicial/seleção da iniciativa, é iniciada a segunda fase de Incubação. A equipe IEPS/UEFS mantém algumas linhas de atuação de acordo com a economia popular e solidária, entre elas a Autogestão, Trabalho cooperado, Ação Econômica e Solidariedade, entretanto está sempre aberta às demandas advindas do grupo. É no período de incubação que intensificamos o acompanhamento - ressaltamos que este trabalho não se caracteriza como assessoria - buscando através de espaços formativos a autonomia dessas iniciativas.

Na terceira etapa, *pós – incubação*, no caso específico das cantinas solidárias, o tempo limite de permanência no espaço cantina/pedagógico é de dois anos, passado esse período, novas seleções são realizadas para que outras iniciativas possam participar do processo de incubação. Sendo que o

acompanhamento não se finda nessa terceira etapa, passando a ser realizado de forma mais pontual a partir de demandas específicas que possam vir a surgir nessa fase em que o grupo atinge um amadurecimento não apenas no que diz respeito ao desenvolvimento de suas ações econômicas, mas também nas dimensões políticas que envolvem a economia popular e solidária.

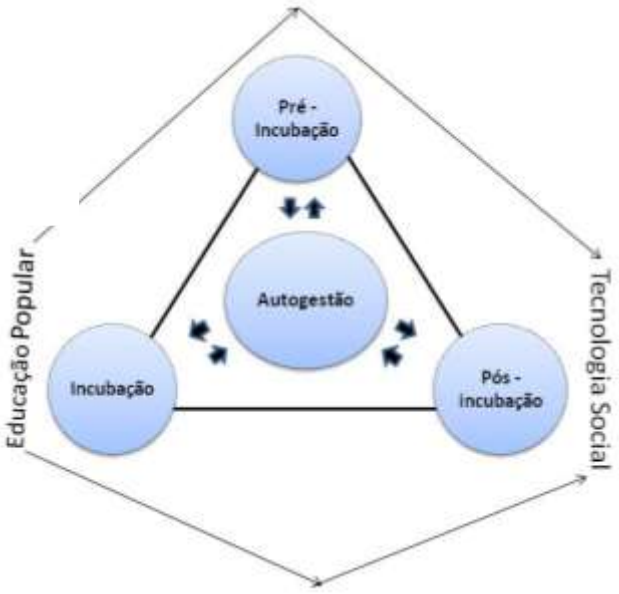
Esse processo mútuo de aprendizagem só é possível de ser construído por buscarmos enquanto incubadora o princípio da autogestão como base filosófica que permite a construção emancipatória dos sujeitos envolvidos, cabendo aqui afirmar

> [...] que o princípio da autogestão norteia a relação de trabalho entre os trabalhadores dentro das iniciativas e, também, nas relações entre estas e as Incubadoras Universitárias que balizam o ensino, a pesquisa e a extensão universitária sob um novo patamar de relações entre as organizações Universitárias e as Comunidades Locais, cuja mobilização visa quebrar a hegemonia do trabalho individualizado e competitivo e dar suporte e estimular o trabalho coletivo como processo educativo, politizador e libertário (LIMA, 2011, p. 04).

Nesse ensejo à autogestão soma – se o uso da tecnologia social atrelada a Educação Popular, formando uma tríade pautada na práxis pedagógica, onde é possível vivenciar teorias, sejam elas produzidas nos espaços acadêmicos ou populares.

Essa co/relação está representada no diagrama abaixo, o qual traduz todas as etapas do processo de incubação mediada ou ancorada em práticas socias simples lançando mão da educação popular e da tecnologia social para.

Figura 1 - Correlação entre os elementos do processo de incubação



Essas relações buscam fortalecer uma prática que se renova a partir de diferentes elementos da dimensão da vida, culminando assim no fazer acontecer da economia popular e solidária como de fato ela deve ser.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que no desenvolvimento deste trabalho o fazer burocrático que a incubadora enquanto espaço acadêmico requer, dá lugar ao uso da Tecnologia Social e Educação Popular, que juntas são instrumentos base no que tange o trabalho administrativo da IEPS/UEFS.

Para além disso, ambas com seu papel político auxiliam e contribuem para que setores populares da sociedade disputem e ocupem os espaços acadêmicos como seus por direito. Que através do processo de luta e resistência continue buscando uma sociedade mais justa e igualitária. Sendo esse o objetivo primordial do trabalho da equipe IEPS/UEFS compreendendo que o papel das incubadoras enquanto fomentadoras da construção de uma economia nos moldes mais igualitários e humanitários são indispensáveis nesse processo.

Buscamos aqui nesses espaços desconstruir a ideia da Universidade como instância acadêmica detentora do saber, sendo possível que a educação possa trilhar uma vertente contra hegemônica independente dos espaços formais de educação, onde esses sujeitos possam ocupar os lugares que são seus por direito, e possam criar também instrumentos de luta para que conquistem e ocupem tantos outros lugares que lhes foram negados historicamente através das relações desiguais nessa sociedade.

Este trabalho aqui não se finda, pois compreende que o desenvolvimento da economia popular e solidária acompanha a reprodução da vida que se renova se reformula e se (re)constrói a todo instante.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. BORGES, Maristela Correa. **Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde, Educação, e Cultura Populares**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

COSTA, Francisco Xavier Pereira da; NETO; José Francisco de Melo. **Metodologia de Incubação** (em economia solidária popular). INCUBES – UFPB. S.d.

CULTI, Maria Nezilda Culti. **Reflexões sobre o processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários e seus limites.** 1º Conferência Nacional de Economia Solidária da Rede Unitrabalho. 2002. São Paulo.

LIMA, José Raimundo Oliveira**. INCUBAÇÃO:** Processo educativo estabelecido entre incubadora universitária e os agentes ou iniciativas de economia popular e solidária e desenvolvimento local**.** Fórum Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável. 2011.

_____. **A Economia Popular e Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual da Bahia. Salvador 30 de setembro de 2014.

MANCE, Euclides André. **Redes de Colaboração Solidária**. IFiL. Curitiba, 11/2002

NUNES, D. e VASCONCELOS N. **Economia Solidária e Metodologias de Incubação**. 1 de fevereiro de 2007. Disponível em:http://mundo-dotrabalho.blogspot.com.br/2007/02/economia-solidria-e-metodologias-de.html.

HORTA C.R**.** Tecnologia social: um conceito em construção. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais.** Minas Gerais. Nº10. Out. 2006. Acesso em :https://www.ufmg.br/diversa/10/artigo6.html.

PITA, Flávia Almeida. LIMA, José Raimundo Oliveira. LIMA, Cléo Emílio dos Santos. Normatizando Solidariedade: Experiências de construção coletiva e regras de uma cooperativa informal de economia solidária. **Outra Economia**. V. 09, pp 69 – 68,Enero Júnior 2015.

THIOLLENT, Michel, 1947. **Metodologia da pesquisa ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

O USO DE METODOLOGIAS INTEGRATIVAS NA INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: A EXPERIÊNCIA DA ITES/EAUFBA COM A REDE MATARANDIBA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E CULTURA

Iago Itã de Almeida Pereira[87]; Diana Rôde Lima[88]; Fernanda Castro de Queiroz[89]; Laís Francine Nascimento de Jesus[90]

RESUMO: Este artigo busca evidenciar como o uso de Metodologias Integrativas colaboram com a Incubação Tecnológica em Economia Solidária da Rede Matarandiba de Economia Solidária e Cultura. Para tanto, pretendemos traçar uma breve aproximação teórica entre os conceitos de Incubação em Economia Solidária e de Metodologias Integrativas, apresentar a Rede Matarandiba e seu processo de incubação, por fim, descrever os métodos integrativos que vem sendo usados nesta experiência de incubação e apresentar os resultados iniciais do uso das Metodologias Integrativas a partir das percepções dos técnicos da Incubadora atuantes no território, dos membros dos empreendimentos e conselheiros das associações participantes do projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Incubação; Metodologias Integrativas; Economia Solidária

1 INTRODUÇÃO

O uso das Metodologias Integrativas tem contribuído para o processo de Incubação em Economia Solidária de um dos projetos de desenvolvimento incubado pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES-UFBA). O projeto em questão é a Rede Matarandiba de Economia Solidária e Cultura, iniciativa que acontece na pequena comunidade tradicional de Matarandiba, situada numa ilha da Baía de Todos os Santos. Esse processo de co-construção, iniciado em 2008, fruto da relação Incubadora, comunidade e parceiros, vem experimentando, nos últimos anos, o uso das chamadas Metodologias Integrativas na prática da Incubação e da gestão dos empreendimentos da Rede.

Para melhor situar a discussão e a apresentação da experiência, iremos a seguir, no primeiro momento, traçar uma breve aproximação entre os conceitos de

[87] ITES-UFBA. Graduado em Gestão Pública e Gestão Social pela UFBA. Mestrando em Desenvolvimento e Gestão Social pela UFBA. ita.iago.ap@gmail.com
[88] ITES-UFBA. Graduada em Turismo e Hotelaria pela UNEB. Bacharel em Humanidades com Estudos das Relações Internacionais e graduanda em Administração pela UFBA. rode.lima@hotmail.com
[89] ITES-UFBA. Graduada em Comunicação Social pela UESB. Mestranda em antropologia pela UFBA. nandacastroq@gmail.com
[90] ITES-UFBA. Graduada em Administração pela UFBA. lais.francine29@gmail.com

Incubação em Economia Solidária e o de Metodologias Integrativas, tentando demonstrar como a segunda, além de apropriada para a prática da incubação em empreendimentos solidários, pode ser potencializadora da extensão universitária no campo da Economia Solidária.

A partir daí, apresentaremos a experiência da Rede Matarandiba de Economia Solidária e Cultura, seu processo de criação, o modo que se dá a incubação desse projeto, e descreveremos os procedimentos, técnicas e ferramentas utilizados que são inspirados no conceito de Metodologias Integrativas.

Por último, daremos os resultados iniciais, os desafios e limitações do uso dessas metodologias, a partir da nossa percepção enquanto técnicos de Incubação da ITES-UFBA, de entrevistas com membros dos empreendimentos da Rede Matarandiba e com conselheiros das associações locais que participam do projeto.

2 APROXIMANDO CONCEITOS E PRÁTICAS

Primeiramente, achamos importante destacar que esse texto é um esforço inicial empenhado por uma equipe de técnicos em Economia Solidária, tendo como base as reflexões oriundas do trabalho de campo, das discussões internas da equipe e do acesso à literatura dos temas que orbitam o nosso campo de atuação. Nesse processo quase etnográfico que permeia os trabalhos de campo dos membros de Incubadoras de Economia Solidária, vivemos em um trânsito constante entre a teoria e a prática, onde um alimenta o outro e produz reflexões e reflexos no e do nosso trabalho. Desse processo emerge aquilo que entendemos como um papel irrefutável das Incubadoras Universitárias de Economia Solidária: co-produzir conhecimento a partir dos aprendizados gerados no seu fazer incubação. E é pensando nesse imperativo que nos obrigamos aqui a fazer essa reflexão que visa aproximar conceitos e práticas. Entendemos que para fundamentar esse trabalho, é necessário que tracemos um paralelo entre os dois conceitos importantes para a nossa discussão: o de Incubação em Economia Solidária e o de Metodologias Integrativas.

A literatura sobre a Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária, ao apresentar este conceito, costuma trazer as peculiaridades desse tipo de incubação. Isso se faz necessário porque o termo “incubação” é tradicionalmente

utilizado para se referir à assessoria técnica dada a iniciativas de natureza empresarial, principalmente as ligadas a inovação e novas tecnologias (CUNHA 2008). Portanto, os autores do nosso campo tratam de esclarecer que a "Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários" se diferencia da "Incubadora de Empresas", tanto pelo seu público (que são grupos de trabalhadores organizados em cooperativas, associações, coletivos, redes que praticam a autogestão), quanto pela forma de atuação (que é in loco, nas comunidades e empreendimentos, criando conjuntamente alternativas para a solução de problemas de gestão). (FRANCA FILHO; CUNHA, 2009, 2014; CULTI 2009).

Achamos que aqui não é oportuno realizar um panorama acerca das diferentes compreensões a respeito da Incubação em Economia Solidária e seus sinônimos (Incubação Tecnológica de Cooperativas Populares, Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários, etc), e nem recuperar o importante percurso histórico de sua consolidação. Todo esse apanhado podemos ver muito bem apresentado em relevantes trabalhos sobre o tema, como os de Cunha (2008), Nunes e Vasconcelos (2006), França Filho (2009), Nascimento (2013), entre outros. Aqui nos ateremos a refletir mais especificamente sobre prática e princípios da incubação, que se desdobram no modo que se dá o acompanhamento em campo junto aos empreendimentos.

Diversidades à parte, as Incubadoras, em geral, tendem a buscar uma abordagem técnico-pedagógica que integre o conhecimento técnico-científico da Incubadora com o conhecimento popular e prático dos grupos incubados. A prática e os princípios das incubadoras estão na contramão da imposição do saber formal, científico, acadêmico e buscam sempre fomentar a solidariedade e a democracia nos grupos com os quais trabalha. Nesse sentido, é muito comum que nós, membros de Incubadoras de Economia Solidária, tenhamos referências muito caras para orientar a nossa ação em campo, entre elas, conceitos como a educação popular, a interdisciplinaridade, horizontalidade, e outros valores inspirados nestes e em outros conceitos.

> As práticas metodológicas variam intensamente entre as incubadoras de cooperativas universitárias que existem no Brasil. Mesmo assim, valores como autogestão, participação, solidariedade e cooperação são parte substantiva das coincidências, bem como alguns princípios de intervenção: interdisciplinaridade, horizontalidade das relações entre grupos e incubadoras e educação popular. (CRUZ; GUERRA 2009 p. 11)

A apreensão desses valores/princípios muito próprios e fundamentais para atuação no campo da Economia Solidária faz com que nós, estudantes, professores e técnicos membros das Incubadoras, busquemos adotar e construir ferramentas, metodologias, tecnologias e procedimentos mais adequados para esse trabalho de incubação. Esse esforço se apresenta principalmente nas atividades de formação/capacitação (com inspiração muito forte da Educação Popular) e na adoção de metodologias de gestão mais apropriadas para os empreendimentos e para a própria incubadora. Justamente nessa busca por metodologias mais sintonizadas com os nossos princípios, é que acreditamos que temos na Incubação em Economia Solidária um campo fértil para a experimentação de formas "não-convencionais" de realizar os trabalhos de assessoramento na gestão dos empreendimentos, na formação dos atores e na dinâmica interna da incubadora. "Não-convencional" porque podemos buscar incluir nessa atuação outras inteligências, outras racionalidades e outras formas de ver e interpretar a realidade.

Uma das abordagens que chama a atenção para a incorporação dessa visão é a que vem sendo chamada de "Metodologias Integrativas" - MI. As MI nos convidam a pluralizar o nosso entendimento do "racional", e a integrar às nossas práticas outras dimensões da racionalidade, como, por exemplo, o âmbito do sensorial-corpóreo, do intuitivo, do emocional, artístico, entre outros, descortinando uma verdadeira ecologia de saberes e possibilidades (GIANNELLA, BATISTA 2013).

A concepção de "integração" trazida pelas MI está baseada em diversas compreensões, entre elas os recentes e contra paradigmáticos entendimentos da relação sujeito e objeto, os aspectos contemporâneos das neurociências (que rompem com as dicotomias razão-emoção, corpo-mente) e a teoria das "inteligências múltiplas", de Howard Gardner, que provoca grande impacto quando propõe o rompimento das inteligências verbal e lógica como únicas racionalidades da cognição humana, apresentando a existência de, no mínimo, nove inteligências, como a musical, espacial, corporal/cinestésica, interpessoal, naturalística, entre outras.

Diante desses e outros recentes entendimentos, urge a insurgência de um novo discurso da ciência que "deve se basear no reconhecimento dos limites da racionalidade que aplica e no esforço de leitura/escuta/diálogo com outras racionalidades, lógicas, formas de entender e explicar o mundo (cosmovisões)"

(GIANNELLA, BATISTA 2013 p. 87). Tal “novo discurso” tem total afinidade com os princípios das incubadoras de economia solidária, pois estas buscam exercer um papel importante na redefinição das práticas e lógicas de gestão, que devem superar uma concepção estreitamente tecnicista e instrumental das organizações, principalmente as da economia solidária.

No entanto, a grande questão que fica para nós aqui é refletir até que ponto a nossa atuação, enquanto incubadoras de economia solidária, consegue ser de fato “integrativa”, como convida a ser as MI. Ou melhor, como podemos contribuir, e incluir e potencializar a expressão de outras racionalidades e inteligências durante o processo de incubação?

Foi tentando responder a essas questões que a ITES-UFBA começou a experimentar o uso e construção de procedimentos, ferramentas, técnicas que, de alguma forma, buscassem integrar outras inteligências. Isso se deu, em um primeiro momento, internamente, na gestão e planejamento da própria incubadora. Em um segundo momento, nas atividades de campo, em diferentes projetos e comunidades. A seguir, iremos apresentar melhor a experiência na Rede Matarandiba de Economia Solidária e Cultura.

3 UMA COMUNIDADE E UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BASEADO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

É em meio às águas da Baía de Todos os Santos que está localizada a comunidade de Matarandiba. A comunidade se formou em uma ilha na contra-costa da famosa Ilha de Itaparica e pertence ao município de Vera Cruz, ficando a 40km da sede do município. Até os anos 60, a ligação da ilha com o continente se dava somente por via marítima. A relação com o as outras localidades do Recôncavo da Bahia era muito forte, pois as mais diversas transações econômicas e culturais se davam sobretudo com essa região, por meio da ligação que os transportes marítimos, saveiros e navios, criava na Baía de Todos os Santos. Essa realidade vai se alterando gradativamente com a construção de uma ligação com a Ilha de Itaparica, construída pela a empresa Dow Química, que compra 90% do território da Ilha de Matarandiba na década de 70 e instala uma planta de extração de salgema no território, fazendo um aterro para a ligação terrestre entre as duas ilhas, como maneira de facilitar a logística de sua atividade econômica.

De lá para cá a vila foi crescendo, porém mantendo as características de uma comunidade tradicional com uma pequena população, que hoje não chega a 1000 habitantes, que têm como principal atividade econômica a pesca e a mariscagem artesanais, segundo dados do relatório sócio econômico realizado em 2008 pela ITES-UFBA. No que tange a educação, na época do estudo, apenas 14% dos moradores tinham segundo grau completo e 0,9% tem superior completo. Por ser distante da sede do município, Mar Grande, e mais ainda de Salvador, capital do Estado, onde estão localizados os equipamentos culturais como cinema, teatro, museus, etc., o acesso a esses serviços sempre foram também algo difícil para os moradores.

Apesar desses dados que revelam uma comunidade ainda carente de serviços essenciais e básicos para a sua população, a vila tem construído novas maneiras de organização social e comunitária que vêm alterando as dinâmicas econômicas, sociais e culturais através da Rede Matarandiba de Economia Solidária e Cultura. A Rede surge da demanda da comunidade por um projeto de desenvolvimento e pela insatisfação com os irrisórios investimentos desenvolvidos pela empresa Dow em medidas de mitigação de impactos. A partir da demanda colocada pela comunidade e pelo interesse da empresa em apoiar algum projeto local, a Universidade Federal da Bahia foi buscada e a Incubadora foi identificada como instituição que poderia co-construir um projeto como esse. Se constituiu, portanto, uma parceria entre a comunidade, a ITES-UFBA, e a empresa Dow. Assim se inicia, em 2008, a Rede Matarandiba de Economia Solidária e Cultura, que então se chamava Rede Ecosmar e que tinha como propósito a construção de novas maneiras de produção na comunidade que abarcasse uma noção de desenvolvimento local a partir da formação de uma rede. “A noção de rede de economia solidária implica a valorização do potencial de constituição de novos circuitos de trocas e relações econômicas integradas ao conjunto das esferas de estruturação da vida no lugar. (RELATÓRIO ECOSMAR, FASE 1).

Desde então, somam-se os esforços de uma construção conjunta entre a Incubadora e grupos da comunidade no intuito de geração de trabalho e renda vinculada ao desenvolvimento humano na comunidade, através da constituição tanto de empreendimentos sócio-produtivos, voltados preferencialmente para produção e

consumo local, quanto da criação de iniciativas de natureza sócio-cultural, sócio-política e/ou sócio-ambiental,[91].

Como passos iniciais, ainda em 2008, inicia-se a formação e consolidação da Associação Comunitária de Matarandina, a ASCOMA, e a realização do Mapeamento Socioeconômico de Matarandiba. A partir disso, cria-se o primeiro empreendimento solidário da Rede, o banco comunitário Ilhamar que implantou uma moeda social na comunidade, a Concha[92], e tem como principal missão fortalecer a economia local, oferecendo serviços de microcrédito para criação de empreendimentos locais, para consumo e reformas, e gerindo o sistema da moeda social. Logo em seguida, no mesmo ano, cria-se outro empreendimento, o InfoMar, um centro comunitário de ensino de informática básica e acesso à internet, já que naquele momento não havia pontos de acesso à internet na comunidade, sendo um local destinado a promover a inclusão digital.

Ao longo desses 10 anos, fruto do trabalho da ASCOMA e da ITES-UFBA, foram se criando novas iniciativas, e hoje somam 8 empreendimentos solidários articulados, como Rádio Comunitária, Grupo de Ostreicultura Solidária, Grupo de Produção Agroecológica, Padaria comunitária, Vivertur (Agência de turismo de base comunitária). A ASCOMA funciona com um conselho gestor que apoia todos os empreendimentos econômicos solidários criados por ela, acompanha, avalia e mobiliza recursos para as iniciativas e a ITES-UFBA dá o suporte técnico para a associação.

Logo após a criação da ASCOMA, se dá a articulação para a criação da Associação Sócio Cultural de Matarandiba, a ASCOMAT, por meio um grupo de mulheres que resolveu criar a associação e fazer um trabalho entorno das práticas culturais existentes na comunidade e que estavam frágeis ou momentaneamente esquecidas.

A ASCOMAT iniciou suas articulações em um processo de diálogo com os mais antigos para reviver o Terno de Reis e o Auto do Zé de Vale, antigas manifestações locais que há décadas não se apresentavam mais, além de fortalecer as práticas que ainda estavam ocorrendo na comunidade, como Boi Estrela e o samba de roda. Hoje, a Ascomat é responsável pela produção cultural da

[91] Relatório Ecosmar Fase 1
[92] Cada concha corresponde ao mesmo valor que o real. Circula nos valores: C$ 0,50, C$ 1,00, C$ 2,00, C$ 5,00, C$ 10,00.

comunidade, inclusive organizando e cumprindo um calendário anual de festejos populares locais como o Samba de Roda, o Auto do Zé de Vale, o Boi Estrela, Presente para Iemanjá, São Gonçalo, Aruê, Terno das Flores, Lavagem da Fonte. Além disso, a ASCOMAT criou empreendimentos culturais, o Pontos de Memória Tia Dina, o Ponto de Leitura Tia Dazinha e o Ponto de Cultura Voa Voa Maria. A associação, no ano de 2016 recebeu duas grandes premiações nacionais em reconhecimento pelo seu trabalho de salvaguarda de manifestações culturais e preservação do patrimônio imaterial.

A reunião de todas essas iniciativas, as ligadas à ASCOMA e à ASCOMAT, formam a Rede Matarandiba de Economia Solidária e Cultura, um conjunto de empreendimentos de economia solidária e cultura totalmente autogeridos por pessoas do local e voltados para o desenvolvimento da comunidade. A sustentabilidade de um projeto como esse traz grandes desafios para os envolvidos, que têm que lidar com questões complexas de ordem econômica, ligadas à mobilização de recursos, mas também políticas, culturais, gerenciais, relacionais e emocionais. O processo de incubação dessa experiência acompanhou tal complexidade e foi se modificando frente aos desafios que se colocaram e sobre os estágios de desenvolvimento e aprendizagem mútua dos grupos, lideranças e da própria incubadora. Nos últimos anos, a integração de outras formas de atuar enquanto incubadora vieram a responder a essa complexidade dos desafios impostos e tem se apresentando como um novo ciclo, ainda inicial, de aprendizagem e mudança da atuação da Incubadora neste projeto.

4 A BUSCA POR METODOLOGIAS MAIS INTEGRATIVAS NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DA REDE MATARANDIBA

Nós, os técnicos da ITES/EAUFBA atuantes na comunidade de Matarandiba, utilizamos novas ferramentas e abordagens no processo de incubação em economia solidária no território de Matarandiba nos últimos anos. Nesta sessão trataremos das principais metodologias não convencionais utilizadas e suas diferentes abordagens, sem, é claro, exaurir a descrição dessas metodologias, que podem ser pesquisadas com facilidade para quem se interessar por mais informações a respeito delas.

4.1 DRAGON DREAMING - PLANEJAMENTO COLABORATIVO, GESTÃO COLETIVA E ORGANIZAÇÃO DE REUNIÕES LÚDICAS E EFICAZES

A metodologia do Dragon Dreaming (DD) consiste num conjunto de conhecimentos, ferramentas e técnicas para a realização de projetos criativos e participativos. Nessa metodologia, difundida pela Fundação Gaia da Austrália Ocidental, a realização de um projeto é visto como uma jornada a ser percorrida pelos indivíduos envolvidos, de forma individual e coletiva, sendo o “sonhar” a etapa inicial dessa jornada em que o projeto será construído, seguidas pelo planejar, realizar e celebrar, onde inclui grande importância na celebração na ludicidade para a gestão de projetos.

A metodologia volta-se para a realização de projetos que geram, ao mesmo tempo, crescimento pessoal, fortalecem o senso de comunidade e promovem um serviço à Terra. Essa metodologia é um conjunto de ferramentas inspiradas em diversos conhecimentos planetários (que vão desde as “perguntas geradoras” de Paulo Freire até conhecimentos tradicionais de povos aborígenes) que pode ter diversas aplicações a depender do contexto em que ela se insere.

Em um processo de planejamento colaborativo pelo Dragon Dreaming (DD), primeiramente as pessoas envolvidas compartilham seu sonho pessoal em relação ao projeto que será construído, destacando o que este precisa ter para ser 100% delas, para que se sintam realizadas. A grande característica não convencional do DD é proporcionar que dimensões geralmente descartadas, como a intuição, a ludicidade, a estética e a inteligência coletiva, contribuam para construção de um projeto, sem abrir mão de definir tarefas necessárias, prazos, responsáveis e recursos para que o projeto se realize.

Em 2015, a ITES-UFBA investiu na capacitação na metodologia e iniciou a aplicação desta no planejamento colaborativo de seus projetos em andamento, possibilitando que os membros da incubadora pudessem obter um nível de aprendizado necessário para a sua reaplicação. Dessa forma, a utilização da metodologia foi incorporada na atuação dos técnicos nos territórios onde atuam e desse o ano de 2016, o planejamento da Incubação da Rede Matarandiba vem sendo feito usando as ferramentas do Dragon Dreaming.

Além disso, na Rede Matarandiba, processos de planejamento foram feitos com o uso do DD, como as atividades da ASCOMAT, a associação sociocultural, e no planejamento anual da Rádio A Voz da Terra.

Na facilitação de reuniões e encontros, a metodologia é utilizada para que esses momentos sejam mais eficazes e produtivos, utilizando para tal algumas técnicas. Um desses procedimentos é a definição de Guardiões. Em cada reunião podem ser definidas as pessoas que serão os guardiões, ou seja, as pessoas responsáveis por determinados aspectos da reunião, como: guardião do tempo, guardião do lanche, guardião do espaço, guardião do registro, guardião da energia do grupo e etc. Assim, o andamento da atividade passa a ser autogerido, e a responsabilidade compartilhada entre os presentes. Outras técnicas são usadas antes e depois de começar essas atividades, como, por exemplo, a checagem em duplas dos “tempos internos”, das ideias que surgiram, de sonhos que as pessoas tiveram, entre outras coisas que ajudam a fortalecer os vínculos entre os participantes e ajudam a perceber como as pessoas chegam para aquela reunião e como elas saem.

Uma outra técnica que o Dragon Dreaming recomenda é a adoção do Bastão da Palavra, que é um objeto qualquer que sinaliza quem está com a palavra no momento de uma reunião, principalmente aquelas cujo tema seja mais complexo ou que envolva conflitos e questões relacionais. Essa técnica tende a incentivar a participação autêntica dos indivíduos, a proporcionar uma atenção total a quem fala e a evitar interrupções.

Outros tantos procedimentos colaboram para tornar as reuniões mais eficazes e lúdicas, muitas das quais envolvem cuidado com a energia do grupo e com a variação das formas de expressão e participação.

4.2 OFICINAS E RODAS DE DIÁLOGO - PROCESSOS DE FORMAÇÃO E ESCUTA

As oficinas são metodologias pedagógicas de ensino utilizadas nos processos de formação e capacitação que valorizam os diversos saberes, incentivando a participação ativa e aprendizado dos participantes.

De acordo com Figueiredo Et al (2006) a metodologia de oficina pedagógica “enquanto prática democrática e participativa, se realiza mediante uma

abertura do educador, que não se coloca como o único detentor de conhecimento". Essa metodologia é utilizada em espaços de formação e capacitação de indivíduos em que o saber não é algo que se tem, e sim algo que é algo compartilhado, faz parte de uma relação de trocas entre os envolvidos. Para tal, são utilizadas pelos educadores diversas dinâmicas, sejam elas coletivas ou individuais, que possibilite um ambiente de aprendizagem com a exposição dos conhecimentos e saberes dos educando e educadores (Figueiredo Et al, 2006).

O modelo de Oficina adotado na Incubação da Rede Matarandiba vem priorizando a construção de conhecimento de modo interdisciplinar, buscando agregar, nos momentos de formação e capacitação, vídeos, músicas, dança e o diálogo ao tratar de temas variados, desde uma oficina de elaboração de roteiro turístico, até uma oficina de Economia Solidária, por exemplo.

As Rodas de Diálogos são utilizadas para incentivar o debate democrático entre os indivíduos a respeito de diversos temas em um processo de escuta coletiva e respeito as falas. As rodas acontecem sem a preocupação com o estabelecimento de um consenso, podendo as opiniões convergirem ou divergirem, (Carvalho et al, 2014).

As Rodas de Diálogo vem sendo usadas na nossa experiência de incubação nos momentos de formação e em reuniões e encontros, momentos em que os indivíduos precisam se sentir confortáveis e aceitos para expressar suas ideias e sentimentos ao tratar de determinado tema ou questão. O mais importante em uma roda é exercitar a escuta. Por esse motivo, no contexto onde se está buscando a integralidade nas metodologias, tem sido utilizado também as Rodas de Escuta, onde se convida os participantes a terem uma escuta ativa, onde sentimentos e sensações são colocadas sem que haja preocupação em buscar justificativas e culpados e sem dirigir a fala a alguém do grupo, criando um ambiente de autêntico compartilhamento e respeito.

4.3 DGCC – DIÁLOGO E GESTÃO CRIATIVA DE CONFLITOS - CAPACIDADE CRIATIVA NA GESTÃO DE CONFLITOS

O Diálogo e Gestão de Conflitos (DGCC) é uma metodologia que trata o conflito como "pontos de convergências" que podem ser distorções geradas pela forma como a comunicação acontece, impactando emocionalmente os indivíduos

envolvidos (MACHADO, 2016, p.40). O DGCC trata de formas criativas de lidar com o conflito em que nem o “eu” e nem o “outro” estão necessariamente certos ou errados, mas que há uma série de variáveis que influenciam em determinados comportamentos que estão vinculados as crenças individuais e identidades. O DGCC convida os indivíduos a refletir sobre a forma que nos comunicamos com o outro e nosso comportamento perante a um momento de conflito. Segundo o método, o conflito não é algo negativo, mas sim um fenômeno comum que pode ser fonte de aprendizado à medida que se faz dele um momento de autopercepção para o exercício de uma outra forma de comunicação com o outro. (MACHADO, 2016, p.45-56).

Para exercitar esse modo criativo de lidar com o conflito, o DGCC oferece algumas orientações que vem sendo incorporado na prática da incubação nos encontros e reuniões da Rede Matarandiba. Em 2016, foram realizadas duas importantes oficinas com Vivina Machado, a criadora do método, nas quais a pergunta orientadora foi: Como fazer do conflito uma oportunidade de mudança?

O DGCC integra à mediação de conflitos a inteligência corpórea, quando coloca como dimensão fundamental para lidar com situações conflituosas a autopercepção do corpo e as suas reações. A utilização deste método tem trazido importantes contribuições para o aprendizado diante de conflitos no contexto local de Matarandiba, entre os grupos da Rede e entre as pessoas que participam do projeto.

Essas técnicas e procedimentos brevemente descritos aqui são por nós percebidos como métodos integrativos, porque todos, de alguma forma, buscam mobilizar outras dimensões das capacidades humanas de interpretar e interferir na realidade. Deixar de contar com essas outras capacidades, significa desprezar potenciais e limitar oportunidades de participação. Além do mais, o uso dessas técnicas correspondem ao caráter transdisciplinar da incubação em Economia Solidária, que lida com questões técnicas, psicológicas, culturais e relacionais no seu trabalho de incubação.

5 COLHENDO PRIMEIRAS IMPRESSÕES E PERCEPÇÕES DE RESULTADOS NÃO CONCLUSIVOS

A partir da nossa atuação no projeto da Rede de Economia Solidária e Cultura, das percepções cotidianas dos membros a Rede e da entrevista feita com o Conselho Gestor da ASCOMA, pudemos identificar resultados iniciais do uso das Metodologias Integrativas no processo de incubação da Rede, assim como os desafios e limitações de sua utilização.

Um dos resultados percebidos foi o aumento da relevância atribuída a questões relacionadas ao bem estar das pessoas durante as atividades dos grupos e associações e a pluralização dos atores que protagonizam esses espaços. As reuniões gerais do projeto costumavam ser demasiadamente longas e realizadas sob um formato tradicional de discussão onde a maioria das vezes havia uma pessoa conduzindo e poucas compartilhando da comunicação. Além disso, as atividades costumavam ser iniciadas sem considerar o estado emocional das pessoas, inexistindo um momento ou espaço de fala para manifestações de caráter mais pessoal no qual se pudesse externar algum sentimento, desejo, sonho. Com a experimentação de métodos mais integrativos, começou a fazer parte do trabalho de incubação estimular que os grupos criassem outros formatos de atividades para as suas reuniões e capacitações internas, como por exemplo as Rodas de Conversas e Oficinas, ao invés de reuniões centralizadas e palestras tediosas. Além disso, começamos a apresentar e experimentar elementos como o “bastão da palavra”, “a checagem de sonhos e do tempo interno” e a definição de “guardiões” durante as atividades dos diversos empreendimentos e associações da Rede, ao mesmo tempo que enfatizamos a utilização da escuta ativa e a comunicação não violenta.

Como resultados dessas primeiras experimentações, observamos uma preocupação maior por parte dos agentes, associados e conselheiros em realizar acordo coletivo na definição de horários e tempo limite para acontecer os encontros; e a incorporação de intervalos e de lanches compartilhados nas reuniões e maior sensibilidade da disposição e energia do grupo durantes essas atividades.

> “A gente tinha hora de chegar, mas não tinha hora de sair. Eu acho que foi bem positivo isso, começaram a se preocupar que eu tenho marido, que eu precisava ir pra casa e que tinha que comer na hora certa, isso já era feito por alguns mas passou a ser feito com mais frequência...” (Rubenita Lélis, conselheira da Ascoma)

Outro resultado percebido foi um ganho de relevância nas condições dos ambientes onde os grupos atuam no seu dia a dia, do ponto de vista da organização, da estética e da relação entre as pessoas e o espaço físico como um importante componente de apreensão emocional no ambiente de trabalho. A partir disso, a ASCOMA realizou uma reforma em sua sede que de forma simples possibilitou a adequação do espaço às necessidades deles, dando maior aproveitamento no espaço e ampliando o acolhimento do ambiente. Os agentes sentiram-se atendidos pois muitos sentiam essa necessidade, mas em meio as atividades diárias, não a percebiam isso como uma prioridade. A resposta positiva em relação a reforma do espaço da Associação gerou a motivação para intervenção do ambiente da Padaria Comunitária Sonho Real – que passou por um mutirão com foco na produção e na apreensão do cuidar simbolicamente de todos ao cuidar do espaço. Um aspecto fundamental para essa mudança tem relação com a pluralização da tomada de decisão e com os esforços direcionados a tratar questões como o empoderamento feminino dentro da Rede. A fala de Rosangela Tigre, Conselheira da Ascoma demonstra isso:

> "…. a gente teve essa preocupação, com a estética, o espaço físico, mas só foi realmente possível fazer depois das Oficinas de empoderamento…. a reforma veio através disso, e não foi por causa da gente, eu mesmo falava sempre, batia muito nessa tese de fazer a reforma mesmo... também tem essa coisa de fazer lanche que não tinha, porque tinha aquela coisa de... isso vai ser gasto, vai ter muito gasto, então a gente se restringia, mas depois das Oficinas, do que a gente podia mudar, a gente podia falar, a gente se empoderou mesmo, depois da reforma…. a gente disse não vai ser muito gasto não, é uma coisinha de cada, a gente põe no pratinho... [referência aos lanches]"

Algo que foi amplamente percebido por todos como de grande relevância foi o exercício de dialogar e gerir criativamente os conflitos. Fruto das oficinas "Conflito: de obstáculo à oportunidade de mudança", a inserção da metodologia DGCC - Diálogo e Gestão Criativa de Conflitos – tocou em uma problemática extremamente importante para a Rede, que é a existência recorrente de conflitos, principalmente entre as duas associações locais. O método inclui à gestão de conflitos dimensões como a percepção do corpo quando está em situações de conflito, a observação das "bolhas de pensamentos" e dos valores que nos fazem re-agir diante de uma situação de conflito. Obviamente a experimentação de um novo olhar sobre as situações conflituosas não superou todos os obstáculos encontrados,

mas vem conseguindo chamar atenção para a dimensão da comunicação e da escuta, como destaca Sirlene Santana, conselheira da ASCOMA, “a gente começou a entender melhor o que o outro queria dizer ao invés de o que a gente achava”. A questão dos conflitos e a baixa integração entre as associações locais passou a ser ponto prioritário para o trabalho de incubação territorial, visto que se apresentava como grande barreira para o desenvolvimento de ações mais articuladas e integradas. Hoje, por uma série de fatores, entre os quais a apreensão de questões trazidas pelo DGCC, já há uma maior integração entre os membros das associações (ASCOMA e ASCOMAT) e destas nas atividades da Rede.

Uma outra percepção importante aponta que houve um fortalecimento das relações entre técnicos da Incubadora e agentes das Associações, de modo a superar uma relação puramente de trabalho. Essa aproximação foi consequência da adoção de uma postura mais integrativa no nosso trabalho, onde o compartilhamento de dificuldades pessoais, sonhos, ideias passou a fazer parte da nossa relação com os grupos e deles conosco. Sobre isso comenta Elizangela Lemos, associada da ASCOMA, que ressaltou a preocupação com os tempos para além do trabalho:

> *“*Quando eu entrei aqui em 2014, era vocês, mas vocês mudaram esse processo... A preocupação nossa com a questão da nossa saúde, de nosso lazer, de nosso estado mental... a gente se conhece mais, se fala mais por telefone, tem mais proximidade e abertura pra falar, o que é preciso falar... coisas da nossa vida e que ajudam a compartilhar os pensamentos.”

Já no que diz respeito ao planejamento, as experiências de elaboração com a metodologia do Dragon Dreaming mostraram-se bastante exitosas, sobretudo por proporcionarem uma grande apropriação do planejamento. Um dos propósitos dessa metodologia é romper a divisão entre os que planejam e os que executam o que foi planejado. Em um projeto feito pelo Dragon Dreaming, todos os envolvidos contribuem para o planejamento inicialmente respondendo “o que esse projeto precisar ser para que eu me sinta totalmente satisfeito por fazer parte dele”. As respostas são parte daquilo a ser levado em conta para a construção dos objetivos e definição de tarefas. A nossa experiência de elaboração de um planejamento Dragon Dreaming na incubação da Rede Matarandiba se deu com os jovens da Rádio Comunitária A Voz da Terra e com os membros da Ascomat. Como primeira impressão, é notório o quanto tal forma de planejar é capaz de tirar da zona de

conforto os envolvidos e criar um amplo espaço para a criatividade, para o inusitado e inovador, elementos que fazem do processo de planejar ser tão ou mais importante do que o produto do planejamento.

Concluímos dizendo que a adoção de práticas mais integrativas na nossa atuação enquanto Incubadora de Economia Solidária na Rede Matarandiba de Economia Solidária e Cultura vem apresentando resultados ainda iniciais, mas que apontam para um horizonte de possibilidades e de aprendizados muito rico. Como desafio há a resistência e estranhamento causado ao propor, por exemplo, fazer um planejamento utilizando a intuição, lidar com um conflito percebendo a reação do seu corpo, ter um guardião da vibração durante uma formação ou começar uma reunião compartilhando um sonho ou o seu "tempo interno". No entanto, esse estranhamento parece ser comum quando se quer fazer a audaciosa missão de integrar dimensões contemporaneamente esquecidas ou deslegitimadas da complexidade do ser humano.

REFERÊNCIAS

AVALIAÇÃO DO PRONINC. **Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares**. 1ª Edição. Novembro de 2017.

CULTI, Maria Nezilda. Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como Processo Educativo. **Otra Economía**, v. 3, n. 5, p. 146-165, 2011.

CUNHA, Eduardo Vivian da. Incubação. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador; CIAGS/UFBA, 2014. p. 95-97.

CRUZ, Antonio; GUERRA, Janaína da Silva. In: HERBERT, Sérgio et al. **Participação e práticas educativas** - a construção coletiva do conhecimento. São Leopoldo: Oikós, 2009. pp. 90-105.

DAWBOR, L. **Democracia econômica**: alternativas de gestão social. Petrópolis: Vozes, 2008.

DE FIGUEIRÊDO, Maria do Amparo Caetano et al. Metodologia de oficina pedagógica: uma experiência de extensão com crianças e adolescentes. **Revista Eletrônica Extensão Cidadã**, v. 2, 2006.

DE CARVALHO, Gilmar et al. Roda de Conversa: uma proposta metodologica para a construc? o de um espaco de dialogo no Ensino Medio. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31, 2014.

FRANCA FILHO, Genauto Carvalho de; CUNHA, Eduardo Vivian da. Incubação de redes de economia solidária. In HESPANHA, P. et al (Coord.) **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra, Portugal: Almedina AS, 2009

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de, LAVILLE, Jean Louis. **Economia Solidária**: Uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GIANNELLA, Valeria. Metodologias integrativas. In BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador; CIAGS/UFBA, 2014 p. 112-114.

GIANNELLA, Valéria. Base Teórica e Papel das Metodologias Não Convencionais para Formação em Gestão Social. In: CANÇADO, Airton et al. (Org.). **Os desafios da formação em gestão social.** Palmas, Tocantins: Nesol; UFT; Católica do Tocantins; UNITINS, 2008. p. 11-36, (Coleção ENAPEGS; v. 2).

GIANNELLA, Valéria; BATISTA; Vanessa Louise. Metodologias Integrativas: Tecendo Saberes e Ampliando a Compreensão. **RIGS Revista Interdisciplinar de Gestão Social.** set./dez. 2013, v. 2, n.3, p .83-108 ISSN: 2317-2428 copyright@2013s.

MACHADO, Vivina. **Diálogo e gestão criativa de conflitos**: método centrado na complexidade do pensamento e simplicidade da ação. Lauro de Freitas: Editora Solisluna, 2016.

MOURA, Maria Suzana. Metodologias Integrativas: Abrindo Novos Caminhos para a Criação Coletiva na Gestão Social. **RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. v.2, n.3, p . 179-188. set./dez. 2013.

NASCIMENTO, Ives Romero Tavares do. Extensão universitária; **Economia solidária; incubação de empreendimentos econômicos e solidários; Inovação social.** Universidade Federal da Bahia, 2013

PROJETO ECOSMAR, **Relatório Final: etapa I.** Vera Cruz-Ba, maio, 2008b.

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM TERRITÓRIO DO CERRADO: A EXPERIÊNCIA DA ITCP NO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA (GO)

Ana Carolina de Oliveira Marques[93]; Eguimar Felício Chaveiro[94]; Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano[95]; Edson Batista da Silva[96]

RESUMO: Deu-se início, em fevereiro de 2018, à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ProSol) da Universidade Estadual de Goiás. Os oito empreendimentos incubados estão localizados em quatro municípios goianos: Itapuranga, Ipameri, Itumbiara e Jataí. A ProSol/Itapuranga conta com a parceria da equipe do projeto "Sociobiodiversidade e Desenvolvimento Territorial: perspectivas para o mundo do Cerrado" (CAPES/UFG). As interfaces dessa parceria compõem o conteúdo deste trabalho. São múltiplas as atividades promovidas por essa equipe de profissionais, dentre elas trabalhos de campo, eventos e missões científicas, nacionais e internacionais. Nestas ocasiões, aprimora-se a abordagem territorial do Cerrado, ou seja, o refinamento de princípios para uma leitura do Cerrado enquanto território em disputa. A ITCP representa, pois, um dos canais de intervenção desta equipe, norteada pelos princípios teóricos elaborados. A socialização e avaliação contínua desta experiência se apresenta, assim, fundamental à revisão da teoria e ao alcance da práxis. Dois grupos de empreendimentos solidários compõem a ProSol/Itapuranga: grupo Mulheres Rurais do Xixá (doces, artesanatos e panificados) e Pré-Assentamento Paulo Gomes (agricultura). Ambos desempenham suas atividades a partir dos princípios da Economia Solidária: cooperação, solidariedade, ação econômica e autogestão. No estágio atual, correspondente à fase de pré-incubação, os empreendimentos são submetidos ao diagnóstico socioeconômico e ambiental, condição para a escolha de setores estratégicos de incubação. Consta ainda como desafio inicial a ampliação da rede de contatos e parceiros, daí a importância da representação da ProSol em eventos como a XI Feira do Semiárido e o II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local – CIEPS.

Palavras-chave: Autodeterminação territorial, Incubadora Solidária, Abordagem territorial do Cerrado.

1 INTRODUÇÃO

Cresce o número de experiências sociais e trabalhos científicos pautados em princípios da Economia Solidária tais como cooperação, solidariedade e autogestão. À medida que essas iniciativas ganham visibilidade, também limites e

[93] Doutora em Geografia. Professora do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: carol.geografia@hotmail.com
[94] Doutor em Geografia. Professor do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. E-mail: eguimar@hotmail.com
[95] Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de Goiás. Bolsista FAPEG. Técnica em assuntos educacionais no IFG. E-mail: daisycaetano@hotmail.com
[96] Doutorando em Geografia. Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás E-mail: edson_bat_silva@hotmail.com

fragilidades teórico-metodológicas e políticas se revelam. São eminentes os riscos de, durante o processo, deslizes que retiram dessas experiências o caráter solidário e autogestionário. Por isso, a consistência teórica e a clareza dos fundamentos da Economia Solidária nos parecem indispensáveis à coerência do que se proponha realizar neste campo.

Dentre a diversidade de "empreendimentos" solidários (o próprio vocabulário empresarial apresenta um risco significante), espera-se um maior rigor teórico das Incubadoras Tecnológicas de Economia Popular e Solidária (ITCP), cuja proposição se deu no interior das Universidades. Logo, a ITCP desafia, além da economia capitalista, a lógica heterônoma que rege o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias.

Põe-se em análise também o "pesquisador-militante", pois muitas vezes, como revela o geógrafo Marcelo Lopes de Souza em seu livro "Espaços de Controle e Territórios Dissidentes" (2012), compartilha da mesma tendência heterônoma na relação com os grupos sociais. A reflexão sobre a prática, exercício reiteradamente aconselhado por Paulo Freire, nos moveu, então, à elaboração deste artigo.

A versão final deste texto absorveu contribuições significativas oferecidas pelo conjunto de atividades da XI Feira do Semiárido (Feira de Santana/BA, 22 a 26 de maio de 2018), vivenciadas por três dos quatro autores. É importante ressaltar ainda a contribuição da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PrE) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), através do auxílio-evento[97].

Vale ressaltar que este texto é também resultado do projeto "Diagnóstico Socioeconômico e ambiental dos empreendimentos solidários incubados pela ProSol – Município de Itapuranga", vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da UEG, sob a coordenação da professora Ana Carolina de Oliveira Marques.

Escrito por quatro geógrafos/as, este texto reúne leituras acerca das particularidades do Cerrado, entendendo-as como condição para o sucesso de quaisquer proposituras de cunho socioeconômico em seus territórios. Diante disso, procuramos apresentar aos/às leitores/as o "contexto" sob o qual as primeiras incubadoras de economia solidária atuam em território do Cerrado, com ênfase no estado de Goiás, pois a consistência teórica há pouco mencionada exige a aproximação com a realidade concreta à qual se refere. Para nós, é esse movimento

[97] Concedido à primeira autora deste trabalho, também professora desta Universidade.

entre a teoria e a prática, o geral e o particular, a macro e a micro escalas, a revisão bibliográfica e a ida a campo, o caminho para o desenvolvimento de um trabalho – de viés econômico, extensionista, militante – ao serviço da transformação social.

Esta "intenção de percurso", mirando um trânsito escalar constante, se reflete na estrutura deste artigo. Parte-se das questões teóricas mais abrangentes, ou seja, dos princípios gerais da Economia Solidária, passando pelas particularidades dos territórios do Cerrado, até as experiências sociais concretas, especificamente ao trabalho realizado junto à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ProSol) da Universidade Estadual de Goiás/Campus Itapuranga.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: PRINCÍPIOS TEÓRICOS

A Profa. Flávia Pita, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS em roda de conversa no II CIEPS intitulada "A ideologia do empreendedorismo, a cultura do autoemprego e seu entrelaçamento com a Economia Popular e Solidária: salve-se quem puder?" abordou aspectos interessantes quanto ao cerne da economia solidária. E isso vem ao encontro do que se procura fazer como práxis ao pensar a Prosol/Itapuranga.

Os aspectos fundantes da economia solidária têm que vir à tona quando estiver sendo abordada a incubadora, isto porque a economia solidária vai muito além de "emprego e renda", como apresentou a Profa. Flávia. Ao pensar em economia popular e solidária, há que se falar de um outro modo de organização da classe trabalhadora, de uma outra organização do trabalho. Isso porque os princípios deste modelo que está sendo defendido em eventos como o II CIEPS "reúne experiências que tentam se afastar das características fundamentais do modo capitalista de produzir e trabalhar", como competitividade, individualismo, hierarquização, exploração do capital sobre o trabalho e crescimento exponencial infinito, segundo Pita.

Por outro lado a experiência solidária vai agregar valores mais coletivistas, quiçá socialistas, como os apontados por Pita: propriedade coletiva dos meios de produção, repartição igualitária do produto do trabalho, formas

democráticas e autogestionárias de organização de produção, solidariedade e bem-estar dos seres humanos e da natureza.

Há muitos desafios para implementar a economia solidária, seja por meio das incubadoras ou mesmo em outras iniciativas, já que a aplicação dos princípios solidários citados em uma sociedade extremamente inculcada dos valores capitalistas não é tarefa fácil. No entanto, não há dúvidas de que é um objetivo possível e que pode ser facilitado a partir da formação dos sujeitos envolvidos, sendo que no caso da Prosol/Itapuranga são os grupos de mulheres.

O trabalho é árduo e realmente não se resume a emprego e renda, já que passa também pela formação das mulheres envolvidas para que a economia solidária não seja confundida com a criação de um arranjo produtivo local, por exemplo, em que o estímulo é tão somente para a geração de renda por meio da competitividade e emergência da região como uma produtora de determinado/s produto/s. Neste sentido, Benini, Benini e Figueiredo Neto (2008, p.17) trazem reflexões sobre a possibilidade emancipatória da economia solidária.

> Entre elas, a principal foi de que a economia solidária, em algumas medidas, supondo as melhores hipóteses de casos onde houve sucesso, consegue reverter o processo de alienação, principalmente quando se é efetivamente praticada a autogestão – unidade entre concepção e execução, contudo, tal reversão é iniciada de forma parcial (apenas uma faceta da alienação a economia solidária poderia atacar).

Concordando com a colocação dos autores é que se tem a importância dos princípios teóricos da economia solidária para que se possa pensar em uma prática progressista no interior dos grupos que estão sendo assistidos pela Prosol/Itapuranga como uma possibilidade de autogestão em território cerradeiro.

3 LIMITES E POTENCIALIDADES DA AUTOGESTÃO EM TERRITÓRIOS DO CERRADO

Segundo Nascimento (2015), a economia solidária retoma valores e princípios do movimento operário, como: solidariedade, autogestão, autonomia, economia moral, etc. O autor entende que a autogestão promove a radicalização da economia solidária. Trata-se do ideal de democracia econômica e gestão coletiva de um novo modo de produção. Por isso se vincula a utopia da sociedade socialista igualitária.

A autogestão representa a reapropriação daquilo que o capitalismo usurpou dos trabalhadores ao longo da história. Na acepção da palavra, significa um modelo de socialismo em que os centros de decisão, gestão, controle, os meios de produção e os instrumentos político/ideológicos estão detidos pelos trabalhadores, (NASCIMENTO, 2015). Na execução da autogestão é fundamental implantação de mecanismos políticos, como: a democracia direta, a livre eleição e a revogação dos eleitos de suas posições de poder a qualquer tempo.

O conceito em tela reforça a gestão coletiva dos meios de produção pelos produtores livremente associados. Nega-se o centralismo decisório do Estado, a gestão e administração realizada por gestores descolados do trabalho realizado no "chão" da fábrica, na "terra de trabalho". A autonomia, em contraposição a heteronímia é caro a autogestão. Quem trabalha, produz, labora, também deve ser quem gere, decide, administra e controla a fábrica, a escola, o hospital, a terra.

Mas Melo Lisboa (2005) adverte que na autogestão a autonomia é relativa. Os grupos autogestionados não existem independentes da totalidade. Há determinantes macroescalares que atingem os grupos sociais. Por isso vivem a autonomia na heteronímia. A face do Estado, com regulações, normatizações, desregulamentações, muitas vezes favoráveis aos agentes hegemônicos. A ação coercitiva, com tributação, "legalização" e operações policialescas repressivas revela os limites da construção de outro mundo sem a tomada do Estado.

Melo Lisboa (2005), da mesma forma, entende que outro limite a autogestão é o trabalho alienado. Conforme o autor, a complexa divisão do trabalho contemporânea, com labores e saberes especializados, divisão macrossocial de tarefas e cultura técnica restrita, engendra traços de alienação. Associado a isso, o autor também compreende que a completa autogestão social, a sociedade simples, comunitária, transparente, homogênea e o trabalho sem alienação esbarra nos limites humanos.

Com isso, defende que existem setores econômicos não passíveis de autogestão, como: aeroportos, portos, forças de segurança, produção de energia, etc. O que não significa que não possam seguir o princípio da solidariedade ou serem atividades geridas pelos princípios da economia solidária. Melo Lisboa (2005) também argumenta que o fato de as atividades econômicas serem autogeridas, não

representa negação a lógica do capital, já que pode ocorrer exploração dos gestores democraticamente eleitos na relação com os trabalhadores.

O pesquisador menciona que a autogestão por si não basta a economia solidária. A luta política deve ser articulada a geração de renda. Como questão de fundo, a economia solidária e, especificamente a autogestão, precisa romper com o espírito do capitalismo. Necessita realizar enfrentamentos éticos-culturais. No Cerrado a autogestão depara-se com o coronelismo, o patrimonialismo, o clientelismo e o paternalismo, traços marcantes da cultura política brasileira e goiana.

A lógica da troca de favores, do mandonismo contumaz, dos privilégios políticos, que transforma sujeitos em clientes, em filhos de “bons coronéis”, endossa o imaginário de que existem sujeitos supostamente predestinados a ocupar posições de poder e outros que devem se render resignados a sua condição de subserviência. O Estado torna-se um patrimônio de grupos ou sujeitos, que o comandam de acordo com seus desejos e interesses.

Trata-se do “meu Estado”, da “minha prefeitura”, da “minha cidade”, da “minha terra”, dos “meus eleitores”. Ou numa escala menor, “da minha escola”, da “minha universidade”, da “minha cooperativa”, da “minha associação”. Termos coletivos como “nosso” são raramente proferidos, em detrimento de termos personalistas, patrimonialistas, coronelistas como “meu”.

A adoção da autogestão no Cerrado impõe o enfrentamento dessa cultura política. Desafio considerável, pois a própria experiência da democracia representativa brasileira é exígua. Associado a isso nos períodos democráticos, o desejo de participação popular foi duramente reprimido pelas forças policiais/militares do Estado. Cabe aos movimentos sociais, aos/às pesquisadores/as e aos setores progressistas da Igreja, dentre outros sujeitos e organizações da sociedade civil promover formação de base.

Os pobres não são revolucionários em si, pelo contrário, muitos são profundamente conservadores, reprodutores da ideologia e discurso hegemônicos. A educação popular, a aprendizagem construída no interior da luta social, deve tornar-se instrumento para romper com a cultura política hegemônica em nome da democracia direta, da autogestão. Nas organizações sociais originadas de lutas coletivas essa superação é um fazer em movimento.

Saberes sociais foram construídos, dado a participação na ocupação da terra, na formação do acampamento, no enfrentamento aos aparatos repressivos estatais e privados. Assim como nos debates, discussões e na participação em grupos de base, ou em setores de organização coletiva, como nota-se na foto 1, na reunião dos diferentes setores que dirigem o acampamento Dom Tomás Balduíno, no município de Formosa.

Foto 1 – Estado de Goiás – Formosa – Reunião dos diferentes setores de organização do Acampamento produtivo Dom Tomás Balduíno-2018.

A autogestão no Cerrado esbarra nos limites da cultura política instituída. Contudo, apresenta-se como potencialidade para construção da democracia participativa direta, fundamental ao fortalecimento das experiências de economia solidária. Para tanto, homens, mulheres, jovens e idosos precisam assumir a condição de sujeitos históricos, capazes de transformar seus espaços de reprodução social.

4 EXPERIÊNCIAS SOCIAIS CONCRETAS – PROSOL/UEG

Transitar no campo da Economia Solidária exige rever a concepção de extensão universitária corrente, sobretudo as práticas heterônomas que aproximam a extensão do assistencialismo mecânico (colocando os extensionistas como tarefeiros), postura que muitas vezes se sustenta num desprezo total ou parcial à teoria. Ao desprezar a dimensão invisível, esvazia-se a potência de geração de novos conhecimentos a partir das experiências sociais.

Na contramão disso, entende-se que as experiências de Economia Solidária são terrenos férteis não só às transformações socioeconômicas, mas epistemológicas (ADORNO,1995; ARROYO, 2012; FREIRE, 2004). Além do mais, abrigam uma dimensão pedagógica favorável à formação político-cidadã dos envolvidos – sobretudo dos estudantes, tratando-se de uma ITCP.

São essas as premissas do trabalho realizado junto à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ProSol) da Universidade Estadual de Goiás.

Concebida em 2016/2017, a ProSol iniciou suas atividades no ano de 2018, após a seleção, via edital público, dos grupos interessados. A Incubadora é composta por oito grupos, sediados em quatro municípios goianos: Itapuranga, Ipameri, Itumbiara e Jataí. Coletivos de reciclagem, costura, pesca, panificados, artesanatos e agricultura familiar são acompanhados por professores, técnico-administrativos e estudantes dos cursos de Agronomia, Geografia e Economia.

O acompanhamento se estenderá por quatro anos. O primeiro ano corresponde à fase de pré-incubação, quando do diagnóstico socioeconômico e ambiental dos empreendimentos e da definição de setores estratégicos para a incubação. Os dois anos seguintes serão de atividades práticas no sentido de fortalecer e expandir o campo de atuação dos grupos. No último ano, prevê-se a graduação dos empreendimentos solidários, caso se mostrem aptos a desenvolverem suas atividades de forma autônoma e solidária.

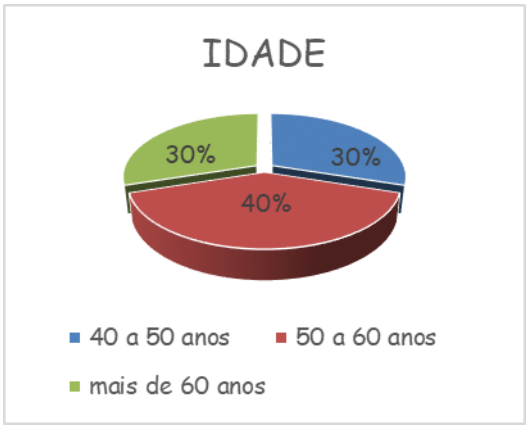
Figura 1 - Mosaico de fotos com os encontros e espaços de diálogo construídos nos primeiros 6 meses da atuação da ProSol (2018).

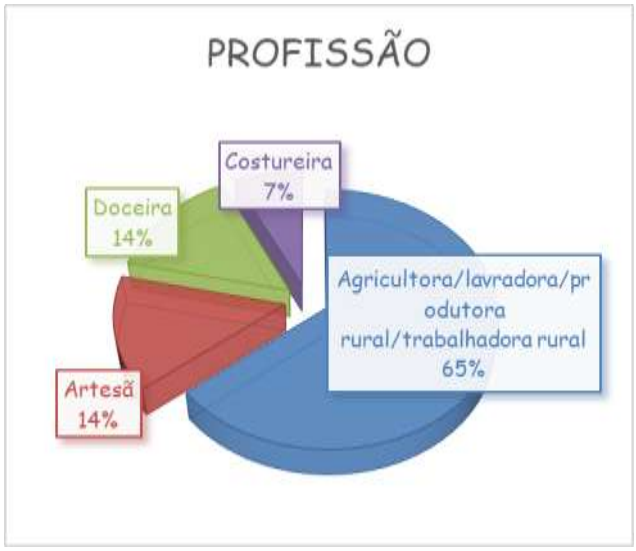
No município de Itapuranga, recorte das reflexões compartilhadas neste texto, a ITCP contempla dois grupos: Mulheres Rurais do Xixá e Pré-Assentamento (PA) Paulo Gomes. O primeiro, composto por mulheres que há mais de 8 anos se organizam na comercialização de panificados, doces e artesanatos. O segundo, a princípio composto por representantes das 12 famílias que há um ano aguardam o

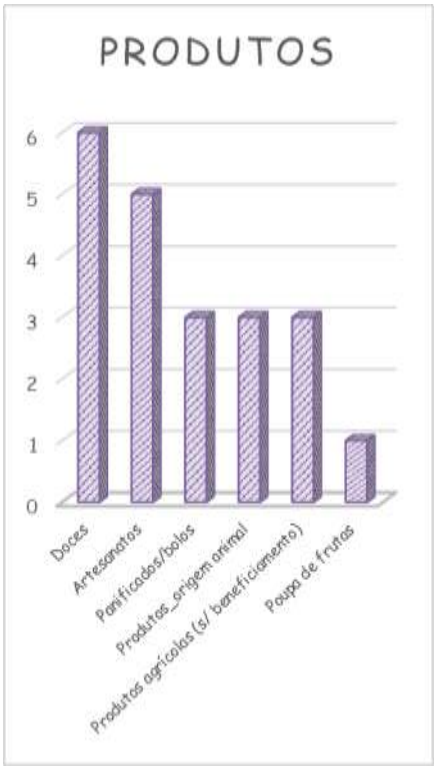
parcelamento da área destinada ao assentamento, hoje se restringe às mulheres deste grupo inicial, que beneficiam alguns produtos extraídos do Cerrado ou dos primeiros cultivos desenvolvidos no terreno: conservas, doces e artesanatos.

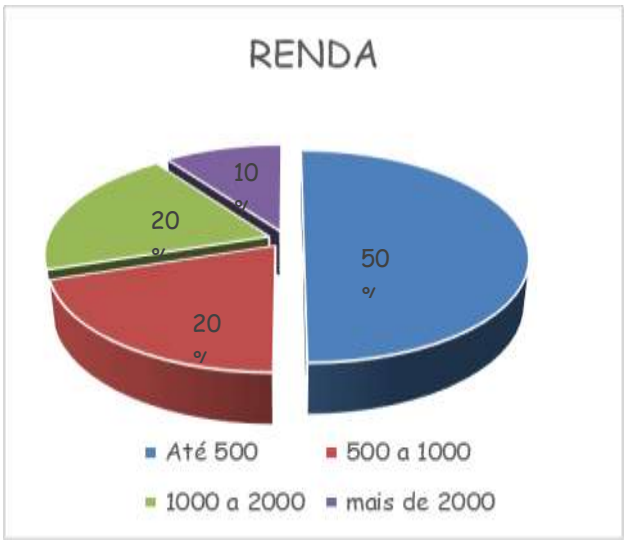
A ITCP se encontra em sua fase inicial: o diagnóstico. Optou-se por metodologias pouco convencionais para a realização do diagnóstico socioeconômico e ambiental dos grupos. Ao invés da aplicação de questionários exaustivos e, muitas vezes, invasivos, pois aplicados antes da construção de um vínculo de confiança entre sujeitos da pesquisa e pesquisadores, procedeu-se com uma aproximação gradual. Rodas de conversa, visitas a locais de exposição e comercialização dos produtos, viagem conjunta para participação em evento, contato telefônico frequente e ao máximo despretensioso, trabalhos de campo junto aos estudantes foram alguns dos mecanismos de aproximação entre a equipe profissional da ProSol e os grupos incubados.

Só ao final dos primeiros seis meses, em uma roda de conversa ampliada (mulheres dos dois grupos incubados), solicitou-se o preenchimento de um breve questionário, a partir dos quais foram elaborados os gráficos abaixo.









Dados extraídos dos questionários aplicados junto às mulheres do grupo Mulheres Rurais do Xixá e PA Paulo Gomes, junho de 2018. Organização: MARQUES, A. C. de O. 2018.

Na roda de conversa ampliada, estiveram presentes 10 participantes: quatro mulheres do PA Paulo Gomes e seis Mulheres Rurais do Xixá. O grupo ampliado apresentava traços comuns: mulheres acima de quarenta anos (30% acima de 60 anos), com uma média de 3 filhos cada, originárias em sua maioria do estado de Goiás (60%), com baixo grau de escolaridade (apenas duas cursaram o ensino médio e, destas, apenas uma havia concluído) e ampla maioria com renda inferior a mil reais (70%).

No campo da produção, um número expressivo de mulheres (totalizando 65%) auto identificadas agricultora ou profissão similar: lavradora, trabalhadora rural ou produtora rural. Algumas das participantes mencionaram mais de uma profissão: doceira, artesã e/ou costureira. As múltiplas profissões – poder-se-ia dizer "identidades" – dessas mulheres reverberam na diversidade de produtos ofertados no mercado local.

A agricultura está presente nas atividades produtivas de 100% dessas mulheres. Em pequena escala e a maioria sem uso de agrotóxico, cultivam arroz, milho, mandioca, banana, hortaliças, mamão, laranja, coco, acerola, pimenta, além da criação de aves (ovos) e bovinos (leite).

As mulheres de ambos os grupos estão há mais de três anos nas respectivas organizações: grupo Mulheres Rurais do Xixá e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), entidade que coordena a formação do PA Paulo Gomes.

Após a aplicação dos questionários, recorreu-se à metodologia freireana das palavras geradoras. "Produção", "família" e "saúde" foram os temas lançados ao debate, a fim de averiguar, entre outras coisas, a relação entre cônjuges, a participação dos filhos na economia doméstica, a saúde física e mental e a relação destas com o trabalho. As reflexões acerca desta "rodada" serão compartilhadas noutro texto, mas vale anunciar os depoimentos positivos quanto à participação dos companheiros e filhos nas atividades produtivas e à importância desses coletivos organizados para a saúde das mulheres.

Na secção final da roda de conversa, procedeu-se com a avaliação das atividades/setores estratégicos para a incubação. A equipe profissional da ProSol, representada na ocasião pela coordenadora adjunta[98] e dois estudantes[99], socializou

[98] Profª Dra. Ana Carolina de Oliveira Marques – UEG/Itapuranga

as impressões do trabalho realizado nos últimos meses junto aos grupos. Tais impressões, matizadas também pelas demandas apresentadas aleatoriamente pelas mulheres, sustentaram as seguintes proposituras:

- **Cursos de associativismo**: oportunidade de conhecer não só os princípios do associativismo, mas experiências bem sucedidas no interior do estado de Goiás, a fim de tornar mais evidente a identidade político-territorial dessas mulheres;
- **Oficinas**: há o interesse, por parte das participantes, no domínio de tecnologias sociais como a desidratação de frutas, temperos e hortaliças, também oficinas de artesanato, produção de conservas e doces cristalizados;
- Criação da **Feira Solidária** no Campus da Universidade Estadual de Goiás, no município de Itapuranga.

Traçado o cenário ainda bastante suscetível a modificações conforme a dinâmica do grupo, segue-se o trabalho e as preocupações com a dimensão solidária e formativa dos sujeitos envolvidos. Já está previsto um trabalho de campo com estudantes da especialização em "Agroecologia e Educação" da UEG/Itapuranga, fortalecendo a ponte entre a extensão, o ensino e a pesquisa a nível de pós-graduação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os limites da autogestão em território do Cerrado se devem a questões materiais (estruturais e conjunturais) e subjetivas. A cultura do coronelismo, o latifúndio, o clientelismo, a violência no campo e na cidade, a precarização do trabalho, o patriarcalismo conformam um terreno espinhoso para a realização de atividades pautadas na Economia Solidária. Por outro lado, a força que os coletivos organizados, entre outras vias pelos movimentos sociais, ganham nos últimos anos fazem da Economia Solidária uma realidade possível e almejada por determinados grupos.

A criação de redes de apoiadores, o diálogo de saberes (popular, científico), a valorização de todos e todas envolvidas, a democratização das tomadas de decisão, a integração de pautas e demandas das minorias são princípios que têm norteado

[99] Arlan Menezes e Samara Menezes – estudantes do curso de Geografia – UEG/Itapuranga

esses grupos, apesar das contradições que os atravessam enquanto partícipes do mercado capitalista.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. **Educação e Emancipação**. [Tradução de Wolfgang Leo Maar]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

ARROYO. Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BENINI, Elcio Gustavo; BENINI, Edi Augusto; FIGUEIREDO NETO, Leonardo Francisco. A Economia Solidária Nos Prismas Marxistas: Revolução Ou Mitigação? In: **Anais**. V Encontro Internacional de Economia Solidária, NESOL, USP, 2008.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Secretaria Nacional de Economia Solidária.** Disponível em: http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/. Acesso em: jan. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GOIÁS, Universidade Estadual de Goiás (UEG). **PROSOL**. Disponível em: http://www.prosol.ueg.br/conteudo/10194_economia_solidaria. Acesso em: jan 2018.

MELO LISBOA, Armando de. Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista de administração de empresas**. Jul./set. 2005.

MOREIRA, Ruy. **Geografia**: Teoria e Crítica. O Saber posto em questão. Petrópolis, Editora Vozes: 1978.

NASCIMENTO, Cláudio. Prefácio: autogestão e cooperativismo. In: DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivanio (orgs.). **A questão da habitação popular**. Curitiba, PR: Base Editorial, IBEP, 2015. 17-22 p.

PITA, Flávia Almeida. A ideologia do empreendedorismo, a cultura do autoemprego e seu entrelaçamento com a Economia Popular e Solidária: salve-se quem puder. Mesa de Conversa. **II CIEPS**, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos Espaços de Controle e Territórios Dissidentes.** Ed. Consequência, 2012

ALFACE AMERICANA E SUA VIABILIDADE ECONÔMICA: UM ESTUDO PARTICIPATIVO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Edelaine dos Santos Alves[100]; Tamara Rangel de Lacerda[101]; Alessandra Bandeira Antunes Azevedo[102]

RESUMO: O presente artigo descreve o Estudo de Viabilidade Econômica (EVE) realizado em uma plantação de alface americana, cultivada no sistema hidropônico por uma família agricultora. Esse estudo é um dos resultados obtidos através do Projeto "Fazendo Contas na Feira de Agricultura Familiar da Sapucaia", desenvolvido com o coletivo de agricultores que residem na comunidade localizada nos limites da UFRB - Campus Cruz das Almas/BA. O trabalho apresenta uma experiência de EVE na Agricultura Familiar, baseada no método Capina, tendo como objetivo demonstrar sua adaptação a este contexto e importância no planejamento e gestão da produção. O percurso metodológico trabalhado foi a "pesquisa-ação", havendo inserção na práxis do grupo social em estudo, onde o desenvolvimento e os resultados da pesquisa foram geridos coletivamente com a família Souza. Além do empoderamento da família, foi possível certificar a viabilidade econômica do produto e fortalecimento da comercialização justa entre agricultores e consumidores.

PALAVRAS-CHAVE: EVE; Agricultores Familiares; Hidroponia.

1 INTRODUÇÃO

O Estudo de Viabilidade Econômica – EVE é uma importante ferramenta de planejamento e gestão da produção, capaz de contribuir para obtenção de resultados satisfatórios na comercialização do produto final. Apesar do estudo ser mais conhecido pela sua aplicabilidade em grandes empreendimentos, mais relacionados a lógica de mercado e capital, não descarta-se sua relevância para organização de empreendimentos populares e da economia solidária, dessa forma têm sido desenvolvidas adaptações de EVE que abordam aspectos econômicos e sociais, a exemplo do método desenvolvido por Gabriel Kraychete e através dos estudos do grupo de Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – CAPINA (ALBINO, 2005; BAHIA, 2011).

100 Tecnóloga em Gestão de Cooperativas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, edelaine.s.alves@gmail.com
101 Engenheira Agrônoma, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, tamara.rl@hotmail.com
102 Alessandra Bandeira Antunes de Azevedo Doutora em Política Científica e Tecnológica – Universidade Estadual de Campinas, abaazevedo@gmail.com

Kraychete (2009) explica que em um empreendimento popular – como uma associação, cooperativa ou organização de economia solidária – o EVE deve reproduzir, substancialmente, uma relação social de produção onde os meios de produção são coletivos e o resultado do trabalho é apropriado pelos(as) trabalhadores(as), através dos acordos definidos pelos mesmos. Portanto, diferente de uma empresa capitalista, a organização da sua produção precisa de mecanismos democráticos de gestão.

No contexto da Agricultura Familiar, a elaboração de um estudo de viabilidade econômica para planejar o escoamento dos produtos, tanto *in natura* como beneficiados, ainda é um grande desafio a ser trabalhado. Isso por que é comum o desconhecimento sobre a gestão da produção, por parte dos agricultores, além de existirem poucas ferramentas adequadas às suas realidades. Neste sentido, assim como nos empreendimentos associativos, em que a força de trabalho não se constitui uma mercadoria, a Agricultura Familiar também precisa de um outro olhar para se pensar a organização da produção, que deve ser gerida coletivamente pela família, sendo substancialmente diferente de pensar a viabilidade de uma empresa capitalista e da agricultura patronal (KRAYCHETE, 2009; BAHIA, 2011).

Diferente dos empreendimentos solidários ou associativos, não são encontradas na literatura experiências diversas de EVE na Agricultura Familiar e dificilmente sobre outras ferramentas de gestão democráticas da produção. Ocorre que, apesar de apresentar semelhanças com o modelo participativo de gestão das organizações associativas, as produções dos agricultores familiares apresentam especificidades que precisam ser consideradas no momento de realização do EVE, necessitando, portanto, desenvolver um novo olhar metodológico.

A Agricultura Familiar exerce inúmeras atividades produtivas no campo, que variam de acordo com a região e o contexto econômico e sociocultural das famílias. Neste sentido, para entender como funciona o EVE é essencial conhecer os conceitos e as dinâmicas destes sujeitos. A construção do estudo perpassa, então, pela compreensão social dos(as) agricultores(as) familiares como categoria, até questões como o que será ou já é produzido pelo(a) agricultor(a), considerando: espaço de produção, condições edafoclimáticas, investimentos, equipamentos, quantidades produzida e vendida, entre outros fatores (BAHIA, 2011).

Foi a partir desse desafio que professores, estudantes e agricultores familiares desenvolveram o Projeto de Extensão “Fazendo Contas na Feira da Agricultura Familiar da Sapucaia”, realizado através da PROEXT/UFRB entre junho e dezembro de 2016. A equipe desenvolveu metodologias e atividades práticas de EVE com diferentes produtos oriundos da Agricultura Familiar juntamente ao coletivo da feira local da comunidade Sapucaia, localizada às margens do Campus da UFRB, município de Cruz das Almas/BA.

Desta forma, esse artigo pretende apresentar uma das experiências realizadas pelo coletivo, que é o EVE da alface americana em sistema hidropônico, elaborado com a família Souza. Os resultados dessa experiência demonstram a importância da realização do EVE adaptado à realidade da Agricultura Familiar, podendo contribuir para seu fortalecimento e desenvolvimento sustentável.

2 EVE NA AGRICULTURA FAMILIAR: CONHECENDO A FAMÍLIA SOUZA

A Agricultura Familiar é uma categoria de importância social, produtiva, econômica e ambiental no Brasil, e portanto em constante discussão nos atuais âmbitos políticos e acadêmicos. Neste sentido, é essencial conhecer não apenas seu conceito, mas também seu papel na sociedade brasileira para entender quem são esses sujeitos e de que forma um EVE adaptado às suas realidades pode contribuir para os agricultores enquanto uma categoria (SCHNEIDER E CASSOL, 2013).

É definido como agricultor(a) familiar, de acordo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, aquele(a) que possui até quatro módulos fiscais, utiliza predominantemente mão-de-obra da própria família, apresenta renda originada em maior parte das atividades do próprio empreendimento e que o dirige com sua família. No último Censo Agropecuário, realizado em 2006 pelo IBGE, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos familiares, o que representa 84,4% do total de estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área total (BRASIL, 2006).

De acordo Altafin (2007), a diversidade e as múltiplas funções apresentadas pela Agricultura Familiar em diferentes dinâmicas socioeconômicas são características herdadas da prática camponesa, que foram inibidas pelo modelo

produtivista com o advento da Revolução Verde. A autora ainda demonstra que essas características contribuem, ainda hoje, para garantia de uma segurança alimentar, observada por duas dimensões: a capacidade de fornecer volumes de alimentos ao mercado e a capacidade de possibilitar o acesso aos alimentos.

Contudo, apesar de ser responsável pelo fornecimento de cerca de 70% dos alimentos básicos consumidos pelos brasileiros, mesmo com o pouco acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas, a Agricultura familiar ainda é representada por metade da população abaixo da linha de pobreza. Isso por que, dentre outros fatores, o financiamento que lhe é destinado ainda é desproporcional se comparado à agricultura patronal (INCRA/FAO, 2000).

Neste sentido, ainda que apresente grande potencial produtivo, há também uma série de limitações para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, portanto estudos e trabalhos voltados para adaptação de técnicas para essa categoria são relevantes para contribuir para seu fortalecimento socioeconômico. Desenvolver e aplicar uma metodologia de EVE adaptada às suas realidades pode ser uma das formas de superar esse desafio, aliado às políticas públicas de incentivo, visto que possibilita que os agricultores possam planejar e assegurar sua produção.

Segundo Zeeland (2014, p. 20): “A realização de um estudo de viabilidade econômica e associativa de forma coletiva tem, como objetivo, o conhecimento do projeto por todas as pessoas que integram o grupo”. No caso da Agricultura Familiar este grupo se refere à toda unidade familiar que trabalha de maneira coletiva no processo de plantio, cultivo, colheita e comercialização.

A família Souza faz parte dessa categoria de agricultores, seus membros residem e trabalham na comunidade Sapucaia, localizada no município de Cruz das Almas/BA, e sempre desenvolveram atividades agrícolas como cultivo de mandioca e hortaliças, além da criação de aves, tanto para subsistência como comercialização. A família é composta pelo pai, mãe, filho, nora e neto, todos envolvidos na produção contribuem de diferentes formas, desde o cultivo até a venda através das feiras ou para clientes de estabelecimentos locais, como restaurantes, e moradores da própria comunidade.

Para bom desenvolvimento do EVE, é importante que a família entenda todo o processo que envolve a produção do seu produto final, porque é através

desse conhecimento que ele poderá verificar se o produto gera renda e se possibilita o retorno dos investimentos. Somente depois de analisar esses resultados será possível fazer uma avaliação da atividade econômica, o que facilita a tomada de decisões estratégicas relacionadas ao início ou continuidade de determinada atividade.

No caso da família Souza, que já participou de algumas formações e é ativa na associação comunitária, houve grande interesse em conhecer a ferramenta do EVE e sua aplicabilidade para seus produtos, através do Projeto “Fazendo Contas na Feira da Agricultura Familiar da Sapucaia”, realizado com um coletivo de cerca de 15 agricultores locais. A família se dispôs a experimentar a elaboração do estudo para um dos produtos que já comercializam e que apresenta alta procura – a alface americana –, e ao final verificar se o preço de venda atribuído está de acordo com a viabilidade do investimento que realizou na estrutura de cultivo hidropônico, implantada em seu quintal recentemente.

Dentre a diversidade produtiva da Agricultura Familiar, sem dúvidas a hortaliça é um dos cultivos que mais trazem retornos e garantem subsistência aos agricultores, sendo a alface uma das folhosas mais consumidas no Brasil e no mundo, mesmo com as diferenças de clima e de hábitos alimentares dos consumidores nos diferentes países (SEBRAE, 2011, p.6).

Porém, com as mudanças climáticas cada vez mais intensas, os agricultores vêm buscando novas formas de cultivos para driblar algumas limitações, como por exemplo o cultivo protegido de hortaliças em casa de vegetação ou em outra estrutura de proteção, que possibilita a produção em locais ou épocas em que ocorrem grandes variações de temperatura, luminosidade, chuvas, ventos, predadores, entre outros, ou até mesmo para otimizar pequenas áreas como no caso da agricultura de base familiar (EMBRAPA, 2000).

A alternativa utilizada pela família Souza para reaproveitar recursos, otimizar o espaço e inovar na produção, foi o sistema hidropônico, que de acordo com Silva et al. (2007), é uma forma de cultivar as plantas sem utilizar o solo, o qual é substituído por água e substancias nutritivas nela diluídas para o desenvolvimento do cultivo. Ainda segundo os autores, existem dois tipos de cultivos mais utilizados na hidroponia: em bandejas flutuantes e em substrato sólido, que funciona através do sistema de caixas e do sistema de garrafa pet ou cano de água. Além do sistema

utilizado, é necessário proteger a área de cultivo do excesso de sol, vento e dos insetos, como faz a família.

O sistema hidropônico da família Souza foi desenvolvido de maneira simplificada com tubos pvc e bombas para reaproveitamento de água, implantado no quintal produtivo da sua residência. O que começou como uma experiência foi ganhando forma e hoje a família cultiva uma grande diversidade de hortaliças. Eles contam que, além de aumentar a produtividade, a hidroponia se tornou um grande diferencial que atrai consumidores. Inclusive eles costumam levar para feiras e eventos uma réplica da estrutura que utilizam e oferecem uma verdadeira aula sobre o sistema para os interessados na novidade.

Como vimos, o EVE é uma ferramenta de planejamento e apropriação da produção, da gestão e da comercialização, que é essencial para que os agricultores familiares produzam e comercializem de maneira sustentável. Todo meio de produção deve ser pensando e estruturado de forma que possa proporcionar aos membros da família uma melhor condição de vida, de forma digna e sustentável, não deixando de ser economicamente viável e valorizando sua cultura.

Neste sentido, a família Souza, que nunca havia calculado os custos de sua produção, resolveu colocar em prática essa nova experiência de planejamento, a fim de verificar se estavam no caminho certo e avaliar se é possível ampliar o sistema. Isso por que investir no cultivo de hortaliças em sistema hidropônico exige planejamento, visto que apresenta alguns custos elevados. Veremos a seguir como foi o processo e os dados obtidos na elaboração do EVE com a família Souza através das oficinas do Projeto, buscando entender se o investimento apresenta ou não viabilidade e sustentabilidade econômica para a família.

3 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO EVE

No caso dos produtos agrícolas, o EVE deve ser feito para cada produto que é produzido ou que se pretenda produzir, pois cada um apresenta suas especificidades, como por exemplo, o período sazonal de produção. No final do processo é necessário criar uma expectativa de retorno do investimento da plantação, ou seja, considerando um plantio que tenha um determinando tempo de trabalho para dar o fruto, é preciso saber qual será o tempo de retorno do valor

investido, considerando o tempo que será gasto para colher o fruto, perdas e o preço de venda da quantidade produzida.

A família Souza cultiva hortaliças, que são vegetais de ciclo curto e produzidos em condições controladas na estrutura coberta que montou em seu quintal. Inicialmente foi necessário perceber a importância de realizar o EVE para cada hortaliça que produz, visto que cada semente possui um preço, a quantidade de solução nutritiva é diferente para cada espécie vegetal e o tempo de produção também é diferenciado. Para esta experiência a hortaliça escolhida para fazer o primeiro EVE foi a alface americana que, como vimos, é uma das principais comercializadas pela família.

Para obter os seguintes dados e discussões, o percurso metodológico do presente trabalho apresenta a natureza de uma “pesquisa-ação”, que Franco (2005) descreve como um tipo de trabalho em que a pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas, sendo possível que haja a transformação da prática. A autora ainda explica que a condição que caracteriza uma pesquisa-ação é o mergulho na práxis do grupo social em estudo, sendo as mudanças negociadas e geridas no coletivo, e dessa forma as propostas não devem ser pensadas apenas pelo pesquisador de maneira hierárquica.

Foi imprescindível considerar a situação dos envolvidos, estudantes, professores e agricultores, de um país periférico e de uma região historicamente discriminada, ou seja, o Nordeste. Torna-se então fundamental que a educação seja problematizadora, pela dialogicidade, sendo preciso estar consciente que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.44).

Nessa perspectiva, o primeiro passo desse trabalho foi o desenvolvimento do referido Projeto “Fazendo Contas na Feira da Agricultura Familiar da Sapucaia”, junto ao coletivo de agricultores que fazem parte da feira. Durante quatro meses foram realizados nove encontros, com duas horas de duração, onde cada feirante construiu o EVE para um produto escolhido, como “piloto” de aprendizagem. A cada encontro, que chamamos de oficina, um novo conceito e aplicação era discutido, como custos fixo e variável, depreciação, despesas, receitas, entre outros itens para compreensão do EVE. A cada novo conceito, uma atividade prática era desenvolvida de acordo com o produto e construção do conhecimento de cada participante.

A metodologia participativa de construção do conhecimento permitiu aos(as) agricultores(as) assumirem posicionamentos e criarem processos comunicativos de trocas, fortalecendo o que Freire (1983) explica como inexistência de sujeitos passivos na comunicação, mas sim existência de sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar que comunicam entre si seu conteúdo.

O segundo passo deste trabalho ocorreu após a finalização do Projeto, que foi o diálogo com a família Souza, a qual se dispôs aprofundar a prática do EVE e disponibilizou os dados obtidos junto às autoras participantes da equipe do projeto. Tratando-se de um resultado fruto de uma pesquisa-ação, onde houveram intervenções e resultados construídos dialogicamente com a família, apresentamos aqui a sistematização do passo-a-passo do EVE realizado para a alface em sistema hidropônico.

A tabela 1, que segue abaixo, demonstra o investimento feito pela família Souza na montagem da estrutura para o cultivo da alface americana.

Tabela 1- Investimento para uma Bancada hidropônica de 13 metros.

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Madeira	10,50 x 1,25	R$ 200,00	R$ 200,00
Tubo	15 uni	R$ 35,55	R$ 533,33
Tubo de 20	18 m	R$ 1,11	R$ 20,00
Motor	01 uni	R$ 25,00	R$ 25,00
Fio	30 m	R$ 1,00	R$ 30,00
Tanque 500 L	01 uni	R$ 150,00	R$ 150,00
Cap	06 uni	R$ 2,40	R$ 14,40
Cap de 20	01 uni	R$ 0,80	R$ 0,80
Calha (tubo de 100)	1,25 m	R$ 12,32	R$ 15,42
Tubo de 40	2,25 m	R$ 2,48	R$ 5,62
Joelho de 40	03 uni	R$ 0,50	R$ 1,50
TOTAL			R$ 996,07

Fonte: Próprio autor.

A construção da bancada é fundamental para a produção, por se tratar de um cultivo que utiliza o sistema hidropônico de substrato sólido manipulado nesse caso através dos tubos de pvc (cano d'água), é necessário ter toda a estrutura para

que os nutrientes cheguem a raiz da muda. A estrutura da estufa pode ser montada com material resistente e bem espaçado, de forma que as bancadas não fiquem muito próximas umas das outras. A tabela 1.1 a seguir demonstra o material utilizado para montagem de uma cobertura (estufa) para a bancada de 13 metros.

Tabela 1.1- Investimento para Coberta (estufa).

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Tela	16,67 m	R$ 10,20	R$ 169,90
Plástico	05 m	R$ 42,00	R$ 210,00
Ferro	02 varas	R$ 50,00	R$ 100,00
Aros	02 uni	R$ 25,50	R$ 51,00
Cimento	01 saco	R$ 25,00	R$ 25,00
Brita	01 m usou 03 baldes	R$ 5,60	R$ 16,80
Areia	01 m usou 03 baldes	R$ 5,60	R$ 16,80
Tela sombreamento	11,67 m	R$ 10,20	R$ 118,90
Parafuso	12 uni	R$ 0,90	R$ 10,80
Taime	01 uni	R$ 11,66	R$ 11,66
TOTAL			R$ 730,86

Fonte: Próprio autor.

O valor do investimento da bancada, da cobertura e de qualquer outro valor gerado na montagem da estufa, deve ser somado e reservado para o cálculo do retorno do investimento, que será visto mais à frente. O valor investido para montagem da estrutura para a plantação hidropônica de alface americano é R$1.726,93, lembrando que o valor da mão de obra foi desconsiderado nesse processo por falta de informação relacionada ao tempo de duração e quantidade de dias gastos no processo. Contudo este item deve fazer parte do cálculo do valor do investimento.

As tabelas 2, 2.1 e a 2.2 demonstram os cálculos com a depreciação, a manutenção e os custos fixos mensais, que devem ser apurados após a listagem do investimento inicial. Nesse estudo, foram considerados como cálculo de depreciação e manutenção do motor, do plástico e da tela usados na construção da bancada e da cobertura, por terem um durabilidade razoável e serem fundamentais para a manutenção. O valor considerado é incluso nos custos fixos por serem valores a ser pago produzindo ou não.

Tabela 2 - Depreciação.

Itens	Quant.	Valor Unitário de Compra	Vida Útil (ano)	Valor Residual	Depreciação Anual	Depreciação Mensal
Motor	01	25,00	01	0,00	25,00	2,09
Plástico	05 m	210,00	1,5	0,00	140,00	11,66
Tela	11,67 m	118,90	04	0,00	29,72	2,48
				TOTAL	**R$ 194,72**	**R$ 16,23**

Fonte: Próprio autor.

Tabela 2.1 - Manutenção.

Itens	Quant.	Valor Unitário de Compra	Manutenção Mensal (1% do valor)
Motor	01	25,00	0,25
Plástico	05 m	210,00	2,10
Tela	11,67 m	118,90	1,20
		TOTAL	**R$ 3,55**

Fonte: Próprio autor.

Tabela 2.2 – Custo fixo mensal.

Itens	Valor
Depreciação	R$ 16,23
Manutenção	R$ 3,55
TOTAL	**R$ 19,78**

Fonte: Próprio autor.

A seguir, é demonstrado os gastos variáveis para o plantio, cultivo e colheita, sendo diferente dos custos fixos, que corresponde a todos os custos necessários para manter a produção (CAPINA, 1998), os custos variáveis são gerados quando e somente se tem produção, esses custos são indispensáveis para a finalização do produto.

Tabela 3 – Custo variável do Plantio de Alface Americano.

PLANTIO				
Itens	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Mensal**	**Valor Anual**
Substrato	6 litros	R$ 3,33	R$ 20,00	R$ 240,00
Nim	3,34 litros	R$ 43,00	R$ 144,00	R$ 1728,00
Espuma fenólica	480 células	R$ 0,06	R$ 28,80	R$ 345,60
Cálcio	02 litros	R$ 15,00	R$ 30,00	R$ 360,00
Ferro	140 gramas	R$ 0,07	R$ 11,10	R$ 133,20
Nitrato de cálcio	1420 gramas	R$ 0,0003	R$ 0,45	R$ 5,40
Dripisol	02 quilos	R$ 9,00	R$ 18,00	R$ 216,00
Sementes	480 unidades	R$ 0,01	R$ 2,72	R$ 32,64
Plantio / 02 vezes	1h x 02 pessoas	R$ 4,53	R$ 18,12	R$ 217,44
TOTAL			R$ 273,19	R$ 3.278,28

Fonte: Próprio autor.

Tabela 3.1. – Custo variável do Cultivo de Alface Americano.

CULTIVO				
Itens	**Quant.**	**Valor Unitário**	**Valor Mensal**	**Valor Anual**
Água	500 litros	0,12	R$ 60,00	R$ 720,00
Energia taxa	Taxa mês	05,00	R$ 05,00	R$ 60,00
Observação / 15 dias	1h/d x 01 pessoa	4,53	R$ 67,95	R$ 815,40
Produção / 40 dias	2h/d x 01 pessoa	4,53	R$ 362,40	R$ 4.348,80
TOTAL			R$ 495,35	R$ 5.944,20

Fonte: Próprio autor.

Tabela 3.2. – Custo variável da Colheita de Alface Americano.

COLHEITA				
Itens	**Quant.**	**Valor Unitário**	**Valor Mensal**	**Valor Anual**
Embalagem	240	0,0013	R$ 0,30	R$ 3,60
Colheita / 02 vezes	8h/d x 01 pessoas	4,53	R$ 72,48	R$ 869,76
TOTAL			R$ 72,78	R$ 873,36

Fonte: Próprio autor.

As tabelas 3, 3.1 e 3.2 demonstram a divisão dos gastos variáveis em três partes sendo plantio, cultivo e colheita. Cada tabela trata de um processo diferente em relação a tempo, insumos e outros itens relacionados a produção até o produto

final. Com o processo finalizado, é feita uma análise dos dados obtidos e gerado através deles uma demonstração do resultado encontrado.

4 RESULTADOS OBTIDOS

Com o resultado encontrado é possível analisar o preço de venda do produto final. A partir desse resultado a Família Souza poderá estipular o tempo de retorno do investimento feito pelo produtor no início da produção. As tabelas 4 e 4.1 demonstram a receita alcançada com a venda do produto.

Tabela 4 – Preço de venda e quantidade de produção

RECEITA POR PÉS	
Preço de venda	R$ 2,00
Quantidade colhida	240 pés/mês
Receita	R$ 480,00

Fonte: Próprio autor.

Tabela 4.1 – Preço de venda e quantidade de produção por quilo.

RECEITA POR QUILOS	
Preço de venda	R$ 7,00
Quantidade colhida	60 kg / mês
Receita	R$ 420,00

Fonte: Próprio autor.

O resultado referenciado com a venda dos produtos, é mostrado de duas formas: venda por pé e por quilo. Foram computados a venda de 240 pés e 60 quilos (a outra metade 240 pés) da plantação colhida, que é feita de duas vezes no mês.

Nessa avaliação é demonstrada uma receita por quilo e pés de: mensal no valor de R$900,00 e anual de R$10.800,00. Lembrando que, o plantio, o cultivo e a colheita geraram uma despesa mensal de R$844,32 e anual de R$10.095,84. Por tanto, esse valor deve ser subtraído da receita obtida com a venda do produto, a sobra desse valor será utilizada para cobrir os custos fixos que existirem. As tabelas 5 e 5.1 abaixo, demonstram a sobra resultante da subtração da despesa com a receita.

Tabela 5. Receita Mensal.

RECEITA MENSAL			
COLHEITA	RECEITA	DESPESA	SOBRAS
1º mês (colheita)	R$ 900,00	R$ 841,32	R$ 58,68

Fonte: Próprio autor.

Tabela - 5.1. Receita anual.

RECEITA ANUAL			
COLHEITA	RECEITA	DESPESA	SOBRAS
1º ano (colheita)	R$ 10.800,00	R$ 10.095,84	R$ 704,16

Fonte: Próprio autor.

A tabela a seguir traz o valor do investimento feito pela Família Souza um total de R$1.726,93. O próximo passo é criar uma perspectiva sobre o retorno em cima desse investimento, considerando o valor obtido com a receita das vendas.

Analisando o valor desembolsado para investir na produção e dividindo o mesmo por 04 anos ou 48 dias, a Família Souza teria uma sobra mensal de R$36,00 e anual seria um total de R$432,00. Com esse resultado é possível considerar que o retorno do valor investido retornaria em um período de 04 anos.

Tabela 6. Retorno do investimento por mês.

RETORNO INVESTIMENTO MENSAL	
Sobra da Receita	R$ 58,68
Valor Investimento	R$ 36,00
Sobras	R$ 22,68

Fonte: Próprio autor.

Tabela 6.1. Retorno do investimento por ano.

RETORNO INVESTIMENTO ANUAL	
Sobra da Receita	R$ 704,16
Valor Investimento	R$ 432,00
Sobras	R$ 272,16

Fonte: Próprio autor.

Observando os dados informados e a perspectiva de retorno do investimento feito, é considerável dizer que a produção da alface americana da Família Souza no sistema hidropônico foi positiva. As informações utilizadas foram

construídas em conjunto com a família e através desses dados vemos que em quatro anos é possível recupera o valor investido, entretanto, esse valor só será positivo se o rendimento for igual ou maior a produção dos 480 pés cultivados vendidos 240 pés a R$2,00 e 60 quilos a R$7,00, permitindo cobrir os custos.

É importante observar que os valores considerados no estudo se referem ao estudo de uma bancada e da produção de um produto comercializado pela Família Souza. Desse modo, o valor obtido só cobre as despesas com os custos fixo, variável e investimento, mas não gera lucro para eles. É possível melhorar o resultado alcançado com algumas mudanças, mas nada que prejudique a qualidade do produto.

Para otimizar o processo é sugerido a divisão do tempo utilizado da mão de obra, o que poderia torna o processo mais rápido e ainda continuar eficiente, diminuindo o custo com a mão de obra utilizada na produção. É possível considerar a reavaliação do preço de venda para um futuro aumento e ver meios de reduzir alguns custos sem afetar a qualidade da alface. A Família Souza estuda a possibilidade da utilização de peixes nos tanques que armazenam a água, o que reduziria os custos com nutrientes utilizados, pois os dejetos dos peixes fariam essa função já que os mesmo são fontes de nutrição para os vegetais.

No final do processo de construção e montagem do EVE, sendo feito todos os passos em conjunto com a Família Souza, foi possível observar a empolgação dos mesmo com o trabalho desenvolvido e a expectativa da descoberta do resultado, da funcionalidade da pesquisa e da rentabilidade que sua produção poderia ter, de maneira justa tanto para a família quanto para os consumidores. Tal acolhida é gratificante para a equipe pesquisadora, principalmente ao observar a satisfação dos agricultores em terem conseguido concluir o desafio para um produto da agricultura familiar, conhecer suas receitas de maneira fácil e analisar formas de melhorar o investimento.

5 CONCLUSÃO

O EVE construído com a Família Souza é um modelo que demonstra as possibilidades de elaborar uma ferramenta de auxílio ao agricultor familiar no planejamento e desenvolvimento da sua produção. O estudo da alface americana no

sistema hidropônico é uma experiência exitosa de como o EVE pode ser executado de forma simples e adaptada, sem inviabilizar a qualidade dos resultados.

É essencial que o EVE seja construído a partir do agricultor e de suas demandas, pois ele é o detentor das respostas que alimentam a ferramenta e que pode informar todo o processo e etapas necessárias da sua produção.

A experiência proporcionada a partir do Projeto “Fazendo Contas na Feira da Agricultura Familiar da Sapucaia”, permitiu avaliar outros resultados como a participação mais ativa do grupo e o empoderamento dos mesmos na utilização da ferramenta disponibilizada nas oficinas. Dessa forma, os resultados também poderão contribuir para qualificação e fortalecimento da feira local que participam, garantindo formação de um preço justo entre agricultores e consumidores.

Por ser um estudo que envolve experiências diversas e realidades variadas, a metodologia deve adaptada de acordo com ambiente e vivência dos participantes. Desse modo, em alguns casos o estudo pode durar mais tempo do que em outros, pois se tratando de uma construção coletiva ela deve estar acessível e aberta à discussão por todos os participantes.

REFERÊNCIAS

ALBINO, P. M. B. Viabilidade Econômica desafios dos empreendimentos de economia popular e solidária (NESOL/USP, Ed.). **Educação políticas e Economia Solidária. IV Encontro de Economia Solidária**. São Paulo: NESOL/USP, 2005;

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007;

BAHIA, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **Economia sustentável.** Salvador: SETRE. 2011. 7-35 p.

BRASIL, **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, 25/07/2006.

CAPINA. **Puxando o fio da meada**: viabilidade econômica de empreendimentos associativos I. Rio de Janeiro: 1998. 32 p.

DEPONTI, Cidonea Machado. Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate–Trabalho apresentado no **XLV Congresso da SOBER** – Londrina, PR, 2007.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Circular Técnica. ISSN 1415-303**, Novembro 2000.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005;

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Coleção Educação e mudança vol.1., 9. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 17. ed.

INCRA / FAO. **Novo Retrato da Agricultura**: o Brasil redescoberto / FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

IBGE. **Censo agropecuário de 2006**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, p.1-267, 2007.

KRAYCHETE, Gabriel. **Sustentabilidade e Viabilidade dos Empreendimentos Associativos**, ITCP/Ucsal, maio, 2009)

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. Serie Agricultura Familiar. Coleção Passo a Passo **Alface**. Distrito Federal: Plano Mídia Comunicações, 2011. p. 28. Disponível em <http://uc.sebrae.com.br/files/institutionalpublication/pdf/cartilha_alface_passo_a_passo.pdf>

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil**. Porto Alegre: Relatório de Pesquisa FIDA POBREZA Y DESIGUALDAD, 2013.

SILVA, Domingos Ferreira da; MICHELON, Nicola; ORSINI, Francesco; TROMBONI, Flavia; GIANQUINTO, Giorgio Prosdocimi. **Manual prático de horticultura hidropônica para cultivar hortaliças em área urbana e periurbana** - Laboratório de Cooperação para o Desenvolvimento – Sistemas de Cultivo e Post-Colheita, Universidade de Padua, Itália Funaci – Fundação Padre Antonio Dante Civiero, Teresina (Pi), Brasil: 2007.

ZEELAND, Angelique J. W. M. van. Viabilidade econômica e gestão coletiva: este projeto é viável? In: VAN ZEELAND, Angelique J. W. M. (org.) **Economia solidária**: diaconia e desenvolvimento transformador: por mudanças significativas e duradouras. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GESTÃO DO CONHECIMENTO E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES CAMPESINAS EM SERRA DO RAMALHO – BA

Ivna Herbênia da Silva Souza[103]; João Sotero do Vale Juniro[104]; Ana Maria Ferreira Menezes[105]

Resumo: A Gestão do Conhecimento é uma das ferramentas utilizadas pelas organizações para estabelecerem estratégicas competitivas de mercado, sendo o saber intelectual o ativo de maior valor. Dentro da Economia Solidária, o conhecimento aliado a Tecnologia Social, evidencia o surgimento de empreendimentos inovadores, fundamentados na solidariedade, democracia e autonomia dos sujeitos. O estudo teve como objetivo investigar as práticas das mulheres na Associação das Mulheres Campesinas em Serra do Ramalho/Ba, nas atividades voltadas para os derivados da mandioca, bem como compreender como acontece a gestão do conhecimento. Utilizou-se uma metodologia qualitativa referenciada em levantamento bibliográfico para o aporte teórico e na pesquisa-ação. Desta forma, como resultados obteve-se a elaboração de um modelo de Gestão do Conhecimento no intuito de melhorar as práticas das atividades produtivas da associação.

Palavras-Chave: Gestão do Conhecimento. Tecnologia Social. Empreendimento de Economia Solidária.

1. INTRODUÇÃO

O conhecimento são valores, experiências, crenças que surgem na interação do indivíduo com seu local, apresentando variados significados e uma complexidade que depende da interpretação dos elementos do empreendimento para serem compreendidos. O Capital Intelectual (CI) é o ativo de maior valor para as organizações e abrange o vínculo entre as pessoas, clientes e organização. Surge a partir do aprendizado e destacam se em conhecimento tácito, explícito, individual, coletivo, cultural e acumulativo.

A organização do conhecimento não segue um modelo padrão, e contextualiza decisões distintas em relação às organizações. Por isso, quando ocorre a má interpretação dos dados e informações, a aplicação inadequada do

[103] Doutoranda em Difusão do Conhecimento – IFBAIANO (herbeniasouza@gmail.com).
[104] Mestre em Administração – UNEB (joao.sotero.js@gmail.com)
[105] Doutora em Administração Pública – UNEB (ana_mmenezes@hotmail.com)

saber gera resultados inesperados. Por isso, quando se fala em gerir informações, reflete na utilização das mesmas como suporte as decisões e atividades desenvolvidas, tornando se um diferencial em relação às demais empresas.

Dentro desse contexto, evidencia-se o objetivo desse trabalho que teve o intuito de estruturar junto a associação Arco Verde um modelo de Gestão do Conhecimento que apresenta as ferramentas utilizadas para a melhoria da atividade produtiva do umbu e seus derivados. Esse modelo de gestão pauta-se nos saberes tradicionais e nas práticas cotidianas que as mulheres têm sobre a atividade produtiva.

Nesse sentido, para atingir tal objetivo trilhou-se os caminhos da caracterização da comunidade a partir da articulação de metodologias participativas (história da comunidade e calendário sazonal), para logo em seguida fazer a discussão de temas relacionados com os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Associativismo e Tecnologia Social (TS), pela importância da sua compreensão quanto as práticas relacionadas ao fazer produtivo – colheita e beneficiamento – do umbu e seus derivados.

Sob essa perspectiva, a Gestão do Conhecimento abrange a utilização das ferramentas de Tecnologia Social, um termo contemporâneo e totalmente inovador no que se refere aos avanços tecnológicos. Esse elo fica evidente no instante em que um Empreendimento de Economia Solidária (EES) faz uso de TS como alternativas de geração de renda. A GC acontece quando os sujeitos compartilham informações e experiências, disseminando esse conhecimento a outras pessoas.

2. GESTÃO DO CONHECIMENTO

Gerir conhecimento é uma característica da espécie humana desde os tempos remotos, iniciou-se com a necessidade de estabelecer vínculos de comunicação entre a espécie, surgindo a prática da escrita, através de imagens e figuras, usadas para expressar pensamentos e ideias, e registrar o aprendizado adquirido a partir das experiências individuais, ou de grupos.

Tais bases de aprendizados são transferíveis no decorrer do tempo às gerações futuras e, de acordo as necessidades, são aprimoradas e adaptadas conforme seus desejos.

> Durante toda a sua jornada sobre a terra, de milhões de anos, o homem se desenvolveu com base em objetivos. O primeiro deles, tão elementar foi o objetivo da sobrevivência; no entanto, para que o homem entendesse essa necessidade, esse objetivo e como alcançá-lo muitos outros tiveram de morrer. Esse aprendizado foi transmitido a gerações sucessivas por meios de comunicação rústicos, porém, eficientes. (QUEL, 2006, P.78).

A partir desses levantamentos, cabe-nos analisar que o conhecimento é adquirido pelos seres humanos nas relações interpessoais, gerando experiências fundamentadas conforme suas necessidades e desejos. Tal perspectiva se apresenta atualmente nas organizações.

Nagano, Santos e Vick (2009, p. 205) argumentam que “a importância da gestão da informação e do conhecimento nas organizações está na procura de meios mais competentes para atender a demandas atuais”. A competitividade de mercado faz as empresas adotarem estilos diferenciados de comportamentos, que assegurem a utilização e controle eficiente e eficaz dos recursos humanos, financeiros, ambientais e principalmente das informações em torno da produção e administração, oferta e demanda de bens e/ou serviços.

Sobre GC Barroso e Gomes (1999, p. 154) afirmam que

> Gestão do conhecimento inclui: identificar e mapear os ativos intelectuais ligados à empresa; gerar novos conhecimentos para oferecer vantagens na competição do mercado; tornar acessíveis grandes quantidades de informação corporativas, compartilhando as melhores práticas e a tecnologia que torna possível tudo isso - incluindo *groupware* e *intranets.* Isto engloba muita coisa e deveria tornar-se parte integrante da maioria dos negócios.

A GC engloba transformações no modelo decisório, propondo práticas de cooperação, por meio do trabalho em equipe, a *solidariedade*[106] e união democrática das opiniões, propostas, ideias, discussões de problemas ou melhorias da qualidade de trabalho, em que os membros sejam tratados de forma igual, com objetivos em

[106]**Solidariedade:** expressa a justa distribuição dos resultados alcançados nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente sustentável; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável local, territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar de consumidores/as; e no respeito aos direitos dos trabalhadores/as.

comum. São elementos que manifestam e fazem com que o conhecimento chegue às organizações.

Muitas organizações apresentam dificuldades na manipulação de informações, sendo tratadas de forma imprópria, ocasionando a má formação do conhecimento e quando aplicados às ações e decisões, geraram resultados insatisfatórios, tal fato, ocorre devido não existir um modelo padrão a ser seguido, pois, as informações variam de uma para outra, o que exigem ações diferenciadas. Em face do exposto Lara (2014, p. 22) complementa que

> A complexidade da gestão do conhecimento está em conciliar recursos tecnológicos com conhecimentos pessoais. Gestão do conhecimento não é somente a criação de um banco de dados central que contenha de alguma forma a repetição das experiências e informações que os trabalhadores conhecem ou dos sistemas de informação como um todo.

Sob o ponto de vista do autor, percebe-se que na administração moderna as organizações sejam elas de natureza pública, privada ou associativa, estruturam-se estrategicamente na utilização e interpretação dos dados, informações e criação do conhecimento, valorizando o saber intelectual e a participação de pessoas no processo de gestão. Portanto, a GC consolida um diferencial competitivo de mercado em relação às pessoas, produtos, inovações tecnológicas, recursos, entre outras, o que gera eficiência, eficácia e efetividade nos resultados e sucesso da empresa, demonstrando sua importância para a administração.

3. A TECNOLOGIA SOCIAL NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A GESTÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO

Alguns estudos mostram que a Tecnologia Social (TS) é o resultado de um trabalho coletivo sustentado pelo diálogo com a sociedade. Geralmente se faz uso de técnicas para solucionar algum tipo de problema social de baixo custo e impacto comprovado. Na concepção de (DAGNINO, 2011, p. 1)

> Tecnologia Social (TS) é o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção, e de um acordo social que legitima o associativismo, o qual enseja no ambiente produtivo um controle autogestionário e uma cooperação de tipo voluntário e participativo, é capaz de alterar este processo no sentido de reduzir o tempo

> necessário à fabricação de um dado produto e de fazer com que a produção resultante seja dividida de forma estabelecida pelo coletivo.

Fazendo uma análise mais profunda da correlação entre TS e Economia Solidária (ES) percebe-se que ambas andam juntas. Essa percepção ganha destaque quando os Empreendimentos de economia solidária (EES), como Associações e Cooperativas se apropriam dos benefícios tecnológicos para inclusão social. Cabe ressaltar ainda, o julgamento de Dagnino (2011) quando coloca que a TS é o resultado do trabalho realizado dentro de tantos EES incentivados pelo trabalho coletivo e autogestionário.

Não é preciso ir muito longe para encontrar um exemplo desse modelo tecnológico e solidário, basta pensar no simples soro caseiro, até as ofertas de microcrédito dos dias atuais, ou seja, tanto a ES, quanto a TS precisam e devem trabalhar em redes. Segundo GADOTTI (2009, p.82) “um empreendimento solidário isolado não conseguirá sobreviver no ambiente capitalista”.

A TS abrange seu ambiente de atuação com uma ideia distinta das tecnologias convencionais aplicadas aos negócios, em que ocorre o reconhecimento dos saberes individuais como dimensionamento do sucesso organizacional. Ela é totalmente inversa, ou seja, está voltada para sociedade, principalmente no que tange a inclusão social. Apresentando um posicionamento sobre a questão Varanda e Bocayuva (2009, p.25) argumentam que

> As concepções em torno do desenvolvimento das tecnologias sociais, por parte de organizações e movimentos sociais, destacam a importância da autogestão no âmbito das estratégias de inserção produtiva e da consolidação de esferas de mediação com a sociedade civil, que fortaleçam canais de democracia direta.

A prática da autogestão incentiva as organizações populares e sociais que tem a finalidade de proporcionar novos conhecimentos. Nessa abordagem Gadotti (2009, p.31), acrescenta que “uma das características mais marcantes da economia solidária é o seu sistema de **gestão** (grifo do autor), nitidamente distinto do setor privado capitalista”. Sistema esse também apoiado pela TS no instante em que esta busca viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários (DAGNINO, 2010).

Na perspectiva do Instituto de Tecnologia Social do Brasil, ITS Brasil (2004) a TS pode ser descrita como:

> Conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.

A perspectiva de criação de conhecimento e de inovação, contidas no contexto do conceito apresentado acima, aproxima a Gestão do Conhecimento da TS como ferramenta potencializadora de seus resultados, pois, as comunidades podem se utilizar de várias práticas de GC sem, necessariamente, precisarem de um sistema complexo para tanto.

O acesso ao conhecimento em qualquer tipo de organização é fundamental para o sucesso, e nos EES não poderia ser diferente. Como mostra Gadotti (2009, p.54) “a educação e a qualificação social e profissional são importantes para o fortalecimento dos empreendimentos solidários e para evitar a dispersão num campo onde a diversidade é enorme”. Incentivar que as comunidades empreendedoras sejam ricas em conhecimento é fortalecer a produção solidária continuada.

Nesse sentido “o saber também deve ser considerado como uma tecnologia, pois a qualificação produz melhoria do conhecimento técnico-cientifico” (GADOTTI, 2009). O fortalecimento e crescimento de associações e/ou cooperativas não dependem apenas da vontade ou sonho de um grupo, é necessário conhecimento intelectual, estudo e pesquisa. No entanto, isso não quer dizer que os EES precisam ter as máquinas e equipamentos de última geração, significa que os atores dessas organizações necessitam ter conhecimento suficiente para gerenciar os recursos existentes da melhor forma possível.

As TS estão interligadas a realidade da organização e, principalmente, em volta dos EES e estrutura-se na participação de grupo, elaborando novos segmentos de políticas públicas sociais, gerando renda e trabalho para as pessoas incentivando a participação e compartilhamento de pensamentos e conhecimentos.

4. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

A Pesquisa foi realizada na Associação Movimento de Mulheres Campesinas de Serra do Ramalho/BA – AMCSR localizada na Agrovila 07, situada na região Oeste da Bahia no Vale do São Francisco, microrregião Bom Jesus da

Lapa e na mesorregião do Oeste Vale do São Francisco da Bahia, possui 964 km de distância da capital do Estado Salvador. Atualmente a sede provisória da associação está situada na Agrovila 07 no mesmo município, onde acontecem as reuniões mensais com a diretoria e as associadas para a tomada de decisões.

A associação foi fundada em 10 de outubro de 2010, através da Dona Francisca Luiza Guedes (Chiquinha do Sindicato), que atualmente ocupa a posição de Coordenadora do MMC – Brasil e Conselheira Fiscal do AMC, que ao observar as mulheres carentes da sua comunidade, bem como as suas necessidades de melhorar a qualidade de vida, teve a iniciativa de fundar a associação, para tal contou com o apoio da prefeitura Municipal na pessoa do Vice Prefeito o Sr. Bartolomeu Luiz Guedes e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), para realização do projeto inicial.

As mulheres são de classe social desfavorecida, não tem emprego fixo de carteira assinada, e encontraram nas práticas da ES uma nova alternativa de sustento, que viabiliza a melhoria da qualidade de vida através da utilização de seus saberes acerca da agricultura familiar e do artesanato. A AMCSR produz derivados da mandioca e artesanatos, participam de feiras para expor seus produtos, a distribuição da renda é feita de acordo com a quantidade dos produtos vendidos. Através da participação do programa de incentivo o ATER – MULHER, a associação adquiriu móveis e utensílios, como mesas, cadeiras, forma para produção dos bolos, talhares, geladeira e um fogão industrial, mas por falta da sede própria não conseguiram se beneficiar do fogão. Vale frisar que toda matéria-prima para a fabricação dos produtos é do cultivo de cada associada.

A associação recebe o valor pela produção através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), mediante a entrega dos produtos que são produzidos uma vez por semana e encaminhados para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Serra do Ramalho, que faz a distribuição dos referidos produtos.

A diretoria da Associação é composta pela presidente a Senhora Maria da Conceição, Conselho Fiscal é formado por Marinalva, Eliana e Edjane e o financeiro sendo responsável dona Francisca Luiza Guedes. Após vários anos de luta pela conquista dos ideais, com apoio de algumas entidades como CONAB, a EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola e o SEBRAE – Serviço Brasileiro de

Apoio ás Micros e Pequenas Empresas, conseguiram estabelecer algumas parcerias no intuito de divulgar e aperfeiçoar os trabalhos da associação.

4.1 OS PROCESSOS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO NA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CAMPESINAS

A gestão da informação e do conhecimento surge para as empresas como uma vantagem competitiva e restabelece-se de forma criativa, possibilitando novas ideias sobre os produtos e distribuição de mercado. O conhecimento constitui quando o sujeito se relaciona com seu ambiente de convívio, seja no seu entorno social ou nas relações de trabalho, em experiências adquiridas nas organizações.

Desta forma, ao buscar investigar os processos que culminam com a GC desenvolvidas nas Mulheres Campesinas, constituiu-se uma ação para identificar, elucidar e compreender as atividades produtivas desenvolvidas a partir dos derivados da mandioca em seus diferentes aspectos: a difusão do conhecimento que perpassa as várias gerações, sendo essas prática se saberes ressignificados a partir do surgimentos de novas tecnologias sociais que têm sido agregadas ao processo produtivo, habilidades necessárias para o manejo adequado dos derivados da mandioca e o respeito com a natureza, fonte de subsistência para a comunidade.

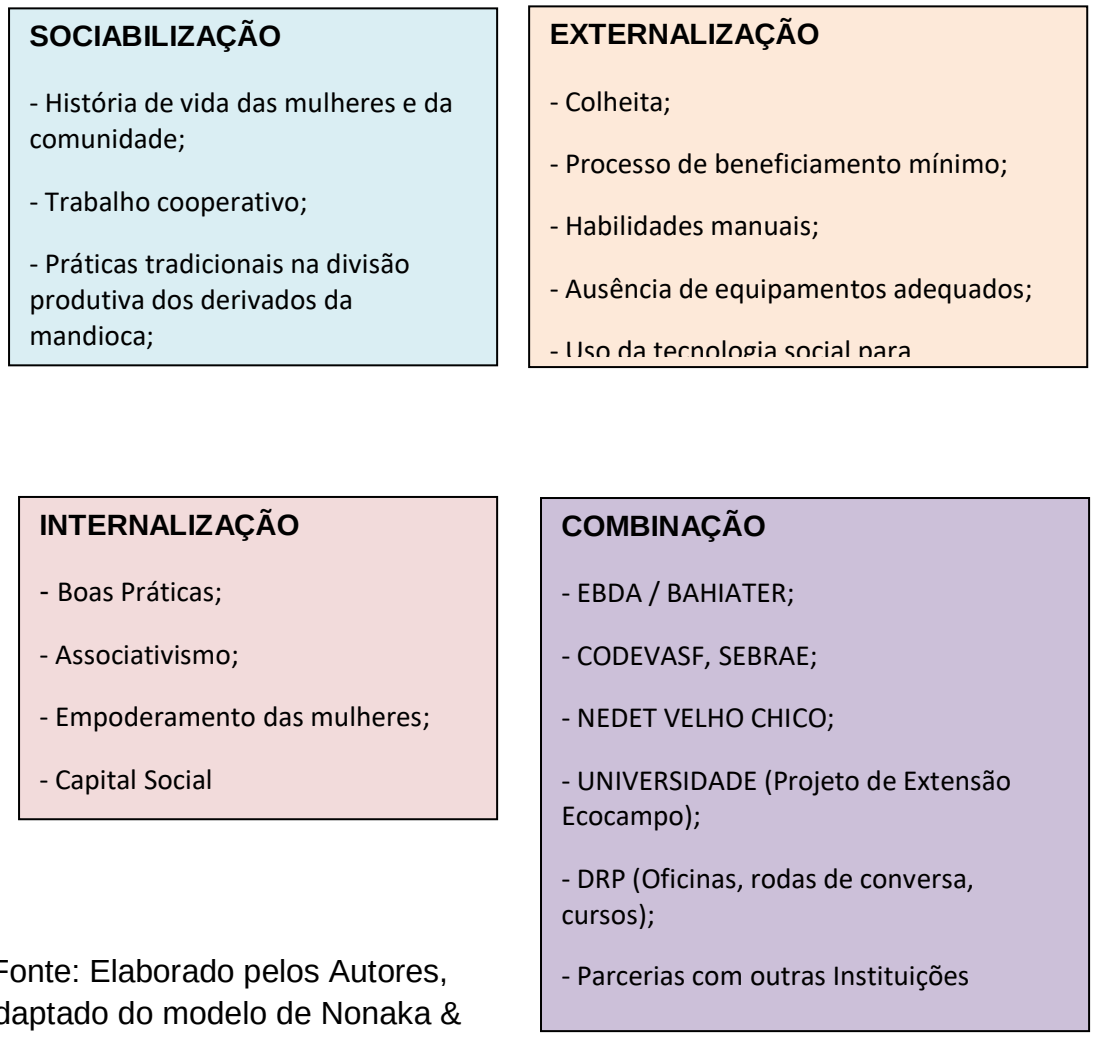
Para a construção desse modelo de GC foi realizado um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), no qual se procurou evidenciar os conhecimentos tácitos dos sujeitos, assim como, identificar as formas de conversão e sociabilização das práticas relacionadas às atividades produtivas da associação.

Sob essa perspectiva, espera-se com a elaboração desse modelo uma maior compreensão e entendimento do papel estratégico da GC em diferentes dimensões relativas ao fazer cotidiano das atividades na associação, compreendida aqui numa dinâmica transdisciplinar[107].

[107] A **transdisciplinaridade** é uma abordagem científica que visa à unidade do conhecimento. Desta forma, procura estimular uma nova compreensão da realidade articulando elementos que passam entre, além e através das disciplinas, numa busca de compreensão da complexidade do mundo real. A teoria da complexidade e transdisciplinaridade surge em decorrência do avanço do conhecimento e do desafio que a globalidade coloca para o século XXI. Seus conceitos contrapõem-se aos princípios cartesianos de fragmentação do conhecimento e dicotomia das dualidades (Descartes, 1973) e propõem outra forma de pensar os problemas contemporâneos.

A partir desse cenário, construiu-se um modelo de GC desenvolvido na associação, conforme figura abaixo.

Figura 01 – Modelo de Gestão do Conhecimento das Mulheres Campesinas



Fonte: Elaborado pelos Autores, adaptado do modelo de Nonaka & Takeuchi (2008)

O processo das atividades produtivas dos derivados da mandioca envolve etapas que vai desde a plantação, colheita, beneficiamento e comercialização. Ao todo são dezoito (18) mulheres envolvidas no processo, divididas em grupos de seis (6) para cada etapa. O processo de produção dos derivados da mandioca (bolos, biscoitos e doces) passa desde a plantação da mandioca até a seu beneficiamento. No caso da comercialização, em sua grande parte é feita no comercio local, em feiras nas comunidades circunvizinhas.

Um aspecto importante para o levantamento das informações sobre quais as ferramentas de GC são utilizadas para a realização das atividades produtivas dos derivados da mandioca foi a realização de uma roda de conversa junto as associadas. Nesse processo de escuta identificou-se aspectos de uma gestão solidária e autogestionária da associação no sentido de buscarem meios e subsídios para a resolução dos problemas cotidianos e locais, bem como, o empoderamento das mulheres dentro do seio familiar e uma melhoria da geração de renda.

Outra observação importante a partir da roda de conversa foi que nem todas as mulheres compreendem os estágios das atividades produtivas da associação. Contudo, com a articulação da associação e colaboração de órgãos como EBDA e SEBRAE as associadas tem a oportunidade de participar de ao menos 02 cursos de formação por ano para melhoria do processo produtivo.

Nesse sentido, o papel estratégico da informação e do conhecimento projeta-se em diferentes dimensões da vida de modo que a dinâmica cognitiva, informacional, inovativa e socioespacial tornam-se interdependentes. Assim, a melhoria da produção, a difusão e conversão de conhecimento efetivamente produtivo para uma comunidade revelam-se no alargamento das possibilidades de emancipação, organização, cooperação e melhoria da qualidade de vida. (MENEZES & CAMPOS, 2012, p. 05).

Tais formas de capacitação viabilizam promover o desenvolvimento das habilidades individuais dos sujeitos, gerando novas formas de conhecimento. Proporcionando uma visão numa perspectiva mais ampla Gadotti (2009, p.54), sugere que, “a educação e a qualificação social e profissional são importantes para o fortalecimento dos empreendimentos solidários e para evitar a dispersão num campo onde a diversidade é enorme”. Portanto, garantir o acesso de conhecimento é fundamental para o sucesso da associação, pois, fortalece a essência do empreendimento solidário na comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A GC é fundamental aos processos de produção de qualquer tipo de organização. Para gerir conhecimento, os sujeitos devem interpretar as informações, pois, elas se apresentam em variados contextos e expressam diferentes

significados, quando contextualizadas são aprimoradas aos processos de produção, administração dos recursos, comercialização, entre outras.

A base de aprendizado surge a partir da interação do indivíduo com seu ambiente, quando se estabelece vínculos nas relações interpessoais aprimoram-se os processos através da participação, e gera-se o trabalho solidário, no qual todos participam das decisões, expressam suas opiniões, e compartilham igualmente dos resultados.

Assim como o conhecimento, as tecnologias estão empregadas em vários contextos e utilizadas com propósitos distintos. São ferramentas auxiliadoras na construção de elementos com o intuito de atender as necessidades humanas, ou seja, abarca desde a ideia inicial de um projeto até a sua aplicação. Dentro dessa vertente, entende-se que obtêm caráter social no campo da ação coletiva, e que as mudanças promovidas estão inteiramente ligadas ao desenvolvimento das tecnologias. Nesse sentido, é importante destacar o papel das TS, uma ciência que nasceu juntamente com os novos modelos de organizações sociais, caracterizada pelo baixo custo de aplicação e efetividade coletiva.

O estudo foi aplicado em uma Associação, tipo de organização que se caracteriza pela formação de pessoas atuantes no desenvolvimento de atividades, como artesanato, reciclagem, alimentação, entre outras. Contudo, não existe a relação de empregado e empregador, ou seja, todos são donos do empreendimento e responsáveis pelas decisões, produção, administração, entre outras. É um EES que não visa fins lucrativos, mas atender os interesses em comuns dos sujeitos.

Com a finalidade de identificar os processos de GC da Associação de Mulheres Campesinas, foi realizado detalhamento dos processos de produção dos derivados da mandioca, no qual as mulheres têm papel fundamental. As mesmas se subdividem em grupos na realização de tarefas desempenhadas na sede da Associação. A comercialização desses produtos é realizada no mercado local, que inclui Bom Jesus da Lapa e cidades vizinhas como, Paratinga, Serra do Ramalho entre outras.

Percebe-se, que a GC contribuiu para a compreensão da criatividade exposta pelos associados no desenvolver de suas atividades, desde a simples tarefa do plantio da mandioca até a mesma se tornar uma nova alternativa de trabalho, capaz de gerar renda, e contribuir para a inclusão social dos sujeitos. Os saberes

individuais foram identificados na interação do grupo, no compartilhamento de informações, permitindo gerar conhecimento aos indivíduos.

Um ponto de destaque entre os atores da Associação, é que através do conhecimento tácito conseguiram encontrar novas alternativas que melhorassem a qualidade de vida de todos. As mulheres conseguiram descrever os métodos e técnicas com base no conhecimento tácito e explícito, o grupo desenvolve e articula a transferência de conhecimento, assim como a geração de novos saberes. Todo esse domínio proporciona o bem-estar social das famílias e o desenvolvimento local da comunidade.

Foram discutidas questões acerca das tecnologias simples e eficientes que auxiliam na redução e gestão de problemas sociais. O estudo permitiu identificar as técnicas existentes na Associação, assim como analisar as ferramentas utilizadas pelos sujeitos nos processos produtivos. Com a implantação de alguns processos de TS foi possível erradicar a extração de carvão na comunidade, aderindo novas práticas como alternativas na geração de renda para as famílias, e utilizar os recursos disponíveis de forma inovadora.

O presente estudo implica reflexões em torno do compartilhamento de conhecimento aliado ao uso apropriado de TS e autogestão dentro de EES. As motivações que permearam a pesquisa partiram da curiosidade em entender os processos organizacionais dos empreendimentos solidários. Com isso cogita-se, que o estudo possa oferecer suporte aos EES na GC, e que outras temáticas voltadas para esse modelo de empreendimento sejam investigadas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, J. C. T. **Economia popular e solidária:** alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.**NBR 6023**: informação e documentação – referências e elaboração. Rio de Janeiro, 2002.Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnbr6023.pdf>. Acesso em: 20 jun 2017.

BARROSO, A. C. O; GOMES, E. B. P. Tentando entender a gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: **RAP** v.33 n.2. mar/abr. 1999. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7656/6201>. Acesso em: Acesso em: 05 ago. 2017.

BATISTA, Fábio Ferreira; QUANDT, Carlos O. **Gestão do Conhecimento na administração pública**: resultados da pesquisa IPEA 2015 – práticas de gestão do conhecimento. Brasília.: IPEA, 2015, p.14-20. Texto para discussão nº 2120. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 28 ago. 2017.

CADERNO DE DEBATE TECNOLOGIA SOCIAL NO BRASIL: direito a ciência e ciência para cidadania. Instituto de Tecnologia Social, 2004. Disponível em: <http://ieham.org/html/docs/Caderno_debate_Tecnologia_Socia_Brasil.pdf>Acesso em:18 ago. 2017.

CAMARGO, R. C. R. de. *el al*. **Boas Práticas na Colheita, Extração e Beneficiamento de frutas.**[S.l.]. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2003.

CAMPOS, Maria de Fatima Hanaque, MENEZES, Ana Maria Ferreira. **Práticas Extensionistas para o Desenvolvimento Social:** uma análise das marisqueiras da comunidade de Mangue Seco em Valença (Ba). RAI. RUM., v. 02 n. 01, Rio de Janeiro, jun. 2014. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/raizeserumos/article/view/5198. Acessado em: 28 de jul de 2017.

COSTA, A. B.*et al*. **Tecnologia Social e Políticas Públicas**. [S.l.]. São Paulo: Instituto Pólis, Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/2061/2061.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2017.

DAGNINO, R. *et al*. **Tecnologia Social:** ferramenta para construir outra sociedade**.** 2. ed. Campinas: Komedi, 2010. Disponível em: <http://escritoriopiloto.org/sites/default/files/documentos/Tecnologia%20Social%202aed%20-%20ferramenta%20para%20construir%20outra%20sociedade_R%20Dagnino.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2017.

_____. Tecnologia Social**:** base conceitual. **Revista Ciência &Tecnologia**. v.1. n.1. Jul. 2011. Disponível em:<http://www.gestaoesaude.unb.br/index.php/cts/article/view/3840/4328>. Acesso em: 08 ago. 2017.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxis pedagógica.** [S.l]. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: <http://www.apu.com.br/assets/imagens/publicacoes/EdL_Economia_Solidaria_Como_Praxix_Pedagogica_Moacir_Gadotti.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2017.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL DO BRASIL (São Paulo). **TECNOLOGIA SOCIAL.** 2004. Disponível em: <https://www.itsbrasil.org.br/tecnologia-social>. Acesso em: 28 ago. 2017.

JÚNIOR GONZAGA, E. L. **Gestão da Informação e do Conhecimento**. 3. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009.

KRAYCHETE, G; SANTANA, A. **Economia dos setores populares e inclusão socioprodutiva:** conceitos e políticas públicas. [s.l]. IPEA, 2012. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt52_econ03_economiadossetores.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.

LARA, C. R D. **A atual gestão do conhecimento:** A importância de avaliar e identificar o capital intelectual nas organizações. [s.n]. São Paulo: Nobel, 2004.

LAVILLE, C; DIONNE, J. SIMAN; CASTRO, L. M. de. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

PITOMBO, Arlindo de Araujo; SANTOS, Ednei Otávio da Purificação; MENEZES, Ana Maria Ferreira. GESTÃO DO CONHECIMENTO: estado da arte. In: ARAUJO, Manuela Barreto de; SOUSA, Claudia Pereira de; SILVA, Francisca de Paula Santos da (Org.). p. 87-99. **EPISTEMOLOGIAS:** multirreferencialidade e construção do conhecimento. Salvador: CRV, 2017.

QUEL, Luiz Felipe. **Gestão de conhecimentos e os desafios da complexidade nas organizações.** São Paulo: Saraiva, 2006.

SINGER, P. Economia Solidária**:** Entrevista com Paul Singer. **Revista Estudos Avançados** v. 22. n. 62, 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2017.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

Tecnologia Social: conceito**.** Disponível em: <http://rts.ibict.br/rts/tecnologia-social/tecnologia-social>. Acesso em: 08 jun. 2017.

VARANDA, A. P. de. M; BOCAYUVA, P. C. C. B. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária.** 1. ed. Rio de Janeiro: FASE, Ippur, Lastro, UFRJ, 2009.

VICK, T; NAGANO, M. S; SANTOS, F. C. A. Aportes da gestão da informação para a criação de conhecimento em equipes de inovação**. Revista: Perspectivas em Ciência da Informação,** v.14. n.2. maio/ago.2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n2/v14n2a14.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

A TECNOLOGIA SOCIAL DISSEMINANDO AGROECOLOGIA E GERANDO RENDA: UM RELATO DE EXPERIENCIA.

Josenildes Ferreira Costa[108]; Silvana Lima[109]

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo geral analisar os impactos da ação e organização de um Fundo rotativo Solidário situado no Povoado de Lagoa Escura no município de Santaluz-BA no território de Cidadania do Sisal composto por mais 19 municípios, é uma comunidade rural localizada no semiárido baiano, formado por uma população rural de Agricultores familiares, onde as famílias evoluíram culturalmente junto com as organizações dos movimentos sócias, desenvolvendo o costume de se organizarem através de grupos de interesses a exemplo do Fundo rotativo solidário com finalidades resolver problemas que acercam os trabalhos produtivos dessas famílias por carência financeira. O conhecimento sobre o fundo rotativo solidário, na comunidade de Lagoa Escura foi passado de agricultor para agricultor atar vez de intercâmbios, e a partir da organização se tornou uma tecnologia que vem sendo usada efetivamente por diferentes circunstâncias tais como: em atividades cotidianas de casa, em período de produção e por várias finalidades dos agricultores envolvidos. Assim, o uso do Fundo Rotativo Solidário tem-se tornado uma prática constante devido às famílias envolvidas atualmente e o número de praticas feitas por cada uma delas tendo como principal objetivo a organização deste grupo solidário essa organização vem ajudando a disseminar Agroecologia na a comunidade local e circo vizinhas além dos visitantes bem como escolas, agricultores, entidades e instituições com as orientações consideradas simples e eficaz da coordenação que são os próprios componentes do grupo, além de ser um meio de renda.

Palavras-chave: Tecnologia Social. Agroecologia. Fundo Rotativo. Renda.

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos econômicos solidários bem como os bancos comunitários, as cooperativas de crédito solidário e os fundos rotativos solidários são responsáveis pela composição das finanças solidárias, cumprindo atividades financeiras para clientes que não são atendidos pelo setor bancário tradicional, o qual, por sua vez, faz parte das microfinanças, gama de serviços financeiros diversos (microcrédito, microsseguros, micropoupanças, entre outros) de pequena escala para negócios e

[108] Estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área de conhecimento Ciências da Natureza. Membro do Laboratório Vivo: Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo da UFRB, Campus Feira de Santana. E-mail: josynildes@yahoo.com.br
[109] Prof. Adjunta da UFRB. Curso de Educalção do Campo. Coordenadora do Laboratório Vivo: Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo da UFRB. E-mail: Silvana_geo@yahoo.com.br

famílias tradicionalmente mantidas à margem do sistema financeiro, pessoas essas que são homens e mulheres em sua maioria camponesas sem-terra e teto sem registro de renda e bens (cf. Neri, 2008). A metodologia de fundo rotativo solidário mobiliza recursos monetários e não monetários por meio de um sistema de créditos e débitos alimentado e gerido de modo compartilhado pelos seus apoiadores, executores e beneficiários, em que compromissos devolutivos são flexíveis e acordados coletivamente.

O estímulo à formação dos Fundos Rotativos Solidários pode ser com repasse de recurso financeiro ou apenas com atividades de grupos de produção e insumos. Sendo que uma modalidade não exclui a outra, as entidades gestoras realizam a gestão dos recursos do fundo rotativo e também oferecem formação e assistência técnica que algumas entidades fazem o acompanhamento sistemático dos mesmos. Todas as instituições que detêm um fundo rotativo solidário constituem uma entidade gestora, as entidades de apoio e fomento, que são as que realizam a gestão de um fundo rotativo, e, de modo natural ou proposital, acabam incentivando a criação de outros grupos bem como associação comunitária, casa das sementes e até mesmo grupo de produção e assim se constituem entidades de fomento, uma vez que inspiram grupos e/ou comunidades na prática da metodologia.

Os recursos mobilizados nos Fundos Rotativos Solidários podem ser financeiros ou não quando um fundo dispõe de valores para um indivíduo, ou família, que adquire máquinas, equipamentos ou insumos e, após um período de produção, realiza a devolução em dinheiro, diz-se que é um fundo financeiro. Já um fundo não monetário acontece de inúmeras maneiras. Algumas práticas destacam-se a exemplo da modalidade conhecida como casa de semente. Geralmente, um grupo de agricultores organiza-se para estocar coletivamente parte da colheita do período que possibilite aos mesmos ter sementes para o próximo plantio com princípios da agroecologia. O fundo rotativo de animais também é considerado uma modalidade de gestão não financeira e funciona, igualmente, com famílias agricultoras, que após a reprodução de caprinos, um reprodutor e uma cabra são repassados para outra família que pretende iniciar a criação.

Outro fator importante para compreensão da metodologia, parte do entendimento da linguagem e práticas que permeia. No campo dos bancos formais, um empréstimo é solicitado por um cliente que fará pagamentos, ajustados a taxas

de juros do mercado, mediante um contrato e apresentação de garantias respeitando regras do sistema. Para além do acréscimo do valor a pagar por conta dos juros, uma grande consequência do não cumprimento desse acordo culmina com a inserção do indivíduo em listas negativas de crédito como o Sistema de Proteção ao Crédito (SPC). No contexto dos Fundos Rotativos Solidários, ocorrem o empréstimo para um participante que fará a devolução voluntária do valor recebido mediante assinatura de um termo de compromisso que é criado coletivamente junto ao regimento interno do grupo. Esses são elementos centrais para a metodologia dos fundos.

O financiamento, em geral, é o investimento em alguma atividade produtiva a exemplo de aquisição de novos equipamentos, favorecendo a adoção de novas tecnologias apropriadas ao sistema produtivo dos grupos associados, e processos de comercialização; comercialização da produção na própria comunidade e aumento do consumo dos produtos, entre outros e o termo de compromisso constitui o acordo no qual o indivíduo compromete-se com a devolução voluntária diante do grupo dos participantes.

A não devolução do valor devido não implica penalidade burocrática com ações judiciais, mas a sanção do grupo quando há quebra proposital do compromisso assumido até porque a gestão do grupo é feita de forma coletiva e ambos os participantes fazem o controle dos financiamentos solidários. Contudo, caso o não pagamento tenha sido fruto de situações adversas como doença, ou intempéries da ação produtiva, ocorre um processo de renegociação das devoluções que, em geral, não acarreta taxa de juros ou nem um prejuízo para ambos redefinindo em assembleia as decisões a serem tomadas mediante a cada particularidade. Nesse trabalho há certa autonomia dos indivíduos que historicamente possuíam dificuldades em acessar o crédito formal, assim, nas linhas seguintes, estará disposta parte dos dados que ilustram a dimensão das ações dos fundos rotativos solidários no Brasil.

Os primeiros passos do movimento social da economia solidária na década de 1990 no Brasil ocorrem com o sentido de um movimento propositivo no campo da geração de emprego, trabalho e renda, mas conjugando, simultaneamente, a perspectiva da capacidade de empreender e do trabalho associado. O que diferencia a economia solidária é a posse e o uso dos meios de

produção e distribuição que são socializados por meio de práticas de gestão democrática dos empreendimentos, formando redes de empreendimentos, e a repartição dos resultados entre seus associados. Suas características são especificidades, o movimento da economia solidária passa a demandar sistemas específicos de finanças para canalizar o fomento das suas redes de empreendimentos, mobilizando tanto as entidades governamentais quanto as organizações não governamentais (ONGs). No campo governamental, e especificamente para a região Nordeste, uma série de articulações ocorreu entre 2003 e 2004, envolvendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e outras grandes redes do movimento, a então recém-criada Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e o Banco do Nordestedo Brasil (BNB), uma instituição financeira regional do governo federal. O objetivo era criar um programa de finanças solidárias de caráter antecipatório, com vistas a uma política nacional de financiamento da economia solidária. No bojo desta articulação foi elaborado e implementado, a partir de 2005, o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) com a finalidade de apoiar financeiramente os empreendimentos de economia solidária com recursos não reembolsáveis oriundos de parcela do lucro do BNB.

Os Fundos Rotativos Solidários, uma prática ancestral das comunidades camponesas no Nordeste, baseada na dimensão comunitária da reciprocidade, da dádiva e da moralidade, presentes também nos movimentos associativos. Os FRS são instrumentos de finanças solidárias direcionados às comunidades que, em tese, praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária, e que decidem (re)investir parte desta em prol da vizinhança. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade, do tipo em que o agricultor compartilha água de beber porque “no sertão, água não se nega”, e cria animais nos fundos de pastos, em áreas de pastagens comuns.

Neste artigo, com dados ainda específicos, está em discussão o processo de avaliação desta política pública, cuja especificidade é clara nas relações sociais de comunidades tradicionais, por conta da metodologia de gestão social compartilhada de recursos públicos. Entre as questões que emergem, está exatamente a possibilidade de ressignificação destas identidades tradicionais vis-à-

vis a introdução da dinâmica das políticas públicas: por exemplo, a gestão social do FRS pode fortalecer ou obstaculizar o conjunto de relações sociais da comunidade, inclusive do ponto de vista do gênero étnico-racial.

Uma outra questão importantíssima neste contexto é a contribuição efetiva dos FRS para novas configurações e organizações territoriais, do ponto de vista da geração do emprego e da renda, da agroecologia e do meio ambiente.

2 OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

As diversidades das experiências de Fundos Rotativos Solidários espalham-se pelo Brasil. Entre as origens da metodologia, normalmente, está o atendimento de uma necessidade básica e emergencial como água e energia, além de outros fatores explicativos para expressividade do Nordeste brasileiro, que podem ser exploradas em outros trabalhos.

Com a falta de água para consumo humano, há baixa ou nenhuma produção agrícola nos locais de estiagem e consequentemente há falta de alimentos que garantam a subsistência. Nesse cenário a metodologia de Fundos Rotativos Solidários é uma estratégia a ser considerada uma das possibilidades que possam solucionar a necessidade persistente, especialmente a ação de construção de cisternas tanto para produção de alimentos humano e o rebanho animal, que leva a um salto na melhoria das condições de vida das pessoas do semiárido brasileiro.

A tecnologia social da cisterna de placa permite a emancipação do indivíduo que historicamente se mostra dependente em situações de vulnerabilidade de ausência da gestão de água para consumo humano. Isso é nítido a partir de dados que revelam o índice de Fundos Rotativos solidários na região do Nordeste Brasileiro como aponta que 64% da predominância das experiências estão no Nordeste que por uma série de necessidade os nordestinos vêm criando mecanismos para se sobressair de situações constrangedoras no campo lugar extremamente caracterizado climaticamente, segundo dados da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e do Ministério da Integração Nacionais destacadas por Baptista e Campos (2013), 53% do Nordeste brasileiro abriga o semiárido. Uma característica desse clima é a aridez, para os autores, alguns fatores se favorecem disso, os modos humanos de explorar a terra, o desmatamento, a prática predatória

para com os rios e a terra, as queimadas, a contaminação dos solos com agrotóxicos etc. Entre os problemas enfrentados, um destaca-se em repercussão e enfrentamento: a escassez de chuvas além da má distribuição de terra gerando uma série de questões agrárias. No entanto, as organizações que atuam no Nordeste defendem que no "Nordeste não falta água, falta justiça", já que há concentração de chuvas em determinado período do ano e, ainda, segundo Baptista e Campos (2013), ocorre um ineficiente sistema de armazenamento da água que vem da chuva. É nesse contexto que muitas experiências de Fundos Rotativos Solidários afloram com o intuito de oferecer tecnologia para enfrentamento das questões.

Outra situação significativa é o alcance da metodologia, pode-se pensar que a realização de poupanças coletivas autogeridas restrinja-se à atuação de pequenas comunidades. No entanto, apesar de um dos Fundos Rotativos Solidários ter sede ou serem geridos em determinado comunidades, sua abrangência pode ultrapassar, inclusive, "barreiras" territoriais. Normalmente, os fundos têm como sede o local da instituição que executa a gestão do fundo, mas o atendimento das pessoas ocorre de acordo com a demanda, necessidade e interesse das comunidades acolhidas, bem como capacidade de atendimento. As experiências, principalmente no âmbito rural, demonstram uma alta capacidade de atendimento de lugares e pessoas. Na Bahia, por exemplo, existem fundos rotativos que abrangem mais de um território de identidade atendendo comunidades presentes em mais de dez municípios.

Para além da abrangência territorial, há também a habilidade de atender muitas famílias. A unidade familiar é o grande campo de atuação da metodologia desse trabalho, principalmente, porque a fixação das experiências ocorre em massa no meio rural, lugar que abriga grande parte das atividades agrícolas, contexto em que o trabalho familiar é natural e essencial para a atividade.

Um fator preponderante para a continuidade e consolidação de um Fundo Rotativo Solidário é a manutenção que está atrelada ao processo de devolução dos valores financiados por parte dos participantes. Muitas experiências no Nordeste afirmaram que nos anos iniciais de criação dos Fundos Rotativos Solidários a devolução ficava a critério do participante, ou seja, poderia ser devolvido o valor monetário ou a mercadoria fruto da sua atividade produtiva (correspondente ao que

foi tomado). Contudo, as dificuldades na comercialização dos produtos recebidos no processo de devolução resultaram na soberania da prática do fundo rotativo.

3 BREVE TRAJETÓRIA E A METODOLOGIA DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

Logo em seguida a implementação do governo Lula, no BNB, foram abertos possibilidades de interação e articulação com os movimentos sociais, de certa forma represados ou não reconhecidos pelas administrações anteriores, cujo perfil fora marcado pela centralização e inexistência de diálogos com os movimentos sociais e seus representantes.

Por volta de 2003, o BNB apoiou, em parceria com a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), uma experiência de autogestão dos canavieiros da Usina Catende, localizada em Pernambuco.

Em abril de 2005, foi lançada pelo BNB, em parceria com a Senaes e as redes da economia solidária, a primeira chamada pública de apoio a projetos dos Fundos Rotativos Solidários por meio de carta-convite e outros “avisos” para toda a região Nordeste. Esses projetos ocorreram em janeiro de 2008 e julho de 2010. Os recursos são de caráter não reembolsável, provenientes do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), formado com parcela de lucro do BNB. A outra fonte é da própria Senaes. Nas duas primeiras chamadas foram contemplados 50 projetos, somando R$ 4,8 milhões, sendo R$ 2,3 milhões do BNB/FDR e R$ 2,5 milhões da Senaes. No Aviso de julho de 2010, foram conveniados mais 15 projetos, perfazendo um total de R$ 6,3 milhões de recursos. Com a previsão de edital de R$ 1 milhão para a Bahia, somado a outras contratações, a expectativa é ultrapassar os R$ 8 milhões, distribuídos em mais de 85 projetos em 2011.

Por meio dos Fundos Rotativos Solidários aplicam-se recursos na comunidade, mediante empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas (DUQUE; SANTOS FILHO, 2007; SANTOS FILHO, 2010). Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais

democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local. Entre os projetos apoiados desde 2008, está o Fundo Rotativo Solidário da Rede Bodega.

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nos registros das transformações ocorridas no mundo do trabalho, a Economia Solidária tem contribuído diretamente com pessoas e comunidades a criarem espaços de produção e comercialização praticando a solidariedade, a democracia e a autonomia. Tem como desafio a construção de uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo de bens socialmente produzidos, mostrando frequentemente à sociedade possibilidades ou experiências alternativas que rompam com a lógica do mercado e da competição (BERTUCCI; SILVA, 2003; DOWBOR, 2008).

De modo exclusivo a autogestão, diferente da gestão praticada na economia de mercado, exige um esforço gratificante por parte dos trabalhadores que formam o empreendimento solidário, pois além de cumprir as tarefas inerentes ao cargo que ocupa, eles têm que se preocupar com os problemas gerais do empreendimento. Na gestão social solidária, tudo que acontece é levado ao conhecimento e submetido à aprovação do grupo que se dão através das assembleias sendo grupos informais ou formais.

Esta abordagem das organizações dos Fundos Rotativos Solidários incorporam uma visão territorial do financiamento do desenvolvimento, buscando alinhar a alocação dos recursos com elementos estruturadores do crédito, na perspectiva de que a dinâmica de interação social entre os atores elimine o risco moral e a informação imperfeita. Por outro lado, a articulação político-institucional inserida nas redes possibilita o acesso aos mercados de bens, produtos e serviços enquanto construções sociais. São elas que vão, pouco a pouco, dando forma e conteúdo ao campo que foi batizado de “finanças solidárias” como algo distinto dos conceitos por demais abrangentes de “microcrédito” e de “microfinança” (PAIVA, 2006). Portanto, tais experiências compartilham mais do que demandas e agendas comuns, compartilham anseios e sonhos, significados e reflexões em prol de um mundo mais justo.

5 DESENVOLVIMENTO

Assim como todo projeto, para que fosse implantado seriam necessárias algumas mudanças na rotina da comunidade, e como toda mudança, gera desconfiança, mas necessita da cooperação dos participantes, e entidades parceiras. Dificuldades surgiram no decorrer da implantação do projeto, seja pelo pouco tempo disponível pelos agricultores para organização e também pela novidade ali posta pelos idealizadores que neste caso foi um grupo reduzido de agricultoras, pela dificuldade de adesão de alguns agricultores ao projeto, que não queriam ceder alguns minutos de suas atividades e por medo de não da certa e perder o que teria que investir para o desenvolvimento da experiência, ou ainda pela falta de comprometimento de algumas pessoas, que mesmo sendo um projeto que visa benefício para a comunidade como um todo, colocam seus interesses individuais em primeiro plano, e com isso, não colaboram com o projeto e algumas vezes ainda tomam atitudes que atrapalham e atrasam o andamento do mesmo.

Mesmo tendo que “remar contra a maré”, o projeto saiu dos pensamentos e foi colocado em prática, principalmente pelo interesse e apoio total por parte das mulheres, que mostravam vontade em aprender com essa experiência, e demonstravam, a cada etapa, que o projeto já estava mudando seu dia-a-dia e a maneira de pensar sobre o trabalho no campo e sua importância na sociedade alcançando vários resultados positivos bem como maior valorização dos trabalhos coletivo, da participação das mulheres nos trabalhos na comunidade, da troca solidaria, das parcerias.

Pelos resultados obtidos, mesmo antes de se tornar mais conhecido, concluímos que o mesmo pode ser desenvolvido também em outras comunidades, principalmente àquelas situadas nas áreas rurais, pois apesar de enfrentar resistência por parte de algumas pessoas, a integração e determinação demonstrada pelos Agricultores superam esses obstáculos, e preciso que essas ações que fortaleçam e solidifiquem a valorização e apoio à população que vive no e do Campo sejam ampliadas e fortalecidas.

Importa ressaltar os eixos essenciais do Fundos Rotativos Solidários: primeiro, é um movimento de ressignificação da prática comunitária dos grupos informais no Nordeste, em cujos primórdios estão os princípios da troca, do intercâmbio e da reciprocidade. Neste sentido, em um segundo eixo, estão as funções das organizações sócias no campo, de servir de referência para a comercialização justa e solidária, organizar os processos de produção e beneficiamento e mobilizar recursos de créditos para produção, comercialização e consumo. Consequentemente, o terceiro eixo é a composição social do trabalho associado nas Associações Comunitárias de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, artesanato, pequenas agroindústrias de beneficiamento de produtos alimentícios, artesanatos diversos e prestação de serviços.

Nota-se ainda a clara integração com o mercado, seja pela falta de clareza do volume de produção, seja pela baixa agregação de valor aos produtos; a articulação institucional ainda é insuficiente, exigindo mais esforços dos participantes. Isto fica claro na participação em feiras de intercâmbio, que, para funcionar, exigem a participação de muitos parceiros; consequentemente, ocorrem descontinuidade das ações, que é o lado sombrio da falta de parceiros tradicionais, pois as redes, ou seja, os Fundos Rotativos solidários mais densas ainda estão por se construir. Sendo ainda possível perceber que o grande desafio do fomento aos Fundos Rotativos Solidários, tem sido compatibilizar a dinâmica das maneiras de agir e decidir, alocar e poupar do movimento da economia solidária referenciada na utopia da inclusão de afetos que as relações cooperativas propiciam, quando confrontada com as normas e regramentos impessoais exigidas pela racionalidade weberiana, que está colocada na adesão a uma política pública.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas atividades desenvolvidas pela dinâmica dos Fundos Rotativos Solidários, percebe-se que o financiamento de atividades produtivas é priorizado, na medida em que potencializa o progresso e a geração de renda, condição que denota a maior fragilidade na realidade das famílias participantes que em sua maioria são

camponesas oriundas de uma série de particularidade bem excludente no senário politico.

É possível também perceber que a realização de fundos não monetários e monetários requer estratégias de atuação construídas e demandada pelas comunidades, de forma que as atividades e métodos dos Fundos Rotativos Solidários é uma tecnologia social livre, ou seja, qualquer grupo de pessoas e/ou comunidades pode implementar a partir da sua realidade e necessidade. O que foi exposto neste trabalho mostra possíveis realidades dos fundos rotativos solidários no Brasil. Outros trabalhos poderão mostrar detalhes aprofundados acerca dos Fundos rotativos solidários, a exemplo da predominância de financiamento das atividades camponesas comunitárias que em algumas comunidades já tenham articulações diretas com algumas políticas públicas como politicas públicas como o Programa Nacional da Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos.

Por fim, há indicações de que os Fundos Rotativos Solidários são, de fato, uma meio do desenvolvimento econômico local, visto que possibilita e fomenta atividades propícias às regiões de necessidades, como as atividades extrativistas no campo, entre outras, que ocorrem primordialmente no Nordeste. Ou seja, a metodologia de Fundo Rotativo Solidário demonstra a possibilidade de desenvolvimento sob a perspectiva e a ação de organizações dos Agricultores Familiares sejam eles assentados de Reforma Agrária, Quilombola, Indígenas e das Comunidades Tradicionais.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA. N. Q.; CAMPOS. C. H. Caracterização do semiárido brasileiro. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o semiárido brasileiro.** Brasília: IABS, 2013.

NERI, M. **Microcrédito**: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro. Rio de Janeiro. FGV.

BERTUCCI, A.; SILVA, R. M. **Vinte anos de economia popular solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira – dos PAC à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

DOWBOR, L. **Democracia econômica** – alternativas de gestão social. Petrópolis: Vozes 2008. 214 p.

DUQUE, G.; SANTOS FILHO, C. **Comunidade rural e cooperação entre camponeses:** os fundos rotativos solidários na Paraíba. In: Congresso Europeu Ceisal de Latino Americanistas, 5. Bruxelas, Bélgica, de 11 a 14 abr. 2007. 10 p.

FRANÇA FILHO, G. C. **Gestão social:** um conceito em construção. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local - II Colóquio Internacional El Análisis de las Organizaciones y la Gestión Estratégica: Perspectivas Latinas, 9. Salvador-Bahia-Brasil, 16 a 18 de jun. de 2003.

GONÇALVES, A. F.; SANTOS FILHO, C. **Os fundos rotativos solidários e a agro-ecologia**: mediações culturais em comunidades camponesas no nordeste brasileiro. Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. Brasil, Pernambuco, Porto de Galinhas, nov. 2010.

MOTA, J. R. D. **Políticas públicas e economia solidária. Avaliação do projeto Sementes da Solidariedade.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. 56p.

PAIVA, V. R. A. de. **Mulheres, trabalho e cidadania**: a construção de significados numa lógica solidária de inclusão – a experiência da incubadora feminina da associação de moradores do Conjunto Palmeiras. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2006.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, B. de S. **Crítica da razão indolente** – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS FILHO, C. **Fundos rotativos solidários:** uma experiência de gestão social de recursos públicos nos marcos da economia solidária no Nordeste do Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 3. Universidade Federal de Lavras, 2010.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. Credit rationing in markets with imperfect information. **The American Economic Review**, v. 71, n. 3, p. 393-410, jun.1981.

QUINTAL AGROECOLÓGICO: EM (UM) EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO COM MULHERES QUILOMBOLAS

Izabel Santos Pereira[110]

RESUMO: As mulheres rurais historicamente foram excluídas dos processos sócio-educativos, tendo em vista essa exclusão, elas desenvolvem um grande papel na agricultura e são responsáveis pela produção para o autoconsumo familiar garantindo uma boa qualidade de vida. Esse trabalho desenvolvido pelas mulheres, normalmente não é remunerado, fica escondido e invisível, até mesmo por elas se sentirem incapazes, e terem medo do que a sociedade vai falar. Este trabalho objetiva apresentar implantação de unidades demonstrativas de quintais agroecológicos na unidade de produção lideradas por mulheres quilombolas e com potencial de multiplicação das práticas adquiridas. Participaram 15 mulheres do grupo de Empreendimento Econômico Solidário 7 Damas, moradoras da comunidade Quilombola de Paus Altos, do município de Antônio Cardoso /BA. Foram realizados dois encontros. Neles foram utilizados a metodologia do Diagnóstico Rural Participativo-DRP, onde aplicamos os instrumentos, árvore de problemas, calendário agrícola e o mapa da comunidade.O quintal agroecológico é visto como processo de empoderamento feminino, onde as mulheres têm a liberdade de tomar as decisões do que fazer e de como fazer, pois, percebe-se que quando as mulheres trabalham em grupos com produtos da agricultura familiar elas conseguem ter uma renda significativa que é muito importante para a manutenção familiar e para autoestima da mulher, ou seja elas consegue ter uma independência financeira.

Palavras-chave: Quintal agroecológico. Quilombo. Mulher.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% da produção de alimentos. Ela contribui na redução da pobreza e na segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, as mulheres rurais desenvolvem um grande papel na agricultura, elas são responsáveis, pela produção de autoconsumo familiar garantindo qualidade de vida. (FAO, 2015).

Dentre os vários aspectos que caracterizam as situações das mulheres rurais, destacamos as poucas oportunidades conferidas às mulheres quilombolas, que historicamente foram excluídas dos processos sócio-educativos. Tendo em vista

[110] Graduada, UFRB. E-mail: izabelsantos.ac@gmail.com

que o trabalho desenvolvido pelas mulheres, normalmente não são remuneradoS fica escondido, invisível por detrás das estratégias de reprodução familiar. No entanto, esse trabalho invisível, representa uma grande contribuição das mulheres na produção para o consumo próprio e da família, conforme demonstram os dados da PNAD/IBGE (2006), os quais indicam que 47% das mulheres ocupadas trabalham para o autoconsumo. O Censo Agro (2006) aponta que 12,68% dos estabelecimentos têm como responsáveis as mulheres e 16% dos estabelecimentos da Agricultura Familiar têm como responsáveis as mulheres. As relações sociais de gênero nas comunidades quilombolas também são formadas por relações de poder que favorece privilégios para alguns e desvantagens para outros, essas diferenças são convertidas em desigualdades econômicas, políticos e ideológicos. Dentro dessas desigualdades as mulheres vivem como grupos diferenciados, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas”, “mulheres imigrantes”, entre outras categorias (BRAH, 2006, p. 341).

Pensando na melhoria das condições de sobrevivência das mulheres quilombolas que reside na zona rural e suas famílias, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB, elaborou um projeto,tendo como objetivo apresentar implantação de unidades demonstrativas de quintais agroecológicos na unidade de produção lideradas por mulheres Quilombolas e com potencial de multiplicação das práticas adquiridas. Esse projeto é financiado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SEAD e está em desenvolvimento em quatro territórios rurais do estado da Bahia: Portal do Sertão, Recôncavo da Bahia, Vale do Jiquiriçá e Litoral Norte/Agreste Baiano com o envolvimento dos Colegiados Territoriais. Os colegiados territoriais são compostos paritariamente entre representantes do poder público (federal, estadual e municipal) e da sociedade civil em um determinado território. A importância de realização deste projeto reside na relação dos saberes da academia e dos grupos de mulheres rurais, no sentido de fortalecimento de práticas que promovam equidade de gênero e de condições sustentáveis voltadas para a segurança alimentar e nutricional, a partir das práticas agroecológicas com referencial das tecnologias sociais e do desenvolvimento territorial. É importante considerar que as tecnologias sociais valorizam as relações sociais e que contribuem para a inclusão social.

2 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA PAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PAUS ALTOS

A Comunidade do Tabuleiro de Paus Altos localiza-se a 13 km da sede do município de Antônio Cardoso no sentido norte. A razão do nome remonta à existência de árvores muito altas na região, entre elas o Itapicuru. Paus Altos era também o nome da fazenda do latifundiário e senhor de terra da região. Atualmente a comunidade composta por 238 famílias que sobrevivem basicamente do cultivo da terra e criação de pequenos animais. O manejo agrícola utilizado pela maioria dos agricultores da comunidade baseia-se na queima da vegetação para fazer plantio e o uso de adubos químicos. Esse manejo inadequado se dá pela deficiência de assistência técnica, e pelo fato dos agricultores não utilizarem práticas sustentáveis que, além de diminuírem os custos de produção, podem contribuir para a autonomia e segurança alimentar das famílias. É necessário utilizar manejo onde predomina os princípios da agroecologia, que não se preocupa apenas com a quantidade de produção e a renda, mas também com a qualidade e além disso com a relação do homem com a natureza. Para muitos este modelo recebe nome de Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), que tem como pressuposto a racionalização dos recursos, buscando a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais e a minimização da dependência de energia não renovável (PAIS, 2012). PAIS, são sistemas tradicionais resultantes de conhecimentos acumulados e transmitidos através de gerações inspirada na experiência de agricultores familiares que optaram por fazer uma agricultura sustentável sem o uso de produtos tóxicos e com a preocupação de preservar o meio ambiente. (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2008).

O programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável será implantado no grupo de mulheres 7 Damas que é uma das três experiências de geração de trabalho e renda vinculado à Associação Comunitária da Comunidade Quilombola Paus Altos, da cidade de Antônio Cardoso-BA. O Grupo de Mulheres 7 Damas foi formado por 15 mulheres em março de 2006 e têm como objetivo criar oportunidade de geração de renda para as mulheres quilombolas associando atividade econômica com emancipação feminina através da valorização do papel das mulheres quilombolas na comunidade. Desde a sua fundação, o empreendimento, produz doces, compotas, geleias e licores. A matéria prima para

esses produtos são das propriedades das mulheres que têm quintais, genuinamente feminino, onde encontramos frutas, como caju, umbu, acerola, goiaba, tamarindo e jenipapo e tubérculos, como, batata de teiú e gengibre. Esse trabalho tem uma importância muito grande para a comunidade, pois além gerar um incremento na renda familiar, também ajuda a preservar as plantas frutíferas nativa da comunidade.

Atualmente o Empreendimento Econômico Solidário trabalha com 15 mulheres quilombolas que têm renda per capita de meio salário mínimo e há anos vem desenvolvendo suas atividades em uma sede improvisada com equipamentos domésticos limitando sua atuação no mercado local e municipal. As Sete Damas vêm reinventando sua produção na busca de especialização e qualificação, sem perder suas raízes e tradições – receitas dos seus ancestrais – porém consciente da necessidade do respeito à segurança alimentar e de uma alimentação saudável ao corpo discente e docente das escolas municipais onde atuam.

Elas estão inserida no Território Portal do Sertão e vem participando das câmaras temáticas: Mulheres e Diversidade Sexual e Economia Solidária; Juventude Rural; Povos Tradicionais e Reforma Agrária. Nessa perspectiva, as associadas estão inserido nas ações a nível estadual sobre a questão de gênero e relações etnicorraciais. No ano de 2015, o Grupo 7 Damas participou ativamente da Marcha das Mulheres Negras, em Brasília, contando com a participação de 4 integrantes. Vale ressaltar que durante o preparatório sobre a marcha, as mulheres participaram de campanhas, a exemplo, da Feijoada das pretas, organizado para adquirir recursos para a viagem.

Figura 1:Oficina com grupo de mulheres 7 Damas.

Desde o seu desenvolvimento o EES conta com o apoio para formação da Coordenadoria de Serviços Ecomênicos, (CESE); Companhia de Desenvolvimento Regional e dos membros da diretoria que possui graduação e mestrado. E de lá para cá tiveram apoio governamental e no campo da Economia Solidária nós estamos sendo acompanhados pelo Centro Público de Economia Solidária Portais do Sertão. Através dessa formação as associadas aprenderam a fazer o estudo de quanto gasta para fabricar cada produto; fazer pesquisa de mercado; trabalhar coletivamente e consequentemente melhorar seu empreendimento. Com relação à sustentabilidade social, o empreendimento trabalha com geração de ocupação e renda e espera-se que com a inserção nos mercados institucionais de comercialização Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e; Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE as mesmas consigam gerar mais renda para os familiares, para a comunidade e para o município. Para a promoção da sustentabilidade ambiental, as associadas fazer distribuição de plantas frutiferas para as comunidades e utilizam métodos alternativos para controle de pragas sem usar produtos químicos, além de fazem o aproveitamento dos insumos das frutas para fabricação de adubo orgânico.

3 METODOLOGIA

O trabalho é um artigo com caráter qualitativo através de uma abordagem participante, está inserida no contexto rural constituídas por métodos dinâmicos de aprendizagem a partir da interação com os agricultores. (PARA TAL, FOI) utilizando a metodologia do Diagnóstico Rural Participativo-DRP. Essa metodologia representa um grande avanço para o processo de participação da comunidade e tem sido utilizado, por diversas entidades e organizações para realizar diagnóstico e planejamento rural. Verdejo (2006), enfatiza que, “o DRP é uma metodologia declaradamente não tecnicista, que visa propiciar a produção de conhecimento interativo, valorizando as competências reais dos sujeitos envolvidos em cada processo”.

A partir do processo de mobilização fizemos dois encontros. No primeiro realizamos a aplicação do DRP utilizando três instrumentos: árvore de problemas, calendário agrícola e o mapa da comunidade, onde permitimos que as comunidades reflitam suas realidades, envolvendo os membros do grupo e sujeitos do processo na construção do seu próprio diagnóstico para o planejamento de suas ações a partir das próprias percepções. Portanto o DRP “é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades reflitam sobre a sua realidade e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006, p.6).

No segundo momento realizamos uma visita técnica para definimos local de implementação do Quintal agroecológico através da Produção Agroecológico, integrada e Sustentável (PAIS). Definimos a quantidade de galinhas, as hortaliças que serão plantadas, organização do mutirão, lista de equipamentos, o tamanho do quintal agroecológico e regimento interno. No quintal Produtivo não é necessário utilizar regas ou ordem de cultivo, as plantas vão crescendo livres e conquistando o seu espaço. Nesse espaço estão plantas como: alface, cebolinha, cenoura, batata doce, abóbora, pimenta, pimentão aipim, couve, coentro, as plantas frutiferas, etc.

O Quintal Produtivo oferece várias vantagens para toda a família:

> Essas vantagens possibilitam maior comodidade, menor espaço de tempo para executar as atividades de cultivo, manejo e colheita dos produtos de época. Com o quintal produtivo é possível da janela ou porta de casa observar qual planta ou fruto está no ponto de colheita bem como verificar a ocorrência de algum desequilíbrio, desta forma

> poder colher o fruto adequado e maduro no período correto sem deixar que passe do ponto ou se perca por isso e tomar medidas preventivas contra o ataque de insetos e doenças. PEDROSA (2016).

Observamos que as famílias da comunidade quilombola de Paus Altos já utilizam o espaço ao redor da casa que chamamos Quintal para criação de criação de pequenos animais e aves (porcos, ovelhas,galinhas, patos, peru, galinha d'angola) e as hortaliças em sua maioria para autoconsumo. Quando têm sobra de alimentos legumes, frutas e verduras elas se transformam em alimento para aves e animais, logo tudo é aproveitado.

4 DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO (DRP) – COMUNIDADE QUILOMBOLA

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) aconteceu na sede da Associação Rural Quilombola de Paus Altos, Santa Cruz e Adjacências – ARQUIPASCA no município de Antônio Cardoso – BA. Essas comunidades têm como principais fontes de sobrevivência, a agricultura familiar, aposentadoria e O bolsa família. São caracterizadas por ter a maior concentração de descendentes escravizados pós-libertos na Bahia. A atividade contou com a presença de 32 participantes, sendo 70% do sexo feminino. Foram aplicados três instrumentos do DRP: árvore de problemas, calendário agrícola e o mapa da comunidade.

Na árvore de problemas foram pontuados vários problemas dentro desses foram escolhidos dois problemas centrais que contemplasse os outros. Assim então chegou a conclusão que problema central era a dificuldade de acesso à terra e acesso a água, dessa forma esses foram colocados no tronco a árvore (Quadro 1).

Os moradores relataram que a grande maioria das terras da comunidade está concentrada nas mãos dos fazendeiros e as famílias só têm 4.356m² de terra para produzir e muitas vezes há duas ou mais família na mesma terra. As maiorias das nascentes estão na propriedade dos fazendeiros onde é cercada e o povo da comunidade não tem acesso.

As comunidades quilombolas de Antonio Cardoso, são rodeada e exprimida por fazenda onde estão concentradas as terras mais produtivas e água

para consumo e produção, pois está concentrada na mão dos fazendeiros. Quando é para o plantio os fazendeiros fornece a terra e em troca quando fizer a colheita o agricultor tem que fazer o plantio do capim para alimenta o seu rebanho. A comunidade não têm água encanada e o único local que possui água são nas fazendas, onde os proprietários não deixam pegar.

> "A escravidão só mudou de forma. Continuamos sem terra e temos que trabalhar para os fazendeiros. Eles deixam plantar alguma coisa pra gente, mas é só um jeito de trabalharmos de graça para limpar a caatinga e deixar o capim pro gado deles",(Jorge Mirian, Moradora da comunidade Quilombola de Gavião)

A estrutura fundiária de Antônio Cardoso, segundo a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (1998) é de 1.249 estabelecimentos rurais - com área total de 22.014,1 hectares (ha),1.187, ou seja, 95% destes dividem entre si uma área de 7.502 ha, alcançando uma média de aproximadamente 6,0 ha por estabelecimento (Santos, 2010).

Foram debatidos os outros problemas com o grupo para saber se enquadrava na causa ou conseqüência.

Quadro 1: Árvore do Problema na comunidade de Paus Altos Antônio Cardoso em 2013.

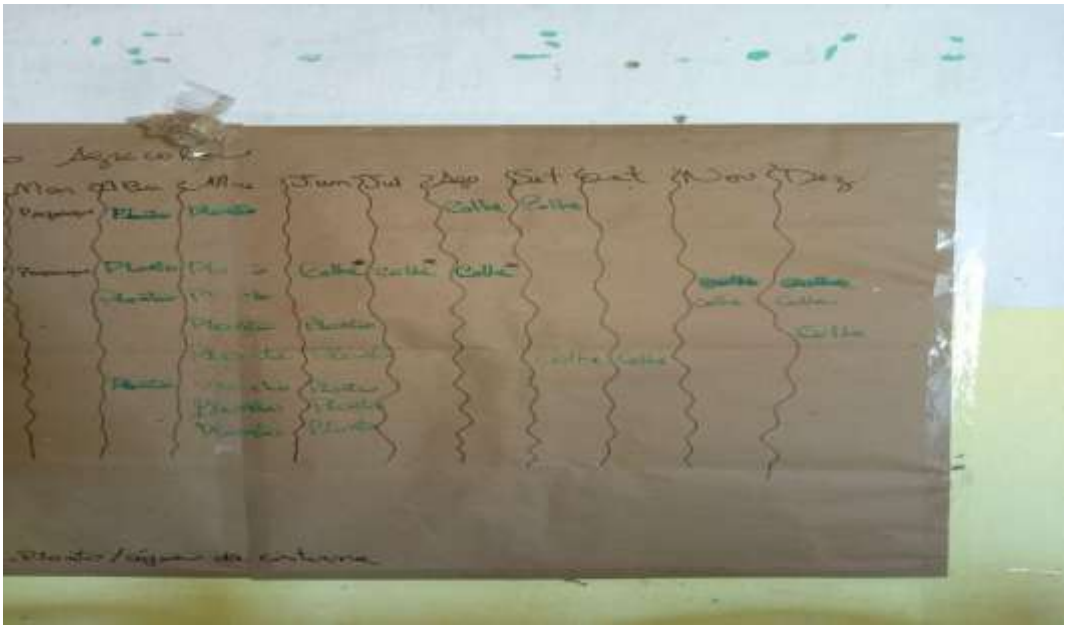
PROBLEMA CENTRAL	
Acesso a Terra	Acesso a água
CAUSA:	CONSEQÜÊNCIA:
Política pública;	Falta de água para produção e Perda da produção;
Uso de Agrotóxico	Drogas,Êxodo rural,Desemprego;
Falta de valorização da agricultura familiar e Assistência técnica do campo;	Falta de segurança;
Ausência da demarcação da terra da Comunidade quilombola/ INCRA;	Acesso de mercado de trabalho
Burocracia na captação de recurso para projeto do campo;	Desmatamento

Figura 2. Construção da Árvore do Problema na comunidade de Paus Altos Antônio Cardoso - Bahia.

No calendário agrícola foram identificadas as culturas mais produzidas pela comunidade: Feijão de corda, milho, batata doce, aipim, abóbora, mandioca, fumo, pimenta, pimentão, tomate, melão, melancia, cebola, hortaliças e o amendoim. As mulheres relatam que a mandioca, batata doce, pimenta e pimentão, tomate, hortaliças, são plantados na época da chuva, ou então são regadas pelas cisternas. (Figura 2).

Para o plantio do feijão, feijão de corda, milho, abóbora, melão, melancia e cebola, são preparada as terras no mês de fevereiro e março e planta em abril e maio, onde ocorre a maior ocasião de chuva e faz colheita no mês de julho e agosto. Já a batata doce, fumo, mandioca, pimenta, pimentão, hortaliça, tomate e é plantada no mês de maio ou abril e colhe em setembro, outubro e tem algumas dessas que colhe durante todo o ano.

Figura 3. Construção do Calendário Agrícola na comunidade de Paus Altos, Antônio Cardoso - BA.



No mapa da comunidade tomou como referência principal a comunidade, a partir dela detalhou onde estava situado o município de Antônio Cardoso e nas referências geográficas como os pontos cardeais: norte, sul, leste e oeste. A localização foi feita através de desenho onde partindo da comunidade de paus altos destacam-se as localidades próximas da mesma, como: Comunidade de Tocos, comunidade poço, comunidade salgado e o distrito de Santo Estevão Velho e etc. Cada pessoa desenhou os pontos principais da sua comunidade, formando assim o mapa. (Figura 4).

Na apresentação do grupo foi relatado que houve fechamento de três escolas e que os alunos foram transferidos para outras escolas sem permissão dos pais, com a justificativa de que tinha pouco aluno. Quando os pais foram visitar esta escola observou que tinha a mesma quantidade de alunos da escola que foi fechada.

É importante lembrar que a referência para se chegar à comunidade de Paus Altos é através da BR 116, esta que liga as demais localidades do município de Antônio Cardoso.

Figura 4. Construção do Mapa da Comunidade de Paus Altos, Antônio Cardoso - BA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento das atividades percebemos que, com o desenvolvimento do campo e políticas públicas, as mulheres quilombolas estão conseguindo se emancipar através das suas fontes de renda e estão dialogando sobre diversos conteúdos e há maior fluxo formação e informação.

A implantação do quintal agroecológico é também encarada como processo de empoderamento feminino, pois durante todo processo as mulheres tinham a liberdade de tomar as decisões do que fazer, de como fazer. Neste espaço o homem simplesmente era convidado para ajudar, para contribuir, mas nunca para decidir algo.

Entendemos que os moradores da comunidade precisam conhecer melhor as técnicas agroecológicas para a melhoria de plantio e preservação do meio ambiente, pois faz parte da história da comunidade de Paus Altos constitui patrimônio vivo de preservação e tradição dos seus antepassados que é transmitida de geração á geração. Percebe-se quando as mulheres trabalham em grupos com produtos da agricultura familiar elas conseguem ter uma renda significativa através da comercialização de produtos nas feiras dos municípios, na comunidade, em eventos etc. Essa renda adquirida é muito importante para a manutenção familiar,

além disso elas têm dupla jornada de trabalho que não é reconhecida, quando chegam da lavoura precisam fazer as tarefas do lar.

Com a análise desse contexto nos leva a refletir sobre a importância da efetivação de políticas públicas para as mulheres quilombolas que garantam o acesso à terra, produção, educação, saúde, aos direitos das mulheres que as protege das diversas formas de opressão.

REFERÊNCIAS

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Enhancing the potential of family farming for poverty reduction and food securit**y. Rome: FAO, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. IBGE, 2006.

ROSA, L. S.; SILVEIRA, E. L.; SANTOS, M. M.; MODESTO, R. S.; PEROTE, J. R. S.; VIEIRA, T. A. Os quintais agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v.2, n.2, p. 2007.

SANTOS, Ozeias de Almeida. **A Produção do Espaço Rural no Estado da Bahia:** Uma leitura da Concentração Fundiária de Comunidades Quilombolas do Município De Antonio Cardoso-Bahia, 2010.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo.** Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar,2006, p. 65.

PEDROSA, Rosangela Aparecida. **A Importância dos Quintais Produtivos na Economia Familiar**. Território Vale do Ivinhema/MS Brasil, 2016.

II FÓRUM GLOBAL SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2018: CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS MOVIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO TURISMO COMUNITÁRIO IMPACTANDO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Alberto Viana de Campos Filho[111]; Andreza Viana de Santana[112]; Diana Rôde de Lima[113]; Monica Santana[114]; Rosangela Leite[115]

Resumo: O artigo explicita e discute o II Fórum Geral de Turismo Sustentável (II FGTS 2018) evidenciando a congruência de princípios do Turismo Comunitário (TC) e da Economia Solidária (Ecosol) resultando no documento-manifesto Declaração de Salvador 2018. O objetivo é discutir as fronteiras e pontes entre o TC e Ecosol no fazer-pensar turismo no II FGTS. Apresentam-se elementos metodológicos do processo de construção coletiva do II FGTS a partir de entrevistas com Comitê Local e do Nacional, e da coparticipação atuante no evento. Foram identificadas como catalisadoras iniciais as organizações de Cultura e as de Ecosol, sendo esta última a que alicerça as perspectivas norteadoras apresentadas pelos participantes do Fórum. Como resultados diretos dessa metodologia salientam-se: aprovação da declaração por organizações de 9 países e 9 estados brasileiros, o embrião da Rede Baiana de TC e a projeção para uma Rede Global de Turismo Comunitário vinculadas aos princípios da Economia Solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária. Turismo Comunitário. Desenvolvimento Local.

1 INTRODUÇÃO

A convergência do movimento de Ecosol ao TBC vem apresentando predominância na Bahia, mas também em outros estados do Brasil, sendo seus impactos no desenvolvimento local de povos e comunidades do campo e da cidade visíveis e parcialmente condicionados às formas de organização social. O Turismo de Base Comunitária (TBC) ou Turismo Comunitário (TC) traz em sua prática o desenvolvimento de turismo no âmbito local, centrado nos recursos endógenos das comunidades. A literatura e as comunidades ressaltam seu potencial de promover a

[111] Graduação em Turismo-FACTUR; Licenciado em Geografia-UCSAL, Mestre em Educação do Campo na UFRB. E-mail: turismos.albertovcfilho@gmail.com.
[112] Graduada em Comunicação Social pela UNIME e integrante do Núcleo de Turismo Étnico Afro Rota da Liberdade. E-mail: andreza.vianna27@gmail.com
[113] Graduação em Turismo e Hotelaria - UNEB; Bacharel em Humanidades com Estudos nas Relações Internacionais e graduanda em Administração – UFBA. E-mail: rode.lima@hotmail.com
[114] Graduação em Turismo - FACTUR , Bacharel em Secretariado Executivo - UFBA. Pós Graduada em Educação, Metodologia do Ensino – UNEB. E-mail: monicasconsultora@mail.com.
[115]. Gestora da Platatur- Plataforma Turismo Comunitário. E-mail: blckleite@gmail.com.

conservação ambiental, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios para as comunidades receptoras na promoção de um desenvolvimento local sob organização comunitária local, auto gerindo-se e tomando decisões nas dimensões econômica, social, cultural, política e ambiental, antagonizando ao turismo convencional e de massa, e gestando formas de solidariedade em seus territórios. Tal cenário nutriu o II FGTS como uma atividade autogestionária integrante do Fórum Social Mundial que teve com lema “Resistir é Criar, Resistir é Transformar”. O II FGTS fez parte do Eixo Temático Democratização da Economia e do Grupo de Trabalho de Economia Solidária. Oriundo da vontade e engajamento coletivo de iniciativas de turismo comunitário, o processo de construção deu-se por técnicos, comunitários, educadores, movimentos sociais e organizações privadas (locais, nacionais e internacionais), a priori, de forma virtual, debatendo-se tanto uma pauta, como as metodologias integrativas, bem como as estratégias de promoção das ações futuras do turismo comunitário aliado à Ecosol. A crítica à atividade turística convencional se deu com a proposta de um turismo desejável sob os princípios da sustentabilidade e da solidariedade. O objetivo deste artigo é iniciar a discussão sobre fronteiras e pontes entre o Turismo Comunitário e a Economia Solidária a partir do fazer-pensar turismo no II FGTS, o qual foi constituído enquanto metodologia e poderá se replicar em outros espaços futuramente.

A convergência do movimento de Ecosol ao TBC e sua predominância na Bahia a partir de seus efeitos no desenvolvimento local de povos e comunidades do campo e da cidade são parcialmente condicionados às formas de organização social do terceiro setor. Fato este, constitui uma das maiores inovações no campo do TC com participação da sociedade civil ativa no planejamento/ gestão do território e dos espaços de prática do turismo ocasionando uma crescente participação popular nos espaços de tomada de decisões políticas do turismo local e na busca de direitos por investimentos públicos em atividades apontadas como áreas de interesse social para permanência e desenvolvimento de suas atividades.

Este fato recente na perspectiva da exigência das organizações sociais por recursos e apoio das políticas públicas do turismo vem gerando uma organização articulada em redes. Nessa perspectiva, essas organizações em ascensão têm sido catalisadas, indiretamente, pelas políticas de incentivo e fomento à cultura no Brasil e (mais diretamente) pelo desenvolvimento da Ecosol. Em

primeiro lugar, devido ao número expressivo de tais experiências, que provavelmente hoje são mais de 300 e que cada vez mais articulam-se em nível nacional em torno da Rede Turisol. Em segundo lugar, tal ascensão explica-se pelo crescente reconhecimento pelas instituições educacionais e das mídias alternativas de tais experiências, cujo marco foi a realização do I Encontro Nacional de Turismo de Base Comunitária, realizado em Brasília, no ano de 2015. Deve-se aqui considerar também a única iniciativa do Ministério do Turismo, em 2008, Mtur/nº 001/2008 - seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária.

O presente texto apresenta e discute as práticas de formação, execução e resultados primários do II FGTS-2018 em sua congruência com práticas e princípios no campo da economia solidária. O objetivo é mostrar a relação de proximidade do TC e da Ecosol, tendo como ponto de partida sua metodologia de organização e formação do II FGTS e um de seus resultados em curto prazo: a Declaração de Salvador. Nesse percurso distingue-se o TC das práticas de Turismo convencional marcada pela denominação de Turismo de Massa em termos dos seus avanços e limites. A apresentação leva em consideração a variedade de organizações presentes no Fórum, seus relatos e suas aspirações para o turismo e a vinculação destas aos princípios da Ecosol e o compromisso de seus participantes em fortalecer a participação em espaços de política e registro formal do saber – a academia. Em seguida, articula-se aqui a perspectiva de redes locais da Ecosol voltadas para o desenvolvimento local a partir da perspectiva do território como campo amplo de práticas econômico-sociais e culturais e seus princípios que indicam congruências com as práticas TC na perspectiva de cadeia e sistemas de atividades do turismo.

Para realização deste propósito, o texto se estrutura em cinco partes. Após esta introdução, num segundo momento, é feito uma contextualização geral do tema, incluindo aí o planejamento e a execução do II FGTS 2018 no fazer-pensar turismo, tendo, por conseguinte o documento-manifesto chamado Carta de Salvador 2018 produzido durante o evento como um documento basilar fruto desse processo metodológico. Num terceiro momento, discute-se, especificamente, o TC e suas práticas com distinção em relação ao turismo convencional ou turismo de massa. No quarto momento, a Ecosol, na perspectiva de Redes Locais de Economia Solidária -

RLES. No quinto momento a congruência Ecosol e TC. Nas considerações finais do trabalho, faz-se um balanço do II FGTS 2018 e apontam-se alguns elementos fundamentais para avaliação do alcance, limites e desafios envolvidos num processo de fazer-pensar o turismo comunitário na amálgama de princípios e práticas que os atores envolvidos manifestam.

2 II FGTS - 2018

O II Fórum Global sobre Turismo Sustentável - II FGTS no âmbito da 13ª edição do Fórum Social Mundial-FSM foi realizado nos dias 14 e 15 de março de 2018 em Salvador, Bahia no auditório da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia-UFBA. O evento conseguiu reunir 90 pessoas integrantes de 63 organizações de 9 países (Alemanha, Austrália, Brasil, Benin, Canadá, Chile, Coréia do Sul, Índia e Inglaterra), incluindo representantes de 9 estados brasileiros (Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe).

A ideia da sua realização começou quando da realização de um seminário de consulta à sociedade civil organizada da Bahia sobre a viabilidade da realização do Fórum Social Mundial-FSM em Salvador realizado pelas centrais sindicais e pelo comitê nacional do FSM. Dessa forma, Alberto Viana, membro do movimento de turismo comunitário da Bahia convidou os demais membros a refletir e se posicionar sobre essa possibilidade, incluindo os membros e articuladores da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário-TURISOL, que através de um grupo de correio eletrônico não deixou de se comunicar desde o último encontro da rede realizado em Brasília em 2015. Assim, o grupo acordou que a coordenação da rede deveria emitir uma Carta de Adesão a favor da realização do FSM em Salvador em 2018, com vistas a realização do II FGTS e assim que Salvador foi confirmada como sede iniciou-se um processo de articulação presencial e incrementou-se o processo virtual.

Logo que confirmada como sede, a organização do FSM realizou em Salvador uma série de encontros definidores de grupos de trabalho-GT, dentre eles o de economia solidária. Desde o primeiro momento de instalação desse GT membros do movimento de turismo comunitário da Bahia representando a Rede

TURISOL se fizeram presentes e reafirmaram junto ao movimento de economia solidária da Bahia que o coordenava a proposta de realização do II FGTS o que foi aceita. Isso ocorreu embora para a maioria dos membros do GT o tema do turismo solidário e comunitário fosse algo distante, em que pese haver experiências de TBC em diversos grupos do movimento de Ecosol como a Rota da Liberdade de Cachoeira e a Associação Santa Luzia de Salvador. Também se assumiu no GT de economia solidária o apoio técnico ao sub GT de hospedagem solidária visando construir uma rede de fornecimento de serviços de hospedagem familiar e coletiva para abrigar os participantes do FSM.

A partir da aceitação da proposta do II FGTS no GT de Ecosol e depois na coordenação internacional do FSM como atividade autogestionárias do eixo Democratização da Economia, instalou-se um comitê local com os seguintes integrantes. Movimento *Slow Food* (Alberto Viana), ITES-UFBA (Diana Rode), Comuniculturi (Julia McNaught), PLATATUR (Rosa leite), Turismo & Afins (Mônica Santana) e Rota da Liberdade (Ananias Viana). Esses integrantes se revezavam nas reuniões do GT durante os 5 meses de reuniões periódicas de construção dos caminhos para sua realização. Simultaneamente continuaram as articulações no grupo da TURISOL das redes sociais e de e-mail de onde emergiu um comitê nacional (com caráter internacional) mínimo para buscar apoios no país e fora, mobilizar membros da rede, e na horizontalidade, de forma cooperativa e solidária, definir um programa mínimo a seguir que desse conta da proposta do evento.

Em alinhamento ao discutido nos grupos virtuais e no grupo local definiu-se um programa mínimo e uma metodologia de trabalho do II FGTS e um documento de divulgação na imprensa. Foram realizadas duas atividades preparatórias e uma atividade posterior ao II FGTS, uma roda de conversa com Camilo Alvarado, da Colômbia, da Rede Latina de Turismo Comunitário em fevereiro, realizada na ITES-UFBA e um tour de boas-vindas nas comunidades do TBC Uruguai e Plataforma sob a coordenação da PLATATUR e da Associação Santa Luzia e da Turismo & Afins e da empresa Comuniculturi com apoio da ITES-UFBA.

No dia 18 com uma visita técnica ao Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape nas comunidades de São Francisco do Paraguaçu, Santiago do Iguape e

Kaonge, que protagoniza com outras mais a iniciativa de turismo comunitário intitulada Rota da Liberdade.

A programação principal ocorrida nos dias 12 e 13 foi cumprida partindo dos debates sobre turismo sustentável ocorridos no FSM 2009 em Belém-PA aliado às perguntas norteadoras propostas pela Coordenação Geral do FSM 2018, construiu do posicionamento da sociedade civil e de membros das instituições públicas presentes perante as questões contemporâneas do turismo convencional que afetam os povos e comunidades do campo e da cidade, bem como da discussão e afirmação de um turismo comunitário e sustentável em todo o mundo, aliada também ao fortalecimento da Rede TURISOL no Brasil como uma estratégia de criação, resistência e transformação da atividade turística convencional para um turismo desejável sob os princípios da sustentabilidade e da solidariedade. Buscou-se responder às três perguntas propostas pelo FSM: resistimos contra quê? Transformar e criar com quais ações? Quando e como serão realizadas tais ações?; conforme encontra-se na Carta de Salvador. Os organizadores do II FGTS reafirmaram o potencial do turismo comunitário como ferramenta de desenvolvimento local com sustentabilidade, a partir de experiências exitosas protagonizadas por povos e comunidades do campo e da cidade, que são conduzidas sob os princípios de outros referenciais como a economia solidária, que contestam as formas hegemônicas de turismo convencional e de massa, que muitas vezes se apresentam como insustentáveis: segregadoras, predatórias e invasivas contra os povos, seu meio ambiente e suas culturas. O II FGTS foi um espaço presencial e virtual de denúncia das formas insustentáveis de turismo, bem como um espaço da divulgação e debate de diferentes expressões do turismo na linha da sustentabilidade, mostrando que outro turismo é possível e acontece como o turismo comunitário. Sua realização com a consequente elaboração da Declaração de Salvador, que foi entregue ao Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, representou um processo educativo de soma e construção de saberes populares e científicos. Observou-se que a sensação dos participantes foi de cumprimento do dever e da vontade de se conectar com as redes de outros países e continentes, e de mais espaço nas políticas locais, nacionais e junto à Organização Mundial do Turismo e do Conselho Global de Turismo Sustentável. Os trechos de depoimentos de participantes a seguir retratam bem isso.

Para Jussara Maria Rocha, presidente da ONG Projeto Bagagem que secretaria a Rede TURISOL, o evento:

> "… As discussões e trabalhos em grupo foram de fundamental importância também para validar a necessidade de ampliação da conexão dos interessados e participantes desse movimento no Brasil e no mundo e o fortalecimento e um novo paradigma de turismo a ser fomentado em rede, dando voz ativa as comunidades e seus valores intrínsecos, ao direito a terra e a valorização dos territórios e a possibilidade de influenciar políticas públicas …" (ROCHA, 2018).

Para Rosangela Maria Leite, gestora da PLATATUR, que protagoniza o turismo comunitário em Salvador, a participação no II FGTS:

> "... foi de grande importância para o nosso turismo de base comunitária, porque apesar de já desenvolvermos o TBC desde 2007 e de estarmos cadastrados junto a SETRE pela CESOL ainda encontramos muita dificuldade de apoio e de ter o turismo de base comunitária, reconhecido como um produto da economia solidária…" (LEITE, 2018).

Outro grande ganho foi a conexão de iniciativas de turismo comunitário de várias regiões do Brasil entre si e com educadores de universidades federais, com educadores populares, com representantes e colaboradores de povos e organizações internacionais. Isso trouxe como resultado o fortalecimento da Rede TURISOL e do movimento pela construção de uma rede baiana de turismo comunitário que envolve cerca de 13 organizações e empreendimentos do campo e da cidade.

O FGTS mostrou na prática que é possível a discussão de caminhos do turismo no percurso da sustentabilidade que outro turismo é possível e acontece e que os princípios da economia solidária aplicados ao turismo mostra que o turismo comunitário tem um grande potencial para contribuir na diversificação da oferta turística nacional e internacional e para incluir a sociedade civil como protagonista do turismo no sistema nacional que insiste em invisibilizar essa modalidade apesar da sua importância e seu impacto social, econômico, ambiental, político e cultural.

3 TURISMO COMUNITÁRIO

Durante o Fórum Global sobre Turismo Sustentável foi delimitado o Turismo de Base Comunitária-TBC ou atualmente Turismo Comunitário-TC como

nomenclatura que contemplou os participantes, e que vem sendo constituído desde a década de 1990. A priori é necessário enfatizar que tais nomenclaturas são aqui tratadas como sinônimos a fim de abranger a variedade de práticas participantes do Fórum. Outro fato importante, é que o TC foi denominado como a é a modalidade de turismo que mais se enquadra no Turismo Sustentável, por isso no II Fórum Geral de Turismo Sustentável foi questionada a palavra "sustentável", sendo apresentado pelos participantes a perspectiva de que no percurso da sustentabilidade o TC é a prática de turismo que contempla a mais quesitos de sustentabilidade nas suas diferentes dimensões. Cabe ressaltar inclusive, que no campo internacional e menos no campo nacional, embora também presente, o TC seja chamado como ou de turismo sustentável. Não se fará tal discussão aqui, pois o foco aqui é explicitar tais fatos e compor pontualmente o chamado Turismo Comunitário - TC. O incremento da degradação ambiental, aliado reprodução do turismo massificado e à escassez de planejamento participativo pelo poder público sugerem a anomalia de um modelo de turismo “mal desenvolvido”, onde predomina a desigualdade da distribuição de riquezas, reforçando as diferenças sociais, além de gerar grandes impactos ambientais nocivos (SILVA; FALCÃO; GOMEZ; PEREIRA, 2016).

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA (ECOSOL) E A PERSPECTIVA DAS REDES LOCAIS DE ECOSOL (RLES) E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.

A compreensão da articulação entre TC e Ecosol pressupõe uma breve discussão sobre o conceito da Ecosol e mais intensamente sobre as RLES, para posteriormente explicitar essa congruência no fazer o II FGTS. A Economia Solidária pode ser definida nas dimensões: Econômica, Cultural e Política. Respectivamente, é um fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseada na democracia e na cooperação e autogestão. Na segunda dimensão é o estar no mundo e consumir com valores de mudar o paradigma da competição para o da cooperação de da inteligência coletiva, livre e partilhada. Na última dimensão é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos. Constitui iniciativas

de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA-FBES). Dessa forma, a economia solidária se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, e permitindo uma ação mais crítica e proativa dos consumidores sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica. Uma rede de economia solidária significa uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas a constituição de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos. São dois os principais objetivos de uma rede de tal natureza: permitir a sustentabilidade dos empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária em particular; e fortalecer o potencial endógeno de um território quanto à capacidade de promoção do seu próprio processo de desenvolvimento (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009). Em termos tipológicos, as formas de manifestação de uma rede de economia solidária podem se dar de três maneiras: transterritorialmente, territorialmente e mista (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009). No nível transterritorial, pode envolver uma articulação de vários empreendimentos atuando na cadeia produtiva de determinado produto. Podendo envolver, também acordos e contratos bilaterais (ou multilaterais) entre iniciativas ou organizações em diferentes áreas ou níveis de atuação, a exemplo do comércio justo, pode envolver, ainda, empreendimentos de um mesmo tipo que se compartilham princípios, saberes e um modo de funcionamento próprio, continuando a preservar sua autonomia no que tange a organização individual. No nível territorial, uma rede de economia solidária envolve, numa mesma base territorial, a articulação de empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária em diferentes âmbitos de atuação: consumo ético, finanças solidárias, tecnologias livres, comércio justo, produção autogestionárias e serviços locais, entre outros. Neste sentido, esse tipo de rede supõe articulação entre iniciativas de distintas naturezas: socioeconômicas,

sócio-políticas, socioculturais e socioambientais, admitindo diferentes níveis de articulação com a economia local já estabelecida. A terceira maneira é do tipo misto, possuindo uma dimensão territorial, aliando a esta parcerias e articulações transterritoriais. Em suma, as redes locais de economia solidária tendem ao caráter misto, sendo raro encontrar alguma experiência limitada a um âmbito geográfico específico, devido à sustentabilidade da própria rede, que tende a conectar-se com outras redes no processo de expansão de suas atividades sendo inerente a tais redes, extrapolar sua dimensão territorial, após estarem com a economia local fortalecida. (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009). Nesse contexto, as RLES são na prática um caráter de existência do TC, porém com nomenclaturas diferentes, (Cadeia Produtiva do Turismo, Sistema de Turismo) e ainda articulando os princípios da Ecosol diretamente as diretrizes do TC.

5 A CONGRUÊNCIA: ECOSOL E TC

Para análise da congruência entre economia solidária e turismo comunitário, observaram-se alguns dos seus princípios, valores e práticas. Ambas foram tratadas aqui como campos de estudo, práticas educativas e movimentos. A partir da vivência dos autores em outros estudos acadêmicos, na participação em eventos técnicos, científicos e da sociedade civil, e de aprendizados obtidos na convivência no dia a dia das comunidades que praticam a economia solidária e o turismo comunitário na Bahia e em outros locais do Brasil, e de documentos de referência desses dois campos de estudo chegou-se às conclusões relatadas em seguida. Os principais documentos analisados para isso foram: O que é Economia solidária? - de autoria da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (BRASIL, 2014); o texto de França Filho (2012) intitulado Indicadores para a Sustentabilidade em Economia Solidária: uma questão de utilidade social, que caracteriza a economia solidária e debate possíveis indicadores; a Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, que apresenta convergências, princípios gerais e específicos, além de esclarecer o que não é economia solidária (FBES, 2003); e as Diretrizes para uma Política Pública de Economia Solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores, de autoria da Rede de Gestores de políticas Públicas de Economia Solidária (REDE…, 2004). Sobre turismo comunitário foram analisados: o livro Turismo de

Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras (BARTHOLO; BURSZTYN; SANSOLO, 2010); a série de livretos de Metodologias da Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário - REDE TURISOL (PROJETO…, 2011); o livro de Costa (2013), Destinos do Turismo: Percursos para a Sustentabilidade; e o livro Turismo Como Fenômeno Humano: caminhos para se pensar a socioeconômica de Sampaio (2005).

Dos documentos analisados do campo da economia solidária podemos sintetizar os seguintes elementos que a caracterizam: a autogestão, a cooperação e a solidariedade; a eficiência medida pelos benefícios materiais e sociais do empreendimento e pela qualidade de vida e felicidade de seus membros. Também os afirmam como sujeitos históricos e protagonistas da ação, valorizando a dimensão política emancipatória, a sua emergência dos setores populares, e o envolvimento de pessoas e grupos que fazem a opção por trabalhar, produzir e viver de modo diferente da lógica e dos valores de uma economia de mercado, independente da classe social de origem.

Também se destacam na caracterização da economia solidária: a participação e controle social dos sujeitos nas políticas públicas; o estímulo à formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa; e por ser um projeto de desenvolvimento integral que visa à sustentabilidade em diferentes dimensões: econômica, política, social, cultural e ambiental, com resultados partilhados sem distinção de gênero, raça, idade.

De destaque de todos os documentos analisados sobre o turismo comunitário podemos sintetizar os seguintes itens que o caracterizam como campo de estudo e movimento: a propriedade e a autogestão comunitária, o associativismo, a cooperação, a solidariedade e o voluntariado, a relação dialética na interação entre turistas e comunidade (convivencialidade), podendo promover melhores condições de vida para as comunidades visitadas e mudanças nas perspectivas de mundo por parte dos turistas, o resgate do interesse pelo outro e o protagonismo das comunidades cuja identidade foi forjada na história dos lugares, pelo surgimento a partir de comunidades do campo e da cidade, sejam elas indígenas, quilombolas, camponesas, pesqueiras, assim como morros (favelas) e bairros populares, quase

sempre recebendo apoio de organizações do terceiro setor e de universidades, e por dificilmente ter o reconhecimento devido pelos órgãos públicos de turismo.

Entre o turismo comunitário e a economia solidária havia uma proximidade tanto em eventos comuns, e específicos de cada área, em livros e artigos científicos publicados e em processos educativos da educação em espaço não formal. Um dos registros na literatura sobre essa proximidade entre esses campos é feita por Sampaio (2007) quando propõe o turismo de base comunitária para pensar e praticar a ecossocioeconomia no âmbito do turismo. Ele afirma que esse turismo é baseado na descoberta ou experimentação de outros modos de vida que possam superar a hegemonia da sociedade de mercado, e o identifica sob quatro princípios: a valorização e preservação de tradições e relações sociais mais solidárias; a geração de trabalho e renda sob a perspectiva de modos de produção mais associativistas; o revigorar dos significados de virtude humana e do estado, distanciados do racionalismo utilitarista; e a utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais.

Os elementos de análise priorizados nesses dois campos de estudo ora mais, ora menos apresentam vínculos, convergências e proximidades dialógicas pelas suas próprias especificidades, pelas semelhanças entre os sujeitos coletivos que os protagonizam e pelo processo sócio histórico de construção dos mesmos, trazendo todos eles como matriz o trabalho associado. Identificaram-se diversos elementos comuns a autogestão coletiva, a solidariedade, a cooperação, a busca pela qualidade de vida dos envolvidos, a identificação dos seus sujeitos como os trabalhadores organizados, a iniciativa a partir dos setores populares e comunitários, a centralidade no ser humano e no trabalho e a valorização do modo de vida camponês e comunitário. A transversalidade com as questões de gênero, etnia, juventude e geração numa perspectiva territorial também são comuns na literatura desses campos do conhecimento em estudo além da abordagem e respeito à diversidade de culturas, a luta pelas políticas públicas (com participação direta nos processos decisórios de sua construção, execução e avaliação) e o desenvolvimento integral na perspectiva da multidimensionalidade e da preocupação com as questões ambientais. Assim, no intuito de explorar e analisar a problemática aqui apresentada, cabe explicitar alguns desafios comuns entre a ECOSOL e o TC:

A relação entre a presença do agente indutor e a continuidade das experiências de TC (SILVA; FALCÃO; GOMEZ; PEREIRA, 2016) da mesma maneira que a relação entre as incubadoras e os empreendimentos os as RELS mostram-se como elementos interdependentes muitas vezes presentes na análise de continuidade e ou descontinuidade das iniciativas de TC e das de Ecosol; e a amplitude das práticas que comportam tanto o TC como a Ecosol.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salientam-se: aprovação de organizações de 9 países e de 9 estados brasileiros da Declaração de Salvador 2018, do fortalecimento e articulação para criação da Rede Baiana de TBC e para uma Rede Global de Turismo Comunitário; da discussão e da revelação de que muitos empreendimentos presentes, surgiram de territórios que desenvolvem a Ecosol e que as práticas de turismo comunitário tem suas ações articuladas nesses princípios - ou virse e versa - surpreendendo comunidades que não conheciam o termo ou princípios, mas já os praticava. Conclui-se que o processo de construção do II FGTS de forma autogestionária e seus resultados, como a Declaração de Salvador – 2018, impactarão positivamente nas comunidades participantes com benefícios econômicos e não econômicos e principalmente na soma e valorização de saberes populares e científicos (primordialmente sob os princípios da Ecosol) que foram e serão construídos, além do comprometido consensualmente firmado pelos participantes em ocupar os espaços políticos e de tomada de decisão, bem como nos espaços de construção tecnicista do saber científico a fim de fazer valer o atendimento das reais necessidades dessas práticas das organizações comunitárias impactando de forma crescente no desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

II Fórum Global sobre Turismo Sustentável-II FGTS, **Declaração de Salvador**. Salvador 2018. Disponível em: http://turismoporummundomelhor.blogspot.com.br/. Acesso em 01 de abril de 2018.

BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. Apresentação. In: _____. (Org.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. 508 p.

CAMPOS FILHO, Alberto Viana de. **O Turismo Comunitário e Sustentável no Fórum Social Mundial 2018.** 2018. Disponível em: <http://turismoporummundomelhor.blogspot.com.br/2018/03/o-turismo-comunitario-e-sustentavel-no.html>. Acesso em 01 abril de 2018.
COSTA, H. **Destinos do turismo**: percursos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 166 p.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172- 190, dez. 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA-FBES. **Carta de Princípios da Economia Solidária.** Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60. Acesso em: 02 de abril de 2018.

FRANÇA, G. C. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 4, n. 7, jan. 2002.

FRANÇA, G. C.; CUNHA, Eduardo Vivian da. Incubação De Redes Locais De Economia Solidária: Lições E Aprendizados A Partir Da Experiência Do Projeto Eco-luzia E Da Metodologia Da ITES/UFBA. **O&S - Salvador**, v.16 - n.51, p. 725-747 - Outubro/Dezembro - 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/osoc/v16n51/07.pdf. Acesso em: 02 de abril de 2018.

LEITE, Rosangela. **Rosangela Leite:** depoimento [maio de 2018]. Entrevistador A. Viana. Salvador: Movimento Slow Food-BA, 2018. Registro escrito. Depoimento concedido ao autor para escrita do artigo.

MTUR. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 2009

_____, Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública.** Brasília, Ministério do Turismo, 2010b.88 p.

_____ Ministério do Trabalho e Previdência Social. **O que é economia solidária.** Disponível em: http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm. Acesso em 02 de abril de 2018.

PROJETO BAGAGEM. **Semeando o turismo comunitário pelo Brasil**. São Paulo: Projeto Bagagem, 2011. 29 p. (Série Turisol de Metodologias – Turismo Comunitário – Parte 1).

REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil**: a contribuição da rede de gestores. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF1A3B9329B0/conf_rede.pdf>. Acesso em: 30 abril 2018.

ROCHA, Jussara Maria. **Jussara Maria Rocha:** depoimento[maio de 2018]. Entrevistador A. Viana. Salvador: Movimento Slow Food-BA, 2018. Registro escrito. Depoimento concedido ao autor para escrita do artigo.

SAMPAIO, C. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a sócio-economia. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2005. 146 p.

_____. Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário**. Revista Turismo em Análise do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo-USP**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 148-165, nov. 2007**.** Disponívelem:https://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/375 Acesso em 15 maio. 2018.

SILVA, Thais do Nascimento; FALCÃO, Mariana Cavalcanti; GOMEZ, Carla Pasa; PEREIRA, Luisa Cherem de Araujo. **Turismo de Base Comunitária: O Agente indutor e as experiências do Ministério do Turismo (Edital 001/2008).** ISSN: 2359-1048 Dezembro 2016. Disponível em: http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/arquivos/141.pdf. Acesso em 02 de abril de 2018.

O FÓRUM REGIONAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DA ZONA DA MATA MINEIRA – FREPSZMM E SUA PRÁTICA FORMATIVA: ALGUMAS REFLEXÕES POSSÍVEIS

Juliana Macário de Oliveira[116]; Mariana Costa Carvalho[117]; Grasiele Rosa Caciano[118].

RESUMO: Este artigo é fruto das reflexões realizadas pela equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – Intecoop/UFJF, acerca do processo formativo desenvolvido no Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira – FREPSZMM. O objetivo foi refletir sobre a importância desse espaço como catalizador de práticas educativas não formais que apoiem na construção político ideológica do movimento de economia solidária na região. Para tanto procurou, através da observação participante, compreender como os supostos da educação popular ali presentes poderiam contribuir para a conscientização de seus participantes no sentido de leva-los a transformação social. Consideramos, por fim, que ao incorporar as dimensões que levam a transformação social, entendido como um processo longo de aprendizagem baseado entre a união da teoria e a prática, da dialogicidade, da conscientização e do reconhecimento do sujeito como portador de sua transformação, o FREPSZMM se configura como espaço privilegiado onde as práticas educativas populares se realizam.

Palavras-chave: Educação Popular, Movimentos Sociais, Fórum de Economia Popular Solidária.

1 INTRODUÇÃO

A construção de uma perspectiva de desenvolvimento dialógico bem como a elaboração de soluções sistêmicas aos problemas econômicos, sociais e ambientais que perpassam a sociedade brasileira é um desafio que as universidades públicas podem mediatizar através da produção e socialização do conhecimento, fundamentada pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Compreendemos que a extensão, nesse sentido, tem papel fundamental ao criar os pressupostos que permitem unir o campo teórico ao prático contribuindo para a organização das pessoas e da própria universidade sob a ótica de aprendizagem mútua e crítica enquanto promotora de ações que concorram para o exercício da democratização de todos os setores da vida (NETO, 2014).

[116] Mestre em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, jumacario@yahoo.com.br
[117] Doutoranda em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, marianaccarvalho@yahoo.com.br.
[118] Graduanda em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, grasiele.caciano@gmail.com.

Nesse sentido, as universidades buscam através das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, iniciativas de extensão por excelência, oferecer suporte à formação e à geração de trabalho e renda, a coletivos de trabalhadores desempregados ou em situações de trabalho precário, assim como grupos que buscam maior viabilidade econômica e social.

O contexto que possibilitou a emergência do surgimento das incubadoras é demarcado por uma crise estrutural que atingia tanto o Brasil quanto outros países de inserção periférica na divisão internacional do trabalho. Em situação de desemprego, os trabalhadores moldam pequenos grupos, organizados por sistema de autogestão, que adotam formas de socialização das relações de trabalho baseadas em princípios de ajuda mútua, cooperação, democracia direta, propriedade coletiva dos meios de produção e nas diversas formas de compartilhar, buscando a transformação do indivíduo através de seu protagonismo como "sujeito do seu processo histórico" (SANTOS, CARNEIRO, 2008, p. 8).

Essa assertiva vai de encontro ao lugar privilegiado que a práxis encontra na ação extencionista, *lócus* onde o conhecimento pode ser produzido ou transformado em relação dialética, superando visões reducionistas e mecanicistas fundamentadas em processos relacionais que não conduzem á formação de pensamento crítico. A ação deve, antes, se voltar á integração de diferentes práxis que procurem colocar em evidência a contradição e o conflito como condições de nosso viver no mundo. Essa concepção encontra azo na educação popular, pedagogia crítica que embasa nosso entendimento tanto do processo de extensão, quanto de nossa atuação junto aos coletivos de economia solidária.

A educação popular é caudatária de uma série de princípios que são caros aos movimentos coletivos, pois não prescinde de assumir sua posição política na formação de sujeitos criticamente conscientes, orientados para a transformação de si próprios e de seu meio, negando a neutralidade de outras vertentes pedagógicas que "escondem a defesa de interesses hegemônicos da sociedade e concepções de educação, muitas vezes, autoritárias e domesticadoras" (GADOTTI, 2002, p. 1).

A diversidade, a interdisciplinaridade, a intersetorialidade, a compreensão de que os saberes populares guardam uma rica prática cotidiana que devem ser problematizados buscando-se dele extrair a teoria, revestindo-a de cientificidade em

um processo que adota a análise da realidade como um rico complexo de determinações, são expostos por Gadotti (2002), como os princípios que norteiam a educação popular. Incorporam ainda os espaços formais e não formais como propiciadores dessa epistemologia, não condicionando o processo de aprendizagem a nenhum limite[119].

A produção de conhecimento a qual a educação popular se propõe é, diante ao exposto, carregada de intencionalidade. Ela é ato político, comprometida com a luta de classes com a ação dialogada entre essa e a educação, com a formação de um sujeito integral visto em suas múltiplas potencialidades como portador do ato de inovar, criar e transformar.

O aporte ideológico da extensão e educação popular tem norteado o trabalho da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora – Intecoop/UFJF desde a sua criação, em 1998, período paradigmático em que uma agenda regressiva de direitos se impunha sobre os trabalhadores de forma geral e sobre as instituições públicas de forma particular, dado que a priorização de um estado minimalista se prestava ao atendimento de um padrão de acumulação extremamente predatório e excludente, orientado por uma visão de mercado, cuja ótica utilitarista suplantava valores humanos.

Nesse sentido, a incubadora não se furta a incorporar a ótica dos setores populares no desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural gerado na Universidade, reconhecendo que existem outras formas de conhecimento surgidas da prática de pensar e de agir de inúmeros segmentos da sociedade, que, por não serem tidas como científicas, são muitas das vezes, percebidas como desprovidas de legitimidade institucional.

Desde então, as ações da Intecoop/UFJF se voltam ao acompanhamento e assessoria de coletivos de trabalhadores para a construção conjunta de ações que possam apoiar na resolução dos problemas enfrentados atentando para o atendimento aos princípios da economia solidária, através da construção de conhecimento socialmente referenciado que possa promover a emancipação e

[119] De acordo com Freire "[...] se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação" (FREIRE apud GADOTTI, 2002, p. 8).

autonomia dos sujeitos envolvidos sejam eles discentes, docentes, técnicos, trabalhadores.

Nesse arco compreensivo os sujeitos coletivos ultrapassam os limites de suas iniciativas autogestionárias e alcançam o espaço público através de sua organização em movimentos sociais, em especial o de economia solidária. Reivindicando seu reconhecimento como projeto político os sujeitos que compõem a economia solidária no Brasil (coletivos de economia solidária, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos) articulam ações em torno da criação de fóruns que se constituem como instâncias do movimento de economia solidária no qual se definem as bandeiras, ações e estratégias de luta.

Como participante ativo nessa processualidade sócio histórica a incubadora fomenta a criação em 2005 do Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira – FREPSZMM, durante a realização da I Feira e Seminário Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira realizado em Juiz de Fora, em junho de 2005. O FREPSZMM materializou uma articulação que o antecedia e, inclusive, já possuía presença assídua no Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária - FMEPS, um dos primeiros Fóruns de Economia Solidária a se organizarem no Brasil. Representantes da zona da mata fizeram-se presentes na I Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em 2002 em São Paulo, na III Plenária, em 2003 em Brasília momentos que precederam a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) assinalando que o movimento de economia solidária da zona da mata mineira possui uma trajetória de 13 anos de mobilização, articulação, luta de sujeitos coletivos organizados em torno de um movimento ativo.

A Intecoop/UFJF cumpriu, entre os anos de 2005 a 2010, o papel de secretaria executiva do FREPSZMM na qual agia tanto no atendimento de aspectos operacionais como a mobilização para participação nas reuniões; confecção e divulgação de atas, relatórios, convocatórias; repasse de comunicados, informativos, materiais de formação, cursos, eventos, entre outros de interesse do movimento; quanto dos aspectos formativos e ideopolíticos. Em 2010, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa – ITCP/UFV passa assumir essas funções.

Inativa após um período de doze anos, a Intecoop/UFJF retomou suas atividades em 2016 por meio do projeto “Revitalização e fortalecimento da incubação de empreendimentos econômicos solidários do Núcleo da Economia Solidária (NUSOL/UFJF)”, inscrito no edital MCTI-SECIS/MTE-SENAES/CNPq nº 21/2015. Em 2017, por meio de uma transição negociada em plenária, reassume a secretaria executiva do FREPSZMM com a incumbência de, além das tarefas mais operativas de organização, dinamizar e apoiar na condução da plenária, bem como de um espaço de formação para os membros iniciantes.

O FREPSZMM torna-se então um velho e novo espaço no qual é preciso problematizar, refletir e orientar estratégias de ação de acordo com a realidade experimentada e com as demandas daqueles sujeitos coletivos, compreendendo que na temporalidade histórica além do acumulo teórico e prático que o movimento reuniu, ele não conseguiu de todo conservar. A conscientização assim passa por uma inflexão no qual é preciso reconsiderar os processos socioeducativos entendendo que para a promoção da transformação social é preciso, segundo Gohn (2017), vislumbrar mudanças estruturais que possam influir na realização da cidadania plena, através da igualdade, solidariedade, justiça social entre outros, em uma perspectiva mais geral e ainda, no universo simbólico individual proporcionar aos sujeitos compreensão de valores, símbolos e códigos “que permeiam sua realidade imediata, decodificando-os de forma a poder estabelecer diferenças entre aqueles que contribuem para a liberdade e autonomia dos indivíduos, enquanto seres humanos, e aqueles que os oprimem e aprisionam” (Idem, ibidem, p.21).

Nessa lógica, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância do espaço do FREPSZMM como local onde as práticas educativas populares se realizam e incorporam no seu “quefazer”, usando termo cunhado por Gadotti (2002) os eixos organizativo, produtivo e educativo que apoiem na construção político ideológica do movimento de economia solidária na região.

Ao trazer como objeto de pesquisa o FREPSZMM, consideramos importante pontuar aqui o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária – FMEPS isto porque os movimentos sociais estabelecem uma dinâmica relacional de redes em uma dinâmica que estabelece no âmbito local formas de articulação que busquem fortalecer a sociedade civil e vai além expandindo-se para movimentos regionais, estaduais,

nacionais, compartilhando demandas, objetivos, valores comuns (SANTOS, CARNEIRO, 2008). A expansão de tais iniciativas, no âmbito das experiências populares e coletivas, cria as condições para a formação de um movimento social organizado, que extrapola os limites comunitários, tornam públicas demandas que alcançam o poder público, na direção do reconhecimento e acesso a direitos.

2 FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA –FBES

A partir das movimentações da sociedade civil organizada, foram acontecendo no decorrer de seu surgimento iniciativas para que o Movimento de Economia Solidária fosse propagado no Brasil. Neste processo, em 2001, através do Fórum Social Mundial (FSM), por via de Grupos de Trabalho (GT Brasileiro) houve a perspectiva da criação de um espaço de fortalecimento nacional para debater sobre Economia Solidária, surgindo assim o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES nasceu com a proposta de articulação nacional dos envolvidos diretamente com a economia solidária, como os coletivos solidários, assim como as entidades apoiadoras e o setor público.

Neste aspecto, a preocupação foi aumentar a ação e atuação do FBES, de modo a não apenas fortalecer o movimento, mas o tornar legal, com políticas voltadas para as características dos coletivos de economia solidária (FBES, 2018). Em 2002, o Grupo de Trabalho elaborou uma carta ao Governo, sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, na época intitulada "Economia Solidária como Estratégica Política de Desenvolvimento", pelo qual apresentava as orientações para o desenvolvimento da Economia Solidária no país, chegando a propor a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Neste mesmo ano a carta foi aprovada pelo Governo dando início a criação da SENAES.

O FBES teve suas diretrizes formadas a partir da III Plenária Brasileira de Economia Solidária realizada no Fórum Social Mundial, em 2003. Nele estabeleceu-se os princípios norteadores do movimento de economia solidária no Brasil, sua composição e funcionamento, assim como a discussão para criação de fóruns estaduais e regionais, com a finalidade de garantir a participação de todos os sujeitos sociais envolvidos (FBES, 2018). Já em meados de 2008, a IV Plenária objetivou de restruturação e participação dos fóruns estaduais e regionais. Foram definidas ainda, articulações que visaram estratégicas para o fortalecimento dos

coletivos de economia solidária, como a comercialização, produção, e consumo solidário; Sistema Nacional de Finanças Solidárias e Marco Legal (FBES,2018).

O movimento nacional amadureceu como sujeito coletivo ao longo desse processo, assim como o processo democrático no Brasil. Em 2012, foi realizada a V Plenária Nacional, e nela foi debatido com aprofundamento a economia solidária como estratégica de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, como organização e luta dos trabalhadores.

A partir da proposta de diálogo aprofundado, com a finalidade de transformação da realidade dos indivíduos envolvidos, o FBES deste seu surgimento tem sido um espaço de formação, fortalecendo a democratização dos espaços de discussão do movimento de economia solidária. Neste sentido, a abertura para a articulação em fóruns estaduais foi crucial para o amadurecimento do movimento nacional.

3 FÓRUM MINEIRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA – FMEPS

As primeiras articulações do movimento de economia solidária em Minas Gerais datam de 1995. Pautado desde o princípio na proposição de politicas públicas que pudessem consolidar as experiências de autogestão em economia solidária, então embrionárias no Estado, registros do FMEPS apontam que a temática surgiu na estruturação de um Fórum de discussão sobre geração de trabalho e renda. Nesse momento, diferentes sujeitos sociais participaram dessa iniciativa, valendo destacar entidades religiosas, organizações não governamentais, representantes legislativos e representantes da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. No período de 1996 a 2001, diversos eventos foram realizados buscando aprofundar e difundir o tema da economia solidária no Estado, como cursos de formação e o empenho na consolidação de um Banco Popular em Belo Horizonte.

Em 2001, com o avanço da organização, foi criado o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. Os encontros e momentos de formação tiveram continuidade em torno principalmente de alguns temas considerados como importantes ao coletivo, como: formação, legislação e comercialização. Além disso, foram organizadas atividades de planejamento de ações e de definição de bandeiras

prioritárias. Em 2003, o Fórum iniciou um processo de ampliação por meio de encontros regionais de interiorização dos debates sobre EPS (COSTA, 2013).

Segundo a autora os encontros ocorreram previamente a um evento estadual denominado por “I Feira e I Ciclo de debates da Economia Popular Solidária”. Esse evento ocorreu em junho de 2003 onde foram debatidos os temas: comercialização; micro finanças e legislação. Já em 18 de junho de 2003, foi apresentado à comissão de justiça da Assembleia de Minas Gerais o projeto de Lei 830/2003 que tratava da certificação solidária. Ao analisar o projeto de Lei proposto, o Fórum solicitou por meio da Comissão de Participação Popular uma audiência pública sobre o projeto de lei, considerando os debates prévios acerca do tema entre os participantes do movimento.

A aprovação da lei no início de 2004 foi considerada pelo movimento de economia solidária uma vitória, principalmente mediante a conjuntura nacional da recente criação de uma Secretaria Especial de Economia Solidária no Governo Federal.

Em 2006, e 2007 as discussões giraram em torno da regulamentação da lei. A minuta tramitou novamente entre as Secretarias de Estado até a publicação do Decreto no dia 19 de setembro de 2008. O texto final dispunha sobre os agentes executores da política, a constituição, composição e estruturação do Conselho Estadual e a formatação do Cadastro Estadual de Empreendimentos da Economia Popular Solidária (COSTA, 2013).

A participação do Fórum Mineiro em audiências públicas sobre o orçamento estadual resultou no aumento de recursos para a Política por meio da proposição de emendas populares aprovadas pelo legislativo. Desde então o FMEPS vem articulando-se internamente para garantir representatividade no Conselho Estadual e mobilização para aporte de recursos nos programas e projetos propostos em lei na expectativa de atendimento aos 255 coletivos mapeados.

4 FÓRUM REGIONAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DA ZONA DA MATA MINEIRA – FREPSZMM

O Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira foi criado durante a I Feira e Seminário Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira realizado em Juiz de Fora, em junho de 2005. O

fórum consiste em um espaço de discussão permanente, itinerante e aberto, com o intuito de contribuir para o fortalecimento da economia solidária na região. As atividades desenvolvidas são feiras e seminários regionais, mapeamento dos empreendimentos solidários da região, estruturação de uma rede de comercialização, intercâmbio de informações e experiências e troca de produtos e serviços.

É formado por coletivos de economia solidária (associações, cooperativas e grupos informais que trabalham na perspectiva da autogestão), entidades de assessoria e fomento, gestores públicos e outras pessoas comprometidas com os princípios e valores da Economia Popular Solidária – EPS. O objetivo do FREPSZMM é articular, fortalecer e representar o movimento da Economia Popular Solidária (EPS) na Zona da Mata, frente à sociedade e aos Poderes Públicos, contribuindo na construção de um novo modelo sócio econômico através da orientação de ações e mobilizações em torno de suas bandeiras de luta.

A coordenação do Fórum é realizada por uma equipe de animadores dos municípios envolvidos e até o momento envolve, aproximadamente, 70 empreendimentos/grupos produtivos e 10 entidades de apoio, situados em cerca de 18 municípios da Zona da Mata. O Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira participa do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

5 METODOLOGIA

Ao assumir o objetivo de refletir sobre a importância do FREPSZMM como espaço onde as práticas educativas populares se realizam, utilizamos a metodologia da observação participante, compreendendo que ocupamos um espaço privilegiado de observação ao atuar no e com o movimento de economia solidária da zona da mata mineira. Isso posto, estabelecemos uma relação orgânica na qual, ao partilhar papeis e experiências pudemos captar a complexidade do objeto estudado compreendendo as várias contraditoriedades que ele engendra.

> A Observação Participante é uma metodologia muito adequada para o investigador apreender, compreender e intervir nos diversos contextos em que se move. A observação toma parte no meio onde as pessoas se envolvem. Por um lado, esta metodologia proporciona uma aproximação ao quotidiano dos indivíduos e das suas representações sociais, da sua dimensão histórica, sociocultural, dos

> seus processos. Por outro lado, permite-lhe intervir nesse mesmo quotidiano, e nele trabalhar ao nível das representações sociais, e propiciar a emergência de novas necessidades para os indivíduos que ali desenvolvem as suas atividades [...], trata-se de "documentar a realidade não documentada" (MÓNICO et. al., 2017, p.727).

Precisamos situar, assim, o espaço de tempo em que ocorreu essa observação e a forma de organização do FREPSZMM, bem como qualificar o nosso papel nesse espaço. A aproximação iniciou-se no momento em que a Intecoop/UFJF foi instada a assumir a função de secretaria executiva do FREPSZMM em janeiro de 2017.

Como relatado anteriormente o Fórum é uma instância de articulação do movimento de economia solidária, composto pela tríade de representação de coletivos econômicos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos que ocupam um espaço sócio territorial delimitado – a zona da mata mineira. Na ocasião da realização da primeira reunião na qual tomamos parte como secretaria executiva, o Fórum se reunia bimensalmente em diferentes municípios da região. Entretanto, ao discutir como um dos pontos de pauta a elaboração de regimento interno, os sujeitos optaram por torna-la trimestral, procurando reduzir os custos dos encontros e aumentar o diálogo em nível local. Assim, foram 4 plenárias realizadas entre janeiro de 2017 e fevereiro de 2018.

Na elaboração das pautas das reuniões o Fórum tem como prática o encontro da coordenação ampliada (essa constituída por um representante de cada município membro) no mês que antecede a plenária, Essa coordenação te como função elaborar as linhas gerais de ação além de ser a mobilizadora das ações do Fórum em seu município sede.

No que tange aos aspectos organizativos a Intecoop/UFJF deu continuidade a dinâmica pactuada anteriormente, que consistia na realização de um espaço formativo em economia solidária para os participantes em sua primeira aproximação com o Fórum. Essa formação ocorre no período da manhã, considerando que as reuniões do FREPSZMM transcorrem sempre aos sábados de 8 ás 9 horas. Após um momento de apresentações oficiais e acolhida, o público é dividido entre os participantes iniciantes que são conduzidos á oficina de economia solidária e á plenária para os membros mais antigos. No período da tarde todos se reúnem para discussão e proposição de ações e temas de interesse coletivo. Esses

momentos são mediados por apresentações culturais, realizados pelos próprios sujeitos que compõem o Fórum.

Para organização, mobilização, construção metodológica dos espaços de formação, dinamização e mediação da plenária e registro das atividades, toda equipe da Intecoop/UFJF se envolve. O entendimento desses sujeitos é que o Fórum é fundamental para a vivência, aproximação, troca, aprendizagem, construção de consensos, mediação de conflitos, empatia. Na interdisciplinaridade que a compõe; a Intecoop é formada por uma equipe multidisciplinar contando com docentes, técnicos e bolsistas das áreas de Administração, Ciências Contábeis,

Comunicação, Direito, Engenharia, Pedagogia, Serviço Social e Turismo; ela procura problematizar o que ocorre no Fórum procurando amadurecer a compreensão sobre esse espaço levando essa discussão para o seu interior, de forma que da interação possam surgir reflexões novas e mais aproximadas ás necessidades percebidas pelos sujeitos.

6 REFLEXÕES SOBRE O FRESZMM E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Ao refletir sobre a experiência de formação realizada no interior do FRESZMM e das relações que ali se desenvolvem, perpassadas por sujeitos de diferentes contextos, histórias de vida, concepções ideopolíticas, condições socioeconômicas, mas voltados a consecução de um projeto contra hegemônico que questiona as relações de produção, na medida mesma em que esforçam-se por se educar enquanto lutam para sobreviver, faz do Fórum um espaço privilegiado para o fortalecimento da educação popular. Muitas são as dimensões que ela contempla e que encontram nas elaborações do educador Paulo Freire, condições para que se tornem possibilitadores de conscientização e transformação social.

O FRESZMM tem no campo da realidade concreta e da prática a base para geração do pensamento. Todas as pautas, deliberações, ações são tomadas com o protagonismo dos sujeitos envolvidos, em especial, os coletivos de economia solidária. Ao longo dos encontros observados, foi possível notar o crescente em que se deu a compreensão e modo de agir de alguns participantes, entretanto isso ocorre ainda de forma muito residual De forma geral as intervenções são realizadas pelos mesmos sujeitos, donde se observa que as plenárias necessitam dinamizar as técnicas e metodologias usadas no sentido de possibilitar uma postura mais

questionadora, participativa e problematizadora. E aqui não nos atemos somente aos coletivos, mas também aos discentes envolvidos no projeto, em particular os de áreas mais técnicas.

Salientamos ainda que a relevância da teorização sobre a prática é feita de forma muito tímida e muito circunscrita aos círculos acadêmicos, o que acaba por comprometer, a nosso ver, a legitimidade do saber popular como fundamental para que o processo de democracia radical aconteça.

A inter-relação entre os sujeitos que compõem o Fórum é outro ponto caro ao campo da educação popular e que é realizado de forma muito conflituosa e pouco resolutiva. É claro que o processo de construção do pensamento demanda sujeitos inacabados e incompletos, em constante criar e recriar de sua existência no mundo e que o conflito, o contraditório é muito bem-vindo para contribuir em sua emancipação como sujeito de sua história, porém o tratamento que se dá a ele é que determina a sua importância na mudança que opera nos comportamentos e visões de mundo.

Outro ponto importante a ser levantado nesse debate diz respeito a forma como a ação formativa se realiza no FREPSZMM, a metodologia utilizada e a interação que propicia, no sentido de estimular para o pensar coletivo sobre “como fazer”, “como resolver”, “como agir”, “como intervir a partir de um projeto, de uma ideia” (GOHN, 2017, p. 20). O espaço de formação básica em economia solidária foi realizado, nas reuniões observadas, por uma professora e discentes da Intecoop/UFJF. Nele procurou-se o uso de uma metodologia mais lúdica e mais aproximada a quem tinha contato com a temática pela primeira vez. A proposta foi promover o debate através do levantamento dos conhecimentos prévios que os sujeitos possuíam e á partir deles criar os temas geradores para o diálogo.

Embora esse espaço seja avaliado pelo Fórum como fundamental, pode-se perceber que ele foi deixado sob a responsabilidade da incubadora como se coubesse somente a ela pensar os rumos pedagógicos e ideológicos da formação. Essa postura precisa ser modificada para que a educação possa atender ao propósito de emancipar, na perspectiva de que ela se configura como um “direito, combinando trabalho intelectual com trabalho manual, reflexão e ação, teoria e prática, conscientização e transformação, a organização, o trabalho e a renda (economia popular solidária)” (GADOTTI, 2001, p. 21).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre a importância do espaço do FREPSZMM como local onde as práticas educativas populares se realizam esse artigo pretendeu, de forma sucinta problematizar sobre a forma como essa se desenvolve, tomando como bases analíticas a práxis, o ato dialógico do processo de aprendizagem, a valorização do saber popular, e a conscientização como possibilitadora da transformação social.

Para tanto, empreendeu de forma sucinta a apresentação do FREPSZMM como espaço possibilitador da interação entre diferentes sujeitos sociais, instância privilegiada de promoção dos meios e formas, do fazer e do agir da educação popular.

O FREPSZMM se constituiu como um movimento social organizado a partir de demandas comuns a um conjunto variado de indivíduos que se reúnem com o propósito de construir ações coletivas de enfrentamento a problemática social e ao seu reconhecimento como portador de direitos.

Nessa lógica, ao incorporar os supostos que levam a transformação social, entendido como um processo longo de aprendizagem baseado entre a união da teoria e a prática, da dialogicidade, da conscientização e do reconhecimento do sujeito como portador de sua transformação, acreditamos que este trabalho atingiu ao objetivo de refletir sobre a importância do espaço do FREPSZMM como local onde as práticas educativas populares se realizam.

REFERÊNCIAS

COIMBRA, A. L. S.; SOUZA, M. B. Princípios e ações em economia solidária: a Intecoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de Fora/MG. **Revista Proposta/FASE**, Rio de Janeiro, p. 4 - 12, 01 maio 2007.

COSTA, B. A. L. **Entre teoria e prática**: a experiência da economia solidária no Brasil a partir de uma abordagem internacional. 219f. (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, Institucional. Disponível em: < www.fbes.org>. Acesso em: 15 de mar. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. **Educação popular, educação social, educação comunitária**. Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Revista Diálogos. Universidade Católica de Brasília. Brasília: Universa, 2002.

GOHN, M. da G. **Retrospectiva sobre a educação popular e os movimentos sociais no Brasil.** Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/408 > Acesso em: 28 fev. 2018.

MÓNICO, L. S. et al. **A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa**. In. Congresso Interamericano de Pesquisa Qualitativa, 2017, Portugal, Anais... Disponível em: < http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1447/1404>. Acesso em: 24 de fev. 2018.

NETO, J. F. de M. **Extensão Popular**. 2.ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SANTOS, A. M.; CARNEIRO, V. G. **O movimento da economia solidária no Brasil**: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: E-cadernos CES, 2008. Disponível em < http://eces.revues.org/1260 ; DOI : 10.4000/eces.1260>. Acesso em: 18 de mar. 2018.

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: O QUE AS TRABALHADORAS TÊM A DIZER?

Jose Raimundo Oliveira Lima[120];Elianne Paraiso de Queiroz[121]; Juliana de Freitas Silva[122]

Resumo: Este trabalho apresenta uma atividade realizada com um grupo produtivo acompanhado pela Incubadora de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana - IEPS/UEFS. Tendo como objetivos: identificar as representações sociais do grupo Sabores do Quilombo sobre Economia Popular e Solidária; analisar o processo de incubação e; identificar as demandas formativas do grupo para a Incubadora, a atividade garantiu um diálogo com o saber popular e discussões sobre conflitos e relações grupais, através de um grupo psicoeducativo.

Palavras – chave: Economia popular e solidária. Pesquisa-ação. Representações sociais.

1 INTRODUÇÃO

Experiências de trabalhos associados ou de cooperados vêm crescendo ultimamente. Esse movimento é denominado de economia popular e solidária. O trabalho tem o objetivo de apresentar uma atividade educativa desenvolvida com o grupo produtivo que está em processo de incubação pela Incubadora de Iniciativa de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana - IEPS/UEFS.

No primeiro momento vamos conceituar economia popular e solidária, em seguida, apresentaremos a IEPS - UEFS e a atividade desenvolvida com um grupo produtivo acompanhado pelo programa, a partir da explanação dos objetivos, metodologia, resultado e análise de resultados. Finalizando com as considerações finais.

2 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

[120] Professor Adjunto do Curso de Economia da UEFS. Coordenador da IEPS-UEFS. Economista (UEFS). Mestre Gestão Integrada de Organizações (UNEB). Doutor em Educação e Contemporaneidade (UNEB).zeraimundo@uefs.br.
[121] Graduanda em Psicologia na Universidade Estadual de Feira de Santana. Bolsista de Extensão da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia. elianneparaiso@gmail.com.
[122] Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Feira de Santana. Bolsista de Iniciação Científica da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia.julysofia.freitas@gmail.com.

A Economia Popular e Solidária (EPS) se opõe ao sistema capitalista, defende o trabalho coletivo, o não acúmulo do capital e a produção associada (construção de redes). É diferente da Economia Popular, que se aproxima da economia informal, aparece como alternativa diante do desemprego e não se opõe ao mercado capitalista. Também se diferencia da Economia Solidária, haja visto que esta abarca diversas tipologias de empreendimentos - inclusive capitalistas - e ter vínculos com políticas públicas (IEPS-UEFS, 2012).

É com a Economia Popular e Solidária que a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana – IEPS/UEFS trabalha e tem como base para atividades como a que será apresentada neste artigo.

Observa-se, na literatura, do final do século XX e início do XXI um aumento de experiências e de grupos no Brasil e no mundo conhecido como economia popular e solidária que apontam alternativa ao desemprego e uma possível transformação social para a classe trabalhadora. No Brasil é Paul Singer quem traz o conceito de Economia Solidária, em 2002, ele foi também o primeiro secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, e a partir dessa institucionalização o conceito de Economia Solidária passou a se relacionar com políticas públicas, sendo "adotada como diretriz estratégica para as ações de geração de trabalho e renda do governo federal" (NAGEM & SILVA, 2013).

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002, p.10).

Singer, ao afirmar que a economia solidária é um modo de produção, analisa apenas a organização do trabalho, essa característica por si só não define o modo de produção. Este é constituído por pelos menos três estruturas: a econômica, a jurídico-política e a ideológica, porém a estrutura econômica é a que determina o modo de produção[123]. Diante do conceito de modo de produção a economia solidária

[123] MANGOLIN, B. Cesar. O **conceito de modo de produção.** Este texto foi escrito exclusivamente como material de apoio e introdutório aos participantes do Módulo Marxismo, do Curso Livre de Humanidades – UMESP.

seria manifestações de outras formas de trabalhar e produzir, que está inserida em um modo de produção capitalista.

Razeto (1997) chama o conjunto de trabalhadores que desenvolvem a economia popular de economia dos setores populares e a esta atribui a característica de economia de solidariedade, pois "o trabalho é a atividade e principal meio pelo qual o ser humano desenvolve as suas potencialidades" (RAZETO, 1997, p.92).

Ao explicitar esse caráter de centralidade do trabalho como forma de humanização do ser humano, Razeto pretende restabelecer o papel central que o trabalho possui dentro da sociedade, contrapondo a relação que é posta pelo capitalismo em que o trabalho é sinônimo de emprego e reduz os sujeitos a meros fatores de produção.

> Ao reduzir o trabalho a essa situação subalterna, o capitalismo impede que ele expresse sua riqueza de sentido e de conteúdo. Se o trabalho fica reduzido ao emprego, o ser humano que o realiza é apenas um empregado: um sujeito dependente, instrumental (RAZETO, 1997, p.92,93)

Portanto para compreender essa outra economia é necessário entender que economia está para além do mercado autorregulado como é o pressuposto da teoria neoclássica, é perceber a economia em várias dimensões e não apenas em única dimensão de troca. Reverter esse processo significa fortalecer os laços de solidariedade entre os/as trabalhadores/as que já vêm desenvolvendo experiências na geração de trabalho e renda de forma autônoma, seja individual ou coletiva como forma alternativa ao desemprego ou mesmo como enfrentamento ao próprio modelo imposto pelo capital.

> Esta economia popular solidária tem sido, e está sendo, capaz de suscitar um movimento de solidariedade, do qual participam pessoas e instituições, dispostas a colaborar com ela pela contribuição de recursos, ideias e trabalho (RAZETO,1997, p.96)

A esse movimento endógeno (parte dos trabalhadores) que Razeto chama de economia popular solidária, e nessa construção, solidária passa a caracterizar o popular. Essa economia é popular por que põe em cena as experiências de trabalhadores/as autogestionários/as diante do trabalho associado ou em cooperação.

3 A INCUBADORA

A Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária – IEPS/UEFS é um projeto de pesquisa e programa de extensão interdisciplinar voltado para o desenvolvimento de outra organização de trabalho numa perspectiva da Economia Popular e Solidária (EPS), tendo como objetivo

> Estimular a geração de trabalho e renda de iniciativas da economia popular e solidária visando a construção da autonomia dos sujeitos envolvidos no processo e sua inserção econômica e social (IEPS-UEFS, 2012).

Na sua carta de princípios a IEPS-UEFS reafirma seu caráter permanente e seu compromisso com a extensão universitária

> A Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana, IEPS-UEFS, constitui-se em um programa interdisciplinar de caráter permanente, desenvolvido por servidores, docentes e técnicos administrativos, e discentes da UEFS, com possibilidade de participação da comunidade externa, por meio de projetos de extensão e ou pesquisa e outras atividades de caráter continuado junto à comunidade externa, no âmbito da economia popular e solidária (Carta de princípios, 2011)

A proposta da IEPS-UEFS é acompanhar grupos produtivos urbanos ou rurais que desenvolve o seu trabalho de forma associativa ou cooperada e dentro dessa lógica ampliar o conceito de solidariedade a fim de construir uma economia popular e solidária. Para organizar o trabalho a IEPS-UEFS divida-se em projetos em que estudantes, professores e técnicos desenvolvem os planos de ação. O Projeto Cantina Solidária foi o qual deu origem a incubadora em 2008, com a proposta de ocupar uma das cantinas do próprio *campus* da UEFS, a fim de usar o espaço de forma pedagógica para desenvolver o trabalho com grupos de forma autogestionária.

> Na forma de projetos, a IEPS-UEFS desenvolverá processos de incubação, os quais devem ser compreendidos como um processo político, prático-educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos envolvidos no processo econômico popular e solidário. Na incubação a IEPS-UEFS adotará os fundamentos da economia popular e solidária possibilitando a integração solidária dos sujeitos, colocando como valores principais o trabalho coletivo, o conhecimento e o atendimento às necessidades sociais da população (Carta de princípio, 2011)

É respeitando esses princípios que a IEPS-UEFS desenvolve as suas ações em duas cantinas da UEFS, uma no módulo I e a outra no módulo VII. Neste

trabalho vamos explicitar uma ação desenvolvida com o grupo produtivo que ocupa a cantina do módulo I e participa do Projeto Cantina Solidária III. Este grupo é formado por 12 mulheres da Comunidade Quilombola da Lagoa Grande, na cidade de Feira de Santana - Bahia, em processo de incubação desde junho de 2016, denominado Sabores do Quilombo.

A pesquisa-ação enquanto método de pesquisa adotado pela IEPS-UEFS afirma o caráter político de fazer ciência uma vez que os envolvidos, universidade e comunidade, são colocados como sujeitos do processo de pesquisa e a sua realidade é o objeto da pesquisa, há uma relação de reciprocidade entre o saber popular e o científico.

> [...] deste modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui descrito pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento (FREIRE,1983, p.36)

As contribuições do pensamento de Freire (1983) para orientar o processo de incubação são de fundamental importância, pois reafirma o compromisso da ciência de servir a sociedade. Assim, os resultados obtidos durante o processo de incubação corroboram a afirmativa de Freire, ação-reação-ação e nessa dialética os sujeitos vão se tornando mais conscientes da sua própria realidade.

> Este conhecimento, folclore ou sabedoria popular, não é codificado segundo os padrões de forma dominante e, por esta razão, é menosprezado como se não tivesse o direito de articular-se e expressar-se em seus próprios termos. Mas este conhecimento popular também possui sua própria racionalidade e sua própria estrutura de causalidade, isto é, pode-se demonstrar que tem mérito e validade científica *per se* (BORDA,1983, p.45)

Nesses termos, optar por um método de pesquisa alternativo é desafiar a própria lógica hegemônica e ocidental de fazer ciência, e esta pesquisa participante que é a pesquisa da ação protagoniza experiências, especialmente, das “populações que correspondem operários, camponeses, agricultores e índios” (BORDA,1983, p.43) negros e quilombos, é essa ciência popular decolonial que permeia a base da construção do conhecimento que a IEPS-UEFS defende e constrói diariamente.

4 A OFICINA

O grupo do Projeto Cantina Solidária III está há quase dois anos em incubação e como a Incubadora atua de maneira sistêmica, em que uma oficina demanda outra através das falas do grupo, é importante saber como as mulheres em processo de incubação descrevem a Economia Popular e Solidária e quais são os elementos que ainda precisam ser trabalhados. A IEPS-UEFS têm reuniões ordinárias, aberta aos grupos e visitantes, para garantir essa sistematização.

> Decisões de datas para encontros com o grupo, intervenção dos bolsistas, datas para participação em eventos, discussão para resolução de problemas. [...] visita a outros grupos, participação em eventos e etc." (MOURA e LIMA, 2015, p.3, no prelo).

Todas as atividades desenvolvidas na IEPS-UEFS são orientadas pelas demandas dos grupos de modo que cada grupo na sua especificidade traz um desafio para os bolsistas e professores, que ao recebê-lo procura meios de problematizar o desafio proposto, lança-se mão da metodologia da pesquisa-ação para investigar e tentar encontrar um caminho para o desafio.

Esta atividade faz parte de três oficinas construídas de maneira correlacionada. Entendendo que "Autogestão" faz parte da história dos quilombos no Brasil, as três etapas foram elaboradas para identificar se o grupo do Projeto Cantina Solidária III associava a autogestão defendida pela Economia Popular e Solidária com sua própria história enquanto quilombola para um fortalecimento da prática autogestionária.

Segundo Clóvis Moura (1987), a medida que os quilombos cresciam era pensado internamente modos de organização, o que inclui formas de governo, propriedade e economia. Esta economia, de acordo com o mesmo autor, se constituiu em oposição ao sistema de sesmarias, possuía uma cultura da terra introduzida pelos próprios habitantes e tinha a presença da solidariedade e da cooperação desde o início dos quilombos (MOURA, 1987).

> As contribuições de Clóvis Moura apontam alguns dos princípios da Economia Popular e Solidária propostos por Paul Singer e defendidos pela IEPS-UEFS, como a solidariedade e cooperação. Mas o fato da economia dos quilombos antigos se opor ao estabelecido na época e formular uma organização produtiva de maneira interna e coletiva também se assemelha com a história da Economia Popular e Solidária e são fatores importantes para o estabelecimento de uma prática autogestionária, já vivida pelo grupo produtivo e que sempre está em construção. Isso porque, segundo

> Paul Singer (2005, apud CASTANHEIRA & PEREIRA, 2008) para a prática da autogestão é necessária uma reeducação coletiva, e isso exige prática: é praticando a autogestão, que se aprende a trabalhar de maneira autogestionária.
> O exercício da economia solidária exige que as pessoas formadas no sistema capitalista passem por um processo de reeducação coletiva, em que todos vivenciem em conjunto a transição da forma competitiva à forma cooperativa de organização. Um indivíduo agindo sozinho de modo cooperativo, em uma sociedade na qual predomina a competição, acaba sendo 'esmagado' economicamente. Da mesma maneira, um indivíduo que age competitivamente, onde predomina a economia solidária, passa a ser visto como egoísta e desleal pelos demais, sendo excluído de seu meio (CASTANHEIRA & PEREIRA, 2008)

A primeira oficina teve como tema "O QUE É QUILOMBO/SER QUILOMBOLA", a segunda teve "ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA" como norteador da discussão e a terceira discutiu sobre "AUTOGESTÃO". As três oficinas tiveram a mesma metodologia, apenas o método da terceira etapa foi diferente e ainda não tinha sido realizada, não sendo possível a apresentação do trabalho completo.

A oficina teve como objetivo geral identificar as representações sociais do grupo Sabores do Quilombo sobre Economia Popular e Solidária. E objetivos específicos: 1) analisar o processo de incubação e 2) identificar as demandas formativas do grupo para a Incubadora.

A realidade de comunidades é apresentada através das representações sociais, elas a constroem e são definidas como:

> […] um fenômeno que se refere a um conjunto de regularidades empíricas compreendendo as ideias, os valores e as práticas de comunidades humanas sobre objetos sociais específicos, bem como sobre os processos sociais e comunicativos que os produzem e reproduzem (JOVCHELOVICTH, 2008, p.87).

Ou seja, é através das representações sociais que uma comunidade explica e conceitua o mundo e foi neste conhecimento que a oficina teve como foco. Pensando nisso a metodologia foi de grupo psicoeducativo com construção de quadro sobre Economia Popular e Solidária com as palavras das mulheres que formam o grupo. Como aponta Bazon (1997), grupo psicoeducativo permite trabalhar com saberes populares, com uma atenção aos sujeitos, as suas subjetividades e relações grupais, haja visto que

> A nível conceitual, o modelo psicoeducativo fundamenta-se em dois postulados de base, a partir do qual decorre as concepções de meio de intervenção e de ação educativa: a) A visão de Ser Humano e b) O potencial educacional do cotidiano compartilhado" no dia-a-dia dos meios de intervenção" (BAZON, 1997).

Elaborada para que todas as mulheres do grupo falassem, o método escolhido foi o de cada pessoa apresentar uma palavra a ser destrinchada em seguida, com discussão coletiva. Inicialmente foi pedido para que cada uma dissesse qual palavra vinha na cabeça ao ouvir "Economia Popular e Solidária", e depois cada uma teve que destrinchar a palavra e explicar qual a relação desta com o tema da oficina. Em um terceiro momento foi permitido trazer mais contribuições para as palavras de todas, ficando no mural apenas os termos aprovados por consenso. Foi finalizado com uma avaliação geral, sobre a condução, as discussões e afetamentos causados pela conversa.

5 O QUE AS TRABALHADORAS TÊM A DIZER?

Diante do estímulo "Economia Popular e Solidária", foram trazidas pelas mulheres do grupo incubado pelo Projeto Cantina III as palavras União, Paciência, Desenvolvimento, Igualdade, Verdadeiro, Harmonia, Coletividade, Fortalecimento, Trabalho, Coletividade e Solidariedade, que junto com as explicações resultaram no seguinte quadro:

Quadro 1 - O que é Economia Popular e Solidária?

UNIÃO	**PACIÊNCIA**	**DESENVOLVIMENTO**
*Necessário para fazer a diferença. Diferença da Economia Tradicional	*****É o centro para os bons relacionamentos.	*A EPS é andar para frente; Crescer, multiplicar e misturar as forças.
IGUALDADE	**VERDADEIRO**	**HARMONIA**
*****Dentro da IEPS tem que haver igualdade para todos; Não ter superioridades mesmo com ideias diferentes, para chegar em um consenso.	*Necessário para existir união; Coletivização das informações.	*Necessário para trabalhar coletivamente; Estar bem consigo mesmo e com o outro.
COLETIVIDADE	**FORTALECIMENTO**	**TRABALHO**

***Junto com a união, contribui para o desenvolvimento da EPS; Estar junto em tudo para crescer; Doação.	***A EPS fortalece o desenvolvimento local através da coletividade; Juntar tudo de bom (coragem, paz, bondade, alegria); Resolver dificuldades de maneira positiva.	***A EPS contribui para o desenvolvimento do trabalho em vários espaços não só na cantina. (Trabalho = doação, hábito que aparece constantemente, em casa).
COMPREENSÃO *A solidariedade (sozinho não consegue fazer nada) exige compreensão; Deve aparecer nas pequenas coisas; Entender o outro; Participação (também nas formações)	**SOLIDARIEDADE** *Precisa existir independente de qualquer coisa (Mesmo diante de conflitos).	

Elaboração própria, 2017.
*Explicação da pessoa que apresentou a palavra

Durante as reflexões a pessoa que disse a palavra “Desenvolvimento” teve dificuldade em dizer a relação deste termo com a Economia Popular e Solidária, assim como definir a palavra apresentada, desejando por um momento ir embora da oficina e esperando que nós, integrantes da IEPS-UEFS, respondêssemos por ela. Depois de um tempo disse que “Desenvolvimento é andar para frente”. Outra integrante afirmou no final, ainda, que a atividade fez com que ela percebesse que sabe, mas não tinha noção ainda.

As explanações dos termos *Verdadeiro*, *Paciência* e *Harmonia* foram utilizadas para indicar onde há falhas internas. Durante as discussões coletivas isso ficou mais evidente. O debate sobre Economia Popular e Solidária foi substituído pelas questões que geram conflitos interpessoais no grupo, onde uma colocava o defeito como de outra pessoa, sem se implicar. Isso resultou no final numa reflexão sobre o que cada uma trazia em si que poderia atrapalhar o grupo e três pessoas chegaram a uma resposta: uma disse que precisava trabalhar a paciência; outra a compreensão e; outra reconheceu que precisava dar espaço para as demais se manifestarem.

Uma participante disse que “união era necessário para fazer a diferença” e o grupo foi questionado que diferença era essa, do que a Economia Popular e

Solidária queria se diferenciar e outra pessoa disse que a EPS surge para se diferenciar da Economia Tradicional e que esta parece ser boa até conhecer a Economia Popular e Solidária. Ela acrescentou ainda que o trabalho com EPS mudou tudo na sua vida, falou que é diferente por ser patroa, e após ser questionada sobre este cargo dentro da EPS existe ela disse que se tornou patroa de si mesma. E duas integrantes do grupo afirmaram que já buscaram informações sobre a EPS além do que é apresentado pela IEPS-UEFS na internet.

6 CONHECIMENTOS COMPARTILHADOS: O SABER CIENTÍFICO E O POPULAR

O grupo psicoeducativo garantiu uma reflexão a partir das representações sociais e conhecimentos cotidianos compartilhados, daí o quadro com as falas das trabalhadoras, as discussões sobre convivência e as explicações sobre EPS. É perceptível que o grupo ainda demanda trabalhos voltados para mediação de conflitos e relações grupais, haja visto que há uma busca por uma harmonia como se um contexto favorável fosse aquele onde não há conflitos e muitos dos problemas do espaço da cantina é colocado como pessoal. Mas o processo de incubação caminha de maneira favorável, levando em consideração que o entendimento do grupo sobre Economia Popular e Solidária converge com a proposta metodológica e política da incubadora.

Lane aponta que o grupo é condição para a consciência (autorreflexão a partir do conhecimento de uma realidade comum) e para a atividade (ação conjunta e organizada) As relações sociais “se desenvolvem através de atividades, que por sua vez, sofrem a mediação de emoções individuais” (LANE, 1996). Ou seja, é através das relações grupais que a pessoa manifesta conteúdos afetivos, que pode realizar o processo de autorreflexão e de ação conjunta. Isso foi o que este trabalho tentou proporcionar ao grupo Sabores do Quilombo de maneira pontual e com implicação das pessoas envolvidas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa atividade contribuiu para uma reflexão sobre a outra economia trabalhada no processo de incubação. Foi percebido que apesar de dificuldades

para explicar conceitos da EPS, o grupo entende e consegue usar suas próprias palavras para definir os termos já apresentados em espaços formativos pela IEPS-UEFS e que esta dificuldade surge da vontade de agradar a IEPS-UEFS do que do desconhecimento. Isso é percebido pelo grupo através das falas sobre a EPS fortalecer o desenvolvimento local e promover igualdade entre as pessoas, isso já aponta para questões importantes da Economia Popular e Solidária, o desenvolvimento local e a lógica autogestionária que garante que todas as pessoas possam ser iguais em posses e decisões. Outra fala que confirma esta análise é a da participante que encerrou o espaço com uma contribuição que usaremos para finalizar este artigo que aborda o diálogo do saber popular com o científico: “União gera desenvolvimento para trabalhar na coletividade, gerando o fortalecimento do trabalho, proporcionando um ambiente verdadeiro de harmonia, compreensão, solidariedade e paciência”.

REFERÊNCIAS

BAZON, M.R. Psico-educação: um projeto visando aumentar a eficiência das intervenções sociais junto às crianças e adolescentes em situação de risco psico-social em Ribeirão Preto. **Revista Padéia**. FFCLRP – USP. Ribeirão Preto. 1997.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Carlos Rodrigues Brandão. **Pesquisa Participante**.3 ed. São Paulo: Brasiliense,1983. p.42-62.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a faze-la melhor através da ação. In: Carlos Rodrigues Brandão. **Pesquisa Participante**.3 ed. São Paulo: Brasiliense,1983. p.34-41.

INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – IEPS/UEFS. **Programa Incubadora***.* Feira de Santana, BA, 2012.

_____. **Carta de Princípios***.* Feira de Santana, BA, 2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, +comunidade e cultura**.Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ. Vozes. 2008, p. 78 - 126.

LANE, S. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R.H. F. (org). **Psicologia Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes. 1996, p. 17-34.

MANGOLIN, B. Cesar. **O conceito de modo de produção.** 2010. Disponível em:<https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/934137/mod_resource/content/1/elementos básicos0_MODO_DE_PRODUÇÃO.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MOURA, L.S. e LIMA, J.R.O. **Tecnologia Social:** a experiência de atividades Administrativas desenvolvidas Junto ao Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia - (PIEPS/UEFS). 2015, p. 3, no prelo.

MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**. Editora Brasiliense. São Paulo. Ed 5. 1987, p. 34-43.

NAGEM, F.A. & SILVA, S.P. Institucionalização e Execução das Políticas Públicas de Economia Popular e Solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política.** v.21, nª 46. Curitiba. jun/2013.

PEREIRA, J.R. & CASTANHEIRA, M.E.M. **Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão**. Minas Gerais. 2008.

RAZETO, M. Luis. O Papel Central do Trabalho e a Economia de Solidariedade. **Revista Proposta**: FASE, Rio de Janeiro, v. 75, n. 26, p.91-99, dez/fev. 1997/98. Trimestral.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

POVO QUE "SE TRANSFORMA EM ONÇA"[124]: EXISTÊNCIA, RESISTÊNCIA E SABERES DOS INDÍGENAS PURUBORÁ DA ALDEIA APEROI, RO[125]

Edson Caetano[126]; Anatália Daiane de Oliveira Ramos[127]

Resumo: O povo Puruborá é um grupo étnico do Estado de Rondônia que se encontra em luta pela (re)demarcação do território, revitalização cultural e reconhecimento identitário. Este texto se debruça sobre uma pesquisa de doutorado em andamento, vinculada ao GEPTE/PPGE/UFMT. Ancora-se no materialismo histórico dialético e utiliza elementos da pesquisa participante, com o objetivo de investigar a produção da existência do povo Puruborá da aldeia Aperoi, em Seringueiras e os saberes resgatados, construídos e transmitidos durante essa produção. Os instrumentos de pesquisa são a análise documental, entrevistas, oficinas e observação participante registrada através de diário de campo, fotografias e vídeos. A análise se efetiva através da triangulação dos dados, articulando-os com o aporte teórico e os objetivos do estudo. Conclui-se que a existência dos Puruborá da aldeia Aperoi remete aos saberes que eles mantêm e estão resgatando junto aos anciãos. São esses saberes que permitem a constituição do povo enquanto indígena.

Palavras-chave: Povo Puruborá. Saberes. Produção da existência.

1 INTRODUÇÃO

Estamos desenvolvendo pesquisa de doutorado com o povo indígena Puruborá da aldeia Aperoi, no município de Seringueiras, Estado de Rondônia, que está inserida no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Linha Movimentos Sociais, Política e Educação Popular.

---

[124] Segundo Montanha (2014, p. 30), o significado do nome Puruborá é "[...] aquele que se transforma em onça" para curar. Na língua do povo, *puru* significa onça e *borá*, coletivo (VELDEN; GALUCIO; MENEZES, 2015).

[125] O presente texto conta com o apoio da bolsa de demanda social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Universal (2014-2017).

[126] Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor do Instituto de Educação (IE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Educação pela UNICAMP. Graduado em Ciências Sociais pela PUCCAMP. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE). Endereço eletrônico: caetanoedeson@hotmail.com.

[127] Pedagoga e mestra em Psicologia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutoranda em Educação pela UFMT. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa de Educação na Amazônia (GPEA). Participante do GEPTE. Bolsista CAPES. Endereço eletrônico: anataliadaiane@hotmail.com.

Segundo Caetano (2011), o GEPTE foi criado em 2010 situado no campo "[...] que prioriza as reflexões sobre o trabalho enquanto categoria eminentemente humana, entendendo que o homem se humaniza através do trabalho e das relações sociais construídas a partir deste" (p. 3).

Neste sentido, entendemos o trabalho como o agir do ser humano sobre a natureza, sendo um processo em que o ser humano, mediante sua ação, transforma a natureza e ao transformá-la, modifica sua própria natureza (MARX, 2013). Por isso, é ele o elemento fundante do ser humano (ANTUNES, 2013; ENGELS, 2013; MARX, 2013).

Para Ciavatta (2002), o "[...] trabalho tem uma dimensão ontológica, fundamental, criadora de vida, cultura, conhecimento, e uma dimensão histórica em tensão permanente na vida social". Desta forma, o trabalho abrange não apenas a dimensão material da vida – comer, beber, morar, vestir e "algumas coisas mais" (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

Assim, mais do que a produção da vida no âmbito material, a produção da existência abrange a construção de saberes sobre a terra, a relação com as pessoas e os animais, os alimentos etc. São saberes construídos no cotidiano a partir da realidade concreta e da produção da vida de mulheres e homens e que se juntam a outros já existentes e que foram transmitidos de geração a geração.

Não desconsideramos que o modo de produção capitalista configurou o trabalho como mercadoria (MARX, 2010), implicando o estranhamento de homens e mulheres (ANTUNES, 2013) e impossibilitando a humanização e o pleno desenvolvimento do ser humano, uma vez que as relações de trabalho sob seus princípios são exaustivas, problemáticas, conflituosas, competitivas, de exploração de trabalhadoras e trabalhadores etc.

Entretanto, corroboramos as ideias de Ranieri (2010), que afirma que apesar do trabalho se submeter às exigências do capital, ele "[...] é e será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade e, portanto, da socialidade humana" (p. 14).

Partindo do trabalho como elemento central, o GEPTE desenvolve estudos e pesquisas com povos e comunidades tradicionais, especialmente os da baixada cuiabana, pois percebe que esses povos e comunidades possuem uma

lógica de produzir suas vidas ancorada em saberes e conhecimentos ancestrais, a qual se contrapõe ao modo de produção capitalista.

A partir das características elencadas por Diegues *et al.* (2000), percebemos que o modo de produção da existência dos povos e comunidades tradicionais, baseados em suas culturas e saberes, se diferenciam e se distanciam daqueles presentes no modo de produção capitalista, uma vez que o trabalho ainda não se tornou mercadoria; existe uma dependência do mercado, mas essa não é plena; existem "[...] formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro mas a reprodução cultural e social [...]" (p. 18); percebem e representam o mundo natural ancorado na associação com a natureza e na dependência de seus ciclos; preservam os recursos naturais; existe uma solidariedade familiar; e possuem uma relação diferenciada com o território, que implica conflitos entre os povos e comunidades tradicionais e outros seres humanos.

Compartilhamos das aspirações expressas por Tiriba e Fischer (2015, p. 423, grifo das autoras):

> Queremos (re)conhecer saberes tecidos em relações entre economia e cultura nas comunidades e povos tradicionais. Realizar, portanto, inventários e análises dos processos de produção e transmissão desses saberes da experiência de produzir a vida em comunidade. Para isso, descrever como se dá a organização da própria vida. Queremos aprender *com* os povos e comunidades tradicionais como estabelecem relações econômico-culturais e que conhecimentos e valores permeiam tais relações. Com eles compreender, então, outras formas de encontro dos seres humanos com a natureza [...].

Por isso, o estudo em andamento tem como objetivo investigar a produção da existência do povo indígena Puruborá da aldeia Aperoi em Seringueiras, Rondônia e os saberes resgatados, construídos e transmitidos durante essa produção.

Neste sentido, elegemos o trabalho como elemento central de nossa pesquisa, trabalho esse que acontece nas casas, nos terreiros das casas, na mata, nos pastos, nas roças, nas hortas, nas idas ao rio Manoel Correia, nas festas, nas assembleias e em outros espaços do povo Puruborá da aldeia Aperoi e que garante a sua existência, no âmbito material e imaterial.

Nossas reflexões estão alicerçadas no materialismo histórico dialético, enquanto postura, método e práxis, pois "[...] permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade" (FRIGOTTO, 1989, p. 73). Ou, como afirma Kosík (2002), é um

método que busca chegar a “essência”, indo para além da expressão fenomênica da realidade (aparência), inclusive negando-a num primeiro momento.

Nos valemos de elementos da pesquisa participante e alguns instrumentos nesse processo de investigação, sendo eles a análise documental – leis, regulamentos, normas, registros escritos (individuais e/ou coletivos), atas etc. –, observação participante registrada por meio de diário de campo, fotografias e vídeos – que está acontecendo em todas nossas visitas a aldeia Aperoi, desde nossa primeira ida a campo, nas casas e em outros lugares que as e os Puruborá permitem a nossa presença –, entrevistas – semi-estruturadas, realizadas com indígenas maiores de 18 anos e que estão sendo gravadas e transcritas mediante o consentimento das e dos participantes e oficinas – que estão sendo planejadas e executadas pela pesquisadora e orientadas por roteiros.

Destacamos ainda que nossa investigação está seguindo os princípios recomendados para aquelas que envolvem seres humanos expressos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e, por isso, após o povo Puruborá aceitar e autorizar a realização de nossa pesquisa, nosso projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMT, aprovado em 20/06/2016, e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), aprovado em 01/08/2016. Só após essas aprovações é que iniciamos nosso trabalho de campo.

A análise está acontecendo por meio da triangulação dos dados, articulando-os com o aporte teórico e os objetivos da pesquisa. Nossa intenção é após a conclusão da pesquisa, retornar ao povo para dialogar e apresentar as conclusões da pesquisa aos e às participantes.

Até o presente momento realizamos oito entrevistas com Puruborá maiores de 18 anos e uma oficina com as pessoas da comunidade. A partir desses dados, traremos alguns dados preliminares e algumas reflexões e análises.

Este texto está dividido em três partes. A primeira parte é a presente introdução, a segunda compartilha nossas reflexões e análises a partir dos dados construídos junto e com as e os Puruborá da aldeia Aperoi e, por fim, traremos as considerações finais possíveis neste momento.

2 POVO PURUBORÁ: A PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA NA ALDEIA APEROI

O povo Puruborá é um povo indígena do estado de Rondônia, contatado em 1909 por Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o qual demarcou o território Puruborá, na região do rio Manoel Correia, afluente do rio São Miguel, afixando estacas de madeira no chão (BARBOZA, 2012).

Após o contato, esse povo foi quase dizimado por diversos motivos, entre os quais destacamos: as doenças (epidemias de sarampo, gripe etc.); a morte de vários Puruborá recrutados para trabalhar como extratores de látex nos dois ciclos da borracha do estado de Rondônia (CATHEU, 2002), sendo que o primeiro aconteceu entre os anos de 1877 a 1910 e o segundo aconteceu em decorrência da Segunda Guerra Mundial e encerrou com o fim da guerra (OLIVEIRA, 2007); a proibição de seus saberes, sua cultura, suas tradições, seus costumes, seus mitos e sua língua e obrigatoriedade de adoção de outros por meio da opressão vivenciada nos seringais da região (MONTANHA, 2014); a ocupação de seu território tradicional pelos seringueiros (CATHEU, 2002) e as três expulsões de seu território tradicional a que foram submetidos (BARBOZA, 2012).

Destacamos que, segundo Barboza (2012), a primeira expulsão se deu logo após a demarcação feita por Marechal Rondon, entre 1910 até 1940 por meio da invasão das terras desse povo pela companhia Massud e Kalil, a segunda aconteceu durante a delimitação da Reserva Biológica (REBIO) do Guaporé, em 1982 e a terceira aconteceu com o processo de delimitação da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau na década de 1990.

A terceira expulsão ocorreu justificada na acusação pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) das e dos Puruborá não serem indígenas, por conta da miscigenação com brancos, negros, quilombolas e bolivianos que foram obrigados a se submeterem, ancoradas nas políticas de ocupação, colonização e expansão para e do estado (MONTANHA, 2014).

Segundo essa autora, a última expulsão também contribuiu para a dispersão do povo Puruborá pelos Estados de Rondônia e de Mato Grosso. Por isso, atualmente o povo Puruborá encontra-se disperso por várias cidades de Rondônia, entre elas: Costa Marques, Seringueiras, São Francisco do Guaporé, São Miguel do

Guaporé, Ji-Paraná, Ariquemes, Porto Velho e Guajará-Mirim; e ainda para fora do estado de Rondônia, no distrito de Guariba, município de Colniza em Mato Grosso.

A dispersão do povo Puruborá não nos remete apenas a omissão dos direitos legalmente conquistados pelos povos indígenas no país. Remete-nos também ao fato de que o território Puruborá era o espaço que permitia a produção da existência desse povo indígena. Assim, após ser expropriado de seu território, também foi expropriado do direito de viver coletivamente, de manter sua cultura, sua identidade, seus valores, sua cosmologia, sua relação diferenciada e respeitosa com a natureza e a transmissão de seus saberes ancestrais para as gerações mais novas.

Apesar disso, Dona Emília, matriarca do povo Puruborá, após a terceira expulsão do território Puruborá na década de 1990, como forma de resistência, adquiriu com a ajuda de seu companheiro uma parte de terra pertencente ao seu próprio território. Na década de 2000, com a ajuda do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), esse povo indígena "ressurgi"[128] e inicia um processo de luta a favor do reconhecimento identitário, a revitalização da cultura, a (re)demarcação do seu território e a concretização dos seus direitos indígenas.

Diferentes registros divergem acerca do total de pessoas que se auto reconhecem como indígenas Puruborá: 200 (CATHEU, 2002); 400 (COMIN, 2007); entre 200 a 1000 (VELDEN, 2016) e outros. Considerando a necessidade de delimitação do *lócus* de pesquisa, a quantidade de indígenas Puruborá e o comprometimento de querermos dar visibilidade para a história e existência do povo Puruborá, nosso campo empírico diz respeito aos habitantes da aldeia Aperoi em Seringueiras, Rondônia, única aldeia do povo e que é formada por um conjunto de propriedades rurais particulares localizadas nas margens da BR 429[129], entre elas o "pedaço de terra" adquirido por Dona Emília, tida como referência para as e os Puruborá, especialmente, devido sua resistência em permanecer no seu território. Inclusive, a pedido da anciã, Dona Emília foi enterrada no cemitério do povo Puruborá localizado na aldeia.

[128] Entendido a partir da apropriação do conceito de ressurgido definido por Amorim (2010): "sair do anonimato", "dar-se a conhecer", "apresentar-se" e "levantar-se" como indígenas ao órgão oficial e à sociedade local, após um período sem o fazer.
[129] Além das casas, das roças, da mata e do rio, a aldeia Aperoi possui um campo de futebol e o cemitério do povo.

A aldeia Aperoi possui 29 pessoas, distribuídas em oito famílias, sendo que intencionamos envolver todas elas em nossa pesquisa. Uma de nossas identificações e que será analisada em nossa pesquisa é o fato de que ao esquematizarmos os dados genealógicos das e dos habitantes da aldeia, percebemos que todas elas estão ligadas diretamente a Dona Emília (filho e filhas, netos e netas, sobrinho e sobrinha).

As moradias da aldeia Aperoi não são ocas, malocas ou outras construções consideradas tradicionais, que persistem em vários povos indígenas do Brasil. As casas são normalmente construídas de madeira. Elas possuem piso de cerâmica ou "queimado" e são cobertas por eternit, madeira e/ou telhas de barro, não sendo forradas. As casas normalmente contam com quartos, sala, cozinha, área e banheiro e são margeadas por muitas plantas – arbóreas, ornamentais, frutíferas, floríferas, artesanais e medicinais.

O povo Puruborá mantém a prática da caça e da pesca, no rio Manoel Correia, localizado na fundiária da aldeia, e em outros espaços. Percebemos que as famílias da aldeia Aperoi criam animais como galinhas para o consumo familiar e gatos e cachorros, como animais de estimação. Algumas famílias também cultivam roças – especialmente milho, feijão, inhame, café –, que são utilizadas para o consumo e outras exclusivamente para a venda como é o caso do inhame. Todas as famílias possuem hortas nos terreiros de suas casas.

Algumas famílias produzem determinados alimentos nas terras que estão sob sua posse atualmente. Entretanto, as e os indígenas compram óleo, arroz, feijão, fubá, açúcar, sal, macarrão, bolacha, manteiga e farinha, e alguns itens de higiene e limpeza, como amaciante, água sanitária, desinfetante, papel higiênico e sabonete (com exceção de sabão em pó, pedra e líquido que as Puruborá fazem) nas cidades próximas, especialmente, Seringueiras e São Francisco do Guaporé.

Grande parte das pessoas da aldeia trabalha com a criação de gado para a retirada de leite, que é vendido para um laticínio da região. Outras vivenciam o trabalho assalariado, fazem diárias para os fazendeiros da região, confeccionam artesanato, "mexe" com costura – esses dois trabalhos são realizados predominantemente pelas mulheres.

Assim como Menezes (2016), percebemos um protagonismo feminino na aldeia Aperoi, como por exemplo, o fato de Dona Emília ser a matriarca do povo e

resistente à expulsão de seu território, e Hozana ser a cacique. Esse protagonismo pode estar relacionado ao fato de a maioria das pessoas adultas Puruborá residentes na aldeia Aperoi serem mulheres.

A aldeia conta com a presença da Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Ywará Puruborá, que atende de 1º ao 5º ano ligada a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) do município de São Francisco do Guaporé, e com atendimento da saúde indígena institucionalizada por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). A aldeia não tem um posto de saúde, que segundo Garnelo (2012), é a unidade mais simples da estrutura de saúde indígena no país. Apesar de existir o atendimento institucionalizado de saúde, no cotidiano da aldeia persiste a prática de utilização de ervas e plantas medicinais para gripes, dores, queimaduras, entre outros.

Embora alguns e algumas Puruborá são considerados falantes e/ou sabedores da Língua Puruborá, que é uma língua isolada e quase extinta dentro do tronco Tupi (MONSERRAT, 2005), as e os Puruborá são falantes da Língua Portuguesa, utilizando-a nas relações entre si e entre as outras pessoas fora da aldeia.

Percebemos uma relação direta e/ou indireta de agentes externos com as pessoas da aldeia Aperoi, entre eles, o CIMI, o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN), a SESAI, a SEDUC, a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento científico e de distintas universidades públicas brasileiras. Embora existam relações desses agentes externos com os habitantes da aldeia, elas não se concretizam e, tão pouco, apresentam finalidades iguais. Nesse texto não nos aprofundaremos nessas questões e, por isso, escolhemos apenas citar a presença desses agentes na existência da aldeia.

Identificamos que para as e os Puruborá não há o reconhecimento da identidade indígena sem o reconhecimento do seu território tradicional, já que possuir o território remete a revitalização da identidade e da cultura Puruborá e a possibilidade de reagrupamento de todo povo, logo, a produção da existência de acordo com princípios que julgam importante, tais como a solidariedade, a união etc. (OLIVEIRA, 2015).

Neste sentido, de acordo com Montanha (2014, p. 19), o povo Puruborá evidencia "[...] a luta pela redemarcação do território tradicional como uma das reivindicações mais relevantes, pois somente com a demarcação e proteção do território indígena a etnia Puruborá poderá garantir a sobrevivência material e cultural enquanto povo". Por isso, essa é a principal pauta de discussão nas assembleias anuais desse povo indígena e de luta em todos os espaços em que elas e eles estão, particularmente nos eventos e debates acerca dos direitos indígenas ocorridos local, regional e nacionalmente.

Percebemos que as e os Puruborá da aldeia Aperoi expressam desejo e anseio de terem seu território (re)demarcado – que será reflorestado por elas e eles –, bem como, ter toda a população Puruborá junta, trabalhando, plantando, aprendendo. Esse devir se manifesta cotidianamente nas conversas entre as pessoas da aldeia.

Nas nossas idas a campo, vivências, conversas, entrevistas e oficina já realizadas, identificamos alguns elementos que se contrapõem ao modo de produção capitalista, entre eles, o trabalho coletivo, a detenção de meios de produção por parte das e dos Puruborá, a não exploração do trabalho de outrem, a organização e realização do trabalho de acordo com a necessidade das e dos habitantes das comunidades etc.

Entretanto, não podemos idealizar e desconsiderar a existência de contradições e conflitos na aldeia, especialmente, devido à presença do trabalho assalariado, da incorporação da pecuária e da venda de leite para um laticínio da região, das diárias feitas para alguns fazendeiros vizinhos, entre outros.

Percebemos que esse povo indígena está fazendo o movimento de revitalização da sua cultura ancestral, em que, por meio de ações coletivas, está realizando a observação e registro – inclusive incorporando a escrita como um elemento importante nesse processo – dos conhecimentos e vivências anteriores aos processos de expulsão do território Puruborá, e que estão sendo transmitidos no cotidiano da aldeia Aperoi por meio da escola do povo, das conversas, das assembleias e de outros momentos e espaços.

A existência do povo Puruborá na aldeia, seu modo de vida, seus valores, seus saberes, sua solidariedade, sua comensalidade, sua relação respeitosa com a natureza, entre outros, evidencia sua resistência frente ao modo de produção

capitalista. As lutas e resistência desse povo indígena, nos permite entender o significado e a relação com a onça, animal comum na Amazônia, conhecida pela sua força e resistência.

Neste texto, entendemos como resistência, a postura de mulheres e homens buscar manterem suas identidades, culturas, saberes etc. mesmo diante de um processo de negação, proibição e morte. Assim, nossa compreensão coaduna com a explicação dada por André (1988, p. 36), pois para ela resistência é "[...] um conjunto de práticas, exercidas por grupos subordinados, que se expressam sob a forma de oposição, numa tentativa de barrar a dominação, de não perder sua identidade e seus costumes". A autora destaca ainda que a resistência aparece mediante os comportamentos contraditórios e ambíguos e as situações conflituosas, que estão presentes na nossa sociedade.

Neste sentido, o povo Puruborá é um povo indígena resistente e isso é perceptível quando uma de nossas entrevistadas afirma que "a gente sempre soube, né, desde criança a gente sabia que a gente era indígena" (Entrevista, 13/10/2017)[130] ou como nos revelou a cacique Puruborá Hozana durante nossa pesquisa de mestrado "[...] desde quando me entendi por gente, eu sabia que eu era índia, porque minha mãe e meu pai falava, né? E eu quando tive meus filhos eu falava pra eles também" (Entrevista, 04/09/2014).

Dialeticamente, também entendemos como resistência o processo de negação das identidades, culturas, saberes etc. utilizado por mulheres e homens, ao longo de décadas, como uma estratégia de sobrevivência devido ao preconceito e aos constantes massacres contra elas e eles, como é o caso dos povos indígenas (CIMI, 2014).

É o que aconteceu com esse povo, que apesar de negar a sua identidade indígena, já que como veremos no relato de Hozana "não podia falar que era índio", ela sempre esteve presente, e, por isso, as e os Puruborá estão em luta para acessar seus direitos legalmente garantidos.

> Nós não tinha assim como ir buscar, a gente não sabia o meio de buscar essa legalização, assim, da gente ser indígena, porque minha mãe ela contava assim, que a gente não podia falar que era índio,

[130] Apesar de termos autorização para revelar os nomes das e dos participantes da nossa pesquisa, considerando que ela ainda está em desenvolvimento, decidimos não revelar a identidade das e dos participantes nesse texto.

> porque eles matavam. A gente já nasceu sabendo dessas coisas, né? A gente sabia que era índio, mas não podia dizer. Aí do momento que a gente passou a saber que podia dizer que era índio, aí pronto, minha filha, aí eu fui buscar meus direitos, já que é direito, tá na Constituição, né? E a gente vai buscar. Que eu falo assim: "eu não quero nada do que é de ninguém, eu só quero que é meu de direito". (Entrevista, 04/09/2014).

Assim, como indicado por Ferreira (2007, p. 18, grifo do autor), entendemos a resistência como "[...] uma forma de luta de classes, que exige pouca ou nenhuma coordenação, e que se viabiliza por uma série de 'técnicas': sabotagem, dissimulação, furto e etc." Desta forma, o povo Puruborá persiste em ser e existir de maneira resistente e no decorrer de sua história, manifestou e ainda manifesta sua resistência cotidianamente: se organiza e reivindica os seus direitos indígenas – (re)demarcação do território, reconhecimento identitário, revitalização da cultura, educação escolar e saúde institucionalizada específicas, diferenciadas e que atendam as suas necessidades.

Compreendemos enquanto manifestações de resistência desse povo indígena por um lado, a aquisição de pedaços de terra localizados em seu território tradicional enquanto os órgãos competentes não concluem os estudos e o demarquem oficialmente e, por outro, a construção da escola indígena do povo, localizada na aldeia, embora a SEDUC tivesse afirmado anteriormente que somente a construiria após a demarcação do território Puruborá.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo nos debruçamos sobre reflexões oriundas da nossa pesquisa de doutorado com o povo Puruborá da aldeia Aperoi em Seringueiras, sendo vinculada ao GEPTE/PPGE/UFMT. O GEPTE tem desempenhado um papel importante junto aos povos e comunidades tradicionais, especialmente os da baixada cuiabana, realizando pesquisas comprometidas com esses povos e comunidades.

Julgamos o materialismo histórico dialético como o método importante para a concretização de nossa pesquisa, pois além de buscar ir além da realidade aparente e dos fenômenos apresentados, é um método que considera as contradições existentes entre os seres humanos, as condições materiais de

existência e as relações estabelecidas cotidianamente. O utilizamos ainda enquanto postura e práxis. Acreditamos que os instrumentos utilizados em nossa pesquisa estão contribuindo para alcançarmos o seu objetivo.

Percebemos que povo Puruborá vem construindo sua existência por meio da resistência – material e imaterial – frente ao modo de ocupação e colonização do Estado de Rondônia, modo esse ancorado na expansão e desenvolvimento capitalista.

Embora o povo Puruborá tenha sido quase dizimado após o contato, ocorrido em 1909 e alvo de tentativa de "desestruturação" do seu modo de vida, organização social e ambiental, este povo indígena tem existido e resistido, uma vez que estão na luta pela demarcação oficial do seu território – considerando que foi expulso por três vezes do seu território –, pelo reconhecimento identitário – já que foi desconsiderado como indígena na década de 1990 pela FUNAI, devido à miscigenação –, pela revitalização de sua cultura – pois foi expropriado e proibido de manter sua cultura, sua identidade, seus valores, sua cosmologia, sua transmissão de saberes ancestrais para as novas gerações – e garantia dos seus direitos legalmente conquistados – como uma educação escolar e uma saúde institucionalizada diferenciadas e que atendam suas necessidades.

Assim, além da resistência, a existência do povo Puruborá na aldeia Aperoi nos remete aos saberes que as e os Puruborá ainda mantêm e estão resgatando junto aos anciãos vivos do grupo. São saberes transmitidos pela observação e pela oralidade – e também pela escrita – sobre a língua Puruborá, sobre caçar, pescar, criar alguns animais, cuidar da casa, das plantas, dos animais e da mata, fazer artesanato, produzir a tinta de jenipapo para as pinturas tradicionais, fazer remédios utilizando ervas e plantas medicinais etc. Sua existência remete-nos também aos saberes do contato e pós ele e da resistência frente a um processo esmagador da diversidade e das culturas.

São saberes coletivamente construídos, que cada dia mais têm sido sistematizados e utilizados pelas e pelos habitantes da aldeia, a partir da apropriação da escrita, e que estão servindo de instrumento para o povo Puruborá perpetuar seu modo de produção da existência e, quiçá, contribuir na superação da atual sociedade.

Desta forma, esses saberes não são neutros e possuem sentido político: a superação dessa sociedade e a construção de uma nova, em que haja solidariedade, igualdade e liberdade para todas as mulheres e homens e o pleno desenvolvimento de todas as pessoas. Enfim, são saberes da existência e resistência Puruborá.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Siloé Soares de. **Os Kalankó, Karuazu, Kaoipanká e Katokinn:** resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano. Porto Alegre, 2010, 431f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. O repensar da didática a partir do estudo da dominação e resistência no cotidiano escolar. **R. Fac. Educ**., São Paulo, v. 14, n. 1, p. 35-41, jan./jun. 1988.

ANTUNES, Ricardo. Apresentação. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels (volume 1). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 7-10.

BARBOZA, José Joaci. Puruborá: narrativas de um povo ressurgido na Amazônia. In: **XI Encontro Nacional de História Oral**, Rio de Janeiro, 2012, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1339991713_ARQUIVO_PuruboraNarrativasdeumPovoRessurgidonaAmazonia.pdf. Acesso em: 08 ago. 2013.

CAETANO, Edson. Considerações sobre o binômio trabalho e educação: um olhar pantaneiro. **Trabalho necessário**, ano 9, n. 13, edição especial, p. 1-17, 2011. Disponível em: http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN13UFMT.pdf. Acesso em: 11 jul. 2016.

CATHEU, Gil de. **Puruborá:** mais um povo ressurgido em Rondônia. Conselho Indigenista Missionário de Rondônia (CIMI-RO), 2002. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=4615. Acesso em: 16 mar. 2014.

CIAVATTA, Maria. Mediações do mundo do trabalho: a fotografia como fonte histórica. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (Org.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. p. 119-142.

CONSELHO DE MISSÃO ENTRE POVOS INDÍGENAS (COMIN). **Povo Puruborá-RO se organiza para resgatar sua identidade e reconquistar suas terras**

tradicionais. 2007. Disponível em: http://comin.org.br/noticias/noticia/id/90. Acesso em: 22 jul. 2015.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Por uma educação descolonial e libertadora:** manifesto sobre a educação escolar indígena no Brasil. Brasília: CIMI, 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; SILVA, Viviane Capezzuto Ferreira da; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; ANDRADE, Daniela. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; São Paulo: USP, 2000.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels (volume 1). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.13-29.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Ordem e Anarquia na Sociologia: percepções da mudança social e luta política. In: FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e Resistência Indígena:** Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro. Rio de Janeiro, 2007, 420f. Tese (Doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p. 16-55.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

GARNELO, Luiza. Política de Saúde Indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implantação do subsistema de atenção à saúde. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (Orgs.). **Saúde Indígena**: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012. p. 18-58.

KOSÍK, Karel (1926). Dialética da totalidade concreta. In: KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 13-64.

MARX, Karl. Caderno I, [I] Salário. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 23-38.
MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 255-275.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Feuerbach e história – rascunhos e anotações: do fim de novembro de 1845 a meados de abril de 1846. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 29-81.

MENEZES, Tarsila dos Reis. **"O passado, o presente e o futuro nas plantas Puruborá (Rondônia)"**. São Carlos, SP, 2016, 237f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)– Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2016.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. Notícia sobre a Língua Puruborá. In: RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara (Orgs.). **Novos estudos sobre línguas indígenas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p. 9-22.

MONTANHA, Gisele de Oliveira. **Mitos do povo Puruborá**. Ji-Paraná, RO, 2014, 37f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Educação Básica Intercultural)– Fundação Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná, RO, 2014.

OLIVEIRA, Anatália Daiane de. **Escolarização indígena e identidade Puruborá:** contribuições da escola para um povo ressurgido/resistente na Amazônia. Porto Velho, 2015, 232f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **História:** Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia. 6 ed. Porto Velho: Dinâmica Editora e Distribuidora Ltda, 2007.

RANIERI, Jesus. Apresentação. In: MARX, Karl (1818-1883). **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 11-17.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 405-428, maio/ago. 2015. Disponível em: http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/2440/1706. Acesso em: 06 jul. 2017.

VELDEN, Felipe Vander. Serão eles o que a gente foi? Karitiana, Puruborá e dois povos indígenas isolados em Rondônia. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 8, n. 2, p. 105-120, dez. 2016. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/26664/18869. Acesso em: 19 ago. 2017.

VELDEN, Felipe Vander; GALUCIO, Ana Vilacy; MENEZES, Tarsila dos Reis. Nome e população. In: VELDEN, Felipe Vander; GALUCIO, Ana Vilacy; MENEZES, Tarsila dos Reis. **Puruborá**: Instituto Socioambiental / Povos Indígenas no Brasil, 2015. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/povo/purubora/2389. Acesso em 26 ago. 2017.

EXPERIÊNCIAS EMPÍRICAS DE UM ESTUDIOSO RURAL

Gabriela Barreto Mota[131]; Larissa de Souza Pereira[132]; Vanessa Oliveira Barreto[133]; Viviane de Jesus Carneiro[134]; Tainã Mamede[135]

RESUMO: Por caracterizar-se como uma das principais atividades rurais, a agricultura familiar tem papel crucial na vida de grande parte dos habitantes do meio rural. Considerando o manejo dos solos como o fator precípuo para a realização dessa atividade, têm-se a necessidade de conhecer a sua constituição e seu funcionamento. Baseado nisso, objetivou-se observar e relacionar o conhecimento prático dos agricultores da comunidade de Quatro Estradas, aliando-o ao conhecimento teórico visto em sala, pretendendo com isso, solucionar determinados problemas enfrentados por eles. Para isso, foi realizada uma entrevista semiestruturada tendo como base tópicos trabalhados anteriormente em sala de aula, como: Adubação; Mudanças climáticas; caracterização do solo; Incentivos governamentais e técnicas de manejo. A partir destes tópicos, realizou-se em campo, um diálogo informal com o agricultor e constatou-se a grande diversidade de espécies cultivadas nos quintais agrícolas dos agricultores, assim como as aplicações de técnicas com princípios agroecológicos.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Solos; Diversidade.

1 INTRODUÇÃO

"A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização no Brasil, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume um papel de renovação" (WANDERLEY, 2001: 21).

Segundo Mendes et al. (2005), a agricultura familiar é caracterizada por possuir um caráter multifuncional, tendo em vista que essa modalidade produtiva, além da produção de alimentos e matérias-primas, é também responsável por

[131] Graduanda do curso de Agronomia, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia – E-mail: gabi_118@outlook.com;
[132] Graduanda do curso de Agronomia, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia – E-mail: lary_xique@hotmail.com;
[133] Graduanda do curso de Agronomia, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia – E-mail: vanessabarretool@gmail.com;
[134] Graduanda do curso de Agronomia, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia – E-mail: vivianedjcarneiro@gmail.com.
[135] Docente do curso de Agronomia, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia – E-mail: tai_bio@yahoo.com.br;

desempenhar funções econômicas tradicionalmente atribuídas ao setor, favorecer o caráter social e ambiental das comunidades, bem como, a preservar a paisagem e as tradições culturais.

O presente trabalho foi elaborado após uma visita técnica realizada na comunidade de Quatro Estradas, localizada no município de Amélia Rodrigues-BA, onde a agricultura familiar é a principal atividade realizada pela população. Sabendo-se disto, estabeleceu-se como objetivo principal, adquirir e estabelecer uma troca de conhecimento, com base na realidade vivenciada pelos agricultores da região, bem como analisar e relacionar os problemas e as dificuldades enfrentadas por eles, principalmente no que diz respeito ao manejo do solo, a partir dos conhecimentos pedológicos adquiridos em sala.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado por graduandos do segundo semestre, do curso de Agronomia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), fundamentado nos procedimentos metodológicos orientados pela professora Tainã Mamede, que ministra a disciplina EXA520- Pedologia I, o qual houve uma visita de campo realizada no dia 23 de abril de 2016 na residência de um agricultor familiar, situada na Comunidade de Quatro Estradas, em Amélia Rodrigues-BA, localizada à 84km de Salvador. A comunidade apresenta aproximadamente 300 famílias, segundo informações coletadas pelo Centro Agroecologico Rio Seco (CEARIS) mantindo pelo grupo NEA-Trilhas da UEFS localizado em área adjacente a comunidade.

Foi possível estabelecer uma conversa informal com a comunidade visitada e a partir disto foi feita uma entrevista semiestruturada com um agricultor familiar (Figura 1)

Figura 1- Aplicação da entrevista semi-estruturada

Alguns dos tópicos abordados foram pré-definidos em sala de aula, deixando livre a realização de outros questionamentos que surgissem no decorrer da entrevista, propiciando a troca de informações entre os alunos e os agricultores. A partir dos tópicos escolhidos algumas perguntas foram elaboradas em sala a saber:

- Qual tipo de adubação utilizada?
- Como é feita a adubação?
- Utilização de produtos químicos e/ou orgânicos?
- Atividade de subsistência ou para fins comerciais?
- Houveram mudanças no regime das chuvas?
- Quais os tipos de culturas cultivadas na proriedade?
- Quais são as culturas mais adaptadas à região?
- Realiza-se atividade pecuária ou apenas agrícola?
- Há quanto tempo atua como agricultor?
- Existe apoio governamental ou de instituições filantrópicas?

3 RESULTADOS PARCIAIS/FINAIS

Segundo o relato do entrevistado, desenvolvedor de práticas e experiências com árvores frutíferas em sua propriedade, os solos da região onde está situado o CEARIS, e da sua comunidade denominada Quatro Estradas,

possuem textura arenosa em sua grande maioria, apenas se diferenciando pela quantidade de matéria orgânica, evidenciada pela cor escura que apresentam. As regiões com maiores teores de matéria orgânica, de acordo com o agricultor, possuíam tonalidades mais escuras. Já nos locais, onde o agricultor afirma que existe uma deficiência da matéria orgânica, a tonalidade dominante é a acinzentada. De acordo com estas observações feitas por ele, verifica-se um certo conhecimento empírico sobre alguns aspectos morfológicos do solo, especialmente os atributos diagnósticos cor e textura. Segundo a Embrapa Solos, 2014, os atributos diagnósticos são fundamentais, já que são utilizados para identificação e classificação dos solos.

De acordo com a EMBRAPA (1973) os solos da Região de Amélia Rodrigues, e de parte da sua região circundante, estão classificados como Vertissolos e Argissolo Vermelho Amarelo, sendo os primeiros caracterizados por serem solos minerais não-hidromórficos, pouco permeáveis, apresentando 30% ou mais de argila ao longo do perfil e terem alta capacidade de troca catiônica (CTC), e o último por ser também solos minerais não-hidromórficos, com a presença dos horizontes A ou E (horizonte de perda de argila, óxidos de ferro ou matéria orgânica) de coloração clara seguido pelo horizonte B textural (horizonte caracterizado pelo acúmulo de argila), apresentando uma nítida diferença de cor entre esses horizontes (Embrapa, 2014).

Esses tipos de solos, principalmente, quando apresentam um baixo teor de matéria orgânica, demandam algumas práticas como a adubação verde e uso de cobertura morta, que propiciem uma melhoria nas propriedades físico-químicas do solo, como por exemplo, uma maior aeração aliada ao aumento da permeabilidade da água ao longo do perfil e o aumento da microbiota do solo. O agricultor alegou já ter trabalhado como assalariado com o modelo de agricultura convencional, onde utilizava a adubação química, que segundo o mesmo, proporcionava um resultado à curto prazo e favorável aos cultivos, mas que à longo prazo trazia prejuízos ao solo, como por exemplo, a diminuição da fertilidade. Em contrapartida, em sua propriedade, o agricultor sempre fez uso da adubação orgânica, que de acordo com ele, além de não prejudicar o solo, fornece os nutrientes necessários para o desenvolvimento das culturas cultivadas, além da conservação.

A agricultura convencional está baseada na tecnologia de produtos como inseticidas, herbicidas, fungicidas e adubos solúveis, enquanto a agricultura orgânica trabalha com a tecnologia de processo e conjunto de procedimentos que envolvem a planta, o solo e as condições climáticas (PENTEADO, 2003). O modelo agroecológico, além de integrar a sustentabilidade às dimensões sociais, econômicas e ambientais, pode aumentar a biodiversidade do solo, aliviar preocupações ambientais e melhorar a segurança alimentar por meio da eliminação das aplicações de produtos químicos sintéticos (TU, et al. 2006).

A adubação realizada na propriedade é feita com o uso de esterco bovino e compostagem. O primeiro, embora seja uma prática largamente utilizada por pequenos produtores desde os primórdios da agricultura, perdeu força após o surgimento dos adubos minerais. No entanto devido à retomada do olhar ambientalista da população, este tem recuperado o prestígio, aumentando sua utilização consideravelmente (SAMPAIO *et al*., 2007). Além disso, caracteriza-se por ser uma excelente alternativa de baixo custo para a manutenção dos nutrientes do solo, (principalmente os macronutrientes N e P). O esterco ainda apresenta características positivas relacionadas ao manejo do solo, pois realiza interações benéficas com microrganismos, diminuindo a sua densidade aparente, favorecendo a sua estrutura e a estabilidade de seus agregados, bem como aumenta a capacidade de infiltração de água, a aeração e melhora a possibilidade de penetração radicular, permitindo assim que as culturas se desenvolvam de maneira mais adequada (ANDREOLA *et al*., 2000).

Já a compostagem, processo anaeróbio controlado que resulta na degradação e estabilização biológica da matéria orgânica, obtido através de reações bioquímicas, por meio do aquecimento e liberação de calor, e maturação, onde se estabelece o processo de humidificação, ou seja, a conversão em húmus, definido como todas as substâncias que são formadas na decomposição e fermentação da matéria orgânica de origem vegetal e animal, ou por meio da ação de certos agentes químicos sobre essa matéria orgânica (OLIVEIRA, SARTORI e GARCEZ, 2008). Todo esse processo origina um importante complexo de nutrientes minerais e estruturais favorecendo a fertilidade e as propriedades físicas químicas e biológicas do solo, fornecendo assim compostos orgânicos que nutrem especialmente as plantas e outros microrganismos (KHATOUNIAN, 2001).

As transformações químicas sofridas pelos resíduos orgânicos, devido às condições de umidade, temperatura, pH, aeração e ações da microbiota do solo, resultam na liberação de nutrientes como nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio e magnésio, que antes imobilizados na forma orgânica, transformam-se em minerais, tornando-se disponíveis para as plantas num processo conhecido como mineralização. Segundo Nascimento et al. (2005), as vantagens desse processo vão desde a ligação da matéria orgânica às partículas sólidas do solo, ajudando na retenção e drenagem do solo melhorando sua aeração, "melhorando da saúde do solo", aumento a capacidade de infiltração de água, reduzindo a erosão, dificuldade ou impedimento da germinação de sementes de plantas invasoras; aumento o número de minhocas, insetos e microorganismos desejáveis, devido a presença de matéria orgânica, reduzindo a incidência de doenças de plantas; manutenção da temperatura e os níveis de acidez do solo; aproveitamento agrícola da matéria orgânica; processo ambientalmente seguro; à eliminação de patógenos e etc. Na propriedade essa compostagem é feita através do uso de folhas, galhos de árvores, restos de vegetais e estrumes de animais.

Embora o uso do esterco de galinha ser refutado pelo agricultor, onde este alega que esse composto agride às plantas, de acordo com Kiehl (1985) esse tipo de esterco é mais rico em nutrientes que os de outros animais domésticos. Segundo o mesmo autor, somando-se os teores de nitrogênio, fósforo e potássio contidos no esterco destas aves e, comparando-os com o total encontrado nas dejeções dos mamíferos, verifica-se que o de galinha é duas a três vezes mais concentrado em nutrientes. Por conta disso, se utilizado em quantidades elevadas, pode tornar o ambiente tóxico para as plantas, sobrecarregando o sistema e dificultando a sua absorção de nutrientes.

Uma importante prática também observada na propriedade é o uso da serrapilheira, caracterizada como uma camada de folhas que cai sobre o solo. A sua formação e decomposição, são essenciais para o sistema solo - planta por possibilitar a formação de um novo horizonte pedológico, em condições que favorecem o desenvolvimento vegetal. Além disso, a sua degradação, é um dos principais condicionantes da ciclagem de nutrientes no solo (ANDRADE, 2003).

Outro aspecto importante observado na visita, foi a total recusa do produtor ao uso de material mineral para adubação. Isto denota o envolvimento

deste com grupos de valorização agroecológica, a exemplo do CEARIS vinculado a UEFS. O vasto conhecimento que o agricultor possui sobre a importância da adubação para o desenvolvimento das plantas e os efeitos que ela causa ao solo é vital para a manutenção do seu quintal agroecológico. Além disso, foi observado que na propriedade há uma grande diversidade de cultivos, tais como pimenta da Jamaica e espécies frutíferas como cupuaçu, açaí, groselha, jabuticaba, carambola, graviola, abacate jaqueira, entre outras, favorecendo assim a biodiversidade local (Figura 2).

Figura 2 – Espécies frutíferas em quintal agroecologico

O agricultor também utiliza diversas técnicas de propagação, como a enxertia, afim de obter uma maior diversidade de espécies.

Ainda na propriedade, parte da área é utilizada para a plantação de culturas rápidas, como milho, mandioca, batata, feijão, por conta principalmente da falta de espaço, enquanto outra parte é utilizada apenas para o plantio de espécies arbóreas (algumas nativas, como a ingazeira) com o intuito de preservação do meio ambiente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações passadas pelo agricultor, percebe-se que este detém um vasto conhecimento empírico, obtido através da sua vivência em campo, que auxilia efetivamente na manutenção do seu “quintal agroecológico”. Além disso,

há a valorização de técnicas de manejo sustentáveis que são praticadas por ele em sua propriedade, optando por fazer uso de adubação orgânica, com a aplicação de esterco bovino, serrapilheira e compostagem. Por outro lado, este afirma que a adubação química só é utilizada em casos emergenciais, devido ao elevado custo. O agricultor ainda apresenta uma série de conhecimentos acerca dos solos, principalmente os da sua região, relacionando os atributos diagnósticos, cor e textura ao grau de fertilidade do solo, e às técnicas de manejo adequadas para cada solo específico, explicitando as aptidões e deficiências dos mesmos.

Contudo, é perceptível a importância do acompanhamento profissional nessa atividade, através de práticas extensionistas, cabendo aos profissionais atuantes nas áreas que envolvem a agricultura familiar, a responsabilidade de agregar conhecimento teórico e científico ao conhecimento prático desses agricultores.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Autor: SILVA, Edson B. da. abr. de 2018

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. G.; TAVARES, S. R. L.; COUTINHO, H. L. C. Contribuição da Serrapilheira para Recuperação de áreas degradadas e para a manutenção da sustentabilidade de sistemas agroecológicos. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 24, n. 220, p. 55, 2003.

EMBRAPA, **Adubos e Corretivos**. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/tomate/arvore/CONT000fa2qor2v02wx5eo01xezls9xq8p5g.html>. Acesso em 05 de maio de 2016.

EMBRAPA, **Sistemas de Produção – Agricultura familiar**. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Algodao/AlgodaoAgriculturaFamiliar/solos.htm>. Acesso em 05 de maio de 2016.

EMBRAPA. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos. **Práticas de conservação de solos**. Rio de Janeiro: 1980. 88 p. (SNLCS. Miscelânea, 3).

EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília: Embrapa-SPI; Rio de Janeiro: Embrapa-CNPS, 1999. 412p.

Globo Rural, **Cama de Frango Vira Adubo**, 2011. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI246995-18289,00-CAMA+DE+FRANGO+VIRA+ADUBO.html>. Acesso em 05 de maio de 2016.

HOLANDA, J.S. **Esterco de curral: Composição, preservação e adubação**. Natal, EMPARN, 1990. 69p. (Documentos, 17).

KIEHL, E. J. **Fertilizantes orgânicos**. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1985. 492p.

MALAVOLTA, E. **Manual de química agrícola: adubos e adubação**. 3. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1981. 596 p.

OLIVEIRA, E. C. A.; SARTORI, R. H.; GARCEZ, T.B. **Compostagem.** Escola Superior de Agricultura de Quieroz – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

PENTEADO, Silvio Roberto. **Introdução a agricultura orgânica**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003.

SANTOS, Graciela C. dos; MONTEIRO, Magali. Sistema Orgânico de Produção de alimentos. **Alim. Nutr**., Araraquara, v. 15, n.1, p. 73-86, 2004.

SAMPAIO, E. V. S. B. et al. **Eficiência da Adubação Orgânica com Esterco Bovino e com Egeria Densa.** Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

SILVA, T.O.; MENEZES, R.S.C.; TIESEN, H.; SAMPAIO, E.V.S.B.; SALCEDO, I.H.; SILVEIRA, L.M. Adubação orgânica da batata com esterco e/ou Crotalaria juncea. I - Produtividade vegetal e estoque de nutrientes no solo em longo prazo. **Revista Brasileira de Ciência do Solo,** v.31, p.39-49, 2007.

VOZ E VEZ AO COLETIVO CULTURA E ARTE DO CABULA (CULTARTE): UMA EXPERIÊNCIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Helaine Pereira de Souza[136]; Maria de Fátima Araújo Frazão[137]

RESUMO: O presente artigo aborda a economia solidária e turismo de base comunitária em comunidades populares, especificamente a experiência do Coletivo Cultura e Arte do Cabula, formado por um grupo de mulheres artesãs residentes em bairros do Cabula e entorno, em Salvador, Bahia, empoderam-se para lidar com vulnerabilidades e desigualdades socioeconômicas. Cabula e entorno refere-se a dezessete bairros populares que fazem parte das ações do projeto Turismo de Base Comunitária do Cabula realizado por pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares fomentando o diálogo saber científico e popular, orientado por princípios teórico-metodológicos da economia solidária e do turismo de base comunitária; objetivando analisar esta experiência como alternativa para o fortalecimento e empoderamento de mulheres em comunidades populares, neste estudo de caso demonstra-se que as artesãs engajadas pela cooperação, solidariedade e participação buscam alternativas de trabalho e renda no enfrentamento aos problemas e entraves.

Palavras-chave: Economia Solidária. Empoderamento. Turismo de Base Comunitária.

1 INTRODUÇÃO

O papel das mulheres na esfera produtiva contemporânea tem evidenciado aspectos de vulnerabilidades e desigualdades socioeconômicas, particularmente aquelas à margem de ocupações formais. No processo de organização do trabalho e obtenção de renda emergem iniciativas de mulheres organizadas pelos princípios da economia solidária e do turismo de base comunitária em comunidades populares urbanas, não apenas para produzir, mas também para trocar saberes e fazeres, pelo engajamento participativo e coletivo dos seus membros, resistência e enfrentamento, põem à luz os problemas e entraves do cotidiano da realidade socioeconômica das metrópoles brasileiras.

Economia solidária preconiza a posse coletiva dos meios de produção integrantes dos empreendimentos, a gestão democrática e o usufruto de todos no resultado do trabalho realizado coletivamente, na perspectiva de gerar trabalho e renda. O turismo de base comunitária pressupõe a organização, planejamento e

[136] Doutora. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. E-mail: helainep.souza@hotmail.com.
[137] Mestre. Universidade do Estado do Bahia. E-mail: fathima.frazao@gmail.com.

operacionalização pelas comunidades envolvidas no processo turístico com autonomia e autogestão do coletivo, princípios inerentes a economia solidária.

Em iniciativas solidárias e comunitárias o desafio de inserir um olhar na perspectiva de gênero sobre questões de discriminação, subordinação e silenciamento das mulheres, enseja o empoderamento como possibilidade de construção de relações que, não somente respeitem as diferenças, mas oportunizem igualdade de acesso a direitos, a participação e a tomada de decisão, haja visto representarem espaços ocupados cada vez mais por mulheres, um "terreno privilegiado para exercitar novas práticas e proporcionar vivências de igualdade e de autonomia para as mulheres"(NOBRE, 2003, p.211) que ainda carece de estudos sobre o potencial da participação feminina.

A partir desta interlocução emerge o problema que norteia esta investigação pesquisa: De que forma mulheres em comunidades populares se organizam em empreendimentos solidários para ter vez e voz?

O interesse em aprofundar estudos sobre as temáticas decorre da atuação das pesquisadoras em formação e fomento de empreendimentos populares femininos no contexto da economia solidária e do turismo de base comunitária e de incubação de projetos realizados na Universidade do Estado da Bahia, especificamente, o Projeto Turismo de Base Comunitária do Cabula e entorno (TBC Cabula) e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP).

Motivadas por pesquisar essas temáticas em empreendimentos solidários, nos propusemos a analisar a organização destes empreendimentos como alternativa para o fortalecimento e empoderamento de mulheres em comunidades populares.

Nesta pesquisa, adotamos a abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de estudo de caso de natureza interpretativa, utilizando duas estratégias de coleta de dados: observação direta e entrevista. Esta escolha metodológica deve-se ao fato de oportunizar o espaço de reflexão, interpretação e insights à luz dos pressupostos de Stake (2000), Hartley (1999) e Merriam (1998)0, considerando dois momentos da experiência estudada: a formação e a dinâmicas organizacional da Cultarte, as narrativas das participantes do empreendimento no contexto da economia solidária, do turismo de base comunitária e do empoderamento feminino.

O Cultarte consolida uma experiência de mulheres de comunidades populares engajadas pela cooperação, solidariedade e participação que buscam

alternativas de trabalho e renda para se fortalecer e superar os entraves e problemas de um contexto socioeconômico desigual e excludente.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA, TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E EMPODERAMENTO FEMININO.

A economia solidária tem suas raízes nas manifestações e reinvindicações dos movimentos deflagrados em resposta aos problemas sociais, políticos e econômicos decorrentes da consolidação do capitalismo no século XIX. No decorrer deste século, o cooperativismo operário surge das reações da classe trabalhadora à exploração do capitalismo, com base no trabalho associado e distribuição equitativa do excedente adquirido.

A organização do trabalho coletivo nasce das reflexões acerca do capitalismo e suas implicações no contexto social e político que, conforme Buber (2005) contou com os principais pensadores, a saber: Robert Owen (1771-1858), Willian King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882).

No esteio das experiências de oposição ao capitalismo e das perspectivas do trabalho coletivo surge, posteriormente, uma proposta de economia do ponto de vista de uma alternativa ao sistema capitalista, numa perspectiva de transformação social como teoriza Singer (2008), e compreende um conjunto de iniciativas econômicas com objetivo claro de responder a certas problemáticas locais específicas pelas quais se busca realizar fins sociais colocando a solidariedade na elaboração de atividades econômicas coletivas e locais (França Filho, 2002).

Arruda (2003) enfatiza a solidariedade ao definir o objetivo da economia solidária, que se traduz em ser uma economia a serviço do ser humano, com uma maior valorização dos laços afetivos, de solidariedade e de amizade. Neste sentido, Laville e Gaiger (2009) evidenciam a solidariedade e os vínculos de reciprocidade dos empreendimentos solidários como possibilidade de socialização dos recursos produtivos e com adoção de critérios igualitários.

A economia solidária abarca uma multiplicidade de temas transversais em um universo de ações e modalidades de organizações nas quais estão presentes a livre associação, os princípios da cooperação, autogestão, participação e ideia de

solidariedade em contraste com o individualismo competitivo característico da sociedade capitalista.

No Brasil, a economia solidária tomou impulso na década de 1980 pela atuação dos movimentos sociais devido ao agravamento da crise do trabalho com desemprego em massa e do Estado-Providência; de acordo com Singer (2000, p.25), acentua o discurso da economia solidária e o cenário vai "se agravando com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990". Neste contexto, a economia solidária procura dar respostas à estas questões e pode desempenhar um papel fundamental aos problemas sociais gerados em função deste modelo econômico vigente (RAMOS, 2011).

Vale destacar a contribuição à economia solidária propiciada pela Cáritas Brasileira, a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo, entre outros, e o papel das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e da Rede Universitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho.

Em 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) objetivando "viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário" ocorreu a disseminação de informações sobre a economia solidária. Em 2016 foi transformada em subsecretaria do Ministério do Trabalho e Previdência.

O conceito de economia solidária para o (SENAES, 2006, p. 11) é o "conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária".

Coimbra (2007) e Barbosa (2007) fazem críticas às propostas da economia solidária e nela, se inserem a autogestão na perspectiva autônoma e solidária na medida em que a circulação de mercadorias é orientada pelo capital, ressalva para aquelas que se diferenciam, tais como as redes de consumo, o comércio justo e os empreendimentos populares.

Vale salientar o surgimento, em escala crescente, de empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, como fenômeno observado em muitos países (LAVILLE, 1994) e destacamos

aquelas iniciativas de comunidades populares que estão inseridas no turismo de base comunitária associadas aos princípios da economia solidária.

Neste sentido, o turismo de base comunitária e a economia solidária, se aproximam pelos princípios, a saber: “humanismo, solidariedade e cooperação materializadas na propriedade coletiva dos meios de produção e autogestão, preservando ainda o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002).

O turismo de base comunitária se contrapõe a turismo convencional e tem sua ênfase no desenvolvimento local, no que concerne ao respeito pelas heranças culturais e tradições locais, a participação da comunidade local no processo turístico, a conservação do patrimônio natural e cultural (CORIOLANO, 2003; IRVING, 2002; SANTOS, SAMPAIO e SILVA, 2016).

Neste sentido, o turismo de base comunitária baseia-se na relação turista e comunidade, pautadas no respeito à história, valorização e preservação do saber, da memória, da cultura do local visitado. Conforme Sampaio (2005, p.29), “turismo comunitário não se limita apenas à observação ou, ainda, à convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento com os próprios projetos comunitários” e contribui para o reconhecimento de patrimônios materiais e imateriais das gerações atuais e futuras.

A atuação dos sujeitos engajados no turismo de base comunitária pressupõe ação coletiva, em diálogo e colaboração, tendo em conta a “diversidade cultural em estilos de vida que respeitem as dinâmicas ecossistêmicas, originariamente biofísicas, e ecossocioeconômicas e sociopolítica” (SAMPAIO, 2010; CORIOLANO, 2009. p. 22).

A participação das populações locais no processo de planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos, é elemento crucial para a sustentabilidade das atividades propostas, bem como o patrimônio natural e cultural. Neste sentido, a gestão democrática e participativa da prática turística necessita do comprometimento da comunidade no sentido de continuidade da atividade turística e representa um desafio pois requer processo contínuo de aprendizagem.

Quatro princípios norteiam o desenvolvimento do turismo de base comunitária, de acordo com Coriolano (2003) e são eles: a) participação, envolvimento profundo da comunidade no processo de construção e desenvolvimento; b) cooperação firmam-se parcerias com instancias públicas e

privadas para o desenvolvimento local; c) auto sustentação, independente das transformações espaciais, sociais ou econômicas, mecanismos são criados para prevenir alterações provocadas por interesses externos; d) universalidade, alterar as condições de desenvolvimento da população, na sua globalidade.

A partir dessa aproximação reflexiva e vislumbramos possibilidades para se entender o movimento de mulheres na economia solidária e no turismo de base comunitária aquelas marginalizadas das ocupações formais, acolhendo propostas que dialoguem com as experiências comunitárias e colaborativas no processo de busca por direitos, trabalho e renda frente às dificuldades de gênero.

Nessa trilha, advogamos que o desenvolvimento de ações como Turismo de Base Comunitária colabora para o empoderamento e autonomia não só das mulheres, mas de maneira geral dos sujeitos que o compõem, afinal, “o interesse pelo tema está relacionado às discussões sobre as possibilidades do turismo no combate à pobreza, na formação da “sociedade de aprendizado” e no crescimento das propostas da economia solidária” (CORIOLANO et. al., 2009. p. 18).

O empoderamento (*empowerment*) tem sua origem na Reforma Protestante, iniciada por Lutero no século XVI, na Europa, na luta por justiça social (HERRIGER, 1997) e o uso crescente se dá a partir dos movimentos emancipatórios americanos relacionados ao exercício de cidadania, na segunda metade do século XX. No Brasil, nos movimentos feminista e negros, na década de 1970.

O termo abarca uma diversidade de significados, entre elas a conotação de poder e de liberdade. Para Paulo Freire, empoderar-se/libertar-se é um ato social (FREIRE, 1996). Na perspectiva freireana, o empoderamento enseja uma percepção crítica da realidade social, é fundamental, mas tal aprendizagem necessita ter relação com a transformação da sociedade.

Na perspectiva do empoderamento e poder, Sen (1997) remete as mudanças nas relações de poder em detrimento daqueles que anteriormente exerciam pouco ou nenhum poder em suas próprias vidas. Neste sentido, poder significa controle e empoderamento, obter o controle, habilidade de ser, de expressar-se.

No sentido do controle de temas que afetam a vida, o empoderamento remete ao “processo de desenvolvimento de cidadania que incorpora dimensões de

igualdade social e reconhecimento das diferenças, pois é maleável e inclusivo, o que permite fortalecimentos" (BOEIRA e SIMON, 2014).

Segundo Wallerstein e Bernstein (apud BAQUERO, 2006), o empoderamento denota níveis distintos a depender do escopo; em nível individual, quando se refere às variáveis intrafísicas e comportamentais; em nível organizacional, à mobilização participativa de recursos e oportunidades em determinada organização; e em nível comunitário, o foco é na estrutura das mudanças sociais e a estrutura sociopolítica.

Para Stromquist (1996), assim como a dominação assume várias faces, o empoderamento também, pontuando quatro componentes: cognitivo, refere-se à compreensão das mulheres acerca da sua subordinação e suas causas; o conhecimento articulado sobre a sua sexualidade, as estruturas da sociedade e sobre direitos legais possibilitando as mulheres outras possibilidades de ações e interações sociais; psicológico, compreendendo que a dominação pode ir além do material, a convivência com outras mulheres, o desenvolvimento da autoestima e da autoconfiança; político refere-se à possibilidade de organização e mobilização diante de pautas de transformação social; de aspectos econômicos, e a independência financeira das mulheres e potencializa outros componentes, como o psicológico.

Cecília Sardenberg alerta para o uso indiscriminado do conceito nos últimos anos e declara que:

> Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio" (SARDENBERG, 2012. p. 2).

A partir deste caminho teórico derivam reflexões acerca da articulação da economia solidária e do turismo de base comunitária na perspectiva do fortalecimento de empreendimentos conduzidos por mulheres de comunidades populares em suas práticas de autogestão, cooperação e solidariedade com vista à sua emancipação, como se evidencia no caso do Cultarte.

3 VEZ E VOZ AO CULTARTE

O Coletivo Arte e Cultura do Cabula, conhecido como Cultarte, nasce da em 2012 da motivação de gente interessada em articular saber popular e saber

científico com liberdade e responsabilidade fortalecendo práticas de autogestão, cooperação e solidariedade; formado por mulheres artesãs que residem no bairrro do Cabula e entorno espaço urbano onde se evidencia o desemprego, baixa escolaridade, dificuldade de obter renda e outras vulnerabilidades, o Cultarte vem sendo nutrido e apoiado pelo Projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e entorno (TBC Cabula) e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária (ITCP/COAPPES) com o apoio da UNEB.

As mulheres do Cultarte possuem renda mensal de até dois salários mínimos; quanto à formação, há predominância de escolaridade até o ensino médio. Autodeclaram-se negras, estão acima dos 40 anos de idade, são naturais de Salvador e residem nos bairros do Cabula e entorno.

Nesse sentido, advogamos que o desenvolvimento de ações como Turismo de Base Comunitária colabora para o empoderamento e autonomia não só das mulheres, mas de maneira geral dos sujeitos que o compõem, afinal, “o interesse pelo tema está relacionado às discussões sobre as possibilidades do turismo no combate à pobreza, na formação da “sociedade de aprendizado” e no crescimento das propostas da economia solidária e na economia de comunhão” (CORIOLANO et. al., 2009. p. 18).

O propósito que norteia as práticas do TBC Cabula consiste na “formação e autogestão de redes sociais cooperadas e colaborativas, tendo os bairros populares como *locus* de produção; construção coletiva de soluções criativas e inovadoras; valorização do patrimônio material e imaterial; elaboração de conhecimento e de tecnologias sociais, tendo como referência os saberes e as práticas de povos de etnias indígenas, afrobrasileiros e africanas; convivência; e hospitalidade” (SILVA, 2010).

Inicialmente foram mapeados 50 saberes foram identificados, entre eles, artesã, culinarista, poetisa, contadora de história, guia de turismo, benzedeira, bordadeira, costureira, educadora popular, atriz e outras. Com o intuito de promover maior visibilidade a essas mulheres, em suas diferentes áreas de atuação, um mapa cultural com as estas especificidades foi desenvolvido, integrando o Portal do TBC (TBC, www.tbccabula.com.br).

Durante o período de vigência da incubação (2013-2015), foram realizados cursos e oficinas de formação, visando à profissionalização e qualificação das mulheres do Cultarte com vistas a atender suas demandas por conhecimento teórico-prático necessários às atividades que desenvolvem. Curso de precificação, Fundamentos da Economia Solidária; Oficina de acabamento para aperfeiçoar técnicas e tecnologias de trabalho e produção; entre outros.

Visando ao aproveitamento de resíduos têxteis, uma capacitação específica foi realizada, permitindo a incorporação de novas técnicas e materiais ao trabalho das mulheres do Coletivo Cultarte. Ao estabelecer parcerias com fábricas de confecções de Salvador para doação de seus resíduos têxteis, o aproveitamento de sobras da produção passou a integrar as práticas sustentáveis do grupo.

Residir nas localidades do antigo quilombo do Cabula é a primeira condição, posta no Regimento Interno, para participação no CULTARTE, reverberando o sentimento de pertencimento que marca as participantes. Para algumas dessas mulheres, mudar-se para o Cabula não foi uma opção individual e por vezes com aval da família; em algum momento de suas vidas seja na maioridade ou ainda na infância significou opção de vida e permanecer morando lá também.

Desde 2013, o Cultarte participa do planejamento, organização e operacionalização da Mostra de Cultura e Produção Associada ao Turismo e Economia Solidária com apoio do TBC Cabula nos Encontros de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES) que acontecem uma vez ao ano.

Durante o ETBCES ocorre comercialização da produção artística de moradores das comunidades do Antigo Quilombo Cabula e de outras localidades e são expostos artesanato, culinária e tecnologias sociais que dão visibilidade ao talento, a criatividade e a cultura dos participantes.

Em 2016, algumas realizações marcaram a trajetória do Coletivo Cultarte, no sentido de consolidá-la como empreendimento solidário: criação da assinatura visual e construção da programação mensal de participação em eventos e feiras nas escolas da rede estadual e na UNEB, campanha de divulgação contendo peças publicitárias; redação de textos institucionais; projeto gráfico e diagramação da cartilha “Como organizar feiras de artesanato”; criação de *tag* de preço e *facebook*.

As trajetórias de empoderamento das mulheres participantes do Cultarte entrevistadas têm as marcas de gênero, étnica, histórica, cultural, territorial, bem

como elementos de cada subjetividade, de cada trilha de vida. O estudo das trajetórias ocupacionais demonstra a interferência de sua condição feminina, do diferenciado acesso a escolaridade e da dupla jornada.

O perfil e a fala de algumas entrevistadas demonstra o caminho percorrido até chegarem a um empreendimento da economia solidária; optamos por nomeá-las na forma de flores e plantas, conforme demonstrado a seguir em suas narrativas:

> Eu nasci em Minas. Mas, sou baiana de alma, coração, espírito família. Eu saí de Minas pequenininha. Meu pai era militar e ele foi fazer o curso de sargento em Três Corações. Enquanto estava morando lá, já tinha a primeira filha, minha mãe engravidou, foi o tempo que ele terminou o curso e a gente saiu. (...) Eu morei algum tempo no 19 BC, na Vila Militar. Meu pai morava e servia lá. Depois, eu conheci meu esposo aqui na Primeira Igreja de Pernambués. A mãe dele morava aqui embaixo. Não tinha nada disso aqui, a gente via o mar de lá de baixo, agora se vê pouco. Aí a gente começou a namorar e eu estou aqui no bairro desde então. Já tem 30 anos. Morei uns dois anos e meio em Mirantes de Periperi (Crisântemos, 2015).
>
> Nasci em Salvador e estou morando no fim de linha de Mata Escura. Eu vivo no Cabula há 44 anos; vim pra Mata Escura com 9 anos de idade. Estamos lá até hoje e participo do TBC e da Economia Solidária (Buganvília, 2015).
>
> Nasci numa roça, no Marques de Maricá, onde hoje e o Colégio (Estadual) Marques de Maricá, no Pau Miúdo de lá, pequena fui para Escada. Morei lá até os 15, aos 15 fui para Pernambués (Violeta, 2015) e participo do TBC.
>
> Eu moro em Sussuarana, já tem uns 15 anos. Fui mudando de bairro em bairro e aí caí na Sussuarana, eu acho que vou me parar aí. Quando eu cheguei com meu filho, um ano e alguma coisa, achei escola fácil. Fiquei encantada. A facilidade de vendas, supermercados. Uma facilidade muito grande para a gente. Ficou ótimo. Em 1994, nasceu o outro, mas eu já estava aqui (Gravatá, 2017).
>
> Eu vim [para Salvador] com os cinco anos de idade. Eu não lembro muita dessa época. Mas quando a gente veio para aqui, meus avôs moravam na Ribeira e nós fomos morar com eles. Meu pai comprou umas terras no São Gonçalo e a gente veio. Aqui no São Gonçalo era uma fazenda e o dono arrendou em lotes. As pessoas que vieram para aqui já não viviam da roça. Porque as pessoas, geralmente, que vinha para a cidade, vinham por causa da seca. Aqui no Retiro tinha muitas fábricas e oportunidade de emprego e as pessoas do interior aproveitavam para vir. Muitas pessoas de São Felipe que vieram por causa dessa oportunidade (Jacarandá, 2017).

Jacarandá (2017) resgata em suas lembranças o período em que essas localidades passam por uma transição, deixando características rurais, as fazendas que por muito tempo marcaram este lugar forma sendo compradas e a localidade acompanhou o processo de urbanização já tardia de Salvador.

A aproximação da mulher ao Cultarte se dá, em geral, pelo convite de outras mulheres, sejam elas integrantes do coletivo ou da equipe do TBC Cabula, como é o caso de Florzinha, voluntária do projeto, residente no bairro de Pernambués, como já mencionado e de Buganvilia, na sua fala:

> Conheci o TBC através de Rose. Rose convidou uma vizinha (Clarice), e como somos parceiras, de uma cooperativa que a gente entrou e não conseguiu dar continuidade. Aí, Rose convidou essa colega e essa colega me convidou para o terceiro encontro e conheci a Economia Solidária (Buganvília, 2015).

> Aí Angela (Presidente da associação de moradores) foi me falar da feira do TBC. Ela me chamou para ir. Disse que tinha umas vagas e perguntou se eu não queria participar. Nunca tinha participado de feira. Foi o primeiro ano. Aí, conheci Rose, Francisca. No segundo ano, eu não pude ir que eu estava trabalhando na Vivo. No terceiro ano, eu fui e agora esse é meu quarto ano (Jurema, 2014).

> Na minha primeira reunião de Pernambués, minha amiga Efigênia que é filha de D. Luiza, que conhecia o meu interesse em trabalhar com incentivo a leitura que foi a minha luta dessa minha vida inteira e ela sabia que eu tinha o sonho de criar uma biblioteca comunitária no bairro. Uma biblioteca com moldes diferentes das existentes. Não queria uma biblioteca com livros nas prateleiras. Não queria uma biblioteca onde houvesse burocracia para as pessoas lerem. Eu não queria onde você fosse só para ler os livros, mas que você pudesse fazer o que você quisesse, que você fosse para lá cantar, recitar, pintar, costurar, que você pudesse fazer o que você quisesse. Doar um livro, escrever um poema e colar na parede. Efigênia conhecia esse meu sonho. Ela conhecia o TBC e me convidou. Aí, eu conheci Rosane e não saí mais. Mesmo que me desvie, eu não saio mais (Caliandra, 2015).

> Através de uma amiga, ela agora nem tá na grupo. Foi Ana. Ela disse "Vá para uma reunião para a senhora entrar no Cultarte!". Porque eu era da Cesol. Aí ela me chamou para vir. Aí, eu vim para uma reunião, gostei, fiquei num dos eventos. Conheci o TBC e as atividades da Economia Solidária (Sena, 2017).

De modo geral, elas avaliam de maneira positiva a experiência com o Turismo de Base Comunitária, a Economia Solidária e o Cultarte. Ainda que possamos perceber que o conhecimento a questões ligadas ao associativismo esteja em fase de aprofundamento, o TBC parece ampliar os horizontes de possibilidades destas mulheres, seja para experiências individuais ou coletivas. Elas

rememoram o primeiro contato que tiveram com o Projeto, as esperanças que floresceram com esse momento e o que significa em suas trajetórias, em termos de empoderamento:

> Eu gosto do TBC! Eu gosto do mesmo jeito que gostei da primeira vez que Rosa começou afalar. Eu acho o projeto muito encantador. Essa ideia de desfocar o turismo para certos pontos espalhados por toda cidade. Eu acho muito bom, não só pelo lucro que vai dar aos moradores, a comunidade. Mas, também para turismo que está vindo conhecer a realidade de onde ele tá visitando. Ver tudo, ver a realidade de onde ele tá visitando. Porque a realidade Salvador não esta só nos pontos turísticos. E tem tanta coisa bonita, para que coisa mais bonita que a minha vista. Tanta coisa bonita aqui no bairro, nesse bairro. Tanta gente talentosa, tanta gente boa. Acho que tem coisas que merecem serem vistas. Eu exponho meus produtos e me realizo. (Crisântemos, 2015).

> Eu vivia muito estressada antes do Cultarte, porque eu queria viver. Eu queria crescer. Eu queria poder me sustentar e eu não estava conseguindo. Estava dependendo dos filhos. As apostas que eu fiz eu precisava de outras pessoas, precisava de incentivos e não consegui. E aqui eu tô conseguindo, porque pelo menos eu tenho meu espaço para trabalhar. Porque é cansativo, mas tô satisfeita. Tô aqui conhecendo outras pessoas, passando número de telefone e me informando de curso e coisas por aí que o governo tá oferecendo. Se eu tiver disponibilidade e tempo já vem aí curso que não sei se é o TBC e ou a ITCP que já conseguiu para nós e depende do interesse de cada um (...). Acho o TBC bom, porque eu estou conseguindo chegar ao público. Porque eu não sou muito de sair de casa. Então, o público que meus filhos traziam para mim era pouco (...). O meu interesse era trabalhar a hospedagem. O pessoal temporário que vem passa uma semana, dois dias, um mês... O meu filho mais velho não acreditava nisso. Quando eu me bandiei para o lado do mais novo. O mais novo é meio avoado e apostou mais no meu sonho. Através da UNEB. Francisca me falou que estava precisando. Eu procurei me informar como funcionava e o que tinha que fazer. Ajeitei o espaço que eu tenho na minha casa. Ela foi até lá, em deu umas dicas do que eu poderia melhorar e a mandei brasa, agilizei. Graças a deus o pessoal chegou, gostou e muito satisfeitos (Buganvília, 2015).

> Na verdade eu não tinha muita noção do que era, qual era o trabalho do TBC e da Economia Solidária. Aí me convidaram para uma reunião no São Gonçalo. Fui com Rosa, ali na Baixinha do Santo Antônio. Nunca tinha ido lá e amei, não sabia que era esse o trabalho do TBC. Aí, Francisca mostrou slides, fez uma boa palestra lá explicando qual era o trabalho do TBC, aí eu me apaixonei e pensei, eu quero isso para o meu bairro. Mas, é difícil você conseguir montar essas coisas assim. Aqui na Mata Escura, mesmo, tem pessoas que até tem intenção, tem vontade de fazer tudo isso, mas a violência é muito grande. A gente não tem coragem por isso. Como a gente vai trazer um turista aqui se tem tiroteio a cada momento (Jurema, 2014).

> Eu acho que o TBC, num primeiro momento, eu vi como um grupo que nós iriamos registrá-los e depois de aprender muitas coisas nós iriamos poder fazer as coisas, participar dos editais, tentar participar das coisas por nós mesmo (...), se apoderar. Participo das feiras, não de todos. Desde o primeiro TBC, que foi na UNEB, que por coincidência foi o primeiro encontro (...) fui a primeira pessoa a levar um stand de livros. Eu exponha livros. Na época, eu não levava para comercializar, mas levava meus livros para emprestar ou doar (Caliandra, 2015).

Como exemplo de emancipação e empoderamento, salienta o depoimento de Caliandra que ilustra como a economia solidária e o TBC Cabula a aproximou da universidade. Ela nasceu e sempre viveu em Pernambués. Todavia, nunca havia vislumbrado a possibilidade de cursar graduação na UNEB, mesmo estando próximas espacialmente.

Jacarandá comunga da ideia da emancipação e do empoderamento como conquistas coletivas. E desse modo que ela avalia a participação no Cultarte:

> Participar do Cultarte é bom porque é grupo e quando você tá em grupo você se sente mais fortalecida. Você sozinha é uma coisa, mas em grupo você consegue mais oportunidades. Tem questão de uma tá apoiando a outra. Encontrando espaços para a gente fazer feira. Palestras, curso e formações que a gente tem dentro do grupo (Jacarandá, 2017).

Ainda que elas reconheçam esse espaço e suas oportunidades para a comercialização, elas apontam caminhos para que o CULTARTE possa aumentar seu espaço de circulação e assim aumentar as vendas.

> São boas [as feiras na UNEB]. Mas, poderia atingir outros locais. Porque aqui só mesmo os professore, porque os alunos não [compram]. Mas, vale a pena a gente participar (...). Falta local para gente se acomodar, guardar as coisas, um espaço para a gente expor, se pudessem providenciar umas barraquinhas certas para gente. Aí, pudesse dispor de umas barracas assim para toda vez que a gente viesse. A gente armar o material (Sena, 2017).

Na compreensão do Cultarte, do TBC e da economia solidária como espaço de formação e aprendizagem, por meio de rodas de conversas, durante as reuniões do Coletivo, propusemos a discussões acerca dos conceitos expressos na vivência do grupo e no seu Regimento. Assim, estabelecemos, de modo dialético e dialógico, interfaces entre os autores que sustentam a fundamentação aqui apresentada e o modo como o Cultarte visualiza cada categoria.

A sistematização que apresentamos foi fruto de discussão em roda de conversa, na qual as mulheres foram convidadas e estimuladas a apresentar suas

compreensões sobre as categorias Empoderamento, Turismo de Base Comunitária Economia Solidária, a partir de suas vivências e atuações.

4 CONCLUSÕES

Ainda que elas não conceituem Empoderamento, Turismo de Base Comunitária Economia Solidária com base em discussões teóricas ou firmadas em determinados autores, seus conceitos das mulheres do Cultarte se aproximam das ideias defendidas nessa pesquisa, o que para nós é relevante na medida em que empoderamento e autonomia perpassam pela ciência e pela tomada de consciência dos sujeitos. Ainda assim, avaliamos que o conceito de empoderamento ainda é compreendido como uma conquista individual e não coletiva como defendemos, a partir dos estudos de Freire (1986).

O Coletivo Cultarte estabeleceu gradativamente uma relação de confiança~~,~~ dialógica, compartilhada e solidária, em que o respeito à autonomia e a individualidade dos envolvidos são premissas fundamentais. Estas premissas foram primordiais para as vivências e as capacitações de estruturação e apoio às interessadas em se organizar para empreendimentos da economia solidária.

Algumas questões necessitam de imediata ação por parte do Cultarte, a exemplo da atualização das informações na página do TBC Cabula e no f*acebook* de modo que não se disperse o interesse dos visitantes, melhoria do conteúdo e da interatividade entre os interlocutores são algumas funcionalidades que carecem de atenção especial para não comprometer a imagem.

Demonstramos como mulheres de comunidades populares engajadas pela cooperação, solidariedade e participação buscam alternativas de trabalho e renda para se fortalecer e superar os entraves e problemas de um contexto socioeconômico desigual e excludente, empoderam-se com a mediação do saber popular com o saber acadêmico, ampliam a visão de mundo e lutam por direitos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o Infra-Humano**. Petropólis: Vozes, 2003

BARBOSA, R. N. de C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007. 317p.

BOEIRA, Sérgio Luis; SIMON, Vanêssa P. **Economia social e solidária e empoderamento feminino: uma reflexão sobre as possibilidades de confluências entre os temas**. I CONPES, 28 de maio de 2014. Disponível em < www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/.../gt3/.../simon_vanssa_boeira_srgio.pdf> Acesso em 13 mai. 2018

BUBER, M. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

COIMBRA, A.; BRAGA, M. Princípios e ações em economia solidária: a Intecoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de fora/MG. **Revista Proposta**. N 36. 2007. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

CORAGGIO, J. L. 2003. **Política social y economía del trabajo**. Zinacantepec: El Colegio Mexiquense.

CORIOLANO, Luzia (Org.). **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWBOR, Ladislau. A organização de iniciativas locais. In: **Desafios da Economia Solidária**. 1ºed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Lê Monde Diplomatique Brasil; 4).

FERRARI, Rosana. **O Empoderamento da Mulher**. Disponível em: http://www.fap.sc.gov.br/noticias/empoderam ento.pdf Acesso em : 7 maio 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, Coleção Leitura, 1996.

GAIGER, Luiz I. (org.) (2004). **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS.

GALEOTTI, Anna Elisabetta. Cidadania e diferença de gênero. O problema da dupla lealdade. In: BONACCHI, Gabriela e GROPPI, Ângela (orgs). **O dilema da cidadania**: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p.235-262.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. **Revista Katálysis**. Florianópolis: v. 11, n. 1, 2008.

HARTLEY, J.F. Case studies in organizational research. In: CASSEL, C.; SYMON, G. (Ed.). **Qualitative methods in organizational research**. London: Sage. 1999.

HERRIGER, Norbet. **Empowerment in der sozialen arbeit.** Stuttgart: Eine Einfuhrung, 1997.

IRVING, Marta. "Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento". In: IRVING, Marta; AZEVEDO, Júlia (Orgs.). **Turismo:** o Desafio da Sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002, p. 35-45.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia solidária. In: HESPANHA et al. (Coord.).**Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MANCE, Euclides A. (1999). **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes.

MARTINS. Luciana Conceição de Almeida. **Museu Virtual do Quilombo Cabula**. Disponível em: <www.museudocabula.com.br>. Acesso em: 06 de jun. 2017.

MERRIAM, S.B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

NOBRE, Miriam. Mulheres na Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre, veraz, 2003, p.205-211.

NUNES, José Eduardo Fernandes. Agenda 21: estratégias de desenvolvimento local na periferia de Salvador. **Revista da FAEEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.16, n. 28, p.57-66, jul.-dez. 2007.

PRADO, B.A.; OLIVEIRA, B.A.M. **Empreendimentos Solidários no Campo das Vertentes:** algumas considerações sobre o desenvolvimento da Outra Economia. 2010 Disponível em: <www.itcp.usp.br/drupal/node/536>. Acesso em: 17 de mai.2016.

RAMOS, M. C. P. (2011b). Economia solidária, inovação social, empreendedorismo e desenvolvimento local. In Alcoforado, L. et al. **Educação e formação de adultos** – Políticas, práticas e investigação (pp. 255-275. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra

RATTNER, Henrique. Economia Solidária – por quê? In: **Desafios da Economia Solidária**. 1ºed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Lê Monde Diplomatique Brasil; 4). (RATTNER, 2008)

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a socioeconomia. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2005.

_____. **Gestão que privilegia uma outra economia:** ecossocieconomia das organizações. Blumenau: Edifirb, 2010.

SARDENBERG, Cecilia M. B**. Liberal vs Liberating Empowerment**: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective. Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, July 2009

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária. **Anais**. Brasília: SENAES/MTE, 2006. Disponível em: http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_default.asp. Acesso em 25 ago 2013.

SHÜTZ, Rosalvo. Economia Popular Solidária: novos horizontes para a educação popular? In: **Desafios da Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Lê Monde Diplomatique Brasil; 4).

SILVA, Francisca de Paula Santos da; SOUZA**,** Helaine Pereira. **Relatório Técnico Final do projeto "Joanas, Marias e Zeferinas: saberes e práticas femininas no Cabula e entorno"**. Salvador: DMMDC, UNEB, 2016.

SILVA, Francisca de Paula Santos da. **Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e Entorno:** processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos alternativos. Salvador: Fapesb, 2010. Edital n. 021/2010, pedido n. 6791.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002.

_____. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de Trabalho**, n. 39, p. 42-48, maio 2009.

_____. Economia Solidária. In. CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2008.

STAKE, R.E. Case studies. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Ed.) **Handbook of qualitative research**. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage, 2000.

STROMQUIST, Nelly P. (2002). Education as a means for empowering women. In J. Parpart, S. Rai & K. Staudt (eds), **Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world**. London: Routledge, pp.22-38.

WALLERSTEIN, Nina; BERNSTEIN, Edward. Introduction to community emporwerment, participation, education, and health. **Health Education Quarterly**: Special Issue Community Emporwerment, Participatory Education, and Health, parte I, v. 21, n. 2, p. 141-170, 1994.

ESPORTE E CIDADANIA: AMPLIANDO OS CONHECIMENTOS DA CULTURA CORPORAL EM AÇÕES EXTENSIONISTAS

Regiane Conceição dos Santos[138]; Jaderson Silva Barbosa[139];
Fábio Santana Nunes[140]

RESUMO: O Esporte, manifestação da Cultura Corporal, conhecimento tratado pedagogicamente nas escolas pela disciplina Educação Física, é utilizado como conteúdo e metodologia em estudos e ações extensionistas do Programa Encaminhar: Ação Cidadã (PEAC). Esta produção tem como objetivo apresentar as contribuições do ensino do esporte na formação cidadã de jovens oportunizados a práticas corporais proposta pelo PEAC. Além das contribuições à formação de bolsistas e voluntários vivenciando todo o processo didático pedagógico do ser docente, oportunizados (as) pela interação com a comunidade e participação em cursos e palestras promovidas também pelo programa. Utilizando como inspiração a metodologia da Pesquisa-Ação, a experiência contribuiu com o fortalecimento da ação extensionista proposta pelo PEAC, ampliado ainda os conhecimentos da cultura corporal e promovendo significativos impactos na formação acadêmica, profissional e cidadã dos envolvidos.

Palavras-Chave: Esporte. Extensão Universitária. Educação Física.

1 INTRODUÇÃO

O PEAC – Programa Encaminhar: Ação Cidadã, através dos seus projetos de capacitação de professores, estudantes de Educação Física, monitores de projetos sociais e demais interessados, amplia o impacto social do programa, oportunizando que os ciclos de formação no qual o programa oferece, capacitem profissionais que vão atuar em diversas comunidades, nas quais o PEAC não teria condições de atingir.

Já no projeto Escola de Esportes, através de parcerias com outras instituições, aulas de Esporte foram ofertadas gratuitamente, numa proposta de ensino de esporte (Conteúdo) e formação cidadã (metodologia) as crianças e jovens envolvidos.

[138] Graduada em Licenciatura em Educação Física na Universidade Estadual de Feira de Santana; bolsista do Programa de Extensão PIBEX/PEAC. Email: regiany_s@hotmail.com
[139] Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana-Ba; Coordenador do Programa Encaminhar: Ação Cidadã (PEAC). Email: jsbesportescontato@gmail.com
[140] Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana-Ba; Professor Colaborador do Programa Encaminhar: Ação Cidadã (PEAC). Email: fabiosanunes@bol.com.br.

Neste sentido, o PEAC atua em duas frentes: Projeto Escola de Esportes que utiliza o esporte como recurso pedagógico ao considerar que o ambiente do jogo/esporte pode favorecer uma educação moral, ética, social e também esportiva e Projeto de Capacitação (ciclos de formação) que busca capacitar os atores/autores envolvidos no processo em temáticas ligadas ao esporte, projetos sociais e formação humana, buscando que professores, acadêmicos, representantes institucionais e voluntários envolvidos, possam ampliar seus conhecimentos através das ações do projeto, especialmente, socializando seus aprendizados nos espaços onde atuam.

Na escola de esporte, adotamos o objetivo de proporcionar aos alunos nas ações do programa, o conhecimento das modalidades esportivas (ou pré-desportivas) por meio de atividades sequenciadas ao ensino do esporte, numa perspectiva de formação cidadã. E dessa forma identificar os elementos constitutivos de alguns esportes, os fundamentos e características dos mesmos.

As ações extensionistas desenvolvidas através do PEAC, dentro da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e nas instituições parceiras, ampliam o pensar do esporte apenas do ponto de vista técnico-funcional, reconhecendo que, quando se vivencia o esporte, valores como: moralidade, ética, hábitos saudáveis são, também, elementos importantes que contribuem na formação do educando.

Além das ações desenvolvidas com a escola de esporte e o ciclo de formação, o PEAC colabora no planejamento e organização de eventos, ligados ao esporte, na formação e capacitação de professores. Nesta produção serão mencionadas as ações desenvolvidas de 03 de maio de 2016 a 04 de junho de 2018, período que marcou a presença da bolsista Regiane Conceição dos Santos como parte integrante do grupo de trabalho da ação extensionista.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Esporte, uma das manifestações da cultura corporal, pode contribuir para formação humana seja através da educação formal (espaços escolares, escolinhas, projetos sociais) ou informal (ruas, campinhos etc). Contudo, para que seja um conteúdo que contribua para esta formação, especialmente, nos espaços formais precisamos entender melhor sua prática, para mediar conhecimentos que

possibilitem aos indivíduos interessados o conhecimento sistematizado, se apropriando de conteúdos teóricos e vivenciais, numa formação para além da formação esportiva e ampliando para a formação cidadã, tornando assim a prática esportiva um instrumento educacional potencializador no desenvolvimento humano e sociocultural. Considerando assim que o esporte é

> [...] um dos fenômenos socioculturais mais importantes desde o final do século XX. Essa afirmação se constata facilmente quando se percebe o número crescente de praticantes e a quantidade cada vez maior de espaço ocupado pelo esporte na mídia internacional. Além disso, entre os não praticantes, o interesse pelos fatos esportivos vem crescendo nas últimas décadas (...). O esporte mantém ainda nítidas ligações com diversas áreas importantes para humanidade, como saúde, educação, turismo etc. (TUBINO, 2017, p.4.).

Sanches e Rubio (2011) corroboram com o conceito de esporte supracitado. Concordam que o esporte traz benefícios para a vida do praticante. Mas Sanches e Rubio vão além, fazem uma crítica sobre o conceito que temos no senso comum sobre o esporte. Eles fazem a reflexão sobre como o esporte pode transformar a vida de um praticante. Compreendendo que o esporte de alto rendimento é altamente excludente, alguns têm sucesso e glórias, outros não conseguem alcançar o patamar necessário para o alto rendimento e excluídos. Para estes, o esporte pode ter outro sentido e passar a ser cruel e excludente. Os autores reconhecem que muitas vezes o esporte tem um lado fascinante e apaixonante e por ser um fenômeno cultural nos dias atuais, tem impacto significativo na formação e pode unir as pessoas.

Ao tratar pedagogicamente o esporte dentro de uma ação extensionista, como o PEAC – Programa Encaminhar Ação Cidadã, temos que ter inicialmente a consciência da função da extensão neste processo, que (...)

> [...] sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade" (FORPROEX, 2012, p.15).

Esta condição e promoção de interação transformadora que conecta a universidade com outros setores da sociedade, mediada por práticas extensionistas e todos os conhecimentos imbricados e deve ser o elemento central nas ações.

Para isto é necessário ter o conhecimento científico sobre o que está proposto, que no caso ensino do esporte e aulas de cidadania, para que todos

possam vivenciar e praticar. E a educação para e com o esporte possa ser desenvolvida de maneira saudável e formativa para os praticantes.

Dessa forma, utilizamos o esporte como recurso pedagógico (conteúdo e metodologia) pode ser uma excelente ferramenta para trabalhar com crianças, adolescentes, jovens e adultos nas instituições parceiras e nas ações extesionistas dentro da universidade.

> As ações no nível local, como o PEAC, por exemplo, representam possibilidades importantes de reinvenções, de relações/aproximações e proposições e o esporte é sim um excelente instrumento pedagógico para gerar transformações. Entretanto, o poder destas transformações é obviamente limitado, mas, ainda assim uma possibilidade de resistência e, assim sendo, um espaço preservado de dignidade humana.(BARBOSA e ARAÚJO, 2015, p.402).

A universidade é uma instituição social, tem três elementos de sustentação: o ensino, pesquisa e extensão. E como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Desta forma:

> A extensão, dentro do processo de formação, no período acadêmico propõe uma rede de ações que, construída pelos atores/autores envolvidos, torna-se uma intervenção transformadora. (...), a ação extensionista deve ser capaz, através dos seus atores e autores, de garantir direitos e deveres, além de contribuir na transformação social.(BARBOSA e ARAÚJO, 2015, p. 395).

Não podemos pensar em intervenção qualificada junto ao esporte em atividades extensionistas sem a devida qualificação dos mediadores do processo. Neste sentido, o projeto de capacitação e formação de professores nas ações extensionistas, visa contribuir com subsídios teóricos e metodológicos no processo de mediação do conhecimento. Medeiros (2005, p.10) diz que:

> A continuidade da formação em Freire mostra a contínua busca da formação e da aprendizagem durante o processo da docência, que Tardif e Gauthier chamam de saberes experienciais. A participação instiga um ir mais a fundo nos saberes curriculares, propondo ao docente romper a barreira que se encontra nos livros, ser o pesquisador que vai ao encontro dos saberes da ação pedagógica.

O processo de formação continuada é muito importante para a atualização científica do indivíduo. “Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se ‘dispõe’ a ser ultrapassado por outro amanhã” (FREIRE, 1996, p. 31). Desta forma precisamos nos atualizar regulamente

e fazer da pesquisa[141] uma prática constante que nos auxilie em nossas práticas pedagógicas em qualquer ambiente educacional, a exemplo: a escola.

Segundo Duckur (2004, p.7), "a importância da educação escolar [e universitária] exige que se possa refletir e explicitar como se dá sua relação com o contexto ampliado da sociedade, uma vez que, inequivocamente, escola e sociedade não podem ser pensadas como instâncias autônomas e independentes" Vago (2009, p.27) completa:

> A escola é um lugar de culturas porque seus protagonistas — os adultos, os jovens, os adolescentes e as crianças — são produtores de culturas: cultura infantil, cultura juvenil, cultura adulta. São também produzidos nas culturas em que estão envolvidos: sua condição de classe, seus pertencimentos éticos, seu gênero, a escolha de sua sexualidade, são marcas de suas histórias, significantes para sua vida.

Dessa forma a escola como espaço sócio cultural deve ser o lugar de formação ampla para a humanização do indivíduo, aprimorando as dimensões e habilidades através do conhecimento, experiências culturais e sociais diversas. González (2014, p.14) aponta que:

> As vivências com as diferentes manifestações da cultura corporal podem enriquecer e estimular momentos de discussões sobre: a organização social, suas regras e normas; e relação entre o envolvimento com essas práticas e a qualidade de vida; o estilo de vida; a cultura humana relacionada ao tempo livre; as formas que a humanidade pode se relacionar harmoniosamente com o meio ambiente natural e tantos outros aspectos que podem ser introduzidos os momentos reflexivos nas atividades desenvolvidas.

A Educação Física Escolar (EFE) é o espaço onde supostamente vivenciamos diferentes manifestações da cultura corporal. Mais a realidade sobre a disposição dos conteúdos pedagógicos da área da Educação Física (EF) depende muito do conceito que a escola tem sobre a disciplina, a importância que a escola da à mesma e o trato do professor com os conteúdos (o conhecimento sobre as práticas corporais). Alves (2016 p.3) tem acordo com González, e acrescenta:

> A aula de Educação Física é o ambiente escolar que permite ao escolar experimentar movimentos, e por intermédio dessa experimentação, ampliar um conhecimento corporal e a consciência das razões que o conduzem a prática desses movimentos. No entanto, às vezes isso não acontece e parte dos escolares termina desmotivada com as aulas.

[141]A pesquisa aqui destacada como uma sistematização do conhecimento produzido. Organicamente conectado com experiências teóricas e vivências, sem a dicotomia/fragmentação Pesquisa – Extensão.

Importante compreender a necessidade das aulas de Educação Física seja ampliando os conhecimentos da cultura corporal, como por exemplo, as aulas de peteca. Trabalhar com outros conteúdos da Educação Física,a exemplo a peteca. Não é uma prática comum de se ver no real cenário da escola pública brasileira. Pois segundo Raimundo, Coluci, Pedrosa (2005),embora o estado de Minas Gerais seja um grande pólo da prática de peteca, percebe-se que no interior da escola a prática deste esporte ainda não faz parte do projeto pedagógico da área da Educação Física.

Apesar de Minas Gerais ser o pólo da peteca, e a Confederação Brasileira de Peteca se localizar no mesmo estado. Ainda assim este esporte não faz parte do conteúdo aplicado nas aulas de educação física destas localidades. O que nos leva a pensar o porque alguns conteúdos da educação física são hegemonicamente ministrado. De acordo com Darido (2005 p. 11):

> As abordagens críticas sugerem que os conteúdos selecionados para as aulas de Educação Física devem propiciar a leitura da realidade do ponto de vista da classe trabalhadora. Nesta visão a Educação Física é entendida como uma disciplina que trata de um tipo de conhecimento denominado de cultura corporal que tem como temas, o jogo, a ginástica, o esporte, a dança, a capoeira e de outras temáticas que apresentarem relações com os principais problemas sociais e políticos vivenciados pelos alunos.

Selecionar os conteúdos da educação de acordo a realidade do ponto de vista da classe trabalhadora, como sugere as abordagens críticas não é o bastante para solucionarmos os déficits de aprendizado acerca dos conteúdos da educação física na escola. É preciso levar em consideração as condições de trabalho a qual o professor está submetido, a falta de espaço e materiais pedagógicos, além da formação e capacitação do professor para com a docência. Alves (2016 p.3) ressalta que:

> Em estudo realizado por Bartholo e Soares, os resultados mostraram que um dos fatores que contribuem para a desmotivação dos escolares com as aulas de Educação Física está relacionado à falta de material adequado e a inadequada infraestrutura onde se pode observar também que prioritariamente os conteúdos ministrados nas aulas de Educação Física, baseiam-se na prática esportiva.

A falta de material e infraestrutura adequados para a realização das aulas de educação física, juntamente com a falta de conhecimento do professor são elementos que contribuem para o desinteresse e desconhecimento do aluno a cerca

dos conteúdos das práticas corporais. O que pode possibilitar, por exemplo, a exclusão de prática do esporte peteca, que tem pouca visibilidade nas aulas de educação física na escola. E a adoção de esportes mais tradicionais como Futsal e Handebol.

De acordo com a pesquisa de Pereira (2011) o handebol é um dos quatro conteúdos mais adotados nas aulas de educação física. Juntamente com o vôlei, basquete e futsal/futebol. O handebol segundo a pesquisa de Pereira fica na segunda colocação no ranking dos conteúdos da Educação Física.

Alves (2016) diz que é notório a escolha do futsal do vôlei do handebol e do basquete nas aulas de educação física. Os professores adotam os conteúdos de acordo aos alunos mais habilidosos e procuram ministrar as práticas que eles têm mais habilidades. Ressalta que a Educação Física é o espaço de conhecimento da pratica corporal do aluno, onde os conteúdos devem ser trabalhados para a qualidade de vida e não em benefício apenas dos alunos mais habilidosos.

3 METODOLOGIA

O PEAC buscando direcionar suas ações a partir de uma referência científica metodológica, inspira-se na Pesquisa-Ação, pois, revela-se como um tipo de pesquisa social, que exige estreita relação com uma ação, para resolver problemas coletivos no qual pesquisadores, participantes são representativos na ação e resolução do problema, sempre de maneira cooperativa (THIOLLENT, 2011).

Para uma aproximação com a comunidade e conhecimento da realidade, foram propostas, inicialmente, visitas a ginásios esportivos, associações e escolas. Estas aproximações serviam ainda para analisar viabilidade de parcerias com instituições para o desenvolvimento das ações do PEAC.

Em paralelo, existia a necessidade de capacitação continuada dos professores da rede de ensino, de projetos sociais, bolsistas e acadêmicos (através dos ciclos de formação). Dentro de reuniões periódicas, é sensível a sugestões da comunidade, foi organizado o 2º congresso de pedagogia do esporte/4° Ciclo de Formação do PEAC, nos dias 06 e 07 de outubro de 2016, debatendo temáticas sobre o esporte, através de palestras e oficinas de basquete, futebol, handebol, vôlei, natação, futsal. Evento que foi integrado ao 1º Seminário de Práticas Corporais: Vivência, Conhecimento e Cultura.

Todo o processo registrado em um documento chamado diário de bordo, que acompanhou todo o processo de desenvolvimento das ações e de onde foram retirados alguns relatos mencionados nesta produção.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 OS CICLOS DE FORMAÇÃO

A idéia central do *"4º Ciclo de Formação do PEAC"*, foi oportunizar aos discentes e docentes envolvidos trabalhar com referências de livros do Ministério do Esporte, tendo o apoio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – Programa Segundo Tempo. Neste sentido, A UEFS, através do PEAC, contribuiu com a socialização destes conhecimentos e, especialmente, promovendo articulação entre saberes e áreas de conhecimentos, ao integrar a sua ação de capacitação com disciplinas do currículo do Curso de Licenciatura em Educação Física da UEFS, especificamente, da área de práticas corporais. Além de dialogar com os núcleos e programas PIBID-Educação Física (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) e NEFEA (Núcleo de Educação Física e Esporte Adaptado).

Neste Ciclo de Formação, os bolsistas e voluntários do PEAC, foram convidados a ministrar oficinas de esporte, em especial, vivências de esporte de rede-peteca e futebol. Um momento no qual os bolsistas foram estimulados a exercer a prática docente, desde o processo de organização e sistematização do plano de aula quanto ao processo de execução.

Experiência que refletiu na formação dos mesmos, como destacou a Bolsista 1:

> "A experiência de participar de um seminário na condição de oficineira, ministrando um mini-curso, foi uma oportunidade riquíssima de colocar em prática nossos conhecimentos e testar nossa competência como professor. Aplicar, na prática, tudo que aprendemos durante a participação no grupo de extensão. E principalmente ajudar na formação e capacitação de professores. Oferecemos nas oficinas propostas criativas e inovadas que deram margem para pensar novas formas e metodologias de refletir e ampliar os conhecimentos construídos historicamente pela humanidade, para auxiliar na mediação e no desenvolvimento das práticas pedagógicas nas aulas de Educação Física". (DIÁRIO DE BORDO, 2017)

Um segundo ciclo foi também desenvolvido, novamente em parceria com o PIBID e NEFEA, o PEAC realizou o "*5° Ciclo de Formação do PEAC"*, integrado ao evento 2º Seminário de Práticas Corporais: Vivência, conhecimento e cultura, aconteceu entre os dias 04 a 06 de dezembro de 2017. Mais uma oportunidade de socialização de conhecimento sobre esporte, através de oficinas diversas, dentre elas: futebol e voleibol ofertados pelo PEAC.

4.2 ESCOLA DE ESPORTE

Numa proposta itinerante, de levar o conhecimento da cultura corporal a crianças de projetos sociais, uma parceria foi realizada com a Associação FSA Esporte e Cultura, que ofereceu um espaço para o desenvolvimento de aula de Handebol e Peteca a crianças moradoras do Bairro Caseb, no qual está localizada a sede da associação na cidade de Feira de Santana-Ba.

Para a organização das turmas, escolas do Bairro foram visitas para divulgação da ação e um conhecimento da realidade da comunidade. As atividades aconteceram às sextas-feiras pela manhã envolvendo alunos inscritos, após autorização das famílias, nas aulas de Mini-Handebol e Peteca.

Por serem esportes de baixa popularidade, especialmente a Peteca, em um primeiro momento a adesão foi baixa, contudo, na medida que as aulas se desenvolviam tantos os alunos inscritos, como os que se aproximavam, já estavam se familiarizando com as experiências corporais propostas e outros inscrições foram realizadas, chegando a quase 20 alunos.

As aulas possuíam uma sequência didática, que envolvia dois momentos específicos, momento 1: conteúdo do esporte e momento 2: aula de cidadania. Para o primeiro momento as aulas estavam voltadas a aproximação dos alunos aos gestos técnicos básicos, através de aulas lúdicas com jogos e brincadeiras. Quer seja com o conteúdo Peteca, como os gestos técnicos/movimentação do jogo, saque, toque, cortada e pingada, quer seja com o conteúdo do Mini-Handebol, com a empunhadura de bola, a recepção, o passe, o arremesso, o drible e a finta.

Na segunda parte das aulas, em rodas de conversa, temas diversos eram propostos em diálogo com os alunos e alunas, especialmente, ligados ao dia a dia

da comunidade. Os alunos faziam a relação entre os temas e a vida deles. Temáticas como respeito ao próximo e violência eram problematizados e aprendizados significativos foram oportunizados. Destacou a Bolsista Voluntário:

> "Percebemos o desenvolvimento progressivo dos alunos que tinham mais tempo participando das atividades da escola de esporte com handebol e peteca, em relação aos outros colegas que começaram as atividades depois. Os primeiros alunos se mostravam mais comunicativo. E fazia o possível para mostrar para os outros colegas o que eles tinham aprendido com as aulas de handebol e a peteca" (DIÁRIO DE BORDO, 2017).

O que demonstra que os primeiros alunos tiveram mais tempo acessando o conhecimento sobre handebol e a peteca. E se desenvolveram de maneira mais destacada que os outros colegas que não participaram das primeiras aulas. A Bolsista do programa amplia este olhar e destaca que

> "o contentamento dos alunos ao realizar atividades que ele até então não conheciam, que nunca tiveram a oportunidade de praticar, era grande. Alguns relataram que nunca tinha visto uma peteca antes, e que existiam conteúdos específicos na educação física escolar das escolas deles nos quais eram trabalhados nas aulas - a exemplo o futsal. Relataram que nunca praticaram o handebol na escola, muito menos peteca". (DIÁRIO DE BORDO, 2017).

Neste sentido, percebe-se algo que muito se debate na área de Educação Física, a monocultura do ensino do futebol. Condição a ser superada, entendendo que devemos ampliar os conhecimentos da cultura corporal e suas diversas manifestações para crianças e jovens em idade escolar.

Algumas situações que ocorrerem durante as aulas de esporte merecem um destaque, por exemplo, os conflitos que foram surgindo, desentendimentos entre os alunos, necessitando maior atenção e mediação dos professores para conscientizá-los e, especialmente, podermos fazer a relação sobre a temática cidadania que também estava em jogo. Respeitar as limitações do outro, ser ético, ser cooperativo. E um ponto positivo é que as discussões sobre os temas ligados a cidadania ajudaram no desenvolvimento das aulas e no respeito dos alunos entre eles.

5 CONCLUSÃO

Compreende-se que a extensão universitária ocupa um espaço importante para atenuar as dificuldades e lacunas percebidas pelos currículos disciplinares dos cursos de graduação, pois, congrega em si as experiências práticas dos conteúdos. Oportunizando os autores/atores a compreensão verídica da realidade, além da apreensão diferenciada potencializando a formação.

As ações desenvolvidas através das atividades extensionistas do Programa PEAC, possibilitaram vivências e conhecimentos através de temáticas ligadas ao esporte para discentes e docentes. No intuito de contribuir na qualificação da formação docente. O que foi possível perceber nas avaliações/relatos dos participantes da oficina de peteca. O quanto a mini-aula foi interessante e importante para pensar as diferentes formas de trabalhar com o conteúdo esporte nas salas de aula, indo além do senso comum em relação ao conteúdo esporte.

Sabemos das dificuldades enfrentadas pelos professores de educação física em relação à disposição de materiais adequados e de infraestrutura em espaços pedagógicos para desenvolver as aulas, mas não podemos de registrar que a formação e o conhecimento do professor acerca da atuação docente são outros fatores importantes para que o aluno tenha acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

Nas aulas de mine-handebol e nas vivências com a peteca, percebemos em nossas avaliações e através de diálogo com os alunos. A falta de vivência, de experiência e de conhecimento deles com estes conteúdos em suas escolas.

De acordo as experiências vivenciadas no projeto de capacitação (ciclo de formação) e na escola de esporte no programa de extensão. Acredita-se que o trato com o esporte, conteúdo da Educação Física, mediado na dimensão educacional e inclusiva proporciona qualidade de vida (gosto pela prática esportiva), interação social e formação esportiva e cidadã.

REFERÊNCIAS

ALVES, Felipe Rocha et al. Fatores motivacionais para a prática das aulas de educação física no ensino médio. **Conexões**, v. 14, n. 2, p. 53-72, 2016.

BARBOSA, Jaderson Silva; ARAÚJO, Miguel Almir Lima de. Educação (Física) esporte: nas teias de uma pesquisa-ação extensionista em uma universidade pública baiana. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 2., p. 392, abr./jun. de 2015.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional.**Folha de São Paulo**,1999.Disponível em: <http://www.biblioteconomia.cjb.net>. Acesso em: 18 dez. 2015.

DARIDO, Suraya Cristina. Os conteúdos da Educação Física na escola. **Educação Física na escola:** implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 64-79, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Suraya_Darido/publication/266186057_OS_CONTEUDOS_NA_EDUCACAO_FISICA_ESCOLAR/links/55b2271108ae9289a0851071.pdf> Acesso em: 2juh. 2018.

DE PEREIRA, Fausto Pereira. Diagnóstico da Educação Física escolar: Uma Análise Comparativa de Instituição Pública e Particular no Município de Uruguaiana-RS. **Revista da Graduação**, v. 4, n. 1.Disponível em:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/8840/0> Acesso em: 1 jun. 2018.

DUCKUR, Lusirene Costa Bezerra. **Em busca da formação de indivíduos autônomos na aula de Educação Física**. Campinas, SP, 2004.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus-AM, maio, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. 7a edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime et al. (org). **Esporte de marca com rede divisória ou muro/ parede de rebote**: badiminton, peteca, tênis de campo, tênis de mesa,voleibol,atletismo. Maringá: Enduem,2014. Cdd 22.ed. 796.

MEDEIROS, Régis. Quais os saberes necessários para a prática docente, freire, tardif e gauthier respondem? **Revista Eletrônica "Fórum Paulo Freire"** Ano 1 – Nº 1 – Julho 2005.

MEYER SANCHES, Simone; RUBIO, Kátia. A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. **Educação e pesquisa**, v. 37, n. 4, 2011.Disponível em:<http://www.redalyc.org/html/298/29821081010/>Acesso em:1 de joh. 20118.

RAIMUNDO, Alessandra Cristina; COLUCI, Luciana;PEDROSA, Valquiria. Implementação da peteca nas aulas de educação física: uma abordagem sócio-crítica**. Revista Especial de Educação Física** – Edição Digital nº. 2 – 2005 Anais do IV Simpósio de Estratégias de Ensino em Educação/Educação Física Escolar – 7 a 9 de dezembro – 2004.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18ª ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

TUBINO, Manoel. **O que é esporte**. Brasiliense, 2017. Disponível em:<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=LmkvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=esporte+educacional+conceito&ots=7WdW1SnO_B&sig=bsctxAdHpF6_N50siRz8QdXxEc#v=onepage&q=esporte%20educacional%20conceito&f>Acesso em: 1 jun. 2018.

VAGO, Dr Tarcísio Mauro. Pensar a educação física na escola: para uma formação da infância e da juventude - **Cadernos de formação RBCE**, 2009.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

TARSO MI TECHO SOLIDARIO

Daniela Cañas Valencia[142]; Alejandro López Toro[143]

Tarso es un municipio del suroeste antioqueño en el país de Colombia, cuya población oscila entre los 6500 y 7000 habitantes, la mitad de esta población se encuentra en la zona rural, su clima cálido permite el monocultivo del café y los cítricos. Históricamente es recordado por ser el segundo municipio del país que tuvo la iniciativa de una asamblea constituyente, un artículo nos contaba: “Tarso, un pueblo desconocido, pero con historia”. Tarso, al igual que Colombia mantiene el fenómeno de desigualdad en la distribución de la tierra, alrededor del 1% de las personas concentran el 75% de la tierra instaurando en el imaginario cultural la figura del patrón, del trabajo informal y la falta de liderazgo.

“Tarso mi techo solidario” es un proyecto basado en la IAP (Investigación acción participativa), busca construir valores solidarios que impriman unidad y cohesión, de tal manera que puedan crear y fortalecer la asociatividad y autonomía de las comunidades a través del tema de vivienda: 1) Legalización, 2) construcción de vivienda nueva 3) mejoramiento de vivienda, 4) voluntariado. Nuestro proyecto busca apoyar a las comunidades en este proceso realizando las siguientes actividades:

1) Nos reunimos con las comunidades para priorizar las familias que necesitan ayuda para restaurar su vivienda.

2) Realizamos ejercicios de cartografía social con las comunidades-

3) Propiciamos espacios de concertación en esta localidad.

4) Convocamos al trabajo voluntario de las comunidades en pro de mejorar una vivienda vulnerable de la comunidad

5) Hacemos visitas domiciliarias para evaluar el estado de las viviendas

6)Organizamos jornadas de donación para conseguir los materiales necesarios que permitan la restauración solidaria de una vivienda.

7) Socializamos los resultados de las intervenciones en las comunidades.

[142] Politóloga. Uniersidad Nacional de Colombia. E-mail: tarsomitechosolidario@gmail.com
[143] E-mail: alopeztoro105@gmail.com

¿Quiénes conforman techo solidario? Tarso mi Techo solidario es una red de colaboradores impulsada por la administración municipal, comunidades del municipio, organizaciones, empresarios, ONG, instituciones, universidades.

"Tarso Mi Techo solidario" es un proyecto de formación ciudadana que busca promover el pensamiento autónomo, el compromiso personal y social en las comunidades del municipio a través del tema de vivienda. Se ubica en la línea 1 "Participación para la inclusión social" del plan de desarrollo "Tarso educado para la vida 2016-2019" bajo la responsabilidad conjunta de la secretaria de "Planeación, y obras públicas".

Este proyecto nace en el 2016. Hemos acompañado a casi 100 familias de esta localidad que se encontraban en situación vulnerable de vivienda. Todo esto se ha logrado gracias a la cooperación y la solidaridad de las comunidades del territorio.

¿Por qué lo hacemos? Este proyecto es una apuesta alternativa de desarrollo económico, social y cultural para contrarrestar las causas y efectos de la economía actual: la desconfianza, la apatía, la globalización, el individualismo y la indiferencia, vicios profundos instaurados en el imaginario de nuestro municipio. Si no intentáramos una apuesta diferente, muchas familias no tendrían la oportunidad de dignificar su vivienda.

Es la economía solidaria la oportunidad para descentralizar la operatividad de los programas, que sean pertinentes y puedan responder a problemas concretos y a la idiosincrasia de los grupos humanos; este proyecto por ejemplo nos invita a considerar las diferencias entre las viviendas urbanas y rurales. En ese sentido la formación debe integrar los intereses de una comunidad económicamente agrícola y pecuaria, por eso "Tarso Mi Techo Solidario" es una propuesta que focaliza y prioriza a las familias de acuerdo a su contexto, esto lo hacemos gracias a la ayuda de las juntas de acción comunal u organizaciones comunales, en ese ejercicio convocamos a la reflexión del ser solidario, buscando acciones concretas y tangibles, en la metodología del "aprender haciendo" pues no se es solidario diciendo a las personas "se solidario", es por eso que en compañía de la secretaria de "Planeación y obras públicas" buscamos una estrategia que acercara las personas: la vivienda; pues históricamente la asignación de los mejoramientos de vivienda ha estado viciado por el clientelismo político, siendo un

ejercicio excluyente y poco equitativo, es la comunidad la que debe reconocer y priorizar las familias más vulnerables de su sector, ese primer momento es un verdadero ejercicio de transparencia y solidaridad, luego sistematizamos la experiencia y buscamos los donantes para así poder comprar los materiales necesarios para las restauraciones de las viviendas, por último realizamos convites donde las comunidades brindan la mano de obra voluntaria.

¿Por qué la solidaridad y la vivienda? La solidaridad es la forma más real de disminuir en el terreno de la política, de la cultura, de la economía y de lo vivencial el costo social de las comunidades. La vivienda es la herramienta pedagógica para que las personas puedan administrar sus recursos de una manera consciente y solidaria, ejemplo de ello es la participación de las comunidades en el mejoramiento de una vivienda para la dignificación de una familia de su sector.

GRUPO DE TRABALHO 03 – ESTADO, DIREITO E ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: ENTRE O PÚBLICO, O PRIVADO E O COMUM

A Economia Popular e Solidária, apesar das dimensões que já ocupa e do contingente potencial de trabalhadores que pode atingir, ainda é considerada periférica. Suas práticas mantêm intensa relação com aspectos locais da cultura, do ambiente, dos arranjos sociais e políticos, assim como estão a exigir a construção de estratégias de educação e políticas públicas específicas, que vão na contramão do modo hegemônico de produzir, circular e dividir os bens resultantes do trabalho humano. Qual o papel que assume o Estado neste contexto? O objetivo deste Grupo de Trabalho é, assim, reunir pesquisadores, extensionistas e experiências produtivas ou organizativas que tragam à reflexão as relações entre Economia Popular e Solidária e as instituições políticas, políticas públicas, a Administração Pública, o Direito (marco legal da Economia Popular e Solidária, formas jurídicas do trabalho associado, pluralismo jurídico, meios de solução de conflito e Economia Popular e Solidária).

ARTIGOS

COOPEMAFS: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Crislayne Conceição da Silva[144]; Daciane de Oliveira Silva[145]

RESUMO: Muitos estudos apontam que as Associações e Cooperativas no meio rural foram criadas com a finalidade de fortalecimento da Agricultura Familiar e consequente sustentabilidade para essa categoria social. Neste contexto, o presente artigo objetiva apresentar uma breve percepção de alguns atores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em relação a Cooperativa de Mulheres Agricultoras Familiares de Sapeaçu (COOPEMAFS). Para o alcance do objetivo proposto, a metodologia partiu de uma pesquisa qualitativa na modalidade estudo de caso, aplicada à COOPEMAFS, utilizando-se como instrumento de coleta, uma entrevista semiestruturada aplicada a agricultoras e agricultores, ao presidente e vice da cooperativa. A pesquisa apontou que o PAA trouxe benefícios aos sócios da COOPEMAFS no sentido do aumento da renda e inserção dos agricultores no mercado institucional, mas apresenta desafios, principalmente na sua continuidade.

Palavras-chave: Cooperativa; Agricultura Familiar; PAA.

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar não só tem um papel fundamental no abastecimento de alimentos na mesa dos brasileiros, bem como também é uma atividade econômica que gera renda e emprego a um contingente considerável de pessoas do meio rural. Segundo o Censo Agropecuário (2006), a agricultura familiar é responsável por 80% dos empregos gerados no campo e a maioria dos alimentos produzidos são direcionados ao mercado interno.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, as pessoas que labutam na agricultura familiar entre 1995/1996 a 2006, na região Nordeste totalizam 6.809.420, esse resultado mostra que o Nordeste permanece com maiores níveis de ocupação no meio rural.

[144] Tecnóloga em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: silvacris.c@hotmail.com
[145] Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: dacianeoliveira@ufrb.edu.br

A Bahia é o estado com a maior extensão territorial da região, são agricultores familiares na Bahia os responsáveis por 90% da produção local da mandioca e por 83% da produção local de feijão. A Bahia é o quinto estado do nordeste com o maior número de municípios na região semiárida, mais de 69% da região está envolvida no semiárido, é também o estado que está a maioria dos assentamentos rurais do Brasil (MDA, 2010).

Como resultado de lutas dos movimentos sociais, os agricultores familiares gradativamente foram buscando mudar esta realidade e vem sendo beneficiados com políticas específicas que se efetivaram mais precisamente com a criação do PRONAF em 1996 e da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 que regulamenta o agricultor familiar como categoria social. Além disso, como outros avanços principalmente no que se refere a inserção de agricultores no mercado institucional, podemos citar a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003.

Ao entender o foco do curso de Gestão de Cooperativas e com a finalidade de desvelar a realidade dos empreendimentos no Recôncavo da Bahia e em específico no município de Sapeaçu, esse artigo objetiva compreender a percepção dos agricultores acerca dos resultados alcançados pelo Programa de Aquisição de Alimentos na COOPEMAFS.

Para alcançar o objetivo preterido, a metodologia partiu de uma pesquisa qualitativa na modalidade estudo de caso, aplicada à COOPEMAFS, em 2016 utilizando-se como instrumento de coleta, uma entrevista semiestruturada aplicada a agricultoras e agricultores, ao presidente e vice da cooperativa.

Este artigo promove um diálogo entre a literatura pertinente ao tema com os objetivos estabelecidos pela pesquisa e encontra-se estruturado em quatro subtópicos. O primeiro explicita os objetivos e o objeto de estudo. No segundo, discutimos rapidamente a agricultura familiar brasileira e alguns apontamentos acerca do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Por conseguinte, demostraremos a vivência da estagiária em uma entidade de assessoria e, por último, as considerações finais e as referências abordadas.

2. UM SUCINTO PANORAMA ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

A Agricultura Familiar é uma forma de organização social, cultural, econômica e ambientail, que são administradas por famílias e desenvolvidas em áreas rurais. Reconhecida por meio das lutas dos movimentos sociais e dos povos do campo como um dos pilares para o desenvolvimento do Brasil, surgiram mudanças e estratégias de melhoria para o meio rural. Diante das dificuldades encontradas, o poder público foi obrigado a analisar, compreender e evidenciar as necessidades existentes na agricultura familiar, buscando assim mudanças nas políticas públicas que envolvem esse setor.

Em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), amparado pela Lei Nº 1.946, de 28 de Junho de 1996, um marco para esta atividade que apresenta como finalidade de promover o desenvolvimento sustentável de segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Outra conquista foi a promulgação da Lei 11.326 de 24 de Julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, fato que efetivamente identifica os povos do campo com algumas características específicas que os identificam como agricultor familiar.

> Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Apesar dos avanços desta modernidade ter propiciado um aumento expressivo nos níveis de produtividade e assim, contribuído para o crescimento econômico, também promoveu consequências negativas para uma parcela dos povos do campo como a disparidade de renda, o êxodo rural, exploração da força de trabalho, concentração fundiária.

> Cumpre salientar que a participação do Estado no processo de modernização da agricultura só faz sentido se compreende quais

> foram os conflitos e interesses no jogo político que se estabeleceu em seu interior. Foi do resultado destes confrontos que emergiram as políticas voltadas para a modernização da agricultura (ALMEIDA, 2011, p 21).

Isto aconteceu porque a Revolução Verde implementada pelo Estado brasileiro e a materializada em suas políticas públicas beneficiou apenas a elite rural, desprezando as questões locais relativas à especificidade ambiental e social. Em contraposição a esta postura do Estado, as mobilizações dos agricultores tinham a finalidade de ancorar as políticas públicas em ações a favor de uma modernidade ancorada em políticas voltadas para o coletivo e para a comunidade/local.

Então, podemos dizer que as políticas públicas para a agricultura familiar ainda precisam avançar para em alguma medida tentar compensar de alguma forma os anos de exclusão. Além das citadas sucintamente, iremos retratar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foco do presente artigo.

2.1 UM BREVE HISTÓRICO E INFORMAÇÕES ACERCA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Em decorrência da importância que a agricultura brasileira possui, seja pela manutenção do homem no campo, seja pela produção de alimentos para a sociedade, torna-se importante compreender a dinâmica das políticas públicas no contexto da agricultura familiar, para que, assim, seja possível verificar os aspectos positivos e negativos referentes às mesmas (BERGAMASCO, 2015). Para Mattei (2007, p. 02), o direito ao alimento deve ser prioridade:

> O enfrentamento da pobreza deve ser entendido como um processo de promoção de cidadania e de democratização da sociedade, a começar pelo acesso a um dos bens mais sagrados do ser humano que é o direito de se alimentar dignamente.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), como um desdobramento do Fome Zero. Foi idealizado com o objetivo de garantir o acesso aos alimentos às organizações que atendem pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional e, ao mesmo tempo, fortalecer e desenvolver a agricultura familiar (HESPANHOL; APARECIDA, 2013).

> O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, de agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, conforme informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (JUNQUEIRA, LIMA, 2008, p.173).

Quando foi criado o PAA, no ano de 2003, na gestão de Lula, a evolução do volume de recursos que foram repassados pelo MDA e MDS para o PAA por regiões cresceu de forma expressiva. Em 2012 foi o ano de maior repasse, cerca de R$ 586.567.130,50 ou 19,5% do total de recursos desde o início do programa. A região Sul em 2012 recebeu R$ 220.557.912 e a região Nordeste R$ 153.226.887, cerca de 36% e 30% respectivamente, regiões que mais receberam repasse desde o início do PAA. O percentual entre o ano de 2004 a 2012 variou de 30% a 78%, apresentando uma elevação. Porém, em 2013, o Governo Federal só disponibilizou R$ 355.018.788,15 para Agricultura Familiar, sendo que as despesas do PAA totalizaram R$ 245.194.601,10, demonstrando o decréscimo no volume de recursos, em comparação aos anos anteriores (OLIVEIRA, PINHEIRO, s/n).

> A baixa execução pode ser atribuída a diversos fatores como: a seca ocorrida no Nordeste, redução da demanda de Compra Direta, cancelamento da Formação de Estoque com liquidação física, remodelação dos normativos, entre outros fatores que somados culminam neste desfecho (OLIVEIRA, PINHEIRO, 2014, s/n).

É importante salientar que os beneficiários do PAA são os fornecedores (agricultores familiares) e os consumidores (indivíduos em situação de insegurança nutricional e alimentar). Os pré-requisitos para os agricultores participarem partiu da existência de DAP pessoa física – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), documento que qualifica a família como de agricultores familiares individualmente, ou em organizações de agricultores por meio da DAP pessoa jurídica do respectivo empreendimento.

O programa ainda objetiva fortalecer a agricultura familiar, os circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentivar hábitos alimentares saudáveis; e estimular a organização dos agricultores familiares em cooperativas e associações. Becker, Anjos e Caldas (2009 apud BERGAMASCO, 2005, p.1511) citam outras finalidades igualmente importantes do PAA:

> A distribuição de renda, a circulação de dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo à agrobiodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional. Com isso, o apoio à produção para o autoconsumo, a partir do excedente para comercialização e do subsídio ao consumo igualmente são benefícios.

Os valores destinados aos agricultores anualmente são entre 4,5 e 8 mil reais, dependendo da modalidade, assim por mês, o agricultor tem a renda de menos de 700,00 reais. Observa-se também que o desenvolvimento só tem acontecido devido a organização dos próprios produtores rurais, onde muitos setores não são agraciados com um valor satisfatório para o investimento (LOPES; ALMEIDA, 2012).

Analisando os investimentos no PAA, percebe-se que é muito pouco em comparação a quantidade de agricultores e famílias carentes que precisam do programa, tanto para os que vendem como para os que são beneficiados. O limite de comercialização para cada produtor tem ajudado na renda, mas ainda é considerado insuficiente.

É preciso lembrar também, que um dos maiores entraves no PAA refere-se ao seu processo de realização, sendo que as reuniões com os órgãos públicos envolvidos acontecem meses antes, e demora em torno de seis meses para ser operacionalizado. Sendo assim, ocorre o desgaste das famílias que produzem os alimentos para serem entregues e com os atrasos nos pedidos do programa, fato que pode propiciar prejuízos para os agricultores (RIBEIRO; DIAS, 2013). Rocha, Silva e Coelho (2007) denominam esta situação como falta de sintonia entre o calendário do programa com a produção na região, o que consequentemente provoca a falta de programação com o fluxo de recursos financeiros.

Ainda segundo os autores, programas como o PAA, PNAE contribuem para o aumento de compras realizadas por municípios e estados diretamente da agricultura familiar, ambos considerados como redes de proteção social. Assim, suas implementações propiciariam um sistema descentralizado de produção, consumo e distribuição, amparado no tripé Estado, Sociedade e Mercado.

Quadro 1- Modalidades e formas de acesso ao PAA

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R$ 8 mil	-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

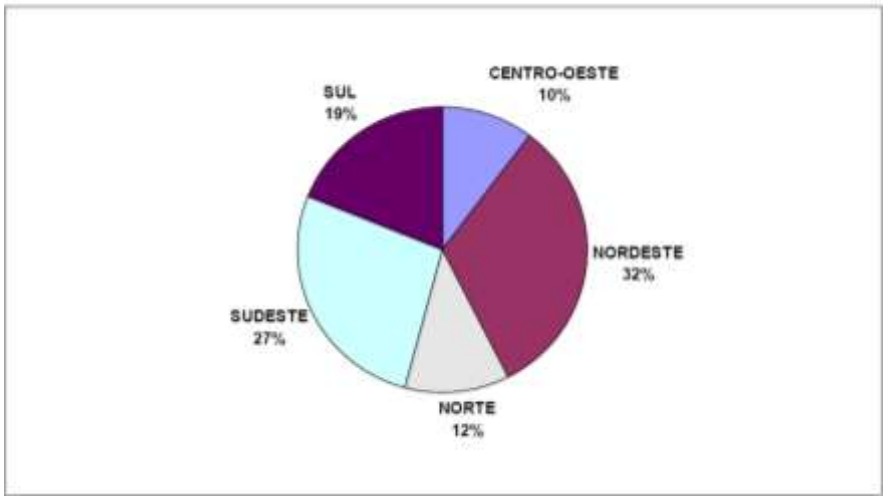
Fonte: Ministério de Desenvolvimento Agrário (2016)

O PAA é operacionalizado pela CONAB, que tem a responsabilidade de credenciar as entidades que são beneficiadas com o PAA, os polos de compra, sejam no formato de associações ou cooperativas de agricultores. Para serem contempladas pelo PAA os empreendimentos devem apresentar uma proposta de participação no programa.

> Para iniciar sua operacionalização, uma organização de agricultores deve encaminhar à CONAB uma proposta de participação com informações sobre os agricultores envolvidos, os alimentos a serem adquiridos com suas respectivas quantidades. Além disso, deve mencionar também quais entidades receberão as doações e qual período de entrega (AGAPTO et al, 2012, p. 14).

Para Hespanol (2013), a concentração de agricultores pode ser justificada pelo maior grau de organização coletiva dos agricultores, da maior divulgação do programa nestas unidades de federação e pelo número de agricultores. Portanto, essa concentração também define o destino dos recursos do PAA. O gráfico 1 explicita em percentual a distribuição dos recursos por região, destacando a região Nordeste com 32% e a região Sudeste com 27%.

Gráfico 1 – Distribuição dos recursos do PAA por região em 2015



Fonte: CONAB (2016)

Esse dado contribui para começarmos a entender como a política pública do PAA foi operacionalizada nas regiões brasileiras, o que reforça a preponderância das regiões nordeste e sudeste, respectivamente, no recebimento dos recursos no acesso aos recursos do referido programa.

3 A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COOPEMAFS A RESPEITO DA PARTICIPAÇÃO DO PAA

A COOPEMAFS foi criada no ano de 2012, com o incentivo do poder público municipal, mais precisamente com o apoio e iniciativa da Secretaria da Agricultura Familiar do município. As agricultoras deliberaram o processo de constituição de uma cooperativa, entendendo que esta era a melhor forma para se inserirem em políticas públicas, principalmente no acesso ao mercado institucional, mais precisamente no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Doação Simultânea e futuramente em outras políticas públicas.

Os dados de campo apontaram que os associados conheceram o PAA-DS por meio da Secretaria de Agricultura. Estas pessoas foram convidadas a participar de uma reunião em 2011, na qual foram consultadas se tinham interesse em participar do programa e assim começaram a fazer parte.

> Conheci o PAA através da Secretaria da Agricultura, onde fizeram uma reunião com nós agricultores e apresentaram o programa, me identifiquei e acreditei que seria um caminho bom e passei a fazer parte. Mesmo com dificuldades, algumas coisas já melhoraram pra gente como, o nosso conhecimento sobre algumas coisas da Agricultura Familiar. (ENTREVISTA COM UMA ASSOCIADA, 2016).

Para compreendermos a estrutura da COOPEMAFS e sua capacidade de atender ao Programa PAA, questionamos aos associados se existem dificuldades na produção dos produtos (bolo de aipim, mandioca, puba, biscoitos, beiju e polpas) demandados pelo CRAS. Segundo eles, como não existe demanda além do referido programa, a quantidade produzida limita-se as demandas do contrato. Um fato que mostra a fragilidade do empreendimento refere-se a falta de um espaço apropriado para produzir os bolos e as polpas. No primeiro caso é mais fácil, pois como a produção é simples, os cooperados o fazem em suas casas individualmente. Em relação à fabricação de polpas que requer uma estrutura específica composta de maquinários especializados, torna-se inviável.

> O trabalho manual não tem dificuldades, mas precisamos de um espaço para fazer as coisas com máquinas. O espaço que tem é alugado, mesmo assim não tem como usar porque não tem máquinas, a gente fica triste com essa situação mas não desistimos do programa (ENTREVISTA COM UMA ASSOCIADA, 2016).

Diante disso, surge a necessidade de aprimorar a infraestrutura de produção que garantam melhores condições de trabalho a qualidade do produto. A falta dessa estrutura adequada pode gerar transtornos para a população rural, bem como conflitos entre as partes e um possível declínio da comunidade no que se refere ao trabalho coletivo.

Outra dificuldade em relação à produção, refere-se a baixa safra da mandioca, principalmente no período que abrange o verão. Como o preço do produto estabelecido pelo PAA-DS é tabelado, a venda deste por parte do agricultor torna-se inviável, pois o retorno é muito baixo. No caso do preço do bolo, por exemplo, estabelecido pelo PAA-DS ainda é razoável comparado com os custos que englobam matéria prima e a mão de obra dos associados, o que garante um retorno

financeiro satisfatório. Mesmo assim, os cooperados afirmaram que não desistem do projeto e participam desse desde a fundação do empreendimento, destacando que mesmo trazendo baixo retorno financeiro, contribui minimamente para a renda de suas famílias.

Os agricultores destacaram algumas de suas principais dificuldades para atender ao PAA. Dentre elas, a necessidade de ter preços mais justos, um aumento, por parte do governo no volume de recursos e na regularidade na liberação dos mesmos, a falta de capital para compra da matéria prima, a inexistência de alguns equipamentos para produzir com qualidade superior, a dificuldade na comercialização, etc.

Os cooperados também apontaram conquistas e melhorias para a maioria dos associados: o pagamento é feito no prazo combinado, o recurso recebido é dividido entre os associados e a sobra como reserva da Cooperativa; para alguns, um avanço na formação, pois os associados participaram de cursos ofertados pela Assistência Técnica ligados à melhoria na qualidade dos alimentos. Reforçaram ainda o aumento da renda na família, que também é acrescida por meio da participação no programa Bolsa Família.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que o Brasil realizou grandes avanços nas políticas públicas direcionadas a segurança alimentar e nutricional, ao longo dos últimos anos. Avanços expressivos que puderam contribuir para a diminuição da pobreza e da fome.

O presente trabalho objetivou compreender a percepção dos agricultores acerca dos resultados alcançados pelo Programa de Aquisição de Alimentos na COOPEMAFS. As entrevistas com os agricultores apresentaram a inserção no mercado institucional, enfatizando as experiências com o PAA, os benefícios e as dificuldades do referido programa.

Através da pesquisa, foi possível diagnosticar as limitações que os agricultores enfrentam para realizar o PAA. Existem gargalos que interferem nos processos produtivos da Cooperativa, comprometendo as sobras, principalmente na comercialização e mais precisamente na regularidade da liberação dos recursos. Infelizmente o PAA apresenta limitação na sua abrangência no meio rural, a falta de

acesso ao conhecimento deixa explícita a necessidade de investimentos do poder público para o fortalecimento da educação no campo.

A COOPEMAFS foi idealizada pela prefeitura do município e ao mesmo tempo, é por meio desta que o acesso ao mercado institucional acontece. Diante disso, como houve mudança na gestão municipal, os dois secretários da agricultura que até o presente momento ocuparam o cargo, não se familiarizaram com a situação da organização. Com as mudanças na gestão, o meio rural fica vulnerável a modificações através dos atores responsáveis pelo projeto, aumentando as deficiências no campo e afastando as soluções. O efeito na agricultura se torna grave e cria barreiras para o desenvolvimento no meio rural.

Um dos papeis do PAA perpassa pela diminuição da insegurança alimentar que predomina no país e em paralelo, promover a inserção dos agricultores no mercado institucional. Mesmo com todos os avanços, sabemos que, como toda política pública, depende dos esforços, interesses pessoais e gerenciamento dos sujeitos que a conduzem. Nesse caso, a irregularidade na frequência era decorrente, mas com a mudança de governo em maio desse ano, a situação tornou-se mais crítica, o que está inviabilizando várias políticas sociais do governos anteriores.

As políticas públicas interferem na vida do cidadão, pois trabalha questões coletivas por meio de ações do governo, sanando conflitos e estabilizando a sociedade através de ações. Em alguns momentos, infelizmente são direcionadas pelos gestores considerando seus interesses, como uma pirâmide onde os grandes fortalecem os grandes e os fracos continuam dependentes e limitados a essas estratégias.

REFERÊNCIAS

AGAPTO, J.P et. al. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores**. Informações Econômicas**, SP, v. 42, n. 2, mar./abr. 2012 Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2012/tec2-03-04-2012.pdf Acesso em: 24 nov. 2015.

ALMEIDA, Jalcione (org). **A modernização da agricultura**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação

Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

ASCOM, MDS, MDA. **Cartilha PAA fev. 2010** Disponível em: www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user.../CARTILHA_PAA_FINAL.pdf Acesso em: 14 jan. 2016.

ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza, BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira, **Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP)**. Fevereiro/2014 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010320032014000600011&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 jun 2016.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros, Programa de Aquisição de Alimentos e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, vol. 25, num. 3, 2013, pp. 469-483 Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sn/v25n3/v25n3a03 Acesso em: 20 jan 2016.

JUNQUEIRA Clarissa Pereira et.al. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.** 2008. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/viewFile/5469/4991 Acesso em: 03 mar. 2016.

MATTEI, Lauro. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA):** antecedentes, concepção e composição geral do Programa, 2007. Disponível em: http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/20/22 Acesso em: 20 abr. 2016.

OLIVEIRA, Kaiza Correia da Silva, PINHEIRO, Lessi Inês Farias **Avaliação de Políticas Públicas:** uma perspectiva em dados do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Outubro/2014, Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC, Ilhéus – Bahia. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt7-2.pdf Acesso em: 30 abr. 2016.

LOPES, Dori Edson, ALMEIDA, Rosemeire Aparecida, Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina – SP. **Revista Pegada** vol. 13, n 1, 132-148, Junho/2012 Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1036/1906 Acesso em: 14 jun 2016.

RIBEIRO, Dinalva Donizete, DIAS, Mariza Souza Políticas Públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 81-91, jan./abr. 2013. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/743/465 Acesso em: 05 mai 2016.

ROCHA, Ana Georgina P.; CERQUEIRA, P da Silva; COELHO, Vanessa Pfeifer. Um panorama do PAA no estado da Bahia: estudos de casos em Boa vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. **Cadernos do CEAM(UNB),** 2007. Disponível em: http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv15n29a12/5959 Acesso em: 25 jul. 2016.

DIAGNÓSTICO DE LA IMPLEMENTACIÓN DE LAS NORMAS COLOMBIANAS DE INFORMACIÓN FINANCIERA "NCIF" EN LAS MICROEMPRESAS DEL MUNICIPIO DE EL ESPINAL-TOLIMA, COLOMBIA

(DIAGNOSIS OF THE IMPLEMENTATION THE COLOMBIAN FINANCIAL INFORMATION REGULATIONS "NCIF" IN THE MICRO-ENTERPRISES OF THE MUNICIPALITY ESPINAL-TOLIMA, COLOMBIA)

Elizabeth Palma Cardoso[146]; Orlando Varón Giraldo[147]; Juan Leonardo Murillo Sierra[148] y Andrés Ricardo Castañeda Orjuela[149]

Resumen: El objetivo de este estudio es elaborar un diagnóstico de la actual aplicación de las NCIF en las empresas del grupo 3 del municipio de El Espinal ubicado en el departamento del Tolima, tomando como base la convergencia de la Norma Colombiana de Información Financiera para microempresas. Este análisis permite dilucidar cuál es la situación vigente de estos pequeños negocios espinalunos ante la adopción del nuevo modelo contable, en este caso las NCIF, para mejorar la eficiencia, productividad y competitividad de las respectivas compañías. La metodología utilizada hace referencia a una investigación de tipo descriptiva, empleando como técnicas la realización de una encuesta y una entrevista semi-estructurada para la recolección de la información, tomando una muestra de 50 empresarios del municipio para la aplicación del instrumento, lo cual permite evidenciar la falta de conocimiento o de disposición para implementar las NCIF y por ende, las NIIF.

Palabras clave: Microempresa, Normas Internacionales, Convergencia.

1 INTRODUCCIÓN

En los últimos años Colombia ha experimentado actualizaciones normativas que tienen como fin llevar a la preparación de información financiera de una forma contable a nivel internacional, donde la transparencia, la programación, la fiabilidad, sean aspectos primordiales. Esto se realiza teniendo en cuenta y valorando los riegos por los efectos fundamentales que puedan suceder al preparar la información contable.

[146] Magister en Educación, Especialista en Docencia Universitaria, Contador Público. Grupo de Investigación SICOFAS. Facultad de Economía, Administración y Contaduría. Instituto Tolimense de Formación Técnica Profesional-ITFIP. epalma@itfip.edu.co
[147] Magister en Educación, Especialista en Docencia Universitaria, Administrador Financiero. Instituto Tolimense de Formación Técnica Profesional-ITFIP. ovaron@itfip.edu.co
[148] Contador Público, egresado del Instituto Tolimense de Formación Técnica Profesional. Semillero Sicof del Grupo de Investigación SICOFAS Facultad de Economía, Administración y Contaduría. jmurillo31@itfip.edu.co
[149] Contador Público, egresado del Instituto Tolimense de Formación Técnica Profesional. Semillero Sicof del Grupo de Investigación SICOFAS Facultad de Economía, Administración y Contaduría. andrescastaneda256@gmail.com

Para Colombia, la convergencia por primera vez de la Norma Internacional de Información Financiera (NIIF), se manifiesta obligatoriamente por exigencia y por actualización para una mejor presentación en la información financiera. Es por ello que el Consejo Técnico de Contaduría Pública, como ente doctrinal de la profesión contable en nuestro país y amparado en las atribuciones que la Ley le otorga en los términos de "Determinar y aprobar los principios de contabilidad aplicables en el país", ha tomado como iniciativa convocar a aquellos que usan la información contable a que realicen en este proceso de análisis una preparación de los Estados Financieros, considerando que esta normativa "NCIF" para microempresas ya estará en vigencia.

Pese a lo anterior, su adopción sigue siendo un problema hasta la fecha, debido a que en muchos municipios, entre esos El Espinal, no existe la continua capacitación para los empresarios, o incluso, no hay la suficiente disposición ante la aplicación de un modelo contable más confiable y eficiente; para el caso específico del municipio, los propietarios de negocios no tienen conocimiento de la norma y son muy pocos los que desean recibir capacitación para su oportuna aplicación.

2 FUNDAMENTACIÓN DE LAS NORMAS INTERNACIONALES DE INFORMACIÓN FINANCIERA

En un mundo globalizado es relevante considerar que los mercados financieros bursátiles están interconectados y que la información contable y financiera debe estar disponible y comparable a nivel internacional en tiempo real. Es precisamente la necesidad de estandarización de esta información lo que obligó a la creación de la entidad independiente el "*Accounting Principles Board* y el *Financial Accounting Standard Board* en Estados Unidos, con el propósito de generar normas de aplicación contables, en particular pensadas para las empresas que se encuentran y cotizan en el mercado bursátil"[150]

Se pone de manifiesto, que el alto valor que implica para las empresas la implementación de las normas es bastante elevado, pero siempre buscando claridad y comparabilidad en la información. En esa dirección, "el IASC (Internacional Acounting Standards Committe) suscribió un acuerdo con la IOSCO (Organización

[150] Grupo de Trabajo de NIIF del Comité de Emisores de la Bolsa de Valores de Colombia (BVC), conformado por Emgesa-Codensa, en su calidad de líder del grupo, Bancolombia, ISAGEN , Almacenes Éxito, EPM y la Bolsa de Valores de Colombia (2015)

Internacional de los Organismos Rectores de las Bolsas de Valores) en 1995, cuyo fin era comprometerse a revisar sigilosamente la rigurosidad de las Normas internacionales de Contabilidad (NIC)"[151]

En esa misma línea, la Unión Europea concibe que las estrategias de estandarización de normas contables y financieras favorezcan la supresión de barreras a la movilidad internacional de capitales. Así las cosas, "en los países europeos se promueve un ajuste profundo de la IASC que pasa a llamarse IASB (Internacional Accounting Standards Board). La primera gran tarea de esta organización es preparar la nueva normativa conocida como las Normas Internacionales de Información Financiera, comúnmente conocidas como NIIF"[152].

2.1 ACERCA DE LA NORMA.

En el año de 2009 "la Ley 1314 de 2009 definió el marco normativo que debería ser aplicado para efectos de implementar las NIIF en Colombia. Se definieron principios, normas de contabilidad y de aseguramiento de la información que serán aceptados en el país. Esta Ley también señaló cuáles eran las autoridades competentes y los procedimientos pertinentes para la expedición de normas y vigilancia de su cumplimiento"[153].

Por su parte, "la Contaduría General de la Nación, en su Resolución 743 de 2013 incorporó en el Régimen de Contabilidad Pública el marco normativo dispuesto para el cumplimiento de las NIIF. Estas disposiciones se aplican fundamentalmente a las empresas que cotizan en bolsa, o que captan o administran ahorro público" [154]

2.2 ¿QUIÉN REGULA LAS NIIF?

En Colombia "el Consejo Técnico de la Contaduría Pública, es la entidad encargada de la normalización técnica de normas contables, de la información

[151] Grupo de Trabajo de NIIF del Comité de Emisores de la Bolsa de Valores de Colombia (BVC), conformado por Emgesa-Codensa, en su calidad de líder del grupo, Bancolombia, ISAGEN , Almacenes Éxito, EPM y la Bolsa de Valores de Colombia (2015)
[152] Ibíd.
[153] Ibíd.
[154] Ibíd.

financiera y del aseguramiento de la información. Cuando así lo dispone en coherencia con las transformaciones de las normas internacionales, el Consejo eleva sus propuestas de reforma a los Ministerios de Hacienda y Crédito Público y de Comercio, Industria y Turismo, para su aprobación. Los ministerios analizan y aprueban de manera conjunta; por su parte, las Superintendencias son las encargadas de supervisar que las diferentes entidades económicas cumplan la normativa en los diversos aspectos contables, la información financiera y el aseguramiento de información y obviamente sancionar a quien incumpla con las normas. Esta misma entidad genera normativa (normas técnicas especiales, interpretaciones y guías) para implementación de los comerciantes. Por otro lado, la Contaduría General de la Nación es el ente con potestades regulatorias en lo tocante a la contabilidad pública" [155].

2.3 ¿EN QUÉ SE FAVORECEN LAS EMPRESAS CON LAS NIIF?

Dado que las NIIF tienen como propósito "proveer un conjunto de estándares contables de alta calidad, claros de aplicación universal y uniforme, se proyectan los siguientes beneficios para las empresas que las implementen de manera adecuada (…) El uso de un lenguaje mundial para la comunicación de la información financiera, permitirá un mayor entendimiento y mayor facilidad para las empresas de acceder a los mercados mundiales de capitales (…) Mejorará la comunicación de las compañías y sus grupos de interés, y su confianza en la empresa (…) Permitirá a los grupos multinacionales aplicar una contabilidad común en todas sus filiales, lo cual favorece las comunicaciones internas, la calidad de la información que se elabora para la dirección y el proceso de toma de decisiones (…) En mercados cada vez más competitivos, las NIIF permiten a las empresas compararse con sus pares de todo el mundo, y a los inversionistas y al mercado comparar los resultados entre las compañías en el nivel mundial."[156]

2.4 AVANCE DE LAS NIIF EN COLOMBIA

[155] Grupo de Trabajo de NIIF del Comité de Emisores de la Bolsa de Valores de Colombia (BVC), conformado por Emgesa-Codensa, en su calidad de líder del grupo, Bancolombia, ISAGEN , Almacenes Éxito, EPM y la Bolsa de Valores de Colombia (2015)
[156] Ibíd.

En el país, aunque la norma es de 2009, su aplicación ha sido gradual y hasta renuente por parte de los empresarios, al punto que en la actualidad existen grandes discrepancias entre quienes apoyan su implementación y quienes se rehúsan a aceptarla por costos de transacción.

Una de las dificultades en la implementación de las NIIF en Colombia tiene que ver con aspectos legislativos. El proceso ha tenido muchas trabas y ha puesto al margen del escenario internacional a muchas empresas nacionales. Aunque en Colombia la contabilidad se reglamentó formalmente en 1993, adaptando las NIC de esa vigencia, existen grandes sectores empresariales, especialmente de microempresarios que no las aplican en la actualidad.

Dentro de las principales situaciones adversas que se presentan para la adopción de las NIIF en Colombia se pueden contar:

- Baja cultura de armonización de normas por parte de los empresarios
- Sentimiento de inconformidad generalizado porque se asume que la convergencia implicará altos costos de transacción
- Mala comunicación por parte de las entidades públicas
- La existencia de casos contables de las NIIF diferentes a los de la contabilidad que siempre se venía manejando en Colombia.

3 MÉTODOS Y MATERIALES

La presente investigación es de tipo descriptiva debido a que se realizó un diagnóstico, con base en una encuesta y una entrevista semiestructurada, con el fin de conocer y describir la situación actual del municipio de El Espinal respecto al conocimiento, aplicación y vigencia de las NCIF.

Para la elaboración de la encuesta, se seleccionó una muestra al azar conformada por 50 empresas del municipio de El Espinal las cuales son consideradas microempresas del sector comercial bajo la Norma Colombiana de Información Financiera. Esta encuesta permitió obtener información mediante la aplicación de preguntas dirigidas hacia los microempresarios, las cuales fueron preguntas cerradas, ordenadas y bien estructuradas.

Por otra parte, las fuentes de información secundaria se basan en investigaciones, libros, tesis y otras fuentes como noticias y artículos de periódicos. A su vez, se realizó una entrevista semiestructurada a funcionarios de la Cámara

de Comercio de El Espinal, a la Dirección General de Estadística y Censo de la Alcaldía del municipio.

4 RESULTADOS Y DISCUSIÓN

En el municipio de El Espinal, la mayoría de microempresarios del sector comercial carecen de conocimiento y disposición de aplicación de las NCIF. Algunos de ellos están dispuestos a recibir capacitación para lograr implementarlas y otros sencillamente no. A continuación se exponen los principales resultados de la encuesta aplicada a los 50 microempresarios del municipio.

Dentro del diagnóstico es importante ver que en la composición sectorial económica del municipio de El Espinal, el sector de más relevancia es el comercial y de servicios, seguido por las actividades manufactureras y las actividades agropecuarias. (Gráfica 1).

Grafica 1 ¿Cuál de las siguientes actividades corresponde con el principal objeto social de su empresa?

Fuente: Elaboración propia

Gráfica 2 ¿Conoce usted y aplica las Normas Colombianas de Información Financiera expedidas en 2009 y que tienen carácter obligatorio y paulatino para todos los empresarios?

Fuente: Elaboración propia

Ahora bien, al observar el conocimiento que tiene la población empresarial del municipio sobre las NCIF, se muestra en la **Gráfica 2,** que el 64% de los encuestados no conocen las NCIF, lo cual se convierte en una inconveniencia para el proceso de convergencia. Por otra parte, el 34% de los microempresarios conocen las normas, pero aún, no las han implementado completamente en sus negocios, lo que implica una falta de interés por parte de los mismos, sin percatarse de las consecuencias legales que pueden ocurrir. Por otro lado, solo el 2% de los encuestados conocen e implementan totalmente esta normatividad, dejando a la vista la pobre participación de convergencia de NCIF.

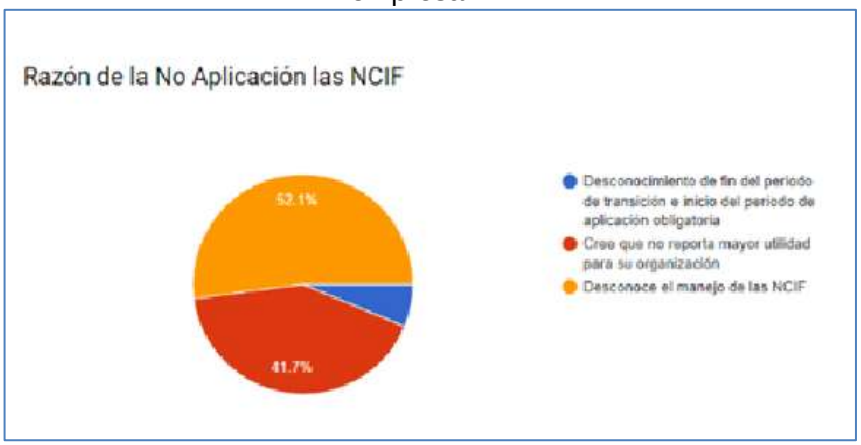
Gráfica 3 ¿Es usted consciente de que la DIAN exige el cumplimiento parcial de las NCIF para su tipo de empresa (Grupo 3) desde el 31 de diciembre de 2014?

Fuente: Elaboración propia

A lo anterior, se suma el hecho de que el 56% de los microempresarios no son conscientes de que la DIAN exige el cumplimiento parcial de las NCIF para

su tipo de empresa (Grupo 3) desde el 31 de diciembre de 2014. Solo el 44% posee este conocimiento, como se observa en la **gráfica 3.**

Gráfica 4 ¿Por qué razón no aplica las NCIF en el ejercicio contable y financiero de su empresa?



Fuente: Elaboración propia

Luego, al analizar el por qué no aplican las NCIF en el ejercicio contable y financiero de la empresa, de acuerdo a la **Gráfica 4,** el 52.1% de los empresarios no lo hacen, porque desconocen el manejo de las NCIF, el 41.7% de los encuestados creen que no reporta mayor utilidad para su organización y el 6.2% de los microempresarios desconocen el fin del periodo de transición e inicio del periodo de aplicación obligatoria de las Normas Colombianas de Información Financiera.

Con base en el resultado de la gráfica anterior, la Institución de Educación Superior ITFIP con estudiantes y docentes de Contaduría Pública, se han puesto en la tarea de realizar conferencias, talleres, cartillas de manejo y otras metodologías para la implementación de estas nuevas leyes, con el fin de que los microempresarios puedan cumplir con estas mismas y regulen sus negocios con base en la normatividad vigente con las diferentes herramientas que la DIAN ofrece.

En ese sentido, la implementación de los talleres y cartillas para presentar a la comunidad empresarial, cobra bastante relevancia y beneficia a los microempresarios, puesto que se favorecen con una estrategia de enseñanza-aprendizaje, de acuerdo a una necesidad evidente que tienen estas personas de recibir educación respecto al tema.

Gráfica 5 ¿Está interesado(a) en recibir capacitación para conocer y comenzar a implementar las NCIF en su empresa?

Fuente: Elaboración propia

Una medida relevante ante el desconocimiento de la norma es la capacitación. Sin embargo, pese a que se ofrecen las capacitaciones, hay un buen número de microempresarios que no están interesados en recibirlas. De acuerdo a la **Gráfica 5**, con base en aquellos que no han implementado las NCIF, el 66% de los microempresarios están interesados en la capacitación e implementación de estas normas para sus empresas, y el 34% restante determina que no están interesados en recibir capacitación. Es importante aclarar que las personas que dicen no a la capacitación, manifiestan que es porque no cuentan con los recursos económicos para hacerlo, pero que si quieren que sus negocios progresen.

Gráfica 6 ¿Qué sistema contable implementa en su empresa?

Fuente: Elaboración propia

Por último, en la **gráfica 6,** se manifiesta que el 76% de los encuestados implementan un sistema de caja para el control de los recursos de sus negocios, el

18% utilizan el sistema contable SIIGO, el 4% se basan para el registro de sus hechos económicos en la Ley 2649 y el 2% restante implementan totalmente las Normas Colombianas de Información Financiera (NCIF). Estos resultados permiten esclarecer que hay bastante trabajo para realizar en busca de mejorar la competitividad empresarial del municipio de El Espinal. Las empresas no se deben quedar en medidas poco efectivas e inseguras, la idea es que el tejido empresarial vaya avanzando en la medida en que vayan creciendo las oportunidades y las metodologías que se crean con el fin de incrementar la economía de un sector económico.

El 76% que usan un sistema de caja, en su mayoría son tiendas de barrio y peluquerías que no generan ingresos elevados para su control, tampoco cuentan con el recurso disponible para contratar un sistema contable y sus movimientos de dinero lo manejan por medio de cuadernos para el detalle de los ingresos y egresos de sus actividades.

El 18% de los encuestados que manejan paquete contable SIIGO cuentan con la disponibilidad y el capital suficiente para su adquisición y manejo del mismo, algunos son propietarios y controladores del sistema y otros contratan personal capacitado para su manejo, manifestando que en el paquete vienen incorporadas las NCIF.

4 CONCLUSIONES

- La ciudad de El Espinal cuenta con una variedad de negocios que mueven la economía a base del sector comercio para la ejecución de su progreso y estabilidad financiera, por lo cual se debe prestar especial atención a qué tan competitivo es el tejido empresarial que conforma este sector y de qué manera se pueden corregir los problemas que hay en torno a la forma en la que realizan sus actividades comerciales.
- Las Cámaras de Comercio ofrecen las herramientas para todo tipo de empresario en la adopción de nuevas normas vigentes que se establecen en Colombia y por lo general, en un grupo seleccionado, son muy pocos los que tienen conocimiento de esto y por lo tanto no son partícipes, lo que conlleva a irregularidades en los organismos de control y el estancamiento de negocios que tienen las capacidades de surgir. Como se dijo anteriormente, esto solo conlleva a

un estancamiento en el proceso de convergencia de las normas NCIF y a un detrimento en la competitividad del tejido empresarial.

- Las Normas Colombianas de Información Financiera, específicamente para el grupo 3, buscan mejorar las brechas que el sistema ha generado, utilizando mecanismos más apropiados para el control y manejo de los inventarios, dinero, y todo lo relacionado para sus negocios, en lo que propone un lenguaje universal para todas las empresas y para todo tipo de usuarios. Esta es la idea principal bajo la cual se basan las NCIF, es por ello que es de bastante importancia que las empresas en el municipio de El Espinal se ajusten y converjan a lo que se está implementando en el nivel internacional.
- El papel de la Institución de Educación Superior ITFIP en el municipio de El Espinal, es de vital importancia en la divulgación de las NCIF y por ende en su aplicación, debido a que sirve de apoyo, generando consciencia en los estudiantes, en los microempresarios e incluso en las entidades gubernamentales del municipio, creando un ambiente propicio para el desarrollo comercial y por lo tanto en la competitividad. En ese sentido, el rol de la institución es crucial para incentivar el desarrollo e incremento de la competitividad del tejido empresarial, esto debido a que la educación es el determinante para que la comunidad empresarial se apersone más de la situación y del pro que hay a favor de implementar las normas que se ajustan a la realidad internacional.

5 RECOMENDACIONES

- Las empresas del sector comercial del municipio de El Espinal se deben interesar en la convergencia de la nueva normatividad según las NCIF para microempresas establecidas en Colombia, debido a las ventajas que traen consigo. Entre estas la aplicación y adaptación de un lenguaje universal que no solo implica la disponibilidad de información en el nivel mundial, sino también incrementos en la productividad y competitividad de las empresas al tener las “cuentas más claras”.
- Se recomienda a las empresas del sector comercial del municipio de El Espinal, aplicar las NCIF para microempresas y adoptar las fases de proceso de transición. Esto disminuiría la probabilidad de penalizaciones legales por la no implementación de las normas actuales vigentes, y por ende facilitaría los aumentos progresivos del desarrollo empresarial en El Espinal. Esto es de bastante relevancia,

debido a que un buen porcentaje de los empresarios encuestados plantearon desconocer las implicaciones legales de la no aplicación ante la DIAN, desconocen las normas o sencillamente no quieren aplicarlas.

- La adopción de la normatividad colombiana requiere de estudio y análisis claro y entendible, por ello, muchos empresarios y contadores buscan diversas herramientas para lograr de una manera eficiente la implementación de las normas. Por consiguiente, se recomienda que se continúen utilizando diferentes estrategias de enseñanza-aprendizaje como cartillas, talleres, estudios didácticos, u otras metodologías para que los empresarios del sector comercio, quienes representan la mayoría en el municipio, cambien su opinión en cuanto a la disposición de aplicar la norma contable y por tanto, estas dejen de ser un inconveniente a la hora de hablar de mejoras en la competitividad empresarial.

REFERENCIAS

ACTUALÍCESE. **Empresas del grupo 3 se ven afectadas por los nuevos cambios al artículo 499 del ET**. Enero 04 de 2017 Recuperado de: https://actualicese.com/actualidad/2017/01/04/empresas-del-grupo-3-se-ven-afectadas-por-los-nuevos-cambios-al-articulo-499-del-et/

PERIÓDICO EL Portafolio Las mipymes y la economía colombiana. **Periódico El Portafolio**. Mayo 28 de 2009. Recuperado de: http://www.portafolio.co/economia/finanzas/mipymes-economia-colombiana-435184

GRUPO de Trabajo de NIIF del Comité de Emisores de la Bolsa de Valores de Colombia (BVC), conformado por Emgesa-Codensa, en su calidad de líder del grupo, Bancolombia, ISAGEN , Almacenes Éxito, EPM y la Bolsa de Valores de Colombia (2015).

VÁSQUEZ, R.; FRANCO, W. (s.f). **El ABC de las NIIF**. Primera Edición. Editorial: LEGIS. 2011

BORRERO, A.; ORTIZ, O. **PYMES**: Implementación de Normas de Información Financiera Internacional. Editorial: Universidad del Norte. 2016

JIMÉNEZ, N. **De las normas contables colombianas a las normas estándares internacionales de información financiera**. Editorial: Piloto. 2005

SALAZAR, E. Análisis de las implicaciones no financieras de la aplicación de las NIIF para PYME en las medianas entidades de Colombia. **Cuadernos de Contabilidad***, 12 (30), 211-241.* 2011

ARIAS, M.; SÁNCHEZ, A. Valuación de activos: una mirada desde las Normas Internacionales de Información Financiera, los estándares internacionales de valuación y el contexto actual colombiano. **Cuadernos de Contabilidad**, *12* (30), 95-126. 2011

UMA CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DA BAHIA ASSISTIDAS POR UMA POLÍTICA PÚBLICA QUE VISA O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO[157]

Eliene Gomes dos Anjos[158]; Ivanice Cerruci[159]; Fábio da S. do Nascimento[160]

Resumo: Este artigo refletiu sobre os desafios enfrentados pelas cooperativas da agricultura familiar da Bahia que obtiveram assistência técnica no Programa Mais Gestão, entre 2014 e 2016. Apesar dos dados estatísticos não demonstrarem presença majoritária das cooperativas entre os segmentos mais vulneráveis, esta modalidade se efetivou como estratégia de governo e da sociedade civil para reduzir as desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. Nesse contexto, buscamos construir uma caracterização das cooperativas atendidas pelo Programa, cujo objetivo é aprimorar o sistema de gestão e o acesso mais qualificado dessas organizações aos mercados, principalmente, ao institucional. Para tanto, manuseamos um banco de dados, utilizando o SPSS, para obter as frequências de variáveis que expressam os processos de comercialização das cooperativas. Os resultados apontam que os agricultores familiares necessitam de políticas públicas voltadas para a assistência técnica, capacitação na gestão e diversificação dos canais de comercialização utilizados.

Palavras-chave: Cooperativas, Agricultura Familiar, Programa Mais Gestão.

1 INTRODUÇÃO

Embora os dados estatísticos não demonstrem presença majoritária das cooperativas entre os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, é inegável que esta modalidade, juntamente com as associações, se efetivou como estratégia de governo e da sociedade civil para reduzir as persistentes desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. A atuação dos movimentos sociais e do poder público no campo propiciou a organização de várias cooperativas e associações para livrar os agricultores familiares da subordinação dos intermediários, produzirem de forma coletiva, ampliar os canais de comercialização e facilitar a compra de insumos e acesso a serviços. Neste cenário, faz-se relevante a produção de estudos que demonstrem as possibilidades, limites e desafios para transformar a realidade dos agricultores familiares que lutam pela sobrevivência em

157 Este artigo resulta dos desdobramentos de uma pesquisa realizada pela Rede de Universidades do Programa Ater Mais Gestão, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), formada pelas UFRB, UFRPE, UnB, UFV, UFSM, UFRGS e o IFPA, entre 2014 e 2016.

158 Doutora em Ciências Sociais, docente da UFRB - elieneanjos@ufrb.edu.br
159 Mestranda em Ciências Sociais da UFRB - ivanicecerruci@hotmail.com
160 Graduando em Agronomia - Fabio_nasci96@yahoo.com

locus de sustentabilidade e desenvolvimento local a partir da inserção em cooperativas.

Ainda que a agricultura familiar seja um segmento estratégico para o Brasil, os agricultores familiares enfrentam limites e fragilidades socioeconômicas e produtivas. O que inclui uso de baixa tecnologia produtiva, infraestrutura econômica deficiente, incompleta ou tecnicamente defasada, fragilidade na gestão da propriedade e nas organizações sociais internas, reduzido tamanho da propriedade, baixa produtividade do trabalho, dificuldades de acesso a créditos, assistência técnica precária, gargalos na comercialização de seus produtos, baixos níveis de educação e capacitação da força de trabalho, condições de saúde insatisfatórias, desenvolvimento científico e inovações tecnológicas insuficientes, baixo valor agregado em seus produtos, dentre outros apontados por Guanziroli, Sabato e Buainain, 2011. Dentre estes, ressalta-se o desafio dos agricultores construírem estratégias para a comercialização de seus produtos, principalmente considerando que o acesso a mercados envolve diferentes elementos da cadeia produtiva como produção, beneficiamento e comercialização.

Embora a noção conceitual da agricultura familiar seja fruto de várias contendas entre os pesquisadores desse campo de estudo, pois reúne categorias sociais diversificadas e resulta de uma construção política, ela unifica segmentos dos espaços rurais que reivindicam direitos junto ao setor público e representação junto à sociedade. Nesta perspectiva, vale salientar que os agricultores familiares somente foram contemplados pela política pública na década de 1990, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os programas de reforma agrária. Nestas ações, os agricultores mais empobrecidos passam a ser reconhecidos como atores políticos e como sujeitos e beneficiários diretos de políticas públicas (GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2011).

Nesta conjuntura de luta pelos direitos, que em 1999 se dá a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com uma Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e a multiplicação de organizações econômicas da agricultura familiar (OEAF). Neste contexto de estímulo às formas associativas da agricultura familiar, os gestores públicos do referido ministério implementam políticas de assistência técnica voltadas à capacitação da gestão das organizações familiares. O Programa Mais Gestão nasce primordialmente para enfrentar o problema da operacionalização

das compras governamentais, visando qualificar a gestão assim como diversificar os canais de comercialização utilizados pelas cooperativas.

Para identificar os desafios das 40 cooperativas da Bahia que foram assistidas pelo Programa Mais Gestão, manuseou-se um banco de dados, disponibilizados pelo extinto MDA, constituído pelos dados coletados da realidade organizacional das cooperativas que á época aderiram ao programa. Em outros termos, a caracterização retratada neste artigo revela a situação das cooperativas antes de serem atendidas pela entidade parceira do Ministério responsável pela assistência técnica no estado. Com o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), um programa de análise de dados, extraiu-se frequências de variáveis que expressam os processos comercialização das cooperativas, resultando em inferências que contribuirão para o aperfeiçoamento do próprio programa e a capacitação técnica dos agricultores familiares no que tangem aos desafios voltados à gestão e ampliação do processo de comercialização.

2 POSSIBILIDADES PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS COOPERATIVAS

As organizações econômicas da agricultura familiar abarcam uma diversidade de modalidades associativas e formas de fazer agricultura que se diferenciam de acordo com tipos diferentes de famílias. Para Guanziroli, Sabbato e Buainain (2011), a heterogeneidade de subcategorias encontradas no conceito de agricultura familiar está relacionada à diversificação da formação dos grupos ao longo da história, as heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano e o capital social.

Em virtude de tais características, o rural se torna pluriativo e multifuncional, envolvendo assim as funções produtivas, ambientais, ecológicas e principalmente sociais, resultando em condições particulares dos grupos, bem como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo e por meio das políticas públicas. Guanziroli, Sabbato e Buainain consideram que ainda é válido o uso da categoria agricultura familiar, para fins de política pública, uma vez “que no Brasil os pequenos agricultores, que compõem a maioria dos agricultores familiares,

foram quase em sua totalidade excluídos dos benefícios das políticas públicas em geral [...]'' (2011, p. 331).

Nesta perspectiva, marcada por lutas e por uma construção identitária da categoria, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) representa a inclusão da categoria nas políticas públicas para o meio rural. Nestas ações, os pequenos produtores passam a ser reconhecidos como verdadeiros atores políticos e como sujeitos e beneficiários diretos de políticas públicas. De acordo com Schneider et al (2008),

> [...] o surgimento do Pronaf representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social - os agricultores familiares - que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultura de subsistência (2004, p. 21).

É no processo de mobilização e organização dos agricultores familiares que estes adquirem reconhecimento das suas lutas, do potencial produtivo e das ocupações criadas no meio rural, não apenas da própria família, pois também contribui com outras atividades diversificando as feiras e integrando cadeias agroindustriais. Por conta desse diagnóstico que Guanziroli, Sabbato e Buainain destacam a necessidade de políticas públicas eficazes e capazes de reduzir as desvantagens geradas graças à ausência de ações públicas no meio rural, como o déficit de infraestrutura e a elevada concentração da propriedade de terra.

O reconhecimento da categorial social agricultor familiar não deve ser entendido como uma mera consideração formal, pautada em leis e políticas públicas, mas como um processo complexo de construção de grupos ou categorias sociais rurais inferiorizadas historicamente e em luta por fazer-se reconhecer frente a outros atores e perante o Estado. Nesta mesma perspectiva, reafirma-se a luta por políticas públicas voltadas para as formas associativas dos agricultores familiares, como as cooperativas, pois sem um conhecimento prévio de gestão, esses agricultores assumem as funções administrativas tendo como grande desafio concorrer com suas congêneres com gestão profissionalizada e com as empresas mercantis em um mercado altamente competitivo e seletivo.

Neste sentido, Schneider e Niederle (2008) ponderam que são variados casos e mecanismos pelos quais os agricultores se utilizam para realizar as trocas no mercado.

> [...] agricultores constroem novas e múltiplas formas de diversificar os circuitos de troca em que estão inseridos, criando alternativas que lhes permitem contrapor a dominação de cooperativas, empresas, bancos e agentes que controlam o mercado de commodities. Nesse sentido, novos estilos de agricultura têm emergido da capacidade de resistência dos agricultores familiares [...] Trata-se de um esforço por autonomia que é característico da forma camponesa de produção, em que os agricultores procuram liberdade em relação a obrigações impostas pelos agentes externos com o intuito de organizar sua propriedade e o processo de trabalho de acordo com suas próprias possibilidades e necessidades (2008, p. 1009).

Os autores citam as cooperativas, num contexto de submissão dos agricultores familiares, contrárias à autonomia apregoada nos ideários dos socialistas utópicos. Elas aparecem como agentes externos que, em alguma medida, subordinam os agricultores, sejam eles praticantes ou não da forma familiar empresarial. Esse apontamento já é um indício para dimensionarmos o grau de autonomia dos agricultores cooperados na gestão dessas cooperativas.

Nas duas últimas décadas do século XX, o movimento cooperativista adquiriu novo fôlego como resposta a demandas distintas. Retomou seu caráter alternativo para a classe trabalhadora, tornando-se instrumento de geração de trabalho e renda e respondendo igualmente à reestruturação produtiva, resultante das transformações econômicas, tecnológicas e técnico-organizacionais, denominada por Harvey (1992) de acumulação flexível. Além disso, generalizou-se como reação ao desemprego estrutural, abarcando modalidades alternativas de produção e comercialização para agricultores familiares que utilizam da associação e da cooperação para enfrentar a competitividade mercantil.

Com a expansão do cooperativismo popular, principalmente no meio rural, surpreende que o Censo Agropecuário de 2006 apresente uma redução no número de agricultores associados à cooperativa. Guanziroli, Sabbato e Buainain (2011) ponderam que a quase inexistência da extensão rural entre os agricultores familiares pode ser um dos fatores que reduziu a importância do associativismo entre eles. Outra hipótese que explicaria a irrelevância estatística do pertencimento cooperativo é a ausência da associação como modalidade de organização dos agricultores no Censo, uma vez que esta é a forma mais disseminada entre os agricultores familiares conforme mapeamento da Secretaria Nacional da Economia Solidária (ANJOS, 2012).

As estatísticas não demonstrem relevância das cooperativas para os segmentos mais vulneráveis, porém esta modalidade organizacional dissemina-se seja por iniciativa da sociedade civil ou pelo fomento das políticas públicas, trazendo em seio bojo a necessidade da capacitação técnica que resulte em uma gestão qualificada para inserir a produção familiar no mercado em condições de competitividade. Além disso, faz-se necessário formar os agricultores familiares que se transfiguram em gestores para efetivar a política pública que assegura a reserva de mercado nas compras governamentais no Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), por exemplo.

As compras governamentais, doravante denominadas mercados institucionais, por sua vez, têm desde a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003, ampliado crescentemente à demanda por produtos da agricultura familiar. Dentre esses mercados, o PNAE é o mais relevante. O PNAE constitui um programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação, via transferência de recursos financeiros para estados e municípios. O PNAE é a maior e mais antiga política pública no Brasil, tendo por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que atendam as necessidades nutricionais dos alunos, durante o período letivo (BRASIL, 2009).

Apesar da obrigatoriedade da aquisição da alimentação escolar oriundos da agricultura familiar desde 2009, o processo de implementação do programa nos municípios aponta inúmeros desafios para o cumprimento do, no mínimo, 30%. Os dados das bases disponibilizadas pelo FNDE e o extinto MDA sobre o PNAE na Bahia, que retratam a aquisição pública dos municípios e o mapeamento das organizações econômicas da agricultura familiar habilitadas para o atendimento desse mercado, apresentam um quadro preocupante. As análises preliminares mostram que em março de 2016 existia um total de 1.074 organizações da agricultura familiar munidos da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAPs jurídicas no Estado da Bahia. No entanto, os dados do FNDE de 2014 para o estado mostram que apenas 127 municípios compraram acima de 30%, 213 adquiriram menos de 30% e 74 municípios não adquiriram produtos da agricultura familiar. Portanto,

constata-se o não cumprimento da meta estipulada na lei por parte da maioria dos municípios baianos, resultante da incipiente capacitação dos gestores públicos para efetivar o processo e, em alguns casos, o não entendimento do papel político e social desse programa para fortalecer a comercialização dos agricultores familiares e sua contribuição para a dinamização econômica e promoção do desenvolvimento local. Outro fator que corrobora com esse quadro é que a comercialização de produtos da agricultura na Bahia não ocorre de forma coletiva na sua grande maioria. Os agricultores familiares baianos, majoritariamente, estão comercializando individualmente ou estão em agrupamentos informais.

O contexto descrito impõe a produção de novos estudos que revelem as facetas das cooperativas e demais formas associativas da agricultura familiar que podem assegurar a viabilidade econômica e se fortalecer com a reserva de mercado instituída por lei nas compras governamentais. Resta para que esse quadro se torne realidade, a formação dos agricultores para que tenham competência para gerir seus empreendimentos e os afaste da vulnerabilidade socioeconômica característica do meio rural baiano e, por que não, brasileiro.

3 CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR QUE ADERIRAM AO PROGRAMA MAIS GESTÃO NA BAHIA

Os desafios à gestão das cooperativas da agricultura familiar se intensificam, pois devem promover o equilíbrio entre objetivos econômicos e sociais. A gestão democrática, um dos princípios do cooperativismo, não prescinde da celeridade na tomada de decisões, exigindo de forma continua o acompanhamento das oscilações do mercado. Por outro lado, a gestão é exercida pelos próprios cooperados que, na maioria das vezes, não têm habilidades suficientes para lidar com questões relacionadas às atividades administrativas (SEAD, 2016).

Com a criação do Mais Gestão justamente para suprir a carência da formação sobre a rotina administrativas das cooperativas, percebe-se que o conjunto atendido na Bahia apresenta limites quando 1.027 cooperados, ou seja, 14,83% do quadro social não têm a DAP da pessoa física, o que, em tese, os impediria de ter acesso à diversas políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares e suas organizações, como está destacado no quadro 1.

Quadro 1: Proporção de Associados em Relação às DAPs

Tipo	**Frequência**	**Porcentagem válida** %
Associados sem DAP	1027	14,8
Associados com DAP	5899	85,2
Total	**6926**	**100,0**

Fonte: MDA, 2015, elaboração própria.

Em relação às principais atividades econômicas das cooperativas, destaca-se o alto percentual para o provimento dos insumos e o consumo, 87,5%, conforme o quadro 2. Verifica-se ainda que 100% delas se dedicam à organização da comercialização, demonstrando, assim, a importância das cooperativas para a inserção mais competitiva dos produtos da agricultura familiar no mercado. Não obstante, percebe-se que um percentual significativo delas, 17,5%, não organiza a produção no coletivo. Em outros termos, para um segmento dos agricultores familiares, o processo que envolve a produção dá-se no estabelecimento familiar sem a contribuição direta da cooperativa. Por outro lado, percebe-se um percentual relativamente baixo que realiza a prestação de serviços, 32,5%, esta atividade poderia ser potencializada com a assistência recebida no desenvolvimento do Programa Mais Gestão.

Quadro 2: Principais Atividades Econômicas das Cooperativas

Áreas	**Tipo**	**Frequência**	**Porcentagem válida %**
Consumo e insumo	Não	05	12,5
	Sim	35	87,5
Total		40	100,0
Organização da Comercialização	Sim	40	100,0
Total		40	100,0
Organização da produção	Não	07	17,5
	Sim	33	82,5
Total		40	100,0
	Sim	13	32,5
Total		**40**	**100,0**

Fonte: MDA, 2015, elaboração própria

No que tange aos investimentos, a capacidade das cooperativas é bastante diversa. Enquanto algumas demonstraram ter acesso ao crédito que permitem investir valores significativos, como demonstrado na tabela 1, outras não tiveram capacidade de mobilizar capital, pois não houve nenhum investimento.

Tabela 1: Valores de Investimentos nas Cooperativas entre 2012 e 2014

Período	**Frequência**	**Mínimo** R$	**Máximo** R$	**Total investido** R$
2014	8	0,00	1.800,00	2.000,00
2013	40	0,00	772.025,00	1.086.269,00
2012	40	0,00	1.867.691,00	2.428.364,00

Fonte: MDA, 2015, elaboração própria.

A tabela 1 não nos permite explicar a drástica redução nos investimentos em 2014, uma hipótese que poderia explicar a discrepância é a coincidência desse ano com a coleta dos dados, ou seja, o ano não havia encerrado para que as cooperativas já tivessem encerrado as projeções de investimentos programadas. De qualquer forma, os valores investidos em 2013 e 2014 são significativos considerando que parte das cooperativas analisadas na base é de pequeno porte, porém, o quesito investimento não permeia a maioria, pois os valores máximos identificados remetem a uma única cooperativa, restando valores residuais para as demais.

Tabela 2 – Valores Investidos em Patrimônio entre 2012 e 2014

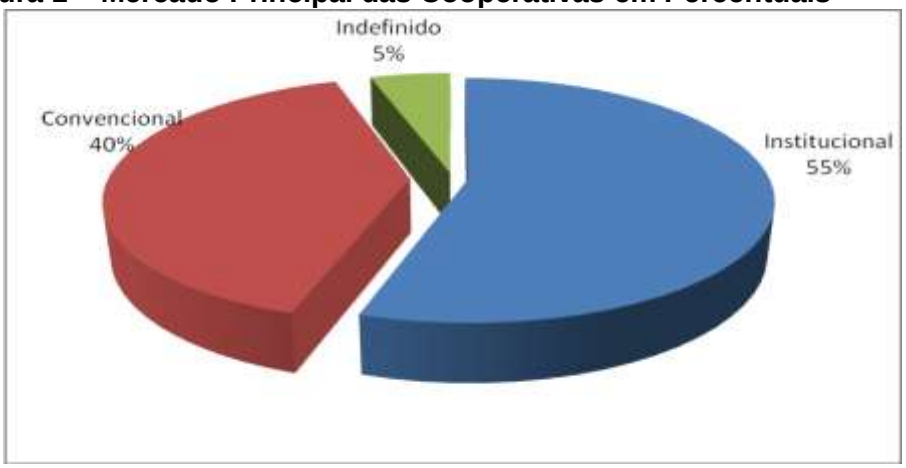
Período	**Frequência**	**Mínimo** R$	**Máximo** R$	**Total investido** R$
2014	8	0,00	6.000,00	6.200,00
2013	40	0,00	534.028,00	1.260.124,00
2012	40	0,00	431.401,00	1.273.705,00

Fonte: MDA, 2015, elaboração própria.

A tabela 2 sugere que há um número maior de cooperativas investindo no próprio patrimônio, pois os valores máximos não compõem a metade do total investido, com exceção de 2014. Os dados apresentados nas tabelas 1 e 2 somente indicam que há a prática de investimentos nas cooperativas da agricultura familiar da Bahia, ainda que esta capacidade não esteja disseminada entre elas.

Em relação aos mercados, as cooperativas analisadas apontam o institucional como o principal, 55%, conforme a figura 1.

Figura 1 – Mercado Principal das Cooperativas em Percentuais



Fonte: MDA, 2015, elaboração própria

Essa constatação evidência a relevância dos programas de compras governamentais como canais potenciais para ampliar as vendas dos produtos familiares no estado.

> Na Bahia, estado com maior número de agricultores familiares do Brasil, a maior dificuldade dos agricultores encontra-se justamente na comercialização, pois muitas vezes não há um domínio, por parte deles, do processo produtivo nem um acompanhamento pela assessoria técnica. Para mudar essa realidade, várias cooperativas de agricultores familiares do estado trabalham junto aos agricultores, visando o beneficiamento e a comercialização da produção, seguindo ações e princípios da inserção solidária, e da autogestão, destacando as potencialidades locais. Por outro lado, são necessárias ações de articulação entre a oferta da agricultura familiar e a demanda dos programas governamentais instituídos, o chamado mercado institucional, para alavancar a produção baiana, gerando emprego e renda [...] (UFRB, 2016, p,13).

As tabelas 3 4 que seguem abaixo expressam os valores adquiridos com a comercialização nos mercados institucional e convencional no ano de 2013, respectivamente.

Tabela 3: Faturamento Total no Mercado Institucional em 2013

Valores	Frequência	Percentual
0,00	23	57,5
11.375,00	1	2,5
12.924,00	1	2,5
42.405,00	1	2,5
45.000,00	1	2,5
50.000,00	1	2,5
55.000,00	1	2,5
60.000,00	1	2,5

	69.509,00	1	2,5
	74.632,00	1	2,5
	80.001,00	1	2,5
	85.278,00	1	2,5
	90.000,00	1	2,5
	120.727,00	1	2,5
	134.998,00	1	2,5
	248.252,00	1	2,5
	516.775,00	1	2,5
	1.492.350,00	1	2,5
Total	**3.189.226,00**	**40**	**100,0**

Fonte: MDA, 2015, elaboração própria

Ressaltamos que o total negociado no convencional, R$13.584.758,00, é muito superior ao institucional, R$3.189.226,00, apontado com principal para mais da metade das cooperativas. Este aparente paradoxo pode ser explicado porque somente uma delas faturou no mercado convencional um valor muito superior da média das cooperativas, R$8.512.133,00, provocando uma disparidade na receita oriunda desse mercado. A continuidade da pesquisa demonstrará com mais efetividade o papel desempenhado por cada mercado.

Tabela 4 - Faturamento Total no Mercado Livre (Convencional) em 2013

Valores	Frequência	Percentual
0,0	23	57,5
525,00	1	2,5
3.600,00	1	2,5
5.300,00	1	2,5
5.760,00	1	2,5
10.200,00	1	2,5
17.003,00	1	2,5
41.939,00	1	2,5
127.321,00	1	2,5
198.000,00	1	2,5
257.054,00	1	2,5
369.230,00	1	2,5
392.000,00	1	2,5
420.000,00	1	2,5
582.611,00	1	2,5
1.230.000,00	1	2,5
1.412.082,00	1	2,5
8.512.133,00	1	2,5
Total **13.584.758,00**	**40**	**100,0**

Fonte: MDA, 2015, elaboração própria

O programa de compras governamental mais importante para as cooperativas na composição do faturamento é o PNAE, como está demonstrado na tabela 5.

Tabela 5: Faturamento no PNAE em 2013

Valores		Frequência	Percentual
	0,00	7	17,5
	11.375,00	1	2,5
	12.924,00	1	2,5
	42.405,00	1	2,5
	45.000,00	1	2,5
	50.000,00	1	2,5
	55.000,00	1	2,5
	60.000,00	1	2,5
	69.509,00	1	2,5
	74.632,00	1	2,5
	80.001,00	1	2,5
	85.278,00	1	2,5
	90.000,00	1	2,5
	248.252,00	1	2,5
	488.652,00	1	2,5
	1.492.350,00	1	2,5
	Total	22	55,0
Ausência	Sistema	18	45,0
Total	**2.905.378,00**	**40**	**100,0**

Fonte: MDA, 2015, elaboração própria

Do total faturado no ano de 2013 no mercado institucional, R$3.189.226,00, tiveram origem no PNAE R$2.905.378,00. Esta cifra demonstra a importância desse programa para a agricultura familiar da Bahia e o potencial para fortalecê-la, pois somente em 2015 o valor repassado pelo FNDE para o estado foi de R$304.148.372,00, (FNDE, 2017) sendo que desse montante pelo menos 30%, conforme a lei 11.947/09 deveria está saldando as compras dos produtos oriundos dos agricultores familiares e suas organizações.

Tabela 6: Locais de Venda nos Mercados Convencional e Institucional

Validade	Locais	Frequência	Percentual
	Só no município	10	25,0
	Só dentro do Estado	8	20,0
	No município e no Estado	5	12,5
	No município e fora do Estado	1	2,5

	Todo local	8	20,0
	Total	32	80,0
Ausência	Sistema	8	20,0
Total		**40**	**100,0**

Fonte: MDA, 2015, elaboração própria.

Por fim, analisamos a variável local de vendas nos mercados convencional e institucional para dimensionar a escala geográfica de inserção dos produtos das cooperativas investigadas. A tabela 6 demonstra que somente uma delas consegue comercializar fora do estado e que 25% delas apenas vendem no seu próprio município. Estas constatações revelam os desafios para as cooperativas que precisam capacitar seus gestores, aproveitar as oportunidades criadas com as vendas nos programas institucionais e pressionar por políticas púbicas de assistência técnica que enfoquem as diversas funções administrativas necessárias para assegurar um desempenho eficiente e eficaz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta comunicação enfatizamos as práticas de comercialização, pois este é o maior gargalo para a sustentabilidade das cooperativas dos agricultores familiares. Demonstramos que a reserva do mercado institucional pode ser uma alternativa para a superação do quadro de pobreza e os processos de exclusão que caracterizam o meio rural no Brasil. Contudo, para que esse quadro seja revertido necessita-se que as políticas voltadas para esses segmentos não sejam pontuais e descontínuas, que a capacitação para a gestão seja uma das ações prioritárias, relacionadas com as demais políticas necessárias para o desenvolvimento rural.

Ressaltamos a necessidade de políticas públicas focalizadas para fortalecer a capacidade produtiva dos agricultores familiares, reduzindo as desvantagens decorrentes da ausência das ações públicas no meio rural, mas, também, o estímulo à organização de todas as etapas da cadeia produtiva de forma coletiva. Dessa forma, ampliam-se as oportunidades da produção ter um ganho de qualidade e quantidade, além de abrir novas perspectivas para os investimentos nas cooperativas, pois demandariam uma assistência ao seu associado desde o início

do processo produtivo à inserção dos produtos nos mercados de forma mais competitiva.

REFERÊNCIAS

ANJOS, E. **Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho**: um estudo a partir da economia solidária. 2012. 210 fs. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. 2009.

FILHO SOUZA, H. M.; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar.** São Carlos: EduFSCar, 2009.

GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. D.; BUAINAIN, A. M. Agricultura familiar no Brasil: evolução entre os censos agropecuários de 1996 e 2006. In: MATTOS, B. [et al]. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Viçosa, MG: 2011, p. 329-374.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

MDA. **Banco de dados do Programa ATER Mais Gestão**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2015.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócios e recursos naturais. In: FALEIRO, Fábio, G.; FARIAS NETO, A. L.; (Org.). **Agricultura Familiar e Teoria Social.** Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2008, p. 990-1014.

SEAD. **Diagnóstico das cooperativas atendidas pelo programa ater mais gestão:** análise exploratória. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2016.

UFRB. **MAIS MERCADO:** Articulação entre a oferta da Agricultura Familiar e a demanda do PNAE na Bahia. Cruz das Almas, 2016.

O PROGRAMA DE ESTÁGIO NO PROJETO ATER MAIS GESTÃO NA UNICAFES: AS VIVÊNCIAS DE ESTÁGIO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA

Luana Maria Silva[161]; Daciane de Oliveira Silva[162]

RESUMO: O artigo objetiva desvelar as vivências do estágio de uma discente do curso Tecnólogo em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) na União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia (Unicafes), oportunizado pelo projeto Rede de Universidades na Avaliação do Programa ATER Mais Gestão. A metodologia apoiou-se em uma pesquisa de caráter qualitativo na qual a estagiária acompanhou e atuou junto a algumas cooperativas atendidas, embasados nas técnicas de diários de campo e pela observação. A pesquisa apontou que o estágio trouxe contribuições significativas para a formação da estudante na medida em que, por meio das atividades desenvolvidas como as visitas técnicas, oficinas, intercâmbios nos empreendimentos e atividade de âmbito administrativo na entidade, vivenciou-se na prática alguns desafios como a dificuldade na aplicação do princípio autogestionário.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Economia Solidária; ATER Mais Gestão.

1 INTRODUÇÃO

Estudos mostram que do ponto de vista técnico-gerencial, em muitos Empreendimentos da Economia Solidária (EES) os projetos são mal concebidos, inviáveis o que demonstra um corriqueiro problema acerca das atividades de gestão. Neste contexto, para tentar dirimir esta questão, surgiram às entidades de apoio que objetivam assessorar essas organizações coletivas. Na Bahia, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) são as entidade de apoio e assessoria que os acompanham. Ambas atuam como importantes atores para o desenvolvimento das cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Estado da Bahia.

Às questões inerentes à gestão administrativa das cooperativas e o trabalho dos mediadores/apoiadores têm se tornado cada vez mais importantes para o desenvolvimento dos empreendimentos de Agricultura Familiar e da Economia Solidária. Atualmente, pesquisadores e profissionais da área de gestão de cooperativas, realizam esforço em conjunto, e desenvolvem projetos com a

[161] Discente do curso de Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: luana-yn@hotmail.com.
[162] Docente e pesquisadora do curso de Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: dacianeoliveira@ufrb.edu.br

finalidade de proporcionar a essas organizações, um crescimento sustentável com o auxílio à gestão.

Para tentar dirimir este problema, o governo federal criou em 2012, o Programa Mais Gestão, para realizar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que visa aperfeiçoar a gestão de cooperativas da agricultura familiar em todas as regiões do país; vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar, órgão do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mediante o lançamento de chamadas públicas para organizações de ATER. O MDA convida uma Rede de Universidades por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal de Viçosa, objetivando desenvolver estudos, pesquisa e inovação na área de gestão das Organizações Econômicas da Agricultura Familiar (OEAF) e para estimular o desenvolvimento de processos de monitoramento, avaliação, geração de informação e conhecimento que convirjam para o esforço comum no desenvolvimento de capacidades e o aperfeiçoamento das políticas públicas, bem como avaliar a metodologia utilizada pelas equipes no âmbito dos contratos de ATER com o MDA e o Programa Mais Gestão.

O Programa de Estágios, uma das metas do Mais Gestão objetivou a formação de jovens para o trabalho com organizações da agricultura familiar, ao mesmo tempo que em alguma medida auxilia na elaboração de rotinas administrativas e na profissionalização de sua gestão. Além disso, tem a finalidade de se tornar um piloto para a criação do Programa Jovem Cooperativista. Portanto, a estagiária contribuiu com os procedimentos internos da gestão, supervisionados pelo gestor da cooperativa e um professor orientador da universidade. Dessa forma, garantiu-se a simbiose entre teoria e prática, isto porque ao participarem do cotidiano organizacional, contribuem para a formação técnica no ramo do cooperativismo.

Como uma das integrantes da Rede de Universidade, destacamos a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) que em parceria com associações, cooperativas e entidade de apoio do estado, acolheu dez discentes do curso de Gestão de Cooperativas que realizaram o estágio com a orientação de pesquisadores da Rede, no período de doze meses, na área de gestão desses empreendimentos. Como fruto desta vivência, as autoras do presente artigo científico objetivam discutir a experiência de uma das discentes que participou do

estágio no Programa Mais Gestão na União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia (Unicafes), uma entidade que assessora uma parcela das cooperativas da agricultura familiar do movimento da economia solidária no estado da Bahia.

Além disso, o alcance do objetivo perpassa pelo desmembramento dos seguintes objetivos específicos: demonstrar por meio dos relatos da discente como as assessorias auxiliam os empreendimentos na construção do processo de autonomia; relatar algumas dificuldades do processo de assessoramento aos EES.

O caminhar metodológico apoiou-se em uma pesquisa de caráter qualitativo na qual a estagiária acompanhou e atuou junto a algumas cooperativas atendidas pela Unicafes, embasados nas técnicas de diários de campo e pela observação.

O presente artigo estabelece um diálogo entre a literatura pertinente ao tema com os objetivos estabelecidos pela pesquisa e encontra-se estruturado em quatro subtópicos. O primeiro apresenta os objetivos e o objeto de estudo. No segundo, discutimos, de forma sucinta a temática que perpassa os empreendimentos econômicos solidários (EES) e agricultura familiar. Por conseguinte, demostraremos a vivência da estagiária em uma entidade de assessoria e, por último, as considerações finais e as referências abordadas.

2 UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR

A globalização solidifica ainda mais as bases do capitalismo, principalmente com os avanços dos recursos tecnológicos, somados a atitude de um pequeno grupo hegemônico que prega o individualismo do capital, fenômeno denominado por Paul Singer como o ciclo vicioso da perpetuação da riqueza. Esse movimento, associado com as crises de vários países, inclusive no Brasil, tornaram o mercado de difícil acesso, principalmente pela pouca oferta, devido aos altos índices de desemprego e subemprego da força de trabalho. A população foi “obrigada” a procurar outras formas de garantir seu sustento e assim, surge um movimento de geração de trabalho e renda por meio da organização social do trabalho denominado de Economia Solidária (ES).

Singer (2002a) traça um paralelo entre capitalismo e economia solidária ao definir o capitalismo como um modo de produção, cujo princípio é o direito de propriedade individual aplicado ao capital e como contraponto, a economia solidária, outro modelo de produção que apresenta como princípio básico, a propriedade coletiva ou associada. No Brasil, à economia solidária se origina em um cenário socioeconômico e político marcado por tensões, no qual grande parte dos países, inclusive, apresentava altas taxas de desemprego e condições precárias de trabalho, ao longo da década de 1990. A partir disso, ao incremento do processo de exclusão social, originaram movimentos, ou intensificaram com novas proposições acerca da organização do trabalho e do modelo econômico vigente (OLIVA, REIS, MEIRA, 2009).

Oliveira (2013) aponta o crescimento vertiginoso de empreendimentos econômicos solidários baseados na autogestão, cooperação e solidariedade. Estes começaram a ser apoiados pela sociedade civil, movimentos sociais e políticos, que tornaram-se mais intensos após a criação, em 2003 da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego idealizado e gerido por Paul Singer, até os meados de 2016[163].

É importante destacar que, no Brasil, a Economia Solidária não ficou apenas restrito à esfera econômica, mas se constituiu também em um movimento social. Além disso, em 2001, a partir das deliberações do I Fórum Social Mundial (FSM), foram realizadas articulações necessárias para a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2002. A FBES tem como principal função promover uma interface entre os segmentos da Economia Solidária que são os empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos (OLIVEIRA, 2013).

A SENAES tinha como objetivo dar visibilidade à Economia Solidária (Ecosol), ofertar condições aos processos de formulação de políticas públicas e realizar o mapeamento da economia solidária no Brasil, em relação ao conjunto de atividades que abrangem a produção, distribuição, consumo, poupança, crédito, serviços e assessoramento aos empreendimentos. Como ferramenta, esta secretaria desenvolveu o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES),

[163] Esta Secretaria foi extinta no governo atual do presidente Michel Temer.

composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento.

Desde sua existência, a economia solidária tem sido muito importante no país, e tem proporcionado conquistas históricas para as classes menos favorecidas e para os movimentos que necessitam de alternativa de produção e geração de renda. Encontrou nos princípios da solidariedade e da cooperação uma mudança no modo de produzir, promovendo a união, a força para um trabalho mais sólido e competitivo. A agricultura familiar e economia solidária partilham de ideais como ajuda mútua, organização social coletiva, respeito ao planeta e a vida, acesso a direitos e deveres com equidade primando sempre pela participação empoderada que se constrói por meio de lutas dos movimentos sociais (NUNES, 2013).

Ampliando esta discussão, destacamos que a economia solidária, por meio de empreendimentos autogestionários e direcionada ao desenvolvimento local, apresenta uma forte identidade com a forma de produção e as lutas da agricultura familiar, o que a permite adentrar nesse importante setor da economia brasileira, responsável por grande parte da produção agrícola do país e que por muitos anos, foram esquecidos pelas políticas públicas.

> O setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo, ou seja, focaliza-se mais as funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista sua menor produtividade e incorporação tecnológica. Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país. (GUILHOTO et al, 2007, p.01)

Portanto, o autor apresenta a intenção em registrar a relevância da agricultura familiar brasileira, principalmente em relação a sua heterogeneidade. Estão inseridas tanto famílias que vivem e exploram minifúndios, em condições de extrema pobreza, como produtores inseridos no moderno agronegócio e que arrecadam muito, as vezes superior àquela que define a linha de pobreza. Essa diversidade advém das diferentes situações e localidades, condições da terra, nível de escolaridade, e recursos financeiros e ao acesso dos diferentes mercados.

Através desses conceitos e do breve histórico da economia solidária e agricultura familiar no Brasil, podemos notar a importância de ambos no cenário nacional. Demonstram que por meio da democracia e da cooperação surgem outras

formas de geração de trabalho e renda para a parcela da população mais empobrecida. Até a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff existia uma política focada no fortalecimento da economia solidária, fato que tem estimulado novas pesquisas e apoio nas esferas de governo federal e estadual, dentro das universidades e regiões, na quais os empreendimentos com essas características ganharam força.

2.1 COMO AS ASSESSORIAS SE EXPRESSAM NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR?

A SENAES, órgão impulsionador no processo de elaboração de novas políticas relacionadas aos EES, incentivou a criação de entidades de assessorias direcionadas ao apoio às organizações coletivas. Em paralelo, na agricultura familiar não foi diferente, em 2003, o MDA assume a atribuição de coordenar e executar a política de ATER e por meio da Lei 12.188/2010 passa de uma concepção meramente tecnicista focada apenas na atividade fim do agricultor e para “um serviço de educação não formal de caráter continuado que promove gestão, produção, beneficiamento, comercialização das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (FAO, 2016, p.89).

Como consequência do baixo nível de escolaridade dos associados, nível de conhecimento técnico - restrito às tradições familiares e a divergência de objetivos que, em muitos casos, dificultam o trabalho coletivo, a prática da autogestão pode sofrer prejuízos. Assim, entende-se que as entidades surgiram com o objetivo de atuar nesta área, pois detectou-se que os indivíduos tinham o conhecimento empírico, geralmente passados pela família, mas a sua gestão tanto em relação à participação na tomada de decisão e na utilização de ferramentas da administração eram precárias. Como a assessoria é uma entidade com estrutura especializada imbuída em aconselhar e organizar os EES, por meio de um processo educativo, estas possuem plenas condições de contribuir na gestão desses empreendimentos.

O processo educativo que permeia a economia solidária, aliado a projetos de educação popular, ajuda o sujeito a compreender o mundo em que ele vive,

fazendo-o perceber-se como efeito de um sistema que o explora, marginaliza e o torna descartável quando não consegue se integrar a ele. Ao mesmo tempo em que discute as mazelas sociais, ao invés de conformar-se com elas, propõe e cria novas alternativas, a partir de novos valores de solidariedade e cooperação entre as pessoas (ROBERTO, SCARIOT, ZIMMERMANN, 2010).

> [...] formação em economia solidária como uma construção social inerente aos processos de trabalhos autogestionários, como elemento fundamental para viabilizar as iniciativas econômicas, para a ampliação da cidadania ativa e do processo democrático, como um movimento cultural e ético de transformação das relações sociais e intersubjetivas como base de um novo modelo de desenvolvimento, reconhecendo a centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social, articulando o trabalho e a educação na perspectiva da promoção do desenvolvimento sustentável e orientando ações políticas, culturais e pedagógicas, autogestionárias e solidárias. (OLIVEIRA; PAIVA, 2016, p.33)

Os autores defendem que o processo de educação na economia solidária provavelmente seja o principal caminho para uma gestão efetiva, desde que amparado pelo apoio pedagógico, capaz de transformar a situação da comunidade envolvida, pois muitas das organizações coletivas não conhecem os mercados que estão inseridos e precisam se empoderar para atuar com a competência exigida nesses ambientes.

Portanto, os participantes da economia solidária têm procurado sistematizar suas práticas socioeducativas, não buscando apenas construir novos métodos, mas sim conhecer seu potencial transformador. De acordo com Oliveira (2012), a pergunta que motiva os que fazem a economia solidária é saber que paradigma filosófico está contido nas metodologias da educação deste movimento. A autora continua esta reflexão quando afirma que “cada vez mais crescem as tendências dos que afirmam ser essa metodologia a expressão de uma filosofia própria [...]” (p. 178).

Por intermédio da SENAES, o Departamento de Estudos e Divulgação (DED) também possui atribuições relativas à formação em economia solidária. O Decreto 5.063, de 03 de maio de 2004, que trata da estrutura regimental do Ministério do Trabalho e Emprego, estabelece, no Artigo 19, item II, que uma das competências do DED é “Articular-se com o Departamento de Qualificação, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, para a promoção de ações de formação no campo da economia solidária”.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, é salutar levarmos em consideração o empenho de órgãos como a SENAES e de pessoas comprometidas em desenvolver atividades e programas que sejam capazes incentivar e compreender a solidariedade que perpassa por essas organizações coletivas. Projetos como o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) que buscou configurar uma iniciativa fundamental para atender às exigências e demandas da ES no que diz respeito à formação social e profissional das pessoas a ele associados. As ações de qualificação para a economia solidária devem fortalecer o seu potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica, bem como sua dimensão emancipatória. Em vários estudos, percebeu-se que existem esforços dos organismos que lutam para um melhor desenvolvimento educacional e profissional dos EES, mas que ainda desempenha um papel sem harmonização.

Mesmo entendendo que muitas entidades ancoram suas práticas em metodologias da pedagogia, uma das bases das assessorias ou entidades ligadas aos EES pode perpassar pela visão difusionista, na qual a técnica prevalece em seu sentido instrumental. Esta perspectiva pode coibir a criatividade local levando as comunidades a uma situação de passividade frente à inovação que chega pelas mãos de profissionais (ou agricultores profissionalizados) para isso designado. “Dessa forma, a tecnologia passa a ser encarada como um fim em si, deixando à sombra os obstáculos que se antepõem à satisfação das necessidades efetivas das comunidades e à realização dos seus projetos de futuro” (PETERSEN, DIAS, 2007, p.128).

Ainda segundo os autores, a mudança nesta realidade cartesiana acerca do processo de suporte aos empreendimentos perpassa pelo entendimento da técnica no enfoque histórico-cultural das comunidades. Para que isso seja possível, é imprescindível que estas entidades de apoio busquem engajar o sindicato, instituição capaz de desvelar líderes para atuar na gestão do empreendimento. Finalizada esta etapa, os associados poderão passar a se intitularem como produtores de conhecimentos e se colocar politicamente, ao defender o empreendimento junto a sociedade. Ao assumirem isso explicitamente, as organizações coletivas passarão a perceber de uma forma diferente o papel da assessoria.

Segundo Holzmann (2012) os agentes externos precisam orientar as condutas dos trabalhadores a partir das novas condições de trabalho e têm assegurado a formalização e continuidade da economia solidária. “Um novo aprendizado deve ser feito, que leve os trabalhadores a agirem com autonomia, assumirem o protagonismo, constituírem enquanto sujeitos, construírem novas experiências de submissão inerente ao trabalho sob o capital”(p.282).

Vale ressaltar que, em alguns casos, as assessorias podem ter dificuldades em cumprir sua função. Isso pode acontecer em relação a falta de cuidado (metodologias inadequadas) ao lidar com a gestão e participação ativa da comunidade, bem como o despreparo e falta de formação dos associados.

As assessorias se expressam em instâncias governamentais, no âmbito da sociedade civil, ou até mesmo por alguns indivíduos sem respaldo institucional. Independente disso, até a exoneração da presidenta Dilma Rousseff, essas entidades receberam o apoio por meio de lei, decretos, criação de secretarias estaduais e nacionais, além de fórum que buscaram aumentar o elo entre comunidade e governo, o que infelizmente difere das políticas do governo atual do presidente Michel Temer.

O Art. 7º do Projeto de Lei 4.685/2012 destaca um conjunto de eixos de ação ligados à Política Nacional de Economia Solidária e no Art. 8º demonstra os beneficiários da política que são os EES. É relevante trazer alguns dos eixos, acerca da educação, da formação, da assistência técnica e da qualificação social e profissional no meio rural e urbano. O Art. 9º traz a implementação das ações de educação, formação, assistência técnica e qualificação previstas nesta Política Nacional de Economia Solidária que incluirá a elevação de escolaridade, a formação para a cidadania e para a prática da autogestão e a qualificação técnica e tecnológica para a formação de Empreendimentos Econômicos Solidários. Destacam-se os parágrafos desse projeto de lei:

> § 1º As ações educativas e de qualificação em economia solidária, visando à formação sistemática de trabalhadores dos Empreendimentos Econômicos Solidários, bem como de formadores e gestores públicos que atuam na economia solidária, serão realizadas prioritariamente de forma descentralizada, por instituições de ensino superior, de entidades da sociedade civil sem fins lucrativos e de governos estaduais e municipais. § 2º A Política Nacional de Economia Solidária buscará implantar núcleos e redes, de caráter local, regional e nacional, de assistência técnica, gerencial, de assessoria e acompanhamento aos Empreendimentos

> Econômicos Solidários, utilizando-se de metodologias adequadas a essa realidade, valorizando as pedagogias populares e participativas e os conteúdos apropriados à organização na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia a partir dos princípios e metodologia da educação popular.

No final, entende-se que prevalece nas ações das assessorias uma metodologia que estimule a autonomia aos EES dentro das comunidades onde estão instaladas. Isso demonstra que é preciso evoluir ainda mais, mas que o caminho foi traçado e materializado por projetos de leis e os avanços que foram conquistados, mas que não sabemos que rumo o novo governo dará. As organizações econômicas solidárias, em todas as suas expressões, os movimentos sociais e os sindicatos devem continuar lutando por políticas públicas que valorizem o viés pedagógico e solidário, que prevaleça a democracia, e que as entidades de apoio promovam uma formação com base nas experiências dos indivíduos, na identidade cultural e a partir disso, possa direcionar a gestão aliando a realidade dos associados com as necessidades do mercado.

3 A VIVÊNCIA DO ESTÁGIO DE UMA DISCENTE EM UMA ENTIDADE DE ASSESSORIAS ÀS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA

Fundada em 2006, a União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia (Unicafes), surgiu da demanda de sindicatos, por meio da necessidade de uma entidade que pudesse representar e lutar pelos direitos e interesses das cooperativas de famílias de agricultores e economia solidária espalhada pelo Brasil. Em 2007, consolidou a sua participação no cenário da Agricultura Familiar baiano com a indicação para o Conselho Estadual no Fórum Baiano da Agricultura Familiar e em outros espaços estaduais da agricultura familiar e economia solidária.

A Unicafes Bahia, com sede em Feira de Santana se constitui como um instrumento capaz de representar o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, pautando para a sociedade as suas reivindicações e necessidades de políticas públicas voltadas para o segmento da economia. O empreendimento encontrou em Feira de Santana um grande polo urbano, além de apresentar uma favorável infraestrutura, com diversas atividades econômicas no ramo industrial, financeiro, comércio e de prestação de serviços. Além disso, é o maior município do interior do estado, além de localizar-se próximo a cidade de

Salvador, capital do Estado. Portanto, como o município é o maior entroncamento do Norte-Nordeste, fato que facilita a comunicação e acesso ao transporte, principalmente para a realização de visitas de campo e as conferências promovidas na sede da entidade.

A Unicafes tem como atividade econômica a prestação de serviços e assessoramento às cooperativas de agricultura familiar e economia solidária. Atualmente, a organização conta com 80 cooperativas filiadas, totalizando 55 mil sócios em 21 territórios, possui filiados em diversos ramos, como crédito, produção, trabalho/serviço, entre outros. 30 funcionários são responsáveis por toda prestação de serviço da entidade.

No decorrer dos primeiros meses de estágio, percebeu-se que a teoria corresponde a prática, mas que nem todo conhecimento a respeito das ferramentas de gestão são utilizados pelas cooperativas, principalmente porque depende da estrutura de cada empreendimento que na sua maioria, é precária. Como contribuição, Reis e Passos (2012) defendem que a educação acadêmica do gestor de cooperativa fundamenta-se no estudo de teorias que se unem pela conexão do gestor com a realidade da cooperativa, imbuída da cultura cooperativista e da prática de trabalho coletivo, exercendo igualdade de deveres e direitos com todos os cooperados, o que fortalece o empreendimento.

Buscando essa relação de teoria e prática, no intuito de superar os desafios e aprimorar os conhecimentos para contribuir no seu crescimento profissional e pessoal, no decorrer de 01 (um) ano de estágio para avaliação do Projeto ATER Mais Gestão, supervisionado pelo grupo de professores responsáveis e pelos profissionais da Unicafes, a estagiária realizou diversas atividades.

Durante o estágio realizamos uma visita junto com a técnica responsável pelo Território Portal do Sertão, com o objetivo de acompanhá-la na Lagoa da Pedras, zona rural de Feira de Santana. Nesse dia, a experiência foi exitosa, pois além de trocar informações com a funcionária, pode-se analisar o seu comprometimento e identidade no desenvolvimento das atividades junto com os associados do empreendimento.

No mesmo local, acompanhou uma técnica formada em Serviço Social, com o intuito de orientar um grupo de mulher que produz sequilhos. O objetivo era desvincular-se de uma cooperativa e criar outra organização coletiva. Em paralelo,

reuniram-se com o chefe da alimentação escolar do município de Feira de Santana e discutiu acerca da qualidade dos produtos que chegam na cozinha das escolas, as quais, o grupo de mulheres fornecia o sequilho. Isso fez a estagiária notar como é importante o diálogo, a troca de saberes entre poder público e o empreendimento para fortalecer a atuação e aprimoramento da gestão dessas organizações.

Dentre as atividades realizadas, participou de reunião com a presença da presidente da Unicafes e técnicos. Discutiu-se a participação de técnicos nas plenárias que estavam acontecendo nos territórios sobre o cooperativismo. A estagiária acompanhou uma plenária do dia 16/10/16 no município de Governador Mangabeira e debatemos a temática cooperativismo, a demanda da UFRB em relação à implantação das compras públicas dos produtos da agricultura familiar para abastecimento do refeitório da referida universidade.

No decorrer do estágio, participou de oficinas com as mulheres que fazem parte do Projeto Mulheres em Feira de Santana, mais especificamente no curso de auto-organização de Mulheres e Formalização Jurídica de Cooperativas.

Nesse contexto, percebeu que ao passo que o estágio avançou as experiências foram sendo acumuladas e as contribuições foram ficando mais notórias na Unicafes. Isso possibilitou dirimir as dificuldades iniciais de desconfiança, e ampliar a visão da teoria aliada a prática. Aprendi o processo de comunicação em organizações coletivas; a gestão de seus recursos; quais as prerrogativas jurídicas e administrativas no que se refere a abertura de um empreendimento, dentre outras. Para além da autogestão no sentido técnico, a entidade também incentivava o empoderamento dos cooperados nas assembleias, reuniões e atividades, buscando mostrar o seu poder de decisão.

A percepção acerca da atuação da Unicafes como entidade de assessoria perpassa pela grande preocupação com as oficinas educativas para cooperativas e com os cooperados, busca de novas parcerias, por meio de projetos a fim de desenvolver um maior relacionamento para mulheres organizadas em cooperativas.

Como uma limitação, percebeu-se que existe uma demanda bem maior que a oferta de técnicos, fato que em alguns momentos, tornava inviável a realização da atividade em tempo hábil nos empreendimentos. No entanto, assim como as dificuldades enfrentadas pela estagiária, existe outras relacionadas com o empreendimento, no que se refere a relação com os associados que implica na

compreensão da cada realidade e cultura; a comunicação interna que como qualquer outra organização, implica em critérios para que seja claramente utilizada; e por fim, a deficiência na gestão administrativa dos empreendimentos, decorrentes da baixa escolaridade e capacitação dos cooperados, situações que podem dificultar o alcance da autonomia perante à entidade de assessoria.

Apesar disso, mesmo diante das limitações expostas, no geral, a Unicafes realiza o papel proposto com bastante eficiência e responsabilidade, busca atender todos os requisitos dos empreendimentos de economia solidária e agricultura familiar.

Portanto, acredito que esse estágio contribuiu para minha formação de gestora de cooperativas, porque tive a oportunidade de vivenciar algumas dificuldades da área, e em alguma medida, pude identificar os pontos mais atrativos de conhecimento do campo do cooperativismo e seus gargalos.

4 CONCLUSÃO

Entendemos que o estágio foi crucial para a formação de gestores de cooperativa, ao propiciar conhecimentos mais aprofundados acerca da dinâmica das organizações coletivas. A vivência oportunizou a discente conhecer muitos conceitos que são discutidos em sala de aula, como a gestão do empreendimento, a gestão dos grupos, o papel dos mediadores e apoiadores de empreendimento, o planejamento para realização de atividades e as funções de um gestor de cooperativas. Dentre as atividades que foram desenvolvidas, participamos das visitas técnicas e oficinas com os grupos, intercâmbios, os quais agregaram valores pessoais e profissionais. Como por exemplo, ampliação das nossas redes de contatos (*networking)* em cooperativas; a compreensão acerca das práticas e objetivos acerca da dinâmica de funcionamento da Agricultura Familiar e Economia Solidária, o que se alinha com a finalidade dos estagiários e que, concomitantemente dialoga com o curso de Gestão de Cooperativas.

O estágio contribuiu para uma melhor compreensão e apreensão do conceito de autogestão e sua utilização como princípio da economia solidária. Mesmo recebendo algumas críticas com relação ao alcance da autonomia dos EES, a Ecosol trouxe o conceito de autogestão à tona e popularizou suas “vantagens” e possibilidade de participação social e política da sociedade civil. Evidenciou a

finalidade da assessoria como parceiro na solução dos problemas relacionados a gestão dos EES, pois a participação e implementação de rotinas administrativas e tomadas de decisões é algo novo e que os agricultores e agricultoras ainda não estão totalmente familiarizados.

Fomos capazes de conhecer de perto as dificuldades enfrentadas no processo de assessoramento aos empreendimentos, explicados por vários motivos. O primeiro refere-se ao fato que, os associados ainda dominados pela lógica do capital, o que emperra o protagonismo e a autonomia na tomada de decisão e como consequência não garante aos empreendimentos o nível satisfatório de participação exigida, e assim, consequentemente o princípio autogestionário, em sua maioria, encontra-se em um estágio incipiente. O baixo nível de escolaridade e qualificação dos sócios também pode se tornar um entrave para a autogestão, principalmente no sentido técnico, dificultando o entendimento de ferramentas de gestão capazes de torná-las competitivas. Por fim, como as organizações coletivas assessoradas em sua maioria, são heterogêneas, apresentam-se em estágios distintos e isso dificulta o processo de acompanhamento e a obtenção de resultados a curto e médio prazo.

Destarte, cabe uma reflexão acerca do papel das entidades de apoio, principalmente para as cooperativas que, por diversos motivos elencados, não conseguem se tornar autônomas, ocasionado em várias situações, uma relação de tutela, tornando o assessoramento imprescindível para a sustentabilidade do empreendimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-**lei n.º 5.063, de 03 de maio de 2004**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília (DF): 2004.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei PL 4.685/2012.** Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os Empreendimentos Econômicos Solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138. Acesso em: 18 Nov. 2016.

GUILHOTO, Joaquim et al. A Importância da Agricultura Familiar no Brasil e em seus Estados (Family Agriculture's GDP in Brazil and in It's States). **V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2007, 18p.

HOLZMANN, Lorena. Empreendimentos solidários, Autonomia ou tutela? In: LEITE, Márcia de Paula; GEORGES, Isabel. (Org.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária.** São Paulo, 2012, p. 269-286.

NUNES, Débora. A economia solidária como projeto de sociedade. In: **Economia Solidária**. Bahia. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Transporte. Salvador: SETRE, 2013, p.37-59.

OLIVEIRA, Alysson André Regis; PAIVA, Marlúcia Menezes. O movimento da economia solidária e suas diretrizes educativas. **Holos**, v. 5, 2016, p. 33-45. Disponível em: www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/4706/1548. Acesso em: 20/12/16.

OLIVEIRA, Leandro Bertolazo de. **Economia Solidária e SENAES:** de alternativa ao desemprego à superação do capitalismo? Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2013, 45p. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/122976. Acesso em: 18/11/16.

OLIVEIRA, Rosângela Alves de. **Universidade e Economia Solidária**: um diálogo necessário. Natal: EDURFRN, 2012.

OLIVEIRA, Ataualpa Luiz de. Empreendimentos econômicos solidários: implicações da ação externa. **Outra Economia**, v. 3, n. 5, 2009, p.61-71. Disponível em: http://www.unisinos.br/_diversos/revistas/ojs/index.php/otraeconomia/article/view/1158/324. Acesso em: 18/11/16.

OLIVA, Helbeth; REIS, Tatiana Araújo; MEIRA, Ludmila. Economia Solidária no governo da Bahia. **IPEA- Mercado de Trabalho**, 2009, p.49-55. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br. Acesso em: 10/01/17.

PETERSEN, Paulo; DIAS, Ailton (org.). Construção do conhecimento agroecológico: novos papeis, novas identidades. **Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia**, 2007, 287 p.

RELATÓRIO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Superação da fome e da pobreza rural:** iniciativas brasileiras, 2016, 252 p.

ROBERTO, Jaqueline, SCARIOT, Nadia; ZIMMERMANN, Ieda. A economia solidária e a ITECSOL/UNIJUÍ: produção e interlocução de conhecimentos**. Metodologias de Intervencion Social, produccion de conocimento, tecnologia social y experiencias en incubadoras Universitária de Economia Solidaria**, vol 1, ano 4, 2010, p. 37-47.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Ábramo, 2002a, 128p.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

COOPSER/MOC – ASSESSORIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Ana Isabel Miranda Santana[164]

Atualmente venho atuando na equipe da COOPSER/MOC através da Chamada Pública de ATER via SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural, com o acompanhamento e parceria da BAHIATER, onde temos como objetivo o acompanhamento direto de 90 famílias de agricultores familiar, alem de acompanhar o desenvolvimento e organização comunitária destes agricultores e de mais outros indiretamente, realizamos atividades de Diagnósticos e Planejamentos Comunitários, organização comunitária através de atividades coletivas como dias de campo, intercâmbios e oficinas com temas variados, desde a orientação de produção, seleção e formação de banco de sementes crioulas, as técnicas de produção agroecológica, produção de mudas, reflorestamento e resgate cultural, armazenamento e gestão de recursos hídricos, produção e beneficiamento de culturas, tendo como cultura principal a fruticultura.

Como principal desafio da ATER enfrentamos a resistência de famílias em buscar novas alternativas para a produção de acordo com as mudanças climáticas, o êxodo rural ocasionando no envelhecimento da população rural e os jovens saem das comunidades para os centros urbanos, a falta de segurança publica nas comunidades, alem de um novo modelo de ATER onde possa estar melhor qualificando extensionistas com foco agroecologico, podemos ainda relatar das descontinuidades de acompanhamento e a percepção da importância do trabalho do técnico na comunidade como educador popular, sem contar na insegurança trabalhista diante da atual conjuntura política Nacional.

Os desafios são enormes porem a minha paixão pela extensão é o que me move e faz seguir adiante na esperança de um mundo rural melhor organizado e desenvolvido. Adiante serei uma agrônoma na certeza que o meu caminho vem sendo construído com a colaboração de cada agricultor e organizações dos movimentos sociais, onde creio em que muitas mudanças virão e continuarei a sair a cada dia para fazer a extensão para juntos trocarmos idéias e construirmos essa teia de amor e fraternidade, porque a extensão vai alem de acompanhar as famílias, pois ser extensionistas é um modo de vida.

[164] Graduanda – Agronomia UEFS. Coopser/MOC. E-mail: isabel.wel@hotmail.com

ATUAÇÃO DO JOVEM AGENTE DE COMERCIALIZAÇÃO NO PROJETO MAIS MERCADO

Jailson Borges Aranha Leone[165]

O “Projeto Mais Mercado: alcances e limites na participação da agricultura familiar no PNAE em três territórios na Bahia” tenta alcançar o percentual mínimo das compras públicas do PNAE nos municípios que estão inseridos na área de sua abrangência através da aquisição dos produtos dos agricultores familiares e de suas organizações econômicas, pelo PNAE, beneficiando os municípios dos Territórios do Recôncavo, Portal do Sertão e Sisal. O Mais Mercado se desenvolve, em cooperação interinstitucional com o Centro de Colaborador em Alimentação Nutricional Escolar (CECANE) da UFRB para aproximar os gestores públicos municipais e as organizações dos agricultores familiares munidas de DAPs jurídica habilitada para vender seus produtos da a alimentação escolar. E conta com uma equipe de professores com formações em diversas áreas, além de monitores e 40 estudantes dos cursos de Agroecologia, Agronomia. Educação do campo, Gestão de Cooperativas, Nutrição e Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, chamados de Jovens Agentes de Comercialização (JAC).

O objetivo do Projeto é examinar os limites e desafios das organizações econômicas da agricultura familiar para ampliar sua participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em um cenário de ampliação da comercialização da agricultura familiar, busca-se neste projeto analisar os limites e possibilidades das organizações econômicas dos agricultores familiares da Bahia em ampliar a participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para tanto, o projeto toma como base o levantamento de informações junto aos agricultores familiares e gestores municipais do PNAE realizado em três territórios do estado da Bahia (Recôncavo, Portal do Sertão e Sisal), no âmbito do projeto de extensão “Projeto Mais Mercado: articulação entre a oferta da agricultura familiar e a demanda do PNAE na Bahia”, financiado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

[165] Discente do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. jaiilsonleone@gmail.com

Esses dados foram coletados pelos Jovens Agentes de Comercialização (JACs), através da aplicação de questionários junto o que chamamos de oferta (Agricultura Familiar) e de Demanda (Gestores Públicos).

O trabalho será baseado na análise desses dados primários e secundários sobre os processos de comercialização da agricultura familiar nos territórios do Recôncavo, do Portal do Sertão e do Sisal, para permitir uma melhor compreensão dos diversos aspectos que envolvem a oferta de produtos dos agricultores familiares e do lado da demanda verificar os gargalos que impedem as compras dos produtos da agricultura familiar pelos Gestores Públicos.

Na segunda etapa do projeto será feito o plano de ação, onde os dados coletados serão apresentados para os envolvidos e com isso traçar estratégias para melhorar as compras dos produtos da agricultura familiar pelo PNAE.

PÔSTERES (RESUMOS)

O PROCESSO DE FORTALECIMENTO DO GRUPO DE MULHERES COSTURANDO SONHOS: UMA AÇÃO EXTENSIONISTA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA EM CRUZ DAS ALMAS – BAHIA

Edyraka Batista dos Anjos Souza[166]; Eliene Gomes dos Anjos[167]; Jailson Borges Aranha Leone[168]; Márcia Peixoto Almeida[169] ; Estéfanas Silva dos Reis Conceição[170]

Este artigo apresenta as ações do projeto de extensão que contribui com a consolidação de um grupo produtivo formado pelas mulheres quilombolas da Comunidade da Baixa da Linha, em Cruz das Almas, no Território do Recôncavo da Bahia. Essas mulheres estão adquirindo formação técnica no Curso de Corte e Costura em parceria com a INCUBA da UFRB e a Associação Comunitária. Ainda que o grupo tenha sido formado para responder às necessidades de geração de trabalho e renda das cursistas, almeja-se, ao final do processo, que a participação nas atividades de formação política tenha fomentado o empoderamento das mulheres para que possam ser protagonistas da sua história pessoal e coletiva no que tange aos rumos da comunidade.

Palavras-chave: Geração de Trabalho e Renda. Mulheres. Comunidade Quilombola.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Eliene. **Renovación de las utopías**: las prácticas asociativistas y cooperativistas como alternativas para la reducción de las desigualdades en la 10 sociedad brasileña. I Congreso Internacional de Administración publica, desarrollo local y turismo. I Taller Internacional de Economia Social y Solidaria. Universidad de Pinar Del Rio/Cuba, 2015.

ARAÚJO FILHO, Targino de; THIOLLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia paraprojetos de extensão**: apresentação e discussão. Universidade Federal de São Carlos (UFCar): Cubo Multimédia, 2008.

GERMANI, G. I.; OLIVEIRA, G. G. **Reconhecimento de territórios quilombolas: A experiência do convênio de cooperação técnica na Bahia. O Incra e os desafios**

[166] Discente do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, edyrakasouza19@gmaill.com.
[167] Doutora em Ciências Sociais, docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, elieneanjos@ufrb.edu.br.
[168] Discente do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, jaiilsonleone@gmail.com.
[169] Discente do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, marcinhaalmeida_12@outlook.com.
[170] Discente do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, staphy@hotmail.com.

para a regularização dos territórios quilombolas. Algumas experiências. Brasília: NEAD, 2006, v. único, p. 86-115.

MATOS, Hebe. “Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativeiro e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p.104 - 111, dez./fev. 2005-2006.

PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de janeiro, HBS, 2009.

SILVA, Simone R. **Quilombos no Brasil**: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidad Nacional de Colômbia, Bogotá, 2012.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. Contexto: São Paulo, 2003.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA ALÉM DA MUDANÇA DE CONSCIÊNCIA E HÁBITOS

Luana Sena Ferreira[171]; Renato de Almeida[172]

Em 2009, a Lei Federal n° 12.187 instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, possuindo dentre as diretrizes a promoção da disseminação de informações, a educação, a capacitação e a conscientização pública sobre as MCs. Portanto, a educação ambiental (EA) foi oficialmente defendida como ferramenta fundamental à promoção da conscientização e da mudança de comportamento necessária a uma sociedade que precisará se adaptar para enfrentar os efeitos adversos das MCs. O presente trabalho propõe a indispensável reflexão teórica necessária a uma EA crítica voltada ao enfrentamento das MCs, mas com potencial de superar a simples difusão da informação ou o aceite de "tecnologias inovadoras e exógenas" para a resolução de problemas associados às MCs, além de questionar os principais emissores de GEEs e apontar ações efetivas para mitigação e adaptação. Desvela-se, portanto, a necessidade de discussão sobre a temática e sua relação com a EA, subsidiada pela leitura crítica de publicações acadêmicas e publicação institucional temática sobre MCs do Ministério do Meio Ambiente. Verifica-se ser creditada à EA Formal as seguintes limitações: dificuldades para promoção da transversalidade curricular do tema; o caráter conservacionista e conservador de difusão da informação nos livros didáticos; a restrita participação de diversos atores (especialmente atores locais); a descontinuidade de atividades educativas; limitação de recursos (humanos, financeiros e de estrutura); a falta de contextualização dos problemas locais nas abordagens e dos materiais didáticos; e até a incipiência do tema na Base Nacional Comum Curricular. À EA também são depositadas esperanças de possíveis soluções: a responsabilização individual; a necessidade de mudança de um comportamento consumista; o descarte adequado dos resíduos gerados, o reuso etc. Denota-se que, mesmo sendo válida, a responsabilização individual, sozinha e isolada, não resolverá o problema. Não se pode enfrentar um "problema perverso" pensando apenas na conscientização individual, pois as

[171] Discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, luanasferreira@gmail.com.
[172] Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, renato.almeida@ufrb.edu.br.

mudanças necessárias devem ocorrer em vários níveis (ou contextos) de desenvolvimento humano, portanto, muito além da escola ou do convívio familiar. É imperativo fortalecer os mecanismos de controle social, ampliando a participação popular, criando espaços de debates e deliberações acerca dos problemas locais existentes, ou mesmo como estes problemas podem ser agravados em cenários catastróficos de MCs e as ações são necessárias a serem executadas para o enfrentamento dos impactos. Adiciona-se aí a garantia do acesso à informação aos diversos dados institucionais relevantes a contextualização local e a construção conjunta das soluções possíveis para diminuir as vulnerabilidades e aumentar a resiliência local. Tais mecanismos que incentivam a participação e iniciativas devem ampliar a transparência dos atos; questionar a responsabilização dos emissores, bem como a coerência das políticas institucionais desenhadas ao enfrentamento das MCs, e sua relação com a manutenção do modelo de crescimento econômico por vezes chamado desenvolvimentista. Por fim, reforça-se a necessidade de iniciativas locais que fomentem a EA não formal, além do apoio político-institucional para o desenvolvimento destas iniciativas. Diante do exposto, acredita-se que as universidades são instituições potenciais na construção de novas mudanças, principalmente pela inserção da disciplina de educação ambiental nos mais diversos currículos e pela criação de espaços de discussão, que devem ser voltados não apenas para o público acadêmico, mas também ao público externo, com suas dúvidas, cultura, linguagem não acadêmica e anseios.

Palavras-chave: participação social, GEEs, pedagogia crítica

REFERÊNCIAS

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233 – 250, maio/ago 2005.

FISCHER, Frank. Participatory governance as deliberative empowerment: the cultural politics of discursive space. **American Review of Public Administration**. [s.l.], v. 36, n. 1, p. 19-40, march 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan/mar 2014.

NEVES, Frederico Monteiro; CHANG, Manyu; PIERRI Naína. As estratégias de enfrentamento das mudanças climáticas expressas nas políticas públicas federais do Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 34, agosto 2015.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p.317-322, maio/ago 2005.

TREIN, Eunice Schilling. Educação ambiental crítica: crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 7, n. 14, p. 304-318, agosto/dezembro 2012.

YUNES, Maria Angela Mattar; JULIANO, Maria Cristina. A bioecologia do desenvolvimento humano e suas interfaces com educação ambiental. **Cadernos de Educação**, Pelotas, vol. 37, p. 347-379, set/dez 2010.

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO CORTE E COSTURA PARA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA BAIXA DA LINHA

(pôster interativo)

Junior Ribeiro Costa de Moura[173]; Jailson Borges Aranha Leone[174]

A Comunidade da Baixa da Linha situa-se no município de Cruz das Almas-BA, no entorno da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. No ano de 2012 foi certificada como remanescente Quilombola. Hoje essa comunidade conta com, aproximadamente, 130 famílias que, em sua maioria, ainda reside em casas com estruturas feitas de taipas. Essas famílias vivem em situação de extrema pobreza, com pouco acesso a saneamento básico, expondo, dessa forma, a saúde a sérios riscos. O que se vê ao longo dos anos é essa população ser obrigada a conviver com todo tipo de dificuldades, a ausência do poder público e, principalmente, o preconceito. O objetivo deste trabalho é evidenciar um projeto de parceria entre professores e alunos do curso de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas da UFRB, que está sendo realizado na comunidade. O contato para desenvolvimento do projeto foi possível graças a aproximação mais efetiva da comunidade com a universidade, através da sua relação com um dos estudantes do curso. Essa interação foi essencial para promover o projeto e, assim, adequá-lo a realidade da comunidade. Como contrapartida, esses alunos atuariam na perspectiva de complementar a formação, atendendo uma das prerrogativas da UFRB, que preza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Como pontapé inicial, utilizou-se a ferramenta Diagnóstico Rápido Participativo – DRP – visando identificar o desejo da comunidade para o desenvolvimento do projeto. O resultado foi a ênfase nos cursos profissionalizantes de corte e costura, para o público feminino, e nos de construção civil, para o masculino (pedreiro). Desta forma, o projeto, que denomina-se Escola Profissionalizante de Corte e Costura dos Remanescentes Quilombolas da Comunidade da Baixa da Linha, foi contemplado via recursos do programa MEC SESu - PROEXT 2014. Definiu-se como público-alvo um grupo de aproximadamente 40 mulheres moradoras da comunidade, com faixa etária entre 20 e 62 anos. Vale ressaltar, que apesar do público alvo serem as 40 mulheres, existe 1 homem. Alguns

[173] Discente do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, juniormoura1411@gmail.com.
[174] Discente do curso de Tecnologia de Gestão de Cooperativas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, jaiilsonleone@gmail.com.

estudantes do curso da UFRB estão vivenciando, através do estágio voluntário, a experiência no projeto, sendo de muita aprendizagem, possibilitando ver de perto a luta dessas mulheres para superar a falta de perspectivas de inclusão social em que se viam, e como este projeto pode colaborar para que a Comunidade estabeleça para si novos meios de sustentabilidade como forma de inclusão social e contribua para a afirmação da cidadania. Percebe-se uma evolução dessas pessoas, não só no desempenho com as máquinas de costuras, mas também no envolvimento da comunidade, motivada a mudar sua situação. A parceria da comunidade com a UFRB através do projeto da escola profissionalizante de Corte e Costura trouxe uma nova perspectiva para essas pessoas com a capacitação e a qualificação em corte e costura, gerando novas perspectivas.

Palavras-chave: Comunidade. Escola Profissionalizante. Associativismo

Descrição da proposta de apresentação

O trabalho propõe apresentar a trajetória de um ano de curso de corte e costura com mulheres de uma Comunidade Quilombola, que por muitos anos ficou esquecida pelo poder público e viu no curso uma oportunidade de superar suas dificuldades enfrentada diariamente. E quais os resultados elas adquiriram ao final do curso de corte e costura.

Objetivo da apresentação

Mostrar o trabalho que foi feito junto a uma as mulheres de Comunidade Quilombola que através a união e do trabalho coletivo conseguiram se organizar e montar um grupo produtivo de corte e costura como meio de superação das dificuldades e quebra de barreiras dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

SANTANA, J.C.2014, **Escola profissionalizante de Corte e Costura dos Remanescentes Quilombolas da Comunidade de Baixa da Linha**, PROEXT UFRB.

VIVENCIANDO A PESQUISA-AÇÃO NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO PROJETO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CABULA E ENTORNO (TBC CABULA)

Maria de Fátima Araújo Frazão[175]; Francisca de Paula Santos da Silva[176]; Telma Regina Dias de Souza[177]; Juciane Araújo[178]

Objetiva-se analisar a vivência em pesquisa-ação no contexto socioeconômico desigual e excludente onde atuam empreendimentos da economia solidária em comunidades populares à margem de políticas públicas que atendam suas demandas. As experiências em economia solidária surgem, normalmente a partir da ausência do Estado e, se "constituem por grupos participativos bem organizados que conseguem dar respostas sistêmicas a problemas por eles próprios apontados, conservando padrões de economia territorial" (SANTOS; SAMPAIO; SILVA, 2016, p. 68) e se destacam em diferentes modalidades a exemplo do turismo de base comunitária (SAMPAIO, 2009). O projeto Turismo de Base Comunitária Cabula e entorno, o TBC Cabula considera que os aspectos culturais de uma localidade, sejam valorizados pelos seus moradores a partir do conhecimento sobre as suas origens. Para tal, as comunidades necessitam se articular colaborativa e cooperativamente para planejar, organizar e gerenciar o turismo alternativo (SILVA, 2012). O Cabula e entorno abriga dezessete bairros com problemas estruturais, sociais, econômicos e ambientais, elevada densidade populacional e de baixa renda, e vulnerabilidades, onde aflora o legado de grupos de etnias indígenas, de matriz africana e afro-brasileira. A economia solidária está pautada na cooperação, na autogestão e na solidariedade e no enfrentamento a alguns problemas da contemporaneidade - desemprego, desigualdade e exclusão social que repercutem no desenvolvimento social e local. Singer (2004) credita a economia solidária uma resposta a estas questões por um novo modo de produção mais inclusivo e justo gerando valor social. Santos (2002) corroborando com o pensamento de Singer (2004) propõe que se agregue a solidariedade coletiva e crescimento com bem estar social por um desenvolvimento global justo e sustentável incorporando especificidades do local e as articulações globais na de entraves e limitações.

[175] Mestre, Universidade do Estado da Bahia, fathima.frazao@gmail.com.
[176] Doutorado, Universidade do Estado da Bahia, fcapaula@gmail.com.
[177] Graduanda em Turismo, Universidade do Estado da Bahia, telmagirassol@gmail.com.
[178] Graduanda em Turismo, Universidade do Estado da Bahia, juciaraujo1@hotmail.com.

Reconhecer e identificar essas limitações com participação e envolvimento dos empreendimentos econômicos solidários, fazem parte desta pesquisa-ação cuja abordagem qualitativa, observação direta e entrevista semi-estruturada foram aplicadas a uma amostra intencional composta por dois empreendimentos econômicos solidários situados em bairros próximos à universidade, levando em conta as especificidades e singularidades do contexto e a comunicação entre saber do pesquisador e dos sujeitos pesquisados (THIOLLENT, 2005). Os resultados alcançados, preliminarmente, fornecem elementos à proposta de uma formação específica que atenda as necessidades e anseios dos empreendimentos, sem impor fórmulas nem processos, construindo com o coletivo (FRANCO, 2005) conhecimento para estruturação e gestão destes que demandam apoio em suas iniciativas de geração de renda e trabalho, autogestão e participação. A Cooperativa Múltipla União Popular dos Trabalhadores de Tancredo Neves, Coopertane, localizada no bairro do Beiru/Tancredo Neves é fruto de iniciativa de mulheres afrodescendentes do bairro que perceberam na oportunidade de fabricar e comercializar produtos a partir de materiais recicláveis artesanais ou com folhas de bananeiras formas de superar vulnerabilidades e gerar ocupação, renda e autoestima. O Coletivo Cultura e Arte do Cabula, Cultarte, é constituído por mulheres artesãs que residem em bairros do Cabula e entorno, surgiu da motivação por unir fios do saber popular e do saber científico com liberdade e responsabilidade pela autogestão, cooperação e solidariedade. O processo de formalização está em andamentos e o Regimento Interno em discussão. Vivenciar a dinâmica e o processo de gestão de empreendimentos econômicos solidários nas comunidades do Cabula e entorno em suas limitações para organizar, produzir, comercializar e distribuir os seus produtos, oportuniza o encontro do saber popular com o científico na medida em que pesquisadores e pesquisados se dispõem a vivenciar as possibilidades da economia solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária, Pesquisa-ação, Projeto TBC Cabula.

REFERÊNCIAS

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./ dez. 2005.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Gestão que privilegia uma outra economia**: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau: Edifurb, 2009.

SANTOS, Luciane Cristina Ribeiro. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. SILVA, Francisca de Paula Santos da**. Gestão urbana na perspectiva da ecossocioeconomia**: análise dos arranjos institucionais para a governança do território do Cabula, Salvador – BA. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2016, 177 p.

SILVA, F.P. S. SÁ, N.S.C. (Org.). **Cartilha (in)formativa sobre Turismo de Base Comunitária** "O Abc do TBC". Salvador: EDUNEB, 2012. 32p.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. (org.) **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 14. Ed. Editora São Paulo: Cortez;

EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DE ACOMPANHAMENTO DE ATER NA COMUNIDADE DE COLÔNIA-MUNICÍPIO DE ITAETÊ,TERRITÓRIO DA CHAPADA DIAMANTINA.

Flaviane Leite Araujo[179]

O objetivo do trabalho foi verificar o desenvolvimento e consolidação da economia solidária a partir do acompanhamento de um grupo de agricultores atendidos pela assistência técnica e extensão rural (ATER) e como esta contribui para o desenvolvimento local e sustentável. Oliveira (2004), descreve algumas características para conceituar um empreendimento de economia solidaria, a saber: autogestão; democracia direta; participação efetiva; ações de cunho educativo; cooperação no trabalho; e distribuição igualitária dos resultados e benefícios. Um dos princípios da extensão rural é realizar um trabalho de acompanhamento técnico para agricultores familiares pautado no princípio da sustentabilidade e educação emancipadora, segundo os conceitos de Freire (1983). Neste sentido, para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizada uma abordagem qualitativa, baseado em uma experiência de acompanhamento de um grupo de agricultores familiares da comunidade da Colônia, situada no município de Itaetê-BA, Território da Chapada Diamantina, que são atendidos pelo programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Governo do Estado da Bahia (BAHIATER), executada pela Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar, COOTRAF. Foram utilizadas metodologias participativas, sistematizadas durante o trabalho dos agentes extensionistas de ATER para assegurar a participação dos agricultores durante o acompanhamento das famílias. Utilizou-se os seguintes métodos, visitas técnicas para acompanhar o sistema produtivo individual dos agricultores, bem como oficinas sobre associativismo e cooperativismo, rodas de conversas e dias de campo com temáticas agrícolas, com o intuído de alinhar o sistema produtivo às formas de comercialização da produção da agricultura familiar e aos princípios da economia solidária. O programa de ATER teve início em março de 2016, e conta com uma equipe técnica formada por um coordenador, assessor pedagógico, técnico agrícola,

[179] Mestre em Recursos Genéticos Vegetais pela Universidade Estadual de Feira de Santana e Coordenadora de Projetos de ATER pela COOTRAF (Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar. E-mail: flaviane.araujo@gmail.com

agrônomo, veterinário e um articulador territorial. Na comunidade da Colônia são atendidas em média 30 famílias de agricultores familiares. Como resultado das atividades desenvolvidas ao longo da prestação do serviço de ATER, foi criado na comunidade um grupo produtivo denominado de Associação de Mulheres e Homens Produtores de Colônia (AMHPC), cujo objetivo é a produção coletiva de alimentos e artesanatos, o grupo está em processo de formalização e utiliza diferentes cadeias produtivas da agricultura familiar, como a da mandioca e do milho para beneficiamento e produção de biscoitos, bolos, broas, cocadas entre outros. Atualmente o grupo vem comercializando a sua produção nos mercados locais da comunidade, da cidade e realiza entregas para o programa de alimentação escolar, PNAE, do município. Observa-se nesta conjuntura uma integração entre a produção da agricultura familiar, geração de renda e desenvolvimento local, possibilitados em parte pelo acompanhamento da ATER desenvolvida na comunidade, gerando atividades de economia solidária, uma vez que a gestão do empreendimento se dá de forma coletiva e envolve relações de produção local e a participação de homens e mulheres de forma igualitária. Segundo MANCE (1999), as práticas de economia solidária envolvem diferentes características como a participação coletiva, cooperação, autogestão, democracia, auto-sustentação, equidade de gênero, responsabilidade social, equilíbrio e conservação dos ecossistemas. Assim, podemos destacar a importância da ATER para os agricultores familiares desta comunidade para dar suporte não apenas no acompanhamento técnico da produção, mas sim com um olhar diferencial que contribui para a emancipação das relações sociais no campo e promotora de desenvolvimento sustentável, como foi observada na comunidade a partir da consolidação do grupo produtivo, mostrando como é possível permanecer no campo e gerar renda a partir da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Economia Solidária. ATER.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**? Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. prefácio de Jacques Chonchol. 7. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p.

MANCE, E. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, A. A. Significado e interferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 323-370.

RAMOS, G. L. **Manual de metodologia de extensão rural**. Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA, 2013. 58p. (IPA. Coleção Extensão Rural, 3).

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA COORDENADORIA DE TECNOLOGIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

Paulo Roberto Baqueiro Brandão[180]; Ellenise Elsa Emídio Bicalho[181]; Almir Vieira Silva[182]; Climério Paulo da Silva Neto[183]

O termo Tecnologias Sociais diz respeito à elaboração de "(...) produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social" (RTS, citado por FERNANDES e MACIEL, 2010, p. 9), opondo-se, pois, às tecnologias convencionais, existentes para servir aos desígnios da acumulação capitalista (DAGNINO, 2012). As tecnologias sociais são um veículo de indução ao desenvolvimento, na medida em que são mobilizadas a capacidade criativa e autonomia dos coletivos sociais na geração de ganhos econômicos duradouros, distributivos e inclusivos, tomando como base as realidades locais. Contudo, há que se considerar que, por natureza, os produtos, técnicas e metodologias desenvolvidos sob essa denominação não devam surgir como soluções prontas. Ao contrário, resultam do acúmulo de saberes e experiências vividas pelas coletividades. Por outro lado, é preciso ter em conta que, no mais das vezes, a potência necessária ao desenvolvimento de tecnologias sociais está dispersa e não sistematizada. Neste sentido, concordando com Dagnino (Opus Cit.), a universidade pode ser o elo entre o potencial latente das comunidades e a necessidade de sistematização dessas ideias, o que, no caso da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), se deu por meio da criação da Coordenadoria de Tecnologias Sociais (CTS), ligada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC). Este escrito tem, portanto, o objetivo de apresentar a proposta de criação da CTS/UFOB, seu desenho organizacional, diretrizes, perspectivas e alguns projetos elaborados a partir de experiências dialógicas com coletivos sociais e instituições que atuam no Oeste Baiano. A CTS foi criada como uma resposta à necessidade de consolidar o papel da UFOB como instituição de ensino superior engajada na superação das contradições socioeconômicas, tecnológicas e territoriais que persistem no interior da Bahia, em especial nos domínios do Cerrado e Caatinga. Neste contexto, a CTS

[180] Doutor, Universidade Federal do Oeste da Bahia, paulo.baqueiro@ufob.edu.br.
[181] Doutora, Universidade Federal do Oeste da Bahia, ellenise.bicalho@ufob.edu.br.
[182] Doutor, Universidade Federal do Oeste da Bahia, almir.vieira@ufob.edu.br.
[183] Doutor, Universidade Federal do Oeste da Bahia, climerio.silva@ufob.edu.br.

visa mobilizar profissionais desta universidade, em parceria com outras instituições regionais, com vistas à elaboração de produtos, técnicas e metodologias que contribuam no enfretamento de problemas que impedem o desenvolvimento de coletividades socialmente vulneráveis. Do ponto de vista organizacional, ainda que ligada à PROEC (localizada em Barreiras), a CTS está sediada no Campus Multidisciplinar de Barra, onde são ministrados os cursos da área de Ciências Agrárias, refletindo, assim, a ênfase que se pretende dar na agricultura familiar. Ademais, com vistas à (a) integração intercampus, serão criados núcleos gestores nos campi de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória, enquanto que, atendendo à necessidade de (b) integração inter-setorial, será criado um conselho consultivo, formado por membros da PROEC, Pró-Reitoria de Graduação e Ações Afirmativas (PROGRAF), Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação (PROPGPI) e Assessoria de Assuntos Nacionais e Internacionais (APNI), de modo a priorizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dentre as ações desenvolvidas pela CTS, valem destacar: assessoramento da reestruturação do Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual de Educação Profissional Águas (CEEP-Águas), assessoramento de agricultores familiares de Angical e apoio aos agricultores do assentamento Barreiras Sul na formulação de propostas para editais governamentais.

Palavras-chave: Tecnologias Sociais, Desenvolvimento, Universidade Federal do Oeste da Bahia

REFERÊNCIAS

DAGNINO, R. **Tecnologias Sociais**. Contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

FERNANDES, R. M.; MACIEL, A. L. Caminhos das Tecnologias Sociais: reflexões iniciais. FERNANDES, R. M.; MACIEL, A. L. (org.). **Tecnologias Sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010, p. 9-12. 2005.

O PAPEL DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Rebeca da Silva Lima[184]; Gessica Cerqueira da Silva Santos[185]; Renata de Oliveira Teixeira[186]

Pretende-se apresentar no pôster pesquisa proposta junto à IEPS-UEFS que tem por objetivos identificar os obstáculos que se impõem à consolidação dos princípios da economia popular e solidária, a partir do processo de incubação do Grupo Delícias da Formiga; diagnosticar a gênese dos conflitos que emergem na Economia Popular e Solidária; pensar coletivamente soluções de conflitos para fortalecer a união do grupo de modo a facilitar a gestão da Cantina. A metodologia escolhida consiste na identificação dos princípios que norteiam a economia popular solidária e da busca pela aplicação desses princípios no processo de incubação do grupo, no contexto da Pesquisa Participante desenvolvida pela IEPS-UEFS. Pretende-se, por meio de entrevistas e relatórios de acompanhamento, diagnosticar conflitos que se estabelecem durante o processo de incubação e pensar coletivamente, por intermédio de reuniões periódicas, o significado e as razões dos conflitos e os caminhos para sua mediação, fundamentados nos princípios basilares do trabalho coletivo, de modo a estimular nas participantes a vontade de trabalhar de acordo com princípios como cooperação, autonomia e gestão democrática, entendendo sua importância enquanto facilitadores da convivência, bem como da gestão da cantina. Espera-se promover, por meio do encontro entre o saber popular e o conhecimento científico, a organização do trabalho popular associado. O plano de trabalho implica igualmente no acompanhamento e colaboração no processo de criação de regras de convivência para contribuir com a consolidação dos princípios norteadores da economia popular e solidária, proporcionando, a partir da convivência solidária, a troca de conhecimentos e experiências, a formação política das trabalhadoras do grupo, com vistas a uma lógica de desenvolvimento local. A Economia Popular e Solidária pode ser conceituada como um modelo diferente de economia praticada por grupos populares em que se busca o desenvolvimento local e de práticas que

[184] Graduanda do terceiro semestre do curso de Direito, Universidade Estadual de Feira de Santana, rebeca_lima@live.com.
[185] Graduanda do terceiro semestre do curso de Direito, Universidade Estadual de Feira de Santana, gessica.cerqueira4@gmail.com.
[186] Graduanda do terceiro semestre do curso de Direito, Universidade Estadual de Feira de Santana, nata_saj@outlook.com.

proporcionem renda necessária para o sustento dos próprios participantes, divergindo do modelo tradicional de economia – capitalista – na qual ideais de solidariedade e cooperação são ressaltados constantemente. Segundo Lima (2016, p. 4) esse modelo "favorece o movimento contra hegemônico pelo desenvolvimento local solidário em detrimento do desenvolvimento tradicional, por conta da possibilidade da construção de uma articulação no seu cotidiano, nas suas relações genuínas e orgânicas". Nessa configuração de trabalho autogestionário, todos possuem um papel importante, não havendo uma verticalização entre os seus colaboradores. Os grupos integrantes desse processo precisam lidar com conflitos internos buscando soluções que estejam de acordo com os princípios da Economia Popular e Solidária. De acordo com Paul Singer (2002, p. 09), o princípio básico do sistema de cooperativa de produção é a participação efetiva e solidária de todos os membros. Todos possuem o direito de voto em todas as decisões. A mediação surge como uma forma alternativa e simplificadora para lidar com os conflitos, que preserva os princípios da economia popular e solidária. Silva (2014, p. 05) cita que "a mediação se dá quando um terceiro imparcial (o mediador) atua como facilitador da solução dos problemas, auxiliando as partes a conversar, refletir, entender o conflito e buscar, por elas próprias, a solução da controvérsia". Assim, finalmente, pretende-se contribuir com o processo de incubação do grupo Delícias da Formiga, por meio da mediação de conflitos, que proporcionará melhor convivência entre as participantes, utilizando os princípios como base para essa mediação, pretendendo-se, consequentemente, um melhor desenvolvimento da gestão democrática do grupo.

Palavras-chave: Economia Popular e Solidária, Princípios, Mediação

LIMA, José Raimundo Oliveira. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local solidário: relação que passa pela orientação e organicidade dos agentes ou iniciativas. **Outra economia**, Janeiro – Junho, 2016, p. 3 -17

SILVA, Vera Leticia de Oliveira. **Meios alternativos de solução de conflitos como instrumento de solidificação de uma iniciativa de economia popular e solidária**. Disponível em: <http://congresosociologia.servicioit.cl/actas/gt21/GT21%20Vera%20de%20Oliveira%20Silva%20(Ponencia%20completa).pdf>. Acesso em 20 de março de 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002

DESENVOLVIMENTO NO CAMPO: SEMENTES CRIOULAS

Edna Silva Soares[187]; Wiliane dos Santos Santana[188]; Silvana Lucia da Silva Lima[189]

As casas de sementes/banco de sementes restaura a tradição da agricultura camponesa e assegura a soberania alimentar, possibilita autonomia e sustentabilidade para os agricultores, fortalecendo uma economia que vem do povo de maneira solidária que desenvolvem a comunidade. Nessa perspectiva que o Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia: Laboratório Vivo da UFRB tem como objetivo fortalecer e contribuir para disseminação de semente crioula através do banco de semente, por meio de produção no Laboratório Vivo espaço agroecológico, no campus- CETENS e trocas de sementes com agricultores camponeses em Feiras Agroecológicas. As Casas [ou bancos] de Sementes Crioulas são contrapontos às lógicas produtivas hegemônicas que subjugam os trabalhadores já empobrecidos pela ausência de uma política de preços mínimos ao capital. Por isso, a escolha da semente está intimamente relacionada ao modelo de produção adotado nos sistemas de cultivo. As sementes trazem consigo grande variedade genética e podem ser adaptadas à realidade da agricultura familiar, apresentando perfeita sintonia com os princípios da agroecologia. Portanto, é primordial assegurar o desenvolvimento no campo através das sementes crioulas para assim, da promover o bem-estar ou bem comum para a comunidade.

Palavras-chave: Sementes Crioulas, Desenvolvimento do Campo, Agroecologia.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.A. **Agroecologia**: a base científica da agricultura alternativa. Boulder: Westview Press, 1987.

[187] Estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área de conhecimento Ciências da Natureza. Membro do Laboratório Vivo: Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo da UFRB, Campus Feira de Santana. E-mail: ednasilva68@hotmail.com.
[188] Estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área de conhecimento Ciências da Natureza. Membro do Laboratório Vivo: Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo da UFRB, Campus Feira de Santana. E-mail: willy.stn@hotmail.com.
[189] Professor adjunta da UFRB. Curso: Licenciatura em Educação do Campo e Mestrado Profissional em Educação do Campo. Coordenadora do Laboratório Vivo: Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo. Orientadora de pesquisa. E-mail: silvana_geo@yahoo.com.br.

PANC -ALTERNATIVAS DE FONTE ALIMENTAR NA LUTA PELA SOBERANIA DO ALIMENTO

Emanuela Silva Terra Nova[190]

Muitas plantas são consideradas ervas mato, infestantes, isso porque nascem em locais que para nós não são apropriados... Como terrenos baldios e calçadas. No entanto muitas dessas massacradas por pisoteio, enxadas, foices, tratores e herbicidas. PANC, sigla para plantas alimentícias não convencionais, define o conceito de diversidade alimentícia, contemplando todas as plantas que tem uma ou mais partes ou poções que podem ser consumida na alimentação humana, sendo ela nativas ou exóticas, expontanea ou cultivada. O desconhecimento a respeito do tema histórico-social, está diretamente ligado as fragilidades no ensino que não ajuda a sociedade mundial a perceber a riqueza da biodiversidade regional e o monopólio do capital agroindustrial sobre o padrão alimentar que o reduz. A nossa dieta é 50% Euroasiatica,ou seja, a maioria dos alimentos que consumimos são exóticas:exportadas de outros países. Para se ter uma idéia do quanto a nossa dieta é pobre a ONU divulgou uma pesquisa onde mostra que 60% da caloria consumida no mundo são derivados de apenas quatro espécies: milho, trigo, arroz e batata. Atualmente ,existe uma necessidade urgente de inter relação entre conhecimento cientifico e popular,além da busca de maior integração entre economia e biodiversidade,promovendo conservação de nossos biomas de forma sustentável e uso sustentável inclusive na alimentação.Com esse intuito apresentaremos a catalogação de algumas PANC da biodiversidade regional presente na caatinga além de facilitar seu reconhecimento.

Palavras-chave: Panc, soberania alimentar, produção familiar

REFERÊNCIAS

KINUPP, Valdely. **Plantas alimentícias no Brasil**, 2014.

[190] Graduado, UFRB, manela1404@gmail.com.

CULTIVANDO VEGETAIS EM HIDROPONIA COM LUZ NATURAL PARA UMA HIPOTÉTICA VIAGEM ESPACIAL

(pôster interativo)

Jucelia Silva dos Santos[191]; Mirco Ragni[192]

Este trabalho objetiva desenvolver manejos para cultivar vegetais numa hipotética viagem espacial; observar a germinação das sementes e observar a influência nutricional do solo para o crescimento vegetal. A metodologia envolveu pesquisas na internet das diferentes técnicas e manejos aplicados ao cultivo de plantas criadas em hidroponia, que pode ser no modelo floating que requer menos habilidades com furadeira (serra copo) ou o modelo em canos de PVC. As principais perspectivas são desenvolver a autonomia dos alunos no que diz respeito à investigação científica e a análise das metodologias aplicadas na edificação do conhecimento. Para isso foram estimuladas a curiosidade e o senso crítico na busca da compreensão do mundo. As aulas práticas e a aprendizagem dos métodos científicos serviram como forma de prover o sustento financeiro, já que podem auxiliar no desenvolvimento de profissões como os agricultores urbanos. Observa-se que a aquisição dos conhecimentos básicos e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação promove o desenvolvimento intelectual e cognitivo dos alunos, como citado nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2000). Ao coletar diversas informações, analisar, selecionar e formular hipóteses ocorre a ampliação das competências e habilidades, o que resulta no aumento da capacidade de aprender. Ao pensar numa viagem espacial observa-se que a nutrição dos astronautas em longas viagens não conteria alimentos frescos, nesse contexto a hidroponia pode vir a ser uma opção plausível. A hidroponia surgiu há muito tempo, mas enquanto ciência seu desenvolvimento tecnológico para produção comercial se deu pós Segunda Guerra Mundial e desde então, segundo SANTOS A. O.; RIBEIRO, B L N.; ZWIRTES, D S.; SILVA, R B da; YONENAGA, W H., (2008), adaptou-se a diversas situações, desde o cultivo em recipientes suspensos, em estufas altamente especializadas passando por submarinos atômicos para obter verduras frescas para sua tripulação. Conclui-se que as pesquisas com diferentes

[191] Mestre, UEFS, jucelia_santos@hotmail.com.
[192] Doutorado, UEFS, mirco@uefs.br.

técnicas e manejos aplicados ao cultivo de plantas criadas em hidroponia permitiu que os alunos se envolvessem na escolha do modelo a ser produzido e estimulou o desenvolvimento de profissões como os agricultores urbanos, já que a partir desse trabalho alguns alunos se interessaram em cultivar vegetais em casa.

Palavras-chave: Hidroponia, metodologia científica, fisiologia vegetal

Descrição da proposta de apresentação

O material produzido não apenas servirá como auxiliar aos professores de outras unidades de ensino favorecendo a aprendizagem dos métodos científicos e a abstração, imprescindível na compreensão de conceitos biológicos, mas servirá também para a produção de hortaliças em pequenos espaços como apartamentos.

Objetivo da apresentação

Estimular o cultivo de vegetais saudáveis que serão incorporados ao consumo doméstico e também prover o sustento financeiro, já que podem auxiliar no desenvolvimento de profissões como os agricultores urbanos.

Tipo de material a ser apresentado

Hidroponia armada com canos de PVC tendo como base uma caixa d'água, na qual está uma bomba de aquário que joga na tubulação a água contendo o fertilizante adquirido na internet. Mudas de alface germinadas em pequenos pedaços de espuma e contidas em de copos descartáveis de 200 ml perfurados e com fibra de coco para manter as mudas em equilíbrio.

REFERÊNCIAS

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCN (2000). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf Acesso em 04 de Junho de 2015.

SANTOS A. O.; RIBEIRO, B L N.; ZWIRTES, D S.; SILVA, R B da; YONENAGA, W H. **Produção de Alface Hidropônica**: Uma Abordagem Pela Dinâmica de Sistemas. Disponível em: http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/artigos/J/J_139.pdf. Acesso em: 06 de Dezembro de 2016.